

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

Volume 14 • 2006



CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS
2006

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS
Volume 14 • 2006 ISSN: 0872-6086

COORDENADOR E
RESPONSÁVEL CIENTÍFICO – João Luís Cardoso
ILUSTRAÇÕES – Autores ou fontes assinaladas
PRODUÇÃO – Gabinete de Comunicação / CMO
CORRESPONDÊNCIA – Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras
Câmara Municipal de Oeiras
Fábrica da Pólvora de Barcarena
Estrada das Fontainhas
2745-615 BARCARENA

Aceita-se permuta
On prie l'échange
Exchange wanted
Tauschverkehr erwünscht

ORIENTAÇÃO GRÁFICA E
REVISÃO DE PROVAS – João Luís Cardoso
MONTAGEM, IMPRESSÃO E ACABAMENTO – Palma Artes Gráficas, Lda. - Tel. 244 447 120 - Mira de Aire
DEPÓSITO LEGAL N.º 97312/96

Estácio da Veiga e a Arqueologia: um percurso científico no Portugal oitocentista

João Luís Cardoso¹

À memória de Estácio da Veiga
que, há cento e vinte anos, deu início à publicação de uma das
mais belas e geniais obras arqueológicas de todos os tempos

1 - Introdução

Ao publicar-se o que de mais relevante se possui da correspondência, preciosa e quase toda inédita, que constitui o Arquivo de Estácio da Veiga depositado no Museu Nacional de Arqueologia, pretende-se prestar uma homenagem a um dos arqueólogos portugueses mais notáveis de sempre; tão notável que a sua obra só muito mais tarde foi devidamente compreendida, por sabotagens de uns e incompreensões de outros, em toda a sua magnitude. E, contudo, têm sido várias as homenagens públicas, ou através de estudos bio-bibliográficos que ao ilustre arqueólogo se prestaram, as quais, no entanto, até ao presente, não esgotaram a caracterização da sua vasta obra científica, no domínio da Arqueologia, tão vasta, rica e complexa ela se afigura (Fig. 1).

Esse objectivo, naturalmente, também não será atingido com a publicação deste vasto repositório de documentos inéditos, escritos na primeira pessoa, pelo próprio Estácio, a que se juntam algumas cartas que recebeu de eminentes arqueólogos, como ele, de burocratas, técnicos diversos, ou amigos que, em diversas alturas e circunstâncias, o ajudaram; pretende-se, deste modo, dar continuidade ao estudo do precioso repositório documental do ilustre arqueólogo algarvio, que constitui o seu arquivo pessoal,

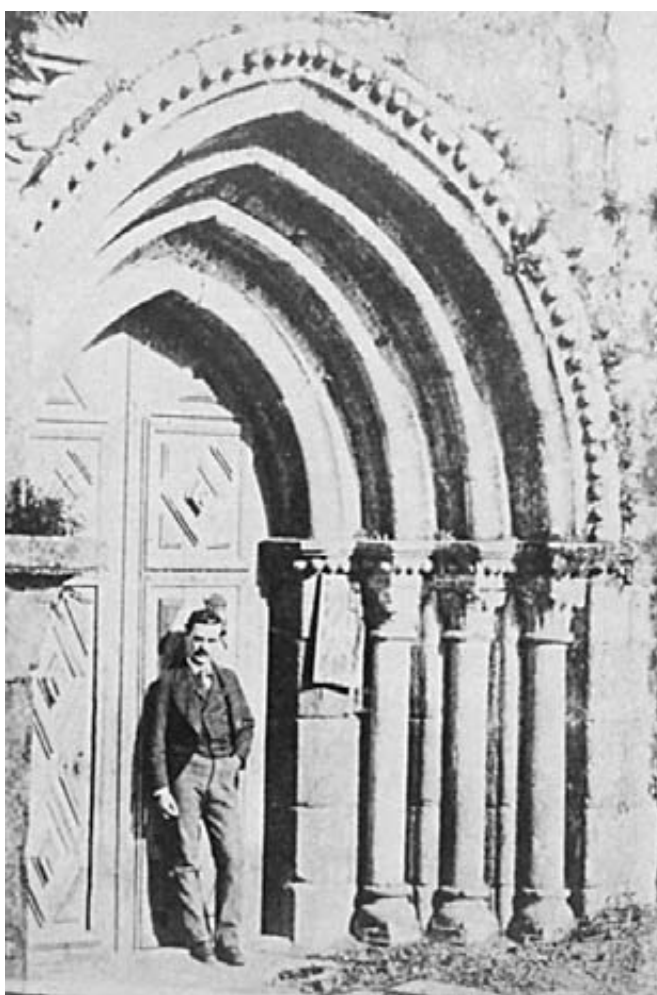


Fig. 1 – Estácio da Veiga, fotografado à entrada da Sé de Faro, talvez com 30/35 anos, época em que começou a interessar-se pela Arqueologia.

¹ Professor Catedrático de Pré-História e Arqueologia da Universidade Aberta (Lisboa). Coordenador do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras).

conservado no Museu Nacional de Arqueologia, o qual deve ter dado entrada na instituição na altura da aquisição, em 1893, do espólio conservado em posse da viúva de Estácio da Veiga. Com efeito, apesar de nada indicar, na correspondência publicada, que assim tenha sido, tal hipótese afigura-se mais provável à alternativa de o seu arquivo pessoal ter sido enviado pelo próprio ao Ministério do Reino: tal não parece provável, apesar de se saber que o original do volume V das “Antiguidades Monumentais do Algarve”, em preparação aquando do falecimento do seu autor, tinha sido ainda em vida do mesmo para ali remetido. Pode parecer estranha tal situação; contudo, J. Leite de Vasconcelos esclarece-a, informando que tinha sido o próprio Estácio a providenciar o envio para a Direcção Geral da Instrução Pública do dito documento (VASCONCELOS, in VEIGA, 1904, p. 201, nota 1), acompanhado de plantas e desenhos, certamente relacionados com a preparação do referido volume. São estes os documentos que o Director do então designado Museu Etnográfico Português solicitou, por Ofício, ao Director Geral da Instrução Pública, a 17 de Abril de 1894 (L. C. C., 2004, Doc. 15), não fazendo porém menção ao volumoso arquivo pessoal do malgrado arqueólogo. Contudo, os ambicionados documentos só serão remetidos a Leite de Vasconcelos muito depois, conforme se conclui do Ofício de 15 de Fevereiro de 1897, assinado pelo Director Geral, no qual também não se faz alusão a quaisquer outros documentos. Deste modo, pode concluir-se que o arquivo pessoal de Estácio, do qual os documentos agora dados a conhecer fazem parte integrante, já deveria estar em poder do fundador do Museu de Belém.

Aquando seu falecimento, ocorrido a 7 de Dezembro de 1891 na casa em que viveu os últimos tempos da sua existência, no Largo de Arroios, em Lisboa – cidade aonde regressou definitivamente depois de ter permanecido no Algarve longo período de tempo, pois ainda a 25 de Outubro do ano anterior escrevia da sua casa de campo de Cabanas da Conceição, perto de Tavira, para Francisco Martins Sarmento (PEREIRA, 1981, nota 39) – Estácio da Veiga encontrava-se a redigir o volume V das “Antiguidades”, que deixou incompleto. Esse manuscrito, que se manteve inédito, no seu conjunto, só neste mesmo ano se publicou (VEIGA, 2006).

O presente estudo documental insere-se, pois, no âmbito do estudo do espólio documental de Estácio da Veiga, esperando-se para breve, e também no quadro desta linha de estudos e publicações, dar à estampa outra obra inédita do ilustre arqueólogo, as “Várias Antiguidades do Algarve”, obra inicial, redigida aquando da sua estadia em Mafra, entre 1867 e finais de 1874, provavelmente ao longo deste último ano.

2 - Aspectos biográficos

Sebastião Phillippes Martins Estácio da Veiga nasceu em Tavira, a 6 de Maio de 1828, e faleceu em Lisboa, a 7 de Dezembro de 1891, oriundo de uma família da nobreza rural algarvia; possuía o título de Moço Fidalgo, com o qual subscreveu a sua primeira obra publicada de carácter arqueológico, os “Povos Balsenses” (VEIGA, 1866),

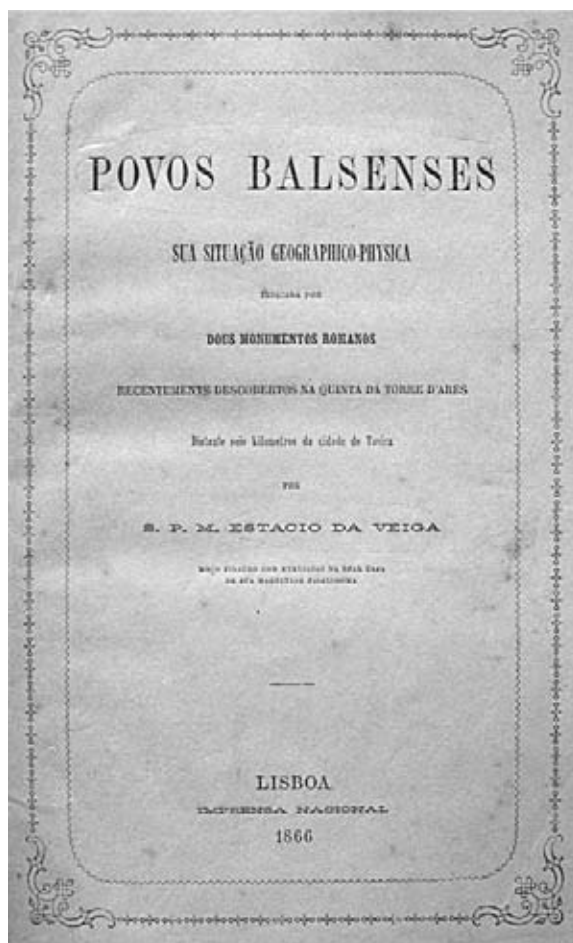


Fig. 2 – Capa do opúsculo “Povos Balsenses”, publicado por Estácio da Veiga em 1866.

acrescentando ao referido título “com exercício na Real Casa de Sua Magestade Fidelíssima” (Fig. 2); este mesmo título manteve na obra dedicada às antiguidades de Mértola (1880), mas ele já não ocorre no primeiro volume das “Antiguidades Monumentaes do Algarve (1886), substituído pela credencial, mais conforme ao perfil científico da obra e da época, de Sócio correspondente da Academia Real das Ciências de Lisboa, instituição onde ingressou em 1876.

O genuíno culto da família e das suas remotas origens encontra-se denunciado em pelo menos duas situações, ambas muito discretas: a primeira, é o título escolhido para a sua primeira obra de síntese sobre a arqueologia algarvia, “Várias Antiguidades do Algarve”, cuja inspiração na célebre obra renascentista do seu ascendente, Gaspar Estaco, “Várias Antiguidades de Portugal” (1ª. edição de 1625), parece evidente, como foi já assinalado (PEREIRA, 1981). Outra situação é a da menção a um capítulo da obra daquele humanista português, o “Tratado da linhagem dos Estaços”, a propósito do último mestre da Ordem de Santiago eleito em Mértola, D. Pedro Estaço, em 1316, que refere, ao descrever os vestígios arqueológicos da ocupação medieval daquela vila alentejana, por si estudados (VEIGA, 1880 a, p. 169, nota 2). Foi, pois, este fidalgo algarvio, imbuído do culto pelos valores tradicionais, profundamente religioso, eticamente irrepreensível, mas, por isso mesmo, pouco à vontade e impreparado para lidar com as intrigas da grande cidade, que em breve viria a ter de enfrentar, em resultado da importância dos seus descobrimentos algarvios, o protagonista daquela que foi, talvez, a mais notável iniciativa no domínio da Arqueologia até hoje empreendida em Portugal, consubstanciada na Carta Arqueológica do Algarve e nos quatro volumes das “Antiguidades Monumentaes do Algarve” publicados em vida do Autor. A desproporção da empresa e dos resultados obtidos, face à fragilidade de recursos humanos e financeiros alocados, ainda mais releva o mérito da obra, o qual não deixou de ser devidamente sublinhado pelos numerosos obituários dos quais existe notícia (cf. PEREIRA, 1981, p. 61 e seg.).

A mais completa biografia de Estácio da Veiga foi publicada por sua bisneta, em 1981 (PEREIRA, 1981), mas redigida em 1973, aquando da conclusão do Curso de Conservador de Museu (Fig. 3). A autora, que dedicou a sua dissertação de Licenciatura à arqueologia romana do Algarve, aproveitando para tal o gigantesco volume de informação inédita deixado por Estácio da Veiga (SANTOS, 1971, 1972), não deixou de, ulteriormente, se debruçar sobre a obra científica do seu antepassado, mas sempre através de estudos de menor fôlego, e em grande parte baseados no de 1973, alguns deles a propósito de homenagens de que foi alvo. É o caso do publicado em 1984 pela Casa do Algarve (Fig. 4), na sequência da cerimónia evocativa ali ocorrida em 1980 (PEREIRA, 1984). Anteriormente, o Museu Nacional de Arqueologia tinha realizado uma exposição temporária, comemorativa do primeiro centenário da Carta Arqueológica do Algarve,

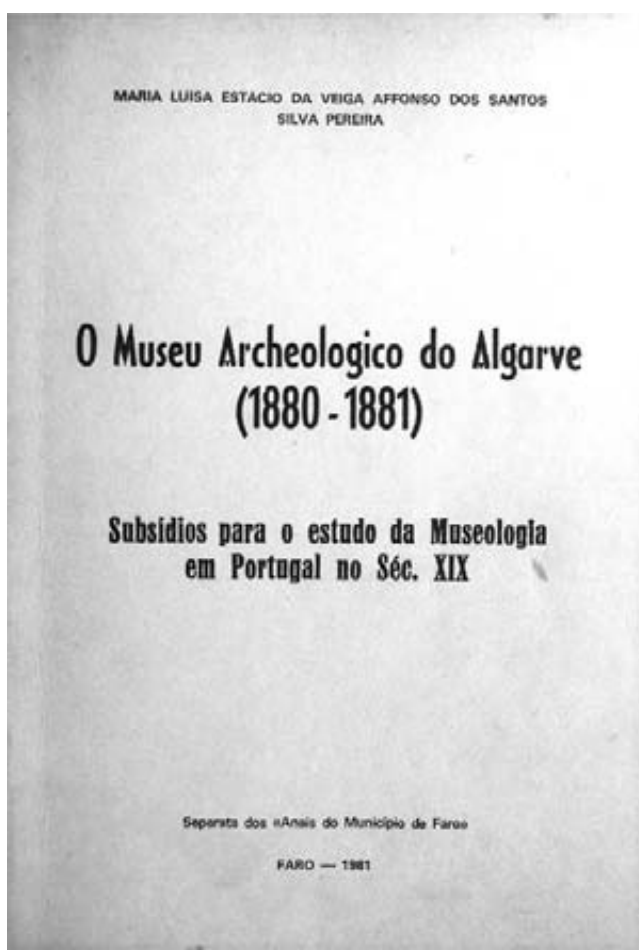


Fig. 3 – Capa da separata da obra mais completa que até ao presente se publicou sobre Estácio da Veiga, da autoria de Maria Luísa E. V. A. S. da S. Pereira, editada em Faro em 1981.

entre 29 de Dezembro de 1978 e 28 de Fevereiro de 1979, logo seguida, aquando da realização do IV Congresso Nacional de Arqueologia, em Faro, da edição de opúsculo intitulado “Estácio da Veiga: um programa para a instituição dos estudos arqueológicos em Portugal (1880-1891)” (GONÇALVES, 1980). Esta publicação (Fig. 5) surgiu na sequência de outro contributo do mesmo autor, na retoma do projecto da Carta Arqueológica do Algarve (GONÇALVES, 1979). Em ambos são patentes a admiração que o arqueólogo algarvio lhe merece, reproduzindo naquele, e na íntegra, o “Programma para a instituição dos estudos archeologicos em Portugal”, publicado em 1891, no início do volume IV das “Antiguidades”. Trata-se de texto notável, pela clareza com que se definiram as prioridades de actuação no âmbito da organização em Portugal da investigação, inventariação, defesa e divulgação do património arqueológico, que o autor preparou em 1890 e entregou no efémero Ministério da Instrução Pública, episodicamente independente do poderoso Ministério do Reino. Nele se previa verdadeira descentralização dos serviços ligados à Arqueologia, através da criação de seis circunscrições no Reino.

Mais tarde, o centenário da sua morte não passou despercebido, mediante evocação feita na Academia das Ciências de Lisboa, a cargo de Justino Mendes de Almeida, depois publicada (ALMEIDA, 1994).

A figura de Estácio da Veiga continua, por outro lado, a estar fortemente presente no espírito dos arqueólogos portugueses, através da reedição das suas obras: assim, em 1983 o Campo Arqueológico de Mértola reeditou em *fac-simile* a obra “Memoria das Antiguidades de Mértola” (VEIGA, 1880 a), infelizmente com defeitos e lacunas na paginação, que a torna inutilizável (ao menos no exemplar adquirido pelo autor); em 1996, foi reeditada, também em *fac-simile*, com estudo introdutório de V. S. Gonçalves e A. C. Sousa, pela editora Mar de Letras com o apoio da Câmara Municipal de Mafra, as “Antiguidades de Mafra” (VEIGA, 1879). Foram estas duas obras que enformaram o pensamento e o modelo que Estácio da Veiga depois aplicou nas “Antiguidades Monumentaes do Algarve”, cujos quatro volumes sucessivamente publicados pela primeira vez em 1886, 1887, 1889 e 1891, foram reproduzidos, igualmente em *fac-simile*, com estudo introdutório de T. J. Gamito, em 2005, pela Universidade do Algarve, com o apoio de Faro-Capital Nacional da Cultura (VEIGA, 2005).

Neste dealbar de milénio, encontra-se, enfim, em preparação, um Encontro em sua homenagem, organizado pela Câmara Municipal de Silves, previsto para Novembro do corrente ano: é que o seu trabalho, alicerçado em sólidos princípios metodológicos, e não fruto do acaso ou das circunstâncias, continua a ser inspirador para quem encara a

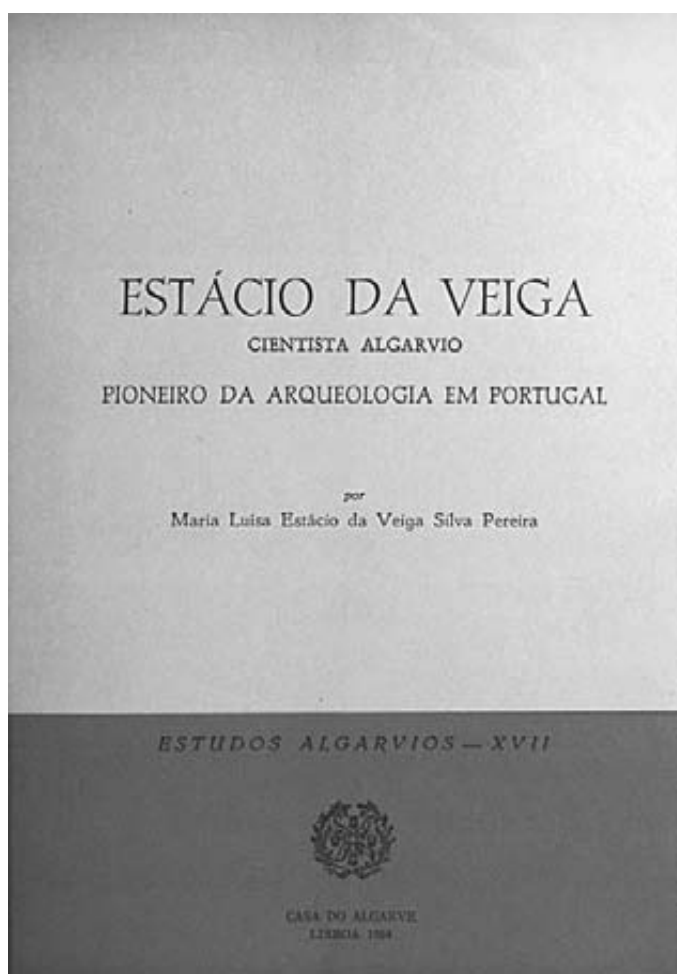


Fig. 4 – Capa do opúsculo de carácter biográfico sobre Estácio da Veiga, da autoria de Maria Luísa E. V. S. Pereira, publicado em 1984 pela Casa do Algarve, em Lisboa.

prática arqueológica, mais do que um simples modo de ganhar dinheiro ou de exercer de forma neutra uma profissão, por muito relevante e socialmente válida que ela se afigure, como uma verdadeira actividade científica. Longe vão os tempos da Arqueologia “agit-prop”, ou da inocente Arqueologia “promenade”, nesta época de Arqueologia “techno”, em que o poder dos meios alocados é quantas vezes inversamente proporcional à profundidade das ideias que supostamente deviam servir.

Da leitura dos quatro volumes das “Antiguidades”, transparece exactamente uma forma totalmente inovadora – e que se mantém actual, nos seus aspectos essenciais – da prática arqueológica, desde a minúcia e rigor dos trabalhos de campo e respectivos levantamentos, até ao estudos de gabinete e discussão, no plano conceptual, dos resultados obtidos. Convém dizer que estes volumes, que resultaram de um contrato que Estácio assinou com o Governo, a 29 de Maio de 1879, se destinavam a publicar, de forma aprofundada, os monumentos e artefactos (a que Estácio dá a designação recorrente de “característicos”) identificados e recolhidos no Algarve, no decurso do trabalho de campo efectuado entre Março de 1877 e Outubro de 1878. Por incumbência do Governo, regulamentada por Portaria de 15 de Janeiro de 1877 (menos provavelmente de 11 de Janeiro, como consta em alguns documentos), que não foi oficialmente publicada, pelo que se desconhecem os pormenores do contrato, Estácio percorreu entre 13 Março de 1877 e os finais do Outono de 1878 todo o Algarve. Desembarcando no cais fluvial de Alcoutim, vindo de Mértola, a 13 de Março de 1877 (e não a 10 de Março, como por lapso se afirmou anteriormente, cf. CARDOSO & GRADIM, 2004, p. 73), onde logo deparou com notável torso de estátua de mármore recolhida no sítio ribeirinho do Álamo, onde havia sido descoberta meses antes, após as cheias do Guadiana – trata-se da estátua de Apolo, de que ainda conseguiu recolher mais dois fragmentos no local (Fig. 6) – começou de imediato os trabalhos, cuja metodologia é conhecida, dando continuidade à ensaiada em Mértola.

Ao contrário dos arqueólogos-antiquários do seu tempo, que pontificavam então na “Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses”, Estácio sabia que o cabal conhecimento, em Arqueologia, só podia ser completo se se valorizassem os contributos da área das Ciências Naturais, completamente ignorados por aqueles. Foi, por exemplo, o primeiro arqueólogo, sem pertencer à escola dos arqueólogos-geólogos da Comissão Geológica, a publicar a classificação das espécies domésticas de mamíferos, recolhidas em contextos arqueológicos, mesmo que tardios (caso das estações romanas do Algarve), bem como a evidenciar o papel determinante que os recursos naturais poderiam deter no padrão de povoamento, especialmente os mineiros, na inóspita região serrana do Algarve Oriental.



Fig. 5 – Capa do opúsculo da autoria de Victor S. Gonçalves, editado pelo Centro de História da Universidade de Lisboa aquando da realização, em Faro, do IV Congresso Nacional de Arqueologia (1980).

Tal orientação decorria, naturalmente, da sua formação científica, obtida na Escola Politécnica, em Lisboa, como engenheiro de minas, onde cursou disciplinas de geologia, paleontologia e mineralogia, a par de outras, como topografia e geodesia, que lhe conferiram aptidões especiais para os trabalhos de campo que, depois, foi chamado a realizar.

Desta diferença de procedimentos, mas sem ignorar a importância que, em certos aspectos detinha o conhecimento das fontes clássicas, que também dominava a que recorria sempre que necessário, resultou algum distanciamento, por parte dos geólogos-arqueólogos, comprovado pelo silenciamento de que foi vítima no Congresso de 1880, cujo Secretário Geral era Carlos Ribeiro, e muita animosidade, por parte dos antiquários-arqueólogos, expressa pelos conflitos de opinião que estalaram na “Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes” e que resultaram na saída do arqueólogo algarvio da Instituição.

Estácio abandonou em 1875 a Associação dos Arqueólogos Portuguezes, onde ingressara como Sócio efectivo a 13 de Novembro de 1873, e onde desempenhou o cargo de Secretário da Secção de Arqueologia. A sua actividade na Associação deve ter sido assinalável, sobretudo no campo da Museologia; abandonou-a antes de publicado o elogio histórico de Arcisse de Caumont, a pedido do Presidente da Associação, o qual veio a lume, já na qualidade de “antigo sócio” (VEIGA, 1875).

Sabendo a grande importância que a figura daquele erudito francês detinha para Possidónio da Silva, é fácil concluir que aquela incumbência representava uma distinção rara por parte do Presidente da Associação para com Estácio. As razões para tal abandono prendem-se com divergências sobre a organização que deveria ser dada ao Museu: já a 6 de Julho de 1874, Estácio tinha apresentado detalhadamente a Possidónio da Silva um conjunto de medidas tendentes a reorganizar o espaço expositivo, actualizando-se o inventário das colecções e efectuando-se a redacção do respectivo catálogo, para além de se alterar a posição das epígrafes romanas oriundas do Algarve, preocupações que não foram atendidas. Neste ano de 1874 as relações eram ainda cordiais e de franca colaboração entre ambos: comprova-o a carta de 10 de Março enviada por Estácio a Possidónio, informando-o da existência de duas inscrições algarvias “com caracteres desconhecidos”, prometendo a remessa de decalques, promessa que cumpriu.

Mas falta de interesse, por parte de Possidónio da Silva, em acolher as propostas de Estácio, redundou, a breve trecho, em azedume deste último, referindo-se sempre muito depreciativamente à já então vetusta Associação. Por exemplo, numa carta de 3 de Junho de 1877, dirigida ao Director-Geral da Instrução Pública, o Conselheiro António Maria de Amorim, seu amigo e protector, referia-se àquela “como celebre museu dos architectos, que por decência



Fig. 6 – Torso de estátua de Apolo, de mármore branco, posta a descoberto pelas cheias do Guadiana, no sítio do Álamo, Alcoutim, completado por Estácio da Veiga com mais dois fragmentos da base, por ele recolhidos no local. Notas à margem, a lápis, de Estácio da Veiga.

do paiz melhor fora não existir, assim como o seu famoso catalogo, obra singular que acabou de pôr em relevo todo aquelle desconcertado labirinto”. Muito mais tarde, noutra missiva endereçada ao mesmo, a 30 de Maio de 1881, desabafava, que em Portugal, com excepção do Museu da Comissão dos Trabalhos Geológicos, existiam “apenas pequenas collecções mal organisadas e um celebre museu, que tomou o titulo de real associação dos architectos e archeologos portugueses, que nunca foi nem pôde ser considerado como museu archeologico, porque não passa de ser um inextricável labyrinth, em que tudo se acha misturado e confundido, sem pensamento, sem systema, sem organização alguma, tendo alias alguns excellentes monumentos, mas que ninguém sabe pela maior parte de que pontos certos e determinados foram extraídos nem em que condições archeologicas descobertos!”

Não deixa de ter interesse notar que, ao referido abandono, sucedeu, a curto prazo, a proposta para sócio correspondente da Academia Real das Ciências de Lisboa, datada de 18 de Novembro de 1875, vindo a ser eleito sócio correspondente da Segunda Classe a 8 de Junho de 1876. Residindo já em Lisboa, sabe-se, pelo próprio Estácio, que boa parte do ano de 1876 foi dedicado ao estudo da tábula de bronze de Aljustrel, depositada na então Secção dos Trabalhos Geológicos, que

ocupava o segundo andar do prédio da Academia das Ciências (Fig. 7). Tratou-se de trabalho aturado e exigente, que o próprio descreve em pormenor, na parte introdutória do estudo daquele notável monumento epigráfico romano (VEIGA, 1880 b). Deste modo, pode concluir-se que, em nesse ano, as actividades do autor se desenvolveram essencialmente em Lisboa, onde já então gozava de consolidado prestígio nos meios académicos e científicos; contava 48 anos.

Em síntese: Estácio da Veiga foi autor de um discurso original no campo dos estudos da Arqueologia em Portugal: valorizando o estudo científico do objecto arqueológico, a começar pelo seu adequado registo no terreno, e não pela sua beleza ou valor intrínseco, mas por constituir uma fonte objectiva de informação: neste aspecto, aproximava-se dos seus colegas da Comissão Geológica, sem se confundir com eles; e afastava-se decididamente dos arqueólogos-antiquários, que desdenhava, e também dos historiadores, então incapazes de reconhecerem qualquer valor científico aos vestígios materiais, especialmente aos que se afiguravam mais humildes. Ao contrário destes últimos, procurou conciliar informações proporcionadas pelo estudo dos espólios com o registo histórico, valorizando neste as fontes clássicas e até os autores portugueses de séculos anteriores, como as obras de sua autoria cabalmente evidenciam.

Acresce ao que foi dito, a plena consciência que Estácio possuía do interesse e importância da informação, que então como agora era intensamente produzida, sobre a origem e antiguidade da espécie humana e as sucessivas fases da sua

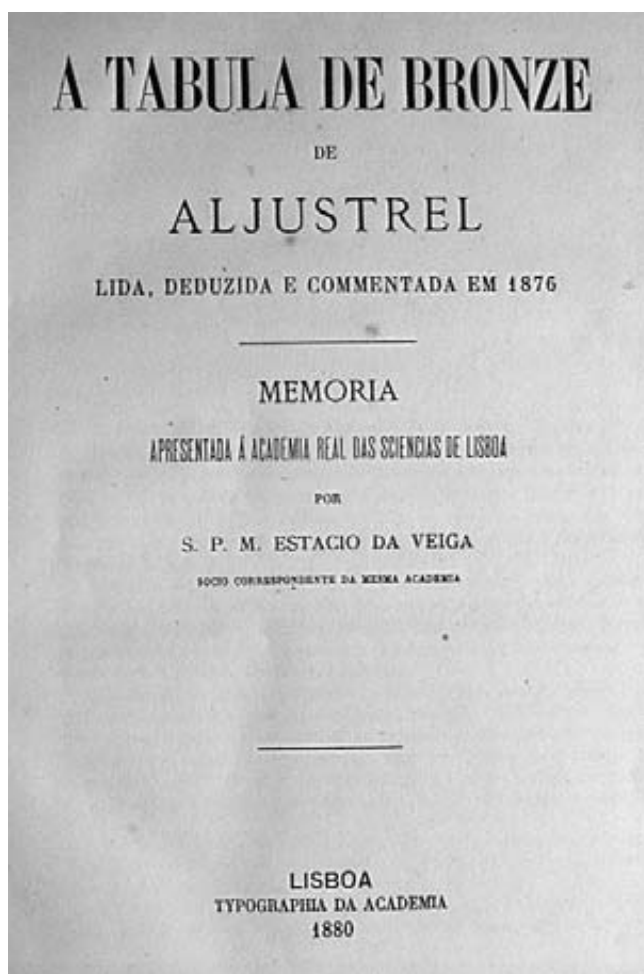


Fig. 7 – Folha de rosto da separata da memória apresentada à Academia Real das Ciências de Lisboa por Estácio da Veiga sobre a tábula de bronze de Aljustrel, publicada em 1880.

cultura material em território europeu. As inúmeras citações de obras de eminentes naturalistas, fossem antropólogos ou geólogos, a par de arqueólogos do seu tempo, mostram um espírito crítico, sempre atento aos progressos científicos produzidos além-fronteiras, sendo hoje difícil imaginar-se os esforços e dinheiro dispendidos para a obtenção dessas obras, que certamente leu e releu, como se verifica pelas inúmeras citações delas apresentadas ao longo dos seus escritos.

*** **

Quando, em 1867, Estácio assume lugar de Oficial dos Correios e Postas do Reino, na vila de Mafra, já detinha no currículo diversas pequenas obras publicadas, nos domínios da poesia (inéditos), do jornalismo (pequenos artigos publicados em periódicos portugueses, como A Nação e O Futuro e espanhóis, como La América e Revista Ibérica), da opinião, como é o caso do folheto publicado em 1863, “Gibraltar e Olivença. Apontamentos para a história da usurpação destas duas praças”, que revela forte cunho patriótico, também afirmado em outros artigos publicados sobre a questão ibérica. Também o seu interesse pela literatura popular da sua província se encontra patente nas recolhas efectuadas desde a década de 1850 de que resultaram o Romanceiro do Algarve, publicado em 1870 e o Cancioneiro do Algarve, que permaneceu inédito. Entretanto, cultivou outros interesses, decorrentes da sua formação científica a nível superior – lembremo-nos que cursou, na Escola Politécnica, Engenharia de Minas, assim alicerçando em bases sólidas uma preparação adequada no domínio das ciências exactas e naturais.

Dos trabalhos publicados como botânico, destacam-se dois: o primeiro, “Plantas da serra de Monchique observadas em 1866”, foi publicado em 1869 no Jornal de Ciências Matemáticas, Físicas e Naturais, editado pela Academia das Ciências de Lisboa e resultou de um reconhecimento feito em companhia do alemão Conde Hermann de Solms-Laubach; o contacto então havido com este botânico, proporcionou a Estácio muitos outros, com eminentes naturalistas, conducentes a um estudo de muito maior exigência científica, efectuado no decurso da sua estada em Mafra, intitulado “Orquídeas de Portugal” e também publicado pela Academia das Ciências de Lisboa, mas já na qualidade de Académico, pois tal estudo só foi impresso em 1880.

Entretanto, assumia-se com crescente prioridade a vertente arqueológica na sua produção científica. Ainda que esta se tenha iniciado em 1861 com um



Fig. 8 – Inscrição romana escrita em grego recolhida na Quinta do Trindade, perto de Tavira, pertencente à colecção de Estácio da Veiga e por este publicada em 1866, com base em leitura de E. Hübner, que a republicou em 1872, nas “Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa”, de onde se extraiu a presente reprodução.

artigo sobre moedas do Município de Calahorra, logo em 1862 publicou uma extensa nota à tradução de Castilho da obra “Os Fastos”, de Ovídio, intitulada “Hércules e os seus templos”, onde desenvolve o tema no respeitante às tradições registadas pelos autores clássicos quanto ao cabo de S. Vicente, zona que então percorreu. Assim, verifica-se que o interesse de Estácio pela Arqueologia se iniciou com a época romana; sabe-se que, em 1856/57, com 28 anos de idade, Estácio passou longa temporada no Algarve, seguida de outra, em 1865/66, recolhendo elementos arqueológicos que mais tarde viria a utilizar na sua obra “Várias Antiguidades do Algarve” alguns dos quais, por respeitarem já ao período romano, ali se não encontram referidas, como as inscrições romanas observadas na Quinta do Trindade, perto de Tavira, publicadas no ano de 1866 (VEIGA, 1866).

Foi, pois, a antiguidade clássica, que mais interesse de início lhe despertou: ainda em 1862, efectuou a transcrição de inscrições de várias épocas de Chelas, antecedendo as publicadas no seu opúsculo “Povos Balsenses”, uma delas escrita em grego e estudada por E. Hübnner, que, cordialmente, concedeu a Estácio da Veiga a oportunidade de publicar a nota manuscrita por si elaborada (Fig. 8). O bom relacionamento com o sábio alemão deve ter incutido em Estácio novo e redobrado ânimo para continuar, no que seria apoiado pela Família, bem como pelos amigos; de facto, o dito opúsculo foi dedicado a seu Tio, João Valentim Estacio da Veiga, e muitos outros conterrâneos, amigos e familiares são referidos, tornando claro o decisivo apoio que concederam a Estácio da Veiga, aquando da sua estada no Algarve em 1865/1866. Nesta altura, recolheu muitas outras informações de interesse arqueológico, que viria a compilar no decurso da sua permanência em Mafra.

Com efeito, a sua ida para Mafra, em 1867, teve a vantagem de proporcionar a Estácio um campo experimental, de extensão geográfica limitada, onde viria a aplicar, de forma sistemática, a sua apetência pelos estudos de Arqueologia regional. Naquele neste território circunscrito, mas até então inexplorado, que Estácio percorreu cuidadosamente, a partir da sua residência da Quinta da Raposa, identificou sucessivos testemunhos de várias épocas, desde os pré-históricos aos medievais, dos quais apresenta descrição, acompanhada de desenhos, na obra a que deu o nome “Antiguidades de Mafra” (Fig. 9), só publicada em 1879, nas Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa (VEIGA, 1879). Nesta e, depois, nas “Antiguidades de Mértola”, publicada no ano seguinte (VEIGA, 1880), encontram-se todas as linhas matriciais que depois desenvolveu na sua obra maior, as “Antiguidades Monumentaes do Algarve” cujo primeiro volume, publicado exactamente há 120 anos, esteve na origem do presente estudo.

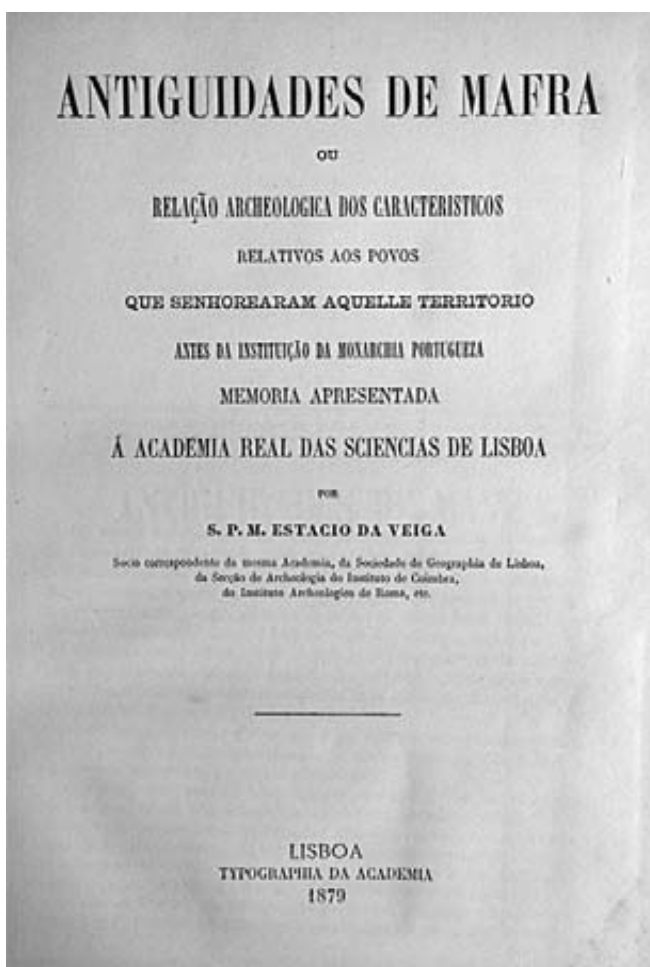


Fig. 9 – Folha de rosto da separata das “Antiguidades de Mafra”, publicada em 1879, obra que imediatamente antecedeu, no tempo e na concepção, a preparação das “Antiguidades Monumentais do Algarve”.

3 – Os trabalhos realizados em Mértola, entre 2 e 12 de Março de 1877

Vale a pena prestar atenção aos trabalhos realizados em Mértola, os quais lhe deram alento suplementar para empreender a missão algarvia de que estava incumbido e onde ensaiou a metodologia na recolha, selecção e exploração da informação que, depois, viria a aplicar com tanto êxito em terras algarvias.

É sabido que foram as grandes cheias do Guadiana, ocorridas em Novembro e Dezembro de 1876, que, tendo atingido o seu máximo na noite de 7 de Dezembro, puseram a descoberto em diversos sítios ao longo da margem direita do rio, pertencentes aos concelhos de Mértola e de Alcoutim, numerosos e importantes vestígios arqueológicos, que estiveram na origem da incumbência cometida a Estácio da Veiga (PEREIRA, 1981; CARDOSO & GRADIM, 2004).

Ainda no dia 25 de Dezembro de 1876, o Diário de Notícias continuava a dar relevância ao acontecimento, publicando breve descrição dos estragos causados pela corrente, mencionando os vestígios arqueológicos postos a descoberto (Fig. 10):

“Os efeitos do temporal

Mertola

Um dos honrados empregados da casa dos srs. Alonso Gomes & C.^a, de Mertola, nos dá os seguintes pormenores relativos á grande inundação do Guadiana:

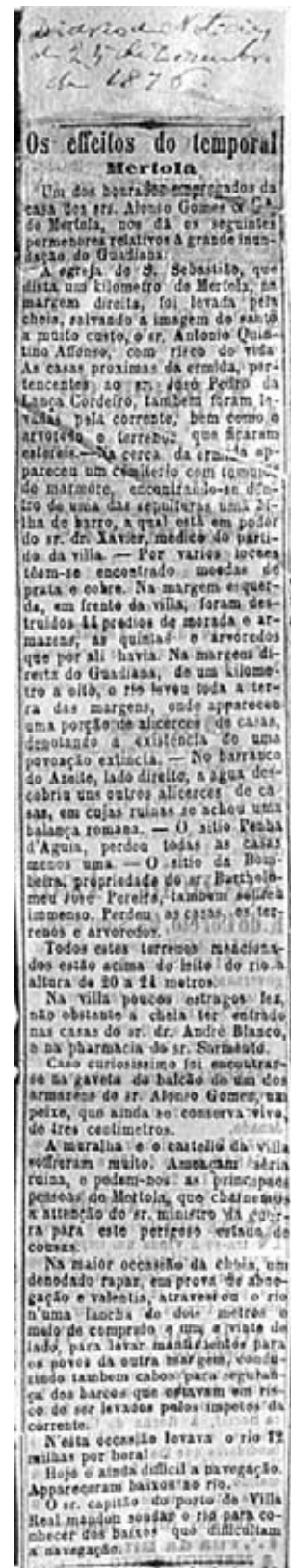
A igreja de S. Sebastião, que dista um kilometro de Mertola, na margem direita, foi levada pela cheia, salvando a imagem do santo a muito custo, o sr. Antonio Quintino Affonso, com risco de vida. As casas proximas da ermida, pertencentes ao sr. José Pedro da Lança Cordeiro, tambem foram levadas pela corrente, bem como o arvoredos e terrenos que ficaram estereis. – Na cerca da ermida appareceu um cemitério com tumulos de marmore, encontrando-se dentro de uma das sepulturas uma bilha de barro, a qual está em poder do sr. dr. Xavier, medico do partido da villa. – Por varios locaes têm-se encontrado moedas de prata e cobre. Na margem esquerda, em frente da villa, foram destruidos 44 predios de morada e armazens, as quintas e arvoredos que por ali havia. Na margem direita do Guadiana, de um kilometro a oito, o rio levou toda a terra das margens, onde appareceu uma porção de alicerces de casas, denotando a existencia de uma povoação extincta. – No barranco do Azeite, lado direito, a agua descobriu uns outros alicerces de casas, em cujas ruinas se achou uma balança romana. – O sitio Penha d’Agua, perdeu todas as casas menos uma. – O sitio da Bombeira, propriedade do sr. Bartholomeu José Pereira, tambem soffreu immenso. Perdeu as casas, os terrenos e arvoredos.

Todos estes terrenos mencionados estão acima do leito do rio a altura de 20 a 24 metros.

Na villa poucos estragos fez, não obstante a cheia ter entrado nas casas do sr. dr. André Blanco, e na pharmacia do sr. Sarmento.

Caso curiosissimo foi encontrar-se na gaveta do balcão de um dos armazens do sr.

Fig. 10 – Recorte do “Diário de Notícias”, de 25 de Dezembro de 1876, descrevendo os efeitos das cheias do Guadiana. Notas à margem, de Estácio da Veiga.



Alonso Gomes, um peixe, que ainda se conserva vivo, de tres centímetros.

A muralha e o castello da villa soffreram muito. Ameaçam séria ruina, e pedem-nos as principaes pessoas de Mertola, que chamemos a atenção do sr. ministro da guerra para este perigoso estado de cousas.

Na maior occasião da cheia, um denodado rapaz, em prova de abnegação e valentia, atravessou o rio n'uma lancha de dois metros e meio de comprido e um e vinte de lado, para levar mantimentos para os povos da outra margem, conduzindo tambem cabos para segurança dos barcos que estavam em risco de ser levados pelos impetos da corrente.

N'esta occasião levava o rio 12 milhas por hora!

Hoje é ainda difficil a navegação. Apareceram baixos no rio.

O sr. capitão do porto de Villa Real mandou sondar o rio para conhecer dos baixos que difficultam a navegação”.

Tais descobrimentos fortuitos, a que se juntaram os verificados no concelho de Alcoutim, nos sítios do Montinho das Laranjeiras e do Álamo, perto da margem direita do Guadiana, foram largamente comentados na opinião pública, logo que publicitados pela imprensa, o que motivou a atenção do Governo, que consultou a Academia Real de Belas Artes, através do seu Vice-Inspector, Marquês de Sousa-Holstein. Este Académico tinha redigido no ano transacto um Relatório sobre o ensino das Artes, a organização dos Museus e o serviço dos monumentos históricos e da Arqueologia, no qual expressa a opinião de que “A formação de um museu central em Lisboa, a conservação e desenvolvimento dos museus provinciaes, juntamente com uma boa organização do serviço de excavações contribuiria sem duvida muito para em Portugal levantar os estudos archeologicos do abatimento em que se acham, poisque, em que nos peze, é fora de duvida que taes estudos inaugurados por André de Resende, tão notavelmente perseguidos por algumas academias do século passado, estão hoje completamente desprezados (...)” (SOUZA-HOLSTEIN, 1875, p. 34, 35).

Tendo presente a competência de Estácio da Veiga no domínio da Arqueologia, já reconhecida oficialmente, através da entrada, nesse mesmo ano de 1876 na primeira instituição científica do Reino, a Academia Real das Ciências de Lisboa; o facto de se encontrar a redigir uma memória sobre a arqueologia do Algarve, na sequênciade estudos avulsos já publicados sobre a referida temática, que seriam do domínio do seu círculo de amigos e confrades; e, ainda, a realidade de ser algarvio, dispondo de inúmeros contactos, pessoais e familiares, que muito facilitariam os trabalhos de campo a empreender, conduziram naturalmente à sua incumbência de reconhecer as antiguidades postas a descoberto pelas cheias do Guadiana, e efectuar o reconhecimento das que pudessem existir no restante território algarvio.

Recorde-se, aliás, que Estácio mantinha contactos científicos com Sousa-Holstein desde pelo menos o início do ano de 1876, como se conclui de carta enviada pelo arqueólogo algarvio datada de 2 de Fevereiro de 1876 e conservada no Arquivo da Academia Nacional de Belas Artes (PEREIRA, 1981, Documento n.º 13), na qual se oferece para, a propósito do descobrimento e eventual exploração do cemitério romano de Marim, proceder a trabalhos arqueológicos na região do sotavento: “Deste a margem direita do rio Guadiana até à torre de Marim, e dali para o Milreu, recorrendo aos meus apontamentos, poderei citar todos os pontos em que se manifestam vestigios de construcções romanas; e prestar-me-ei a isso sem a minima reserva, se o governo para taes trabalhos mandar pessoa competente, que não esteja desprovida desses conhecimentos; pois o meu fim é contribuir embora com limitado auxilio, para o desenvolvimento de um estudo, que a civilização dos nossos dias está anciosamente exigindo.” A resposta, logo emitida a 4 de Fevereiro por Souza-Holstein, é francamente receptiva ao interesse de efectuar escavações no recém-descoberto cemitério, tomando a iniciativa de officiar sobre este assunto o Ministro respectivo (o do Reino).

Com tais antecedentes, a que se somava a sua particular formação científica, já atrás valorizada, Estácio da Veiga reunia, como nenhum outro arqueólogo do seu tempo, condições para ser nomeado para a exploração arqueológica de Mértola e do Algarve, a qual se veio a concretizar por Portaria do Governo, de 15 (ou 11) de Janeiro de 1877, nas circunstâncias que o próprio relatou, em 1880: “Foi o sr. Conselheiro António Maria de Amorim o primeiro interprete da opinião publica, como ao seu cargo competia, apresentando ao sábio ministro do reino o sr. António Rodrigues Sampaio a proposta para o exame das antiguidades, que alguns jornaes repetidas vezes recommendaram, e o sr. Sampaio, ouvido o conselho de ministros, foi o signatário da portaria que me auctorisou a emprehender esse exame” (VEIGA, 1880 a,

p. 3). Significativamente, omitiu neste processo o papel desenvolvido pela Academia Real de Belas Artes, apesar de as relações com os seus dirigentes então ainda não serem hostis, na sequência da organização naquela Instituição do Museu Arqueológico do Algarve.

Na pesquisa efectuada em sucessivos números do “Diário do Governo”, não se encontrou a publicação da referida Portaria, pelo que se desconhece quais as condições contratuais a que ambas as partes estavam obrigadas. Pela correspondência, verifica-se que a conclusão dos trabalhos estava prevista para o fim mês de Junho.

Deste modo, não se tratava, de um simples e limitado reconhecimento em torno dos vestígios acidentalmente descobertos; pela primeira e talvez única vez, em Portugal, não se pretendiam remediar os efeitos, mas prevenir as próprias causas, num processo de médio e longo prazo, que passava pela concretização de um objectivo muito preciso e ambicioso: o reconhecimento arqueológico de todo o Algarve e, com ele, obviar a futuras delapidações!

Esta decisão que deve ser entendida como excepcional, ao nível da Administração Pública, substituindo-se, como era e é usual, ao princípio do menor custo, sobretudo quando se trata de assuntos de carácter cultural, com pouco impacto na vida da população em geral, esteve na origem do mais notável estudo arqueológico até ao presente efectuado em Portugal por uma só pessoa, o qual, contra também a regra, foi levado a bom termo, pese embora as dificuldades que Estácio teve de vencer, à custa de muita pertinácia, só suportada pela sua vontade pessoal, decorrente da profunda convicção da valia da obra que estava realizando, a par e passo por si próprio afirmada.

*** **

Logo que incumbido da missão, e antes de comparecer no local das investigações, Estácio entrou em contacto com as individualidades de Mértola que mais informações lhe pudessem prestar, as quais não tardaram. É o caso de diversas missivas, enviadas em 20 de Dezembro de 1876, 25 de Dezembro de 1876 e 2 de Janeiro de 1877 por Manuel Inácio de Mello Garrido.

Carta de 20 de Dezembro de 1876 (Fig. 11):

“Meu prezado Mestre e Amigo.

Quando hontem recebi o telegramma de V. Exa., já tinha sahido o correio, e por isso não respondi logo, o que agora me apresso a fazer. O campo, onde appareceu o cemiterio, pode perfectamente ser explorado agora, apesar do tempo continuar por aqui impertinente chuvoso, pois que tendo anteriormente terra aravel, d’uma grande espessura, ficou, depois da cheia, sem terra alguma; e portanto difficil de se alagar, porque é levemente inclinado. Meu padraсто permite a exploração, e por este lado não ha duvida alguma.

O campo fica a nordeste da villa, e distante da mesma um kilometro e tanto, para o lado, onde unicamente podia, e onde effectivamente parece ter-se estendido a antiga povoação.

O campo era cercado, mas as paredes de pedra solta,

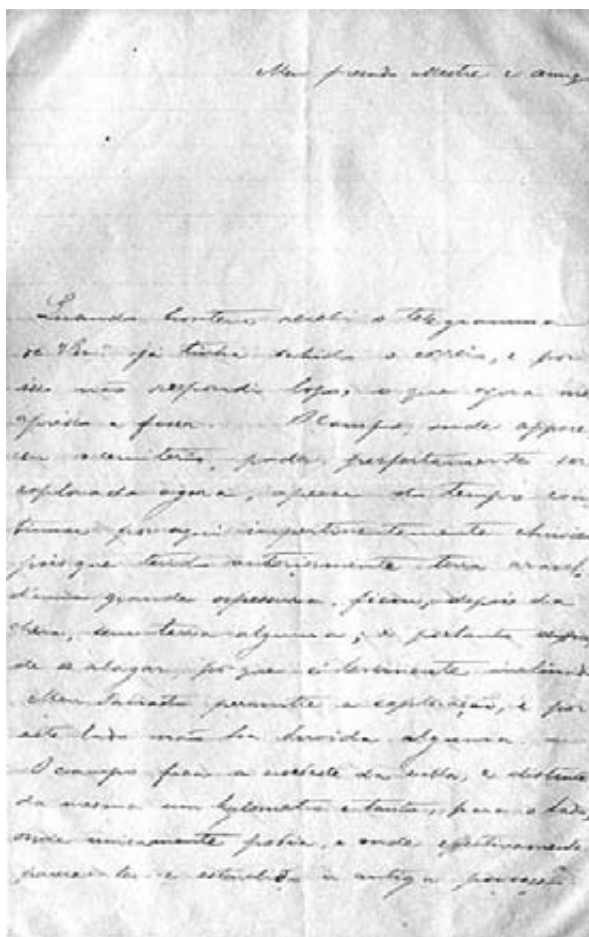


Fig. 11 – Primeira página da carta de Manuel Inácio de Mello Garrido de 20 de Dezembro de 1876.

que a cheia deitou quasi todas a terra, tinham sido mandadas faser por algum proprietario sem duvida, para demarcar e resguardar a propriedade. Nada leva a crer, que fossem contemporaneas do cemiterio. Emquanto a isto, nada posso acrescentar ás informações que já dei na minha, outra carta, senão que appareceu lá, ha poucos dias, uma moeda de cobre já gasta, pequena, e outra maior, pouco mais ou menos do tamanho d'um pataco, tambem de cobre, e com figuras d'ambos os lados, uma das quaes parece um sôlho. Esta ultima, que repito ter sido cunhada aqui, está tambem muito gasta e suja.

Depois, que escrevi a V. Exa. A minha outra Carta tive noticia de se terem descoberto, a uma légua e légua e meia d'aqui, vestigios de edificações antigas, arruadas, e as das calçadas das ruas. Tencionava agora ir ver isto, mas hontem perdi uma de minha thia, e não posso sahir d'aqui n'esta occasião.

Nada mais por hoje. Aqui fico ao dispor de V. Exa., como quem

De V. Exa.

Antigo discipulo e am.º cd.º e obr.º

Mertola 20 de Dezembro de 1876

M.el I. de Mello Garrido”

O cemitério a que se alude nesta carta corresponde à vasta necrópole da Cerca de S. Sebastião, assim designada por o referido espaço se encontrar murado. Aparte a recolha de alguns materiais arqueológicos, com destaque para uma urna ainda com alguns restos de cinzas e de ossos calcinados, oferecida pelo médico Dr. António Xavier de Brito e depois reproduzida (VEIGA, 1880 a, Est. V), bem como a observação de diversas sepulturas postas a descoberto pelas enxurradas, a exploração da necrópole não foi então possível, porque a isso se opôs o proprietário do terreno, situação que o próprio Estácio compreendeu, dados os estragos provocados na propriedade pela torrente. Já as edificações antigas, localizadas a uma légua e légua e meia da vila, parecem corresponder aos vestígios encontrados na Vargem da Vaqueira, cerca de 2 km a jusante de Mértola, ou na Vargem de S. Braz, distante da vila mais de 2 km para montante.

Carta de 25 de Dezembro de 1876 (Fig. 12):

“Exmo. Snr.

Acabo de receber a carta de V. Exa., á qual me apresso a responder. Meu padastro responderá tambem a V. Exa. amanhã, concedendo a licença pedida para a exploração do terreno, onde foi descoberto o cemiterio antigo. Quando V. Exa. quizer vir, e isto entendo, que deverá ser com a maior brevidade, para evitar que se perca algum vestigio importante, não haverá a menor duvida em poder examinar todos os monumentos, moedas, e objectos archeologicos, por aqui encontrados

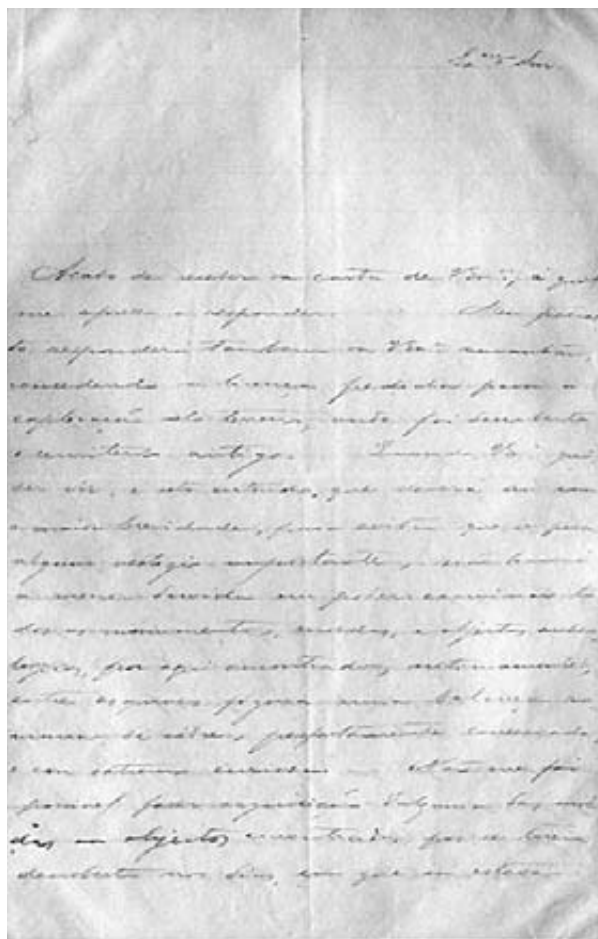


Fig. 12 – Primeira página da carta de Manuel Inácio de Mello Garrido de 25 de Dezembro de 1876.

ultimamente, entre os quaes figura uma balança romana, de c6bre, perfeitamente conservada, e em extremo curiosa. N6o me foi possivel faser aqquisi6o d'alguma das moedas ou objectos encontrados por se terem descoberto nos dias, em que eu estava de nojo pela morte d'uma thia minha, e ter havido logo quem as comprasse.

Todavia est6o nas m6os de pessoas, que de b6a vontade se prestam a manifestal-os para serem descriptos. A balança foi comprada por um individuo, com quem (???) instar para que m'a venda.

Emquanto 6a moeda, de que fallei ao nosso amigo o Snr. Soromenho, o qual 6a primeira vista me parecia ter no anverso um s6lho, peixe muito apreciado, que se p6sca no Guadiana, e que por esta circumstancia suppunha ter sido cunhada aqui, por ter j6 visto e possuido outras com o mesmo cunho, n6o me parece j6, que seja a d'aquelle peixe a figura, que l6 se divisa, mas sim uma outra figura, semelhante 6s que se v6em nas moedas, cunhadas em Serpa. No cemiterio, que ha pouco se descobriu t6m apparecido por agora dois vasos de barro, de differente forma, encerrando ossos humanos, pertencentes a individuo adulto, cujo cadaver parece ter sido submettido ao processo de incinera6o. Assim o julgo por circumstancias, que (???) mencionar agora visto que V. Exa. vem aqui, onde ha muito, que v6r e examinar.

Emquanto no que V. Exa. me diz sobre hospedaria, onde se aloje, durante a sua permanencia n'esta terra, eu tomo a liberdade de p6r a minha casa 6a sua disposi6o, n6o obstante a resolu6o, em que V. Exa. esta. Todavia se me n6o quizer dar esta honra, e insistir no seu proposito, indico a V. Exa. a hospedaria do Mendon6a, unica rasoavel, que ha aqui, e que est6 no proprio sitio, onde costumam parar as diligencias e trens, que v6m de Beja.

Offerecendo-me desde j6 para o acompanhar e ajudar nas suas investiga66es archeologicas n'esta villa, e pondo 6a sua disposi6o o meu limitadissimo prestimo, tenho a honra de me assignar

De V. Exa.

Cr.dor V.a e obg.mo

Mertola 25 de Dezembro de 1876

Manuel Ignacio de Mello Garrido”

Nesta missiva, o correspondente de Est6cio, pessoa curiosa e informada, relacionada com reconhecidos especialistas da 6poca, como Augusto Soromenho, declara que a “explora6o do terreno, onde foi descoberto o cemit6rio antigo” (refere-se 6a Cerca de S. Sebasti6o) n6o traria quaisquer dificuldades, o que no entanto n6o se verificou. A grande necr6pole romana da Cerca de S. Sebasti6o s6o viria a ser explorada entre Outubro de 1991 e Janeiro de 1992, prosseguindo a explora6o nos anos seguintes, at6 1998. No total, foram identificadas e escavadas 269 sepulturas tardo-romanas, situ6veis entre o s6culo III e o s6culo V d. C. Situava-se junto a uma via, variante da que ligava Myrtilis a Pax Ivlia, e j6 fora de portas da cidade, respeitando assim os princ6pios em vigor na 6poca (LOPES, 1999).

A aludida balança romana, de cobre e de pequenas dimens6es, foi recolhida no Barranco do Azeite, campo com ru6nas situado cerca de 13 km a jusante de M6rtola, mas Est6cio n6o a conseguiu desenhar, dada a falta de tempo (VEIGA, 1880 a, p. 16). Quanto 6a moeda, alude-se 6a pessoa de Augusto Soromenho, latinista e professor do Curso Superior de Letras de Lisboa; trata-se certamente de uma cunhagem local, de Myrtilis, e n6o 6a figura das rar6ssimas cunhagens atribuidas, com reserva, a Serpa, a antiga Sirpens (VASCONCELLOS, 1901, Fig. 22). Ali6s, os dois decalques de moedas de Myrtilis executados por Est6cio n6o deixam d6vidas quanto 6a cunhagem ter sido feita nesta localidade. Curiosa 6a tamb6m a alus6o ao solho, ou esturj6o, o qual ainda se capturava, e aparentemente com regularidade, na 6poca, no rio Guadiana.

Carta de 2 de Janeiro de 1877 (Fig. 13):

“Exmo. Snr.

Recebi a muito apreciavel carta de V. Exa., de 29 de Dezembro ultimo, e igualmente recebi um bilhete de pezames pela morte de minha thia, o qual muito me penhorou, e abre no meu cora6o uma divida de gratid6o. Aceite pois V. Exa. os meus mais sinceros agradecimentos.

Vejo com bastante magua, que ficou mallograda a explora6o do cemiterio, encontrado nas proximidades desta Villa,

e que tao interessante devia de ser para a archeologia. Effectivamente porem, perante uma exigencia tão despropositada, como a de meu Padrasto, é impossivel realizar-se. Eu por este lado nada posso faser porque me não entendo muito bem com elle, e quasi sempre andamos de mal. Pel-o que respeita todavia aos campos onde a cheia deixou a descoberto os vestigios de duas antigas povoações, eu promptifico-me, se V. Exa. vier, a arranjar a devida licença dos seus proprietarios para serem explorados, com indemnisação.

Sem querer tomar mais tempo a V. Exa., e ficando inteiramente ao seu dispôr, peço licença para do futuro me considerar

De V. exa.

Am.º certo e cr.dor V.a e obg.mo

Mertola 2 de Janeiro de 1877

Manuel Ignacio de Mello Garrido”

Esta carta confirma a impossibilidade de se efectuarem as pretendidas escavações na Cerca de S. Sebastião, aludindo à exigência despropositada do proprietário, que se resumia, como Estácio depois declarou em 1880, na entrega de uma indemnização a qual, naturalmente, não estava em condições de assumir. Reafirma-se o potencial interesse dos dois sítios onde a exploração arqueológica seria proveitosa, correspondente provavelmente à Vargem de S. Braz e a Vargem da Vaqueira.

Estas informações afiguraram-se úteis, entre outras, para que Estácio pudesse organizar eficazmente a sua curta estada no terreno, rentabilizando o tempo a dispendir.

Com idêntico objectivo, antes de partir para o terreno, Estácio da Veiga elaborou um inquérito arqueológico, semelhante ao que preparou para o Algarve, também datado de 5 de Fevereiro de 1877. É natural que este documento tivesse sido antecipadamente distribuído na vila, junto das pessoas mais

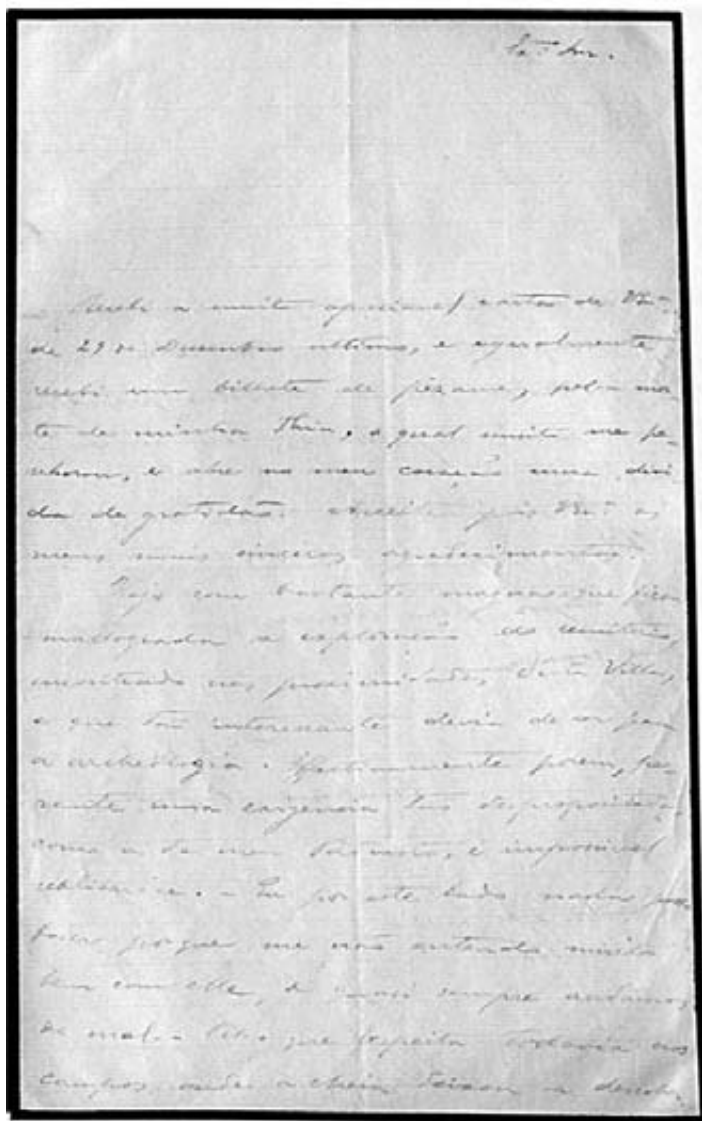


Fig. 13 – Sobrescrito e primeira página da carta de Manuel Inácio de Mello Garrido de 2 de Janeiro de 1877.

ilustradas, sob a égide da autoridade em representação do Governo: o Administrador do Concelho, figura hoje desaparecida na organização do poder local, além dos seus correspondentes locais (Fig. 14):

“Districto de Beja
Concelho de Mértola

1.º Se consta terem sido observados, em determinadas condições geológicas, alguns vestígios humanos ou artefactos que possam referir-se á época da formação dos respectivos terrenos?

2.º Podem ser designados alguns logares em que se tenham descoberto instrumentos de pedra lascada, e de pedra polida principalmente os denominados pedras de raio?

3.º Ha no concelho algumas grutas, cavernas, ou furnas?

4.º Ha alguma Anta, inteira ou em ruínas, ou quaes quer outros monumentos de pedra tosca isolados, grupados, em alinhamentos, ou formando circuitos?

5.º Ha noticia de sitios em que se tenham encontrado instrumentos e utensilios de cobre, de bronze, ou de outro metal?

6.º Ha no concelho alguma mina com indícios de trabalho antigo, e donde se tenham extraído diversos artefactos de origem desconhecida?

7.º Ha sitios, que manifestem vestígios de edificios arrrazados, signaes de canalisação, de arruamentos ou de estrada calçada (???) para o sul como na orientação de Beja, algum marco milliario, fragmentos de pilastras, e de colunas, quer sejam bases, fustes ou capiteis, de cornijas ornamentadas, de arcos, ou de quaesquer outras peças de trabalho architectonico, e de escultura como estatuas, baixos relevos com figuras simbolicas, etc.?

8.º Em que distancia e orientação se acha o sitio mais abundante de construcções arrazadas, tanto em relação á villa, como ao campo mortuario ultimamente descoberto, e que objectos consta terem sido alli achados, que possam dar idéa da época e do povo a que devam attribuir-se os jazigos?

9.º Em que sitios têm apparecido monumentos sepulcraes isolados, com ossos ou sem elles, e contendo objectos de argilla, de vidro, de metal, etc.?

10.º Em que logares ha monumentos ou pedras com letreiros antigos?

12.º Em que sitios têm apparecido moedas antigas, e quem as tem colligido?

11.º Ha edificios publicos ou particulares, que no seu revestimento externo manifestem fragmentos de monumentos architectonicos?

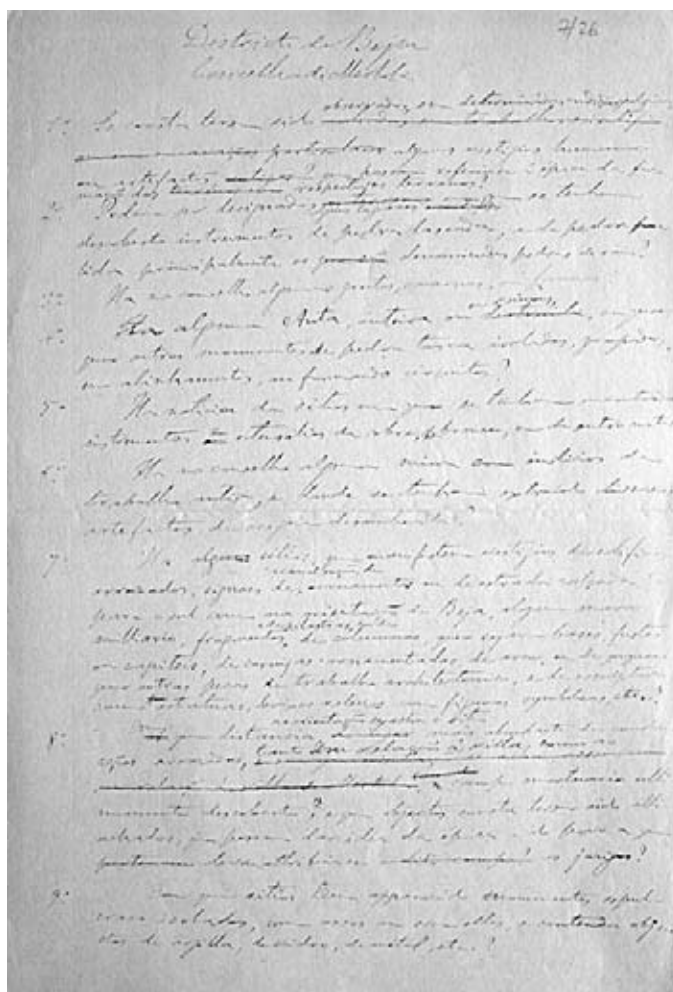


Fig. 14 – Primeira página da minuta do inquérito relativo ao levantamento arqueológico de Mértola.

13.º Ha noticia de logares onde se tenham verificado construcções subterraneas?

14.º Dentro ou fóra da villa, em obras de construcções modernas tem apparecido vestigios de edificios antigos? E alguns objectos artisticos?

15.º Ha no castello algum indicio apparente de construcções diversas, e visivelmente monumentos aproveitados como material de construcção?

16.º Existe ainda, perto do convento de S. Francisco, o monumento com a inscripção árabe, cuja traducção foi publicada por Fr. João de Sousa, e ha noticia de mais inscripções da mesma época?

17.º Entre os monumentos posteriores á fundação da monarchia, quaes são considerados como mais antigos e notaveis dentro dos limites do concelho, em quaes aquelles em que se acham inscripções, abertas em caracteres estranhos aos do alphabeto latino?

18.º Ha no concelho algum archeologo ou pessoa instruida, que tenha estudado as antiguidades locaes, ou colligido objectos archeologicos?

Obs.= Cada logar, dos que fôrem designados como sédes de antiguidades de qualquer época, convem que seja indicado com o seu nome local, com o do seu actual proprietario e com a orientação geographica e distancia, em relação á villa.

5 de Fevereiro de 77".

O teor deste inquérito mostra que Estácio se tinha previamente documentado sobre as antiguidades da vila, designadamente sobre a inscripção em caracteres arábicos estudada por Frei João de Sousa e por este publicada nas "Memórias de Literatura da Academia Real das Ciências", Lisboa, 1793.

Nesse mesmo dia, Estácio remete ao Governador Civil do Distrito de Beja Officio solicitando-lhe que envide esforços para que o Administrador do concelho de Mértola o auxilie naquilo que for de sua competência (Fig. 15):

"Ao G. Civil do Distr.º de Beja
N.º 2

Ill.mo Ex.mo Sr.

Encarregou-me Sua Magestade El Rei, meu Augusto Amo e Senhor, por portaria passada pelo Ministerio do Reino em 11 de Janeiro, de proceder ao reconhecimento directo das antiguidades dos campos de Mértola, e de outros trabalhos archeologicos respectivos ao districto de Faro; e sabendo oficialmente que a V. Exa. foi expedida a competente communicação, a fim de que se dignasse coadjuvar-me com os seus valiosos auxilios,

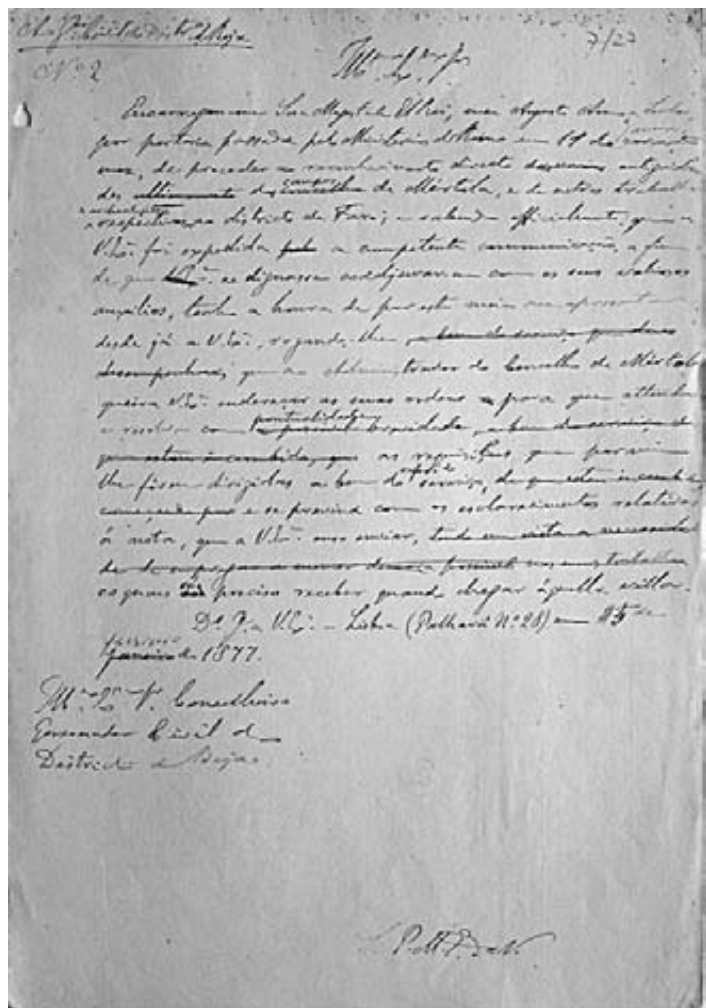


Fig. 15 – Minuta do Officio dirigido ao Governador Civil de Beja a 5 de Fevereiro de 1877.

tenho a honra de por este meio me apresentar desde já a V. Exa., rogando-lhe que ao Administrador do Concelho de Mértola queira V. Exa. endereçar as suas ordens para que atenda e resolva com pontualidade as requisições que por mim lhe fôrem dirigidas a bem do referido serviço, e se previna com os esclarecimentos relativos á nota, que a V. Exa. ousou enviar, os quaes só preciso receber quando chegar áquella villa.

Ds. G.e a V. Exa. – Lisboa (Palhavã n.º 28) em 5 de fevereiro de 1877.

Ill.mo Ex.mo Sr. Conselheiro Governador Civil do Districto de Beja
S. P. M. E. da V.”

A fim de claramente ficarem definidas previamente as suas competências, para a prossecução eficaz da missão que tinha sido encarregue pelo Governo, de modo a que estas não fossem por ninguém questionadas, pede que através deste, lhe sejam dadas instruções e que, as respectivas resoluções sejam do conhecimento das autoridades com quem tinha de se entender, tanto em Mértola, como no Algarve. As instruções e as resoluções delas decorrentes encontram-se explicitadas no seguinte documento, muito rasurado (Fig. 16), datado de 5 de Fevereiro de 1877:

“Sebastião Philippes Martins Estacio da Veiga, encarregado do reconhecimento archeologico do Algarve e dos campos de Mértola:

Pede as instrucções seguintes:

1.^a Quando haja necessidade de dirigir por escripto ou por telegramma alguma communicação ao Ministerio do Reino, com que auctoridade deve corresponder-se?

2.^a Não podendo os directores de obras publicas em algumas localidades fornecer os operarios precisos para as explorações, e convindo que este serviço não soffra a minima demora, a fim de que o prazo marcado pelo Governo seja devidamente bem aproveitado, poderei requisitar os ditos operarios aos administradores dos concelhos, sendo elles previamente prevenidos neste sentido pelos governadores civis?

3.^a Quando no decurso dos trabalhos appareçam, ou já tenham antecedentemente apparecido em propriedades particulares, monumentos archeologicos, que pela sua importancia mereçam ser adquiridos por conta do Estado, ou que por correrem o risco de serem destruidos não haja outro meio de os resgatar, como devo prevenir e tratar este assumpto?

4.^a Havendo particulares, que offereçam ao Estado alguns monumentos que destino devo dar-lhes, em que repartições dos concelhos convirá melhor deposital-os, e a que auctoridade, poderei requisitar o seu transporte e arrecadação temporaria?

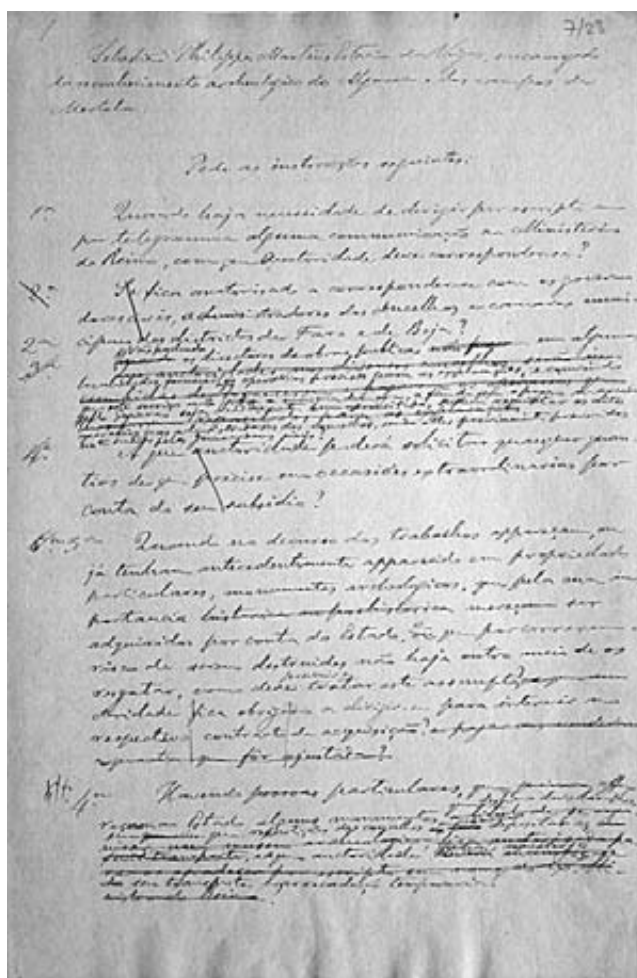


Fig. 16 – Primeira página da minuta do documento dirigido ao Governo através provavelmente do Ministro do Reino a 5 de Fevereiro de 1877.

5.^a Convindo dar-se o mais proveitoso destino aos monumentos, que o Estado poder adquirir no Algarve e nos Campos de Mértola, e querendo o Governo determinar que com elles se comece a organização de um grande museu archeologico central, em que sejam systematicamente representadas as antiguidades do reino, a que repartição da capital devem ser endereçados os ditos monumentos, e a que auctoridade poderei dirigir-me solicitando o respectivo transporte?

6.^a Preferindo porem o Governo, que com os ditos monumentos adquiridos se comece provisoriamente a util instituição de dois museus archeologicos districtaes, um em Beja e outro em Faro, sob a protecção dos governadores civis, poderei neste sentido entender-me com estas auctoridades, para que os façam transportar, e convoquem uma commissão provisoriamente encarregada da sua regular coordenação, de promover a aquisição dos que se forem descobrindo, e de registrar em livro especial a entrada de cada um, com a noticia do logar e condições archeologicas do seu apparecimento, e quem assim prosiga até haver lei geral e regulamentos correspondentes para regerem este importantissimo assumpto?

Instrucções, resoluções e objectos, que pede EdaV para bem regular os serviços concernentes á commissão archeologica de que se acha incumbido.

Que ao Ministerio das Obras Publicas sejam pedidos varios instrumentos e utensilios de trabalho, que em nota separada designoo, sob a condição de serem restituídos os que não forem de consumo, logo que finde a minha commissão.

8.^a Convindo que tenham o mais proveitoso destino os monumentos que o Estado poder obter no Algarve e nos campos de Mértola, deverão ser acondicionados e transportados para Lisboa com direcção ao Secretario Geral da Academia Real das Sciencias, para com elles preparar a mesma Academia a organização de um grande museu archeologico, em que sejam systematicamente representadas as antiguidades do reino, por isso que a sua lei fundamental lhe incumbe este estudo especial? Ou prefere e determina o Governo, que com os ditos monumentos se comece provisoriamente a instituição de dois museus archeologicos districtaes, um em Faro e outro em Beja, sob a protecção e presidencia dos respectivos governadores civis, ficando a cargo destas auctoridades a nomeação, precedida de convite, de tres ou cinco individuos de reconhecida illustração para se constituirem em commissão permanente, a fim de conservarem os que se tenham adquirido, promoverem a aquisição dos que se fôrem descobrindo na sua área districtal, ocuparem-se em reunir elementos para o seu estudo, e em registrarem, a respeito de cada um, o logar e as condições archeologicas do seu descobrimento, emquanto não houver lei geral e regulamentos especiaes, que vejam esta importantissima riqueza scientifica do paiz?

Pede as seguintes resoluções:

7.^a Sendo de grande apreço as informações que podem prestar os engenheiros encarregados dos trabalhos geódesicos e hydrográphicos do Algarve desejo ter nota dos pontos em que actualmente trabalham estes engenheiros, e que o director geral dos trabalhos geologicos os convidem a instruirem-me com os seus auxilios, e que do mesmo modo sejam prevenidos os engenheiros empregados na viação ferrea.

8.^a Que para a copia em duplicado das inscrições pelo processo calcographico, e tiragem dos relevos ornamentaes e symbolicos dos monumentos, tenha ordem a Imprensa Nacional para lhe fornecer umas 400 folhas de papel de impressão incorporado e de grande formato, e dez mãos de papel plastico (papel córado de algodão de folha grande), precedendo a escolha das quantidades mais appropriadas, por isso que a retalho não se acham estes papeis á venda publica.”

Embora não endereçado, conclui-se, pela respectiva leitura, que este documento se destinava ao Ministro do Reino, que superintendia na administração civil do território. A minúcia com que se previram as necessidades decorrentes da realização dos trabalhos de campo é bem demonstrativa do cuidado com que Estácio os preparou. Note-se que este documento foi escrito, tal como os anteriores, a 5 de Fevereiro de 1877, quando Estácio ainda se encontrava em Lisboa, o que reforça os cuidados dispensados à preparação da missão arqueológica a Mértola e ao Algarve de que estava encarregue.

Consequência imediata de uma do anterior conjunto de resoluções, por si requeridas, é o pedido endereçado a 14 de

Fevereiro de 1877 ao Director da Imprensa Nacional, para que lhe fossem fornecidas diversas quantidades de diferentes tipos de papel de que precisava, invocando a autorização já dada pelo Ministério do Reino, o que leva a concluir que a minuta acima transcrita tenha sido deferida rapidamente (Fig. 17):

“N.º 4

Illmo. Exmo. Sr.

Estando V. Exa. auctorizado pelo Ministerio do Reino para me mandar fornecer o papel que requisitei para o serviço de que fui incumbido no Alemtejo e Algarve, peço por enquanto a V. Exa. cem folhas do de n.º 5 – 1.º, duzentas do de n.º 5 – 2.º e tambem duzentas do de algodão ordinario, sendo este porem de grande formato e de qualquer cor.

Ds. G.e V. Ex.^a. – 14 de Fevereiro de 77.

(R. de S. José, 215 – 3.º andar)

Illmo. Exmo. Sr. Conselheiro

Director Geral da Imprensa N.al

S. P. M. E. da V.”

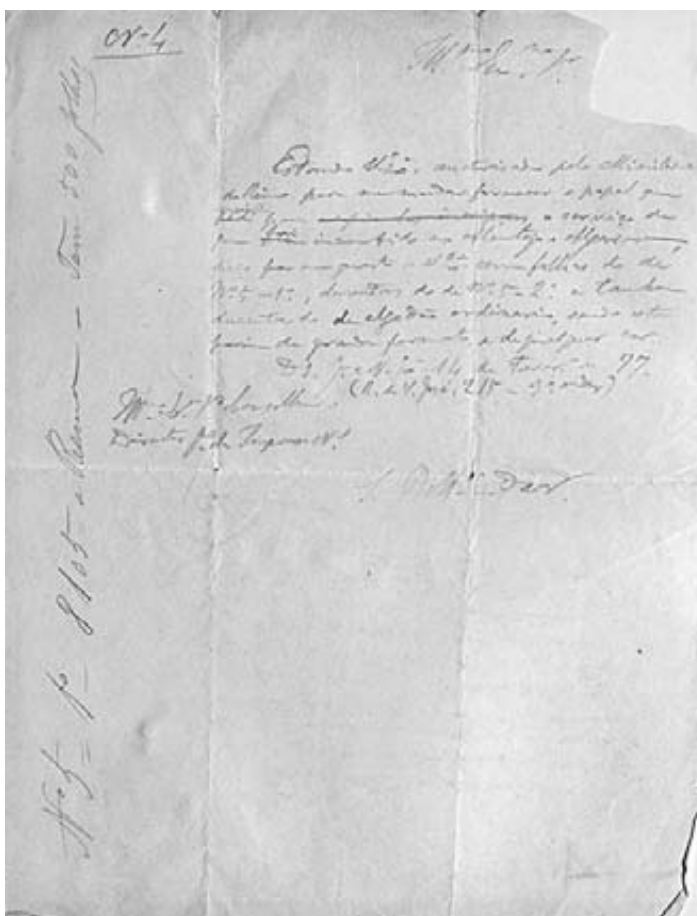


Fig. 17 – Minuta do Officio dirigido ao Director da Imprensa Nacional a 14 de Fevereiro de 1877.

Verifica-se que o arqueólogo algarvio vivia então num modesto terceiro andar da popular Rua de S. José, em Lisboa, depois de ter casa montada em Palhavã, vindo, mais tarde, a residir no não menos popular Largo de Arroios, onde viria a falecer. Esta movimentação faz crer que poucos bens possuiria. Com efeito, ao longo de toda a correspondência, perpassa a ideia de uma vida remediada, em que as subvenções do Governo, por insuficientes que fossem, faziam efectivamente falta à economia doméstica. É provável que esse facto tenha determinado a permanência, durante longas temporadas, no Algarve, de 1882 em diante, onde a vida era mais barata; residindo em casa própria e aproveitando o que tinha de seu, poderia viver mais desafogadamente.

Estácio chegou a Mértola na diligência vinda de Beja a 2 de Março de 1877. Cuidadoso com tudo o que lhe dizia respeito, conservou o respectivo bilhete, que constitui hoje uma raridade curiosa (Fig. 18).

No decurso da sua estada na vila, efectuou investigações em diversos locais, como o Barranco do Azeite, a Cerca de S. Sebastião, a Vargem da Vaqueira e a Vargem de S. Braz. A Vargem da Bombeira possuía vestígios de construções análogas às observadas naqueles dois últimos locais, e, tal como ali, não se efectuaram explorações por absoluta falta de tempo. Foi o espaço urbano da vila que proporcionou a Estácio os melhores resultados, designadamente a área entre o Rocio do Carmo e a ermida de Santo António, onde investigou notável necrópole peleocristã. Ainda no decurso da sua presença na vila, apenas cinco dias depois de ali ter chegado, comunica a João Pedro da Costa Basto, a 7 de Março, as suas primeiras descobertas, solicitando ao Oficial maior da Torre do Tombo, a quem trata por Amigo e Mestre, comentários sobre a leitura de diversas epígrafes por si identificadas (Fig. 19):

“A João Pedro Basto – Torre do Tombo – Lisboa.

Exmo. Am.º e Mestre

Cheguei a esta villa em 2 do corrente, e não obstante haver-me encontrado com uma epidemia de bexigas, ainda aqui estou e estarei mais alguns dias, até terminar o trabalho respectivo ás antiguidades locais, de que tão arrebatadas noticias deram alguns periodicos.

Ganharam aqui muita importancia algumas cousas que pouca attenção me parece merecerem, posto que esta gente nunca observasse certos monumentos epigraphicos de grande valor, que logo descobri nos tres primeiros dias da minha residencia nesta terrinha agreste e exquisita.

Descobri pois, entre outras, (todas inéditas) duas inscrições árabes, e as tres, de que lhe envio copias, tiradas em papel molhado, mas peço-lhe que não as mostre por enquanto a pessoas, que possam anticipadamente divulgá-las.

A 1.ª não a entendo; parece-me escripta em caracteres gregos; a 2.ª, como não trouxe dictionarios de abbreviaturas, não posso ainda ler correntemente; e a 3.ª está quasi no mesmo caso, comquanto pouco me falte para a sua completa interpretação.

Eis aqui, por ora, a minha leitura:

2.ª = ORANI – A PML (Famula?) DI (Domini) VXIT (Vixit) –

AN (Annos?) T ES (?) REQEVIT (Requievit) – INRCE

(In pace) D (Domini?) IDVS – NOVEMBER (November) –

A (era) JXI (era 511?) AS (?)

3.ª = FAMVLA DEI – VIXIT AN – NOS LXX – P*M* (?) REQVI – EVIT IN PA – CE DNI (Domini)

DIAE – PRIDIAE KAL – FEBRUARIAS – ERA D LVI (556 ?)

Falta o nome da sepultada, e como não tenho aqui livros em que estude as siglas P. M da quarta linha, bem como os caracteres que na ultima designam a era do fallecimento, peço-lhe



Fig. 18 – Bilhete da diligência que transportou Estácio da Veiga de Beja para Mértola a 2 de Março de 1877.

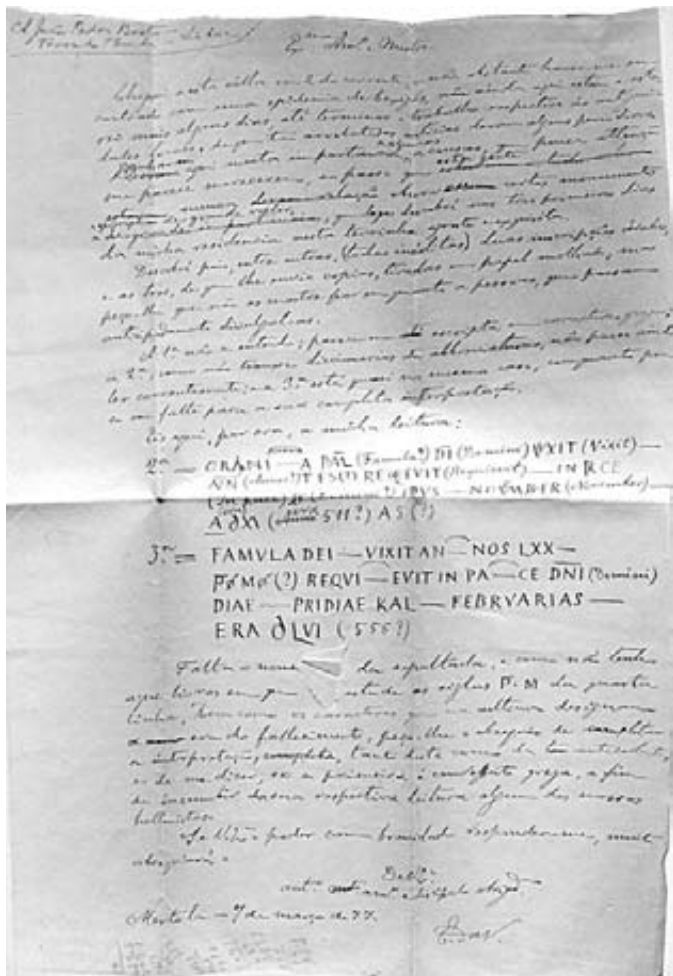


Fig. 19 – Minuta da carta dirigida a João Pedro Basto, Oficial maior da Torre do Tombo, a 7 de Março de 1877.

o obsequio de completar a interpretação, tanto deste como da antecedente e de me dizer, se a primeira é com efeito grega, afim de incumbir da sua respectiva leitura algum dos nossos hellenistas.

Se V. Exa. poder com brevidade responder-me, muito obsequiará o

Ant.º am.º e discipulo obrig.º

Mertola – 7 de março de 77. E. da V.

O latinista responde-lhe logo a 10 de Março, nos termos seguintes (Fig. 20):

“Torre 10/3/77

Exmo. Am.º e Sr.

Hontem não tive tempo e hoje apenas posso dispor de alguns momentos para lhe dizer o que me occorre ácerca das interessantes inscrições, cujos calcos me remetteu. Sinto não ter os livros necessarios, nem occasião opportuna para mais demorado estudo; mas o que me parece é o seguinte:

1.ª Inscr.

ORANI
A PM DI VXIT
ANTES REQEVIT
INRCE D IDVS
NOVMBER
A DXI AS

Eu leio = Orania / famula? ou antes puela?) dei vixit annos tres (por esquecer talvez gravar o R) requievit in pace deposita idus novembris era DXI (511).

As letras AS do fim não sei o que querem dizer.

2.ª Inscr.

FAMVLA DEI
VIXIT AN
NOS LXX
P. M. REQVI
EVIT IN PA
CE DNI DIA E
PRIDIAE KAL
FEBRUARIAS
ERA DLVI

Esta não tem difficuldade = ... famula Dei vixit annos LXX, plus minus, (pouco mais ou menos) requievit in pace domini diae pridiae kalendas februarias era 556.

Quanto á grega não sei dizer nada.

Não devolvo os calcos porque não supponho que lhe sejam necessários (Fig. 21). Guardo-os em quanto não vem, e não os mostrarei a pessoa alguma, que possa abuzar.

Sem tempo para mais. Desponha de qm é

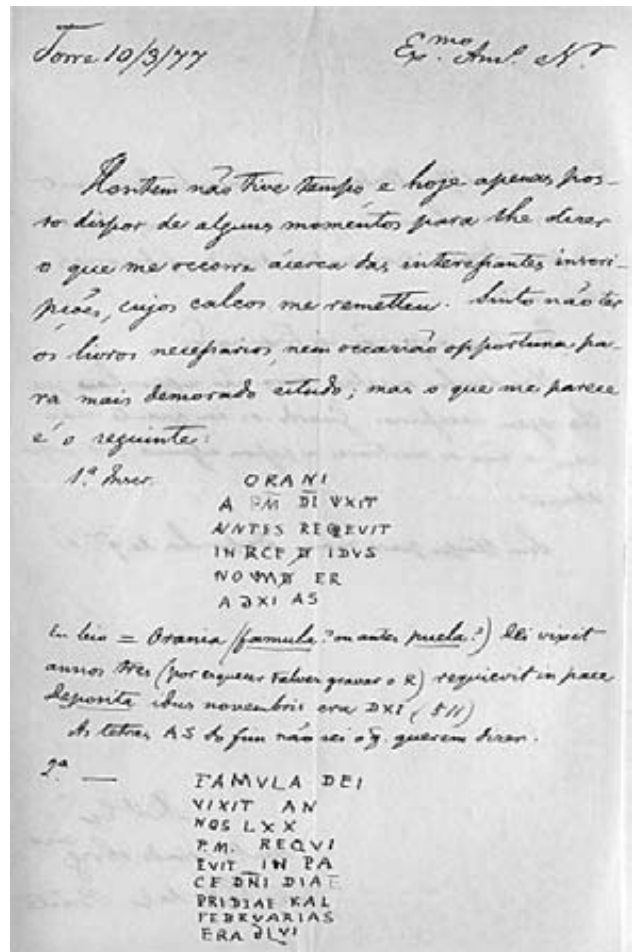


Fig. 20 – Carta de João Pedro Basto, de 10 de Março de 1877.

De V. Exa.
Am.º e criado obrigmo.
João Pedro da C. Basto

Estas são, pois, as primeiras inscrições, cuidadosamente decalcadas por Estácio, em ensaios sucessivos (Fig. 27), da notável necrópole paleocristã que existiu no espaço urbano de Mértola, que se desenvolvia entre o Rocio do Carmo e a Ermida de Santo António, comunicadas sob reserva a João Pedro da Costa Basto.

As inscrições referidas nestas duas cartas foram ulteriormente publicadas por Estácio da Veiga. Assim, sabe-se que a primeira inscrição lhe foi oferecida por Alonso Gomes, que a havia comprado ao trabalhador que a encontrou, quando se abriu “o corte da estrada de Mértola para Beja, junto à valleta e quasi em frente da ermida de Santo António” (VEIGA, 1880 a, p. 101). A segunda, igualmente achada junto da berma da referida estrada, foi comprada por Domingos Martins Peres, que também a ofereceu a Estácio (VEIGA, 1880 a, p. 108).

A inscrição grega referida (Fig. 30) e da qual, à data, não se sabia o significado, foi achada, tal como as duas anteriores, “junto á valleta do lado opposto da estrada de Mértola para Beja na occasião em que se faziam os desaterros para a execução do traçado d’aquella estrada.” A lápide, descoberta, tal como as duas anteriores, antes de o arqueólogo ter chegado à vila, fora-lhe oferecida por Domingos Martins Peres, que, tal como a anterior, a ofereceu a Estácio da Veiga, que a publicou, depois de consultado o seu amigo Hübner, em 1880. Este monumento é notável, como o próprio sublinha, “testemunhando o elemento bysantino, de que dão prova alguns portos de Hispanha e Portugal, até á epocha do imperador Justiniano, que morreu no anno de 565” (VEIGA, 1880 a, p. 119). A esta inscrição grega, outras se lhe

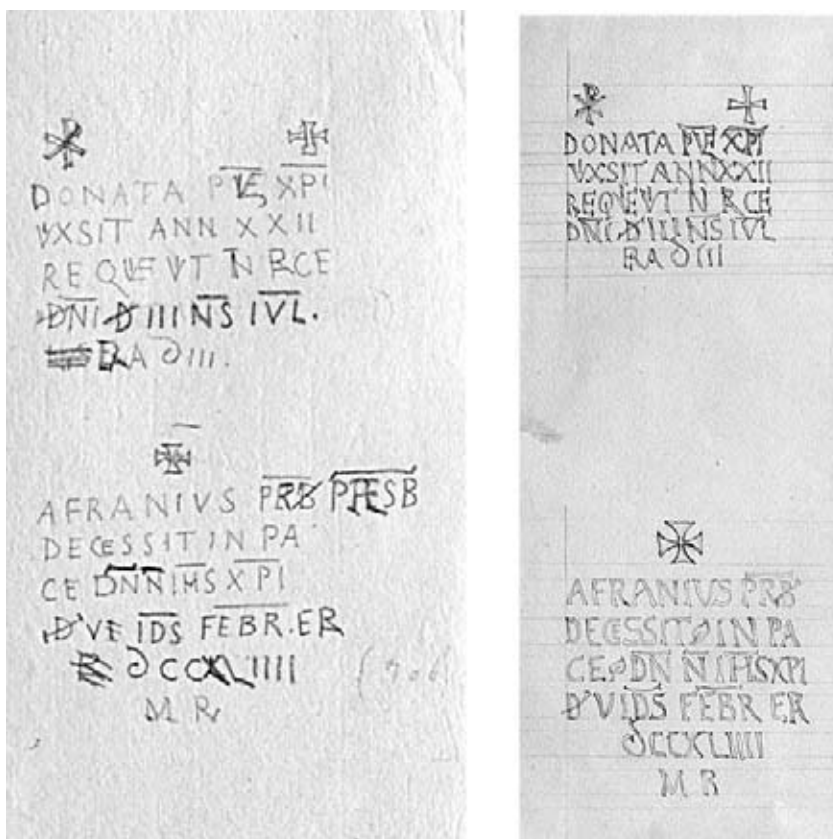


Fig. 21 – Ensaios de decalque e transcrição das lápides de Donata e de Afranius.

haveriam de juntar mais tarde (DIAS, in TORRES & MACIAS, 1993).

Outra notável inscrição de que se guarda decalque feito na época (Fig. 31) é a do prebitero *Satirio*, “(...) que Manuel de Oliveira achou junto ao seu quintal, no Rocio do Carmo, quasi a um metro de fundura, e que logo destinou para a lareira da chaminé !” (VEIGA, 1880 a, p. 103).

*** **

As onze lápides funerárias visigóticas, inteiras ou fragmentadas, recolhidas por Estácio no decurso dos dez dias que permaneceu em Mértola foram por si inventariadas, conjuntamente com outras inscrições, em duas folhas manuscritas (Fig. 22). A estas, juntaram-se mais três, obtidas ulteriormente (VEIGA, 1880, p. 21).

A conclusão de ter existido em Mértola uma igreja cristã, foi logicamente deduzida da presença de um presbítero: “Veiu este monumento revelar, que no anno de 476 havia em Myrtilis uma igreja christã; pois foi n’aquelle anno que o presbytero Satirio começou a governal-a, sendo mui provável que já anteriormente existisse, tanto mais que o epitaphio não designa como primeiro este presbytero” (VEIGA, 1880 a, p. 105).

Perto do local de recolha desta lápide, foi identificada por Estácio da Veiga, numa breve escavação realizada no decurso da sua estada em Mértola em Março de 1877, uma base de coluna de mármore assente em cimento e “um grande fragmento de gradaria ou de janella, também de mármore (...); o que me deixa presumir, que na própria igreja fosse sepultado o presbytero que a governou treze annos” (*idem, ibidem*). Com efeito, esta conclusão foi ulteriormente confirmada por J. Leite de Vasconcellos, em 1908, aquando das extensas escavações que realizou no local, como adiante

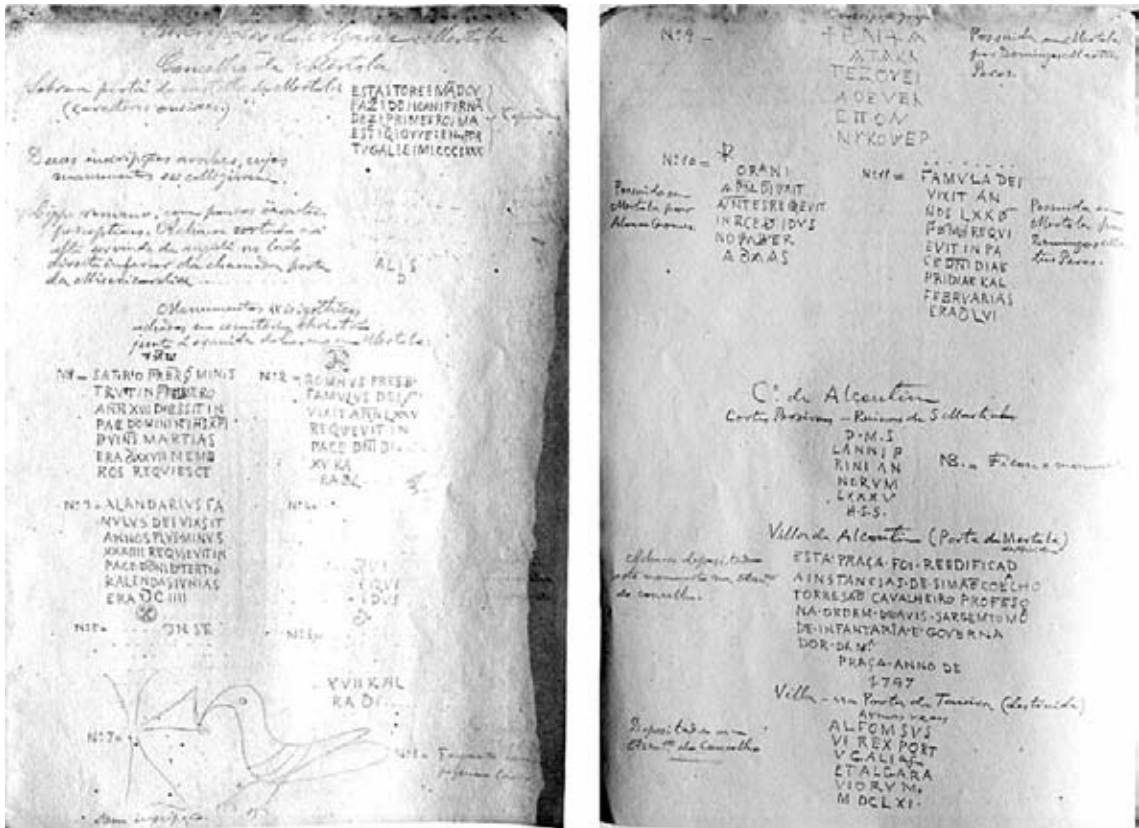


Fig. 22 – Transcrições das lápides sepulcrais paleocristãs e de outras, da época portuguesa recolhidas em Mértola ou ali observadas, tal como em Alcoutim.

se referirá.

Entretanto, importa sublinhar que, ao contrário do indicado por V. Lopes, a identificação por Estácio da Veiga da notável necrópole do Rossio do Carmo, não resultou das cheias do Guadiana, que jamais deixaram a descoberto um “notável conjunto de lápides” (LOPES, 2003, p. 145), mas sim da abertura das bermas da estrada de Mértola para Beja, que propiciou a recolha de algumas das epígrafes a que se juntaram as encontradas por Manuel de Oliveira, no seu quintal, em parte reutilizadas, depois de partidas, no muro do mesmo, como é claramente relatado por Estácio da Veiga. Sabe-se pelo próprio de nova passagem por Mértola, a 1 de Janeiro de 1879, no regresso do Algarve para Lisboa, tendo obtido nessa altura nova inscrição, a de *Mannaria*, gravada em grande placa marmórea, intacta, possuindo no topo, sobre o *crismon*, duas pombas afrontadas (VEIGA, 1880 a, Est. 12). Este não terá sido, contudo, o único exemplar então obtido. Outra lápide, deixada por esquecimento no trem que o conduziu da hospedaria onde ficara alojado em Beja à estação do caminho de ferro, não terá sido recuperada. A esse esquecimento se reporta a afiliva carta de 4 de Janeiro de 1879 e enviada de Lisboa (adiante publicada) ao Director das Obras Públicas de Beja, solicitando os seus bons officios para a recuperação do dito monumento, fracturado em dois pedaços. Não parece que este tenha sido recuperado; é provável que Estácio tenha preferido omitir este episódio, o qual ficaria definitivamente ignorado, não fosse o seu hábito de guardar todos os papéis, incluindo as minutas dos officios enviados.

A manutenção das relações com os amigos que tinha conhecido em Mértola, permitiu-lhe tomar conhecimento de uma das mais notáveis epígrafes visigóticas ali encontradas, já depois de ter publicado o relato da sua missão de 1877: por carta de 4 de Novembro de 1880, foi-lhe comunicada por Manuel Inácio de Mello Garrido a descoberta, de novo no quintal de Manuel de Oliveira, de uma lápide fracturada em 15 pedaços: trata-se da inscrição funerária de *Andreas*, “princeps cantorum” da Sacrossanta Igreja Mertiliana (PEREIRA, in TORRES & MACIAS, 1993), publicada em 1897 por J. Leite de Vasconcellos, que declara ser proveniente da colecção da família de Estácio da Veiga (VASCONCELLOS, 1897, p. 292). Leite de Vasconcelos publicou-a conjuntamente com as cinco que o antigo médico naquela vila, Dr. Luís Fortunato da Fonseca lhe ofereceu em 1895.

Ao contrário das anteriores, que, na maioria dos casos, sofreram vicissitudes no transporte para Lisboa e, depois, na própria Academia de Belas Artes, esta conservou-a Estácio consigo, na sua colecção particular, em Cabanas da Conceição, perto de Tavira, tendo sido adquirida em 1893 pelo Estado à viúva do arqueólogo. A razão para a lápide se manter em poder de Estácio explica-se pelo facto de, na altura em que o arqueólogo algarvio dela tomou posse, possivelmente nos finais de 1881 ou já em 1882, já o Museu do Algarve estaria remetido para os esconso da Academia de Belas Artes, não existindo, desta forma, nenhuma razão para ali entregar quaisquer outros espólios arqueológicos. Esta formosa peça – a única, em todo o território peninsular que menciona um “primeiro cantor” – foi, dado o seu evidente interesse, logo estudada por J. Leite de Vasconcelos, em 1897 (VASCONCELLOS, 1897).

A época paleocristã foi também identificada por Estácio em outro local da área urbana da vila de Mértola: junto ao caminho para o cemitério, e a 10 m de distância da porta Oeste, notou a existência de uma paredes “que poderiam ter sido construídas para contraforte da rampa que chega até á muralha ... mandei a pouca distancia fazer um corte entre o dito caminho e a muralha, e levando-o até á profundidade de 2,63 m, por isso que a terra mostrava fragmentos de construção e de louças, cheguei a um plano horisontal resistente, que verifiquei ser o pavimento de uma casa, ricamente forrada de fino mosaico de cores (...)” (VEIGA, 1880 a, p. 74, Est. 2). Trata-se do conhecido fragmento representando um cágado ou tartaruga, que não resistiu aos maus tratos do transporte para Lisboa, nem aos ulteriormente sofridos na Academia de Belas Artes (Fig. 23). Este pavimento, cuja localização hoje é difícil de precisar, pertenceria à basílica do fórum da antiga *Myrtilis* (LOPES, 2003, p. 121), atribuível aos século V/VI d.C.

A presença romana foi identificada por Estácio através de diversos testemunhos epigráficos, alguns já anteriormente estudados, bem como moedas. Entre estas, destacam-se as cunhadas na própria *Myrtilis*, atrás aludidas na correspondência de Manuel Ignácio de Mello Garrido, descobertas depois das cheias de finais de 1876. Estácio teve a oportunidade de decalcar duas delas (Fig. 24) e, depois, de as estudar: “Tirei copias dos dois grandes bronzes, mas

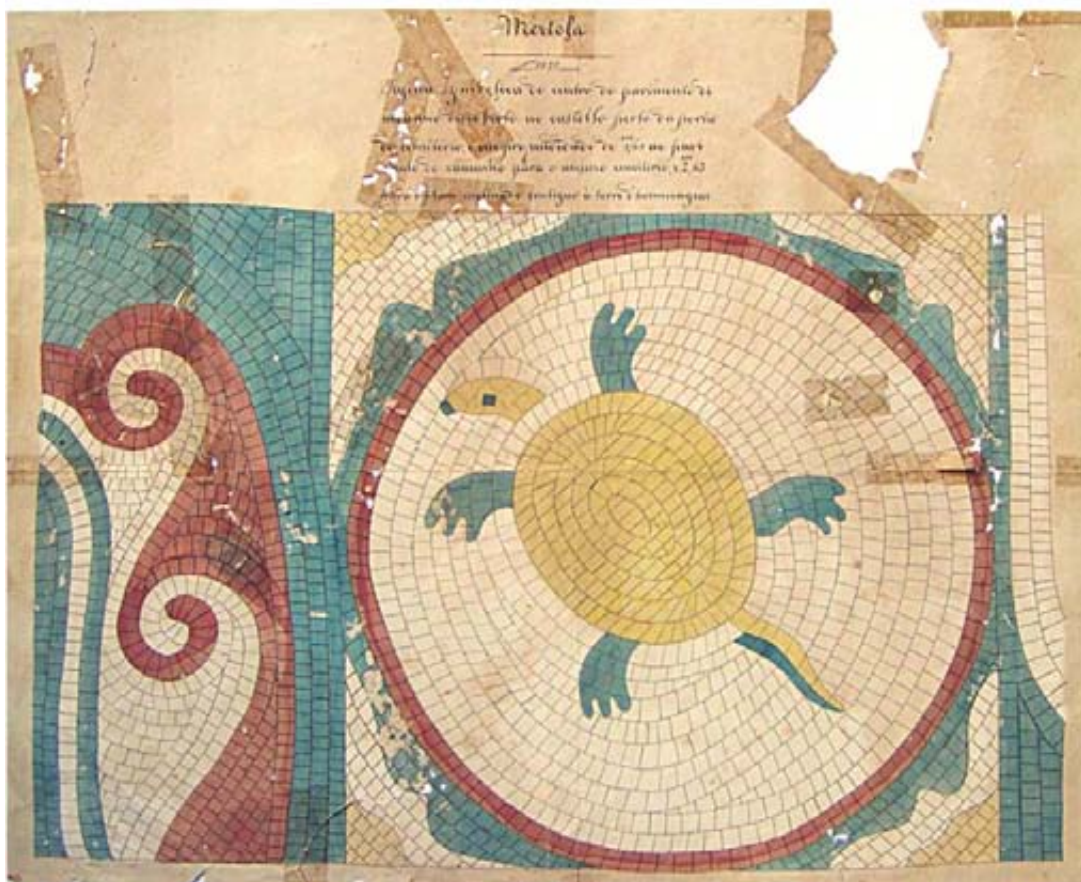


Fig. 23 – Mosaico da tartaruga, desenho aguarelado a cores, de Estácio da Veiga, em esboço (em cima) e em arte final (em baixo).

sairam imperfeitas, não só por estarem os originaes um tanto apagados, como porque na ocasião em que os vi não ía munido de bons preparos para obter melhores reproducções” (VEIGA, 1880 a, p. 55).

Não lhe passaram despercebidas, entre outras peças escultóricas romanas marmóreas de valia, as que foram referidas por D. Frei Amador Arrais e André de Rezende, de togados do século I, pertencentes ao fórum de *Myrtilis*, descobertas no século XVI, das quais estão referenciadas três (Fig. 25). Uma delas actualmente exposta no Museu, em Mértola, estudada por Abel Viana na década de 1940, foi porfiadamente requerida por Leite de Vasconcellos ao comerciante Manuel Francisco Gomes, residente na vila, mas sem resultado, como se deduz da correspondência trocada, conservada no Epistolário do primeiro Director do Museu de Belém.

Enfim, a presença islâmica foi-lhe revelada pela descoberta de duas inscrições inéditas, que publicou (VEIGA, 1880 a, p. 154), as quais se vieram juntar às já conhecidas. Ambas estavam encravadas no revestimento da torre do castelo, uma sobre a porta, num fragmento de cornija de mármore branco (Fig. 26), a outra no lado nordeste daquela, em mármore. Ambos pertencem ao Museu Nacional de Arqueologia.

As indagações prosseguiram pelo período português, depois de conquistada a vila em 1238, com a transcrição da epígrafe, observada sobre a porta da torre do castelo, mandada fazer por D. João Fernandes, primeiro Mestre da Ordem de Santiago em Portugal, no ano 1292 e que ali permaneceu. Com efeito, a Estácio repugnava mutilar elementos que fizessem parte integrante da história dos monumentos, como era o caso da referida lápide, ao contrário das duas inscrições árabes, que apenas ali se encontravam devido a fortuito reaproveitamento.

A digressão pelas “Antiguidades de Mértola” termina com a publicação de três documentos, no final da obra, que foi concluída em 14 de Junho de 1879 (Fig. 27) e publicada logo no ano seguinte, pela Imprensa Nacional.

Embora com título um pouco diferente do que vira a ter, identificou-se uma versão anterior da mesma, em que a

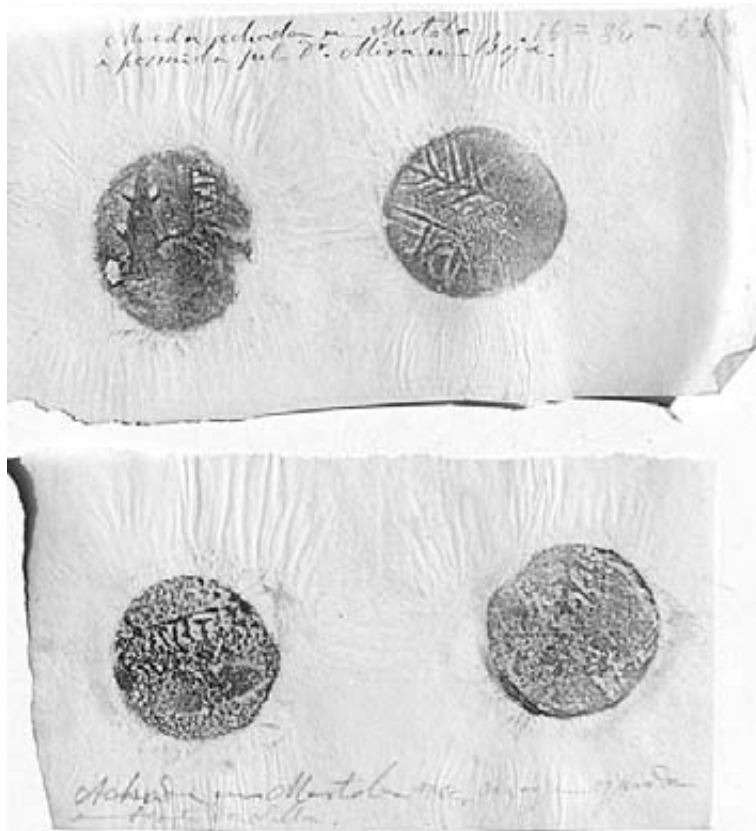


Fig. 24 – Decalque de dois asses de *Myrtilis* realizado por Estácio da Veiga no decurso da sua estada em Mértola, em 1877.

matéria de cada capítulo se encontra sumariada; trata-se por certo de texto anterior ao definitivo, onde os assuntos a desenvolver são apresentados em sucessivos sumários, que não constam da versão publicada (Fig. 28):

“Memoria das antiguidades de Mertola e dos logares mais proximos desta villa, situados na margem direita do Rio Guadiana.

Sommario

Epoca - Luso-punico-romana

Myrtilis. - Principaes geographos, historiadores e numismaticos, que registraram noticias respectivas a esta antiga cidade. - Prova-se que Myrtilis pertenceu á região do Promontorio Cúneo. - Factos historicos e archeologicos, que mostram ter sido Myrtilis uma cidade originariamente anterior ao definitivo dominio romano. - Instituição do municipio myrtilense com o juz do Lacio antigo, e a designação de Julia Myrtilis. - Logram os municipes myrtilenses o fôro de cidadãos latinos. - Myrtilis recebe e transmite aos magistrados do seu governo municipal o direito de baterem moeda. - Typos mais conhecidos e authenticos das moedas de Myrtilis, e entre elles um inédito, descoberto no Algarve. - Tempo a que são referidas as moedas geographicas de Myrtilis. - Sepulturas excavadas nos schistos da formação local, contendo ossos humanos e raros objectos metallicos. - Epoca a que parecem pertencerem estes jazigos.

Epoca = Romana.

Situação de Myrtilis - Factos que parecem comprovar. - Nobreza dos seus edificios. - Casa, com pavimento de fino mosaico, descoberta em 1877 a curta distancia da muralha antiga. - Objectos achados sobre o pavimento de mosaico. - Moedas do alto e baixo imperio, encontradas dentro da villa de Mertola. - Estatuas de marmore descobertas dentro da villa nos seculos XVI, e varios cippos. - Inscricões romanas descobertas em Mertola no seculo passado. (...) Fragmentos de dois monumentos epigraphicos ainda existentes. - Columns de marmore, capiteis corinthios, e numerosas peças de marmores, calcareos, granitos e outros diversos materiaes de construcções architectonicas, que ainda se observam nas muralhas, na ponte, nas egrejas e nos proprios edificios particulares da villa. - Varios typos de construcção verificados no revestimento do castello pelo grande historiador Alexandre Herculano. - Presumpção de ter o castello árabe de Mertola assentado parcialmente sobre os fundamentos de um *castrum* romano. - Supervivencia de Myrtilis á quêda do imperio. - Nomes de alguns habitantes de Myrtilis, transmittidos á posteridade pelos



Fig. 25 - Cabeça de estátua colossal de Augusto, actualmente conservada no Museu Nacional de Arqueologia, oferecida a Estácio da Veiga por João Manuel da Costa, em 1877 (carta de 3 de Dezembro de 1917 a J. Leite de Vasconcellos). Legenda a lápis de Estácio da Veiga. Note-se a etiqueta de inventário, colada na peça, do Museu Arqueológico do Algarve.

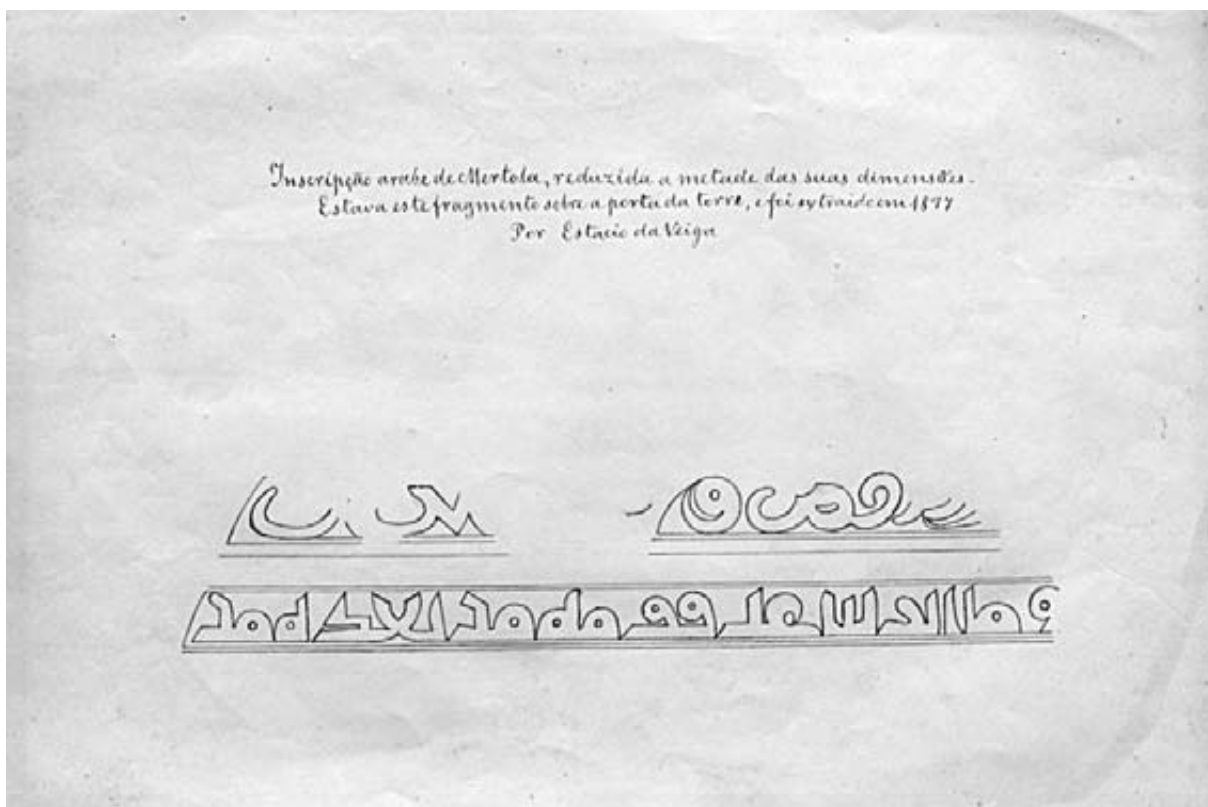


Fig. 26 – Porção de inscrição em árabe recolhida por Estácio da Veiga sobre a porta da torre do Castelo de Mértola e por ele desenhada.

monumentos desta celebre cidade. – Logares ao longo da margem direita do Guadiana com indícios de colonias romanas. – Especifica-se a montante de Mertola a Vargem de S. Braz. – Característicos deste lugar. – Cita-se o campo mortuario de S. Sebastião. – O Tamujo com seus restos de fornos e tanques de salga de peixe. – Descrevem-se os vestígios de colonias agricolas a jusante de Myrtilis, na Bombeira, na Vargem da Vaqueira e no Barranco do Azeite. – Característicos das ruínas destes logares. – Sítios que carecem de um largo (...) archeologico. – Planta da situação de Myrtilis, comprehendendo o campo mortuario romano de S. Sebastião, o cemiterio visigothico na séde do castello árabe. – Desenho do centro e de uma parte do ornato contiguo do mosaico de um pavimento descoberto no castello.

Epoca visigothica.

Noticia historica do dominio visigothico em Myrtilis. – Introdução do christianismo nesta cidade no mesmo seculo da decadencia romana. – Comprovada existencia de um presbyterio na Myrtilis christã: – Nome do presbytero que o governou no ultimo quartel do V seculo. – Presumptiva situação do templo. – Campo mortuario pertencente á população visigothica. – Monumentos epigraphicos que o comprovam. – Limites apparentes deste campo, verificados em 1877. Dimensões das sepulturas, orientação, e estado dos ossos. – A população visigothica aproveita os marmores polidos dos edificios romanos para nelles gravar os symbols, monographias e inscrições dos seus jazigos. – Mostra-se haver apenas 14 annos de differença entre a data de um dos monumentos christãos e a da irrupção mussulmana. – Maneira porque foram obtidos todos os monumentos da época christã, descobertos em Mertola até 1878. – Interpretação dos que se acharam completos, e copia dos caracteres ainda visiveis nos fragmentos de outros intencionalmente destruidos. – Moedas visigothicas que consta haverem sido achadas e Mertola.

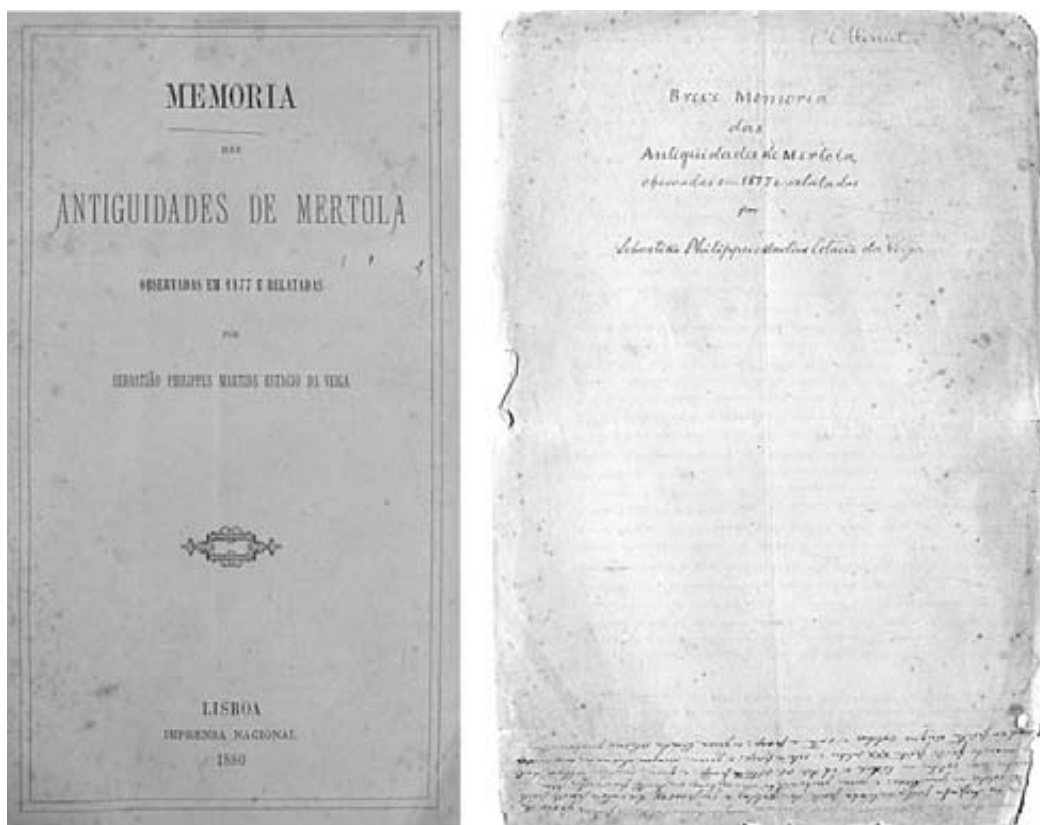


Fig. 27 – Capa da obra “Memória das Antiquidades de Mértola”, editada pela Biblioteca Nacional em 1880 e primeira página do manuscrito da mesma, datado de 14 de Junho de 1879.

Epoca árabe.

Noticia relativa ás fortificações de Mertola, transmittida por um geographo árabe do seculo XII. – Circunstancia porque parece ser de origem árabe o perimetro geral da fortificação de Mertola. – Materiaes de nobres edificios romanos, empregados na construcção e no revestimento das muralhas. – Parte de uma inscripção árabe esculpida em relevo n’uma peça de cornija de marmore branco, extraída de sobre a porta da torre principal. – Monumento epigraphico árabe, tambem esculpido em relevo, extraído de um lado da mesma torre. – Inscripção árabe em caracteres cuficos, achada no seculo passado junto ao convento de S. Francisco, separado da villa pela Ribeira de Oeiras, interpretada por um arabista portuguez. Outra no museu de Evora. – Fragmentos de ceramica com lavor ornamental em estylo árabe, achados em 1877 nas excavações, e dispersos, dentro do castello. – Moedas arabes de cobre e outras quadradas de prata, achadas na villa, semelhantes ás de Silves e Almodovar. – A cisterna do castello. – A bocca do inferno. – A ponte, defendida por uma porta e por um reducto. – Mal averiguada noticia e tradição de que esta ponte atravessava o rio.

Epoca portugueza.

O castello de Mertola é tomado pelas armas portuguezas. – Mudança dos spatharios de Alcaçer para Mertola, onde se estabelece a ordem da milicia equestre de S. Tiago. – O primeiro mestre da ordem reconstrue a torre central. – Inscripção que o comprova, ainda existente sobre a porta da torre. – Presumptivos vestigios da egreja da ordem e de casaria antiga dentro do castello. – Signaes gravados nas pedras da porta falsa. – Investigações que neste lugar deveriam fazer-se. – Tradição de ter sido mesquita a monumental egreja de N. S. da Annunciação d’Entreambas as aguas. – Gravuras paleographicas, e divisas heraldicas, semelhantes á da torre, que deixam presumir haver sido aquelle templo

mandado construir com cinco naves coberto de abobada pelo reconstructor da torre. – Mostra-se que a porta principal da igreja deve ter sido no logar em que se acha o altar de (espaço em branco) e a capella mor no logar do altar de (espaço em branco), por estarem estes altares nas extremidades da nave central. – Mostra-se que a porta actual, construida no seculo XVI, quando tambem o foi o arco da Misericordia, desmandou a regularidade architectonica do templo, ficando-lhe do lado do baptisterio uma só nave e do outro duas. – Motivo porque talvez fôsse eliminada a primitiva porta, que devêra ser de arco ogival.

Necessidade de se proceder a um dilatado estudo por meio de bem calculadas explorações dentro do perimetro do castello, e em alguns logares proximos. – Fundado conceito de se dever esperar nesta exploração o descobrimento dos mais importantes caracteristicos dos povos que senhorearam a celebre Myrtilis, para assim se poder escrever com mais averiguado fundamento a historia antiga daquella cidade. – Lacunas, que á falta de uma tal exploração, não podem agora ser preenchidas.”

O plano da obra foi rigorosamente seguido, mostrando que a Estácio interessava apresentar exposição equilibrada e coerente das antiguidades que illustrassem o passado da povoação, desde os vestígios mais recuados, até à época portuguesa.

Este foi, aliás, o critério anteriormente seguido na obra “Antiguidades de Mafra”, já atrás referida e publicada no ano anterior. Pode, pois, dizer-se que o modelo já se encontrava suficientemente testado antes de o arqueólogo meter ombros á redacção da sua obra maior, as “Antiguidades Monumentaes do Algarve”, decorrente directamente da execucao do reconhecimento arqueológico do Algarve, concluído com a apresentação da respectiva carta em finais de 1878.

Deve-se também a Estácio a coordenação do levantamento topográfico da área de Mértola e vizinhanças imediatas, onde assinalou alguns dos locais que revelaram interesse arqueológico: o espaço entre o Rocio do Carmo e a Ermida de Santo António, bem como a Cerca de S. Sebastião. Este levantamento foi depois concluído por António Ludovino de Sousa Homem, à escala de 1/3000 e anexou-se à monografia publicada em 1880. Documento manuscrito pelo punho de Estácio (Fig. 29) refere diversas observações à referida planta, as quais se reproduzem na íntegra:

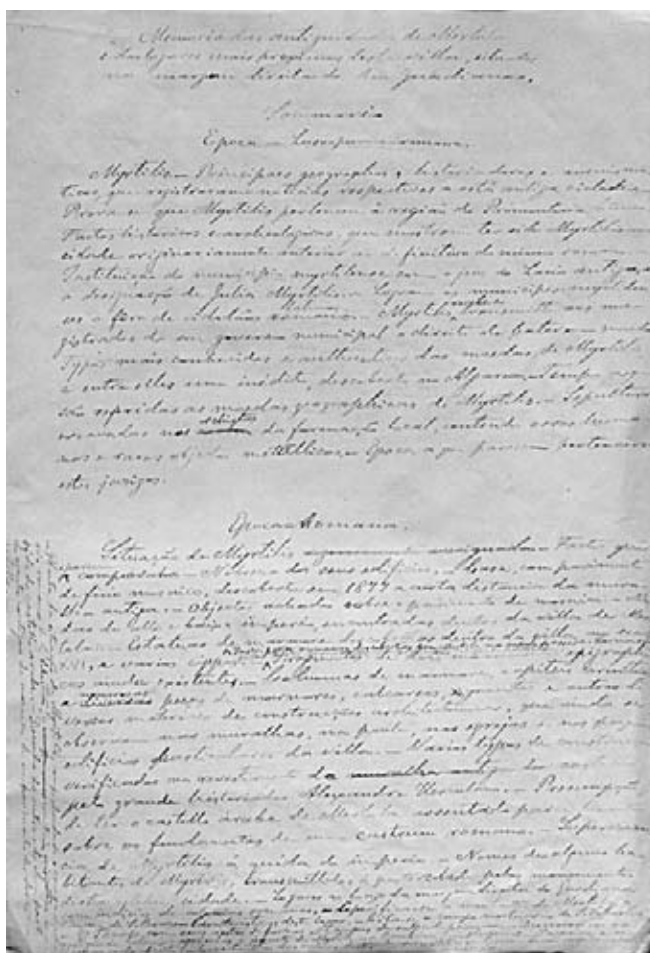


Fig. 28 – Primeira de três páginas manuscritas, contendo o sumário, por capitulos, da obra “Memoria das Antiguidades de Mértola”, que não foi depois publicado.

Districto de Beja
Concelho de Mertola

Planta da villa de Mertola, do Campo do Curral,
entre as avenidas da Senhora do Carmo e de Santo

Antonio, e da Cêrca de S. Sebastião, no paralelo
da margem direita do Rio Guadiana, levantada em 1877
por Antonio Ludovino de Sousa Homem, condu-
ctor de primeira classe, sob a direcção de
S. P. M. Estacio da Veiga.

Notas

N'uma excavação feita entre a rampa do castello e a rua do cemiterio da villa, a pouca distancia da igreja, descobriu-se em profundidade de 2^m,63 um pavimento de mosaico, de variada ornamentação, tendo no centro um cágado em attitude de andar. Sabido é que dentro da villa têm sido achadas em diversos tempos muitas estatuas de marmore, fustes de columnas, em que abundam as muralhas do castello, monumentos epigraphicos, e moedas romanas, incluindo algumas geographicas do antigo municipio myrtilense, deixando estes factos perceber que a antiga Myrtilis existiu no mesmo local em que se acha a villa de Mertola.

No angulo direito inferior da chamada Porta da Misericordia, que el rei D. João III mandou reedificar, acha-se um cippo de marmore com restos de uma inscripção romana, o qual foi verticalmente cortado para se adaptar ao umbral, soffrendo a inscripção neste corte a perda do seguimento de todas as suas linhas n'uma largura aproximadamente de 0^m,18. O monumento mutilado méde de altura 1^m,9, e de largura actual 0^m,22; tendo perdido 0^m,18, fóra de 0^m,40 a sua largura total sobre a espessura de 0^m,46. O attrito proveniente da passagem publica e sobretudo dos carros, tem quasi apagado as letras que o mutilador deixára intactas nesta parte do monumento.

O campo agora chamado do Curral, por estar alli o curral do concelho, abrangendo a cêrca de Maria Mendes, e alargando-se entre a ermida de Santo Antonio e a igreja da Senhora do Carmo, póde considerar-se como centro dos vestigios visigothicos de Mertola. Nos trabalhos da estrada real n.º 18, junto ao flanco direito e quasi em frente da ermida de Santo Antonio, acharam-se muitas sepulturas christãs, havendo tres com inscripções do VI e VII seculos, sendo uma dellas gravada em caracteres greco-latinos (Fig. 30). Pela rampa acima, até á ermida do Carmo, estão á vista numerosos jazigos, abertos na rocha de schisto, e no Largo do Carmo, têm apparecido muitos outros com inscripções christãs, das quaes se obtiveram algumas gravadas em marmore e varios

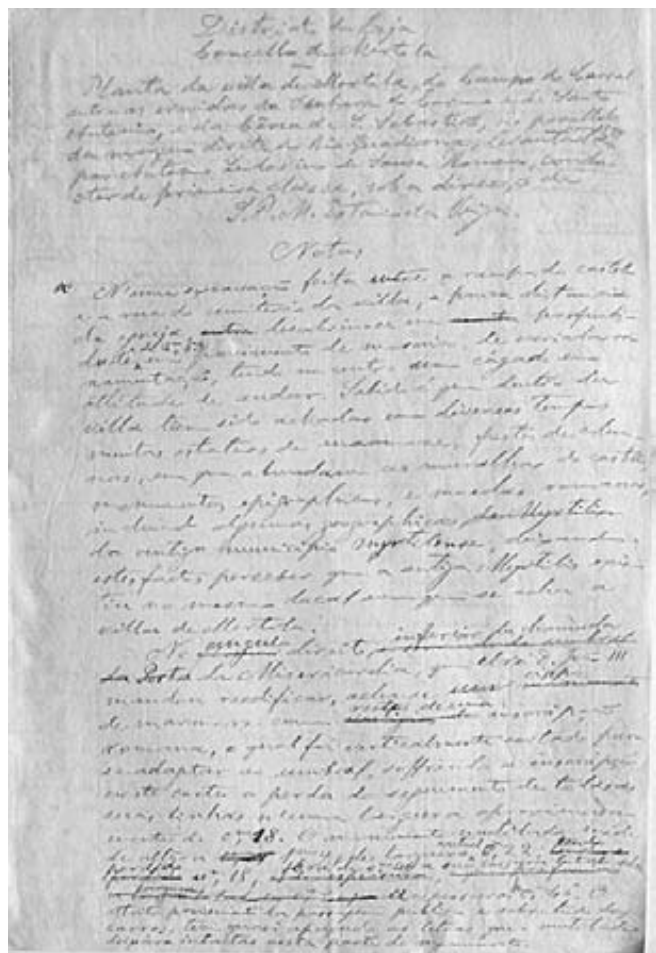


Fig. 29 – Primeira página manuscrita, de um total de três, summarizando os principais resultados arqueológicos obtidos por Estácio da Veiga em Mértola, assinalados em planta à escala de 1/3000 levantada por António Ludovino de Sousa Homem. Esta planta foi publicada conjuntamente com a “Memoria das Antiguidades de Mértola”, editada em 1880 pela Imprensa Nacional.

fragmentos de outras, já mettidos n'um muro, que foi mister desmanchar para serem aproveitadas. Uma destas inscrições veio revelar a extinta existencia de uma igreja e o nome do presbytero que a governou treze annos, fallecido no 6.º dia das nonas de março do anno 524, correspondentes á era christã de 489 (Fig. 31). N'uma excavação feita em 1877 no Largo do Carmo descobriu-se uma base de columna de marmore branco, ainda assente em argamassa, medindo em cada lado do seu quadrado 0^m,59, no assentamento circular do fuste o diametro de 0^m,51 e de altura 0^m,27. A pouca distancia encontrou-se um fragmento de cornija e outro de janella de marmore, aberta em forma de crive, sendo arrecadadas pelo prior da matriz, o doutor Thomaz de Almeida, todas estas peças architectonicas, porventura pertencentes ao templo do já comprovado presbyterio.

Representa, finalmente, esta planta o campo mortuario da cêrca de S. Sebastião, pertencente a Lourenço Cesario Parreira, o qual não permittiu trabalho algum, sem prévio ajuste de indemnisação. Entretanto, n'uma rapida visita áquelle campo verificou-se estarem as sepulturas abertas na rocha e perpendiculares ao rio, sendo cobertas por preciosas lages delgadas de marmores finos, sem que alguma até então manifestasse inscrição. Observou-se mais haver no campo uns ligeiros abatimentos de configuração proximamente circular, de um dos quaes extraiu o doutor Antonio Xavier de Brito, medico residente na villa, uma olla ossoaria de argila, que por seu offerecimento se obteve, contendo restos de ossos calcinados e terra escura. O campo de S. Sebastião acha-se, rio acima, distante da villa proximamente um kilometro.

Subindo ainda um kilometro no paralelo do rio, chega-se á Vargem de S. Braz, onde se descobriram vestigios de antigos edificios, tomando a direcção norte-sul, n'uma área de 343 metros quadrados. Achou-se neste terreno um mui delgado fuste de columna de calcareo branco, medindo de altura 1^m,40, e a sua base quadrada 0^m,20 em cada lado.

Entre o Barranco da Vaqueira e o da Silveira, em distancia de uns dois kilometros proximamente ao sul do castello da villa, na denominada herdade dos Neves, pertencente ao lavrador José Neves Mendes, verificaram-se vestigios de

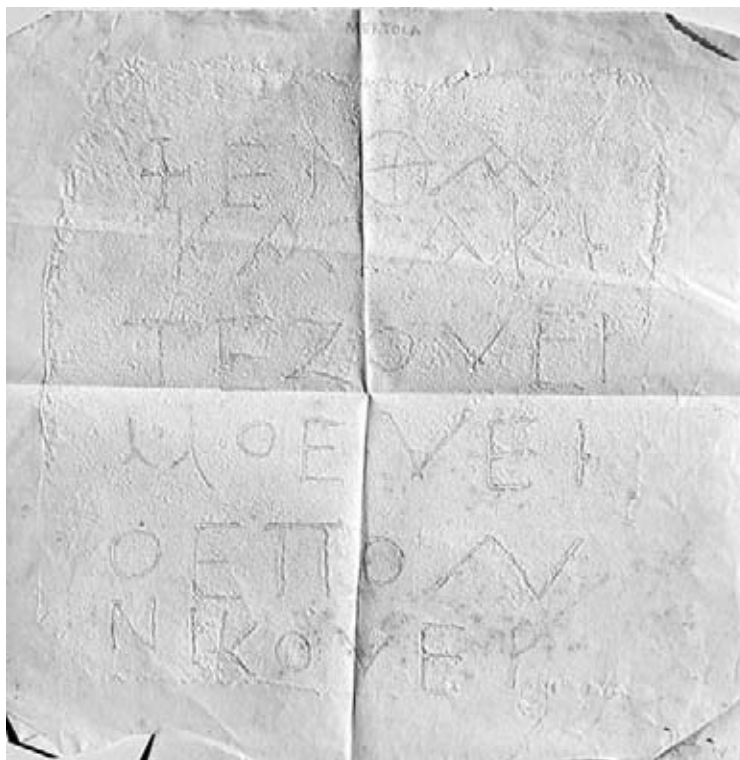


Fig. 30 – Decalque de epigrafe paleocristã, escrita em grego, executado por Estácio da Veiga em Março de 1877, aquando da sua estada em Mértola.

antiga povoação, talvez de colônia agrícola, n'uma extensão de 400 metros, sendo os muros dos edificios construidos de schistos, assentes em terra amassada.

No Barranco do Azeite, uns doze kilometros distante da villa, junto á margem do rio, appareceram vestigios de construcções antigas e de fornos talvez de coser louça, na herdade dos Colgadeiros, pertencente ao visconde dos Boizões. A área mais descoberta daquelles vestigios mede uns 150 metros quadrados, havendo em logar proximo muita terra queimada, pedaços de louça tambem queimados, e sobre a margem do rio, onde foram precipitadas pela cheia do inverno de 1876, muitos volumes de barro amassado, como destinados á fabricação de louça.

No Tamujo, uns 300^m distante para leste do castello, junto ao rio, ha muitos restos de construcções, e fornos destruidos.”

Este documento sumariza, de forma singela e concisa, o notável labor desenvolvido por Estácio da Veiga na sua curta passagem por Mértola, entre 2 e 13 de Março de 1877, a caminho do Algarve.

No dia da partida, rio abaixo, no vapor que o levaria a Alcoutim, não deixou de apresentar recomendações às autoridades, tanto para o resguardo das suas descobertas, já devidamente encaixotadas,

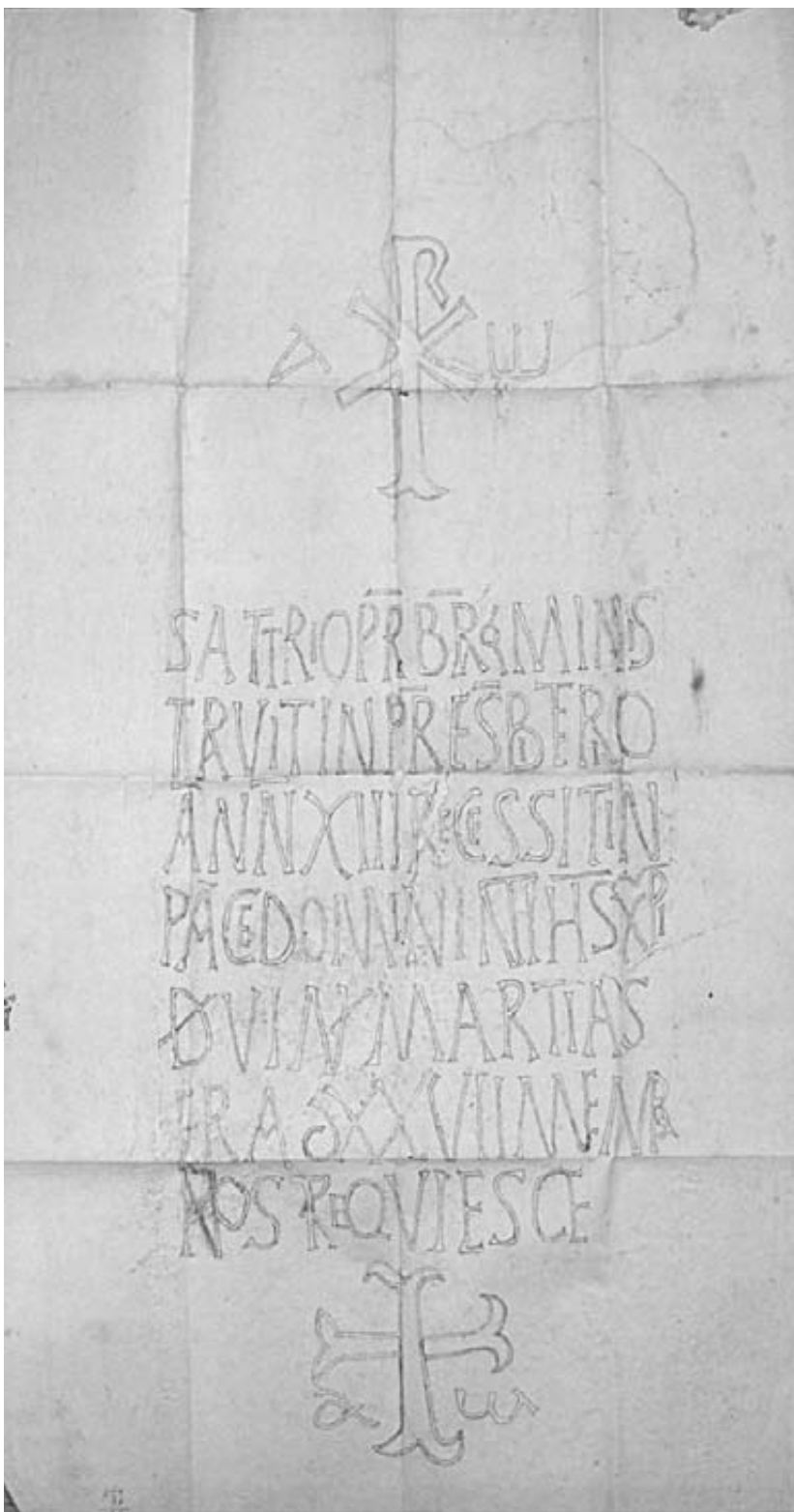


Fig. 31 – Decalque da lápide funerária do Presbítero Satirio, executada por Estácio da Veiga, aquando da sua permanência em Mértola, em Março de 1877.

como para salientar a boa colaboração que obteve dos seus auxiliares directos – um deles o autor do levantamento topográfico acima referido – assim se manifestando também o seu rigor e probidade científica e profissional:

Carta ao Administrador do Concelho de Mertola, de 13 de Março de 1877 (Fig. 32):

N.º 5

Illmo. Sr.

Rogo a V. Exa. se digne tomar a posse e mandar arrecadar 6 caixotes, contendo monumentos epigraphicos e outros objectos archeologicos, descobertos nas explorações a que tenho procedido neste concelho desde o dia 3 do corrente até á data de hontem, a fim de terem o destino que fôr designado a V. Exa. pelo Exmo. Governador Civil do Districto, ou por mim indicado.

Ds. Ge. a V. S. – Mertola, 13 de Março de 1877.

Illmo. Sr. Admor. do Concelho de Mertola

S. P. M. E. da V.

Carta ao Governador Civil de Beja, de 13 de Março de 1877 (Fig. 33):

N.º 6

Illmo. Exmo. Sr.

Nesta data entreguei ao Administrador deste Concelho seis caixotes, contendo monumentos epigraphicos e outros objectos archeologicos encontrados na exploração a que procedi dentro e fóra da villa em cumprimento da portaria do Ministerio do Reino de 15 de janeiro ultimo, a fim de que V. Exa. se sirva dar as suas ordens para serem dirigidos ao Exmo. Conselheiro Director Geral de Instrução Publica, e dali serem remetidos para a Academia Real das Sciencias de Lisboa, se S. Exa. o Ministro assim o determinar.

Ds. Ge. a V. Ex.^a. – Mertola, 13 de Março de 1877.

Illmo. Exmo. Sr. Governador Civil do Dist.^o. de Beja

S. P. M. E. da V.

Carta ao Director das Obras Publicas do Distrito de Beja, de 13 de Março de 1877 (Fig. 34)

N.º 7

Illmo. Exmo. Sr.

Dando por terminado os meus trabalhos

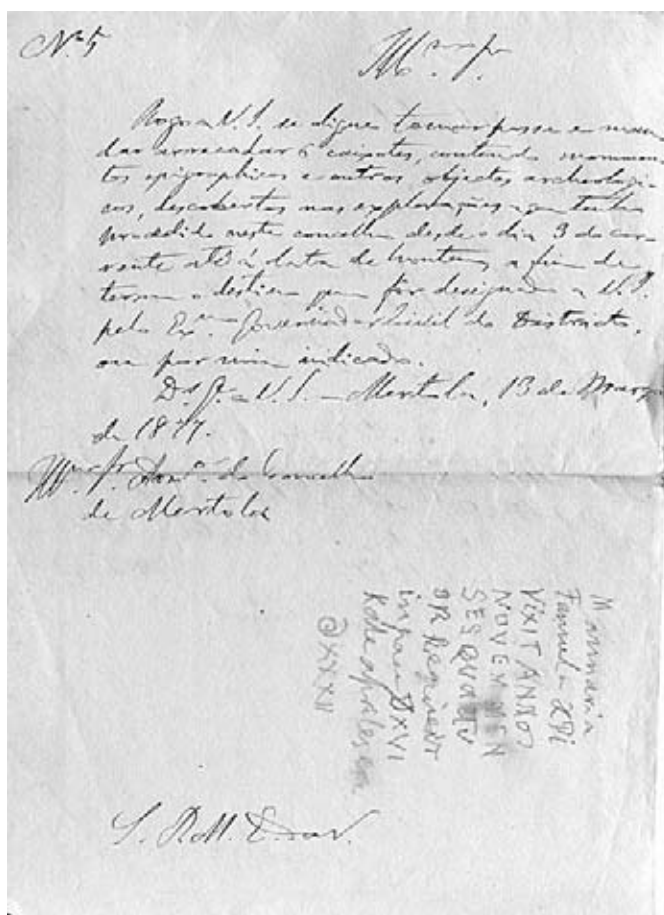


Fig. 32 – Minuta de carta ao Administrador do Concelho de Mértola, escrita por Estácio da Veiga no dia da sua partida para Alcoutim (13 de Março de 1877). Note-se, na mesma folha, um ensaio de transcrição do epitáfio de Mannaria, a lápis.

archeologicos neste concelho, cumpre-me agradecer a V. Exa. as promptas e acertadas providencias com que se dignou auxiliar-me, e aproveitar esta occasião para levar ao conhecimento de V. Exa., que recebi a melhor coadjuvação possível dos Illmos. Sres. Antonio Ludovino de Sousa Homem, Conductor de 1.^a Classe, e Joaquim das Dores Silva, Chefe da Conservação da estrada publica, os quaes desempenharam com muita intelligencia e assiduidade todos os serviços que lhes solicitei; e assim tenho a honra de o communicar a V. Exa. para sua satisfação, porque de certo agradará a V. Exa. ter mais uma prova do merecimento dos referidos empregados.

Ds. Ge. a V. Ex.^a. – Mertola 13 de Março de 1877.

Illmo. Exmo. Sr. Director das Obras Publicas do Districto de Beja.

S. P. M. E. da V.

Sr. Antonio Ludovino de Sousa Homem – Conductor de 1.^a Classe das Obras Pas e Joaquim das Dores Silva – Chefe da 1.^a secção da conservação das estradas do Distr.^o. de Beja.

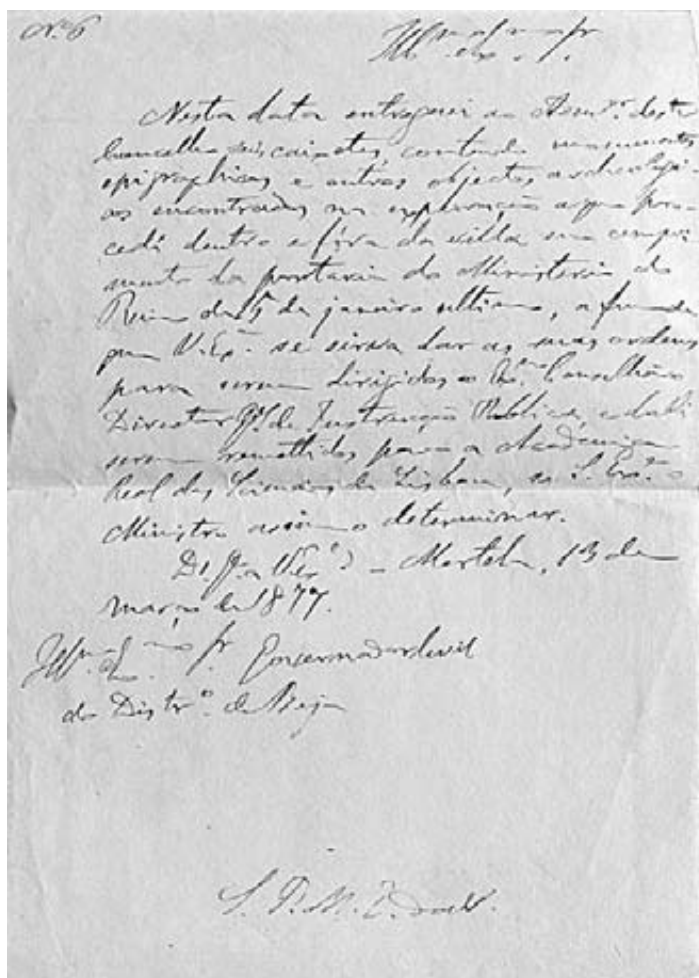


Fig. 33 – Minuta de carta ao Governador Civil do Distrito de Beja, escrita em Mértola, no dia da partida para Alcoutim (13 de Março de 1877).

A segunda destas missivas tem o interesse complementar de mostrar que, a 15 de Março de 1877 ainda era considerada a hipótese de as descobertas efectuadas reverterem para a Academia das Ciências de Lisboa, onde Estácio pretendia organizar o embrião de um museu arqueológico nacional, abortado á nascença, como adiante se verá.

Já em Castro Marim, depois de reconhecido o concelho de Alcoutim, Estácio escreve a Joaquim das Dores Silva para obter de António Ludovino de Sousa Homem, a quem trata por amigo, os decalques do braço da torre do castelo, bem como dos nomes abertos em dois dos capitéis da igreja, o que mostra bem até que ponto a colaboração destes e de outros técnicos foi importante para Estácio, limitado como estava pelo tempo, face à amplidão do terreno a desbravar. Esta carta tem ainda o interesse adicional de permitir concluir que, no decurso da exploração da notável estação tardo-romana e islâmica do Montinho das Laranjeiras, Estácio permanecia no local, em situação de quase incomunicabilidade:

Carta a Joaquim das Dores Silva, de 5 de Abril de 1877 (Fig. 35):

A Joaquim das Dores Silva

Mertola

Illmo. Sr. Silva

Por ter estado 7 dias no Montinho das Laranjeiras, quasi incomunicavel com o mundo civilisado, e sempre envolvido

em continuos trabalhos, não pude ainda responder á correspondência que me dirigiu o nosso amigo, Sr. Antonio Ludovino, e não lhe escrevo hoje, por me parecer que já se tenha dali retirado; se porém ainda estiver nessa villa, rogo-lhe o obsequio de em meu nome lhe pedir o desenho do brazão que se observa em grande altura n'uma face da torre principal, brazão cujo esboço eu tirei, mas que não acho nos meus papeis, e qual, se não me engano, mostra uma espada perpendicular no centro, em cada angulo superior um escudo com as cinco quinias e em cada um dos angulos inferiores outro escudo de armas, semelhante ou igual áquelle que o estimavel prior Dr. Almeida me indicou aberto n'um florão da abobada da igreja; e desejo tambem em papel molhado e batido á escova os dois nomes gravados sob os capiteis em que assentam os dois primeiros arcos debaixo do côro; mas isto de acôrdo com o obsequioso prior, de que muito me lembro e a quem envio muitas lembranças.

Receba, meu caro Sr. Silva, muitos protestos de estima do

De V. S.

patricio e am.º mto. obrig.º

Castromarim, 5 de Abril 77.

E. da V.

Estácio da Veiga, na sua curta estada em Mértola, em Março de 1877, limitado apenas a dez dias úteis de trabalho, entre 3 e 12 daquele mês, não teve tempo para explorações prolongadas. Aliás, caso as tivesse feito, não deixaria de as referir adequadamente na sua monografia, bem como os elementos nelas obtidos, designadamente a planta da basilica paleocristã com a localização de cinquenta e uma ou cinquenta e duas sepulturas (Fig. 36), acompanhada de um conjunto de fotografias de terreno, seguramente executadas na mesma altura e que se conservam também no Arquivo de Estácio da Veiga no Museu Nacional de Arqueologia (Fig. 37 a 42).

Esta planta, bem como as fotografias referidas, não se reportam aos trabalhos executados por Estácio da Veiga, em Mértola, em 1877: caso contrário, não teria deixado de mencionar tais elementos na sua monografia de 1880. Uma primeira conclusão é, pois, a de estes trabalhos, a terem de facto sido efectuados por Estácio da Veiga, obrigatoriamente situarem-se em época ulterior a 1880.

Importa agora averiguar se outras escavações foram ulteriormente efectuadas pelo próprio, como já se admitiu (PEREIRA, in TORRES & MACIAS, 1993, p. 12, 13), na sequência de aturado estudo de crítica e análise documental sobre a dita planta, desenhada num pedaço de tela em mau estado, publicada por F. Bandeira Ferreira (FERREIRA,

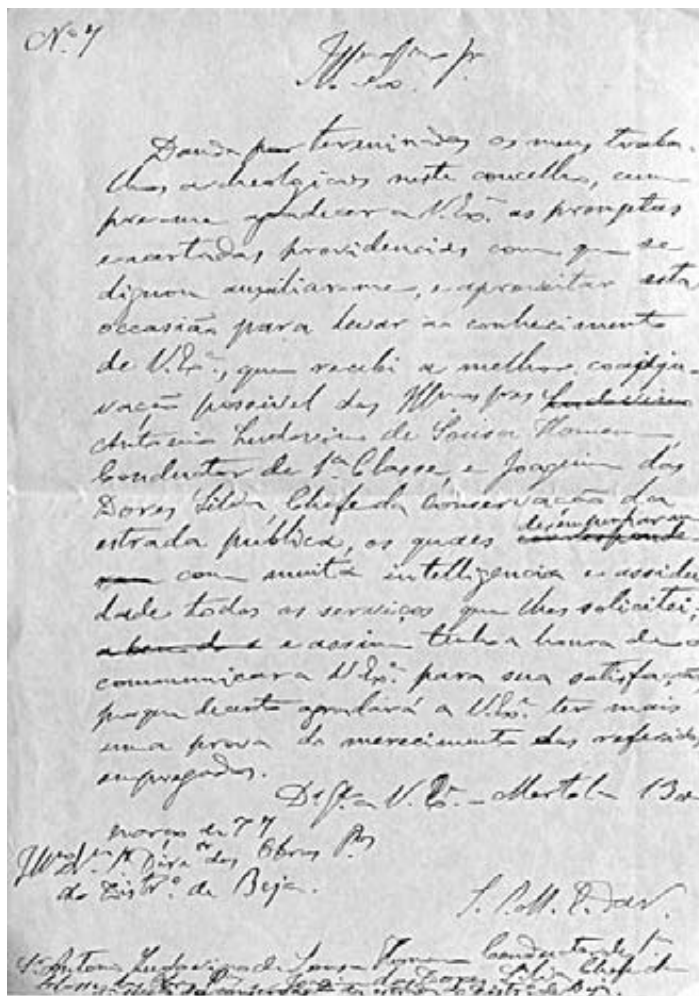


Fig. 34 – Minuta de carta ao Director das Obras Públicas do Distrito de Beja, escrita em Mértola, no dia da partida para Alcoutim (13/3/1877).

1965), onde se defendeu tal realidade.

Outros autores foram ainda mais longe, atribuindo a planta, sem reservas, a Estácio da Veiga; é o caso de Santiago Macias, referindo-se ao registo do templo cristão de Mértola como estando representado“ (...) num mapa do local desenhado por Estácio da Veiga no século XIX” (MACIAS, in TORRES & MACIAS, 1993, p. 37) ou, o que é o mesmo, atribuindo a E. V. a autoria das escavações das 52 sepulturas que nela se encontram desenhadas (LOPES, 2003, p. 149).

Em prol desta hipótese, M. L. E.V. da S. Pereira avançou o ano de 1882, ou ainda mais tarde, finais de 1890, com base numa carta que o arqueólogo algarvio escreveu a 4 de Novembro de 1890 a Martins Sarmiento, na qual declara, a dado passo, o seguinte: “tenciono daqui (Cabanas da Conceição, Tavira) sair na 2ª. feira para Beja onde demorarei talvez uns dois dias para observar antiguidades”. No entender da autora, seria natural que se detivesse também em Mértola, com idêntico objectivo, até porque forçosamente passaria pela povoação. Porém, nada permite aceitar, com base nesta carta, aquela possibilidade. Não seria natural que, a ter sido assim, Estácio o tivesse explicitamente declarado ao seu amigo vimaranense? Também para conclusão

análoga e com base, no mesmo argumento, aponta Bandeira Ferreira: “parece-me poder concluir que a planta (...) é o resultado de escavações realizadas por Estácio da Veiga ou por sua ordem em data que situarei hipoteticamente entre 1887 e 1891 (...)” (FERREIRA, 1965, p. 72). Para a análise cabal desta questão, importa avaliar a importância das investigações realizadas em Mértola depois de 1880, ano da publicação da obra de Estácio da Veiga.

As lápides funerárias paleocristãs actualmente existentes no Museu Nacional de Arqueologia ascendem a trinta e cinco, número muito superior às catorze compulsadas em 1880, das quais, aliás, nem todas se conservaram.

Tão notável conjunto só pode ter sido obtido no decurso de prolongados trabalhos de campo, realizados depois de 1887. Com efeito, nesse ano, Estácio declara, no volume II das “Antiguidades Monumentaes do Algarve”, o seguinte: “Não tive tempo em Mértola para pôr á vista a célebre igreja Myrtilense, cuja sede reconheci, nem o seu vasto cemitério contíguo, d’onde podéra ter extraído numerosos craneos”. É natural que, caso Estácio tivesse podido ainda realizar, nos escassos quatro anos de vida que lhe restavam, quaisquer escavações no local, não deixaria de se lhes referir, no último volume daquela obra, publicado em 1891, no ano da sua morte, seguindo, aliás, o hábito de introduzir informações actualizadas ou revisões de assuntos já anteriormente tratados, nos volumes das “Antiguidades” que sucessivamente se

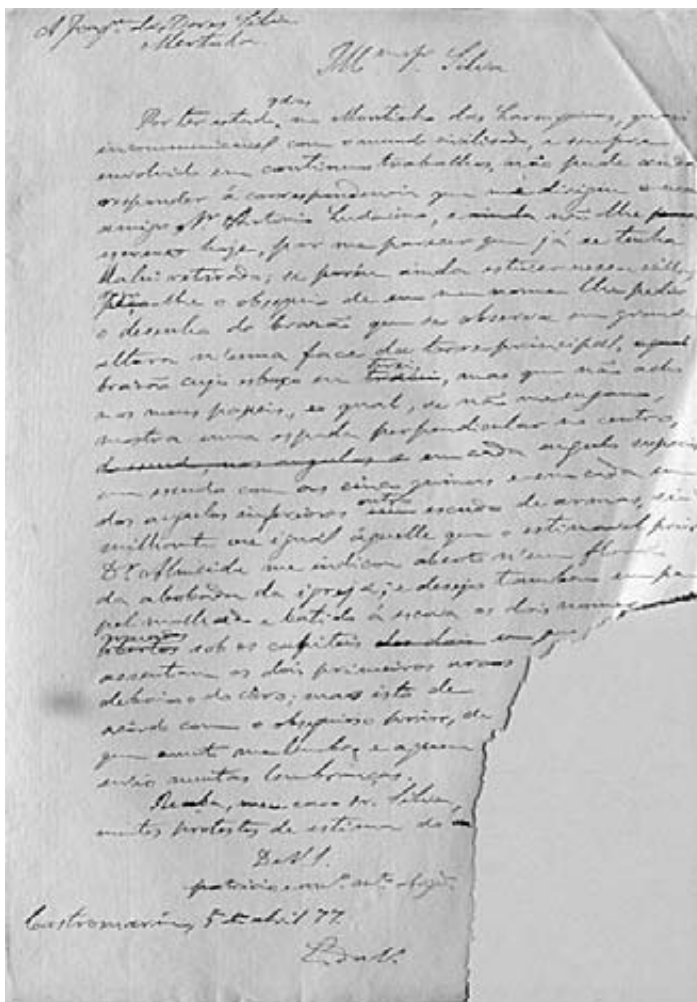


Fig. 35 – Minuta de carta dirigida ao Chefe da 1ª. Secção da conservação das estradas do Distrito de Beja, Joaquim das Dores Silva, escrita em Castro Marim, a 5 de Abril de 1877.

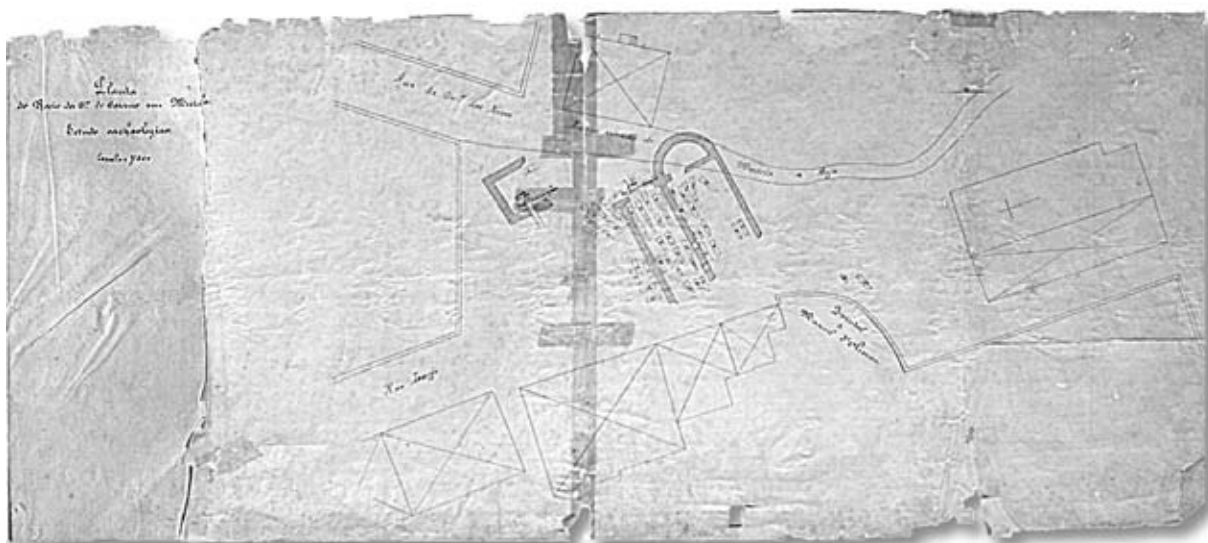


Fig. 36 – Planta da basílica e da necrópole paleocristã de Mértola, parcialmente escavadas por J. Leite de Vasconcelos em 1908, no Rocio do Carmo.



Fig. 37 – Vista geral do Rocio do Carmo, onde J. Leite de Vasconcelos realizou escavações, em 1908, com a ermida de Santo António, em segundo plano. Na área desta ermida, hoje desaparecida, teria existido um segundo templo paleocristão, distinto da vizinha basílica do Rocio do Carmo, onde se encontraram também diversas lápides funerárias da mesma época (são as lápides que Estácio da Veiga indica terem sido recolhidas aquando da “abertura da valeta da estrada de Mértola para Beja” e quasi em frente da ermida de Santo António).



Fig. 38 – Vista parcial das escavações efectuadas em 1908 por J. Leite de Vasconcellos, na necrópole paleocristã do Rocío do Carmo, em Mértola. Em primeiro plano, observam-se diversas sepulturas; em segundo plano, divisa-se uma parede, sobre a qual assentam duas bases de coluna. Trata-se da divisória entre a nave central da basílica e uma das naves laterais (*a australis*). Na planta da Fig. 36, encontram-se assinaladas tanto a parede como as bases de coluna.

iam publicando.

Sendo assim, ao contrário do que até agora unanimemente se referiu, é de concluir que a planta da basílica de Mértola não deve ter resultado de trabalhos arqueológicos conduzidos por Estácio.

A importância de tais trabalhos encontra-se sublinhada ainda pelas aludidas fotografias, também preciosos elementos para o conhecimento da indumentária da população da vila nessa época, até ao presente inéditas. Uma dessas fotografias (Fig. 38) mostra a existência de duas colunas, conservadas *in situ*, assentes na parede divisória entre a nave central da basílica e uma das naves laterais, as quais também se representam na planta (Fig. 36); outra fotografia (Fig. 42), evidencia o remate da referida parede, terminando aparentemente em “T”, com sepulturas de ambos os lados, claramente identificadas com as desenhadas na planta; nesta fotografia, uma das ábsides da basílica, de planta hemisférica, serve de assento aos populares que se dispõem em segundo plano.

Uma segunda conclusão é a de que planta e fotografias correspondem a uma mesma escavação, realizada num dado momento, e sob a orientação de alguém que não teria sido Estácio da Veiga.

A resposta à autoria das escavações surgiu, quando em duas das fotografias se observou mais atentamente uma figura que sugeria ser José Leite de Vasconcellos (Fig. 41, à esquerda; e Fig. 42, à direita). Com efeito, apesar da dificuldade de estabelecer comparações, dada a quase ausência de fotografias de José Leite de Vasconcellos na meia-idade, é nítida a semelhança com a fotografia publicada por Moses Bensabat Amzalak (AMZALAK, 1926) tirada em 1915, tinha ele 57 anos. A resposta definitiva surgiu quando se encontrou, no amplo registo fotográfico das escavações dirigidas pelo



Fig. 39 – Vista parcial da necrópole paleocristã do Rocio do Carmo, em Mértola, obtida durante as escavações dirigidas por J. Leite de Vasconcellos em 1908. Note-se a existência de restos humanos bem conservados.

próprio em dólmenes da região de Montemor-o-Novo, em Novembro de 1900, publicado por J. R. Carreira (CARREIRA, 1995/1996, p. 58) o mesmo indivíduo. Como tais explorações foram dirigidas por Leite de Vasconcellos, em colaboração com Júlio César Garcia, que não colaborou nas escavações de Mértola que ali se sabe terem sido efectuadas pelo Director do Museu de Belém em 1895 e em 1908, conclui-se que a referida personagem só pode ser este último.

Esta é, pois, a terceira conclusão deste breve exercício de investigação documental. Encontrado o seu autor, faltava, ainda, situar no tempo a realização da respectiva intervenção arqueológica. Para tal, importava rever a bibliografia dedicada à necrópole paleocristã de Mértola ulterior a 1880.

Assim, a “Revista Arqueológica e Histórica” noticia o achado, em 1886, (FIGUEIREDO, 1887, p. 64), de novo no quintal de Manuel de Oliveira – que já antes tantos e tão importantes documentos epigráficos havia fornecido, descobertos pelo próprio e por este brutalmente partidos e depois embebidos, na sua maior parte, no muro do referido quintal (referido na planta) – da lápide sepulcral do presbítero Simplício, hoje em Cambridge (HÜBNER, 1895, p. 182). Esta importante epígrafe, foi estudada em 1887, já não por Estácio da Veiga, mas sim por E. Hübner, indicando Borges de Figueiredo que lhe fora enviada de Mértola por um amigo. Ora, no caso de Estácio manter ainda ligações de trabalho naquela vila, seria natural que fosse ele, e não o sábio alemão, a ter acesso em primeira mão ao estudo da epígrafe.

Mais tarde, a lápide do presbítero Simplício volta a ser republicada, com correcções, no volume VII de “O Arqueólogo Português”, lamentando-se o autor do facto de já não se encontrar em Portugal (VASCONCELLOS, 1903, p. 144), tal como outra, achada pela mesma altura na vila (VASCONCELLOS, 1895 b, p. 311). Isto significa que, na segunda metade da década de 1880, existiam particulares com lápides que, ou as conservavam em seu poder, como é o caso da inscrição de *Hilarinus*, publicada por Thorpe e, depois, por J. Leite de Vasconcellos (VASCONCELLOS, 1895 a, p. 7), ou se dispunham mesmo a vendê-las para o estrangeiro, como aconteceu com a inscrição do presbítero Simplício e também



Fig. 40 – Vista parcial das escavações da necrópole paleocristã do Rocio do Carmo, em Mértola, dirigidas por J. Leite de Vasconcellos, que se encontra de pé, do lado direito, com as mãos nos bolsos.

com a do presbítero *Britto* (HÜBNER, 1895, p. 182).

A situação descrita, deve ter aguçado o interesse do fundador do Museu de Belém pela necrópole mirtiliana. Ali criou entranhadas amizades; disso é prova a oferta que lhe fez o Dr. Luis Fortunato da Fonseca, antigo médico na vila de Mértola, em 1895, de cinco lápides inéditas com inscrições cristãs (VASCONCELLOS, 1895 b, p. 314). Nesse mesmo ano de 1895, procedeu Leite de Vasconcellos a aturadas investigações em Mértola, com Maximiano Apollinario; exploraram-se diversas sepulturas, da mesma área já anteriormente explorada por Estácio, no Rocio do Carmo, junto da igreja do mesmo nome, com restos humanos, das quais se levantou a planta de onze (VASCONCELLOS, 1900, p. 242); nenhuma delas, contudo, parece que possuía epígrafes, nem existem semelhanças entre a disposição dos sepulcros então desenhados e os registados na planta em apreço, tal como já havia sido notado por F. Bandeira Ferreira (FERREIRA, 1965), pelo que não há dúvidas que se trata de outro local.

Leite de Vasconcellos retornou repetidamente a Mértola, onde efectuou de novo escavações, em 1908, conforme se indica na “História do Museu Ethnológico Português” (VASCONCELLOS, 1915, p. 330); em tais explorações, conduzidas por J. Leite de Vasconcellos, coadjuvado pelo preparador J. de Almeida Carvalhaes e realizadas em Abril, recolheram-se inscrições latinas e gregas e crânios e ossadas dos séculos VI e VII (VASCONCELLOS, 1908, p. 381). Conquanto então não se tenha referido o número de inscrições recolhidas, sabe-se que entre Outubro de 1913 e Agosto de 1917, deram entrada no Museu Etnológico “doze lápides do cemitério visigótico de Mértola, explorado pelo Sr. Director em 1908” (MACHADO, 1920, p. 257).



Fig. 41 – Vista parcial das escavações de 1908 da necrópole paleocristã do Rocio do Carmo, em Mértola, dirigidas por J. Leite de Vasconcellos, que se encontra do lado esquerdo da imagem.

Dessa riqueza estava seguro J. Leite de Vasconcellos, ao declarar no terceiro volume das *Religiões da Lusitânia*, que “os resultados das suas investigações se encontravam inéditos, embora as lápides já estivessem, à data, no Museu (VASCONCELLOS, 1913, p. 582, nota 3).

Deste modo, pode concluir-se que as doze lápides descobertas em 1908 resultaram de extensas escavações efectuadas na necrópole, as quais teriam certamente sido objecto de registo. As fotos e planta em causa só podem, por conseguinte, pertencer às referidas escavações.

Assim chegados a tão clara e óbvia conclusão, é caso para averiguar porque é que as investigações conduzidas por F. Bandeira Ferreira e M. L. E. V. da S. Pereira, chegaram a resultados erróneos. A razão reside no facto de o arquivo de Estácio da Veiga não ter sido convenientemente explorado naquela época, por motivos que, em parte, podem ter resultado de limitações de ordem superior, como o acesso à documentação; mas tais motivos não explicam a ausência de investigações documentais ulteriores, onde aquelas limitações seguramente não se colocaram.

Bastaria a qualquer interessado que, simplesmente, tivesse presente as potencialidades informativas do epistolário de José Leite de Vasconcellos, em boa hora publicado (COITO, coord., 1999), para verificar que, entre os correspondentes de J. Leite de Vasconcellos de Mértola, algum material de interesse poderia existir para o esclarecimento desta questão. De facto, Leite de Vasconcelos, em correspondência para Hübner, menciona três residentes em Mértola que o ajudaram.

Dos três, é a correspondência de João Manuel da Costa, inédita, tal como a dos restantes – o médico Luís Fortunato



Fig. 42 – Vista parcial das escavações de 1908 da necrópole paleocristã do Rocio do Carmo, em Mértola, dirigidas por J. Leite de Vasconcellos. Observa-se a divisória, com remate em forma de “T”, que separava a nave principal da basílica, que se situa do lado direito da imagem, de uma das naves laterais (*a australis*), que se situava à esquerda. Em último plano, desenvolve-se o muro hemicircular correspondente a uma das absides da basílica, sobre o qual estão sentados os populares.

da Fonseca, o mesmo que, em 1895, ofereceu a Leite de Vasconcellos cinco lápides funerárias do Rocio do Carmo e o comerciante Manuel Francisco Gomes – que possui maior interesse. Desenvolve-se entre 14 de Dezembro de 1893 e 6 de Abril de 1918, não havendo nenhuma de 1908, nem dos anos seguintes, até 1912, devido certamente a prolongados períodos de doença que o retinham, por esses anos, meses a fio em casa, diminuindo muito a sua actuação como diligente amador, colector e comprador de antiguidades, tão claramente evidenciada nas missivas mais antigas.

Para o caso em apreço tem interesse transcrever parcialmente uma dessas missivas, escrita logo a 14 de Maio de 1894, em que declara o seguinte:

“depois de Estácio da Veiga escrever o seu livro sobre antiguidades de Mértola, muita cousa tem aparecido nestes sítios; e vou dizer as que agora me recordo. Uma pedra sepulcral, de um prebitero de que agora me não recordo do nome, e que não encontro a copia da inscrição, a pesar de a ter buscado bastante; recordo-me porem, dizer ella que o tal prebitero era princepe dos cantores da sacrossanta igreja Mirtylense (Fig. 43). Esta pedra deve estar em Lisboa, porque, tendo-a eu comprado ao achador a offereci a E. da Veiga com quem tinha muitas relações d’ amizade (...).

Foi também encontrada uma outra lapide sepulcral, no sitio aonde foi encontrada a que descrevi no principio desta, que é o sitio do quintal do Manuel de Oliveira, que Estacio da Veiga descreve no seu livro – esta pedra, depois de a ter comprado, M.el de Oliveira fez-me pirraça (??), faltando à palavra vendendo-a depois a um outro que mais lhe deu; creio que a mandaram para Inglaterra.

Desta (??), havia eu tirado uma copia fiel, que lhe envio; vae tal qual se achava na pedra (...).

No sítio que Estacio da Veiga descreve no seu livro, como quintal de Manuel de Oliveira, tem-se encontrado muitas lapides, e tenho a convicção que se se fizessem escavações neste sítio ainda se encontrariam mais; mostra ter ali existido uma das primeiras igrejas christãs, isto pelas datas das pedras.”

Esta carta é muito interessante e esclarecedora: a sua leitura bastaria para se concluir que Estácio não voltou a fazer escavações em Mértola, depois da sua passagem pela povoação em 1877; depois, por revelar quem lhe oferecera a lápide do presbítero *Andreas*, aquela de cujo nome o ofertante se não recordava, cerca de doze anos volvidos; finalmente, por informar que a lápide do presbítero Simplício, estudada por Thorpe, por Hübner, por Borges de Figueiredo e ainda por J. Leite de Vasconcellos, provinha, tal como as outras, do célebre quintal de Manuel de Oliveira.

Outras missivas documentam a presença, ou a intenção, de J. Leite de Vasconcellos se deslocar á vila alentejana, para prosseguir os seus trabalhos arqueológicos. É o caso da carta de 19 de Março de 1895, onde João Manuel da Costa acusa a intenção daquele passar por Mértola, na Páscoa, a caminho do Algarve, para fotografar alguns objectos da sua colecção particular. Sabe-se que foi essa a altura em que se realizaram as escavações no Rocio do Carmo, noticiadas anos depois em “O Arqueólogo Português” (VASCONCELLOS, 1900).

Logo a seguir, a 24 de Abril de 1895, informou Leite de Vasconcellos que já estavam em seu poder as lápides paleocristãs que pertenceram ao Dr. Luís Fortunato da Fonseca e que este havia oferecido àquele.

Mais tarde, a 8 de Junho de 1895 enviou decalque em papel molhado de um fragmento de lápide contendo o Alfa e o Ómega, oferecendo-o ao destinatário.

A 15 de Dezembro do ano seguinte, refere-se



Fig. 43 – Lápide de *Andreas*, primeiro cantor da sacrossanta Igreja Mertiliana, oferecida a Estácio da Veiga por João Manuel da Costa logo após ter sido descoberta, em finais de 1880.

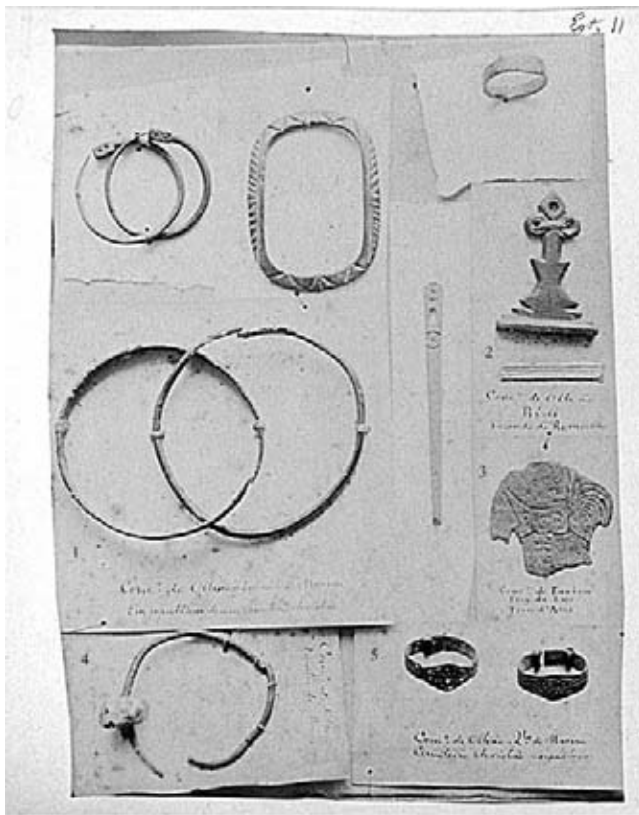
explicitamente ao “cemitério cristão proximo da Egreja do Carmo” explorado por Leite de Vasconcellos, como sabemos, no ano anterior, e, em cartas ulteriores, além de mencionar diversas inscrições romanas pretendidas pelo director do Museu de Belém, refere-se a outros vestígios, também por ele cobiçados; assim, na missiva de 3 de Março de 1901, declara que não via “inconveniente em encontrar o mosaico, visto que sabe aonde elle está”, referindo-se certamente ao mosaico com a tartaruga, actualmente atribuído à basilica do fórum de *Myrtilis*. Em missiva sem data, provavelmente posterior a 1895 declara que “as suas pedras estão já encaixotadas e promptas para serem remetidas”, referindo-se, possivelmente ao conjunto das lápides oferecidas pelo Dr. Luis Fortunato da Fonseca, acrescentando adiante: “Tenho cá uma pedra para lhe offerecer, que foi achada em uma escavação que se fez no adro da igreja: parece ser a imposta do começo de um arco; tem bonitos labores”.

Em resumo, a correspondência trocada com João Manuel da Costa revela que Leite de Vasconcellos não só conhecia bem o terreno, mas também as pessoas certas para lhe facilitarem a obtenção dos materiais que tanto ambicionava para o engrandecimento do seu Museu, tendo também obtido significativo conjunto de espólios romanos, que não interessam à questão em apreço e por isso se omitem. Tal realidade é condizente com as escavações que, em 1895 e em 1908 efectuou na necrópole paleocristã, as quais não resultaram do acaso ou das circunstâncias, mas de uma cuidadosa avaliação previamente realizada das potencialidades arqueológicas do local.

4 – O reconhecimento arqueológico do Algarve e a obra “Antiguidades Monumentaes do Algarve”

No Algarve, o reconhecimento arqueológico de que Estácio da Veiga estava incumbido prosseguiu de leste para Oeste e de Norte para Sul: depois de Alcoutim, cujos trabalhos foram já pormenorizadamente descritos (CARDOSO & GRADIM, 2004), passou aos concelhos limítrofes: no de Tavira, a demora foi superior ao desejado, devido aos vestígios romanos com que se deparou, em parte já seus conhecidos, nas Quintas de Torre d’Ares, das Antas e do Arroio. Em carta datada de 25 de Junho de 1877, destinada ao Conselheiro António Maria de Amorim, Director Geral da Instrução Pública, o mesmo que tinha promulgado a Portaria que viabilizou o trabalho de que estava incumbido, informa-o que não lhe seria possível concluir o levantamento da carta arqueológica do Algarve no prazo estipulado, que era o fim de Julho de 1877, “mas sim adiantar-se muitíssimo, porque logo que me veja livre da extensa região balsense, passarei ao concelho de Olhão para estudar o grande cemitério romano de Marim (Fig. 44 e 45), e verificar as antiguidades que me consta haver nos Serros de S. Miguel e da Cabeça, o sítio de Bias, a Torre Velha, de que Resende cita uma inscrição romana, e dahi seguir logo para a sede do districto, onde há estudos de muita importância fazer, tanto em Faro como em Estói e Milreu (Fig. 46), onde há pouco tempo foram descobertas algumas estatuas, certamente pertencentes a Ossonoba, e as quaes presumo poderem ser adquiridas pelo Estado”. Adiante, acrescenta que, se o Ministro entender “não mandar acabar tudo na presente conjuntura (que seria a melhor, por estar a terra inteiramente liberta), convem todavia que haja agora mais alguma prorrogação de prazo, ao menos para se deixar n’um estado tal de adiamento, que com um pequeno sacrificio depois se consiga acabar o mais bello e grandioso trabalho que deste género se tem feito officialmente comprehendido em Portugal”.

Apesar de ser entusiasmante o tom e a convicção de Estácio, os trabalhos do levantamento da carta arqueológica ir-se-iam prolongar por muito mais tempo. Logo a seguir, declara: “Eu não ousou calcular o tempo que seria absolutamente preciso para eu ter a satisfação de poder levar á presença do Governo a minha Carta Archeologica conscienciosamente organizada, revista, e documentada, com os monumentos que devem ser os primordiaes fundamentos de um museu archeologico nacional constituído em devida regra e por sua rigorosa ordem geographica; mas quero persuadir-me que com pouco mais de dois mezes seria possivel chegar-se a conseguir o fim desejado. O limite admitido por Estácio correspondia, pois, ao final do mês de Agosto de 1877. Porém, eles ainda continuavam a 19 de Novembro de 1877, data em que Estácio declara passar ao concelho de Albufeira, onde julgava “haver mui pouca



Est. II. 1 - Conc.º de Olhão, Quinta de Marim. Em sepultura de um cemitério christão; 2 - Conc.º de Olhão, Bias, Fazenda do Romceirão; 3 - Conc.º de Tavira, freg. da Luz, Torre d'Ares; 4 - Conc.º de 7777, Quinta de 7777; 5 - Conc.º de Olhão, Quinta de Marim. Cemitério christão-sepultura.

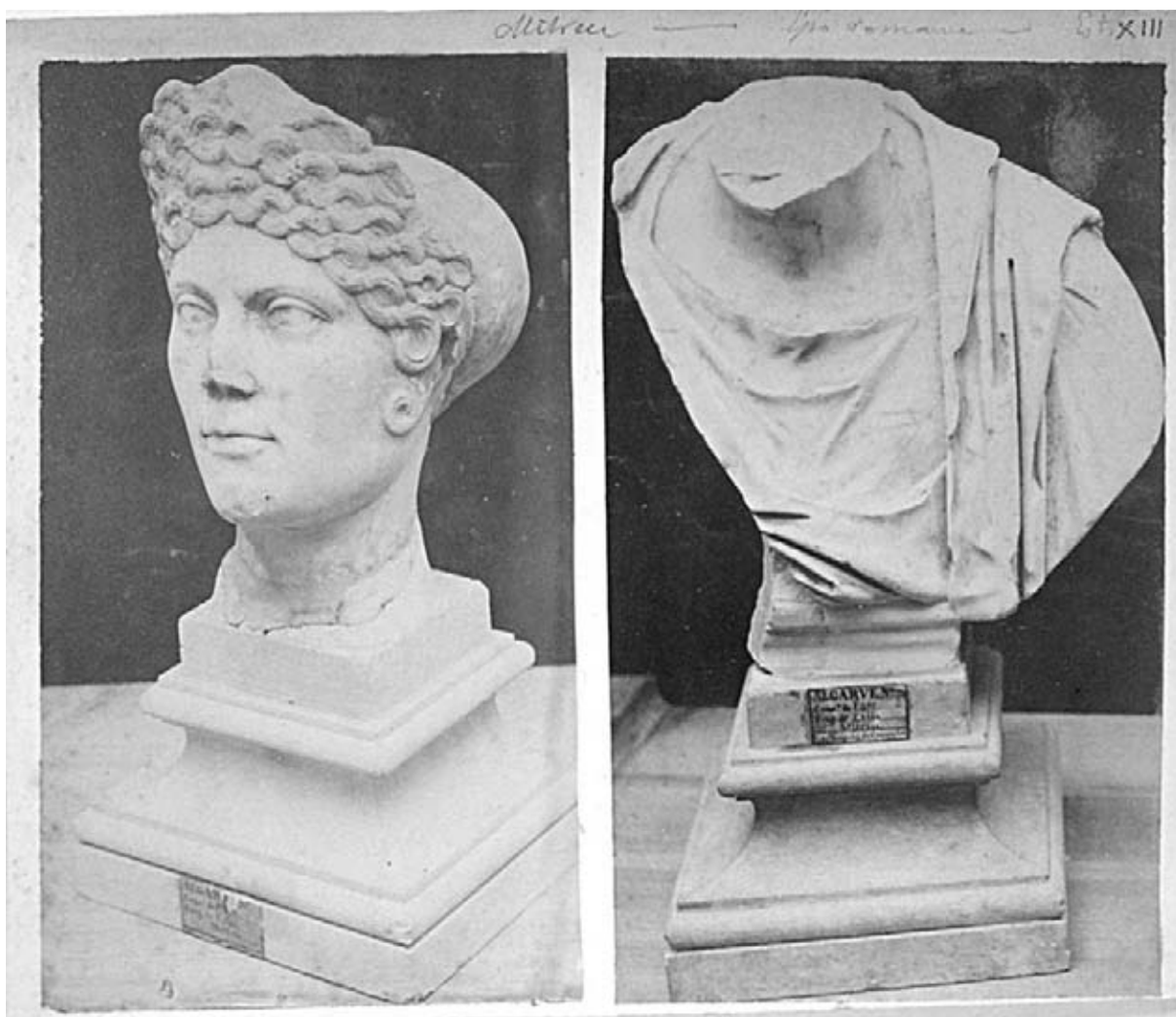
Fig. 44 – Espólios tardo-romanos e posteriores recolhidos por Estácio da Veiga na necrópole da Quinta de Marim (Olhão) e em outros locais.



Est. V. 1 - Marim, frontão de monumento fúnebre romano, 2 - Marim, nicho, achado nas thermas.

Fig. 45 – Fragmentos escultóricos romanos recolhidos por Estácio da Veiga na Quinta de Marim. Nota no verso, a lápiz, de Estácio da Veiga.

demora”, seguindo-se logo depois o concelho de Silves, “e com este andamento, agora muito mais rápido, chegarei ao fim da província passado pouco tempo. Propunha-se, pois, prosseguir o trabalho, entendendo, com razão, “não interromper agora uma obra que tanto trabalho e sacrifícios tem custado (...)”. A terminar informa que “O que já temos e o que espero ainda adquirir, sobretudo na região compreendida entre Lagos e Silves, deve constituir o mais rico museu archeologico do paiz”. Uma vez mais, conseguiu o adiamento do prazo estipulado, até ao final de Fevereiro de 1878; mas também este não iria ser cumprido. Em carta de 19 de Fevereiro de 1879 dirigida ao referido Director Geral, o desabafo é claro, de quem nada tinha a justificar por incúria ou desleixo, pedindo nova dilacção até ao final de Abril ou 15 de Maio; são interessantes os seguintes comentários: “A recommendação, que V. Ex.^a. me endereçou no seu ultimo officio, para que até o fim do corrente mez estivesse concluída a Carta Archeologica do Algarve, teria activado o meu serviço, se fora humanamente possível fazer-se com maior diligencia e promptidão. Em todo o seguimento deste trabalho diz-me a consciência que não tem havido um dia perdido, ou mal aproveitado; e por isso é que nesta data restam apenas por examinar os concelhos de Aljezur, de Vila do Bispo e o de Lagos, para onde vou partir no dia 23 a fim de começar o reconhecimento dessa riquíssima região (...). Sinto intima satisfação de poder afiançar a V. Ex.^a., que por muito que o Governo tenha em vista a breve conclusão desta obra, não pôde de modo algum exceder os meus desejos; porque para mim não há somente obrigações officiaes a cumprir; a responsabilidade, que commigo mesmo contraí, vai muito mais longe.” Com efeito, a planta dos notáveis edificios romanos que encontrou na Boca do Rio, está datada de Abril de 1878, tal como a planta das ruínas da Senhora da Luz. Bastaria atender à notável extensão das áreas exploradas



Est. XIII. Milreu, Epoca romana.

Fig. 46 – Fragmentos escultóricos romanos recolhidos ou obtidos por Estácio da Veiga em Milreu. Letra a lápis do próprio. Ambas possuem etiquetas de inventário do Museu Arqueológico do Algarve.

e levantadas por Estácio em ambos aqueles lugares para se compreender imediatamente as razões dos atrasos verificados.

O pedido de prorrogação até 15 de Maio de 1878 foi satisfeito, tendo sido comunicado a Estácio por ofício de 22 de Maio de 1878. Mas, esgotado este prazo, o trabalho também ainda não se encontrava concluído! Ou seja, os dois prazos anteriormente propostos pelo próprio Estácio não tinham sido por este cumpridos; posta de parte a hipótese de o ilustre arqueólogo ser inconsciente, a ponto de não saber calcular bem as exigências do seu trabalho, deve ser admitida a possibilidade de se tratar de estratégia adoptada por este para, ganhando pouco tempo de cada vez, atingir, com os pequenos adiamentos sucessivamente autorizados, a conclusão dos trabalhos no prazo que realmente sabia necessitar para o efeito. Por outro lado, seria muito fácil a Estácio “aligeirar” a profundidade da análise, evitando aturadas explorações, em suma, simplificando o trabalho de que estava incumbido. Só que este não era o modo de trabalhar do Autor, objectivamente preocupado, mais do que com o cumprimento de prazos circunstanciais, com a qualidade do trabalho que sabia ir ser apreciado pelos vindouros: trabalhava para o futuro. Nova prorrogação do prazo lhe foi deferida,

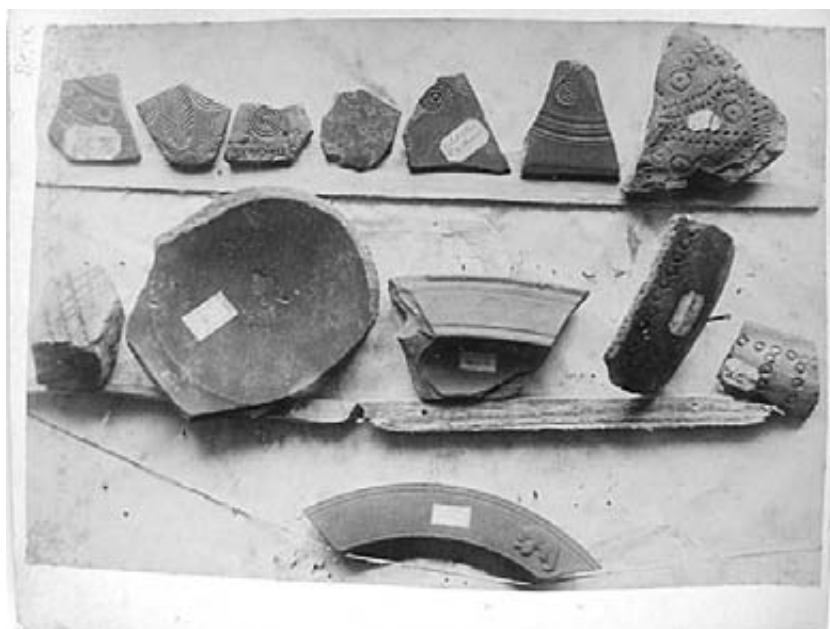
até fins de Agosto e, ainda assim o trabalho não se encontrava ainda concluído...

À luz deste simples relato dos acontecimentos, torna-se óbvio que o prazo inicialmente previsto de quatro meses (de Março a Junho ou Julho de 1877) para a conclusão da Carta Arqueológica do Algarve, se afigurava, à partida, irrealista, mesmo considerando o escasso tempo previsto no estudo de cada concelho. Passados mais de 14 meses sobre o limite de entrega estipulado entre ambas as partes, a situação era, naturalmente, cada vez mais difícil de compreender, por parte do Governo, apesar da sempre boa receptividade de Estácio junto deste, especialmente devido às boas relações mantidas com o Director Geral da Instrução Pública, então integrada na Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, o Conselheiro António Maria de Amorim.

A documentação adiante transcrita dá bem conta desta situação, cada vez mais comprometedor para o arqueólogo algarvio.

No Ofício de 17 de Setembro, dirigido ao Director Geral da Instrução Pública, a prorrogação do prazo de entrega da Carta Arqueológica do Algarve por mais dois meses, até 31 de Outubro de 1878, é justificado com a necessidade de ultimar a passagem a limpo de algumas das plantas que, com tanto cuidado e competência havia executado no terreno, por vezes ajudado por sua Mulher, Amelia de Claranges Lucotte Estácio da Veiga, e outros colaboradores, tendo aquela desenhado e aguarelado alguns dos belos mosaicos da Boca do Rio (Fig. 49) e da Praia da Senhora da Luz, entre outros, constituindo um precioso conjunto conservado também no Museu Nacional de Arqueologia recentemente publicado (VEIGA, 2006).

Pode questionar-se a urgência do Governo, pressionando incessantemente Estácio da Veiga: o motivo é simples; os custos de execução dos reconhecimentos não paravam de crescer! Para ter uma ideia destes custos, de facto elevados, pode recorrer-se ao documento enviado por Estácio de Silves, ao Delegado do Tesouro, em Faro, a 28 de Janeiro de 1878, pedindo-lhe que transmitisse as suas ordens ao recebedor da comarca de Portimão para que lhe fosse paga a 1 de Fevereiro a importância de 270.000 réis, relativa aos subsídios pertencentes àqueles dois meses de trabalho (cerca de 8000 euros, em moeda actual). Este montante corresponde ao valor médio mensal de cerca de 135.000 réis, que seria aproximadamente o recebido por Estácio da Veiga no decurso do levantamento da carta Arqueológica do Algarve, entre Março de 1877 e Outubro de 1878; tal é o indicado por outra Ordem de Pagamento, de 17 de Julho de 1878, dada ao recebedor de Tavira, para lhe pagar a importância de 207.000 réis, relativos ao período de 16 a 21 de Maio e mês de Junho, como “encarregado indagação e reconhecimento dos monumentos archeologicos nas proximidades de Tavira e margens do Guadiana”.



Est. IX. 1 - Marim; 2 - Boca do Rio; 3 - Milreu; 4 - Milreu; 5 - Marim; 6 - Torre d'Ares; 7 - Bias, O-lhão; 8 - Bias; 9 - Milreu; 10 - Milreu; 11 - Bias; 12 - Bias; 13 - Milreu.

Fig. 47 – Materiais cerâmicos, com destaque para as peças de *terra sigillata* recolhidos em diversas estações do Algarve, tanto do barlavento como do sotavento. Notas a lápis de Estácio da Veiga no verso da foto.

Pode, pois, concluir-se que, de Outubro em diante, o trabalho se centrou na preparação do original da Carta Arqueológica, utilizando como base a carta corográfica à escala de 1/200 000 que lhe havia sido fornecida, e na dos desenhos que a deveriam acompanhar, o que é confirmado pelo facto de a larga maioria dessas peças terem sido preparadas em 1878, em resultado de explorações nesse ano realizadas. Trabalhando dia e noite, ajudado por dois desenhadores e certamente também por sua Mulher, o prazo da entrega é cumprido: conjuntamente com um exemplar da carta arqueológica, e dos desenhos e plantas, reunidos numa bela pasta com ferros a ouro, é também entregue o inventário de todos os materiais recolhidos (Fig. 50), os quais se dispersavam pela Academia Real de Belas Artes e por diversas administrações concelhias do Algarve, e ainda por casas cedidas e alugadas para o efeito (cf., no concernente a Alcoutim, CARDOSO & GRADIM, 2004).

A par deste trabalho, oficialmente apresentado como estando na origem da prorrogação solicitada, Estácio continuou as suas explorações no terreno, facto confirmado por diversas plantas onde se refere o mês da execução dos trabalhos: é o caso da “Planta de um edifício romano, parcialmente descoberto e explorado em outubro de 1878 na Quinta do Amendoal sob a direcção de S. P. M. Estacio da Veiga” (SANTOS, 1972, entre p. 176 e 177).

Tais trabalhos prolongaram-se certamente pelos primeiros meses do ano de 1879. Nos inícios deste ano, a Carta Arqueológica do Algarve encontrava-se entregue, com a sinalização das ocorrências arqueológicas identificadas, desde os tempos pré-históricos. É o próprio autor que o declara, em requerimento dirigido ao soberano, a 29 de Dezembro de 1879:

“Sebastião Phillippes Martins Estacio da Veiga, Moço Fidalgo com exercício na Real Casa de Vossa Magestade e sócio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, a quem Vossa Magestade, por portaria de 15 de Janeiro de 1877, mui honrosamente houve por bem encarregar do estudo das antiguidades de Mértola e da elaboração da Carta Archeologica do Algarve, tendo desempenhado, quanto ao seu alcance esteve, esta difficilima commissão do serviço publico, como conseguiu mostrar, apresentando ao Governo, no principio do corrente anno, a mencionada Carta, acompanhada das plantas dos edificios que parcialmente explorou, pertencentes a varias civilisações prehistoricas e historicas, anteriores á gloriosa fundação da monarchia portugueza, e os desenhos dos accessorios mais typicos e artisticos daquelles edificios (Fig. 51), bem como os de alguns monumentos, que corriam o risco de não deixarem memoria da sua existência, se não fossem então figurados pelo desenho: ao passo que ía marcando na Carta os pontos que manifestavam



Est. XXII. 1 - Capitel (????) a corinthio, de calcareo branco, achado nas excavações do Amendoal, perto de Faro; 2 - Capitel de marmore granolamelar azulado, de estylo bysantino, achado nas excavações em Silves; 3 - Capitel bysantino de calcareo branco, achado na demolição do lanço de muralha mourisca para o edificio das repartições publicas.

Fig. 48 – Três capitéis, recolhidos e classificados por Estácio da Veiga, do Amendoal, Faro e Silves. Fotografia realizada no Museu Arqueológico do Algarve – secção lapidar (ver Fig. 54). Notas a lápis de Estácio da Veiga no verso da foto.

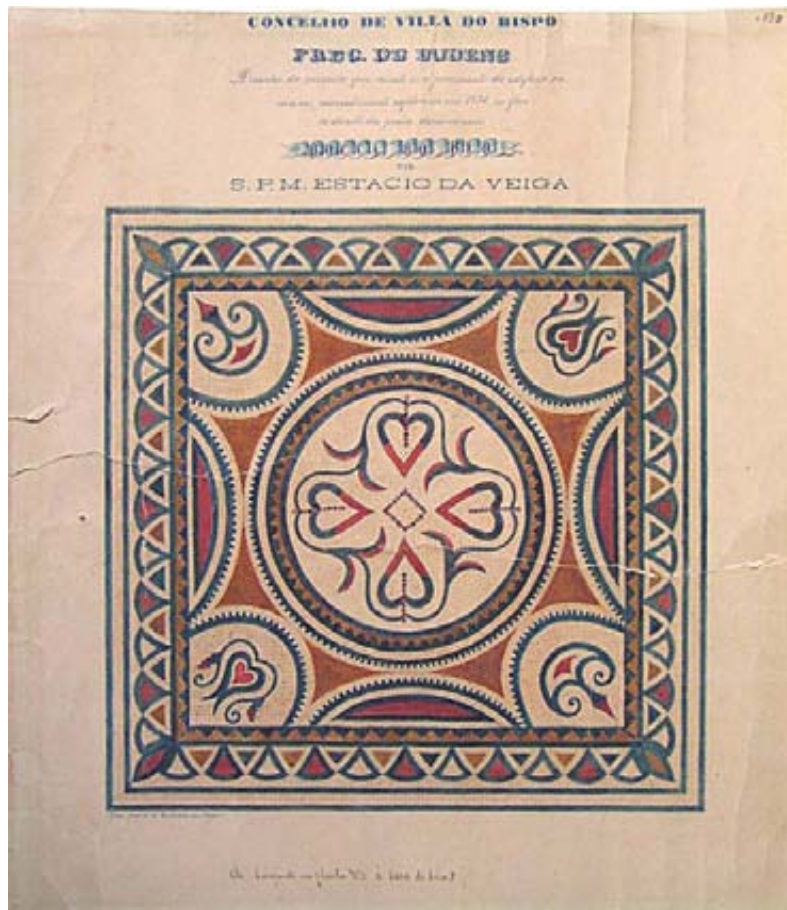


Fig. 49 – Desenho aguarelado, a cores, de um dos mosaicos postos a descoberto nas escavações efectuadas na Boca do Rio, executado pela Mulher do Autor, Amélia de Claranges Lucotte Estácio da Veiga e recentemente publicado (VEIGA, 2006).

seguros característicos dos povos que estacionavam desde tempos remotos naquelle território, colligira mui cuidadosamente as possíveis provas archeologicas, respectivas a cada época e consequentemente a cada um dos referidos pontos, e deste modo chegou a reunir uma série de valiosos monumentos, de diversísimos géneros (Fig. 52), afim de que, systematicamente coordenados e collocados por épocas n'uma rigorosa ordem geographica, podessem com a sua classificação e descripção scientifica constituir o primeiro museu archeologico do reino, e ao mesmo tempo comprovarem perante os escriptores competentes, nacionaes e estrangeiros, o principal trabalho archeologico que se tem emprehendido e realiado neste paiz, trabalho que em toda a parte seria recebido com benevolo acolhimento, se tivéra tido a fortuna de ser escudado com um nome a todos os respeitos mais auctorizado.

Em vista da Carta Archeologica, das plantas e dos desenhos, que o auctor lhe annexou, e da noticia de estar colligido em 94 caixas, com muitos monumentos avulso (Fig. 47, 48 e 53), o museu archeologico do Algarve, entendeu-se que tudo isto carecia de um grande trabalho complementar, ou de uma obra especial, em que se estudassem e descrevessem tantos e tão vários padrões de diversas épocas nos seus competentes grupos ethnologicos, e que deste estudo, com relação a cada uma das épocas representadas na Carta por signaes de convenção, se chegasse ás possíveis conclusões, de modo que cada monumento ficasse servindo de prova documental para o conhecimento da historia, da geographia e da ethnographia antiga daquella importante zona sul-occidental da Europa, de todas talvez a mais disputada na sua posse por muitas das grandes invasões que vincularam duradouro domínio no território peninsular; e com este justificado

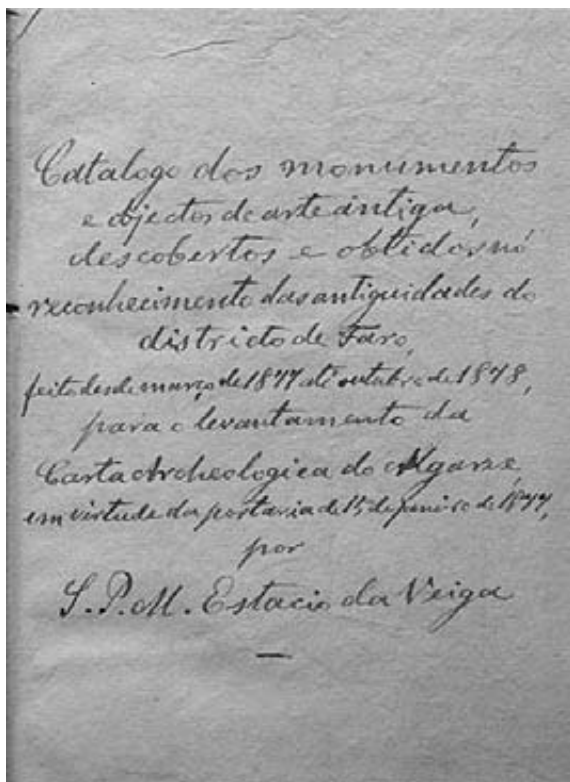


Fig. 50 – Folha de rosto do inventário dos espólios arqueológicos recolhidos no âmbito da realização da Carta Arqueológica do Algarve, executado em finais de 1878 e entregue ao Governo, conjuntamente com a carta arqueológica e os desenhos de plantas e mosaicos das principais estações identificadas e exploradas.

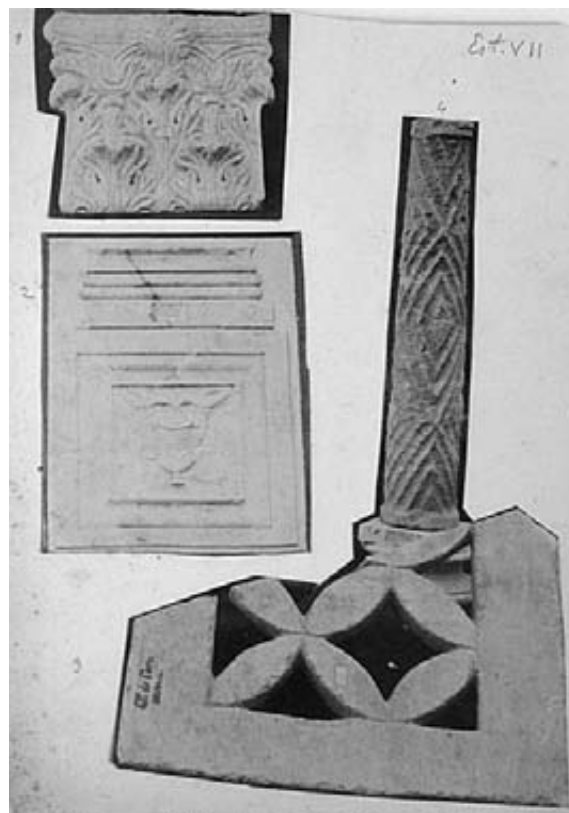


Fig. 51 – Elementos escultóricos de Milreu e de Torre d’Ares. Notas a lápis de Estácio da Veiga, no verso.

fundamento foi celebrado um contracto em 29 de Maio entre o Governo e o auctor, para que este escrevesse uma obra em 5 ou 6 volumes, intitulada “Antiguidades Monumentaes do Algarve”, devendo a apresentação do texto de cada volume não exceder o prazo de um anno, a contar do 1º de Julho proximo futuro.”

Assim, verifica-se que Estácio, após a entrega do original em papel da Carta Arqueológica do Algarve e das peças desenhadas que a acompanhavam, conseguiu, dentro da estratégia por si definida, convencer o Governo da importância da elaboração de uma obra ambiciosa, constituída por cinco ou seis volumes, onde se descreveriam todas as ocorrências, organizadas por épocas, desde a pré-história até à da gloriosa fundação da monarquia portuguesa” e por ordem geográfica. Com cinquenta anos de idade, Estácio conseguia finalmente concretizar o sonho de escrever uma vasta obra sobre a arqueologia do Algarve, que mantinha há mais de vinte anos, mas só agora tornado possível devido ao notável volume da informação recolhida.

O respectivo contrato (reproduzido em fac-símile em SANTOS, 1972), assinado pelo Ministro do Reino, o Conselheiro António Rodrigues Sampaio, e por Estácio da Veiga, a par de diversas testemunhas, entre as quais o Director Geral da Instrução Pública, o Conselheiro António Maria de Amorim – que previa uma tiragem de 1200 exemplares, com uma oferta de 50 exemplares ao autor – só viria a entrar em vigor em finais de Dezembro, depois de ter sido dado por legal pelo Procurador Geral da Coroa e Fazenda; o atraso na apreciação jurídica do documento justificou a exposição de Estácio ao Rei D. Luís, de 29 de Dezembro atrás parcialmente transcrita, até porque assim se encontrava impedido de receber a gratificação mensal de 50.000 réis estipulada para o efeito, que lhe era devida desde o dia 1 de Julho desse

ano. Este montante equivaleria actualmente a cerca de 1500 euros.

Previa-se que o primeiro volume pudesse ser entregue até três meses depois de Julho de 1880, o que estaria de acordo com os planos de o apresentar oficialmente em Setembro desse ano, na celebração em Lisboa da célebre IX Sessão do Congresso Internacional de Arqueologia e de Antropologia Pré-Históricas. Ver-se-á que, também neste aspecto, foram dramáticas as dificuldades que Estácio teve de vencer, as quais levariam a que a conclusão do primeiro volume só se verificasse em 1886, para além das que assumiu pessoalmente, como a incorporação na obra dos resultados das explorações arqueológicas efectuadas em 1882 nos notáveis monumentos pré-históricos de Aljezur e de Alcalar, recorrentemente mencionados ao longo dos quatro volumes da obra que saíram em vida do autor.

Com a efectiva entrada em vigor, em finais de 1879, do contrato para a preparação das Antiguidades Monumentaes do Algarve, aproxima-se do fim a segunda fase da actividade científica de Estácio, a qual tem o seu *terminus* a 26 de Setembro de 1880, com a abertura do Museu Arqueológico do Algarve, de cuja organização havia sido incumbido oficialmente a 1 de Abril de 1880, no âmbito da reunião, em Lisboa, da IX Sessão do Congresso Internacional de Arqueologia e de Antropologia Pré-Históricas; doravante, duas preocupações essenciais viriam a ocupar integralmente a existência de Estácio, nos seus últimos onze anos de vida: a redacção e publicação daquela obra, e a concretização do Museu Arqueológico do Algarve.

Note-se que a instituição deste último remontava a época ainda anterior ao início dos trabalhos de campo em Mértola e no Algarve: já em 5 de Fevereiro de 1877, Estácio da Veiga pedia instruções superiores quanto ao destino a dar aos espólios que viriam a ser recolhidos, admitindo duas possibilidades: a criação de museus regionais ou a organização, na Academia Real das Ciências de Lisboa, de um museu arqueológico nacional.



Est. XXIII. Marim.

Fig. 52 – Cipo funerário de Marim, fotografado no terreno. Notas a lápis de Estácio da Veiga.



Est. XXXV. 1 - Monte Molião, clepsidra de vidro branco; 2 - Faro, campo da Trindade, vidro branco; 3 - Boca do Rio, estatueta de bronze; 4 - Milreu, vidro branco; 5 - Serra das Viribus (Boukira, Aljezur) grande frasco de vidro branco; 6 - Luz (Lagos), fundo de frasco de vidro branco; 7 e 8 - Torre d'Azul, vidro branco; 9 - Horta da Canada (Tavira), vidro branco; 10 - Silves, Cisterna dos Gatos, fundo de taça de vidro azul escuro, época árabe?

Fig. 53 – Diversos vidros romanos, com destaque para a por si chamada “clepsidra” de Monte Molião (n.º 1), acompanhados de estatueta de bronze, proveniente da Boca do Rio, representando Hera. Note-se que esta se encontra fotografada ao contrário, o que indica que a foto se destinava a servir de base ao desenho dos materiais nela representados. Notas a lápis de Estácio da Veiga no verso da foto.

5 – O Museu Arqueológico do Algarve

O ano de 1880 viria a ser marcado pela criação e organização do Museu Arqueológico do Algarve. Este Museu tinha antecedentes antigos no programa que Estácio da Veiga delineou logo em 1877, aquando do início do levantamento da Carta Arqueológica do Algarve. Com efeito, logo no seu relatório de 25 de Junho de 1877, dando conta ao Conselheiro Amorim dos progressos dos referidos reconhecimentos, menciona que tais monumentos “devem ser os primordiais fundamentos de um museu archeologico nacional constituído em devida regra e por sua rigorosa ordem geographica”, objectivo que voltou a referir a 19 de Novembro do mesmo ano, ao mesmo governante, declarando que “O que já temos e o que espero ainda adquirir (...), deve constituir o mais rico museu archeologico do paiz”. Ansiava em demonstrar a possibilidade de fazer uma exposição cientificamente digna, afastando-se das ideias retrógradas que, no seu entender, enfermava o Museu do Carmo, dirigido por Possidónio da Silva. Mas onde se instalaria tal Museu?

A primeira ideia foi a de ele se organizar no edifício da Academia Real das Ciências de Lisboa, verificada a impossibilidade de o instalar, como museu provincial, no extinto convento de S. Francisco, em Faro. Com efeito, em Ofício dirigido ao presidente da Segunda Classe da referida Academia, a 7 de Julho de 1877, a propósito do envio para o Ministério do Reino dos monumentos e materiais resultantes da primeira etapa do reconhecimento arqueológico do Algarve, bem como das explorações conduzidas em Mértola, considera ter chegado a altura “para se tratar da instituição do nosso tão reclamado museu archeologico, por isso que não se póde suppôr que o governo, sendo-lhe solicitados os referidos objectos, deixe de querel-os confiar á primeira corporação scientifica do paiz”. Pretendia assim constituir naquela instituição o embrião do futuro Museu Arqueológico Nacional “em que fossem representadas, mediante o systema que havia adoptado e seguido, todas as antiguidades de Portugal” (carta remetida ao Director Geral da Instrução Pública, nos primeiros meses de 1881). Segundo este mesmo documento, tal propósito não vingou por manobras de bastidores, mencionadas por Estácio:

“Não me respondeu o presidente da segunda classe, mas é certo que o meu pensamento foi acolhido, chegando-se a converter n'um único e amplo salão todo o espaço que anteriormente era tomado pela bibliotheca académica, e pelos gabinetes da secretaria, custando essa obra preparatória não minguado dispêndio; e segundo se diz estava até já indigitado o académico a quem havia de ser conferida a direcção e conservação desse museu, não se contando, mui incautamente, com a minha formal recusa e com os protestos que desse modo seria forçado a levar á presença do Governo, logo que não fosse eu o encarregado da organização de um museu, que tudo me devia, que em grande parte era propriamente meu, e que só eu tinha os precisos elementos para o organizar em conformidade do pensamento com que o havia colligido e com que o devera manter; mas todos esses reservados intuitos foram como repentinamente destruídos, determinando o Governo, por proposta do Marquez de Sousa-Holstein, então vice-presidente da Academia Real de Bellas Artes, que as antiguidades por mim colligidas em Mértola e no Algarve dessem entrada naquella academia, sem comtudo ter havido para commigo a mínima attenção, por se ignorar que todos os monumentos epigraphicos de Mértola tinham sido comprados á minha custa, e que uma grande copia dos mais importantes do Algarve também me pertencia. Entretanto não me oppuz nem alleguei então os direitos que me assistiam, porque bem sabia eu que o Marquez de Sousa-Holstein era altamente intelligente e illustrado para reconhecer que não podia em caso algum prescindir da minha directa intervenção logo que tivesse espaço preparado para a instituição de um grande museu que projectava organizar (...)”. Porém, o falecimento deste amigo de Estácio, entretanto ocorrido provocou-lhe dificuldades, adiante referidas.

As informações contidas nesta missiva são importantes; com efeito, a aludida sabotagem à organização de um museu arqueológico na Academia das Ciências de Lisboa, de que Estácio estava ciente, não deve ser encarada como simples suspeita; logo em Novembro do ano seguinte (1878), um dos académicos mais activos da agremiação, Teixeira de Aragão, elaborou proposta intitulada “Necessidade da criação d'um museu de história de artes de ornamentação, e de antiguidades em Lisboa”, adiantando que “Enquanto se não constróe esse edificio apropriado, onde deverão guardar-se

os quadros e todas as colleções artísticas, um alvitre razoavel se apresenta, fundando na Academia real das Sciencias um museu de historia e de artes ornamentaes” (PEREIRA, 1981, Documento n.º 1). É esta a primeira vez que se fala na criação de um museu em Lisboa cujas características foram sendo sucessivamente definidas, dando origem, em 1884, ao Museu de Arte Antiga e Archeologia, óbvio concorrente do projecto de Estácio da Veiga. Entretanto, gorada a instalação desse núcleo fundacional na Academia das Ciências de Lisboa, as atenções dos seus principais dinamizadores voltaram-se para a própria Academia Real de Belas Artes, à qual também estavam ligados.

Com efeito, existe documentação que comprova a determinação do Governo em enviar para a Academia Real de Belas Artes o produto do trabalho de Estácio da Veiga: logo a 24 de Abril de 1877, talvez sem o conhecimento de Estácio, deram ali entrada os monumentos de Mértola (PEREIRA, 1981, Documento n.º 14), logo seguidos da totalidade dos espólios arqueológicos reunidos no Ministério do Reino, resultantes das recolhas de Estácio em todo o Algarve. É a esse manancial, cujas primeiras peças deram entrada na Academia de Belas Artes a 13 de Março de 1880, que se refere o Ofício de 23 de Março de 1880, dirigido pelo Vice-Inspector da Academia das Belas Artes, Delfim Guedes, ao Ministro do Reino (PEREIRA, 1981, Documento n.º 15). Deixava-se, contudo, a Estácio, a oportunidade de os organizar e coordenar: “Permita-me pois V. Ex.^a. que eu tome a liberdade de propor que por esse ministerio seja encarregado de proceder aos trabalhos que deixo mencionados o sócio da Academia Real das Sciencias Sebastião Felipe Martins Estácio da Veiga, por ter sido esse Academico o descobridor daqueles monumentos, e quem os coligiu para a comprovação da carta archeologica do Algarve”.

Este propósito foi acolhido pelo Governo e, por despacho do Ministro do Reino, de 1 de Abril de 1880, foi Estácio da Veiga incumbido “de classificar e catalogar por modo que possam ser expostos ao público os Monumentos Archeologicos vindos ultimamente do Algarve, e por V. Ex.^a. descobertos e colleccionados para a comprovação da Carta Archeologica d’aquella Provincia”, como lhe foi comunicado por Ofício assinado pelo Director Geral da Instrução Pública (PEREIRA, 1981, Documento n.º 16).

Note-se que não se menciona em algum lugar a palavra Museu: o Museu Arqueológico do Algarve, ainda que possuindo papel timbrado, envelopes e etiquetas, não teria passado de uma conclusão lógica de Estácio da Veiga face às orientações recebidas do Governo, não suportadas em qualquer documento oficial. Esta dúvida teve-a também Leite de Vasconcelos, muito anos depois, ao perguntar-se se tal determinação viria na Legislação de 1880, interrogação sem resposta aposta em pequena folha manuscrita conservada no Arquivo de Estácio da Veiga, apesar de este mencionar em diversos volumes das “Antiguidades Monumentais do Algarve” a existência do Museu. Esta seria, pois, officiosa, mas não oficial, como aliás é reconhecido por Estácio, ao declarar em 30 de Maio de 1881, em carta dirigida ao Director Geral da Instrução Pública, que o Museu correspondia a uma “instituição, que já está criada de facto, como em breve tempo o deve ser por lei especial, obrigada a um contracto celebrado com o (...) governo”.

Seja como for, o entusiasmo de Estácio não esmoreceu por esta deficiência legislativa, que se viria a revelar fatal: aos monumentos chegados em Março à Academia de Belas Artes, viriam a juntar-se os que continuaram a chegar no decurso do mês de Abril e, “Desde Maio até 11 de Setembro, nove dias antes da abertura do congresso, continuou a chegada dos monumentos, multiplicando-se de tal modo o trabalho do museu que, para poder ser apresentado áquelle sapientíssimo jury, foi mister sacrificar as próprias horas do descanso, começando o meu serviço de madrugada e continuando-o até alta noite.” (cf. minuta de resposta não datada nem endereçada sobre os atrasos da publicação das Antiguidades Monumentais do Algarve).

Verificam-se, pois, as seguintes deficiências na concepção inicial do Museu (que nunca chegou a sê-lo, do ponto de vista oficial):

1 – A aparente dependência funcional de Estácio da Veiga à Academia Real de Belas Artes, desde logo porque foi esta Instituição a propôr o seu nome para, em instalações suas, organizar as colleções que recebera legitimamente, por determinação governamental;

2 – A ausência de espaços próprios;

3 – A dependência administrativa e financeira do Museu face à Academia: folha de pagamentos continha verbas destinadas ao Museu mas que eram processadas pela Academia de Belas Artes, por não ter o Museu qualquer existência legal.

Estes três factores levariam, em situação de normalidade a uma sempre instável relação institucional; mas em situação de conflito, fácil seria prever o desfecho desfavorável para a nascente e frágil unidade museológica, como de facto se verificou.

Seja como for, a abertura do Museu ocorreu a 26 de Setembro de 1880 (Fig. 54), a tempo de ainda ser visitado pelos ilustres congressistas então reunidos em Lisboa, entre os quais o arqueólogo francês Émile Cartailhac, e o antropólogo alemão Rudolph Virchow, entre muito outros, citados pelo próprio Estácio (VEIGA, 1887, p. 489, nota 3), apesar de, incompreensivelmente, não ter sido incluído no programa oficial do Congresso.

Os contactos científicos estabelecidos por Estácio com eminentes arqueólogos e antropólogos, conferiram-lhe maior segurança na discussão de certas questões científicas, relacionadas com a pré-história; neste capítulo, se Hübner foi o seu mentor no campo da arqueologia da época clássica, Cartailhac afirmou-se como o pré-historiador mais relevante na formação de Estácio, na respectiva área, fortalecida por uma calorosa relação pessoal, que transparece da correspondência adiante transcrita.

Sabe-se, pelo próprio Estácio, que foi também apresentada ao Congresso a Carta Arqueológica do Algarve, a qual também não consta das actas da referida reunião. A tal propósito, Cartailhac apresentou a sugestão de a simbologia ser a adoptada internacionalmente desde o Congresso de Estocolmo, pelo que o Autor procedeu à sua imediata substituição (VEIGA, 1886, p. 19). Já para os tempos históricos, foi preciso organizar uma sinalética própria, conforme se refere em artigo dedicado ao assunto (VEIGA, 1885). Conhece-se esboço de título para a Carta Arqueológica do Algarve relativa aos tempos pré-históricos, elaborada em 1883, cujo subtítulo é esclarecedor, a respeito da sua apresentação ao referido Congresso: “Representando o período neolítico, a transição deste período para a idade do bronze, esta idade e a idade do ferro. Elaborada em 1878, comprovada em 1880 com a fundação do Museu Archeologico do Algarve, apresentada no mesmo anno ao Congresso d’anthropologia e de archeologia prehistorica reunido em Lisboa e recentemente muito ampliada pelos descobrimentos feitos em 1882”.

Com o desagrado de Estácio, o Paleolítico não se encontra representado, em virtude de o Governo não lhe ter permitido o estudo das cavernas, nas quais o autor depositava muitas esperanças a tal respeito, sabemos hoje que infundadas.

O silenciamento dos trabalhos de Estácio da Veiga e da própria existência do Museu Arqueológico do Algarve no Congresso de Lisboa, apesar de ser oficialmente um dos Secretários-adjuntos do mesmo, não pode reportar-se ao acaso, ou à falta de informação por parte da organização da reunião, cujo Secretário Geral era Carlos Ribeiro (Fig. 55).

Com efeito, mal se compreende que, face à importância das descobertas de Estácio, no campo da Pré-História algarvia (apesar de as escavações de Aljezur e de Alcalar só se terem efectuado em 1882), as já então realizadas não tenham merecido estar representadas no Congresso. O autor ressentiu-se desta iniquidade, declarando expressamente: “mas como houve o reservado proposito de não se escrever no Compte rendu uma unica palavra, que de algum modo podesse registrar os serviços com que eu havia modestamente contribuido para que o congresso podesse formar approximada idéa das antiguidades prehistoricas do Algarve, symbolisadas na primeira carta archeologia que tinha sido elaborada em Portugal e comprovadas com o proprio museu (...)” (VEIGA, 1887, p. 489, 490).

Importa destacar o facto de, Estácio jamais ter sido funcionário da Academia, como fez questão de deixar bem claro, nem ter recebido quaisquer verbas através desta; reportava directamente ao Director Geral da Instrução Pública, e a única gratificação fixa e permanente que recebia por parte do Governo, resultava de de lhe ter sido encomendada redacção das “Antiguidades Monumentaes do Algarve”, pagas tardiamente e sempre com dificuldades e suspeições, a que Estácio, penosamente, era obrigado a esclarecer.

No concernente à segunda questão, relativa à instalação do Museu na Academia de Belas Artes, Estácio tinha



Fig. 54 – Pátio da Academia Real de Belas Artes, ocupada com o Museu Arqueológico do Algarve: inscrições, elementos arquitectónicos e porções de mosaicos encaixilhados. De pé, três homens, provavelmente Estácio da Veiga (à esquerda) e os seus dois colaboradores, João Dionel da Franca Mattos e Joaquim dos Reis Netto, respectivamente escrivão e servente do Museu. Observe-se, em último plano, ao fundo, a estátua de Apolo, recolhida no Álamo, Alcoutim, já com a reconstituição da perna esquerda (ver Fig. 6) e, em primeiro plano, dois dos três capitéis da Fig. 48, ao lado das peças escultóricas de Marim, reproduzidas na Fig. 45.



Fig. 55 – Fotografia do Congresso de Lisboa de 1880. Estácio da Veiga é o oitavo, em segundo plano, a contar da direita (original em papel existente no INETI, ex-IGM, em Alfragide).

manifestado, desde pelo menos 27 de Dezembro de 1879, a sua concordância e empenho em tal solução, onde considerava existir espaço suficiente, pelo menos para a instalação da parte monumental relativa aos tempos pré-históricos, aqueles a que dizia particular respeito o primeiro volume das “Antiguidades”, que se pretendia apresentar na ocasião. Os monumentos chegaram todos a Lisboa, expedidos por via marítima do porto de Vila Real de Santo António, com excepção dos menires da Cumeada, do Monte de Roma e da Pedra Branca, por serem demasiados pesados (Fig. 56).

Abandonada a ideia de apresentar no Congresso o primeiro volume das “Antiguidades”, por manifesta falta de tempo, a disposição dos espólios abarcou todas as épocas. Isto não significava a ausência de critérios científicos, que Estácio já tinha demonstrado constituir uma das suas preocupações fundamentais: prova disso foi a sua dissensão com Possidónio, já antes referida, bem como a sua crítica à aquisição de objectos de interesse museológico duvidoso, que a própria Academia das Belas Artes vinha efectuando, certamente para o futuro Museu de Arte Antiga e Arqueologia. Assim, as críticas expressas em minuta não datada, mas redigida nos primeiros meses de 1881 destinada ao Conselheiro Amorim, reportam-se indistintamente a ambas e outras Instituições congéneres: “(...) é tão crassa a ignorância de certos indivíduos, que imaginam grandiosas criações de museus com a indistincta aquisição de todas as cousas de feição mais ou menos antiga e obtidas seja onde fôr e como fôr, que ainda não mostraram saber distinguir as baías que scientificamente separam o museu archeologico propriamente dito, de um museu misto de antiguidades, e de um museu essencialmente artistico. Tudo tem até hoje andado confundido, misturado, mal collocado, sem subordinação a um pensamento fundamental, sem a minima ordenação systematica, ou methodica (...)”. A sua organização criteriosa, foi justamente sublinhada por Estácio, invocando para tal a boa impressão que tinha causado aos membros do Congresso

que o honraram “com a sua visita e com o mais notável acolhimento o primeiro museu que começava a instituir-se neste paiz por um novo systema scientifico e o unico que era fundamentado na primeira carta archeologica que entre nós se elaborou (...)”.

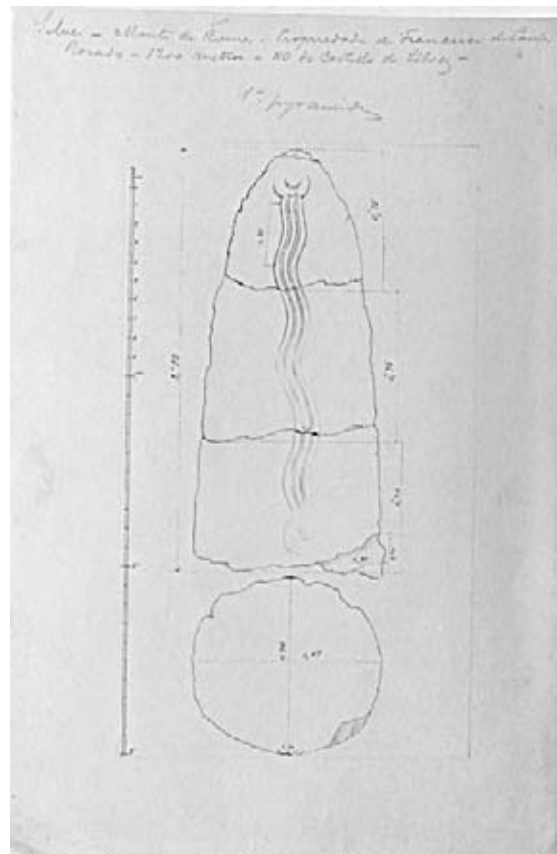
Esta ideia encontra-se reforçada na missiva enviada ao Director Geral da Instrução Pública a 6 de Junho de 1881 (cuja minuta se encontra datada de 30 de Maio): “A carta e o Museu archeologico estabeleceram portanto a base fundamental e o systema deve seguir-se para que a seu tempo nos seja possível apresentar a carta archeologica de Portugal e porventura o mais perfeito, o mais systematico e o mais rico museu archeologico, representando as antiguidades prehistoricas e históricas do continente portuguez”. Desta forma, para a instituição de um Museu Arqueológico Nacional, acompanhado da realização da respectiva carta arqueológica do País, dispunha-se, como elemento de referência, o trabalho realizado no Algarve.

Tal documento foi escrito, porém, com o fim de apresentar protesto da ordem recebida por parte da Academia para proceder à entrega do inventário das colecções e à sua transladação para outra dependência da mesma. Já anteriormente Estácio se tinha queixado da pretensão de se incluírem obras de arte antiga pertença do Museu nas galerias de exposição da Academia, conforme minuta de Ofício dirigido ao Ministro do Reino.

Note-se que existiria por certo velada intenção dos responsáveis da Academia de Belas Artes para o fracasso do projecto de Estácio, independentemente de precisarem ou não do espaço ocupado no edificio pelo Museu que Estácio organizara de raiz. Com efeito, sabe-se que, desde há vários anos, a Academia alugara o palácio das Janelas Verdes, com a finalidade de aí instalar o primeiro Museu de Arte Antiga e Arqueologia, o que de facto veio a ser viabilizado após reforma da Academia de Belas Artes de 1881 e a exposição de artes decorativas (1883), que constituiu um primeiro ensaio para se atingir aquele objectivo.

Começava assim a esboroar-se o sonho de Estácio na instituição que fundara, a qual, apesar minguadas verbas (200.000 réis abonados pelos fundos da Direcção Geral da Instrução Pública para as despesas de instalação), possuía uma “oficina photographica”, garantindo-se o restauro e a reprodução de objectos arqueológicos através da aquisição de serviços a Guido Batista Lipi. Como pessoal permanente, possuía apenas um escrivário, João Dionel da Franca Mattos e um servente, que também tinha as funções de guarda, Joaquim dos Reis Netto.

A estratégia adoptada por Estácio foi a de procurar rapidamente delimitar o espaço ocupado pelo Museu, tornando-o independente do restante edificio, declarando, no mesmo documento, o seguinte: “Quando se haja reconhecido que os mencionados tropeços partem de uma obstinação inqualificável, talvez inspirada por émulos mal intencionados e insofridos por verem que o único museu archeologico scientificamente organizado no paiz é obra exclusiva de um só individuo, então convirá lembrar á academia de bellas artes, que o edificio por ella ocupado, não é propriamente propriedade sua mas do estado (...)”.



Silves - Monte de Roma - Propriedade de Francisco de Paula Resado - 1200 metros a NO do Castello de Silves. 1.ª pyramide.

Fig. 56 - Menir decorado de calcário, recolhido em Monte de Roma, Silves e depois publicado por Estácio da Veiga. Desenho inédito, com notas a lápis de Estácio da Veiga.

Com esta e outras alegações desafiadoras mas de débil suporte legal, propôs a partilha de espaços, objecto de análise laboriosa, naquele mesmo documento apresentada. Contudo, fácil é de ver que o Director Geral da Instrução Pública poucos poderes detinha no caso em apreço, dado que o que Estácio na verdade lhe propunha era, simplesmente, legalisar a ocupação de uma parte do edifício, contra a vontade do seu até então legítimo ocupante. Na realidade, os espaços ocupados pelo Museu em 1880 foram os que a Academia destinou para tal, e só com o seu acordo se poderia alterar o que fora estabelecido.

A situação continuou a degradar-se: na missiva enviada a 6 de Junho de 1881, informava o Conselheiro Amorim de “estar verbalmente intimado pelo inspector e pelo director interino das escolas de academia de Bellas artes para lhes apresentar uma relação dos objectos existentes no museu e para transferir o museu com a maxima brevidade para uma outra secção do edificio, que já me foi indicada, mas com inaceitaveis restricções”, com o argumento, apresentado ulteriormente, de que o espaço em causa, além de albergar colecções particulares (entre elas, as do próprio Estácio e de Júdice dos Santos), era preciso para as aulas, que iriam ali ter início no mês de Outubro.

Nesse mesmo dia, em carta dirigida ao Director Geral da Instrução Pública, Estácio queixou-se que o director interino da Academia, “á hora em que eu e o escripturario devêramos ser esperados”, dera “ordem ao (...) servente para que fechasse o museu e fosse fazer serviço para a porta de entrada da academia!” A autoridade sobre o referido funcionário, por mais que Estácio afirmasse, e com razão, que ele não pertencia à Academia nem tinha de receber ordens desta, decorria do facto de os pagamentos dos seus ordenados serem processados por aquela Instituição. Esta foi a segunda questão essencial que falhou na estratégia delineada de independentizar o Museu.

A situação só era possível resolver a contento de Estácio mediante a directa intervenção do Governo, o que é reconhecido pelo próprio, em minuta não expedida, em que declara: “(...) cheguei silenciosamente até à data de 6 deste mez, em que já não era possível deixar de invocar o auxilio de V. Ex.^a. e do Governo para poder salvar um museu ricamente significativo e valioso, que a academia de bellas artes pretendia desfigurar e destruir com a sua audaciosa ignorância e fatal intervenção.”

Assim, na sequência da detalhada proposta sobre a partilha dos espaços, apresentada no documento enviado a 6 de Junho de 1881 ao Director Geral da Instrução Pública, cuja minuta está datada de 28 do mesmo mês, são apresentadas diversas propostas, entre as quais se destaca a do despejo de um espaço ocupado pela Academia, a fim de o Museu poder entregar a esta as áreas reclamadas como necessárias para as aulas (Fig. 57); e de serem feitas no Museu a partir do novo ano económico as suas contas, “sem dependência alguma da thesouraria da academia”, sob as instruções e fiscalização da Repartição de Contabilidade do Ministério do Reino; o Museu ficaria na subordinação directa do Ministério do Reino, como é proposto em outro documento produzido na mesma época.

Em minuta mais desenvolvida feita também no referido mês de Junho, Estácio propôs ainda a clarificação da sua condição contratual nos seguintes termos: “Que o auctor da primeira carta archeologica elaborada neste paiz, descobridor e collecter dos monumentos comprovativos da mesma carta e único fundador do museu, mostrando por este modo a precisa competência, tanto no desempenho destes serviços como com a publicação de varias obras de archeologia monumental, seja durante sua vida, com a designação de director, encarregado da organização e conservação do actual museu e dos monumentos que se lhe possam ir agrupando, ao passo que for progredidndo o reconheciento das antiguidades do reino”. A estas funções corresponderia a mesma gratificação estabelecida no contrato de 29 de Maio de 1879 para a redacção das “Antiguidades Monumentaes do Algarve”, “ficando por isso esse contracto supprido por esta forma”. O montante anual dessa gratificação era de 600.000 réis, à razão de 50.000 por mês (noutro documento fala-se de 540.000 réis anuais); mais se solicitava fossem feitas com a maxima brevidade as nomeações dos empregados do Museu, os dois elementos já atrás mencionados. Prevendo que, em governo de austeridade económica, a opinião pública fosse critica a tais nomeações, declara que, a esta, “não cabe o direito de censurar, mas a obrigação de agradecer ao Governo, se com effeito decretar que estes trabalhos sejam desde já regulados por lei, e aggregados ao quadro geral da instrução publica do reino, para que este paiz se mostre digno de

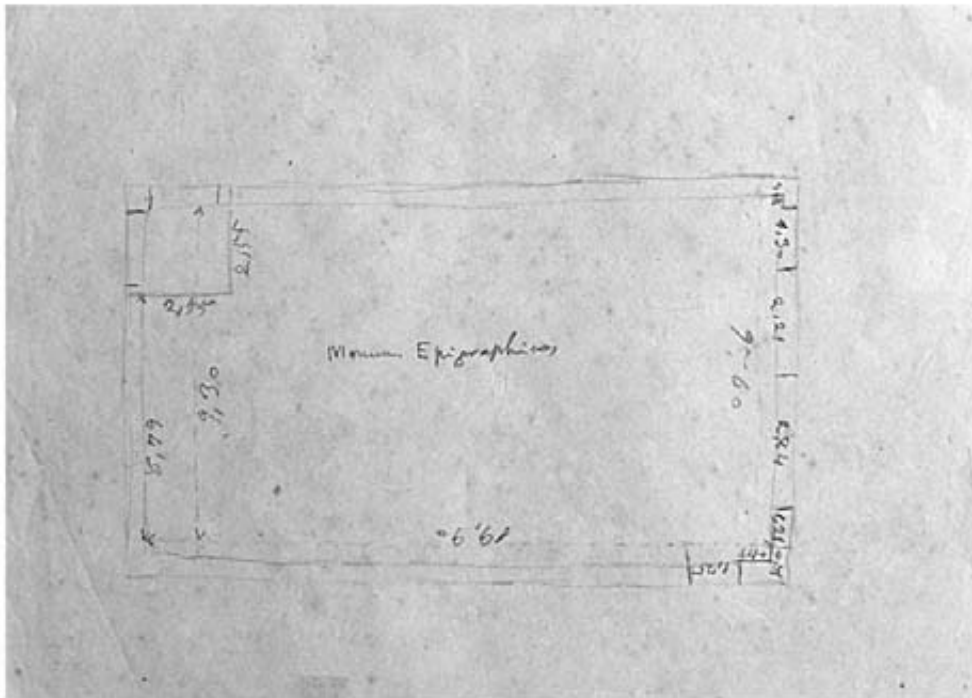
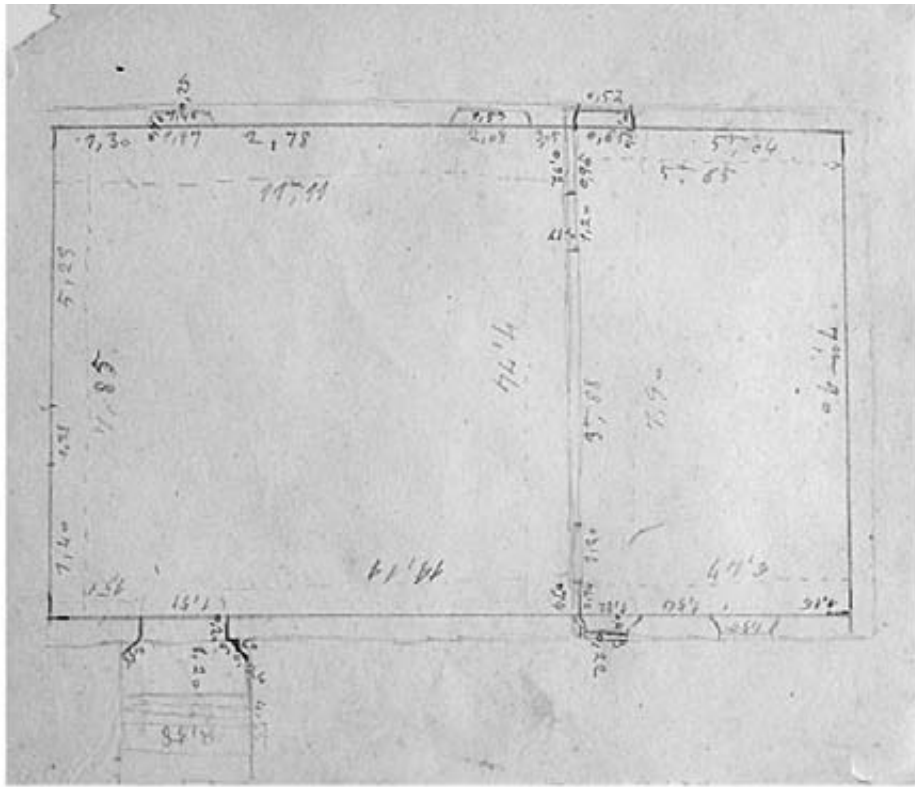


Fig. 57 - Planta de duas salas da Academia Real de Belas Artes, onde Estácio da Veiga pretendia instalar o Museu Arqueológico do Algarve. Esboços a lápis inéditos de Estácio da Veiga.

acompanhar as maiores e mais civilizadas nações nas sendas do progresso intelectual e científico”, já que, como declara noutro lugar, o primeiro museu arqueológico devidamente organizado (tendo o cuidado de ressaltar a excepção que era o da Comissão dos Trabalhos Geológicos), se destinava a “instigar o gosto publico ao estudo das antiguidades monumentaes do nosso paiz”, abrindo todos os dias, daz dez horas da manhã às quatro da tarde. A atenção concedida ao público ia ao ponto de se determinar, no projecto das “Instrucções regulamentares”, que “dos esclarecimentos que os empregados não tenham notícia, se tomará nota para ser enviada ao encarregado dos estudos archeologicos do Algarve, sempre que a pessoa que os exigir queira declarar o seu nome e residência.”

Além disso, ao director competia, entre outras funções, “a direcção das explorações que sejam superiormente auctorizadas com justificada necessidade e presumptiva utilidade, bem como escrever as obras descriptivas das antiguidades monumentaes indicadas nas Cartas Archeologicas e representadas no Museu”.

Deste modo, verifica-se que Estácio não abdicaria da sua qualidade de “arqueólogo”, mantendo-se activo nas explorações arqueológicas que justificassem a sua intervenção, independentemente da região país em que elas se tornassem necessárias.

Estácio estava firmemente convencido da exequibilidade do seu projecto e da importância científica e social do mesmo para o país e os cidadãos em geral; conforme a ideia já exposta em 1880, Portugal ficaria dotado, a médio prazo, de um conjunto de museus arqueológicos provinciais, sedeados em Faro, Évora, Lisboa, Coimbra, Porto e Braga, cada um deles apoiado em Institutos arqueológicos, que integrariam os cidadãos mais empenhados neste tipo de estudos, correspondendo-se entre si, os quais teriam a função de elaboração da carta arqueológica, a aquisição e o estudo dos testemunhos arqueológicos pertencentes a cada uma das regiões (VEIGA, 1880 a, p. 9, 10). Em um documento não datado, correspondendo a esboço de Portaria ou Decreto, que jamais foi publicado, afirma-se que a Carta Arqueológica do Algarve, ilustrada pelo Museu Arqueológico do Algarve, estabeleceram a base fundamental, tanto da Carta, como do Museu Arqueológico Nacional assumindo-se implicitamente Estácio da Veiga como mentor tais estudos.

Em suma: apesar da valia e da coerência científica e metodológica das propostas museológicas apresentadas, firmadas em uma sólida preparação científica, Estácio da Veiga era um homem isolado: as más vontades que congregou, no mesquinho meio citadino a que, decididamente, não pertencia; e a sua independência dos círculos políticos da capital, que o mesmo é dizer, a falta de apoios de que carecia, pese embora a benevolência e compreensão com que era ouvido pelo Director Geral da Instrução Pública, determinaram o desfecho desta luta desigual, agravado pela falta do seu amigo Marquês de Sousa-Holstein, entretanto falecido.

Os espólios arqueológicos, depois de encerrado o Museu ao público em Junho de 1881, foram removidos, em Agosto de 1881 para os fundos do edificio conventual, conforme a intenção expressa por esta Instituição, e ali acumulados sem quaisquer condições; mas o Museu nominalmente manteve-se, tendo até continuado a receber visitantes, que propositadamente ali se deslocavam, como E. Cartailhac, em Setembro de 1881. Fiel aos seus princípios, Estácio da Veiga não desertou ante as dificuldades intoleráveis criadas pelos que se lhe opuseram; firme no seu posto, resisitia como podia à prepotência de uma instituição de letrados e artistas, que não queriam compreender o alcance da sua obra, procurando por todos os meios silenciá-la. A respeito da manutenção do Museu, nas condições precárias em que passou a existir, é significativa a tal respeito algumas passagens da carta dirigida ao Director da Contabilidade do Ministério do Reino, cuja minuta se encontra datada de 16 de Agosto de 1882, a qual adiante se transcreve.

Esta missiva é muito importante por vir demonstrar, antes de mais, que Estácio não abandonaria à sorte os seus colaboradores mais próximos, mas, sobretudo, por comprovar que o Museu Arqueológico do Algarve se mantinha ainda em actividade em Agosto de 1882; com efeito, os dois empregados do Museu foram remunerados até Setembro de 1882, por verbas alocadas à Academia das Belas Artes pelo Ministério da Fazenda (PEREIRA, 1981, Documento n.º 24). Dali em diante, não tendo sido acolhida favoravelmente a proposta de Estácio, aqueles continuaram a ser pagos directamente pela Academia, situação que só foi regularizada em 3 de Outubro de 1885.

Com efeito, a manutenção do antigo escriturário do Museu, João Dionel da Franca Mattos bem como do servente,

Joaquim dos Reis Netto, como funcionários da Academia, é demonstrada por carta a este endereçada por Estácio da Veiga, cuja minuta se encontra datada de Tavira, em 5 de Julho de 1883. Nesta data, já a transferência do Museu para as arrecadações da Academia se tinha efectuado, acompanhada do inventário das colecções, conforme era requerido pela direcção da Academia, e também por Estácio da Veiga. Com efeito, existe documento, datado de 15 de Março de 1883, respeitante ao “Inventário do Museu Archeologico do Algarve e suas pertenças incluindo as collecções depositadas pelo seu fundador, Sebastião Philippes Martins Estacio da Veiga em 15 de Março do anno de 1883” (PEREIRA, 1972), manuscrito com letra distinta da de Estácio da Veiga, o qual deve ter sido produzido na altura da mudança. Este é o segundo inventário do Museu do Algarve, sucedendo ao executado em Outubro de 1878, aquando da entrega do trabalho encomendado ao Governo, já atrás mencionado.

Conhece-se ainda um terceiro inventário do Museu Arqueológico do Algarve, também parcialmente reproduzido em fac-símile pela mesma autora, datado de 1885 (PEREIRA, 1981).

Tinha, pois, chegado ao fim, a vida do efémero Museu Arqueológico do Algarve, mantido pelo empenho, dedicação e vontade – e a que custo! – de uma só pessoa, a mesma que possibilitou a sua própria existência e organização, nisso residindo, porém, a sua maior fraqueza.

Nesta terceira fase da sua actividade, os trabalhos arqueológicos de campo realizados por Estácio da Veiga, ao contrário do que se poderia admitir, continuaram intensamente: foi, talvez, pela importância dos achados, a fase mais produtiva e interessante da sua actividade de campo. Foi com entusiasmo que informou o Director Geral da Instrução Pública, a 23 de Novembro de 1881 (data da minuta), do descobrimento de diversos vestígios arqueológicos pré-históricos, tanto no concelho de Aljezur, como nos de Portimão (sepulturas de Alcalar) e no de Vila Real de Santo António (Torre dos Frades), além de importantes monumentos epigráficos da Idade do Ferro recolhidos na região de Lagos, os quais de modo algum se poderiam perder. Para tais explorações, o Governo concedeu-lhe a 18 de Agosto de 1882 a verba de 200.000 réis e outros apoios em homens e materiais, cedidos pela Direcção de Obras Públicas de Faro, limitando porém os trabalhos a 40 dias úteis. Infelizmente, ainda não fora dessa vez que teve a oportunidade de explorar as cavernas dos maciços jurássicos do Algarve central, como as que refere no concelho de Loulé, nas quais depositava muitas esperanças de poderem conter, sob os mantos estalagmíticos, testemunhos das fases mais antigas da pré-história. Acrescenta, significativamente, que, caso lhe sejam disponibilizados pelo Director das Obras Públicas do Distrito de Faro os operários necessários para realizar as pretendidas explorações, “todos os objectos encontrados no exercício do trabalho ficam sendo propriedade do Estado, riqueza archeologica do paiz e engrandecimento do Museu do Algarve, onde unicamente terão lugar certo e competente”. Conclui-se, deste modo, que, à data, o Museu ainda reunia condições, no entender de Estácio, para receber os espólios exumados, o que comprova a sua manutenção.

O relato a seguir transcrito de uma extensa missiva dirigida ao Chefe de Repartição de Contabilidade do Ministério do Reino, dando-lhe conta da razão dos atrasos da execução das “Antiguidades”, cuja minuta se encontra datada de Tavira, a 10 de Agosto de 1883, é eloquente da notável actividade então desenvolvida no Algarve, que obrigou Estácio a reformular o plano da obra, com inevitáveis atrasos, evidentemente muito difíceis de compreender por um funcionário de secretaria:

“Em 15 de Maio de 1882 teve principio como disse, o trabalho da exploração complementar de que fui encarregado, tendo 40 dias concedidos e subsidiados para principalmente acabar de reconhecer em Alcalá, distante 6 k. da aldeia da Mexilhoeira Grande, um único tumulus que fora começado a descobrir pelo sábio prior daquela freguezia, para explorar a estação neolithica de Aljezur (Fig. 58), e para por meio de porfiadas tentativas descobrir no vasto sitio da Torre dos Frades, distante poucos kilometros do rio Guadiana, os monumentos cuja existência ousei affirmar, embora nenhum se manifestasse com vestígios apparentes nas propriedades rústicas do seu terreno, fundando-me em critérios meus conhecidos, que em geral escapam sempre desaperebidamente á perspicácia e altos talentos dos sábios nossos concidadãos.

Quando no dia 13 de Maio de 82 fui inspecionar o pedregoso escampado de Alcalá, onde me cumpria acabar de

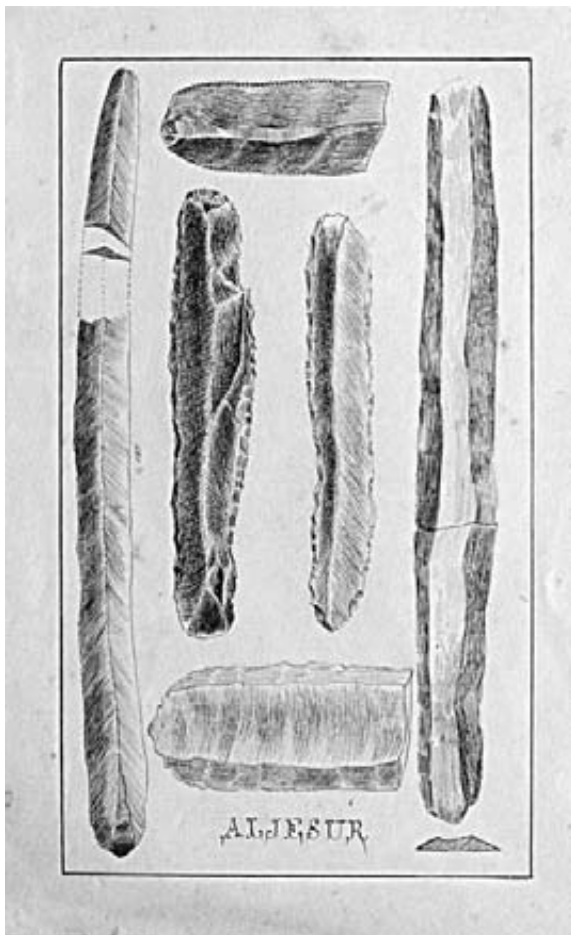


Fig. 58 – Desenhos originais e inéditos, a tinta da china, atribuíveis ao Padre Nunes da Glória, de artefactos da necrópole pré-histórica de Aljezur.

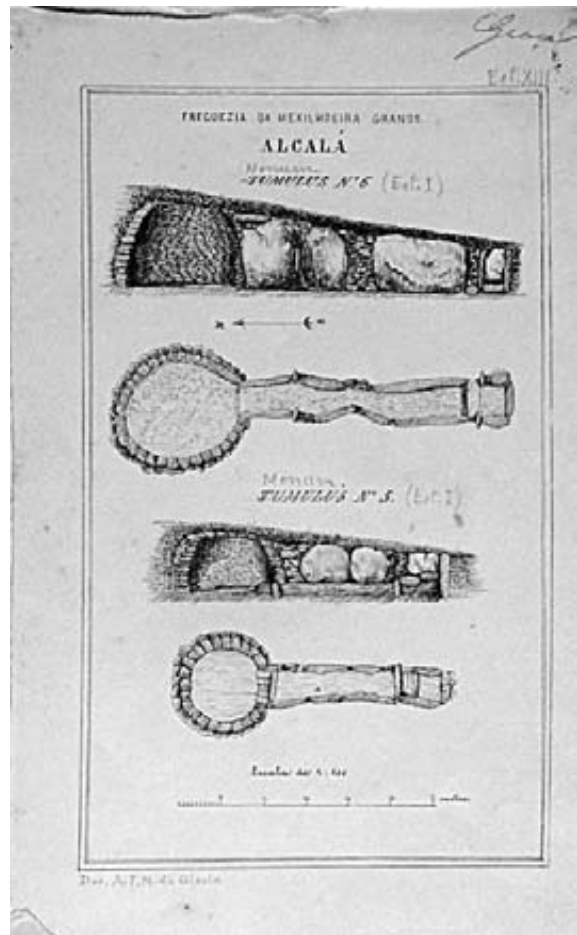
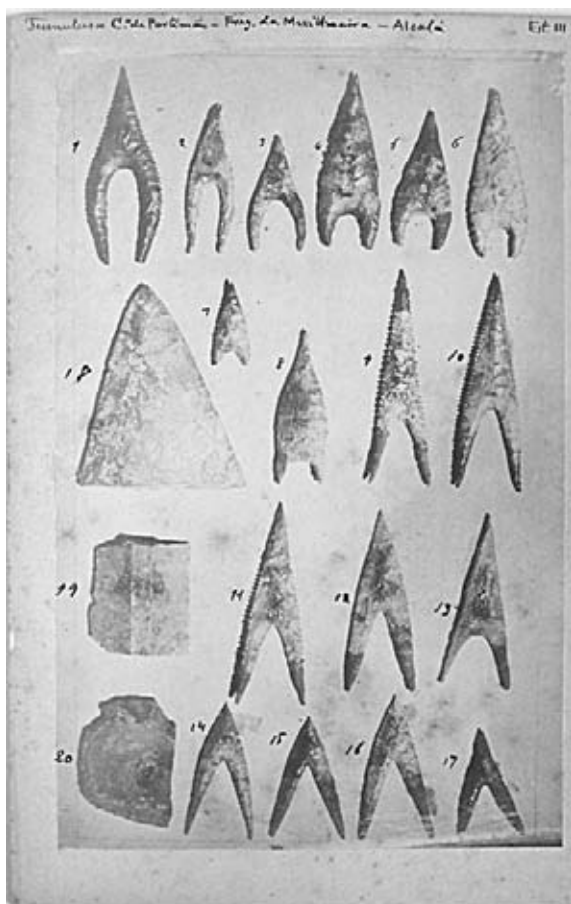


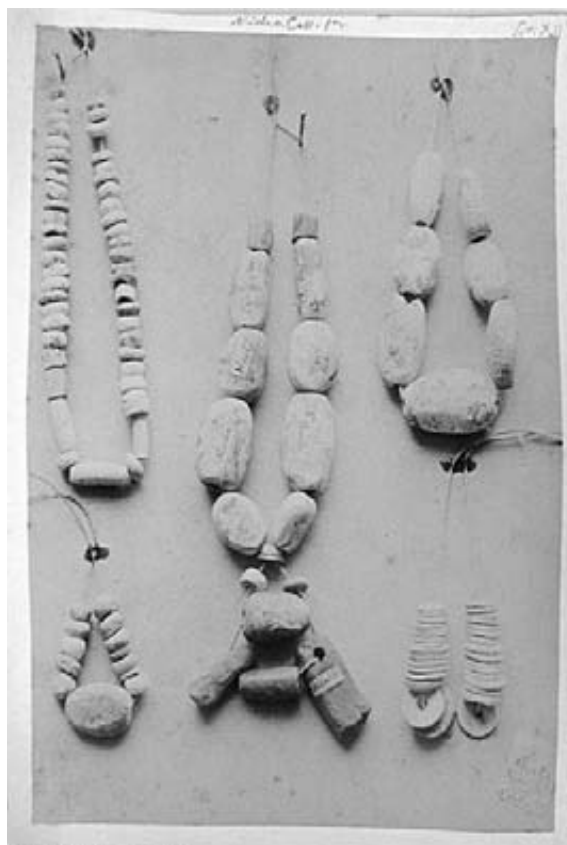
Fig. 59 – Desenhos originais, da autoria do Padre Nunes da Glória, de duas das *tholoi* da necrópole de Alcalar (Portimão).

explorar o monumento já mencionado, notei immediatamente que todo o relevo orographico daquelle grande campo era artificial, ou devido a um immenso esforço humano em eras remotíssimas. Vi n'uma linha de 300 metros de extensão sete outeiros principaes, semelhantes na configuração estructural áquelle que continha o tumulus que ia acabar de descobrir, e não me foi mister ver mais nada para concluir, que cada outeiro encerrava um monumento (Fig. 59)! Reflecti então, que, se o Governo se interessava em que fosse estudado naquelle campo um monumento isolado, muito maior interesse teria, em beneficio da sciencia e da riqueza archeologica do paiz, em que ficassem conhecidas as antiguidades alli existentes. Mandei logo fazer maior alistamento de trabalhadores, e ordenei que cada outeiro fosse pela sua maior elevação central atravessado por um largo corte; e não me enganei, porque em vez de um monumento descobri sete, constituindo a mais apparatusa e significativa necrópole tumular do nosso paiz. Foram todos postos á vista, minuciosamente explorados, de quasi todos obtive excellentes critérios para uma classificação rigorosa (Fig. 60 e 61); de todo o campo foi levantada a planta geral, de cada monumento uma planta e um corte vertical (Fig. 59), e dos artefactos mais typicos, que nelles havia, se fizeram estampas primorosamente desenhadas á penna pelo prior da Mexilhoeira Grande, o mais insigne desenhador desta provincia (Fig. 62 e 63). Consegui que os proprietários do terreno me permitissem não só conservar abertos aquelles sete famosos monumentos, como se prestassem a velar pela sua conservação; e lá estão patentes ao visitante instruído e sábio e ao povo que alli vai de grandes distancias, como em



Est. III. Tumulus - C. de Portimão - Freguesia da Mexilhoeira - Alcalá.

Fig. 60 – Fotografias inéditas de diversos artefactos de pedra lascada da necrópole de Alcalar (Portimão), com destaque para as notáveis pontas de seta. Foi sobre fotografias como estas, que se desenharam os artefactos, depois publicados nas “Antiguidades Monumentais do Algarve”, disso se encarregando o Padre Nunes da Glória. Notas à margem de Estácio da Veiga.



Est. XII. Vide a colecção I^a.

Fig. 61 – Fotografias inéditas de conjunto de contas de colar de minerais verdes (variscites) e discóides, feitas em conchas recortadas, recolhidas na necrópole de Alcalar (Portimão). Notas à margem de Estácio da Veiga.

agradável romaria; mas como os nossos sábios curam mais de abater o mérito alheio do que em louval-o, os tumuli ou galerias cobertas de Alcalá, jazem no mais profundo silêncio! Este trabalho que fora calculado para cinco dias, quando se julgava limitado a um só monumento, levou 31 no campo e mais alguns para o levantamento das plantas e composição das estampas cujos desenhos, vou remetter ao Governo, bem como para o concerto e acondicionamento dos objectos descobertos.

Ficando Alcalá a uns 6 k. de distancia da Mexilhoeira Grande, onde fixei a minha residência durante a exploração obriguei-me a percorrer 370 k. para assistir diariamente aos trabalhos que me cumpria dirigir.

Vendo porém quasi acabado o prazo de 40 dias, que me fora concedido, em meu officio n.º 20 de 13 de Junho, communiquei os meus descobrimentos á Dir.^{ção}. G.^{al}. da I. P.^a, rogando fossem levados ao conhecimento do Ex.^{mo}. Ministro; e propondo mais 50 dias para o desempenho da restante exploração complementar, tão auspiciosamente começada, annunciei que ainda teria alli demora superior a oito dias para receber qualquer ordem em contrario, porque neste caso, apesar de já ter em Aljezur um deposito de ferramentas, aquella estação, a da Torre dos Frades e outras intermédias ficariam por explorar e não se chegaria a realisar o estudo complementar de que fora incumbido. Não recebendo porem

ordem alguma, passados aquelles dias, segui para Aljezur, acompanhado do prior da Mexilhoeira Grande, António José Nunes da Glória, actual prior de Bensafirim, que se incumbiu mui generosamente das plantas e desenhos, que fosse mister fazerem-se.

Em Aljezur desobstrui a mais singular mansão mortuária, da ultima idade da pedra, de quantas tenho noticia. Já está marcada na carta como ponto de partida, em sentidos diversos, e cabe-lhe o primeiro lugar, no primeiro tomo da obra, agora indispensavelmente reformado no seu plano geral e muito ampliado, devendo mui brevemente chegar á Dir.^{ão}. G.^{al}. da I. P.^a a planta, os cortes e estampas da estação e dos objectos que continha para serem incluídas no dito livro.

O descobrimento da estação de Aljezur é da maior importância e significação, porque liga todas as outras estações synchronicas do Algarve ás das outras provincias do reino. Ora só esta circunstância vale todo o custo da exploração! E direi a V. Ex.^a, que n'outro qualquer paiz aquelles em que há muita gente apta para avaliar taes serviços feitos á sciencia, seria altamente apreciado e considerado todo o tempo preciso para se realizar como bem empregado, porque quando se apresentam cousas destas festejam-se com (???) e considerações respeitosas muito honrosas. Levou, é verdade, aquella exploração mais tempo do que vagamente se tinha calculado, porque em trabalhos desta ordem ninguém sabe calcular o tempo que devem levar. Quando em breve tempo, o Governo tiver á vista as estampas respectivas á estação de Aljezur, melhor se comprehenderá nesse Ministério que tanto a carta prehistorica, como a obra das Antiquidades Monumentaes do Algarve, não deveria abandonar a uma precipitada publicidade, sem o immediato aproveitamento destes interessantes descobrimentos. (Vide o verso)

Faltava, emfim, para complemento definitivo, uma aventureira exploração no complicado e vasto sitio da Torre dos Frades, distante poucos kilometros do rio Guadiana, onde nenhum vestígio aparente denunciava a existência de monumentos prehistoricos. Muitas foram as tentativas, e mui diversos os resultados. Achavam-se alli antiguidades romanas e arabigas e só vagamente se apontava um ou outro ponto onde se tinham, havia annos, achado artefactos de pedra polida, cerâmica da mais rudimentar, e outros isolados objectos, que só eu possuía, até que em três propriedades diversas começaram a manifestar-se os monumentos procurados. (Vide verso)

A Torre dos Frades correspondeu pois cabalmente ás presumpções que havia suscitado, e ao synchronismo da sua remota habitação com as novas estações de Alcalá e Aljezur, e com aquellas já descobertas na primeira exploração, ordenadas e descriptas no texto do livro que foi preciso inteiramente reformar. Durante, pois, os difficeis estudos feitos na grande área denominada Torre dos Frades, de vários pontos me chegavam noticias de antiguidades, a que era preciso acudir para se poderem immediatamente aproveitar as prehistoricas e serem reservadas as de épocas posteriores para o seguimento da obra, pertencentes a nacionalidades históricas anteriores á conquista deste território; e tantos logares

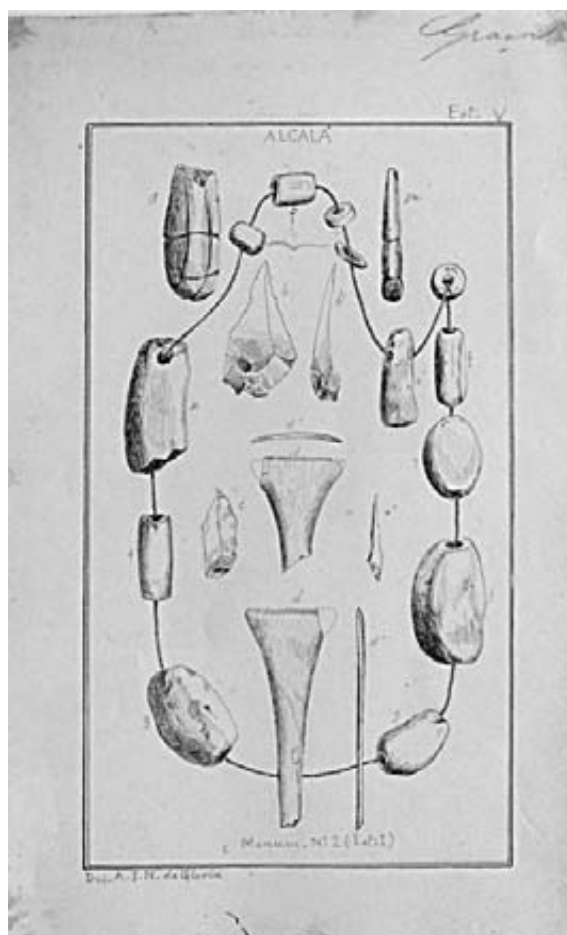


Fig. 62 – Conjunto de objectos de adorno e outros, da necrópole de Alcalar (Portimão). Desenho original do Padre Nunes da Glória.

reclamaram pesquisas, que a exploração complementar chegou até 15 de Novembro de 1882, dando em resultado uma tal copia de assumptos, que, estando as antiguidades prehistoricas descriptas e representadas por estampas n'um só livro, foi mister refundil-o inteiramente para ser a prehistoria algarviense repartida por dois!"

Trata-se de notável descrição científica, rigorosa mas ao mesmo tempo servida por escrita forte e vibrante, que tão expressiva é do empenho e paixão de Estácio pela Arqueologia!

Esta prolongada presença no Algarve, no decurso de 1882, permitiu a Estácio reactivar contactos diversos, conducentes à sua primitiva ideia de instalar o Museu Arqueológico na capital da Província. Para tal efeito, procurou mobilizar as vontades das personalidades mais influentes do Algarve, elaborando e distribuindo uma circular, que correu impressa, onde se anunciava a criação do Instituto Arqueológico do Algarve, o qual de facto veio a ser criado a 25 de Outubro de 1882 (PEREIRA, 1981, p. 115, nota 121); a este se encontraria associada a fundação do referido Museu. Tal ideia mais não era que a concretização prática das concepções apresentadas em 1880 sobre a organização da actividade arqueológica em Portugal. O Museu seria reorganizado no Seminário Episcopal, em Faro, incorporando as peças reunidas no Algarve depois de 1880, e não só; com efeito, pretendia-se aproveitar as colecções do Museu que Estácio fundara em Lisboa, pelo que chegou a transmitir ordens precisas nesse sentido, ao seu antigo escriturário João Dionel da Franca Mattos, extensivas ao servente Joaquim dos Reis Netto, a confirmarem-se os rumores que o Rei tinha ordenado a referida transferência (minuta datada de Tavira, de 5 de Julho de 1883). No mesmo sentido, instou com o coleccionador Júdice dos Santos para que solicitasse ao Director do Museu Mineralógico da Escola Politécnica, o Dr. Pereira da Costa, a devolução da sua colecção arqueológica, depois de a ter depositado naquele estabelecimento, aquando do fecho do Museu Arqueológico do Algarve (Fig. 64). É interessante verificar que a minuta, datada de Março de 1884, foi redigida por Estácio e dada como feita em Mexilhoeira da Carregação, que era a localidade onde Júdice dos Santos residia habitualmente.

Apesar de este renovado alento proporcionado pela possibilidade de recuperar toda a colecção arqueológica laboriosamente por si reunida desde Março de 1877, nem o Instituto, nem o Museu vingaram, embora se saiba que o Instituto teve existência fugaz: nele desempenhou as funções de Secretário o Cónego Joaquim Pereira Botto, que anos depois viria a ser o organizador, em Faro, do Museu Arqueológico Infante D. Henrique, cujo catálogo se imprimiu naquela cidade em 1899. Note-se que este Museu, contou, aquando da sua instalação, em 1894, no edificio dos Paços do Concelho de Faro, com algumas peças oriundas do já então extinto Instituto Arqueológico do Algarve, ali depositadas por Estácio da Veiga e por outros sócios.

Outro seria, o destino das colecções resultantes das explorações das estações pré-históricas de Aljezur, de Alcalar e

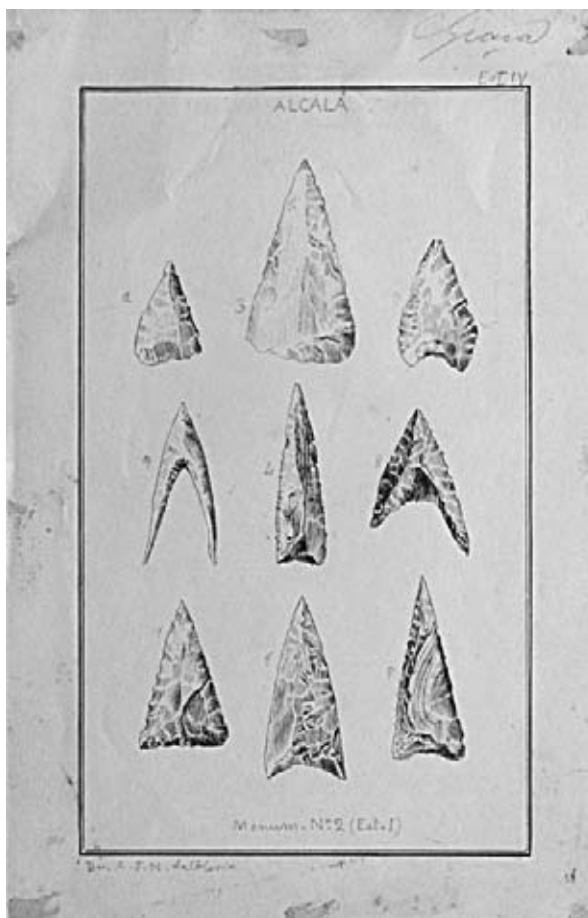


Fig. 63 - Conjunto de pontas de seta da necrópole de Alcalar (Portimão). Desenho original do Padre Nunes da Glória. Esta estampa veio a ser publicada ulteriormente nas "Antiguidades Monumentaes do Algarve".

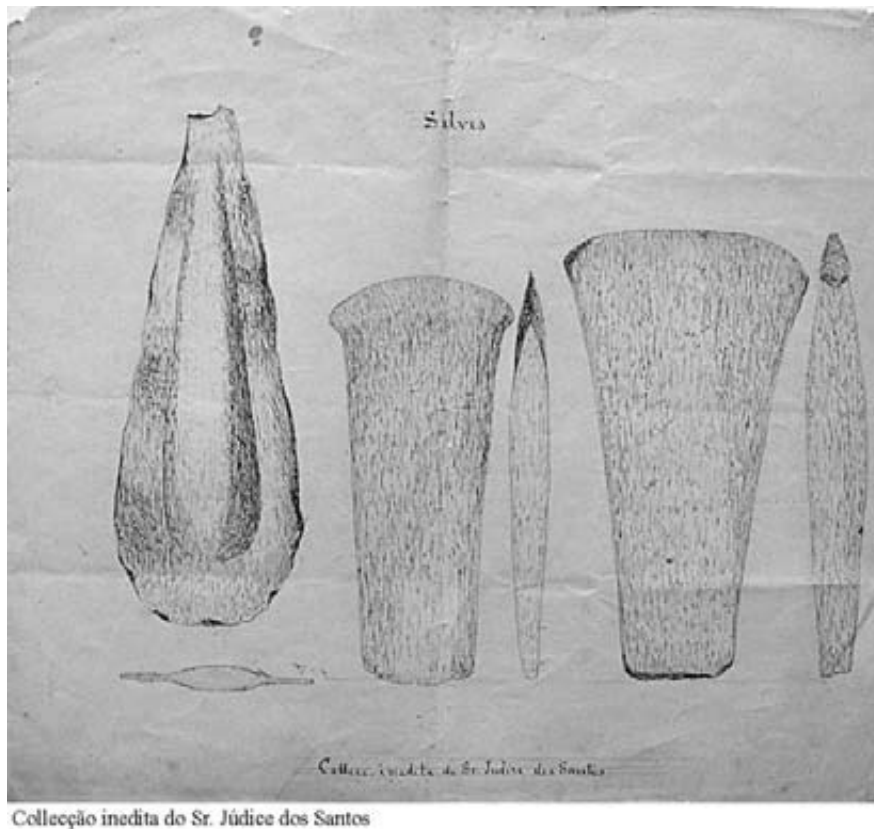


Fig. 64 – Conjunto de peças de cobre ou bronze de Silves, pertencentes à coleção Júdice dos Santos. Desenho original inédito a tinta da china atribuído a Estácio da Veiga.

de Torre dos Frades, as quais já não foram remetidas para Lisboa: é o que indica a guia de remessa de Estácio da Veiga, de 18 de Junho de 1882, dirigida ao Administrador do Concelho de Portimão, para providenciar o depósito seis grades de madeira “contendo pedras extraídas dos monumentos de Alcalá”. Tais espólios só vieram a entrar na posse do Estado aquando da aquisição da coleção particular de Estácio da Veiga, em finais de 1893, por iniciativa de José Leite de Vasconcellos.

Findo o ciclo das grandes escavações arqueológicas, das prolongadas jornadas campestres, com a saúde muito abalada, prejudicada a criação do Museu de forma aparentemente irreversível, restava a Estácio reunir na sua casa de campo, em Cabanas da Conceição, perto de Tavira, os espólios obtidos depois de 1880 e dedicar-se à escrita da acidentada obra que o viria a imortalizar, cujo primeiro volume só saiu em 1886, sem jamais abdicar do rigor, exigência e qualidade que a deveriam enformar.

A carta do Padre Nunes da Glória, fiel amigo e companheiro da exploração da necrópole de Alcalar e colaborador, como desenhador, da obra maior de Estácio, datada de 30 de Julho de 1885 ilustra uma etapa da redacção da referida obra: a resposta a pedido de esclarecimento sobre os vestígios de um eventual monumento dolménico eventualmente existente em Monte Canelas:

“Infelizmente não posso ser minucioso nas informações que pede sobre o Monte Canelas. Ha bastantes annos que alli fui e a minha vida, tão estranha a estes estudos e tão cheia de atribulações sempre, tem feito com que a minha memória se tenha embotado a ponto de resistir aos muitos esforços que tenho feito para me recordar do sitio primeiro em que se encontraram uns vestigios do dolmen a que o meu bom amigo se refere. Escrevendo-lhe sempre ao correr

da penna, não deixei apontamentos alguns a que pudesse recorrer, porque me eram inúteis. As suas cartas, que eu conservo todas como preciosa lembrança da sua estima, não me fallam em tal. Tenho certeza de ter mandado alguns machados, percutores e outros instrumentos de pedra, bem como, se me não engano, louças mal cosidas, semelhantes ás de Alcalá, colligidas no Monte Canellas.

Tenho certeza de ter dito que vira no Moinho da Rocha um montículo, que, ate na opinião dos moradores, se conhecia ser artificial, e que o moleiro Manuel Marques nos indicou a existencia de outros um pouco abaixo do seu moinho, que não podemos ir visitar. É possível que ou nós fossemos ate ao Monte Canellas, que fica proximo, ou nos informassem de forma que se supposesse a existencia do tal dolmen, ou (???) que eu o tivesse visto (...).

Que possa conseguir d'uma gente, não menos teimosa e avara que os amadores de Bensafrim, o que tanto deseja e porque tanto tem trabalhado; que a sua obra se publique depressa e venha mostrar aos seus inimigos o que vale o seu persistente e corajoso trabalho e bem pouco usual abnegação; e que não negue o prazer de umas noticias ao seu velho e muito dedicado amigo é o que lhe deseja e pede o sempre muito afeiçoado e obrgdo.”

Esta carta, além de ilustrar uma etapa da redacção das “Antiguidades”, evidencia o facto de, mesmo no Algarve, Estácio possuir detractores, sem dúvida nascidos dos notáveis resultados por si obtidos. Magoado e desiludido, sobrevinham dificuldades financeiras. Estas entrevêem-se na carta de 22 de Setembro de 1883, escrita na sua casa de Cabanas da Conceição (Tavira), sem indicação do destinatário, talvez o reitor do Seminário de Faro, a qual, pelo seu interesse se transcreve quase na íntegra: “Em qualquer paiz civilizado e honesto o facto de ter eu sido o iniciador e fundador do instituto archeologico de uma provincia mereceria o louvor e a consideração dos poderes públicos. Em Portugal foi este caso capitulado como affronta feita ao governo, cujos amigos já contavam com o museu archeologico do Algarve, usurpando-o aos meus descobrimentos, aos meus assíduos trabalhos de muitos annos, á organização systematica com que o apresentei ao congresso em 1880, aos próprios sacrificios pecuniários, ás fadigas incalculáveis e ás perdas de saúde, que não poucas vezes causou, para chegar a ser o que foi e ganhar o conceito em que ficou tido pelos sábios que o examinaram. Queria o governo o meu museu para favorecer amigos e os amigos do governo, tratavam de m'õ usurpar para com elle figurarem perante o mundo scientifico! O governo viu-se porém apertado pelo simulado voto de uma provincia inteira que lh'õ requereu, por ser seu e não dever estar n'outra parte. O antigo antagonismo dos meus sycophantas recrudescceu e transmitthiu-se ao animo do governo. A vingança era de esperar, e não tardou.

O governo, devendo por obrigação de um contracto fornecer-me as estampas que deviam acompanhar os livros da minha obra e não tendo promptas até esta data nem as do primeiro volume, perguntou-me quantos livros tinha já publicado? Respondi que estavam tantos, quantas tinham sido as colleções de estampas que me havia fornecido; toda a falta era sua, por não cumprir as condições do contracto, deixando de contribuir com as indispensáveis estampas; e mostrei, ou antes demonstrei não estar em divida, e não haver mesmo tempo perdido a lamentar, mas um prodigioso augmento de riqueza archeologica, devido á exploração do anno antecedente, que obrigara mui vantajosamente a ampliar o plano de cada livro. A isto não respondeu o governo; limitou-se a suspender os meus subsídios! Com o mais covarde despotismo cortou-me 50\$000 réis por mez na occasião em que tratava de preparar as minhas fazendas para no futuro os meus filhos ficarem remediados, e cortou-me a possibilidade, por em quanto, de aproveitar a entrada, que o meu amigo tão obsequiosamente havia facilitado no seminário ao meu filho Carlos! A mim causou-me pois estes graves embaraços a vingança, por ter tirado ao grande conde de Almedina, amigo intimo de Thomaz Ribeiro e do segundo António que neste paiz quis ser rei absoluto, um museu que elle mui caprichosamente queria para as Janellas Verdes, e a V. Ex.^a também os causou retardando esta decisão, a ponto de não me permitir que lh'a pudesse communicar com a devida antecedência!

Peço-lhe me absolva desta involuntária falta, a que me levou o despotismo de dois ministros que privam na intimidade dos meus inimigos, e fogem indecorosamente ao cumprimento das condições de um contracto, como não o faria o mais miserável vivente.

V. Ex.^a tratará de preencher o logar, que a sua generosa amisade havia reservado para o meu filho. Creia que não era

possível comunicar-lhe isto mais cedo, porque só hontem, já tarde, me trouxe o correio a noticia da famosa decisão tomada pelos amigos dos meus antagonistas.

Cumprirei porém a todo o transe a obrigação, que me arroguei, de ir organizar em devida regra o museu do Instituto Archeologico do Algarve, logo que seja remetido para o seminário. Quando o museu estiver organizado, mostrarei ao paiz como são tratados os homens que trabalham em sua honra e pelo progresso da sciencia. (...)”.

As decepções, provocadas por ordens iníquas e revanchistas, como fica bem patente da leitura deste documento, não vergaram o arqueólogo algarvio: um dos mais notáveis documentos que alguma vez se apresentaram sobre a organização dos estudos arqueológicos em Portugal, em que se recupera muitas das ideias anteriormente expostas, foi apresentado em 1890 ao Ministério da Educação Pública, que teve existência de apenas alguns meses: como seria de esperar, as ideias nele expostas, entre as quais se previa o ensino liceal e universitário da Arqueologia e a organização do País em seis circunscrições, cada uma das quais com pessoal habilitado a levantar a respectiva carta arqueológica, na origem da qual se iria organizando o correspondente Museu, não teve qualquer impacto (VEIGA, 1891).

Atento ao que se passava, mas já imune e indiferente às manobras que se urdiam à sua volta, Estácio continuava fiel ao princípio de toda uma vida: ser o que sempre foi, exigente consigo e com a obra que, apesar de muitos, continuava a escrever, dia após dia, até o dia fatídico de 7 de Dezembro de 1891: tal obra, não a escrevia para si, muito menos para os da sua geração, sabemo-lo agora; destinava-se aos vindouros, àqueles que, um dia, lhe haveriam de dar o justo valor e merecimento. É que Estácio da Veiga, como está agora plenamente comprovado, teve razão antes do tempo: como disse Vergílio Ferreira, é este, porém, o único tempo em que vale a pena ter razão.

6 – Epílogo: as Obras de uma Vida

Em síntese, a documentação apresentada permite subdividir a actividade científica de Estácio da Veiga em três fases essenciais e sucessivas:

1ª. Fase – desde as suas primeiras produções escritas, em que o autor deu largas à sua criatividade literária, até ao início do trabalho em Mértola, antecedente imediato da Carta Arqueológica do Algarve, em Março de 1877.

2ª. Fase – desde 2 de Março de 1877, data do início do reconhecimento arqueológico de Mértola e dos campos do Guadiana, até à abertura do Museu Arqueológico do Algarve, a 26 de Setembro de 1880. Este é o período mais movimentado e acidentado da vida científica de Estácio da Veiga, que a 1 de Abril de 1880 fora incumbido oficialmente de organizar o referido Museu, depois de assinado o contrato de redacção das Antiquidades Monumentais do Algarve, a 29 de Maio de 1879, da conclusão da primeira versão da Carta Arqueológica do Algarve, em Outubro de 1878.

3ª. Fase – desde a abertura do Museu Arqueológico do Algarve, até à data da morte, a 7 de Dezembro de 1891, passando pelo encerramento ao público do referido Museu, em Junho de 1881; é neste último período da actividade científica do Autor que vêm a lume os quatro volumes das Antiquidades Monumentais do Algarve, publicados sucessivamente em 1886, 1887, 1889 e 1891.

Poderíamos designar a primeira fase, como a do despertar de uma vocação; a segunda, como a da plena afirmação do génio, da valia e originalidade da sua obra científica; e a terceira, como a da luta pela divulgação dos resultados obtidos, através da publicação da obra “Antiquidades Monumentaes do Algarve” e da organização do Museu Arqueológico do Algarve. Toda a sua vida foi a de um idealista prático e combativo, que não se satisfazia simplesmente com a contemplação do passado e da sua carga simbólica, mas antes procurava desenterrar literalmente uma realidade que

acreditava firmemente ser importante para a instrução da população e valorização do passado mais remoto, que importava ser conhecido pelo povo português. Daí o empenho que dispensou a uma das acções que se evidencia como prioritária na 3ª. Fase da sua actuação, a da valorização e divulgação do património arqueológico, cuja existência sabia só ser útil desde que fosse usufruído pelo maior número de cidadãos, convicto que, deste modo, também se contribuiria para a formação cívica de um país ainda predominantemente analfabeto.

Estácio foi um pioneiro genial, que dispensa adjectivações ou o esforço de o classificar dentro de qualquer escola de pensamento ou corrente cultural, comparando-se sem custo a qualquer grande arqueólogo europeu do seu tempo; o método científico que aplicou ao conhecimento uma área ainda predominantemente dileitante e entregue a curiosos, ainda que influentes na Lisboa do seu tempo, ditaram as dificuldades que, usualmente sentem todos os que se abalançam a uma obra científica, para mais quando esta é inovadora e original. O evidente valor documental do seu espólio arquivístico, no essencial inédito até hoje, justificou a preparação deste extenso estudo, que, ao mesmo tempo, constitui um preito de Homenagem à sua Memória e um contributo para o conhecimento da ciência do século XIX português.

7 – Correspondência anotada (1874-1885)

Do Arquivo de Estácio da Veiga, conservado no Museu Nacional de Arqueologia, publicam-se agora todos documentos considerados mais relevantes para o conhecimento do percurso científico do ilustre arqueólogo algarvio. Excluiu-se deste capítulo a correspondência relativa a Mértola, que se integrou em capítulo anterior deste estudo, a qual, pelo seu carácter específico e também por se encontrar fora do âmbito dos trabalhos que deram origem às “Antiguidades Monumentais do Algarve”, se considerou ser vantajosamente tratada separadamente. Acresce que, do ponto de vista metodológico e cronológico, representa os antecedentes imediatos dos trabalhos realizados no Algarve. Também não se considerou a correspondência relativa ao reconhecimento arqueológico do concelho de Alcoutim, cuja publicação antecedeu o presente trabalho (CARDOSO & GRADIM, 2004).

A transcrição dos documentos respeitou a ortografia original; quando se não identificaram as palavras, ou as abreviaturas das mesmas, cada uma delas encontra-se substituída por (???). Contudo, a escrita de Estácio da Veiga, bem como a de todos os seus correspondentes apresenta-se, na generalidade bastante visível e os documentos, em geral em folhas de papel liso (cujas dimensões não se indicam, para não sobrecarregar excessivamente a publicação), afiguram-se em bom estado de conservação.

Tal como em trabalhos anteriores da mesma natureza (CARDOSO, 2004; CARDOSO & MELO, 2001; CARDOSO & MELO, 2005), pretendeu-se contribuir para a história da Arqueologia Portuguesa, com documentação inédita, de evidente interesse em ser conhecida.

Os escassos onze anos representados neste conjunto documental afiguram-se ricos e diversificados, reflexo da intensidade com que Estácio da Veiga os viveu. A correspondência de e, sobretudo para o Autor, apresenta-se organizada por ordem alfabética de assuntos, por forma a permitir a reunião de todas as missivas relativas a cada um deles. O estudo dos espólios recolhidos em Mértola e no Algarve, estão na origem da correspondência científica trocada com Carlos Ribeiro, Nery Delgado, Émile Cartailhac, Gabriel Pereira, Manuel de Berlanga, Amador de los Rios e outros. À medida que ia redigindo as “Antiguidades”, via-se na necessidade de obter informações complementares, recorrendo a pessoas que o haviam ajudado, nas explorações de terreno, como o Padre Nunes da Glória. Outras missivas, tanto enviadas como recebidas, dizem respeito a aspectos oficiais, de como os trabalhos se processavam, no respeitante a pagamentos, apoios logísticos das autoridades e armazenamento dos espólios recolhidos; neste grupo se enquadram também os relatórios de progresso dos trabalhos realizados e informações sobre os materiais recolhidos e o seu destino final, incluindo o respectivo inventário. Tem interesse salientar o conjunto de missivas em que Estácio solicita a prorrogação dos trabalhos de campo, para se aquilatar que, para ele, acima do cumprimento dos prazos, estava a qualidade da obra

produzida, que sabia ir ser muito mais apreciada e avaliada pelos vindouros do que pelos seus contemporâneos.

Ulteriormente ao período a que respeitou o levantamento arqueológico sistemático do Algarve, tem interesse salientar as informações sobre o modo como decorreram as escavações em Aljezur e Alcalar, realizadas em 1882, as quais obrigaram a uma profunda remodelação na organização interna das “Antiguidades”. A execução desta obra, e os atrasos verificados, são objecto de extensas explicações e justificações, de evidente interesse para o conhecimento das dificuldades objectivas sentidas pelo Autor, bem como das diversas justificações por este encontradas para as ultrapassar.

Uma das partes mais importantes da correspondência respeita ao Museu Arqueológico do Algarve, instituição que, apesar de efémera, pois esteve aberto ao público menos de um ano, entre 26 de Setembro de 1880 e Junho de 1881, motivou numerosas missivas, sobretudo destinadas ao Director Geral da Instrução Pública, o conselheiro António Maria de Amorim; este, apesar da consideração e estima que reservava a Estácio, não teve poderes suficientes (ou não os quis assumir) para afrontar os interesses da Academia Real de Belas Artes, que pretendia recuperar rapidamente os espaços ocupados pelo Museu, remetendo-o para esconsos insalubres, ao mesmo tempo que ensaiava a posse de algumas das peças mais “artísticas” que o integravam, como a colecção de mosaicos romanos.

Retirado no seu domínio campestre de Cabanas da Conceição, perto de Tavira, região onde possuía fortes laços familiares e pessoais, gorado também o projecto de refundação do Museu em Faro, depois de fundado o Instituto Arqueológico do Algarve, que teve vida efémera, Estácio continuou a escrever a obra que o imortalizaria... sem nunca deixar de, recorrentemente, deixar nela veemente e repetidamente registados os seus protestos sobre as iniquidades e boicotes de que foi vítima, na grande cidade.

Estácio configura, pois, o que de melhor a corrente romântica produziu no campo científico, servido por uma sólida formação técnica e científica, subjacente à singularidade do seu percurso pessoal – e, porque não dizê-lo? – à genialidade da sua obra.

Documento n.º 1 (Fig. 65)

Associação dos Arqueólogos Portugueses – Reorganização do Museu – 06/07/1874 (minuta de carta)

Exmo. Sr. Presidente

Com grande magoa minha tive de retirar-me para esta villa sem haver conseguido a realização da proposta que fiz na ultima sessão a que assisti, porque o meu estado de saúde, assas melindroso, não me permitiu demorar-me por mais tempo nessa capital. (1)

A minha ausência, porém, nada impede para que o trabalho proposto seja levado a effeito, por isso que todos concordámos em que era útil, indispensável, e até urgente, segundo o meu modo dever.

Não conhecendo a acta, em que deve ter sido lançada a minha proposta, e entendendo que nenhuma omissão se lhe deve fazer, porque ella envolve um plano geral e methodico, absolutamente dependente do inventario da nossa já possuída riqueza archeologica, passo a formulal-a por escripto, rogando a V. Ex.^a se digne apresental-a na mais próxima sessão, afim de que a todo o tempo fique constando qual foi o pensamento com que acceitei a honra de pertencer a esse instituto, cujo museu está reclamando a mais prompta e judiciosa organização. (2)

Propôr na referida sessão:

1º Que sem perda de tempo se nomeasse uma commissão para proceder ao registro de todos os padrões architectonicos e archeologicos existentes no museu da Associação; que cada um tivesse o seu numero, e que cada numero fosse repetido n'um catálogo em que se designasse o objecto, a localidade e condições, em que fora descoberto, e o motivo da sua entrada no museu.

2º Que a numeração fôra preferível que succedesse á classificação de cada objecto, ao grupamento systematico, por época, de todos os monumentos, e á divisão de cada época em géneros; porque deste modo teríamos logo um catálogo

methodico.

3º Que a não ser possível emprender-se desde logo a classificação de todos os monumentos, fossem elles ao menos arbitrariamente numerados e registrados, porque assim conseguiríamos o seu inventario, e uma base de segura para o catálogo.

4º Que não permittindo por enquanto o mingoadó espaço do museu que os monumentos existentes tenham uma collocação rigorosamente scientifica, seja essa collocação supprida pela escripturação de catalogo methodico, o qual, em seguida ao trabalho do inventario geral, se deve logo formular, mandar-se imprimir offerecer-se às, associações archeologicas nacionaes e estrangeiras, e pôr-se á venda publica, a fim de que os visitantes, a quem se devem fornecer todas as noções e esclarecimentos que pediram, possam tomar conhecimento dos nossos monumentos, e dedicar-se ao seu estudo, se tanto lhes aprouver.

5º Que chegando-se a concluir o catalogo methodico, o qual deve por enquanto ser dividido em quatro épocas – prehistorica, romana, árabe, e portugueza –, os géneros dos objectos pertencentes a cada época constituirão assumptos especiaes, para cujo estudo deverão ser convidados os sócios, e publicados no Boletim da Associação os seus trabalhos. Eu creio que V. Ex.^a e todos os mais consócios se compenetrarão desta necessidade, a que é força acudir, não só porque della depende a regular organização dos nossos serviços, como para se pôr termo aos reparos e censuras das pessoas que visitam o museu nos dias em que está aberto á concorrência publica, por não acharem um catálogo que lhes indique o que são e donde vieram os monumentos que possuímos, ou ao menos um empregado que possa verbalmente responder ás suas perguntas.

Aproveito esta ocasião para levar ao conhecimento de V. Ex.^a, que os monumentos epigraphicos vindos do Algarve, tendo sido verticalmente cravados no chão escondem (3) alguns caracteres das suas inscrições, e por isso não é possível copiarem-se. Proponho pois que sejam mandados collocar em posição horisontal, como primitivamente estariam, se por ventura são, como penso, tampas de sarcophagos. A copia que tentei tirar, saiu-me tão imperfeita, que só poderei corrigil-a quando V. Ex.^a queira devolver-me os desenhos que emprestei antes de chegarem os ditos monumentos.

De V. Ex.^a

Consocio o m^{to}. rev.^{te} e obrig^{do}.

Mafra 6 de Julho de 74.

E. da V.

Notas

1 – Estácio da Veiga residiu de 1867 a 1 de Janeiro de 1875 na vila de Mafra, de onde enviou a presente missiva a Possidónio da Silva.

2 – Estácio foi admitido como Sócio da “Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos

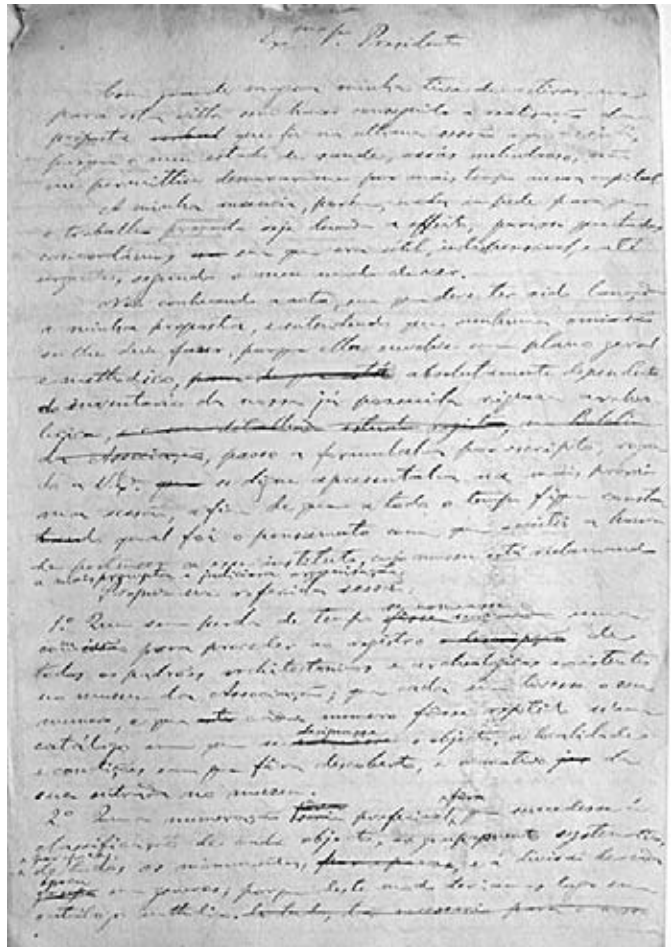


Fig. 65 – Documento n.º 1 (1.ª página).

Portuguezes” em 1873, por proposta do seu Presidente, vindo a desligar-se da mesma em 1875, por razões que decorrem das suas concepções de organização de um moderno museu de Arqueologia, obedecendo ao método decorrente da aplicação de conceitos de ordem estritamente científica, em detrimento das concepções artísticas, que eram as privilegiadas por Possidónio da Silva, de forma aliás compreensível, dada a sua formação e actividade profissional. Tem muito interesse conhecer as razões deste desentendimento, as quais se encontram indirectamente enunciadas nesta missiva, na qual são expostas as principais medidas que, no entender de Estácio, deveriam ser adoptadas, para a adequada exposição pública das colecções. O conteúdo do Catálogo das colecções, editado logo em 1876, no ano seguinte à saída de Estácio da vetusta Associação, é revelador da não adopção das medidas preconizadas nesta missiva.

3 – Refere-se às inscrições romanas que foram enviadas para Lisboa, provavelmente por iniciativa de Teixeira de Aragão antes do início da actividade sistemática de Estácio da Veiga no Algarve, no âmbito do levantamento da Carta Arqueológica do Algarve, iniciada em Março de 1876. Com efeito, Teixeira de Aragão que, mais tarde, se viria a revelar um dos opositores à institucionalização do Museu Arqueológico do Algarve, como declara o próprio Estácio, realizou a exploração de uma necrópole romana, perto de Tavira, em 1868 (cf. “Relatório do cemitério romano descoberto próximo da cidade de Tavira em Maio de 1868”, Lisboa, 1868); sobre a região, publicou outra pequena notícia, já depois da morte de Estácio, sem mencionar o nome deste (ARAGÃO, 1896).

No que respeita às inscrições em causa, não se trata de nenhuma das três que, oriundas da Torre de Ares, foram inventariadas recentemente, as quais dizem respeito ao circo de Balsa, Tavira (ALMEIDA & MOSER, 1993).

Catalogo provisorio dos monumentos architectonicos pertencentes ao museu da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses

Numero de monumento	Classificação provisoria	Localidade em que existiu	Localidade em que foi descoberto	Quando e como foi obtido	Observações
Primeira Classe – Epoca prehistorica					
1	Machado de pedra polida	Achado no sitio de...	Foi extraido na terra, em profundidade de ... centímetros, onde juntamente se encontraram os objectos seguintes:...	Foi oferecido ao museu pelo sr... ou comprado em 18...	A respeito destes instrumentos de trabalho correm impressas as obras intituladas...
2	Machado de bronze	Achado no sitio de...	Foi extraido na terra, em profundidade de ... centímetros, onde juntamente se encontraram os objectos seguintes:...	Foi oferecido ao museu pelo sr... ou comprado em 18...	A respeito destes instrumentos de trabalho correm impressas as obras intituladas...
3	Machado de bronze	Achado no sitio de...	Foi extraido na terra, em profundidade de ... centímetros, onde juntamente se encontraram os objectos seguintes:...	Foi oferecido ao museu pelo sr... ou comprado em 18...	A respeito destes instrumentos de trabalho correm impressas as obras intituladas...
Segunda Classe – Epoca romana					
1	Monumento sepulcral	Descoberto no sitio de...	Appareceram n'uma excavação, cobrindo um jazigo, construido de... e que continha...	Foi descoberto em exploração mandada fazer pela Associação em... de... de 18...	A inscrição é como se acha sob n.º ... no catalogo da epigraphia lapidar, pertencente ao museu...
2	Moeda de cobre	Achado no sitio de...	Appareceu solta no solo.	Offerecida ao museu por...	Reservada para ser classificada.
Terceira Classe – Epoca Wisigothica					
1	Moeda de ouro	Achado no sitio de...	Ignoram-se as condições do seu descobrimento	Offerecida ao museu por...	Sob n.º ... está classificada no respectivo catalogo das moedas pertencentes á collecção do museu.
Quarta Classe – Epoca arabe					
1	Moeda de prata, de forma quadrada	No sitio de...	Nada se sabe	Offerecida pelo sr...	Tem o n.º ... no catalogo das moedas pertencentes ao museu.
Monarchia portuguesa					
1	Monumento sepulcral	Na villa de...	Extraido das ruinas do templo de...	Obtido pela Associação em...	Yem uma inscrição aberta em caracteres gothicos, representada e descripta no respectivo catalogo da epigraphia lapidar.
Sesta Classe – Epoca moderna					
1	Quadro contendo copia de inscrições das fortalezas do Algarve	Existiu no archivo de...	Fazia parte da collecção dos trabalhos mandados fazer no Algarve pelo Conde de Val de Reis	Obtido pela Associação em...	Estas inscrições sob n.os... acham-se no respectivo catalogo da Associação.

Catálogo provisório dos monumentos, architectonicos e archaeologicos pertencentes ao Museu da Real Academia das Sciencias, Artes e Officinas Portuguezas

Numero de class.	Classificacão provisória	Localidade em que existia	Localidade em que foi descoberto	Quando e como foi obtido	Obs. e referencias
Primeira Classe - Epoca prehistorica					
1	Moeda de pedra polida	Obtida no sitio de ...	Foi encontrada da terra, em profun- didade de ... com fragmentos, onde se encontram os seguintes objectos: ...	Foi offerta ao Museu pelo Sr. ... em ... de ...	El respeito destes instrumentos de trabalho ...
2	Moeda de bronze	R	Y	X	...
3	R	V	Y	X	R
Segunda classe - Epoca romana					
1	Monumento epigraphico	Descoberto no sitio de ...	appareceu a uma ...	Foi descoberto ...	A inscripção é como se segue ...
2	Moeda de bronze	Obtida no sitio de ...	appareceu ...	Offertada ao Museu por ...	Reservada para ser classificada
Tercera classe - Epoca Visigothica					
1	Moeda de ouro	Obtida no sitio de ...	appareceu ...	Foi offerta ao Museu por ...	Esta ... está classificada no respectivo catalogo das moedas pertencentes ao Museu.
Quarta classe - Epoca arabe					
1	Moeda de prata de forma quadrada	No sitio de ...	Nada se sabe	Offertada pelo Sr. ...	Esta ... está classificada no respectivo catalogo das moedas pertencentes ao Museu.
Monarchia portugueza					
Quinta classe - Idade media					
1	Monumento epigraphico	No villa de ...	Descoberto das ruinas de ...	Obtido pelo Sr. ...	Esta ... está classificada no respectivo catalogo das moedas pertencentes ao Museu.
Sexta classe - Epoca moderna					
1	Moeda com inscripção e effigie	No sitio de ...	Foi feita ...	Obtida pelo Sr. ...	Esta ... está classificada no respectivo catalogo das moedas pertencentes ao Museu.

Fig. 66 - Documento n.º 2.

Documento n.º 3 (Fig. 67)

Beja - Esquecimento no trem de uma lápide de Mértola - 04-01-1879 (minuta de carta)

N.º 129

Illmo. Exmo. Sr.

Tendo partido hontem de Beja para esta cidade ficou, por esquecimento no trem, que me conduziu da hospedaria de Sebastião Rodrigues á estação do caminho de ferro, uma lamina de mármore, partida em dois pedaços, contendo uma inscripção importante para a historia antiga de Mértola, onde foi por mim descoberta quasi á hora de minha saída para Beja, e esta monumento não se póde perder de modo algum.

(4)

Na referida hospedaria é conhecido o cocheiro, cujo nome ignoro, e por isso o vou rogar a V. Exa. se digne mandar proceder com urgência á aquisição daquellas duas pedras, a fim de me serem remetidas com direcção á Estrada da Penha de França n.º 11; e quando alguma duvida ache V. Ex.^a a este respeito, convirá recorrer-se á intervenção do governador civil do districto.

As arestas fracturadas das pedras reclamam o maior cuidado para que não soffram a perda de alguma lettra.

Dr. Ge. a V. Exa. - Lisboa - Estrada da Penha de França n.º 11, em 4 de Janeiro de 1879.

Dirtor. das Obras Pas. de Beja

E. da V.

Notas

4 - Não parece que esta lápide tenha sido recuperada. Com efeito, é o próprio que o dá a entender, no opúsculo dedicado às antiguidades de Mértola (VEIGA, 1880 a, p. 105), ao declarar que adquiriu, no dia 1 de Janeiro de 1879, ao passar por Mértola, a caminho de Lisboa, uma epígrafe que, no entanto, foi por si estudada (trata-se do epitáfio da jovem *Mannaria*. A epígrafe extraviada, que teria sido adquirida no mesmo dia, e que se encontrava fracturada, ao contrário da que se conservou, que se apresenta inteira, não se encontra mencionada no texto publicado e a sua existência manter-se-ia definitivamente desconhecida, não fosse a existência desta afilativa carta.

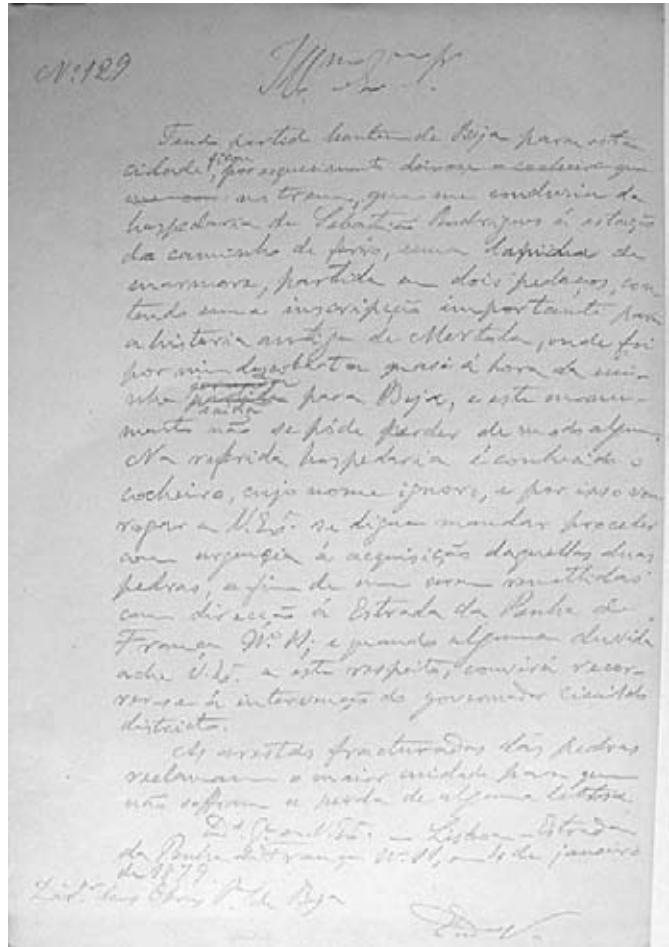


Fig. 67 - Documento n.º 3.

Documento n.º 4 (Fig. 68)

Carta Arqueológica do Algarve (1) (minuta de carta não datada nem endereçada)

Senhores

Em 1877 encarregou-me o governo portuguez de fazer o estudo das antiguidades monumentaes do Algarve e da região myrtilense, e bem assim da revisão de uma carta archeologica daquela província, por ter noticia de que havia alguns annos eu me occupava deste difficil trabalho. (5)

Examinei uma secção da margem direita do rio Guadiana, da extensão de quinze kilometros, entre o Barranco do Azeite e as Vargens de S. Braz, comprehendendo neste espaço a villa de Mértola, e não obstante ter apenas empregado nove dias neste rápido exame, parece-me ter conseguido determinar a verdadeira situação da celebre Myrtilis, cuja origem julgo anterior á época do definitivo dominio romano na península hispânica, mas que mui comprovadamente floresceu durante o império, cedendo ao elemento visigothico, depois ao mahometano e finalmente ás armas portuguezas todo o seu território, como me parece comprovar na memoria que acabo de publicar sob o titulo de “Antiguidades de Mértola”. (6)

O curto prazo de que me foi licito dispor para este estudo, não me permittiu dedicar mais particularmente a minha attenção á pesquisa de característicos prehistoricos; e contudo julgo deverem achar-se na secção que percorri, por isso que, quasi sem interrupção os descobri desde os Montes da Zambujeira de Castro Marim até ao flanco direito da Ribeira do Vascão, onde pelo lado norte-oriental termina o território do Algarve, não sendo portanto verosimil que taes característicos cessassem completamente entre a Margem esquerda daquela ribeira e as Vargens de S. Braz a norte de Mértola. (7)

Como tereis occasião de verificar, os critérios mais antigos que cheguei a observar na região myrtilense são as suas moedas geographicas, e um cemitério, cujas sepulturas estão excavadas nas rochas de schisto, a contar do Rocio do Carmo para o amphitheatro que alli começa a ser levantado pelo relevo orographico daquella formação geológica. Estando porém as mencionadas sepulturas visivelmente invadidas, a irregularidade e rudeza do trabalho que representam, não me permittem reconhecer a epocha a que pertencem. As sepulturas christãs do quinto ao sétimo século, que descobri entre o Rocio do Carmo e a ermida de Santo António, teem diversa construcção, como vereis na descripção que dellas dou no referido livro, ao passo que são excessivamente rústicas para se poderem referir á época romana, em que todavia parece terem sido algumas utilizadas, porque n'uma dellas ainda encontrei umas (8)

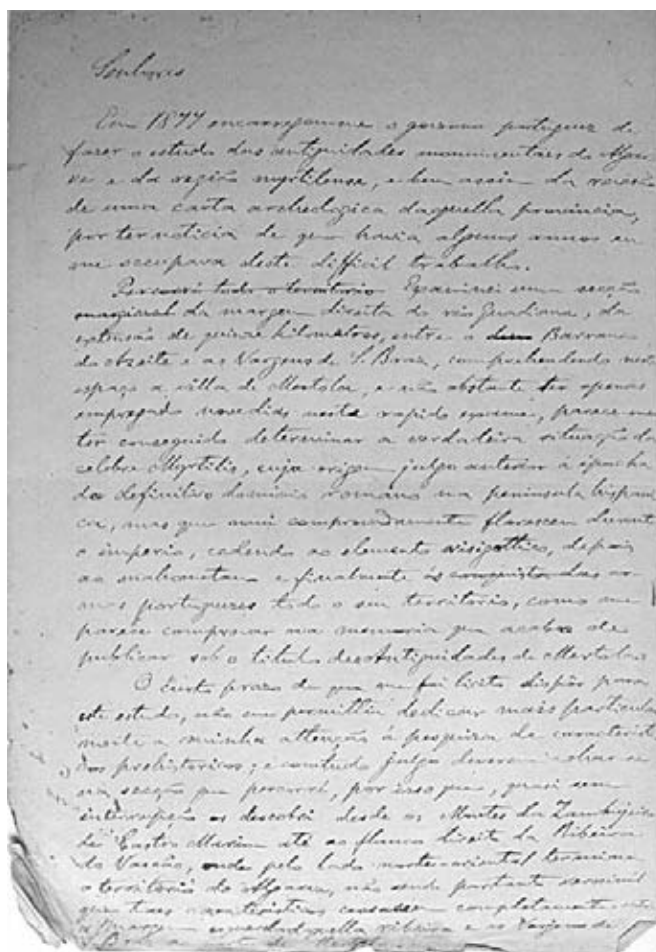


Fig. 68 – Documento n.º 4 (1.ª página).

argolas de cobre, de orelha de mulher, simillantes a muitas outras que no Algarve achei em sepulturas capituladamente romanas; o que julgo sufficiente para também não poder chamar áquella mansão mortuária uma machora mourisca, mas antes julgar que o cemitério serrano, contíguo ao Rocio do Carmo, deve ter pertencido a uma nacionalidade das que precedeu a instituição romana na Península hispânica, que usava fazer os seus enterramentos por inhumação, como bem o mostra a extensão das sepulturas. (10)

Embora nenhum instrumento de pedra colligisse no território de Mértola, é certo que a gente daquelles campos conhece o machado de pedra com a mesma denominação popular “de pedra de raio” que é vulgar em toda a Europa. Creio pois firmemente, que a região myrtilense, sendo explorada em maior escala e com um intuito mais amplo do que me foi oficialmente incumbido, deve manifestar, talvez não minguados indícios de uma ou mais civilizações prehistoricas, do mesmo modo que n’outras terras próximas teem por vezes apparecido, e devem achar-se por quasi toda a provincia do Alemtejo, que eu considero ser a primeira zona do território portuguez que recebeu e dilatou o elemento dolménico, como espero poder mostrar. (11)

Concluído o rápido exame que fiz nos terrenos mais próximos de Mértola, passei a examinar os diversos typos de antiguidades de toda a provincia do Algarve, a fim de poder pôr por obra a revisão do esboço da carta archeologica, que havia mais de dez annos estava começada. (12)

A idéa que presidiu á elaboração da carta archeologica do Algarve, teve por fim, não somente a representação das nacionalidades que desde os tempos mais remotos até á data da conquista portugueza deixaram características monumentaes da sua existência, como a fundação de um trabalho amplissimo, que estabelecesse um systema methodico de procurar, para e indicar na carta corographica de Portugal, as famosas antiguidades deste reino, e de por este meio estimular ao mesmo tempo os distinctos archeologos da nação visinha a seguirem o mesmo pensamento, fazendo o seu ponto de partida do território andaluz, em antiguidades talvez um dos mais opulentos da Europa; pois assim, portuguezes e hispanhoes poderiam, passados alguns annos, inventariar os seus innumerous thesouros archeologicos, e ministrar á historia critica da Península os documentos de que carece para se poder escrever. (13)

Parece-me portanto que a importância de um tal empreendimento, já realisado em relação ao Algarve, será reconhecida não somente pelos sábios, mas por toda a gente que cultiva as faculdades do entendimento.

Os archivos e as bibliothecas ministram até uma limitada data os documentos históricos; mas a terra concentra o archivo universal da historia da sua formação das phases porque tem passado, revelando os factos comprovativos dos viventes que a povoaram nas suas diversas condições physicas e climatéricas, entre os quaes surgira a espécie humana, que a Providencia creou para fruir todos os primores da sua magnificência e soffrer todas as durezas do seu destino.

Não estava escripta, nem podéra escrever-se a historia dos povoadores do Algarve, mas já hoje temos alguns apontamentos para essa grande obra, e crescerão elles ao passo que sejam procurados no âmago dessa terra, que há pouco mais de seis séculos se chama portugueza.

Abstraindo de trabalhos meramente geológicos, pretendi começar as minhas investigações pelos antros das majestosas cavernas que minam aquelle território n’uma zona de extensão superior a 25 legoas métricas, contadas na formação jurassica desde o Cabo de S. Vicente até á extincta villa de Cacella. Propuz-me apprehender este estudo, mas em razão do muito tempo e dispendio que reclamava, o governo não o pôde auctorisar. Nutri então como hoje a vaga esperança de descobrir naquelles recônditos edificios da natureza o que restasse dos troglodytas que alli tivessem habitado; e ainda assim não era tão vaga esta esperança, nem tão chimerica, como á primeira vista podéra parecer, pois que por vezes me constara terem sido achadas em algumas varias pedras de raio, e até ultimamente fui informado de terem mancebos do campo encontrado muitos fragmentos de louça n’uma caverna, que denominam a Solestreira, perto da aldeia de Querença, no concelho de Loulé.

Não me foi licito começar por onde devera abrir os meus trabalhos, e por isso não posso ainda afirmar, se debaixo da crusta conccionada, ou stalagmitica de alguma daquellas que parcialmente visitei no Serro da Cabeça, na Serra da Pena, no flanco esquerdo do rio de Portimão junto á Mexilhoeira Pequena, na margem direita da ribeira de Odelouca, e (14)

ainda na esquerda, não longe do interessante Ilhéu do Rosário, que se destacou da Serra d'Atalaia para formar o flanco esquerdo da foz da Odelouca e o direito da foz do rio de Silves, haverá comprovados característicos de habitação humana, assim como n'outras inúmeras cavernas da zona central e do litoral marítimo, tanto na costa do poente como na do sul, entre Aljezur e o Cabo de S. Vicente e deste famoso promontório até Albufeira. Conviria pois emprender-se este reconhecimento, porque a natureza do solo, a sua situação geographica tão próxima do mar Mediterrâneo, e os já descobertos característicos de habitação prehistorica, permitem a supposição da existência do povo das cavernas, cujo trajecto de occupação não está ainda indicado na carta geographica de Portugal; e seria este trabalho um complemento do que me foi permitido fazer em todo aquelle território, e a meu ver indispensável, porque não basta, para a solução dos mais importantes problemas a manifestação de cavernas habitadas n'outros pontos deste paiz; pois este facto, sendo já muito interessante para a historia do solo portuguez, obriga-nos a uma investigação, systematica, que nos permita um dia reconhecer qual foi o trajecto que traçou esse povo na sua marcha, qual foi o seu ponto de partida, que paizes atravessou até chegar a estas ultimas paragens do Ocidente, e chegando a este paiz, qual foi a ordem geographica das suas estações; se em todas ellas deixou os mesmos critérios de raça e de industria, e quaes as espécies da fauna que viviam nas diversas zonas topographicas da sua occupação.

A existência do povo das cavernas está comprovada em Portugal, como vereis pela relação daquellas que até esta data têm sido exploradas em vários logares; mas este facto, embora muito interessante, não póde ainda subministrar á sciencia um certo conjuncto de elementos indispensáveis para a solução dos mais importantes problemas.

As cavernas exploradas neste paiz, mostram entre si largos intervallos e situações topographicas um tanto diversas, porque umas estão inteiramente fora do litoral marítimo e outras como propinquas ao oceano; e sendo ainda o seu numero assás limitado, não deixam por emquanto perceber o trajecto geographico que neste território traçou na sua marcha o povo que as habitou; o que só poderá começar-se a perceber, quando para a solução deste e de outros problemas se estabelecer uma ordem systematica de trabalhos. Para as exigências da sciencia, não basta demonstrar que n'um certo ponto do Alemtejo ou da Estremadura há grutas ou cavernas, que foram habitadas; é preciso descobrir o seguimento das estações e examinar em cada uma dellas se há os mesmos característicos de raças, os mesmos typos na manufactura das pedras, dos ossos e das louças, tendo-se em grande attenção as condições geológicas e archeologicas desses interessantes depósitos.

Era assim que eu premeditava arriscar-me ao exame das cavernas do Algarve, começando do litoral da costa occidental até o Cabo de S. Vicente e seguindo dalli por toda a faixa jurassica, até ás immediações de Cacella, onde termina esta formação.

Está comprovado que existiu no território portuguez o povo das cavernas, como vereis pela relação das que até esta data teem sido habilmente exploradas sob a mui competente direcção dos senhores Delgado e Carlos Ribeiro; mas este facto, embora seja muito interessante e capaz por si só de consignar a consideração que é devida a estes dois sábios do meu paiz, não póde ainda subministrar á sciencia, segundo me parece, um certo conjuncto de elementos indispensáveis para a solução dos mais importantes problemas. (15)

As cavernas exploradas em Portugal mostram entre si largos intervallos e situações topographicas um tanto diversas, porque umas estão como propinquas ao Oceano e outras inteiramente fora do litoral propriamente marítimo, relevando períodos de occupação, que já attingem a idade paleolithica, como a que vejo agora indicada em Peniche; e sendo ainda o seu numero assas limitado, não deixam poremquanto perceber o trajecto que neste solo traçou na sua marcha o povo que as habitou, nem qual seria o seu ponto de partida, as orientações que tomou, e a área geral em que se deixou caracterizado; o que só poderá começar-se a comprehender, quando, tendo-se em vista a solução destes problemas, se haja estabelecido uma ordem systematica de trabalhos em relação a todo este território portuguez. (16)

No meu programma da exploração geral do Algarve, bosquejado em 1876, havia eu marcado em primeiro logar o reconhecimento das cavernas, mui principalmente daquellas que as tradições locaes apontavam como tendo sido habitadas pelos mouros; porque aos mouros attribue aquelle povo as cousas mais antigas que descobre nos seus

trabalhos campestres; mas para este exame em toda a zona jurássica que corre do Cabo de S. Vicente até ás proximidades de Cacella com a extensão de 24 legoas métricas e alargando-se até 15 kilometros, era mister empregar muito tempo e dispendio, e por isso não pôde o governo auctorisar este estudo naquella occasião. Nutria então, como hoje, a vaga esperança de descobrir naquelles vastos edificios da natureza, alguns dos quaes visitei por mera curiosidade, se com effeito as tradições tinham algum fundamento; e ainda assim não era tão vaga ou tão chimerica esta esperança, como á primeira vista podéra parecer; pois que por vezes me constara terem sido encontradas no interior de algumas cavernas varias pedras de raio, como o povo denomina os machados de pedra, e também louças antigas na caverna da Solestreira, perto da aldeia de Querença no concelho de Loulé, onde há outras grandiosas cavernas, principalmente na serra da Pena, a que dão o nome de Casa da Moura e Igreja de S. Soidos.

Não me foi pois permittido começar por onde devera abrir os meus trabalhos, e por isso não posso agora affirmar, se debaixo do solo concrecionado e estalagmítico daquellas formações que rapidamente visitei no Serro da Cabeça. (17)

Notas

5 – Trata-se da incumbência oficial que lhe foi cometida, a 11 ou a 15 de Janeiro de 1877, conforme a data da Portaria do Ministério do Reino que, em diversas circunstâncias, é mencionada por Estácio da Veiga (sendo mais credível 15 de Janeiro). Tal Portaria, contudo, não foi publicada no Diário do Governo, pelo que a indefinição permanece.

6 – Os antecedentes a que Estácio alude são bem conhecidos: trata-se da sua memória inédita “Varias Antiguidades do Algarve” (Fig. 69), jamais concluída segundo o plano originalmente traçado, redigida, na parte relativa às antiguidades pré e proto-históricas em 1874, aquando da sua permanência em Mafra, conforme carta datada de 14 de Março de 1874 endereçada dessa vila a Possidónio da Silva. A 2 de Fevereiro de 1876, em carta endereçada ao marquês de Sousa-Holstein (PEREIRA, 1981, Documento n.º 12), mostra-se disponível para apoiar o reconhecimento arqueológico do trecho situado entre o Guadiana e Milreu, passando por Marim, recorrendo aos apontamentos pessoais, o que demonstra que, anteriormente já teria efectuado indagações arqueológicas na referida região. Com efeito, já no ano de 1866 alude às descobertas de epígrafes romanas no aro de Tavira, e aos reconhecimentos, embora sumários, que empreendeu naquella região (VEIGA, 1866).

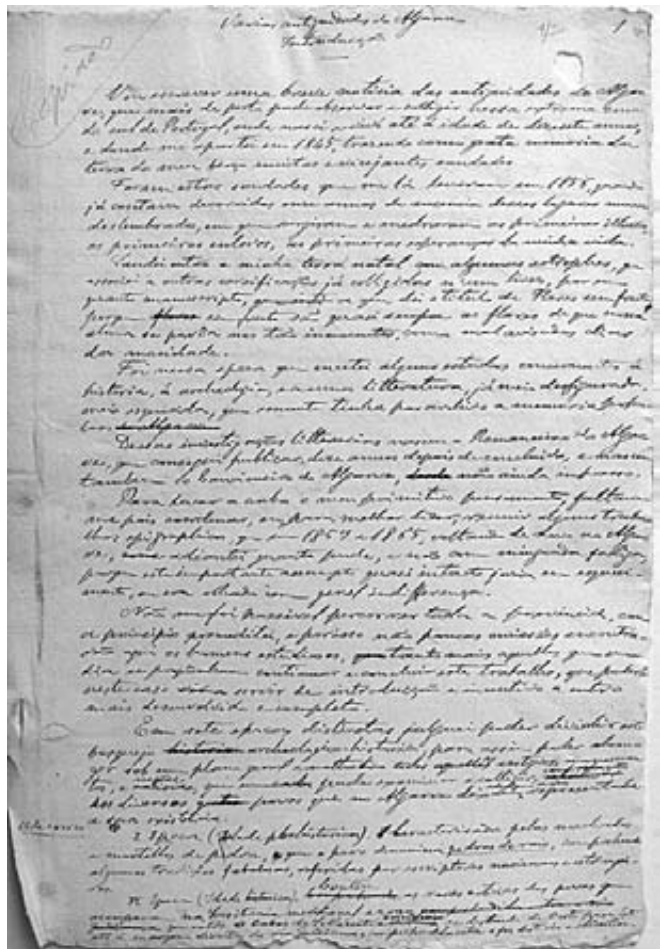


Fig. 69 – Primeira página do manuscrito inédito “Varias Antiguidades do Algarve”, escrito por Estácio da Veiga no decurso de 1874, em Mafra.

7 – Trata-se, na verdade, de um estudo onde Estácio se debruçou sobre os testemunhos dos sucessivos povos que ocuparam a vila de Mértola e áreas circunvizinhas (VEIGA, 1880 a), constituindo, deste modo, um ensaio para o estudo, de muito maior fôlego, que deveria redigir sobre a arqueologia do Algarve. Com efeito, a publicação da pequena monografia de Mértola, feita pela Imprensa Nacional, em 1880, sucede-se ao contrato assinado com o Estado, através do Ministério do Reino, a 29 de Maio de 1879 para a redacção de uma obra, em cinco ou seis volumes, sobre tal matéria. Note-se, no entanto, que, naquele mesmo ano, o Autor tinha publicado as “Antiguidades de Mafra” (VEIGA, 1879), que segue a mesma metodologia de trabalho: trata-se de publicação metódica, das sucessivas provas materiais, da presença dos povos que ocuparam a região mafrense, desde os mais recuados, até à Idade Média, terminando com transcrições de diversa documentação de época medieval, de interesse local. Deste modo, o programa de trabalhos que conduziriam à redacção das “Antiguidades Monumentaes do Algarve”, a partir de 1879, já se encontrava claramente definido no espírito de Estácio, pelos antecedentes que dera anteriormente à estampa, seguindo os mesmos critérios. Note-se que, também esta obra pretendia estender as indagações até ao estabelecimento da monarquia portuguesa, o que não se concretizou, pela morte do Autor, quando se encontrava em curso a redacção do quinto volume, dedicado às antiguidades romanas, recentemente publicado (VEIGA, 2006).

8 – Como se conclui pela documentação disponível, a chegada de Estácio a Mértola verificou-se a 2 de Março de 1877 e a sua entrada no Algarve, através do porto fluvial de Alcoutim, no Guadiana, a 13 de Março; restavam, pois, dez dias de trabalho útil em Mértola, que o Autor febrilmente aproveitou.

9 – Trata-se de descoberta celebrizada pelo precioso conjunto de epígrafes sepulcrais que cobriam as sepulturas, em parte estudadas e publicadas por Estácio em 1880, outras depois encontradas por Leite de Vasconcellos, em 1908 e, finalmente, as últimas só exploradas no final do século XX, no âmbito das actividades do Campo Arqueológico de Mértola (LOPES, 2003).

10 – Trata-se de tipo de adereço comum do período tardo-romano, que se encontra bem representado em diversas necrópoles, como a de Talaíde, no concelho de Cascais. Assim, para a sepultura 12, onde se recolheram dois brinco deste tipo, foi obtida a cronologia absoluta, calibrada para um intervalo de confiança de dois sigma, de 440-680 cal AD (CARDOSO, CARDOSO & GUERRA, 1995).

11 – Esta observação tem fundamento, no quadro da investigação que actualmente se vem desenvolvendo em Portugal sobre o Megalitismo. Naturalmente, na época em que foi produzida por Estácio, só a abundância de megálitos que caracteriza o Alto Alentejo a poderia justificar.

12 – A afirmação do Autor, a dez anos de trabalhos preparatórios da sua obra arqueológica maior, as “Antiguidades Monumentaes do Algarve” é fundamentada, pois que já em 1866 tinha produzido o opúsculo “Povos Balsenses” (VEIGA, 1866).

13 – Esta afirmação comprova, como anteriormente se disse, que a intenção de Estácio era a de estender as suas investigações até à época da conquista portuguesa, no âmbito das “Antiguidades Monumentaes do Algarve”.

14 – Estácio lastima, em diversas ocasiões, o facto de o Governo ter excluído das suas investigações a existência do homem paleolítico na região, cuja presença admitia como possível em diversas grutas naturais abertas nos calcários jurássicos que percorrem longitudinalmente o Algarve. Tal convicção baseava-se nos bons resultados que se vinham obtendo nas explorações das grutas da Estremadura, sobretudo por iniciativa de Nery Delgado, expressas por diversas

publicações que já então eram do domínio público. Contudo, a investigação desenvolvida recentemente sobre a presença humana no Algarve em tempos pliocénicos veio mostrar que as esperanças de Estácio eram infundadas. A única excepção é a gruta de Ibne-Amar, talvez a gruta que Estácio menciona “no flanco esquerdo do rio de Portimão junto à Mexilhoeira Pequena”, que forneceu, na sondagem limitada ali realizada, materiais do Mustierense associados a restos faunísticos (BICHO, 2004).

15 – Ver, por exemplo, de Nery Delgado a memória dedicada à gruta da Casa da Moura (DELGADO, 1867), a primeira relativa a uma gruta com ocupação pré-histórica em Portugal e a gruta da Furninha, em Peniche, explorada em 1879 e a apresentada à IX Sessão do Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Históricas, logo no ano seguinte (DELGADO, 1884). Carlos Ribeiro, apesar de ter dirigido ou ordenado, enquanto Director da então designada Secção dos Trabalhos Geológicos de Portugal, de 1869 até à data da morte, em 1882, a exploração de numerosas grutas, especialmente na Estremadura, não publicou quaisquer trabalhos circunstanciados sobre tais explorações.

16 – Refere-se à comunicação de Nery Delgado mencionada na Nota 15. Esta menção permite situar a redacção deste documento em época posterior a 1880.

17 – Ver Nota 14.

Documento n.º 5 (Fig. 70)

Carta Arqueológica do Algarve (2) (minuta de carta não datada nem endereçada)

Illmo. e Exmo. Sr.

S. Ph. M. E. da V., por Portaria de 11 de Janeiro de 1877, foi encarregado do levantamento da Carta Archeologica do Algarve, emprehendendo para este fim o reconhecimento geral das antiguidades prehistoricas e históricas territoriaes desta zona geographica do reino. Em 1879 apresentou ao Governo a referida carta, representando por signaes de convenção os critérios archeologicos dos tempos, períodos, idades e épocas que então conseguiu descobrir. Concebendo logo a necessidade de comprovar a carta archeologica do modo mais authentico possível, levantou a planta de todas as construcções monumentaes que descobriu e compromethendo-se a organizar um museu, que representasse as antiguidades desta província, obteve dos proprietários dos terrenos explorados a concessão dos objectos encontrados nas escavações sob esta condição; a esses objectos

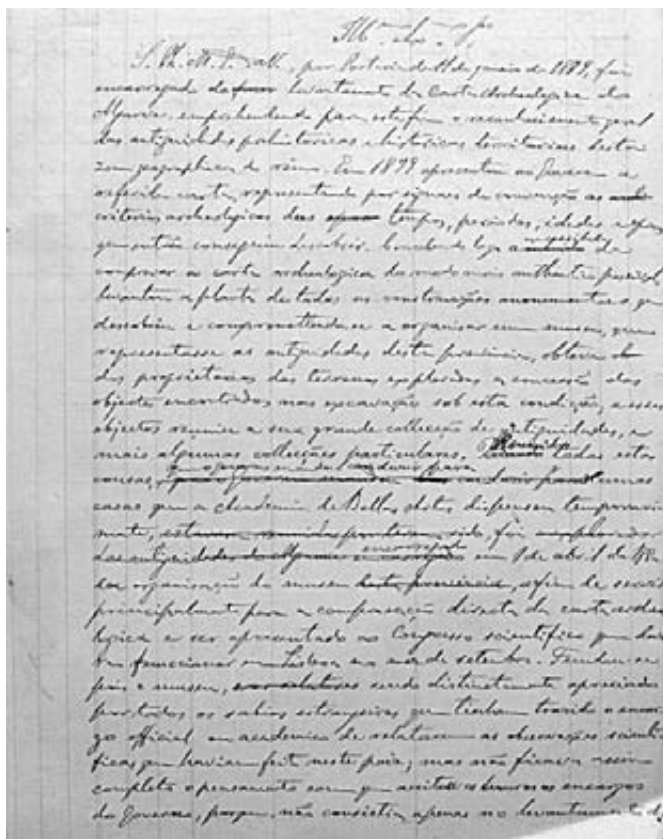


Fig. 70 – Documento n.º 5 (1.ª página).



Fig. 71 - A primeira Carta Arqueológica do Algarve, concluída em finais de 1878 por Estácio da Veiga, reeditada no âmbito da exposição comemorativa efectuada no Museu Nacional de Arqueologia em 1978.

reuniu a sua grande collecção de antiguidades, e mais algumas collecções particulares. Reunidos todas estas cousas, que o Governo mandou conduzir para umas casas que a Academia de Bellas Artes dispensou temporariamente, foi encarregado em 1 de Abril de 1880 da organização do museu, afim de servir principalmente para a comprovação directa da carta archeologica e ser apresentado ao Congresso scientifico que devera funcionar em Lisboa no mez de Setembro. Fundou-se pois o museu, sendo distinctamente apreciado por todos os sábios estrangeiros que tinham trazido o encargo official ou académico de relatarem as observações scientificas que haviam feito neste paiz; mas não ficava assim completo o pensamento com que aceitou os honrosos encargos do Governo, porque, não consistia apenas no levantamento da carta archeologica (Fig. 71) e na fundação do seu museu comprovativo, por isso que para uma e outra cousa poder ser útil á sciencia e honrosa para o paiz, e accessivel ao entendimento publico, carecia de uma obra descriptiva, acompanhada da carta archeologica, e de estampas que reproduzissem as plantas dos monumentos e os artefactos mais typicos de cada época, porque só assim se poderia chegar a uma série de conclusões criticas, concernentes á ethnologia e ethnographia tanto paleoethnologica como histórica, que anteriormente á instituição da monarchia portugueza representava este território, duplamente importante, por ser o extremo sul-occidental a que poderiam ter chegado as migrações provindas do Norte, e do Mediterrâneo pelo intermédio da Andaluzia. Era este o plano geral do trabalho e como tal foi approved pelo Governo, o qual o contractou com o seu auctor para escrever uma obra em 5 ou 6 volumes.

(18)

Notas

18 – Ver Nota 7.

Documento n.º 6 (Fig. 72)

Carta acerca da posse dos monumentos de Balsa – Conselheiro Amorim – 03-06-1877 (minuta de carta)

Conselheiro Amorim

Em 3 de Junho de 77.

Illmo. e Exmo. Sr.

Escrevo confidencialmente a V. Ex.^a para o prevenir de um inesperado acontecimento, que muito me tem desagradado, mas que com o auxilio de V. Ex.^a espero remediar. (19)

Quando cheguei a esta cidade soube logo que os três monumentos encontrados nas Antas, dois dos quaes se referem ao circo balsense, tinham sido levados para casa do escrivão Francisco Raphael da Paz Furtado; e manifestando a este individuo o intuito de reunir todos os monumentos de Balsa para que uma tão rica collecção se collocasse pela sua ordem geographica na Academia, entendi que elle se tinha inteiramente conformado com o bom senso desta idéa; mas (20)

quando lhe annunciei que ia mandar conduzir os ditos monumentos respondeu-me, que não podia ceder-los, porque já os havia offerecido ao Sr. Ministro do Reino, por intervenção do Augusto Soromenho, para serem collocados n'um museu nacional, acrescentando que a este respeito acabava de receber um telegramma do Soromenho. (21)

O Possidónio da Silva também lhos pediu com muitos promettimentos para o celebre museu dos architectos, que por decência do paiz melhor fora não existir, assim como o seu famoso catalogo, obra singular que acabou de pôr em relevo todo aquelle desconcertado labirinto. (22)

Há portanto dois pretendentes aos monumentos das Antas, o Soromenho e o Possidónio, segundo affirma o Paz Furtado; e já se vê que cada um delles leva em vista desvial-os da Academia, onde desejo que sejam depositados todos os que eu tenho adquirido, e que nunca seriam offerecidos, se outro qualquer individuo tivesse aqui vindo. (23)

O Paz Furtado disse-me que havia de chegar a Lisboa no dia 13 do corrente, e que tencionava offerecer directamente os ditos monumentos a S. Ex.^a o Ministro, levando a sua graciosa jactância no ponto de me querer recommendar a S. Ex.^a; o que de modo algum lhe permitti.

Dado pois o caso que se effectue este offerecimento, espero que V. Ex.^a obtenha do Exmo.

Conselheiro Amorim
3 de Junho de 77
Illmo. e Exmo. Sr.
confidencialmente
Escrevo para o prevenir de um inesperado acontecimento, que muito me tem desagradado, mas que com o auxilio de V. Ex.^a espero remediar.
Quando cheguei a esta cidade soube logo que os tres monumentos encontrados nas Antas, dois dos quaes se referem ao circo balsense, tinham sido levados para casa do escrivão Francisco Raphael da Paz Furtado, e manifestando a este individuo o intuito de reunir todos os monumentos de Balsa para que uma tão rica collecção se collocasse pela sua ordem geographica na Academia, entendi que elle se tinha inteiramente conformado com o bom senso desta idéa; mas quando lhe annunciei que ia mandar conduzir os ditos monumentos, respondeu-me, que não podia ceder-los,

Fig. 72 – Documento n.º 6 (1.ª página).

Ministro, que não conceda os monumentos a estabelecimento algum (com excepção da Academia das Sciencias) sem eu chegar e estarem já reunidos ahi os que eu obtive, e que em caso algum os deixe S. Ex.^a entrar no chamado museu dos architectos; pois seria cousa altamente lamentosa se os famosos padrões epigraphicos da região balsense, que tanto trabalho me teem causado, não se podessem agora reunir. (24)

Os monumentos de Balsa, de que tenho conhecimento, são 15: eu já conto com sete, e tenho outro há muitos annos em minha casa: alcançando-se os três das Antas, teremos onze; e quanto aos outros quatro, indicarei a maneira de se obterem sem grande difficuldade.

Rogo portanto a V. Ex.^a se digne ajudar-me neste empenho, prevenindo as cousas, de modo que o Soromenho e o Furtado não consigam o transtorno que parece quererem causar.

Peço também a V. Ex.^a, que pelo correio me queira enviar cinco exemplares do opúsculo relativo á tabula de bronze de Aljustrel, cuja leitura e dedução da inscripção primitiva se devem ao meu exclusivo trabalho, não obstante o signatário não o declarar.

Com a mais attenciosa consideração me honro assignar-me. (25)
De V. Ex.^a

Notas

19 – O pedido de confidencialidade mostra a intimidade e a confiança mútua existente entre Estácio e o Conselheiro António Maria de Amorim, Director-Geral da Instrução Pública, personalidade que, a nível governamental, promoveu, acompanhou e protegeu a actividade do Autor, no âmbito dos trabalhos arqueológicos de que estava incumbido no Algarve.

20 – Trata-se dos três monumentos que actualmente se encontram no Museu da Associação dos Arqueólogos Portugueses (ALMEIDA & MOSER, 1993), provenientes da Quinta das Antas, nos arredores de Tavira.

21 – Verifica-se que Estácio pretendia, nesta data, que os monumentos epigráficos recolhidos no Algarve integrassem um Museu Arqueológico, de carácter nacional, que deveria ser organizado na Academia Real das Ciências de Lisboa, enquanto primeira instituição científica do Reino, como justamente a considerava noutro documento. Contudo, esta tentativa veio a gorar-se, como adiante se verá.

Augusto Soromenho, ilustre professor de História no Curso Superior de Letras, ter-se-ia já então desligado da referida Academia: é na qualidade de Membro demissionário da mesma que se apresenta aquando do estudo que publicou, neste mesmo ano de 1877, sobre a notável tábula romana de bronze de Aljustrel (SOROMENHO, 1877). Assim, seria natural que procurasse organizar um museu nacional em sede em alternativa à daquela instituição. Foi, por fim, Possidónio da Silva, então Presidente da “Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes” a conseguir as três preciosas inscrições para o Museu da Associação, onde ainda hoje se encontram.

22 – Esta passagem é bem elucidativa da opinião que Estácio possuía do “museu dos architectos” ..., cuja organização, ao não ter respeitado as sugestões que atempadamente apresentara a Possidónio da Silva, motivou a sua saída, cerca de dois anos antes, em 1875. Ver Nota 2.

23 – Nesta passagem reafirma-se claramente a vontade de Estácio constituir um museu arqueológico na Real Academia das Ciências de Lisboa, da qual era Sócio Correspondente de recente data: nela ingressou a 8 de Junho de 1876, portanto ainda há menos de um ano, aquando da redacção da presente missiva.

24 – Ver Notas 20 e 21.

25 – A conduta abusiva de Augusto Soromenho na publicação da tábula romana de bronze de Aljustrel (SOROMENHO, 1877), desde sempre conservada no Museu da então Secção dos Trabalhos Geológicos de Portugal, aproveitando o trabalho de Estácio, sem que este lhe tenha dado autorização para tal, encontra-se pormenorizadamente descrita por este último, na parte introdutória da memória que lhe dedicou, a qual só veio a ser publicada em 1880 (VEIGA, 1880 b). Contudo, apesar deste incidente grave no relacionamento entre ambos, parece que Estácio continuou a manter consideração por Soromenho, como se deduz da leitura do referido trecho daquela obra.

Documento n.º 7 (Fig. 73)

Carta Arqueológica do Algarve – Pedidos de esclarecimentos – 04-09-1883 (minuta da carta)

Meu mto. bom Amigo

Duas linhas apenas lhe escrevo hoje para romper o silencio que me impede de receber noticias suas sempre desejadas e para lhe pedir me mande na volta do correio, sendo possível, os seguintes apontamentos, que já tinha, mas que ainda não pude achar, por não me lembrar onde os archivei.

Fallou-me da caverna da Saborosa ali próxima da sua igreja: desejo saber em que orientação e distancia está da igreja (26) e entre que pontos marcados na carta chorographica ou geographica; se já a visitou, se póde dar alguma noticia da architectura interior, de particularidades ou de tradições criadas pelo preconceito popular?

Em que orientação e distancia, tanto da igreja da Mexilhoeira como da necrópole tumular de Alcalá, está a caverna do Serro do Algarve?

Se tem por ahi feito algum descobrimento de antiguidades em logares não ainda marcados?

Isto que peço é para a carta prehistorica, de que devo receber provas esta semana. (27)

Hoje não posso fallar-lhe de mim, porque me sinto agitado e offendido com ingratições, a que os meus antagonistas teem levado o governo do Sr. Thomaz Ribeiro, amigo intimo dos meus inimigos! Fica isto (28) para outra occasião. Por enquanto receba as mui saudosas e cordiaes lembranças do seu Am.º. obrig^{mo}.

Estacio da Veiga

Tavira – Cabanas da Conceição, em 4 de Setembro de 83.

Notas

26 – Trata-se de pedido de esclarecimentos e informações ao então Prior de Mexilhoeira Grande e depois de Bensafim, Padre António José Nunes da Glória, o descobridor da necrópole de Alcalar, que

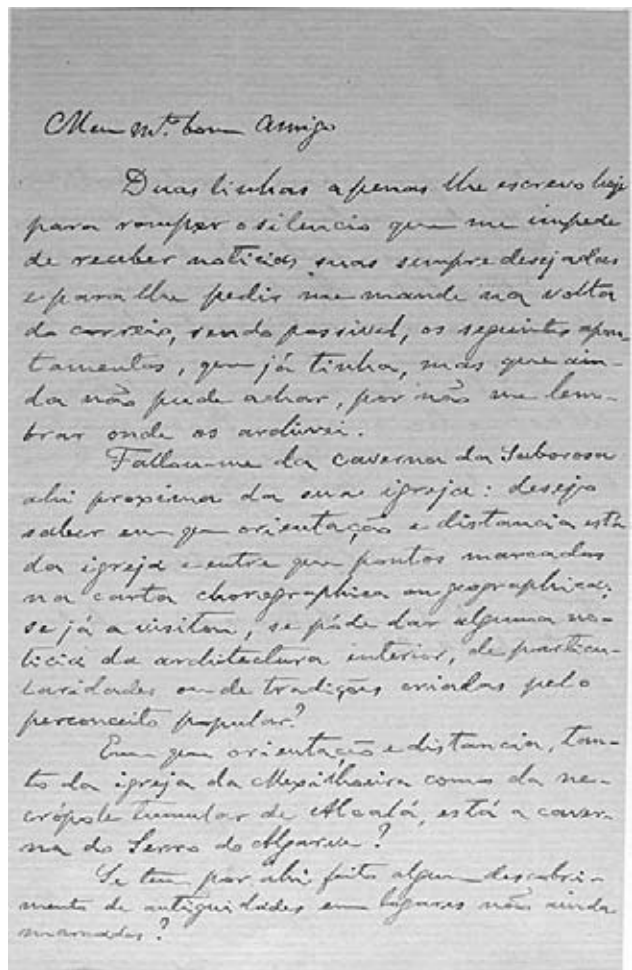


Fig. 73 – Documento n.º 7 (1.ª página).

muitos e diversificados auxílios prestou a Estácio nas suas investigações arqueológicas, tanto no decurso dos trabalhos de campo, como nos de gabinete, como exímio desenhador de estruturas e de materiais arqueológicos, como os de Alcalar e de Aljezur, depois publicados nas “Antiguidades”.

27 – Trata-se da segunda versão da “Carta Archeologica do Algarve – tempos prehistoricos”, depois dos acrescentos que a beneficiaram, em resultado das investigações desenvolvidas em 1882 em diversas estações arqueológicas algarvias. Recorde-se que a primeira versão se encontrava já concluída desde 1878, tendo sido impressa e apresentada em 1880 aos membros presentes à IX Sessão do Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Históricas, que em Setembro desse ano se reuniu em Lisboa. Na sequência dessa apresentação, foram sugeridas alterações, por forma à simbologia relativa aos tempos pré-históricos estar conforme às regras adoptadas internacionalmente, o que foi feito na segunda edição, impressa em 1883 e inserida no primeiro volume das “Antiguidades” (VEIGA, 1886).

28 – Este desabafo deve relacionar-se com a grave situação criada a Estácio da Veiga pelo Governo, ao impedir a reorganização em Faro do “Museu Archeologico do Algarve”, depois de ter permitido o seu encerramento definitivo em Lisboa. Thomaz Ribeiro era à época desta carta o Ministro do Reino, superintendendo, por um lado, o trabalho de Estácio da Veiga, e detendo, por outro, jurisdição sobre o edifício da Academia Real de Belas Artes, que tantas dificuldades levantou à existência do Museu do Algarve. Em torno deste governante se movimentavam diversas personalidades influentes, que pretendiam a constituição de um Museu Nacional de Arqueologia e Arte Antiga em Lisboa, como o conde de Almedina e Teixeira de Aragão, sendo, por conseguinte, desfavoráveis à manutenção de um Museu arqueológico, estritamente de carácter científico. Tal desiderato veio de facto a concretizar-se com a fundação do então designado Museu Nacional de Belas Artes e Arqueologia, em 1884, o primeiro Museu nacional criado pelo Estado.

Documento nº. 8 (Fig. 74)

Carta de Carlos Ribeiro – 10-10-1882

Lisboa, 10 de outubro, 1882.

Exmo. Sr.

Satisfazendo com o maior prazer ao desejo de V. Ex.^a, manifestado na sua passada carta de 15 do passado, envio hoje as copias das placas e outros objectos ornamentados de schisto existentes nesta secção. As referidas copias não são tão perfeitas como as que V. Ex.^a me remetteu como specimens do processo empregado, o que attribuo em parte á falta de pratica do empregado que fez este trabalho, e em parte ao estado de gastamento das placas havendo muitas onde os desenhos estão em parte obliterados.

Adoptei o processo da cera negra como V. Ex.^a recommendou mandando-a comprar ao estabelecimento indicado na sua carta.

As copias são:

6 de placas e uma da peça em forma de báculo encontrados na Gruta de Cesareda.

4 de placas das grutas artificiaes de Palmella.

3 id. das grutas de Cascaes.

1 id. das grutas do Carvalhal (Turquel)

2 id. do dólmen de Mont’abrão (Bellas)

1 de uma peça grande semelhante á da gruta de Cesareda proveniente do dolmen da Estria (Bellas)

Rogo a V. Ex.^a se sirva desculpar-me a demora na remessa das mencionadas copias, e de dispor para o que lhe

(29)

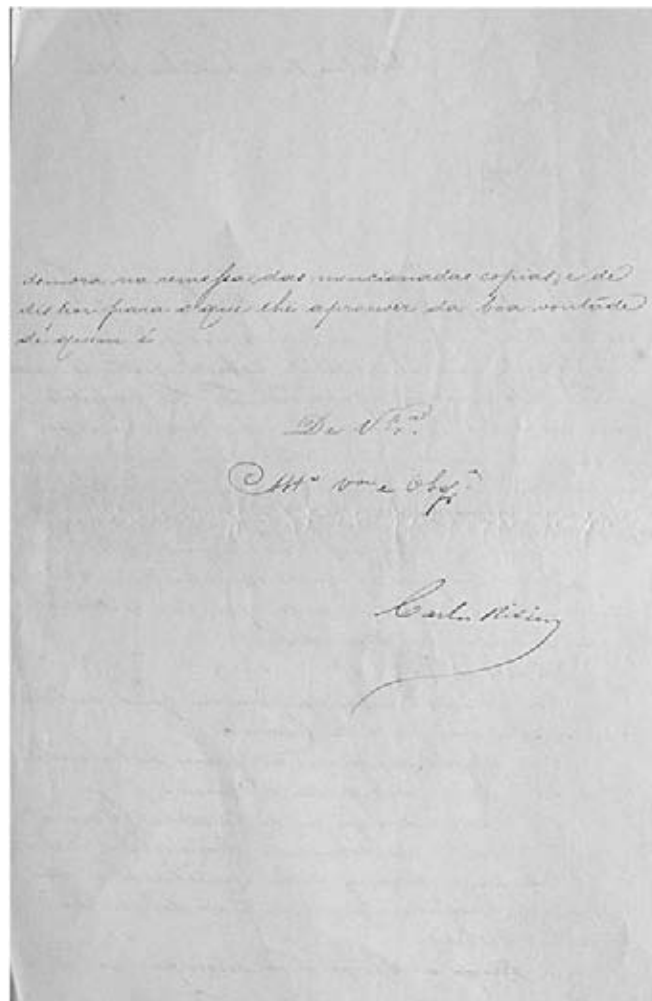
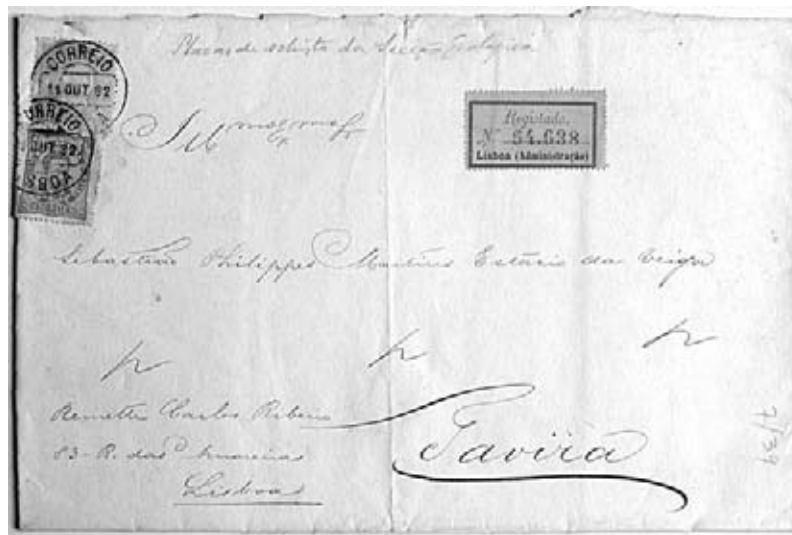


Fig. 74 – Documento n.º 8. Sobrescrito e 2.ª página da missiva, autografada, de Carlos Ribeiro.

aprouver da boa vontade de quem é

De V. Ex.^a

Att.^o V.^{or} e Obrg.^o

Carlos Ribeiro

Notas

29 – Este pedido de Estácio relaciona-se com o estudo das placas de xisto que então o ocupava, sobretudo motivado pelo descobrimento de numerosos exemplares na necrópole de Aljezur, a par de outros exemplares dispersos por diversos sepulcros que explorou e por si publicados nas “Antiguidades Monumentaes do Algarve”. Esta missiva encontra-se assinada por Carlos Ribeiro, falecido apenas dois meses depois em Lisboa, a 13 de Dezembro de 1882.

Documento n.º 9 (Fig. 75)

Carta a Carlos Ribeiro (minuta não datada)

Exmo. Sr.

Regressando em 15 de Novembro á minha residência campestre, perto de Tavira, encontrei a carta que V. Ex.^a se dignou dirigir-me em 10 de Outubro, acompanhada das estampas que em 15 de Setembro havia solicitado; e porque uma infinidade de assumptos me reclamou logo um assíduo trabalho, incluindo os preparativos do meu transporte para esta cidade, onde tenciono demorar-me durante o Inverno, não acudi promptamente com os meus respeitosos agradecimentos a V. Ex.^a por um tão distincto obsequio.

As formas e gravuras das placas de schisto da Secção Geológica, encontradas umas em depósitos neolithicos e outras já associadas a instrumentos metallicos, sendo, com excepção de uma, mui semelhantes ás do Algarve, onde nenhum artefacto de cobre ou bronze se lhes achou associado, vieram confirmar-me que estes amuletos ou insígnias são originariamente pertencentes à ultima idade da pedra, sendo todavia extensivo o seu uso à época de transição para a primeira idade dos metaes; o que parece attestar a longa duração do povo que de taes objectos se serviu exclusivamente nesta parte sul-occidental da Europa, em que ficou caracterizado por uma série de estações, que na carta geographica já podem comprovar seus por em quanto conhecidos limites com o tumulus da Marcella na freguezia de Cacella ao sul e com a anta de Ancião na provincia da Beira ao norte. No Algarve, porém, não se achou ainda a forma de báculo ou cajado manifestada pela gruta de Cesareda e pela sepultura de Martim Affonso, forma que reclama estudo especial; pois o exemplar de Cesareda contém orificios na extremidade rectangular, que muito conviria examinar se manifestam algum desgastamento um tanto polido, produzido por attrito de um cordão de suspensão, ou se, não existindo este indicio, teriam servido para a cravação do objecto em haste de páo fundida n’uma extremidade; o que não parece mui verosímil em vista da ténue espessura da placa e da sua peculiar fragilidade, tanto mais estando tão juntos os orificios e havendo gravura até á aresta terminal. (30)

Não confiando na determinação exclusiva da época em que o Dr. Filippe Simões inscreveu as placas de schisto gravadas, que a meu ver, por si só representam uma significação ethnographica de grande valor scientifico, donde podem ser deduzidos alguns corollarios importantes ainda mesmo em relação á ethnologia prehistorica do nosso território, ousarei solicitar ainda alguns esclarecimentos, que possam ser úteis a V. Ex.^a e aos meus estudos. (31)

As placas encontradas na região explorada por V. Ex.^a e pelo sr. Delgado appareceram associadas a outros caracteristicos, como no Algarve, e por isso julgo mutuamente interessante confrontal-os, tanto mais os que são menos vulgares, existentes nas nossas collecções, por isso que também podem correr o risco de se attribuirem sem fundamento assas seguro a um determinado período, quando confrontadas as condições da sua manifestação em duas regiões geographicas diversas, devem desde já indicar a época que representam (Fig. 76).

Exmo. Sr.
Ep. V.

Regressando em 15 de novembro à minha residência campestre, perto de Tavira, encontrei a carta que V. Ep. se dignou dirigir-me em 10 de outubro, acompanhada das estampas que em 15 de setembro havia solicitado; e porque uma infirmitade de assumptos me reclamou logo um assíduo trabalho, incluindo os preparativos do meu transporte para esta cidade, onde teria de demorar-me durante o inverno, não acendi promptamente com os meus respeitosa agradecimentos a V. Ep. por um tão distinta obsequio.

As formas e gravuras das placas de schisto da Secção Geologica, encontradas umas em depositos neolithicos e outras já associadas a instrumentos metallicos, sendo, com excepção de uma, muito semelhantes ás de Affarua, onde nenhum artefacto de cobre ou bronze se lhes achou associado, vieram confirmar-me que estes amuletos ou insignias são originariamente pertencentes à ultima idade da pedra, sendo todavia extensivo o seu uso à época de transição para a primeira idade dos metaes; e que parece attestar a longa duração do povo que de tais objectos se serviu exclusivamente nesta parte sub-occidental da Europa, em que ficou caracterizado por uma serie de estações, que na carta geographica já podem comprovar seus por um grande conhecido limites com o túnel de La Marsella na freguesia de Bacella ao sul e com a anta de Aniciás na provincia da Beira ao norte. No Algarve, porém, não se achou ainda a forma de báculo ou cajado manifestada pela gruta de Lezareda e pela sepultura de Alustim Affonso, forma que reclama estudo especial; pois o exemplar de Lezareda contém orificios na extremidade rectangular, que muito comovia supuz-se manifestam algum desgastamento em tanto pelo produzido por attrito de um cordão de suspensão, ou se, não existindo este indicio, teriam servido para a cravação do objecto em haste de pau fendida em uma extremidade; e que

Fig. 75 - Documento n.º 9 (1.ª página).

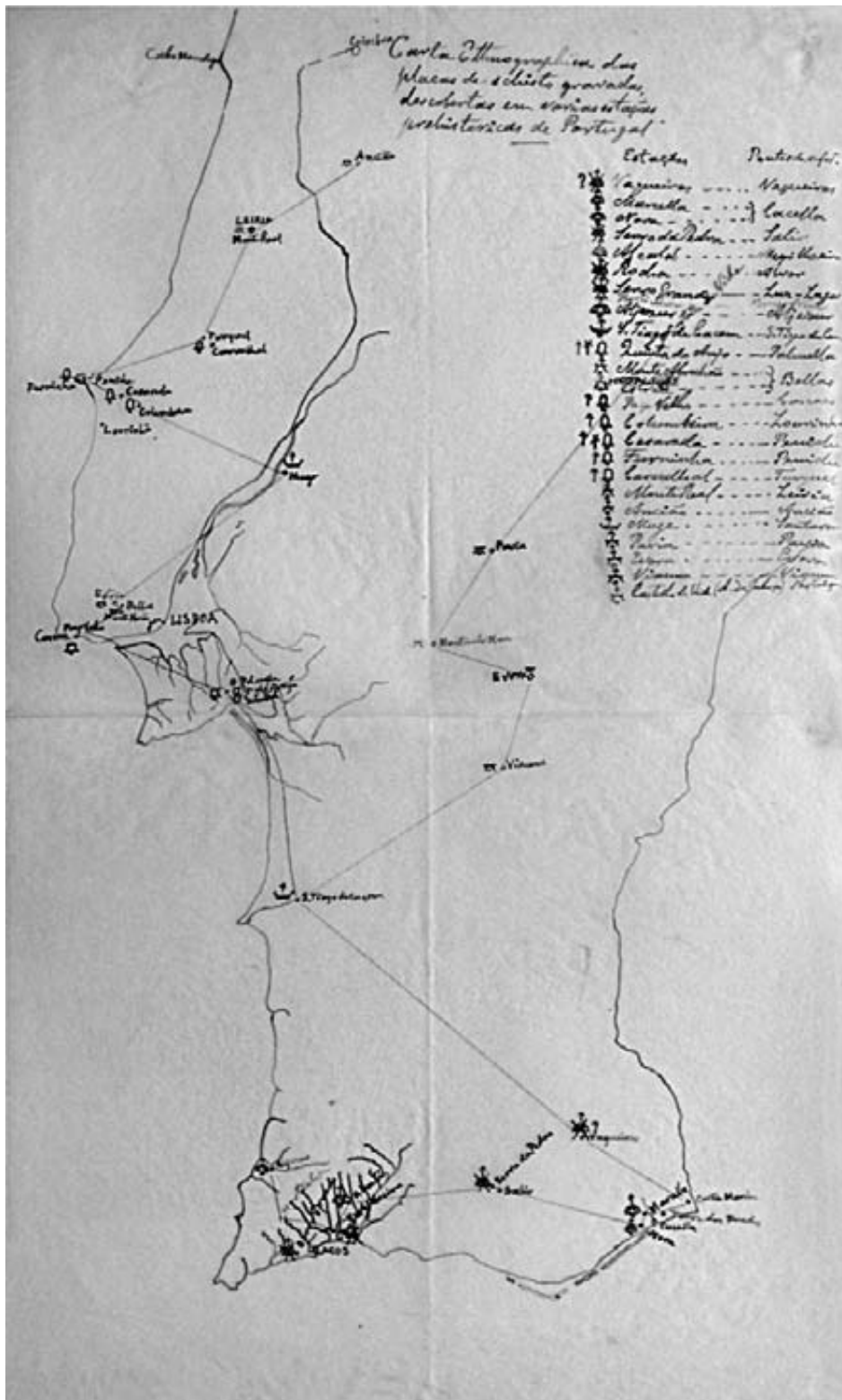
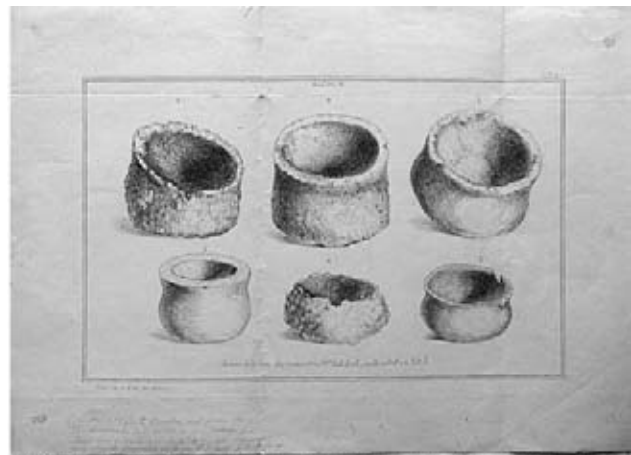


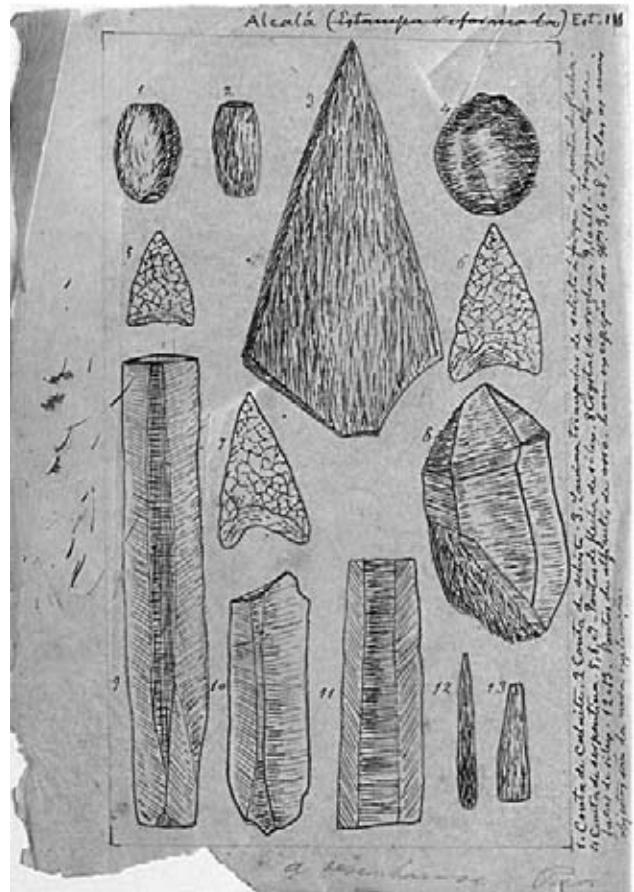
Fig. 76 - "Carta Ethnographica das placas de schisto gravadas descobertas em varias estações prehistoricas de Portugal", elaborada por Estácio da Veiga (inédita).

Refiro-me principalmente aos graes de pedra, ás contas de callaite e a uns notáveis vasos de barro, certamente de suspensão, atravessados por orifícios que cortam horizontalmente o plano convexo superior pelas extremidades de dois diâmetros que se cruzam formando ângulos rectos, dos quaes possuo dois perfeitos exemplares, o maior achado n'um tumulus de crypta circular, excavado na rocha, no sitio da Torre dos Frades entre Cacella e Villa Real, associado a dois polidos machados de diorite e a ossos quebrados sem signal algum de cremação, e o outro de menores dimensões no famoso deposito neolithico de Aljezur, também excavado na rocha em três planos ou andares á feição de degraus, sendo o seu perímetro fechado por arcos de circulo ligados pelas extremidades e servindolhe de galeria de acesso o plano de cota superior. Neste singular deposito, único que conheço com tal planta, não appareceu instrumento algum metallico nem signal de cremação nos numerosos ossos que continha, mas o referido vaso, cinco craneos inteiros e perfeitissimos (infelizmente esmagados pelos bárbaros excavadores antes da minha chegada a Aljezur), guarnecendo uma curva daquelle perímetro pertencente ao segundo plano, tendo cada um á frente um montículo de ossos, alguns machados polidos de diorite e uma placa de schisto gravada, bem como bellissimas facas, e (32) pontas de flecha de sílex geralmente de forma triangular, e uma grande conta de pedra polida de forma proximate cylindrica com os bordos abatidos e de rija contextura, cujo aspecto e colloração faz lembrar o mármore verde de Calabria por suas manchas esverdiadas, com quanto a sua dureza e ainda as mesmas manchas tenham alguma parecença apparente com os crystaes de diabase do porphyro verde antigo, o que me deixa presumir que fosse objecto importado, e muito usado por haver mui sensível desgastamento nos bordos do orificio.

Dos mencionados vasos de suspensão possue V. Ex.^a um exemplar, de que me fallou o sr. Cartailhac, mas ignoro a estação em que foi achado e se não tinha por companheiro algum artefacto metallico,



Est. XV. Graes de pedra dos morzans n.º 2, 3, 5 e 6, mácadas na Est. I. O ??? n.º 1, do 2.º tumulus, não ficou cá. Vai desenhado em ??? de um esboço que tirei em Alcalá. O do n.º 3 é o que apresenta manchas de vermelho no lugar indicado pela letra a.



Est. III. Alcalá (Estampa reformada). 1. Conta de Callaite; 2. Conta de schisto; 3. Lamina triangular de schisto à feição de ponta de flecha; 4. Conta de serpentina; 5, 6 e 7. Pontas de flecha de sílex; 8. Crystal de rocha; 9, 10 e 11. Fragmentos de facas de sílex; 12 e 13. Pontas de alfinetes de osso. Com excepção dos n.º 3, 4 e 8, todos os mais objectos são da nova exploração.

Fig. 77 – Vasos de calcário da necrópole de Alcalar (Portimão), desenhados pelo Padre Nunes da Glória e esboços de artefactos de diversos monumentos alcalarenses, a tinta da china, atribuídos a Estácio de Veiga. Notas à margem e no verso do próprio.

como verifiquei não o terem os meus nos depósitos que há poucos mezes explorei no Algarve.

As contas de callaite e os graes de pedra appareceram na grande região tumular de Alcalá (Fig. 77), uns seis kilometros a este da Mexilloeira Grande em três dos sete famosos monumentos descobri e deixei abertos, com o possível resguardo, n'uma linha de 300 metros, os quaes julgo serem o meu melhor descobrimento e um dos mais notáveis do reino, porque vieram aquellas construcções manifestar o typo megalithico do dólmen coberto, ou tumulus encerrado n'um outeiro artificial de pedra e terra, não contendo metaes, formando-se a sua crypta polygonal proximamente circular de grandes monolithos de grés com um curto corredor de acesso ainda fechado por uma larga lage tosca de encosto aos esteios lateraes, e ainda outros, variando um tanto na forma, e de género diverso de trabalho, tendo em suas cryptas circulares um a dois nichos lateraes n'um plano mais alto com revestimento de lages delgadas de grés, ou tudo construído por fiadas horisontaes de schisto, assentes em terra amassada, cujas galerias manifestaram duas a três divisórias; e foram estes grandes jazigos, não contendo as typicas incinerações da plena idade do bronze universalmente usadas nas próprias palafittas da Europa, que vieram revelar as modificações que tiveram os monumentos megalithicos na transição do período neolithico para a primeira idade dos metaes, bem como a significação que mais racionalmente devemos attribuir aos machados de bronze, embora respeitaveis opiniões os tenham querido considerar como simples valores de permutação.

Notas

30 – A excepção referida reporta-se certamente ao báculo de xisto proveniente da gruta da Casa da Moura, mencionado na missiva anterior, sendo um dos dois então conservados na Instituição (o outro provém do dólmen de Estria), ambos reproduzidos na época por diversos autores, entre os quais E. Cartailhac (CARTAILHAC, 1886, Fig. 96 e 97).

31 – Expressa na obra “Introduccção à archeologia da Peninsula Iberica”, publicada em 1878 (SIMÕES, 1878), sendo o primeiro e único volume publicado dedicado à Pré-História. Não espanta, dada a extensão geográfica e temática, bem como o seu evidente pioneirismo, que muitas das afirmações nela contidas ainda não estivessem devidamente apoiadas ou confirmadas.

32 – É interessante a apresentação detalhada das condições de jazida dos materiais arqueológicos da necrópole de Aljezur, que Estácio descreve com evidente satisfação a Carlos Ribeiro, depois da exploração da necrópole pré-histórica, efectuada nos meses antecedentes. Este, falecido a 13 de Dezembro, já não teve tempo para responder, ou sequer tomado conhecimento da carta, escrita em data ulterior a 15 de Novembro do mesmo ano. Estácio da Veiga debruça-se recorrentemente sobre a necrópole de Aljezur e os materiais nela encontrados, nas “Antiguidades Monumentaes do Algarve”, por exemplo no volume I (VEIGA, 1886); II (VEIGA, 1887) e IV (VEIGA, 1891).

33 – O vaso de suspensão aludido por Cartailhac, talvez utilizado como lamparina, deve corresponder ao por este figurado e atribuído erradamente a uma das grutas sepulcrais da Quinta do Anjo, Palmela (CARTAILHAC, 1886, Fig. 170, 171). Sobre esta questão, são de Estácio da Veiga as seguintes palavras: “ Communicou-me depois o Sr. E. Cartailhac, n'uma das suas frequentes e sempre agradáveis visitas ao museu archeologico do Algarve, ter achado um vaso semelhante entre as louças da secção geológica de Lisboa; mas não fiquei sabendo em que logar e condições fora descoberto” (VEIGA, 1886). Na verdade, o exemplar em causa provém da sepultura de Folha das Barradas, Sintra, e não de Palmela, tendo sido representado por Carlos Ribeiro através de desenho pouco expressivo (RIBEIRO, 1880, p. 85, Fig. 95) e, mais tarde, de forma adequada, por V. Leisner (LEISNER, 1965, Tf. 35, n.º. 32). O exemplar proveniente da necrópole de Aljezur foi reproduzido na Est. F do volume I das “Antiguidades” (VEIGA, 1886).

Mais à frente, neste mesmo volume, Estácio da Veiga alude a vaso idêntico, recolhido ocasionalmente em Torre dos

Frades, e que lhe fora oferecido pelo sr. António Marcelino Madeira, tendo então oportunidade de se voltar a referir ao vaso da sepultura da Folha das Barradas (VEIGA, 1886, p. 279).

Documento n.º 10 (Fig. 78)

Carta a Émile Cartailhac - 25-02-1882 (minuta)

A Mr. Cartailhac

Portugal - Tavira - Praia de S. João da Barra, le 25 février 1882.

Mon cher et bon ami

Je vous attendais dans l'Algarve, où je vous destinais une chambre dans ma maison de campagne, étant décidément disposé à vous accompagner. Nous n'aurions certes pas perdu notre temps parce qu'une précieuse découverte devait nous récompenser de toute les peines de notre excursion.

On a trouvé une série de constructions funéraires à Aljézur, village au nord du Cap Saint Vincent à plus de 35 kilomètres tout près de la côte occidentale. Je n'avais de cet endroit que des haches en pierre polie; mais aujourd'hui je suis possesseur d'une superbe collection d'instruments néolithiques, trouvés dans les tumuli découverts à coté de l'église de Notre Dame d'Alva, comprenant 16 magnifiques couteaux en silex, deux parfaites pointes de silex presque triangulaires comme celles du tumulus de Marcella (Musée de l'Algarve), trois pointes de flèches, une grosse perle qui paraît être en marbre vert de Calabre, 43 haches polies de diorite, 17 plaques de schiste différemment gravées parmi lesquelles il y en a 9 en parfait état de conservation, et 3 petits pots en argile grossière, mais dont l'un est tout à fait semblable à celui de suspension que j'avais au musée et à l'autre que vous avez trouvé dans la collection de Mr. C. Ribeiro. Pour vous puissiez vous faire une idée de ce petit trésor, je vous en envoie des calques (Fig. 79). D'après les renseignements qu'on m'a envoyé, il y a à Aljézur une série de tumuli circulaires tous petits, excepté un, lequel se compose de deux chambres circulaires aussi à distance de quelques mètres, liées par un hémicycle. Il y avait la dedans la plus grande partie des instruments que j'ai et 4 à 5 crânes entiers parfaitement bien conservés, disposés sur la ligne de l'hémicycle; mais malheureusement on les a cassés, m'empêchant par là de reconnaître la race constructrice de ces monuments et par conséquent de savoir la provenance de sa migration.

J'ai communiqué au gouvernement cette découverte, à laquelle j'attache la plus grande importance, parce qu'elle me signale une station néolithique avec les mêmes caractères de construction qui ont été trouvés dans les autres

(34)

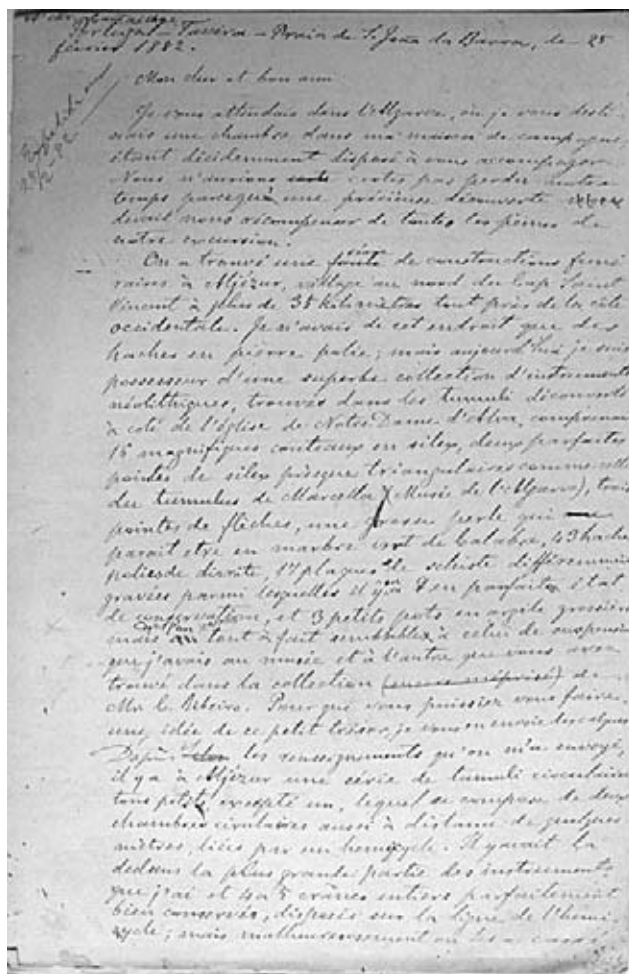


Fig. 78 - Documento n.º 10 (1.ª página).

tumuli de l'Algarve, et ensuite j'ai été chargé des fouilles d'Aljezur, Alcalá (où il y a d'autres tumuli) et de quelques autres endroits, où j'irai bien probablement dans le courant du mois prochain, me réservant de vous communiquer le résultat. (35)

La découverte d'Aljezur sous le point de vue ethnographique est venue remplir une lacune qui m'empêchais de trouver la liaison des monuments tumulaires de l'Algarve avec ceux du nord du pays de l'âge de la pierre au période néolithique.

Je prend comme criterium de cette liaison les plaques de schiste gravées, que vous avez vu en Portugal. Ces plaques ont été trouvées dans les antas aux tumuli et même dans l'intérieur d'une caverne. Malgré la différence de ces dépôts, je considère les plaques comme amulettes, marques distinctives d'autorité, ou comme simples parures d'un seul peuple, qui a été constructeur des tumuli et dolmens, ayant pour habitation les cavernes à la période néolithique, dont la durée en ce territoire est arrivé à la transition pour l'âge du bronze, associée dans la caverne de Cesareda à une plaque en ardoise, ornée de gravures géométriques.

Je vais donc vous indiquer, la suite ethnographique que je puis déjà marquer sur la carte géographique de Portugal quant aux monuments où l'on a trouvé des plaques, ou d'autres instruments avec gravures triangulaires.

Commençant pour l'Algarve, de l'Est à l'Ouest, je marque les tumuli de Marcella et Nora, près de Cacella (Fig. 80); puis les deux presque détruits de Serro das Pedras à peu de distance de Salir et celui de Lameira tout auprès des eaux d'Alvor ; ensuite le beau tumulus d'Alcalá dans la paroisse de Mexilhoeira, e (*sic*) l'autre de Serro Grande de Lagos, presque entièrement ravagé. Dernièrement les monuments d'Aljezur ont complété le trajet de la région tumulaire de l'Algarve, ayant les constructions et le mobilier funéraire le même type, comme vous avez vu dans mon musée, ce qui vous est à présent constaté par les calques des instruments d'Aljezur.

Mais la région des plaques de schiste gravées ne reste pas bornée à l'Algarve ; elle poursuit encore vers le nord. Je ne sais pas si à Odemira, où vous avez été, les memes caractères sont vérifiés ; je sais cependant qu'au commencement de ce siècle les plaques gravées ont été découvertes à Saint Tiago de Cacem, au nord d'Odemira et d'Aljezur. (36)

Maintenant, avec la carte géographique sous les yeux, je marquerai les autres endroits où l'on a trouvé des plaques, croyant toutefois qu'il y aura eu des stations intermédiaires. C'est d'une anta de Vianna do Alemtejo qu'il y a deux plaques et quatre encore d'une autre anta de Pavia, que vous avez vu au musée de l'école polytechnique. De Pavia vers l'Ouest je vois Muge, où tout près de la rivière de ce nous et dans la sépulture dite de Martim Afonso ou a trouvé d'autres plaques, que vous avez observé aussi dans le meme musée, organisé par le très respectable savant portugais Mr. Le docteur Pereira da Costa. De Muge il faut pour suivre vers le SO pour trouver à Bellas le Monte Abrahão et Cova da Estria, d'où Mr. C. Ribeiro a dans la Section Géologique quelques beaux exemplaires de ces plaques gravées. Ensuite, on marchant vers le nord, ou peu marquer Cesareda, où Mr. Delgado a rencontré dans l'intérieur d'une caverne ces (37) (38)

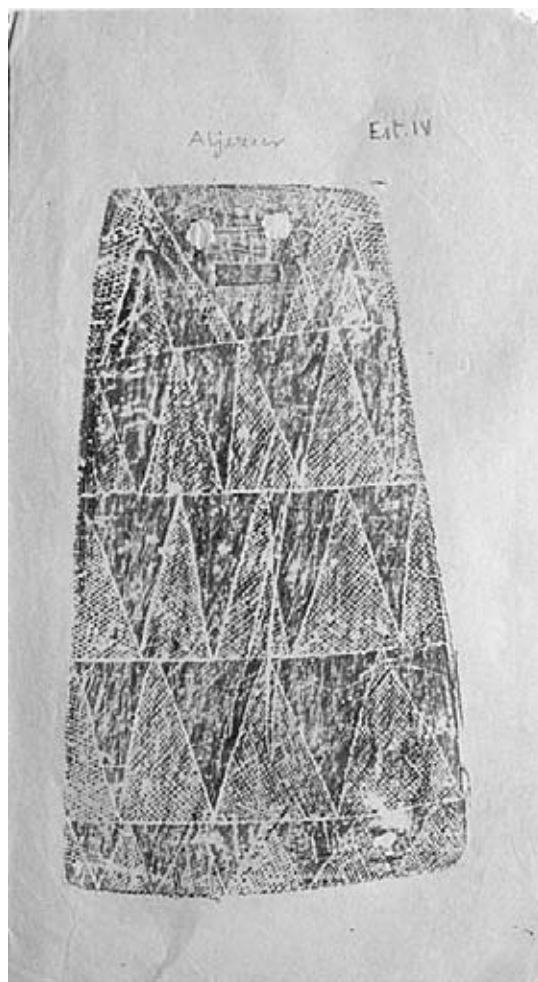
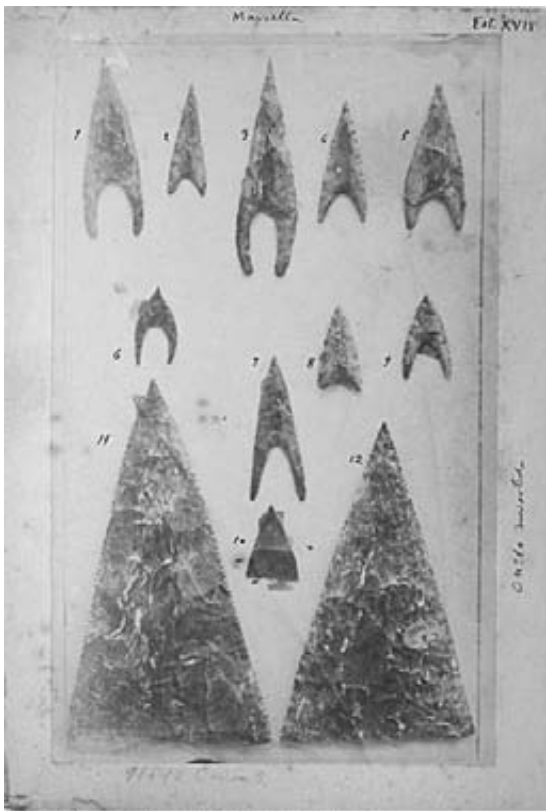


Fig. 79 - Decalque de uma placa de xisto da necrópole de Aljezur, executado por Estácio da Veiga. Nota a lápis do próprio.



Est. XVII. Marcella. Caixa 1. O nº. 10 invertido. 11 e 12 Caixa 2.



Est. XIV. Nora. 14 - Quatro. 17 - Crystal de rocha.

Fig. 80 – Fotografias de artefactos dos monumentos megalíticos de Marcella e de Nora, montadas para depois servirem de base a desenhos, executados pelo Padre Nunes da Glória. Notas à margem lápis e a tinta, de Estácio da Veiga.

singuliers objets. De Cesareda à Leiria il faut tracer une ligne pour marquer Monte Real avec une belle plaque de schiste tirée d'une anta, que vous avez vu dans l'école polytechnique.

Enfin, je citerai la dernière station, la plus septentrionale de ce pays, le village d'Ancião, ayant une anta, d'où le musée de Coimbra possède une plaque de schiste gravée.

(39)

Il y a une série de considérations à faire après (*sic*) avoir tracé sur la carte géographique de Portugal le trajet des diverses stations qui ont manifesté des plaques gravées sur un dessin presque toujours triangulaire.

Les limites de ce trajet sont compris entre Marcella (paroisse de Cacella) près du Guadiana, et Ancião à NE. de Leiria et au N. de Thomar plus de 20 kilomètres, formant au nord le vertice d'un triangle avec ces deux villes.

Au nord, à l'est et à l'ouest d'Ancião n'ont pas été trouvés (*sic*) jusqu'à présent, que je sache, plus de monuments contenant des plaques de schiste ; mais si nous observons le plan de construction du très célèbre tumulus, ou allée couverte d'Antequera dans la province espagnole de Malaga; si nous observons aussi la forme circulaire ou oblongue des dolmens de l'Andalousie, nous pourrions peut être supposer, en les comparant avec les tumuli de l'Algarve, d'abord que tous ces monuments doivent appartenir au dernier âge (*sic*) de la pierre polie, ayant été construits par une migration provenant de la Méditerranée, au lieu de supposer, comme on a prétendu, que les civilisations constructrices des mégalithes en Portugal sont venues du nord par la voie de l'Atlantique.

S'il est possible d'admettre cette hypothèse, on pourrait juger qu'une migration de l'Asie, ayant trouvé déjà occupées par l'élément pélasgique la Sicile, la Sardaigne, les Baleares et la côte orientale de l'Espagne, a pu seulement s'emparer du port de Malaga et de tout le reste de la côte ibérienne jusqu'au Détroit de Gibraltar, et dirigeant sa marche vers

l'Occident, a traversé le Guadalquivir, le Rio Tinto, l'Odiel et le Guadiana pour se jeter dans l'Algarve, où la région tumulaire commence à Cacella pour suivant sur tout le littoral du sud jusqu'au Cap Saint Vicent, où il y en a eu des mégalithes dont nous parle Strabon, et qu'enfin, en arrivant à ce dernier point du continent, il a continué sa marche au long de la côte occidentale, comme j'ai indiqué. (40)
(41)

Les plaques de schiste gravées n'ont jamais été trouvées qu'en Portugal ; mais leur gisement est constaté tant dans les tumuli que dans le dolmens, où le mobilier funéraire est tout à fait semblable, si l'on veut comparer les silex taillés, les haches en pierre polie et la céramique. Tout cela (*sic*) appartient à la même période, durant laquelle je ne puis pas supposer dans ce territoire l'existence de deux différentes civilisations faisant usage des mêmes instruments pour pouvoir penser qu'une de ces civilisations a construit les tumuli et l'autre les antas. Je crois pourtant que les tumuli et les antas ont été ici l'ouvrage d'un seul peuple ; que ce peuple habitait les cavernes depuis la période néolithique jusqu'à la transition pour l'âge des métaux, puisqu'à la caverne de Cesareda une plaque de schiste était associée à une pointe de flèche en bronze. Mais, quel a été le trajet géographique de ce peuple pour pouvoir arriver à ce dernier pays de l'Occident ? S'il était venu du Nord, pour quoi n'a-t'il pas laissé des plaques de schiste gravées dans les nombreux monuments de la région dolménique qu'il a traversé avant son arrivée en Portugal? (42)

Attendu que les dolmens du Nord ont été les mieux étudiés jusqu'à présent et qu'ils n'ont jamais accusé des plaques de schiste gravées, on voit bien que le peuple qui a laissé ces objets dans les tumuli et antas de Portugal n'est pas venu par la voie de l'Atlantique et pourtant il faut leur attribuer une autre origine, ou pour mieux dire un autre trajet.

Si les plaques de schiste ne sont aussi accusées dans les dolmens de l'Andalousie, ce fait ne prouve rien quand on sait que la région comprise entre le rivage oriental de Guadiana et le port de Malaga n'est pas encore soigneusement étudié, malgré les efforts et les beaux travaux de quelques savants espagnols.

Comment pouvait on raisonnablement juger, en présence de la carte géographique de la Peninsule que du coté (*sic*) oriental du Guadiana il n'y a pas de schistes gravés, quand tout auprès du rivage gauche de ce fleuve, à Cacella, les tumuli de Marcella et Nora ont manifesté ces objets ? Pour cela il faudrait admettre que Cacella représentait la dernière station orientale des peuple qui a introduit en Portugal les plaques de schiste, n'osant traverser le Guadiana! (43)

Je ne peu pas le croire. Je veu mieux admettre qu'en Andalousie on trouvera des plaques gravées lors qu'on y fassent des fouilles.

Pour juger que le peuple fabricant des schistes gravés aurait traversé les Pyrennées pour descendre à l'extrémité sud-occidentale de l'Europe, avant d'arriver aux Pyrénées et après (*sic*) sa transposition, jusqu'an territoire portugais, où a-t'il laissé prouvée leur passage?

Serait il licite supposer que ces produits artistiques, où l'on voit la gravure toujours subordonnée à la géométrie, ait été une invention d'usage local à la fin de la période néolithique, continuée dans l'âge du bronze (comme on a vu à Cesareda) n'yant (*sic*) jamais surpassé les limites compris en Portugal entre Cacella e Ancião ? À mon avis cette hypothèse ni me satisfait pas assez.

Je considère encore que s'il est incontestable que les schistes gravés sont arrivés à l'âge des métaux, comment expliquer son absence dans les monuments du Nord de l'Afrique, proclamés les plus modernes représentants de la civilisation qui a traversé le Portugal, descendant du Nord de l'Europe, pour aller se reposer aux frontières de l'Egypte? (44)

Quant à moi je vois déjà quelques beaux éléments pour aborder cette question, tandis que je ne trouve pas encore les suffisants pour arriver à leur solution. Je viens vous la proposer à la discussion, désirant que de son coté elle puisse aider la recherche des matériaux pour l'histoire des sociétés préhistoriques en Europe.

Ce qui je pense à cet égard depuis long temps, c'est-à-dire à l'égard de la solution des grands problèmes ethnographiques, problèmes qui ont occupé l'activité intellectuelle (*sic*) et la critique des savants plus remarquables, c'est que quant aux migrations préhistoriques qui ont occupé l'Occident, ne pourrons jamais etre (*sic*) résolu avant que la carte archéologique de la Peninsule ne soit organisée selon le système que j'ai établi dans le préface de mon Mémoire sur les Antiquités de Mertola.

Pour la carte de Portugal, lorsque j'ai fini la carte archéologique de l'Algarve à 1878, j'ai proposé la division du territoire portugais en six circonscriptions ayant chacune un institut provincial chargé de l'étude de son district, de l'organisation de la carte partielle et aussi bien de la fondation d'un musée comprobatif de la carte, profitant dès lors pour ce musée de tous les monumens (sic) épars et successivement a tous ceux qu'on pouvait trouver dans les fouilles à leur charge.

Quand d'ici à quelques mois ma carte préhistorique de l'Algarve (Fig. 81), déduite de la carte archéologique de la province soit gravée pour accompagner le premier volume des Antiquités Monumentales de l'Algarve, déjà tres avancé, on comprendra mieux la nécessité de poursuivre mes travaux pour faire avancer la carte archéologique générale de ce pays et les musées provinciaux qui devront la comprover, suivant le système que j'ai employé dans l'organisation du musée archéologique de l'Algarve, aujourd'hui condamné aux catacombes de l'académie de beaux arts de Lisbonne, où l'on m'a forcé à le sépuler sous le preteste de qu'il occupait un espace indispensable pour le progrès des beaux arts de la nation portugaise!.. (45)

Je ne reprouve pas l'étude fait jusqu'à présent de quelques stations préhistoriques isolées; tout au contraire j'y vois des élémens précieux pour l'étude général des antiquités du territoire portugais; mais il est temps de commencer à réjouindre les caractères de chaque période d'une manière systématique pour mieux reconnaître ce qu'il y a et aussi bien les lacunes qu'il faut remplir avec des recherches habilement dirigées.

Avant ces nouvelles recherches, où bien mieux avant que la carte archéologique de ce pays ne soit pas continuée sur celle de l'Algarve, rien de positif ne pourra etre fait en bénéfice de la science.

Les fouilles des antas et des cavernes pourront certainement augmenter les collections au point d'encore remplir plusieurs vitrines; mais si la classification y fait défaut, si l'âge de chaque station n'est pas précisément déterminé, si les groupes appartenant à chaque âge, période ou époque ne sont pas rigoureusement rangés suivant un ordre géographique, tout restera enseveli sous la plus grossière confusion. (46)

Voici donc, mon très distingué confrère, pourquoi je ne puis pas encore aujourd'hui aller un peu plus loin quant au trajet du peuple qui a fait usage des plaques de schiste graves, des perles en serpentine (Alcalá) et en (?) calcaire vert de Calabre (Aljezur), des couteaux, de pointes triangulaires, de pointes de flèche à barbelures en silex et quartzite, des éclats de crystal de roche, de nombreuses formes d'haches polies ou grossièrement travaillées, des percuteurs, de polissoirs et tant d'autres instruments, que vous avez vu dans le musée de l'Algarve, où les plaques de schiste avant la découverte d'Aljezur, étaient déjà représentées dans la collection des autres pendeloques, amulettes ou parures en terre grossière et en ivoire sculpturé en losanges.

En (???) prochain je vais commencer les fouilles. Il est bien probable que je puisse vous communiquer quelques découvertes nouvelles, servant de matériaux pour l'histoire de l'homme. (47)

Agréez, mon excellent ami, l'assurance des voeux de reconnaissance de votre très dévoué et humble confrère
E. da V.

P.S.- Je soupçonne que vous n'etes (sic) pas d'accord quant à la nomenclature de tumulus que j'ai appliqué aux constructions que j'ai découvert dans l'Algarve, me paraissant que vous préférez celle d'allée couverte. (48)

Je vous consulte là-dessus. S'il vous faut une copie des plans de tous ces monuments, je vous en enverrai.

Quant pourriez vous avoir l'obligeance de me prêter pour quelques semaines l'ouvrage de Mr. Evans (traduction française) dont vous m'avez parlé? Faites-moi le plaisir de m'indiquer la manière d'en faire acquisition. (49)

Je vous consulte aussi sur trajet indiqué du peuple qui a fait usage des plaques en ardoise. En tout cas, vous pouvez profiter les calques et le trajet où l'on trouve en Portugal les plaques de schiste. (50)

Notas

34 - A forma afectuosa como se apresenta a Émile Cartailhac deve resultar das relações de amizade estabelecidas

entre ambos, desde a altura do Congresso de Lisboa, em 1880. Sabe-se que Cartailhac voltou depois a Portugal para, sob os auspícios do Governo francês, preparar a obra “Les Âges Préhistoriques de l’Espagne et du Portugal”, publicada em 1886 (CARTAILHAC, 1886). Esta missiva, diz, precisamente, respeito à preparação desta deslocação.

35 – A descoberta da notável necrópole pré-histórica de Aljezur, aludida em diversos documentos desta correspondência, constituída por sepulturas de planta circular escavadas na rocha, a diferentes profundidades, foi comunicada a Estácio da Veiga pelo administrador do concelho de Aljezur, Costa Serrão. A notável colecção de objectos pré-históricos elencados nesta missiva tem o interesse de demonstrar que a parte principal do trabalho de exploração da necrópole já tinha sido executada em 1881 pelo referido funcionário, antes da chegada de Estácio, por incumbência oficial do Governo. Ao contrário, em Alcalar, as sepulturas, com excepção da primeira, estavam ainda por identificar, o que permitiu a Estácio, apoiado pelo seu incansável amigo Padre Nunes da Glória, descobridor da necrópole, notáveis descobertas, realizadas no decurso desse ano de 1882. Também estas foram apoiadas financeiramente pelo Estado com 200.000 réis e, do ponto de vista logístico, pela disponibilização de cantoneiros da Direcção de Obras Públicas do Distrito de Faro. Contudo, os materiais arqueológicos obtidos não foram entregues ao Governo, encontrando-se em posse de Estácio da Veiga até à sua morte (7 de Dezembro de 1891), na sua casa de Cabanas da Conceição, perto de Tavira, a cuja viúva o Estado ulteriormente os adquiriu, em finais de 1893 (L. C. C., 2005).

36 – As placas de xisto descobertas em Aljezur foram estudadas exemplarmente por Estácio da Veiga no volume II das “Antiguidades Monumentaes do Algarve” (1887). Nesse estudo nota-se a preocupação de enquadrar geograficamente os exemplares algarvios no âmbito da distribuição conhecida de tais peças. Tal preocupação levou-o a proceder ao levantamento das ocorrências conhecidas, e ao consequente estabelecimento de comparações, mencionando o nome do destinatário desta carta, a quem forneceu todas as indicações necessárias para a redacção da sua obra de síntese sobre a pré-história da Península Ibérica. As placas dos sepulcros de Aljezur, depois de terem sido reproduzidas por Estácio, seguido por G. e V. Leisner (LEISNER & LEISNER, 1959), foram recentemente reanalisadas, à luz de novas descobertas e concepções estilísticas (GONÇALVES, 2004).

37 – De Martim Afonso, sepultura indeterminada dos arredores de Muge, proveio um báculo de xisto, reproduzido em uma litografia de um conjunto ainda parcialmente inédito, mandadas executar cerca de 1867 por Pereira da Costa, destinadas a ilustrar um álbum sobre arqueologia portuguesa, como o próprio declara (COSTA, 1868, p. V). Desse conjunto, uma parte foi já publicada (CARREIRA & CARDOSO, 1996). As restantes, de um conjunto original de dezanove (GOMES, in DOLLFUS, COTTER & GOMES, 1903/1904), permanecem inéditas.

38 – As placas dadas como estando na Escola Politécnica já ali se encontravam aquando do incêndio que devastou o edifício da Faculdade de Ciências de Lisboa, em 1978.

39 – Trata-se do Museu do Instituto de Coimbra, e a placa, a confirmar-se, corresponde à ocorrência ainda hoje mais setentrional conhecida em território português.

40 – A aludida presença de megálitos na região do Cabo de São Vicente, bem poderiam corresponder aos menires, por vezes imponentes, como o de Padrão, Vila do Bispo; No capítulo “lendas e tradições do Cabo de São Vicente”, da obra ainda inédita de Estácio, “Varias Antiguidades do Algarve” (ver Nota 6), discute-se a existência e significado de tais megálitos.

41 – É interessante a concepção que Estácio tinha do processo que teria presidido à difusão das placas de xisto, ao

longo da costa ocidental da península, até à Estremadura. O estudo de Victor Gonçalves sobre as placas da necrópole de Aljezur, veio mostrar que se trata de conjunto com alguma diversidade, mas com evidentes ausências, conotável com espólios recolhidos em monumentos dolménicos evoluídos do Alentejo Central. Por outro lado, as semelhanças encontradas com o espólio do monumento dolménico, de Montum, Melides, “poderiam levar a crer que os mesmos fornecedores passaram pelos dois sítios, numa rota ao longo da costa que está longe de ser improvável, mas que deverá ser objecto de estudo atento” (GONÇALVES, 2004, p. 164). Claro está que, a ser assim, o sentido dessa rota seria de Norte para Sul e não de Sul para Norte, como pressupunha Estácio.

42 – A distribuição das placas de xisto veio ulteriormente mostrar que, com efeito, jamais ocorrem fora das áreas confinantes do país vizinho com o território português: Cáceres, Badajoz e Huelva.

43 – A hipótese apresentada, a qual Estácio já pressentia ser infundada, veio a ser definitivamente contrariada pela ocorrência de placas de xisto na província de Huelva. Aliás, é dessa região que provém um exemplar cujas evidentes afinidades com um outro, encontrado às portas de Lisboa, em Chelas (ZBYSZEWSKI, 1957), mostrando que os objectos, ou os seus fabricantes, viajavam muito mais do que se poderia crer, tal é a conclusão indicada pela simples existência destas duas placas.

44 – Estácio considerava, correctamente, a sobrevivência das produções de placas de xisto até à Idade do Cobre (por ele ainda então incluída na Idade do Bronze), mas por critérios que hoje não seriam possíveis de manter. Com efeito, tal conclusão era-lhe indicada pela presença conjunta, na gruta da Casa da Moura (por ele designada de “Cesareda”), de placas de xistos e produções metálicas, de que se destaca uma ponta de Palmela conhecida desde que foi reproduzida numa das litografias mandadas executar por Pereira da Costa, cerca de 1867; porém, nada lhe poderia garantir, nem a ele, nem a nós, que tais peças fossem coevas, na falta de registos estratigráficos de pormenor que não foram obtidos na altura da escavação. Ver Nota 37.

45 – De facto, a referida carta, datada de 1883, acompanhou o primeiro volume das “Antiguidades”, só publicado em 1886. Trata-se de uma actualização da carta gravada anteriormente com base nos elementos disponíveis em 1878, em resultado das descobertas e explorações efectuadas em finais de 1881 e no decurso de 1882. Ver Nota 27.

46 – Confirma-se a importância que Estácio dispensava, prioridade absoluta, à organização da arqueologia nacional segundo critérios por ele claramente definidos, a saber: o levantamento sistemático da carta arqueológica nacional com base na experiência recolhida na execução da Carta Arqueológica do Algarve, acompanhado pela constituição de museus provinciais, onde os materiais deveriam expor-se por critérios cronológicos, por forma a servirem de demonstração à própria carta arqueológica. No entender de Estácio, a exploração casuística de monumentos arqueológicos, se bem que não fosse condenável, não contribuía, por si só, para a colmatação das lacunas existentes, que só uma investigação criteriosa e globalmente conduzida poderia identificar e, depois, suprir.

47 – A revista “Matériaux pour l’Histoire Primitive de l’Homme” era dirigida por Émile Cartailhac e detinha assinalável prestígio internacional; nela, Estácio propunha-se publicar os resultados das escavações da necrópole de Aljezur, ideia que, contudo, não chegou a concretizar. Também Cartailhac, na sua monografia sobre a pré-história da Península Ibérica, não valoriza estas descobertas, conquanto utilize informações de Estácio sobre outras necrópoles pré-históricas por ele exploradas no Algarve (CARTAILHAC, 1886).

48 – A terminologia de “allée couverte” ou “galeria coberta”, em Português, reporta-se a uma construção megalítica

do tipo dólmen, em que a câmara não se encontra diferenciada do corredor; não é esta, naturalmente, a natureza dos sepulcros pré-históricos algarvios mencionados por Estácio nesta missiva a Cartailhac (Alcalar e Aljezur).

49 – Era notória a necessidade de Estácio se manter informado sobre as últimas publicações científicas internacionais, cuja aquisição lhe seria difícil, tanto do ponto de vista logístico, como sobretudo do ponto de vista financeiro. É esta realidade que justifica o pedido de empréstimo da tradução francesa de obra de John Evans, provavelmente a intitulada “Las Ages de la Pierre. Instruments, armes et ornements de la Grande-Bretagne”, editada em Paris pela Librairie G. Bailliére et Cie., em 1878 (EVANS, 1878).

50 – Ver Notas 41, 42 e 43.

Documento n.º 11 (Fig. 82)

Carta de Gabriel Pereira – 20-01-1883

Evora, 20 de Janeiro de 1883.

Exmo. Sr. Estacio da Veiga

Remetto copias das duas ardosias lavradas, inteiras, que o museu da Biblioteca possui. Existe ainda um frag.to de outra, cujo lavor muito se parece com o desenho que V. Ex.^a fez favor de me remetter. Na menor, inteira, temos os ornatos triangulares, e superiormente faixas quasi paralelas; no seu desenho as faixas são convergentes, era o que succedia na ardosia frag.tada do museu, o resto mostra-nos faixas convergentes (Fig. 83). Logo que tenha occasião lhe escreverei mais detidamente. Ha pouco n'uma anta ou dolmen proximo de Montemor o Novo appareceram duas ardosias lavradas, quasi intactas, que segundo creio foram remettidas para o museu do Carmo. Na anta do Freixo, uma das exploradas por E. Cartailhac, descobriram-se fragmentos de varias com ornatos em faixas angulosas. V. Ex.^a tem em mim um sincero admirador prompto a servir-o. As minhas occupações (51) obrigatorias impedem-me muitas vezes de responder com a brevidade que desejava. Não recebeu uns n.ºs do “Manuelinho de Evora”? é um jornal d'aqui em que eu vou depositando os resultados dos meus trabalhos. (52)

Desejo a V. Ex.^a muitas descobertas archeologicas. Em breve lhe enviarei mais algumas explicações.

Com a maior consideração

De V. Ex.^a

Crd.º obrgdo. Ador. sincero

Gabriel Pereira

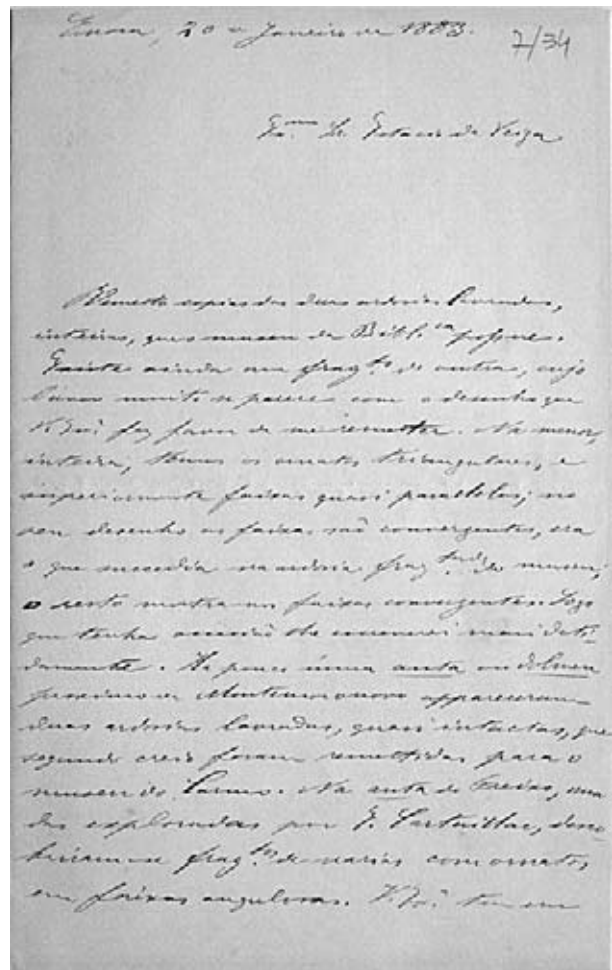


Fig. 82 – Documento n.º 11 (1.ª página).

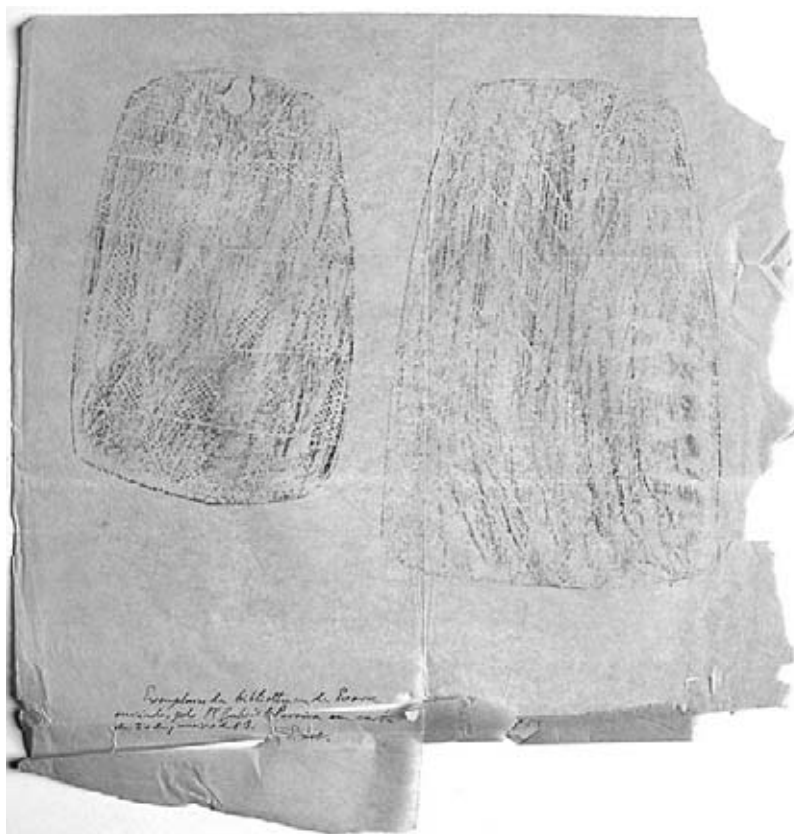


Fig. 83 – Decalques de placas de xisto de uma anta de Montemor-o-Velho, da Biblioteca Pública de Évora, enviados a Estácio da Veiga por Gabriel Pereira, conforme nota autógrafa do destinatário, apensos ao Documento nº. 11.

Notas

51 – Esta missiva de Gabriel Pereira, então colocado na Biblioteca Pública de Évora, relaciona-se com pedido de esclarecimentos por parte de Estácio, sobre a existência de placas de xisto na região, com o objectivo de elaborar o mapa com a respectiva distribuição geográfica, que de facto realizou (arquivo de Estácio da Veiga no Museu Nacional de Arqueologia).

52 – Enquanto esteve em Évora, Gabriel Pereira empenhou-se activamente na divulgação do património arqueológico alentejano, tendo publicado numerosos artigos, elencados na bibliografia do autor (OLIVEIRA, 1993). Esta missiva testemunha, por outro lado, o alto apreço que dispensava a Estácio da Veiga.

Documento nº. 12 (Fig. 84)

Carta a M. de Berlanga – Tábula de Aljustrel (minuta de carta não datada)

Ao Dr. D. Manuel Rodriguez de Berlanga
Dg.mo Académico da Acad. R. das S. de Lisboa
Malaga.
Ill.mo Exmo. Sr.

Não logro a honra de conhecer a V. Ex.^a, senão pela importante publicação dos Monumentos Historicos, concernentes aos Municipios Flavio Malacitano e Salpensano, descobertos no campo dos Tejares, ao norte de Málaga, e á Colonia Genetiva Julia, sob o titulo de «Los Bronces de Osuna»; e bem assim por ser V. Ex.^a um dos mais illustrados membros estrangeiros da Academia Real das Sciencias de Lisboa; e todavia, ousou escrever-lhe, não por mandado da nossa Academia, porque disso não fui incumbido, mas pelo deliberado intuito, que logo formei, de contemplar a V. Ex.^a com a noticia de um semelhante descobrimento archeologico, ha poucos mezes effectuado no territorio portuguez; porque a V. Ex.^a, em meu entender, mais que a nenhum outro (53) antiquario da Europa, pertence a primasia na apreciação dos monumentos desta ordem, que o acaso vai manifestando no riquissimo sólo peninsular, onde a grandeza romana, sobre tantas civilisações, que a precederam, ainda hoje é reflectida pelos proprios bronzes em que deixou esculpidos os codigos da notavel legislação, que devêra reger os seus municipios e colonias.

Na provincia do Alemtejo, em distancia rectilínea de 31 kilometros quasi a sudoeste de Beja (Pax Julia), está situada a mui antiga villa de Aljustrel, que alguns corographos pretenderam alatinar, chamando-lhe Ajustrelium.

Não conheço o terreno desta villa, outr'ora acastellada, e conquistada ao dominio mussulmano na primeira metade do XIII seculo pelo quarto rei de Portugal, D. Sancho II. Não sei se o seu arruinado castello é originariamente arabe, nem que monumentos da época romana se tem achado naquelles campos, porque os meus estudos archeologicos de ha muitos annos têm sido quasi exclusivamente dedicados á bella provincia do Algarve, minha mui estimada patria, onde em 1866 descobri importantes monumentos epigraphicos, que me auctorisavam a designar qual fôra a verdadeira situação da famigerada Balsa, que tão erradamente antigos geographos e historiadores attribuiram á cidade de Tavira. Sei porém que Aljustrel, deve a sua maior celebridade a uma grandiosa mina de cobre, explorada desde tempos (54) immemoriaes, ás afamadas aguas medicinaes, que brotam a... (55)

O bronze de Aljustrel, descoberto ha pouco tempo nos escoriaes antigos da mina de cobre daquella mina, é a meu ver o mais notavel monumento epigraphico, entre os mais apreciaveis, que tem sido descoberto no territorio portuguez.

Patenteia elle um fragmento de lei provincial, principalmente respectiva á gerencia da mineração, comquanto se possa presumir que outros assumptos legislativos poderiam conter-se nas Tabulas metallicas, que dariam começo e conclusão ao codigo colonial ou municipal de uma cidade da Lusitania; pois que o famoso monumento apenas representa uma pagina deslocada de um codigo de bronze em que os grandes mestres de jurisprudencia romana mandavam gravar e pregar em apropriados edificios para que a todos coubesse o conhecimento das suas obrigações perante os mandatos do imperio.

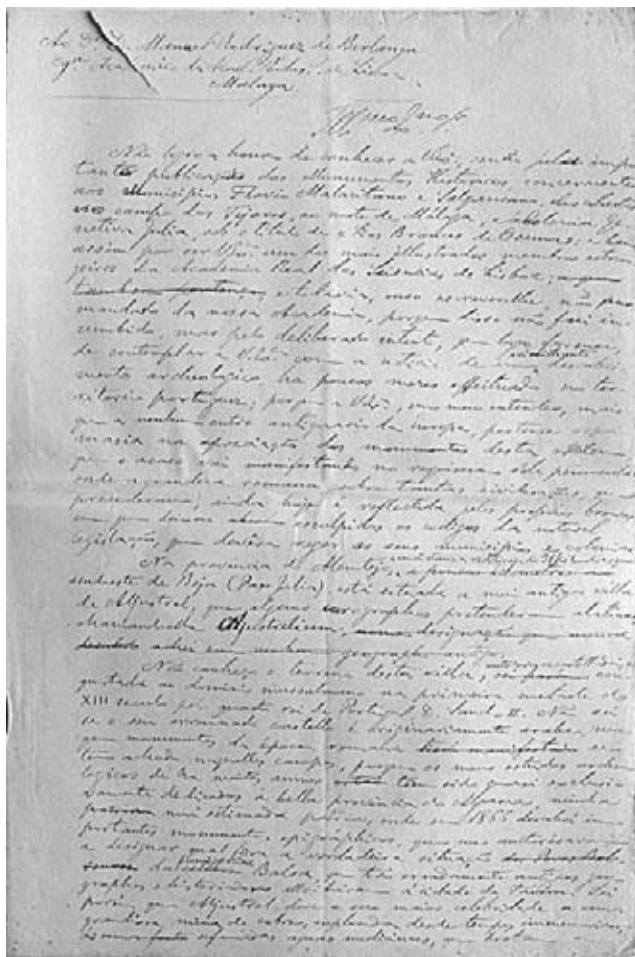


Fig. 84 – Documento n.º 12 (1.ª página).

Deixa porém este monumento um deplorável facto a lamentar, e é achar-se privado de uma secção vertical, que a cada uma das suas linhas levou uma parte do conteúdo.

O monumento de Aljustrel mostra ser pagina deslocada de um código, em que os grandes mestres do fóro romano mandariam gravar a lei, que devêra reger uma colonia, ou municipio de jurisdição provincial; pois que esta lamina metallica, tratando principalmente da gerencia da mineração – argentaria, aeraria e ferraria – sob o mandato do procurator metallorum¹, representado pelos conductor socio (...); deixa conhecer que n'outras precedentes laminas começaria a inscrição da lei, e que após a ultima linha, que nos resta, havia uma continuação, que só n'outra lamina, pelo menos, podêra ser exarada.

O facto, pois, de não haver principio nem fim nas inscrições que occupam os planos da lamina de Aljustrel auctorisa a supposição de quem deveria ter figurado entre uma serie de monumentos semelhantes; e em abono desta supposição parece poder aproveitar-se a marcação, que sob esta forma III. se acha aberta á margem esquerda por baixo da ultima linha da inscrição CENTESIMAE ARGENTARIA, cuja interpretação permite poder referir-se ao numero ordinal das laminas que existiram, para assim facilitar a sua affixação.

E que este padrão monumental esteve affixado n'um edificio ou lugar publico, é facto que elle mesmo denuncia, mostrando na margem esquerda dois orificios em distancia vertical de 44 ½ centímetros e a oito do alinhamento do texto; outros dois a 4 ½ centímetros de altura da primeira linha da inscrição que começa por CENTESIMA, e mais em 3 ½ centímetros abaixo da ultima linha, estando este e o superior da margem esquerda ainda obstruidos por oxidadas cavilhas, de ferro, de um e outro lado arrasadas pelo nivel da chapa, e variando o seu diametro de um até um e meio centimetro. (56)

Tendo observado, como já disse, que uma das inscrições foi visivelmente inutilizada pelo travessão, do mesmo modo que o seria a pagina de um livro cortando-se-lhe verticalmente uma porção da sua largura, e notando em ambas, não só perfeita identidade nas epigraphes como nos textos correspondentes em cada lado da chapa, considero, em vista destes factos, a inscrição que começa por CENTESIMAE ARGENTARIAE como posteriormente aberta para substituir a do lado opposto. (57)

Notas

53 – Esta missiva, embora não datada, pode situar-se nos últimos meses de 1875, dado referir o achado, “há poucos meses effectuado” da tábula romana de bronze de Aljustrel, o qual foi efectuado em Maio desse ano (VEIGA, 1880 b). Ao dar conhecimento desta descoberta e das suas características a Manuel de Berlanga, então um dos mais destacados antiquários de Espanha, procurava Estácio recolher informações que lhe facilitassem o respectivo estudo que, concluído em 1877, veio a ser somente publicado em 1880.

54 – O opúsculo “Povos Balsenses” discute, precisamente, a localização da antiga cidade romana de Balsa, que não coincide com a actual Tavira, como até então se julgava (VEIGA, 1866).

55 – A exploração do cobre em Aljustrel remonta provavelmente a tempos pré-romanos, tendo em consideração a ocupação calcolítica e da Idade do Bronze ali conhecidas (ALARCÃO, 1988). O próprio nome da povoação então ali sedeada – “Vipasca” – é pré-romano, como sublinha o referido autor. Este descreve, com base no texto da tábula de bronze encontrada em 1876, o regulamento que presidia ao funcionamento da mina, sobre o qual existe extensa bibliografia. As escavações mais recentes, conduzidas por Rui Parreira, puseram a descoberto diversos edificios muito

¹ Esta auctoridade ainda é citada no Código de Justiniano, Lib. XI, tit. VI, sob a epigraphe «De metallaris, et metallis, et procuratoribus metallorum».

arrasados, pertencentes à povoação romana, situada a ocidente da mina dos Algaes (PARREIRA, 1984). Ao contrário, a necrópole correspondente é extensa e o espólio exumado abundante e diversificado. O auge da exploração verificou-se entre o tempo de Augusto e os finais do século III d. C., mas prosseguiu ao longo de, pelo menos, mais um século.

56 – Estas minuciosas indicações comprovam a profundidade da análise de Estácio, começada logo que foi publicado anúncio nos jornais, pela Companhia Mineira Transtagana, da existência deste monumento epigráfico, convidando os especialistas a estudá-lo.

57 – Ver o estudo que o autor publicou em 1880 (VEIGA, 1880 b).

Documento n.º 13 (Fig. 85)

Carta a Nery Delgado (minuta de carta não datada)

Ao Sr. Delgado

Illmo. Exmo. Sr.

Muito presado Confrade (58)

A extrema benevolência de V. Ex.^a me auctoris a uma rogativa, que ousou recommendar ao seu acolhimento, a fim de colligir elementos essenciaes para a solução de um e mais problemas, que não mui difficil será obter, se os esclarecimentos de V. Ex.^a e outros que hoje mesmo vou pedir não me forem recusados.

Preciso marcar na carta geographica algumas estações prehistoricas, pertencentes ao período neolithico e ao da transição deste para a primeira idade dos metaes, por saber que em grande parte os seus conteúdos são idênticos aos que nesta provincia já tinha descoberto e agora acabo de descobrir, não em antas e cavernas, mas n'um outro género de monumentos funerários, cujas plantas estão quasi concluídas.

Possuindo um exemplar da mui erudita Memoria em que V. Ex.^a descreve as grutas de Cesareda, com relação á situação da denominada Casa da Moura vejo ser possível marcar-se na carta geographica pondo três millímetros distante da aldeia da Serra d'Elrei, na direcção de sueste, conforme V. Ex.^a a designa a pag. 19.

Não tenho porém as indispensáveis indicações de referencia ácerca da região dolménica de Bellas, que apenas conheço pela succinta descripção que Cartailhac deu nos Matériaux Tom. XII – 1881 – 10e et 11e Livraisons, pag. 460 e seguintes das

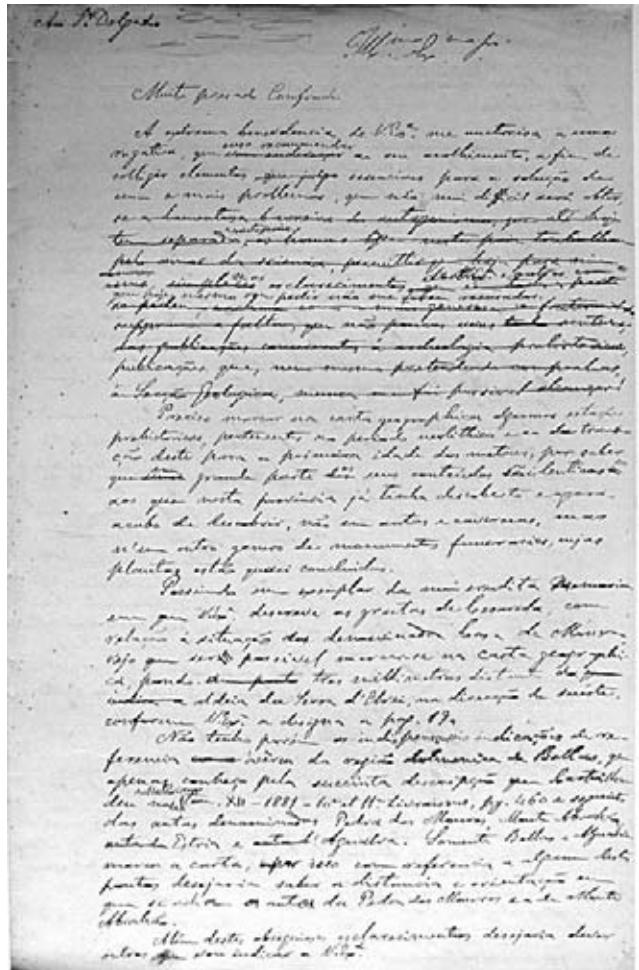


Fig. 85 – Documento n.º 13 (1.ª página).

antas denominadas Pedra dos Mouros, Monte Abrahão, Estria e Agualva. Somente Bellas e Agualva marca a carta, por isso com referencia a algum destes pontos desejaria saber a distancia e orientação em que se acha a anta da Pedra dos Mouros e a de Monte Abrahão. (59)

Além destes obsequiosos esclarecimentos desejaria dever outros, que vou indicar a V. Ex.^a.

- Em que estações prehistoricas exploradas pela Secção Geológica têm sido achadas placas de schisto com gravuras geométricas, e quaes dessas estações estão capituladas como pertencentes ao período neolithico e ao da transição desse período para a primeira idade dos metaes?

- Os craneos das antas e cavernas, onde appareceram placas de schisto com gravuras, são branchycephalos ou delicocephalos, e as tíbias platychnemicas e um tanto curvas?

- Acharam-se nos depósitos, que continham placas de schisto gravadas, algumas facas e pontas de flecha de sílex, pequenos graes de pedra, contas de callaite ou callainite (de Dana) e de outras substancias?

- Dizendo-se ter-se achado na anta de Bellas um objecto de osso com gravuras triangulares e de forma semicylindrica, desejo saber se é á Pedra dos Mouros que se dá este nome, ou se é a outra anta. (60)

Muito me obsequiaria V. Ex.^a, querendo fornecer-me uma estampa de cada placa de schisto gravada, existente na Secção Geológica com a designação da estação respectiva, mediante a concessão do sr. Carlos Ribeiro. Para este fim bastaria V. Ex.^a (61) aplicar sobre cada uma um pedaço de papel paquete ou de cigarros e friccionar o papel com cera (61) preta fria até se manifestar todo o desenho comprehendido no perimetro da chapa. A melhor cera preta que achei em Lisboa para este tão rápido como perfeito processo, vende-se em pequenos cylindros no cereeiro da antiga rua nova da Palma, lado occidental, não dando resultado inferior á que vem de Londres e é usada pelos epigraphistas ingleses, como verá pela estampa, que lhe mando, de uma placa da mui singular estação neolithica de Aljezur. (62)

De um dos famosos monumentos da grande região tumular de Alcalá, comprovadamente pertencente á transição do período neolithico para a idade do bronze, envio a V. Ex.^a uma conta, ou antes marca, consocia de excellentes contas de callais (de Plínio, ou de Callainite [de Dana]), cuja substancia desejaria que fosse classificada pelo sr. Witnich (sic), por isso que não posso aqui emprehender o seu reconhecimento. (63)

Relativamente ás outras contas por mim encontradas nos monumentos do Algarve, pertencentes á transição do período neolithico para a idade do bronze, talvez reciprocamente conviesse proceder-se á sua comparação com as existentes na Secção Geológica, provenientes de estações comprehendidas nessa época de transição, ou extraídas de monumentos, do período neolithico, como se me afigura ser a anta de Monte Abrahão; pois segundo refere o nosso amigo Cartailhac, as contas de Monte Abrahão, que denomina turquise, diz serem de enstatite, segundo a classificação do sr. Wittnich, havendo outras de steatite, etc. Ao mesmo tempo tenho lembrança de V. Ex.^a me haver fallado nas muitas contas de callaite, que possuía a Secção Geológica, n'uma occasião em que lhe mostrei, no museu do Algarve, as de vidro e esmaltadas, que achei n'um vasto campo mortuário da idade do ferro; e por todos estes motivos ouso propor a troca de um fragmento das (64) contas que ali são consideradas por callaite por um outro das que achei em Alcalá. Deste modo poderemos chegar a fixar o período ou época em que predominou a importação de umas ou de outras, partindo-se sempre da classificação fundamentada dos monumentos em que foram achadas, como por meu lado posso fazer e comprovar ácerca dos do Algarve. (65)

Se para tudo isto V. Ex.^a entender ser indispensável recorrer á intervenção do sr. Carlos Ribeiro, muito maior prazer sentirei com a sua annuencia e com o concurso da sua palavra auctorizada.

Termino offerecendo a V. Ex.^a alguns esclarecimentos que possa desejar relativamente á prehistoria desta provincia até o ponto a que tenho podido chegar, e todos os mais serviços ao alcance do

De V. Ex.^a

infimo confrade mto. admor. e dedicado

Notas

58 – O tratamento de “Confrade” dado a Nery Delgado, justifica-se pelo facto de ambos serem sócios da Academia Real das Ciências de Lisboa, sendo, porém, muito mais relevante na Instituição o ilustre geólogo e arqueólogo, que chegou a integrar a direcção da Instituição.

59 – Deduz-se desta passagem que, estranhamente, Estácio não tinha conhecimento da memória dedicada aos monumentos dolménicos dos arredores de Belas, apresentada à Academia Real das Ciências de Lisboa, da autoria de Carlos Ribeiro e publicada no ano antecedente à notícia que deles dá Cartailhac (RIBEIRO, 1880). Contudo, tal dedução, se se pode fazer legitimante na altura em que redigiu esta missiva não datada, é contrariada, mais tarde, dado que explicitamente a refere (VEIGA, 1886, p. 280).

60 – Não se identificou, entre os materiais publicados por Carlos Ribeiro como oriundos das antas da região de Belas, nenhum objecto de osso com as características indicadas. Existe uma placa de osso, em contorno recortado, correspondendo a um ídolo almeriense (RIBEIRO, 1880, Fig. 39), recolhido no dólmen de Monte Abraão, que poderia corresponder à peça mencionada, mas sem possuir a forma semicilíndrica aludida.

61 – Trata-se de pedido que Estácio viu satisfeito por Carlos Ribeiro, em inícios de Outubro de 1882. Esta carta deverá, pois, ser anterior a essa data. Ver Nota 29.

62 – Este pedido relaciona-se com o estudo da distribuição em Portugal das placas de xisto, motivado pelo descobrimento, na necrópole de Aljezur, de um notável conjunto destas placas. Ver Notas 29, 36, 41, 51 e 61.

63 – A questão da origem da natureza mineralógica e da matéria prima das contas verdes encontradas em numerosas necrópoles neolíticas e calcolíticas do território português foi vivamente discutida na época. Datam de então os primeiros estudos mineralógicos realizados em Portugal sobre materiais arqueológicos. À IX Sessão do Congresso de Lisboa, de 1880, Alfredo Bensaúde apresentou alguns resultados, obtidos sobre exemplares de contas de colar pertencentes à colecção da Secção dos Trabalhos Geológicos de Portugal, oriundas das necrópoles de Monte Abraão, Furninha, Casa da Moura e Palmela, que baptizou de “Ribeirite”, como nova variedade de Calaité, designação que não teve seguimento (BENSAÚDE, 1884). À mesma reunião, foi apresentada Memória do francês Cazalis de Fondouce, intitulada “De l’emploi de la callaïs dans l’Europe occidentale aux temps préhistoriques”, dando seguimento a investigações anteriores conduzidas pelo próprio em França. Como membro do referido Congresso, a importância científica do assunto – que permanece, na actualidade – não passou despercebida a Estácio da Veiga: daí ter recorrido aos bons ofícios de Nery Delgado, solicitando-lhe que, junto de Wittnich, então alocado ao laboratório de Química da Secção dos Trabalhos Geológicos, obtivesse uma análise química de uma conta referido mineral, por ele recolhida na necrópole de Alcalar. Com efeito, as análises químicas destas contas de minerais verdes mostram a grande variabilidade de composições, correspondentes a espécies mineralógicas diferentes, como já na época havia sido concluído por Wittnich. Actualmente, sabe-se que, em Portugal, a maioria destas contas verdes pertence ao grupo das variscites.

64 – Refere-se à necrópole de Fonte Velha, perto de Bensafirim.

65 – Estácio fala em “importação”, baseado nas conclusões de A. Bensaúde (BENSAÚDE, 1884) que, então, dava como exógenos os minerais verdes de que eram fabricadas. Actualmente, sabe-se da ocorrência de variscites intercaladas em xistos do Silúrico, do Norte de Portugal (MEIRELES, FERREIRA & REIS, 1987), desconhecendo-se,

porém, as possibilidades de, a partir de tais ocorrências, se poderem obter massas suficientemente volumosas para o fabrico de tais adornos. No estado actual dos nossos conhecimentos, os afloramentos mais próximos do actual território português situam-se na área setentrional da Província de Huelva, correspondendo á mina de Encinasola (EDO, VILLALBA & BLASCO, 1995; DOMÍNGUEZ-BELLA et al., 2004).

Documento n.º 14 (sobre o monumento megalítico da Cacela - 12-02-1884; minuta de carta não endereçada)
(Fig. 86)

Meu bom amigo

Pelo Districto de Faro soube ter obtido para o nosso museu uns instrumentos de pedra, achados no corte do ramal para Cacella, sendo lamentável que o empreiteiro destruisse o tumulus que os continha sem nos deixar levantar a planta da construcção, que mui provavelmente seria de crypta circular ou polygonal com galeria rectangular adherente, onde os ossos deveriam estar monticulados e reunidos a esses celebres instrumentos de diorite, determinados por duas superfícies curvas e paralelas, de contorno cuneiforme, rematando a extremidade larga em gume cortante, produzido por uma faceta á feição de enxó, instrumentos desconhecidos na Europa e só achados por enquanto no Algarve. O Dr. Trindade obteve dois e mais duas facas de sílex, que me mostrou que o tumulus ou dólmen coberto, conteria placas de

schisto com gravuras geométricas formando fileiras de triângulos e tendo na extremidade mais estreita um ou dois orifícios, assim como pontas de flecha de sílex, triangulares, barbelladas ou mitraformis, com muitas variantes; contas de calaíte, ossos trabalhados, dentes de javali ou de (66)

um squalo fóssil, e, sem duvida alguma, urnas de terra plástica escura, mesclada de ténues grãos de quartzite, não cosidos, de frágil contextura, e sem trabalho de torno, quasi sempre lisas, ou raras vezes com verde ornato e mediócre appendices, sendo as suas pouco variadas formas quasi subordinadas aos seguintes: (desenho esquemático) (67)

Desejando fazer um alinhamento de estacaria de alfazema na minha rua, em frente do jardim e da casa, vou pedir-lhe o obsequio de de me dizer, se será possível obtel-a, para o meu criado ir a sua casa recebê-la no próximo domingo, e deste modo ficar-lhe devedor de mais um favor.

Cabanas, 12/2-84

Estacio da Veiga (assinatura)

Enviamos os nossos cumprimentos e lembranças ás Ex^{mas}. Primas. (68)

Notas

66 - Trata-se do descobrimento de uma sepultura provavelmente megalítica, destruída

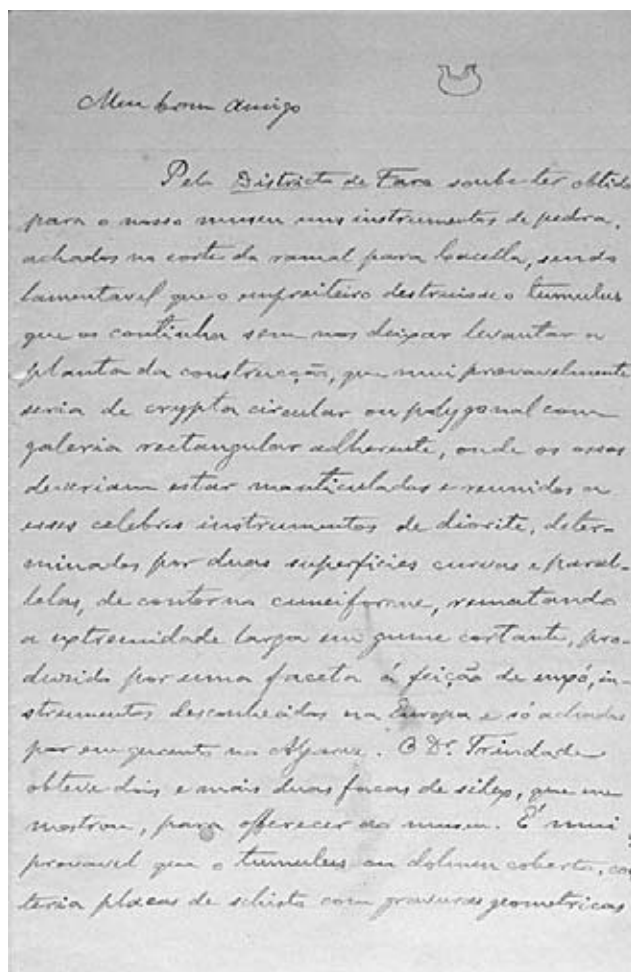


Fig. 86 - Documento n.º 14 (1.ª página).

aquando da abertura de caminho vicinal, descrita no volume I das “Antiguidades”, a pp. 275 a 277, cuja planta, naturalmente, já não foi possível levantar. Desconhece-se a quem seria dirigida a presente missiva, mas, pelas referências que, na referida obra, se faz de José Joaquim Lima de Azevedo, enquanto fiscal da execução dos referidos trabalhos e “meu distincto consocio no instituto archeologico do Algarve” (*op. cit.*, p. 276), qualidade que também é invocada na presente missiva, poderia concluir-se que seria este o seu destinatário, até por se declarar que se lhe deve o envio “para o deposito do museu archeologico de Faro” de uma grande enxó.

Sabe-se que este envio foi completado por outros achados, reunidos pelo Dr. Joaquim do Nascimento Trindade, presidente da filial do referido Instituto no concelho de Tavira, que “foram logo entregues pelo sr. Dr. Trindade ao distincto cónego vice-reitor do seminário episcopal, o rev. Joaquim Maria Pereira Botto, secretario geral do instituto archeologico do Algarve”.

67 – A referência à presença de pontas de seta mitriformes, cuja presença é tão característica dos túmulos de Alcalar, bem como aos restantes artefactos mencionados é hipotética. Com efeito, os materiais elencados por Estácio da Veiga como oriundos deste monumento não incluem tais tipos, e muito menos os objectos de cerâmica descritos.

68 - Dado que Estácio considera o destinatário desta missiva como seu Primo, é mais provável que fosse o Dr. Trindade, proprietário conhecido de Tavira, e não o fiscal das obras atrás referido, o destinatário da missiva.

Documento n.º 15 (Fig. 87)

Carta a Amador de los Rios – 05-1884 (minuta de carta sem indicação do dia)

A D. Rodrigo Amador de los Rios y Villalta – Madrid – Calle de Horteleza, 61.

Ill^{mo}. e Ex^{mo}. Sr.

Meu Illustrad^{mo}. Confrade

Tenho involuntariamente deixado de acusar e agradecer, tanto o seu precioso livro, como a sua estimadíssima carta de 22 de Abril, porque somente uma e outra cousa achei em minha casa, (69) quando há três dias regresssei de Faro, onde estive ultimamente occupando-me de vários assumptos respectivos ao Instituto Archeologico do Algarve, que o anno passado fundei naquella cidade, capital desta provincia. (70)

Achando numerosas correspondências e algumas outras publicações, que um criado meu foi reunindo sem lhe occorrer enviar-me tudo para Faro, apenas tenho tido tempo de passar pela vista tantas cousas diversas; mas o livro das Inscriptones Arabigas de España y Portugal attraui immediatamente a minha attenção, porque,

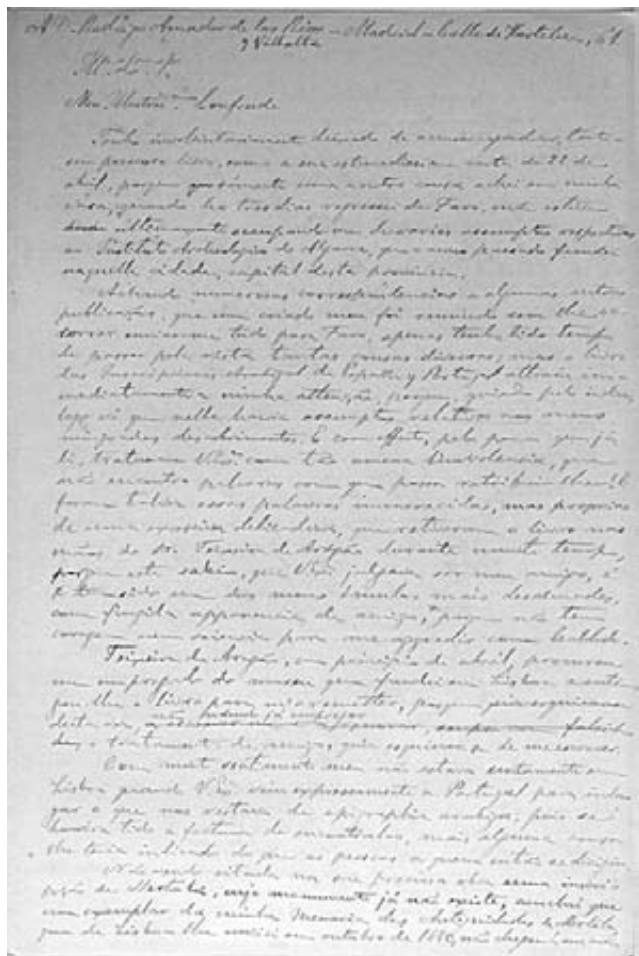


Fig. 87 – Documento n.º 15 (1.ª página).

guiado pelo índice, logo vi que nelle havia assumptos relativos aos meus mingoados descobrimentos. E com effeito, pelo pouco que já li, trata-me V. Ex.^a com tão amena benevolência, que não encontro palavras immerecidas, mas próprias de (71)
uma excessiva delicadeza, que retiveram o livro nas mãos do sr. Teixeira de Aragão durante muito tempo, porque este sábio, que V. Ex.^a julgava ser meu amigo, é e tem sido um dos meus émulos mais desalmados, com fingida apparencia para me agredir com lealdade. (72)

Teixeira de Aragão, em principio de Abril, procurou um empregado do museu que fundei em Lisboa e entregou-lhe o livro para m'o remetter, porque desta vez, não podendo já empregar o tratamento de amigo, quis esquivar-se de me escrever. (73)

Com muito sentimento meu não estava certamente em Lisboa quando V. Ex.^a veio expressamente a Portugal para indagar o que nos restava de epigraphia arabiga; pois se houvéra tido a fortuna de encontral-o, mais alguma cousa lhe teria indicado do que as pessoas a quem então se dirigiu.

Não vendo citada na sua preciosa obra uma inscripção de Mertolla, cujo monumento já não existe, conclui que um exemplar da minha Memoria das Antiguidades de Mertolla, que de Lisboa lhe enviei em Outubro de 1880, não chegou á sua mão. (74)

Não podia eu deixar de contemplal-o com o meu insignificante livro, em que por vezes me refiro ás interpretações com que muito me obsequiou. Vai agora outro, embora tarde, e se desejar mais alguns exemplares para offerecer a sociedades scientificas do seu paiz, com muito gosto os enviarei, desejando ao mesmo tempo queira n'algum momento vago informar-me, se também deixou de receber em 1880 a minha memoria da Tabula de bronze de Aljustrel, publicada pela nossa academia de Lisboa; pois ainda não sei se chegou ao seu destino.



Est. XV. Milreu. 1 - Milreu, romano (marmore branco); 2 - Cacella, arabe, bacia fontanaria de marmore branco com inscripção cúfica na orla externa; 3 - Milreu, romano, golpinho com um Cupido montado, marmore branco, nas thermas.

Fig. 88 – Peças escultóricas romanas de Milreu e pia com inscripção cúfica, recolhida em Cacela, resultado dos trabalhos de Estácio da Veiga. Fotografia realizada no Museu Arqueológico do Algarve. Notas à margem, a lápis, de Estácio da Veiga.

Sinto verdadeiramente que não nos houvésemos encontrado, repito, porque lhe teria mostrado o meu anel com inscrição arabiga gravada em cornalina e uma famosa bacia de mármore granular branco, cinzelada em gomos, com abertura circular no centro e uma bella inscrição cúfica orlando o bordo externo superior, da qual infelizmente não trouxe copia para lh'a poder transmittir (Fig. 88). Esta bacia julgo eu ter pertencido a um monumento fontanário e foi por mim descoberta em 1877 em Cacella, em cuja igreja matriz estava servindo de pia de agua benta. Agora lá está em Lisboa, escondida nas arrecadações da academia de bellas artes, mas já o instituto que fundei em Faro requereu a posse de todos os monumentos com que organizei então o museu archeologico do Algarve para ser submettido ao exame do congresso, e se aqui chegar, lhe enviarei um fac-simile. (75)

Também temos em Lisboa um monumento militar com uma formosa inscrição arabiga, de que posso mandar-lhe copia. É a histórica peça de Dio, celebre monumento de bronze da Índia Portuguesa, existente no museu de Artilheria, que mede 6,08^m de comprimento, na circunferência da faxa alta da culatra 2,21^m, na da bolada 1,435^m, sendo o seu calibre 0,235^m e o seu pezo approximadamente 19:494 kilogrammas. A inscrição corre impressa nas Memorias da Academia R. das Sciencias tendo sido interpretada e apresentada por Fr. José de Santo António Moura em 1818. A peça foi fundida em 29 de Maio de 1533. (76)

Se quizer alguma vez aproveitar este assumpto para alguma das suas publicações, desde já me comprometto a enviar-lhe uma noticia histórica para lhe servir de introdução.

Além de tudo isto, ainda poderia ter-lhe mostrado vários fragmentos de monumentos cerâmicos com restos de inscrições arabigas por mim achados no Algarve. Emfim, teria eu sido talvez a única pessoa em Lisboa que pudesse ministrar-lhe o que até então se tinha apurado em epigraphia arabiga neste paiz.

Em Agosto de 1881, por intrigas e malevolências dos meus émulos (entre os quaes dizem ter tomado parte muito activa o sr. Teixeira de Aragão), mandou o governo fechar e arrecadar na academia de bellas artes o museu archeologico do Algarve, promettendo-me porém que mais tarde trataria de lhe dar uma collocação condigna sob a minha direcção. Logo, pois, no mez seguinte, conseguindo collocar tudo nas arrecadações daquella academia e tendo-me munidos dos preciosos apontamentos, retirei-me de Lisboa, e vim residir na minha casa de campo, perto de Tavira, onde estou escrevendo a obra das Antiguidades Monumentaes do Algarve, e onde mui gostosamente espero continuar a receber as suas sempre mui desejadas noticias. (77)

Digne-se V. Ex.^a receber o meu cordial agradecimento por haver-me contemplado com uma obra de tão elevado mérito e sobretudo pelas expressões com que me honra nas paginas desse famoso livro, com que elaborou mais um titulo para juntar aos muitos que já o distinguiram, contando sempre com os protestos de alta estima e subida consideração do

De V. Ex.^a

M.^{to}. adm.^{or}. e am.^o obrig.^{mo}.

Tavira – Cabanas da Conceição, em de Maio de 1884. (78)

Notas

69 – Como se refere adiante, tratar-se do livro “Inscripciones arabigas de España y Portugal”, matéria em que o Autor era reputado especialista. Recorde-se que, já anteriormente, em 1876, havia publicado inscrição árabe de Mértola (SILVA, 1876; RIOS, 1877), que Possidónio da Silva identificou no templo romano de Évora, para onde foi levada por Cenáculo, sem saber que se tratava de uma das quatro que Frei João de Sousa já havia dado a conhecer em 1793, facto que Amador de los Rios também ignorava.

70 – Poder-se-ia concluir que o Instituto Arqueológico do Algarve foi fundado na capital do único distrito algarvio, no ano de 1883, por iniciativa de Estácio da Veiga. Na verdade, o ano de fundação do Instituto em causa remonta a 1882 (PEREIRA, 1881). Esta data de 1882, encontra-se confirmada no Doc. N.º. 90, adiante transcrito.

71 – Recorde-se que Estácio da Veiga tinha procedido a um cuidadoso estudo das inscrições árabes de Mértola, onde identificou e recolheu algumas ainda inéditas, tendo beneficiado da ajuda, para a respectiva leitura, do ilustre arabista espanhol (VEIGA, 1880 a, p. 146 e seg.).

72 – Teixeira de Aragão era sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa e da Academia Real de Belas Artes; numa e noutra instituição terá tido actuação prejudicial para Estácio da Veiga: na primeira, por poder contar-se entre os que procuraram assenhorear-se da direcção do abortado Museu Arqueológico, que Estácio ali pretendia criar; na segunda, por, em colaboração com outros membros da Instituição, levantar dificuldades à manutenção, como espaço aberto ao público, do Museu Arqueológico do Algarve. Ambas as situações serão adiante discutidas e apreciadas, face aos elementos disponíveis na documentação que agora se publica.

73 – Este empregado é um dos dois que esteve ao serviço do Museu Arqueológico do Algarve, desde a sua fundação, em 1880, até o seu fecho ao público e ulterior encerramento, em 1882, tendo ambos transitado para funcionários da Academia de Belas Artes.

74 – Deve tratar-se da notável inscrição que Frei João de Sousa estudou em 1793, e que, encontrando-se então junto ao convento de São Francisco, se extraviou ulteriormente, pois Estácio da Veiga já não conseguiu encontrá-la, aquando da sua permanência na vila, em Março de 1877.

75 – Trata-se de uma bela peça, hoje depositada no Museu Nacional de Arqueologia, já objecto de diversos estudos ou referências (A.G.M.B., in MACÍAS & TORRES, 1998, Ficha n.º 317).

76 – Refere-se à IX Sessão do Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Históricas. Com efeito, o Museu Arqueológico do Algarve foi organizado, sob orientação de Estácio, com o objectivo de ser inaugurado aquando da referida reunião, em Lisboa; e, de facto, a sua abertura teve lugar a 26 de Setembro de 1880, ainda a tempo de ser visitado por alguns dos congressistas, embora a título particular e de forma meramente circunstancial porque, de modo insólito, a existência do Museu foi omitida pela organização do Congresso. Adiante se fará mais detalhada análise desta situação.

77 – Esta informação é da maior importância porque permite situar com segurança a ordem governamental de encerramento do Museu Arqueológico do Algarve em Agosto de 1881; contudo, desde Junho desse ano que o Museu se encontrava fechado, por iniciativa da Academia de Belas Artes. Uma vez mais, Estácio volta a referir, o nome de Teixeira de Aragão, como estando entre os principais responsáveis por tal desfecho.

78 – Conclui-se que, desde Setembro ou Outubro de 1881 até à data desta missiva, (Maio de 1884), Estácio residia no Algarve, onde, a par da redacção das “Antiguidades”, procedia a escavações arqueológicas, como as da necrópole de Alcalar, e que o ocuparam durante boa parte do ano de 1882. Em 1882, fundou o Instituto Arqueológico do Algarve, para onde pretendia ver transferidos todos os espólios armazenados em Lisboa.

Documento n.º 16 (Fig. 89)

Carta do Pe. Nunes da Glória – 30-07-1885

Meu bom Amigo

Apresso-me em responder á sua muito presada carta, cuja falta, crêa, era deveras sentida.

Sabendo a importancia que o meu bom Amigo (???) ao caracteristico placas de schisto encontradas na zona tumular do Algarve, tive particular cuidado em indagar se nos achados do bondosissimo lavrador do Monte Amarello, haveria algum fragmento, como os que me diziam ter-se encontrado na Hortinha do Dr. Barros. Mas nem signal do tal, como tambem não vi louças tumulares, ou porque o (???) as não colligia, confundindo-as com os cacos dos seus panellões da coibça; ou porque aquelles monumentos, como é muito de crer, não tinham ainda sido revolidos depois da invasão romana.

Da Hortinha não tenho nem me poderam dar pedaço algum dos q se encontraram, porque os inutilisaram para lapis de pedra, quando frequentavam uma escola nocturna que estão ali havia. Mas o Dr. Barros e um trabalhador intelligente que viram os exemplares que eu aqui conservava, me affirmaram que os fragmentos achados tinham os mesmos traços. Infelizmente não posso ser minucioso nas informações que pede sobre o Monte Canellas. Ha bastantes annos que alli fui e a minha vida, tão estranha a estes estudos e tão cheia de atribulações sempre, tem feito com que a minha memória se tenha embotado a ponto de resistir aos muitos esforços que tenho feito para me recordar do sitio primeiro em que se encontraram uns vestigios do dolmen a que o meu bom amigo se refere. Escrevendo-lhe sempre ao correr da perna, não deixei apontamentos alguns a que podesse recorrer, porque me eram inúteis. As suas cartas, que eu conservo todas como preciosa lembrança da sua estima, não me fallam em tal. Tenho certeza de ter mandado alguns machados, percutores e outros instrumentos de pedra, bem como, se me não engano, louças mal cosidas, semelhantes ás de Alcalá, colligidas no Monte Canellas. (79)

Tenho certeza ter dito que vira no Moinho da Rocha um montículo, que, ate na opinião dos moradores, se conhecia ser artificial, e que o moleiro Manuel Marques nos indicou a existencia de outros um pouco abaixo do seu moinho, que não podemos ir visitar. É possível que ou nós fossemos ate ao Monte Canellas, que fica proximo, ou nos informassem de forma que se supposesse a existencia do tal dolmen, ou (???) que eu o tivesse visto; mas confesso que esta pobre cabeça de nada se recorda, e por muito que deseje sempre servir o meu bom Amigo, vejo-me agora na completa impossibilidade de o fazer. É triste, mas não é possível recordar-me por forma que lhe dê informação exacta como deseja. Tudo confusão, tudo baralha neste pobre cerebro, bem afflicto de mais a mais como estou com a perigosa doença de um irmão muito querido e infeliz.

Que possa conseguir d'uma gente, não menos teimosa e avara que os amadores de Bensafrim, o que tanto deseja e porque tanto tem trabalhado; que a sua obra se publique depressa e venha mostrar aos seus inimigos o que vale o seu persistente e corajoso trabalho e bem pouco usual abnegação; e que não negue o prazer de umas noticias ao seu velho e muito dedicado amigo é o que lhe deseja e pede o sempre muito affeicoado e obrgdo. (80)

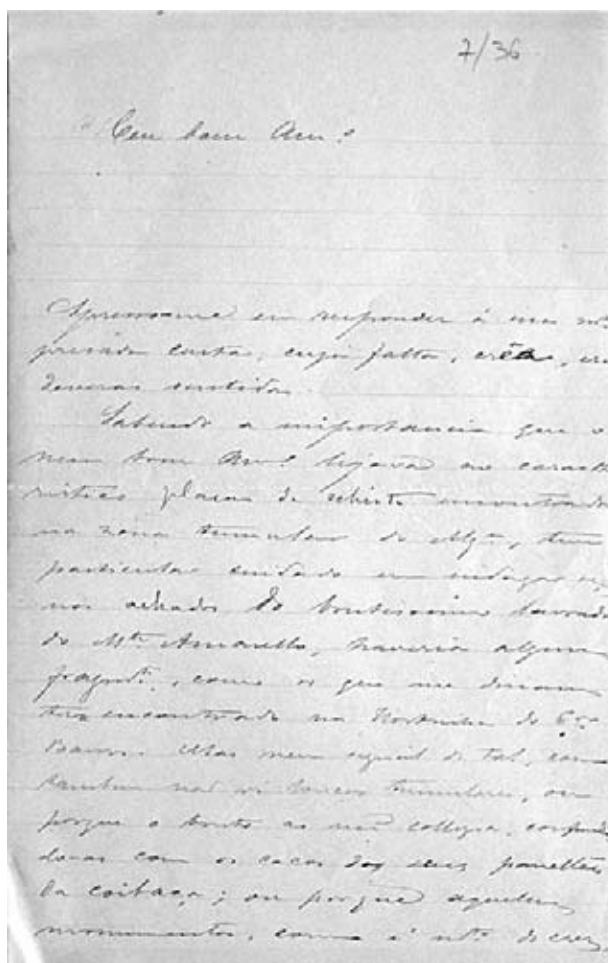


Fig. 89 – Documento n.º 16 (1.ª página).

Bensafrim 30-7-85.

NGlória (assinatura)

(???) pela redacção e pela letra!...

Notas

79 – Esta carta do Padre Nunes da Glória vem mostrar que, em Julho de 1885, Estácio se encontrava ocupado com a redacção das “Antiguidades” e, especialmente, com a parte relativa a Alcalar e ao vizinho Monte Canelas, onde Rui Parreira explorou importante hipogeu do Neolítico Final, situado a cerca de 700 m para NW da sepultura 1 de Alcalar, o único monumento funerário do tipo dólmen da vasta necrópole e talvez o mais antigo de todos. Não se confirma, porém, a ocorrência de monumento idêntico, em Monte Canelas, como questionava Estácio a Nunes da Glória.

80 – Mesmo entre os amadores, ou curiosos locais de antiguidades, Estácio tinha inimigos ou detractores, como se conclui das significativas palavras do seu Amigo Nunes da Glória, prior de Bensafrim. É provável que, no caso de Bensafrim, tais detractores se relacionassem com as notáveis descobertas das lápides da Idade do Ferro da necrópole de Fonte Velha, nas proximidades daquela povoação. Aliás, foi justamente a existência de resultados, e não a falta deles, que provocaram a Estácio, na maioria dos casos, invejas, más-vontades, ou simples intrigas, promovidas pelos seus detractores.

Documento n.º 17 (Fig. 90)

Carta de resposta à eleição para a Real Academia de la Historia – 02-07-1884

Em 2 de Julho de 84.

Ill^{mo}. e Ex^{mo}. Sr. D. Pascual de (???)

Trouxe-me hoje o correio uma apreciável carta em que V. Ex.^a me anuncia haver-me escrito algumas vezes sem receber resposta; o que V. Ex.^a mui acertadamente atribue a extravio, porque ainda mesmo não trazendo no sobrescrito senão o meu nome, aqui chegaria, como me chegam algumas correspondências estrangeiras de naturalistas e archeologos, que julgam ser em Lisboa a minha habitual residência. Sinto pois muitíssimo que um qualquer motivo me privasse das agradáveis noticias de V. Ex.^a, inhibindo-me ao mesmo tempo de accusal-as com o meu mais particular agradecimento. Crea portanto V. Ex.^a, que de modo algum deixaria de responder logo a um distinctissimo cavalheiro, que tanta cortesia e benevolencia tem querido ter para commigo.

Muito me satisfaz a comunicação que V. Ex.^a se digna dirigir-me, de haver sido proposto

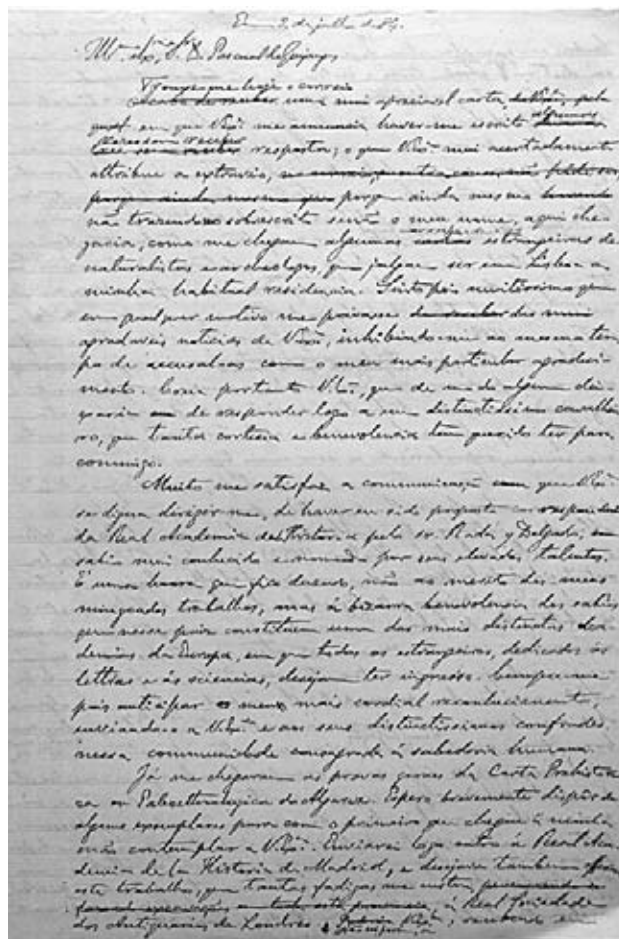


Fig. 90 – Documento n.º 17 (1.ª página).

correspondente da Real Academia de la Historia pelo sr. Rada y Delgado, sábio mui conhecido e nomeado por seus elevados talentos. É uma honra que fico devendo, não ao mérito dos meus mingoados trabalhos, mas á bizarra benevolência dos sábios que nesse paiz constituem uma das mais distinctas Academias da Europa, em que todos os estrangeiros, dedicados ás letras e ás sciencias, desejam ter ingresso. Cumpre-me pois anticipar o meu mais cordial reconhecimento, enviando-o a V. Ex.^a e aos seus distinctissimos confrades nessa communitade consagrada á sabedoria humana.

Já me chegaram as provas geraes da Carta Prehistorica ou Paleoethnologica do Algarve. Espero brevemente dispor de alguns exemplares para com o primeiro que chegue á minha mão contemplar a V. Ex.^a Enviarei logo outro á Real Academia de la Historia de Madrid, e desejava também offerecer este trabalho, que tantas fadigas me custou, á Real Sociedade dos Antiquários de Londres. Não sei, porém, se V. Ex.^a, recebendo em Londres um exemplar, além do que ousou offerecer-lhe quereria ter a obsequia condescendência de fazel-o chegar ao seu destino para assim ter a certeza de não ser extraviado. (81)

Esta carta prehistorica é a que deve acompanhar o 1º volume das Antiguidades Monumentaes do Algarve, obra que o governo me encarregou de escrever, e ao qual já propuz uma tiragem em separado para ser precedida de uma noticia em grande formato; mas ainda não recebi a competente autorisação. Estou muito descontente com a imperfeição artistica do trabalho! Entretanto, por outro lado, parece-me por esta forma haver fundado em Portugal o único systema actualmente admissível para o estudo das antiguidades de um determinado território. Falta-me agora completalo, fazendo com que o Governo conceda ao Instituto Archeologico do Algarve, que fundei na cidade de Faro em 1882 o museu que colligi, organizei e apresentei ao Congresso de Lisboa em 1880; pois reorganizado aqui o museu geographicamente e por épocas distinctas, servirá de comprovação á carta archeologica geral, e a obra a meu cargo descreverá a carta e o museu, reproduzindo os seus mais typicos critérios. (82)

Na ultima carta que tive a satisfação de dirigir a V. Ex.^a parece-me haver-lhe perguntado, porque meio poderia eu obter duas interessantes publicações inclusas no vol. VIII das Memorias de la Real A. de la Historia (1852), uma de V. Ex.^a sobre la autenticidad de la crónica denominada del Moro Rais, e a outra das “Inscripciones y Antiguedades del Reino de Valência” por D. António Pio de Saboya. Em ambas há assumptos que precisaria consultar como muito úteis aos estudos de que me occupo; e desejando aproveitar esta occasião de me fazer lembrado a V. Ex.^a ousou também pedir-lhe se póde indicar-me alguma obra que descreva o rito funerário mahometano, isto é, a situação das macboras; forma e construcção e orientação dos jazigos; se o systema de enterramento era exclusivamente a inhumação, se o defunto era acompanhado de algum característico; pois tenho achado alguns campos mortuarios nesta província, em que a civilização mahometana permaneceu 5 seculos, que presumo pertenceram a essa epocha pelo simples facto de apparecerem dispersos na terra vários fragmentos de louças grosseiras, que a meu ver são de fabrica mourisca, se bem que também me falem obras especiaes que ensinem a distinguir a industria propriamente mahometana até o fim da 1ª metade do século XIII. (83)

Notas

81 – É a Carta que acompanha o volume I das “Antiguidades”, publicado dois anos depois, em 1886.

82 – Esta internacionalização da investigação arqueológica portuguesa, por via das relações pessoais cultivadas pelos escassos investigadores então existentes, como Estácio da Veiga, não fugia à realidade europeia então vigente e deve ser devidamente salientada.

83 – É digno de realce a forma objectiva e criteriosa com que Estácio procurava documentar-se bibliograficamente sobre um dos períodos mais obscuros da ocupação do território hoje português. A dificuldade da classificação dos materiais islâmicos que, a par e passo, recolheu em Mértola e no Algarve, só muito recentemente, nos últimos vinte e cinco anos, veio a ser lentamente ultrapassada, no que a Portugal diz respeito. É, pois, hoje muito difícil de avaliar as

dificuldades com que Estácio se deparou para a classificação de muitos dos “característicos”, para usar expressão que lhe era cara, tanto de época islâmica, como de outras, os quais tencionava publicar no volume VI das “Antiguidades”, conforme indicam as numerações das estampas já preparadas para reprodução, algumas das quais agora se publicam (fig. 88, 106 a 108).

Documento n.º 18 (Fig. 91)

Carta – requerimento alusivo ao contrato de redacção das “Antiguidades Monumentaes do Algarve” – 27-12-1879

Carta com Imposto de Selo de 60 reis

Senhor

Sebastião Phillipés Martins Estacio da Veiga, Moço Fidalgo com exercício na Real Casa de Vossa Magestade e sócio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, a quem Vossa Magestade, por portaria de 15 de Janeiro de 1877, mui honrosamente houve por bem encarregar do estudo das antiguidades de Mértola e da elaboração da Carta Archeologica do Algarve, tendo desempenhado, quanto ao seu alcance esteve, esta difficilima commissão do serviço publico, como conseguiu mostrar, apresentando ao Governo, no principio do corrente anno, a mencionada Carta, acompanhada das plantas dos edificios que parcialmente explorou, pertencentes a varias civilizações prehistoricas e historicas, anteriores á gloriosa fundação da monarchia portugueza, e os desenhos dos accessorios mais typicos e artisticos daquelles edificios, bem como os de alguns monumentos, que corriam o risco de não deixarem memoria da sua existência, se não fossem então figurados pelo desenho: ao passo que ía marcando na Carta os pontos que manifestavam seguros característicos dos povos que estacionaram desde tempos remotos naquelle território, colligira mui cuidadosamente as possiveis provas archeologicas, respectivas a cada época e consequentemente a cada um dos referidos pontos, e deste modo chegou a reunir uma série de valiosos monumentos, de diversísimos géneros, afim de que, systematicamente coordenados e collocados por épocas n'uma rigorosa ordem geographica, podessem com a sua classificação e descripção scientifica constituir o primeiro museu archeologico do reino, e ao mesmo tempo comprovarem perante os escriptores competentes, nacionaes e estrangeiros, o principal trabalho archeologico que se tem emprehendido e realizado neste paiz, trabalho que em toda a parte seria recebido com benevolo acolhimento, se tivéra tido a fortuna de ser escudado com um nome a todos os respeitos mais auctorizado.

Em vista da Carta Archeologica, das plantas e dos desenhos, que o auctor lhe annexou, e da noticia de estar colligido em 94 caixas, com muitos monumentos avulso, o museu archeologico do

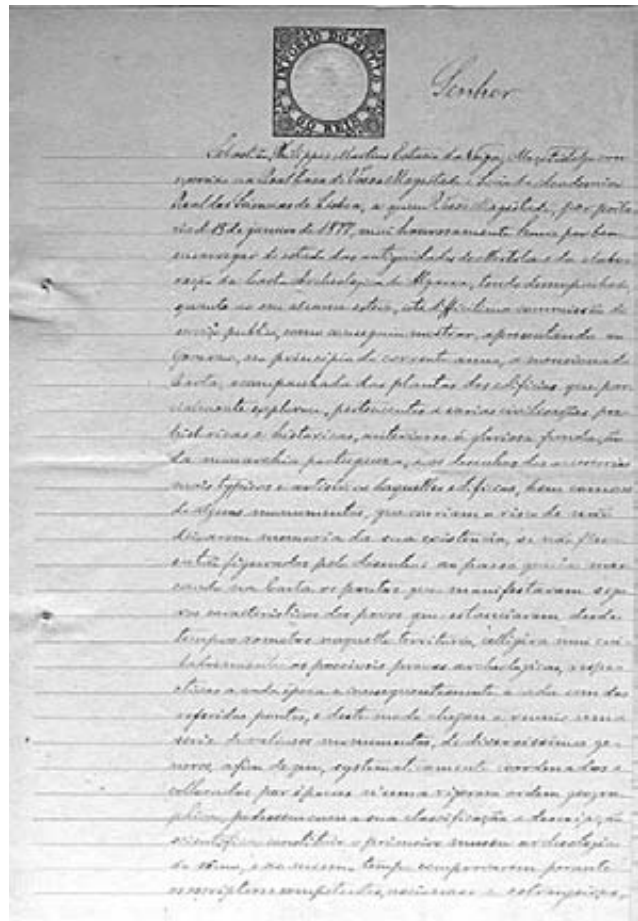


Fig. 91 – Documento n.º 18 (1.ª página).

Algarve, entendeu-se que tudo isto carecia de um grande trabalho complementar, ou de uma obra especial, em que se estudassem e descrevessem tantos e tão vários padrões de diversas épocas nos seus competentes grupos ethnologicos, e que deste estudo, com relação a cada uma das épocas representadas na Carta por signaes de convenção, se chegasse ás possíveis conclusões, de modo que cada monumento ficasse servindo de prova documental para o conhecimento da historia, da geographia e da ethnographia antiga daquella importante zona sul-occidental da Europa, de todas talvez a mais disputada na sua posse por muitas das grandes invasões que vincularam duradouro domínio no território peninsular; e com este justificado fundamento foi celebrado um contracto em 29 de Maio entre o Governo e o auctor, para que este escrevesse uma obra em 5 ou 6 volumes, intitulada “Antiguidades Monumentaes do Algarve”, devendo a apresentação do texto de cada volume não exceder o prazo de um anno, a contar do 1º de Julho último. (85)

Tinha-se também entendido, que a obra contractada unicamente podéra ser escripta em presença dos monumentos, porque só assim poderiam ser apreciados, descriptos e reproduzidos nas estampas, a que allude a 6ª condição do contracto; e para este fim, e porque havia muito tempo era sentida a falta de um museu archeologico, digno deste titulo, o Governo deu as providencias que teve por mais acertadas para que esta capital não fosse a única da Europa em que tal testemunho de civilização não existesse, e deliberou que se instituísse um grande museu central, onde fossem representadas as antiguidades do reino, começando-se com os monumentos da zona do sul, já então colligidos, e com os que estivessem dispersos em arrecadações publicas. (86)

Com todos estes precedentes, obrigou-se o auctor da Carta Archeologica do Algarve a permanecer em Lisboa, esperando o prazo do começo dos seu contracto, e que se concluíssem as obras, que já se fizeram, n’uma secção do edificio da Academia Real de Bellas Artes, offerecido para a instituição provisória do museu do Algarve, de Mértola, e de todas as mais terras, na sua ordem geographica, de que se podessem obter monumentos, porque também se reconheceu, que só o collector, em harmonia com a idéa fundamental que presidiu a todos os seus trabalhos e empregando o systema methodico a que sempre os subordinou, poderia ser o instituidor, para que, em vez de um museu scientificamente organizado, não saísse um desordenado labyrintho, como o que ahi se está notando nos chamados museus archeologicos.

Julgou porém o Governo de Vossa Magestade, que o mencionado contracto, antes de ter execução, carecia de ser submettido ao judicioso paracer do Procurador Geral da Coroa e Fazenda, para o poder sancionar com toda a segurança de legalidade; mas, infelizmente, este illustre magistrado só há poucos dias pôde apresentar o parecer exigido, causando este excessiva delonga inculcaveis prejuízos ao auctor da obra contractada, tanto em relação ao atrasamento forçado que tem tido na elaboração do primeiro volume, aliás já adiantado, como ao grande accrescimento de despeza, a que se tem visto obrigado nesta capital durante tantos mezes de espera, estando ausente da sua casa; e comtudo, apesar de tantos embaraços e de tanto tempo inutilmente perdido, o auctor propõe-se empregar os maiores esforços para no prazo competente apresentar o texto do dito primeiro volume, porque para isto julga-se empenhado por uma dupla obrigação. O vasto assumpto, de que hade tratar o primeiro livro das “Antiguidades Monumentaes do Algarve”, comprehende todos os característicos da idade neolithica e os da transição da ultima idade da pedra para a época do bronze, descobertos naquelle riquíssimo território. Este livro será illustrado com as plantas dos edificios e monumentos de construcção prehistorica alli explorados pelo auctor, com a estampagem das numerosas armas e instrumentos de trabalho de sílex e quartzite lascados, com a das armas e instrumentos de pedra polida, com a de muitas e varias formas de artefactos ceramographicos de feição rudimentar, com a de outros, consocios nos depósitos, que taes manifestações forneceram ao estudo, e finalmente com uma Carta, que mostre á simples vista quaes foram os pontos daquella provincia occupados por nacionalidades largamente distanciadas dos tempos históricos.

O segundo volume trataria do vastissimo assumpto das instituições préromanas no território do Algarve se fora possível escrever-se para com o primeiro ser submettido ás conferências do Congresso de anthropologia e de archeologia préhistorica, esperado nesta capital em Setembro do próximo anno, por isso que, tendo os estudos do Algarve sido feitos a expensas do Estado e dado resultados tão valiosos, por diversos motivos de especial consideração

em relação á sua útil publicidade, conviria que não fossem excluídos daquelle notável certame scientifico, que vai collocar a nação portugeza no plano das mais adiantadas civilisações, se poder condignamente apresentar-se e mostrar que os modernos Governos nacionaes são distinctos protectores das sciencias que actualmente estão sendo cultivadas pelos mais abalisados sábios da Europa. (87)

O texto do primeiro volume, emfim, á custa de grandes sacrificios e de aturadas fadigas, poderá o auctor preparar-se para apresentar no mencionado prazo, não havendo motivo de força maior em contrario, se o Governo de Vossa Magestade se dignar sancconar desde já o citado contracto, se quizer honrar o auctor conferindo-lhe os auxílios constantes das diversas condições do mesmo contracto, e ordenar a prompta organização systematica do museu do Algarve na Academia Real de Bellas Artes, onde para este fim há hoje sufficiente espaço, ou, pelo menos, a secção monumental, concernente á época prehistorica, a que tenha de referir-se o mencionado primeiro volume. (88)

Não são muitos, segundo consta, os trabalhos que se preparam para demonstrarem a riqueza anthropologica e prehistorica do solo portuguez, e por mais esta razão não poderia explicar-se de um modo plausível, porque deixavam de ser submettidos ao exame do congresso internacional os característicos prehistoricos monumentaes da única provincia do reino que o Governo mandou estudar, única também que os póde manifestar por carta archeologica e por um museu especial. (89)

Em vista das ponderações, que mui respeitadamente o abaixo assignado tem a honra de levar ao alto conhecimento de Vossa Magestade e de submeter á apreciação e decisão do seu illustrado Governo:

Pede a Vossa Magestade haja por bem ordenar, que sem maior retardamento lhe seja sancconado o contracto, que em 31 de Maio deste anno celebrou com o Governo, afim de poder cumprir nos prazos estipulados, os deveres a que se obrigou e que o Governo benignamente lhe conceda ao mesmo tempo os auxílios indicados nas condições 5^a e 6^a do mesmo contracto, pois que havendo ainda mais alguma demora, faltará o tempo absolutamente indispensável para poder apresentar no próximo futuro congresso os monumentos prehistoricos do Algarve. (90)

E. R. M.

Lisboa, 27 de Dezembro de 1879

Sebastião Philippes Martins Estacio da Veiga

Notas

84 – Nesta cópia do requerimento oficial, dirigido a El-Rei, redigido com evidente cuidado e em boa caligrafia, é mencionada a data de 15 de Janeiro, como sendo a da Portaria governamental que encarregou Estácio da Veiga do levantamento arqueológico do Algarve e margens do Guadiana, pelo que se considera esta mais provável que a data de 11 de Janeiro, mencionada em outros documentos do Arquivo. Ver Nota 5.

85 – Os termos deste contrato, celebrado a 29 de Maio de 1879 devem ter provocado entre os detractores de Estácio alguma agitação; com a mudança do Ministro do Reino, ainda em 1879, foi o articulado do referido contrato minuciosamente estudado, mas não se lhe encontraram falhas processuais, pelo que entrou em vigor, embora com atraso de vários meses: este requerimento, datado de 27 de Dezembro desse ano, sete meses depois de o referido contrato ter sido celebrado, é a consequência de tais atrasos processuais. Uma cópia do mesmo, também escrito por Estácio da Veiga encontra-se ainda na posse de familiares, tendo sido já parcialmente reproduzido. Uma observação final refere que o documento “Foi enviado pelo Governo ao Procurador Geral da Coroa e Fazenda em 26 de Julho de 1879, e voltou em Dezembro do mesmo anno com o parecer de estar legal e ser obrigatório o seu cumprimento.” (SANTOS, 1972, apêndice documental).

86 – Esta passagem é de grande interesse: nela, Estácio informa o monarca de que o Governo tinha providenciado a

constituição em Lisboa de “um grande museu central, onde fossem representadas as antiguidades do reino”, começando-se pela organização dos monumentos e peças recolhidos por Estácio em Mértola e no Algarve. A organização provisória das colecções, tendo em vista a sua exposição pública, recaiu no edifício da Academia de Belas Artes, “oferecido para a instituição provisória do museu do Algarve, de Mértola, e de todas as mais terras (...)”. Para tal efeito, foi o próprio oficialmente incumbido, por ofício assinado pelo Director Geral da Instrução Pública de 1 de Abril de 1880 que, por despacho do Ministro do Reino, e sob proposta do Vice-Inspector da Academia de Belas Artes, “de classificar e catalogar por modo que possam ser expostos ao público os Monumentos Archeologicos vindos ultimamente do Algarve, e por V. Ex^a. descobertos e colleccionados para a comprovação da Carta Archeologica d’aquella Província” (PEREIRA, 1981, Documento n.º 16). Esta determinação teve o apoio de Estácio da Veiga, que pugnou para que os resultados das investigações de que esteve oficialmente incumbido fossem expostos ao público, no edifício da referida Academia.

Verifica-se, contudo, que, em nenhuma passagem deste documento oficial se menciona a constituição do Museu Arqueológico do Algarve, o qual, com efeito, não teve existência legal; tratava-se, simplesmente, de um espaço cedido pela Academia de Belas Artes, para a exposição dos referidos objectos, sujeito portanto à superior orientação dos proprietários do referido espaço. Veremos que esta situação, entre outras, esteve na origem do encerramento do Museu.

87 – O desejo de Estácio de ter o segundo volume das “Antiguidades” concluído a tempo de ser distribuído, em Setembro de 1880, aos participantes do Congresso de Lisboa, não se confirmou: com efeito, o primeiro volume da obra só foi impresso em 1886 e o segundo em 1887, em parte por dificuldades estranhas ao Autor, relacionadas com o atraso da execução das ilustrações, e em parte devidas aos novos descobrimentos realizados em finais de 1881: as necrópoles pré-históricas de Aljezur e de Alcalar, e ainda a estação de Torre dos Frades, depois publicadas nos diversos volumes da referida obra.

88 – Apesar de Estácio ter recebido apenas a 1 de Abril de 1880 incumbência oficial para a organização do designado Museu do Algarve (ou Museu Arqueológico do Algarve) nas instalações da Academia de Belas Artes, verifica-se que, à data da redacção deste documento, a 27 de Dezembro de 1879, era já essa a sua vontade, aqui claramente expressa.

89 – A justificação imediata invocada por Estácio para a organização do Museu Arqueológico do Algarve, consistia no Congresso Internacional que se reuniria em Lisboa em Setembro do ano seguinte. Ver Notas 27 e 76.

90 – As condições estipuladas nos pontos 5 e 6 do referido contrato respeitam à gratificação de 50.000 réis, que Estácio deveria receber mensalmente, a contar de 1 de Julho de 1879, obrigando-se à restituição dos montantes já recebidos caso a entrega anual de cada volume, dos 5 ou 6 que constituirão a obra, não se verificasse no dia 1 de Julho de cada ano, exceptuando-se o primeiro, que poderia ser entregue até três meses após o prazo indicado, o que significa que deveria ter sido entregue até 1 de Outubro de 1880 (5^a. condição). A 6^a. condição estabelecia que o Governo se obrigava a custear a impressão da obra, incluindo “as estampas e desenhos, que devem acompanhar cada volume, sob a revisão e inspecção do author”.

Documento n.º 19 (Fig. 92)

Convite para jantar de amigos – 08-07-1877 (minuta)

Ex.^{mo}. Sr.

Esperando poder jantar hoje com alguns amigos verdadeiramente amadores das antiguidades monumentaes da nossa encantadora provincia, desejo dever a V. Ex.^a a honra de nos acompanhar nessa limitada e modesta reunião.

Com muita consideração sou

De V. Ex.^a

patricio m.^o. v.^{of}. e obrig.^{do}.

Hospedaria da Porta Nova em 8 de Julho de 1877.

Sebastião Philippes Martins Estacio da Veiga

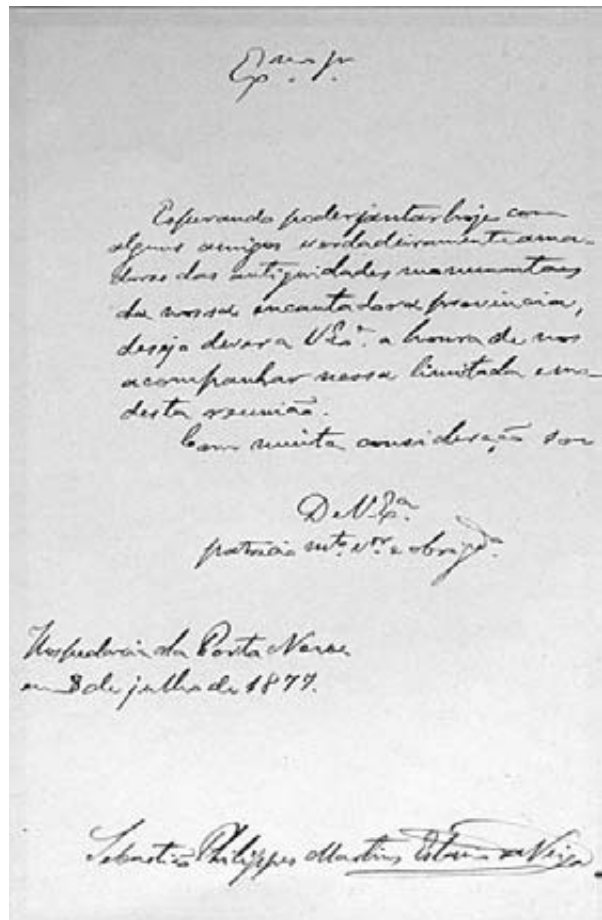


Fig. 92 – Documento n.º 19.

Documento n.º 20 (Fig. 93)

Estátuas de Estói – 02-12-1881 (minuta de carta sem destinatário)

Ex.^{mo}. Am.^o e Sr. – Primeiro que tudo receba V. Ex.^a os meus cordiaes agradecimentos pelo bom êxito que obteve ácêrca das duas estatuas do Jardim de Estói. Não pouco enfadamento causou a V. Ex.^a este assumpto, principalmente desde que appareceu em scena o sr. Lucas da Silva Castello, zeloso membro do conselho de familia, animado do reservado intuito de que taes estatuas não viessem ao meu poder, para assim me mostrar que não tinha em esquecimento umas zanguinhas que interromperam as nossas relações de convivência desde 1862!

Quando as duas estatuas forem estampadas e descriptas no livro que hade tratar das antiguidades romanas do Algarve, com as devidas reservas o nome de V. Ex.^a ficará em lembrança, assim como o do seu Ex.^{mo}. Pae, a quem sou igualmente devedor do meu agradecimento pelos três fragmentos epigraphicos que mui amavelmente me offereceu em 1877, e por isso me limito agora a manifestar o grande apreço em que tenho os obséquios com que V. Ex.^a mui benevolmente quis distinguir-me. (91)

Em consequência de ter communicado ao governo que já tinha promovido a estampagem photographica das estatuas, julgo indispensável este trabalho. São precisas 12 estampas com o dobro, pelo menos, das dimensões que costuma ter os cartões dos retratos, e que cada exemplar venha acompanhado do letreiro seguinte na margem inferior: - Estatuas romanas, de mármore branco, descobertas na quinta de Marim, concelho de Olhão, nos fins do século XVIII. Pertencem á collecção de Estacio da Veiga. – Mais duas estampas sobre as doze desejo eu obter, uma para ficar junto á minuta do livro em que forem descriptas e outra para acompanhar o texto que deve ser impresso; mas o photographo, no recibo que passar, cuja minuta mando a V. Ex.^a, sem especialisar particularidades e despezas miúdas, tudo incluirá na importância dos 12 exemplares. (92)

Envio também a V. Ex.^a a minuta, que me pede, do recibo respectivo á arrematação, no qual convem incluir a despeza da praça, a do acondicionamento e remessa, a fim de que nesse documento figure só o nome do licitante como por mim

encarregado de tudo, e não o de V. Ex.^a, por ser advogado do testamenteiro.

Logo que me chegue o recibo do photographo o remetterei para Lisboa, donde immediatamente virá por um vale a importância do seu trabalho, e as estampas darão ao mesmo tempo entrada no museu do Algarve, como prova documental.

Quando V. Ex.^a poder apurar as despesas da praça, a de acondicionamento e remessa para se juntar á da importância da arrematação, mandal-as-hei satisfazer. Eu estou ainda residindo na minha casa de campo das Cabanas da Conceição, mas logo que vá para Tavira avisarei a V. Ex.^a

Repito o testemunho do meu particular reconhecimento por tantas finezas, condescendências e delicados serviços com que V. Ex.^a tem honrado o De V. Ex.^a

Am.^o. E obrig.^{mo}.

Tavira (Cabanas da Conceição) – 2 de Dezembro de 1881.

E. da V.

Notas

91 – Trata-se de duas obras de estilo clássico, mas posteriores à época romana, ao contrário do que julgava Estácio da Veiga, não constando, consequentemente de nenhum dos inventários de escultura romana em Portugal (GARCIA Y BELLIDO, 1949; SOUZA, 1990). É provável que tais estátuas datem do século XVIII, sendo coevas da construção do edifício que actualmente ali se observa, parcialmente sobreposto às ruínas romanas, correspondentes a uma das mais notáveis e monumentais *villae* romanas do território português.

92 – Dos três fragmentos de inscrições romanas que obtive e menciona, aquando das escavações que ali efectuou em 1877, são actualmente conhecidas apenas duas: uma, incompleta, poderá relacionar-se com o culto imperial; a outra é funerária (ALARCÃO, 1988, p. 207).

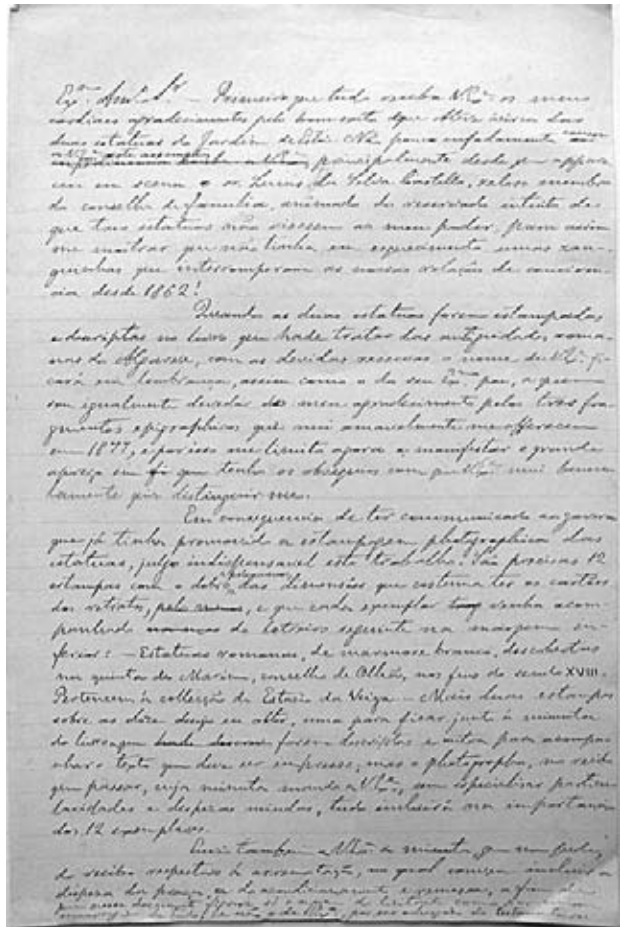


Fig. 93 – Documento n.º 20 (1.ª página).

Documento n.º 21 (Fig. 94)

Informação da Direcção d'Obras Públicas. Districto de Faro - 15/12/1877

S. N. R.

Illm Exmo. Snr. Sebastião Filippes Martins Estacio da Veiga
em Albufeira

Da Direcção d'Obras Publicas. Districto de Faro

Respondendo ao seu officio n.º 67, de 8 do corrente, cumpre-me dizer lhe o seguinte: A carta geographica deste Districto elaborada pela Direcção Geral dos nossos trabalhos geographicos é a mais perfeita que existe, é uma cópia d'ella que lhe foi remettida pelo desenhador da Direcção d'Obras publicas a meu cargo, se alem dos esclarecimentos que ali se conteem V. Ex.^a precisa de outros para o desempenho da sua missão especial no Algarve, digne-se dizer-me quaes elles são, porque é dever meu prestar-lhe todos aquelles de que eu tiver conhecimento. (93)

Deus guarde a V. Ex.^a

Faro, 15 de Dezembro de 1877.

Ill^{mo} Exmo. Snr. Sebastião Philippes Martins Estacio da Veiga.

O Director

Agostinho Pacheco Leite de Bettencourt

Notas

93 – Foi sobre esta carta geográfica, à escala de 1/200 000, que Estácio lançou os locais de interesse arqueológico por ele identificados no Algarve. Esta e outras missivas evidenciam, por outro lado, o bom relacionamento e espírito de colaboração que as diversas entidades do distrito de Faro, desde o Governo Civil às administrações municipais, passando pela direcção das Obras Públicas, mantiveram, nas suas diferentes áreas de actuação, com Estácio da Veiga.

Documento n.º 22 (Fig. 95)

Informação do Administrador do Concelho de Aljezur - 07/05/1878

S. N. R.

Illm. Exmo. Snr. Sebastião Filippes Martins Estacio da Veiga

Em Lagos

Da Administração do Concelho d'Aljezur

Illm Exmo. Am.º e Sn.r

Recebi o officio de V. Ex.^a de 17 de Abril ultimo e bem assim a quantia de seis contos reis, importe da despeza da conducção da pedra d'Arrifanna. (94)

Lembro levar a conhecimento de V. Ex.^a que na semana passada, fui fazer uma escavação na praia, digo junto a praia

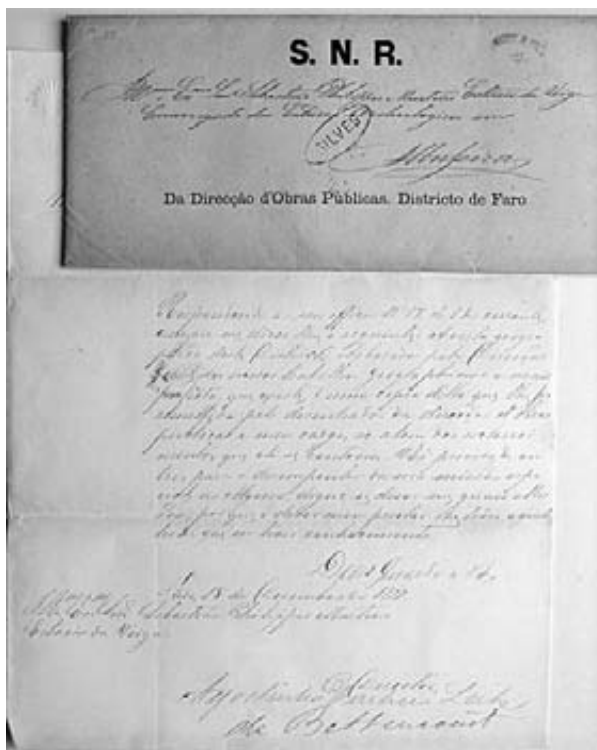


Fig. 94 – Documento n.º 21 e respectivo sobrescrito.

da Arrifanna e na fundura d'um metro encontrei muitas louças d'epoca antiga, a maior parte brancas, quasi toda lisa e alguma tinta d'azul outra riscada com a mesma cor também se acharam dois ceitis se V. Ex.^a quer que eu lhe remeta a louça dei-me (*sic*) as suas ordens para assim as cumprir.

De V. Ex.^a att.^o V.r Obrg.^o
Aljezur 7 de Maio de 1878
José da Costa Serrão

Notas

94 – Desconhece-se que monumento é este. Acha-se, também, excessiva a despesa de seis contos de réis relativa ao transporte do monumento; seiscentos mil réis era quantia exorbitante; seis mil réis (em vez de seis contos de réis) parece ser a verba mais adequada, dependendo, naturalmente da distância do transporte efectuado, que se desconhece.

Documento n.º 23 (Fig. 96)

Inventário de objectos arqueológicos – 11-07-1877 (minuta de carta não assinada)

N.º 39

Ao Admor. do Con.º de Tavira
Illmo. Sr.

Tendo de ausentar-me quanto antes desta cidade, vou rogar a V. Ex.^a se sirva, com a maior urgência, mandar a esta hospedaria um empregado da sua repartição para inventariar (*sic*), tomar posse, e arrecadar com o mais escrupuloso cuidado todos os productos da minha exploração archeologica nos concelhos de Alcoutim, de Castro Marim, de Villa Real e de Tavira, já encerrados em caixotes, numerados e com sobrescripto para o Exmo. Ministro do Reino; esperando que V. S., a bem do serviço publico, os conserve sob sua vigilância e responsabilidade, até receber ordem do governador civil, ou aviso meu, a fim de serem transportados para a sede do districto, ou directamente para Lisboa, se assim me fôr superiormente determinado. (95)

Farei portanto a entrega dos referidos volumes ao empregado que por V. S. fôr auctorizado e me passar o competente recibo.

Para o mesmo fim de serem transportados para Faro ou para Lisboa, á ordem do governador civil, ou por aviso meu, estão reunidos junto á casa de habitação da quinta da Torre d'Ares seis monumentos epigraphicos de pedra, cuja posse, pelo facto de terem sido offerecidos ao Estado pelo seu illustre proprietário, preciso urgentemente dar, a V. S., ou a quem para este serviço V. S. se digne nomear. (96)

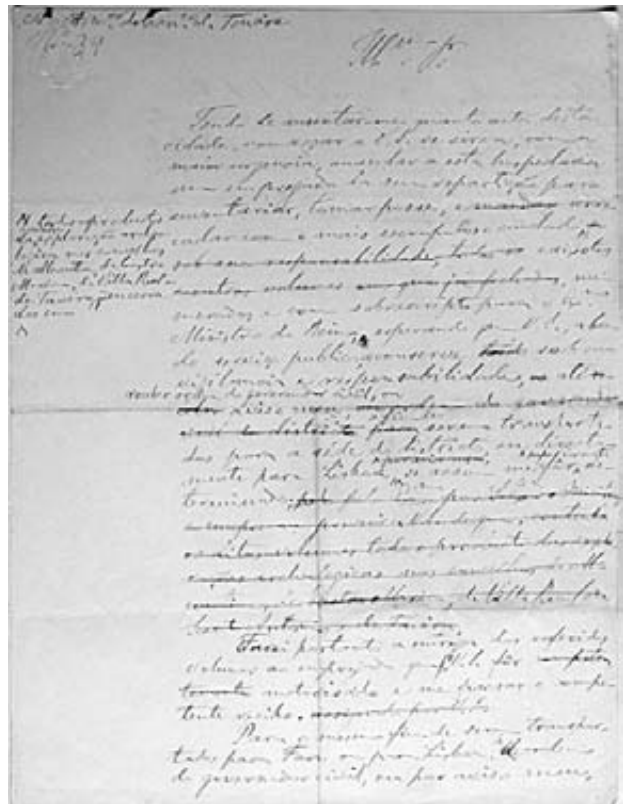


Fig. 96 – Documento n.º 23 (1.ª página).

D^s. G^o. a V. S. – Tavira, hospedaria da Porta Nova, em 11 de Julho de 1877.
Ill^{mo}. Sr. Adm^{or}. do Concelho de Tavira

Notas

95 – O procedimento usualmente adoptado por Estácio envolvia o recurso à colaboração dos administradores dos diversos concelhos algarvios, providenciando depósitos provisórios para os materiais recolhidos nas sucessivas regiões que ia prospectando, neste caso na zona oriental do sotavento. Foram estes materiais ulteriormente enviados para a Academia Real de Belas Artes, sobretudo nos meses que antecederam a inauguração do Museu Arqueológico do Algarve, em 26 de Setembro de 1880.

96 – Estes seis monumentos epigráficos pertenciam à antiga cidade de Balsa, que ocupava terrenos actualmente pertencentes às Quintas da Torre de Ares e das Antas. Além dos três monumentos obtidos por Possidónio da Silva e actualmente conservados no Museu do Carmo, a que já anteriormente se fez referência (ver Nota 3), José d'Encarnação dá, como existentes no Museu Nacional de Arqueologia, apenas mais três inscrições (ENCARNAÇÃO, 1984, inscrições 79, 80 e 81). Deste modo, é provável que as outras três inscrições mencionadas por Estácio se tenham extraviado, dado que as que as outras três já anteriormente haviam sido remetidas para o Museu do Carmo.

Documento n.º 24 (Fig. 97)

Justificação dos atrasos da publicação das AMA (1) (minuta de carta não endereçada, nem datada)

Ill^{mo}. e Ex^{mo}. Sr.

Depois de uma luta de quatorze mezes, luta que me forçou a soffrer em silencio a desconsideração, a iniquidade e o próprio atropelamento das mais correntes preceitos da lei que rege os contractos bilateraes, posso, emfim, recomençar apparecer hoje, porque só hoje consegui haver á mão as provas de que absolutamente carecia para mostrar a V. Ex.^a, ao Governo, e ao paiz, se tanto for mister, que longe de serem devidamente apreciados e reconhecidos os meus serviços, fui iniquamente maltratado porque tinha superior obrigação de exemplificar a fé e o respeito a que obriga, em qualquer contracto, os homens honrados e sensatos.

(97)

Em 29 de maio de 1879 celebrou o Governo commigo um contracto no Ministério do Reino, obrigando-me eu pela condição 1^a a escrever, sob o titulo de Antiquidades Monumentaes do Algarve, uma obra em cinco ou seis volumes; pela condição 2^a a apresentar eu quinze mezes depois do 1^o de Julho o primeiro tomo, e dali em diante os tomos subsequentes no prazo de um anno cada um; ás

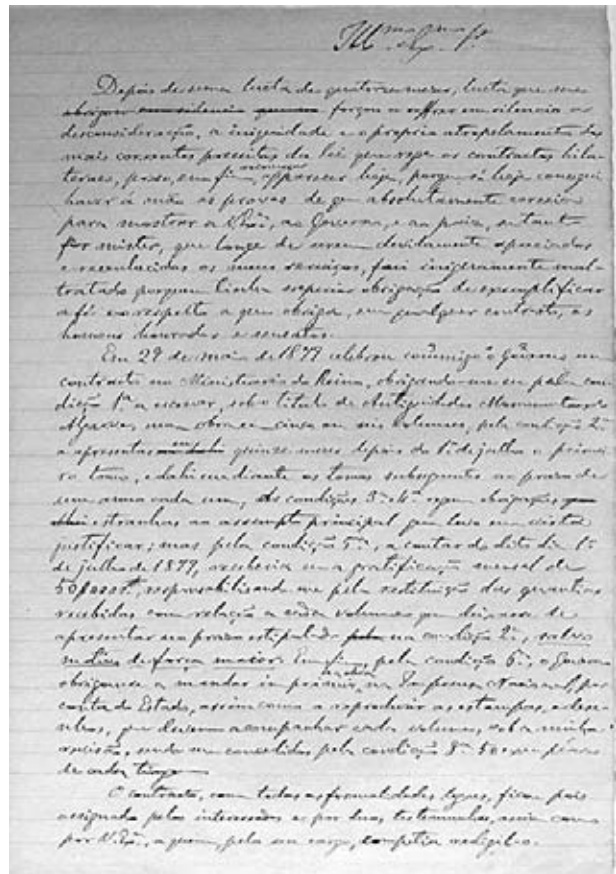


Fig. 97 – Documento n.º 24 (1.ª página).

condições 3ª e 4ª regem obrigações estranhas ao assumpto principal que levo em vista justificar; mas pela condição 5ª, a contar do dito dia 1º de Julho de 1879, receberia eu a gratificação mensal de 50\$000 rs, responsabilizando-me pela restituição das quantias recebidas com relação a cada volume que deixasse de apresentar no prazo estipulado na condição 2ª, salvo motivo de força maior. Emfim, pela condição 6ª, o Governo obrigou-se a mandar imprimir a obra na Imprensa Nacional, por conta do Estado, assim como a reproduzir as estampas, e desenhos, que devem acompanhar cada volume, sob a minha revisão, sendo-me concedidos pela condição 8ª 50 exemplares de cada tiragem.

O contracto, com todas as formalidades legais, ficou pois assignado pelos interessados e por duas testemunhas, assim como por V. Ex.^a, a quem, pelo seu cargo, competia redigil-o. (98)

Ficaram portanto os dois contrahentes com todas suas condições estipuladas e bem definidas, para só deixarem de ser cumpridas pelo auctor da obra contractada por motivos de força maior, não estipulando o Governo circumstancia alguma que o justificasse quando por qualquer motivo faltasse a alguma das obrigações que se propôz cumprir.

Uma immediata substituição de ministério deu logo em resultado mandar o novo Ministro do Reino examinar o referido contracto pelo procurador geral da Coroa e fazenda, e tal delonga houve neste exame, que só no fim daquelle anno o contracto voltou ao Ministério com a affirmação da sua rigorosa legalidade. Mais firme que nunca ficou pois o contracto, e o Ministro ordenou, consaequentemente, me fossem pagas as gratificações devidas em virtude das condições 2ª e 5ª. – Foi este o primeiro motivo de força maior que annullou os primeiros seis mezes do prazo estipulado para a publicação do primeiro volume da obra. (99)

Para poder eu também cumprir as condições a que me tinha obrigado, renovei as propostas, que deram origem ao contracto, sendo principal e urgente, em vista de tantos mezes já inutilizados, a vinda dos monumentos, que ordenados systematicamente em museu, deviam comprovar a carta archeologica relativamente a cada nacionalidade nella representada, e grupados por característicos archeologicos de cada epocha, serem reproduzidos nas estampas que deviam acompanhar cada volume, porque sem estampas nenhum se podia nem devia imprimir.

O Governo mostrou então a melhor vontade de annuir ás minhas propostas e neste sentido ordenou ao governador civil do districto de Faro a mais prompta remessa dos monumentos por mim colligidos no Algarve, mediante uma relação, que forneci, das repartições e logares em que os tinha deixado; mas, como naquella mesma conjunctura fora substituído o governador civil que havia recebido a ordem, foi preciso renovar eu a dita proposta e o governo as suas determinações para que os monumentos comessem a chegar em Março de 1880 á academia de bellas artes. Não tendo ainda chegado metade dos que deviam vir, por despacho de 1 de Abril daquelle anno de 1880 fui encarregado de dar começo á organização do museu.

Logo que no mez de Abril chegaram mais monumentos, organizei alguns grupos e participei a V. Ex.^a poder desde então começar-se a reproducção delles nas estampas correspondentes ao primeiro volume; mas declarando a Imprensa Nacional que não podia desempenhar todo o trabalho artistico, recorreu o governo a uma empresa particular, representada por Francisco Justiniano de Sousa Pavia, com o qual, em vista do seu orçamento de 13 daquelle mez, contractou a carta archeologica prehistorica e as estampas do que já era possível reproduzir. Eu acudia então ao trabalho do grupamento dos critérios prehistoricos para as estampas e ao da organização do museu que devera ser submettido no mez de Setembro ao exame do congresso de Lisboa, preparando ao mesmo tempo o programma da obra e estudando os assumptos de que me competia occupar-me. Apesar porém de todos estes esforços, sobre os seis primeiros mezes já perdidos em formalidades officiaes de que o novo governo se servira para ver se podia annullar o que o seu antecessor fizera, accresciam mais quatro, que o governo civil do Algarve inutilisou no prazo dos quinze meses destinados á publicação do primeiro volume.

Ora, começando o trabalho das estampas dez mezes depois do contracto em vigor, por motivos de força maior, a que eu não tinha dado causa e que o governo não quis evitar, é evidente que o prazo para a publicação do 1º livro, publicação que não podia fazer-se sem estampas e sem ir acompanhada da competente carta prehistorica, tinha ficado prejudicada em dois terços do seu tempo, e tanto assim o reconheceu V. Ex.^a e o governo, que entenderam mui razoavelmente não

ser eu o responsável pela perda dos dez primeiros mezes assim perdidos.

Desde Maio até 11 de Setembro, nove dias antes da abertura do congresso, continuou a chegada dos monumentos, multiplicando-se de tal modo o trabalho do museu que, para poder ser apresentado áquelle sapientíssimo jury, foi mister sacrificar as próprias horas do descanso, começando o meu serviço de madrugada e continuando-o até alta noite.

Durante os cinco mezes decorridos desde a data em que o governo contractou com Francisco Pavia o trabalho artístico da carta prehistorica e das estampas, conseguiu este artista adiantar muito o serviço a seu cargo, mas não a tal ponto que me pudesse dar as estampas respectivas aos critérios que se tinham grupado para assim poderem começar a ser descriptas no texto do livro. Era porém absolutamente indispensável a reunião de todas, por isso que, representando ellas critérios locais, era mister primeiramente grupal-as em ordem geographica para com a carta prehistorica á vista o leitor da obra poder conhecer o trajecto que ligava entre si as estações prehistoricas de cada período, por ser este o plano adaptado para a obra.

Logo que consegui reunir um numero avultado de estampas, embora ainda incompleto, nos três últimos mezes de 1880 até Maio de 1881 o primeiro livro estava quasi escripto, tendo apenas em aberto as lacunas que não podiam ainda ser preenchidas, porque em consequência dos muitos descobrimentos feitos no Algarve pelos meus correspondentes, e do conhecimento que fui tendo de objectos existentes em collecções particulares, reconheci ser mui vantajoso accrescentarem-se novas estampas ás que em Abril do anno antecedente o governo mandou fazer na officina de Francisco Pavia. Dirigi então uma proposta neste sentido a V. Ex.^a e V. Ex.^a ordenou se fizesse o orçamento relativo a este proposto accrescentamento, ao passo que na mesma occasião (...). O documento está incompleto.

Notas

97 – Estácio da Veiga era muito exigente consigo próprio quanto à noção do cumprimento do dever, o que estava de acordo com a sua própria formação moral. Deste modo, quaisquer observações não fundamentadas ou justificadas sobre a sua conduta profissional seriam, naturalmente, rejeitadas de forma definitiva. O problema aqui colocado relaciona-se com os atrasos da publicação dos sucessivos volumes das “Antiguidades”, os quais eram imputados à sua responsabilidade, pelo que lhe foi suspenso o pagamento da gratificação mensal de 50.000 réis, acordada no contrato firmado com o Governo a 29 de Maio de 1879. Naturalmente, esta decisão incomodou sobremaneira o Autor, até porque se sabe que, financeiramente, não vivia de forma desafogada. Este extenso documento, que antecede o seguinte, sobre a mesma matéria, teve, pois, a finalidade de o desagrar das culpas que, com evidente injustiça, lhe eram atribuídas nesses atrasos.

98 – Deve referir-se ao Chefe da Repartição da Contabilidade do Ministério do Reino, a quem é endereçado o Offício seguinte, sobre o mesmo assunto.

99 – Os atrasos na implementação deste contrato, encontram-se agora explicados por motivo de mudança de ministério, com a subsequente indicação para que a legalidade daquele fosse devidamente analisada, motivou um Requerimento, dirigido a El-Rei, a 27 de Dezembro de 1879. Este requerimento coincidiu, no tempo, com a implementação efectiva do contrato. Ver Nota 85.

100 – A principal razão invocada por Estácio para os atrasos da execução do primeiro volume, residia nas dificuldades de ter em mão as estampas que deveriam ser executadas na officina litográfica de Francisco Pavia, que detinha já assinalável experiência na execução de trabalhos idênticos para a Secção dos Trabalhos Geológicos. Note-se, contudo, que Estácio não forneceu ao referido artista a totalidade do trabalho a executar: ia entregando os desenhos que já estavam prontos para gravação, cuja ordenação final carecia de outros, que ainda se não concluídos: é o próprio Estácio

que o declara, ao reconhecer “ser mui vantajoso accrescentarem-se novas estampas ás que em Abril do anno antecedente o governo mandou fazer na officina de Francisco Pavia”, em resultado de novos descobrimentos e informações que não podiam deixar de ser incluídas no volume em preparação (o primeiro das “Antiguidades Monumentaes do Algarve”).

101 – O texto desta minuta termina bruscamente, dando a impressão que a situação descrita deveria ter outra fundamentação. É provável que a minuta do documento que se segue se destinasse à substituição deste, deixado inacabado.

Documento n.º 25 (Fig. 98)

Justificação dos atrasos da publicação das “Antiguidades Monumentaes do Algarve” (2) – 10-08-1883

Ao Chefe da Contabilidade do Ministerio do Reino:

III^{mo}. Ex^{mo}. Sr.

Mandando-me V. Ex.^a verbalmente annunciar que necessitava saber em que andamento estava a obra relativa ao contracto que celebrei com o Governo, a fim de poder mandar passar a ordem de pagamento, respectiva aos meus subsídios, vou communicar-lhe, primeiro que tudo, os motivos porque não está, não podia, nem devia estar ainda na Imprensa Nacional o texto dos dois primeiros tomos das Antiguidades Monumentaes do Algarve e porque não está também há muito tempo publicada a Carta Prehistorica desta provincia, que é a obra fundamental que deve ser descripta nos dois mencionados livros; e assim conhecerá V. Ex.^a, como passado pouco tempo farei saber ao governo e ao paiz, que os meus serviços prestados á sciencia estarão sempre acima de todas as duvidas, quando alguma vez houver em Portugal menos antagonismo e mais competência para os julgar. (102)

O meu contracto consigna os motivos de força maior para justificarem plenamente a falta da publicação dos meus livros nos prazos estipulados.

Contractou-se que cada volume das Antiguidades monumentaes do Algarve seria acompanhado de estampas, mandadas reproduzir pelo Governo sob a revisão e inspecção do autor. Estas estampas referem-se ás plantas e cortes dos monumentos por mim explorados e ao desenho dos artefactos mais typicos da industria antiga, alguns dos quaes devem ser interpostos no texto. Para este fim contractou o Governo com uma empreza particular, representada por Francisco Justiniano de Sousa Pavia, com officina lithographica na rua do Moinho de Vento n.º 60, o trabalho das referidas estampas sob a fiscalisação da Imprensa Nacional, e a minha

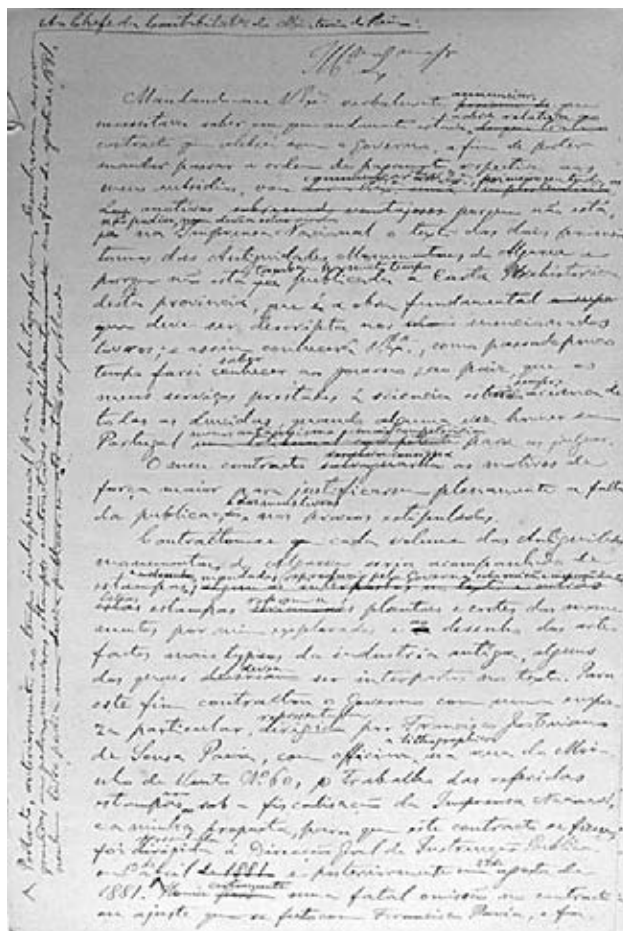


Fig. 98 – Documento n.º 25 (1.ª página).

proposta, para que este contracto se fizesse, foi apresentada á Direcção Geral da Instrucção Publica em 13 de Abril e posteriormente em 27 de Agosto de 1881. Portanto, anteriormente ao tempo indispensável para se photographarem, (103) desenharem e serem gravadas em pedra as numerosas estampas contractadas nos fins de Agosto de 1881, nenhum livro podia ser publicado. Houve certamente uma fatal omissão no contracto ou ajuste feito com Francisco Pavia, e foi não se lhe ter imposto a obrigação de despachar os seus trabalhos n'um prazo determinado, ficando sujeito a certas condições onerosas, se faltasse.

Começou aquelle artista com a estampagem photographica em Setembro de 1881, passou a desenhar muitas estampas photographadas e a gravar o desenho em pedra, para assim fazer a tiragem, mostrando-se a principio muito animado e diligente, promettendo a máxima regularidade nos seus serviços.

No fim daquelle mez retirei-me eu para esta provincia, tendo verbalmente communicado ao Ex^{mo}. Conselheiro Dir^{or}. G^{al}. de Instrucção P.^a ser-me absolutamente indispensável proceder a certos reconhecimentos, de que carecia a mais segura interpretação dos característicos de vários pontos desta provincia, e para este fim não pedi o mínimo auxilio. Vim pois á minha custa fazer diversos trabalhos essencialmente precisos para maior clareza e desenvolvimento da obra de que estava encarregado, tendo primeiramente combinado com o referido artista, encarregado das estampas, todo o andamento do seu trabalho; e com effeito, durante alguns mezes, ao passo que ia conseguindo apromptar estampas, remettia-me as provas, só procedia á tiragem depois de serem por mim corrigidas e approvadas, e nesta data estão já promptas quasi todas as que foram contractadas. O texto do primeiro tomo da minha obra estava também quasi concluído e somente aguardava a remessa das poucas estampas que faltavam para remetter tudo á Imprensa Nacional, a fim de se dar começo á composição typographica. A carta prehistorica, em conformidade dos descobrimentos feitos até o principio de Novembro de 1881, não só estava completa, como já mesmo passada á pedra, como posso afaçar, por ter recebido duas provas impressas, que sem perda de tempo me decidi logo a corrigir para que a sua tiragem não soffresse demora ocasionada por mim.

Em Fevereiro ou Março do anno passado devera portanto ter-se publicado, a carta prehistorica e o primeiro volume da minha obra, porque, obrigado pela Imprensa Nacional o referido artista, mui provavelmente despacharia o resto das estampas.

Occorreu porém, felizmente, uma circumstancia imprevista, que embargou a próxima publicação da carta e do livro, precisamente no mez de Novembro de 1881, e foi o furtuido descobrimento que fez em Aljezur o administrador do concelho, meu antigo correspondente e amigo, de uma grande e famosa collecção de instrumentos de pedra, lascada, polida e gravada com outros muitos objectos, encontrados em excavação que mandara fazer para simplesmente aproveitar pedras de construcção, collecção que immediatamente me offereceu com um esboço, embora assaz imperfeito, do jazigo daquelles objectos. (104)

Dirigi então um officio, sob o n.º 1 com data de 23 de Novembro daquelle anno, ao Conselheiro Dir^{or}. G^{al}. da I. P.^a, rogando-lhe se servisse levar ao conhecimento do Exmo. Ministro do Reino a importância dos descobrimentos de Aljezur, a necessidade urgente de ser aquelle ponto explorado em devida regra, e de se aproveitar a occasião para se fazerem explorações noutros sitios, que indiquei, porque os havia descoberto nas minhas pesquisas particulares desde que chegara ao Algarve; pois tanto a carta prehistorica como a minha obra, primeiros trabalhos neste género que se iam publicar em Portugal, careciam deste estudo complementar.

A importância de uma estação prehistorica em Aljezur, com relação ao Algarve e ás outras estações synchronicas já conhecidas em varias provincias do reino, era de tal ordem e significação, que logo antevi a forçada obrigação de alterar todo o seguimento ethnographico que tinha adoptado no meu livro, auctorizando com os descobrimentos até então effectuados, o plano da obra e até ás suas próprias conclusões!

Mui preventivamente, entendi não dever de modo algum devolver ao gravador a carta prehistorica, para ser impressa, sem primeiro saber com toda a certeza a que época, período ou idade devera ser (???) aquella estação, e pelo mesmo motivo retive o manuscripto do meu livro.

Com effeito dignou-se S. Ex.^a encarregar-me por seu despacho de 6 de Dezembro de 1881, communicado pela Dir.^{ão}. G.^{al}. da I. P.^a em off.^o n.^o 112 de 10 do mesmo mez de proceder ao estudo complementar que havia a fazer; e porque o dir.^{or}. das O. P.^a do districto de Faro não recebeu do seu ministério as precisas auctorisações para auxiliar os meus trabalhos de campo senão passados alguns mezes, sendo ainda assim preciso que para pôr termo a um tal retardamento intervisse o ministério do Reino, os ditos trabalhos só poderam começar em 15 de Maio do anno passado.

Em razão desta demora, que não estava ao meu alcance evitar, fui consequentemente obrigado a retardar a publicação da carta prehistorica, já gravada e revista, por isso que carecia, pela auctorisação que recebi para o mencionado estudo complementar, de ser muito ampliada e parcialmente reformada; e como os primeiros dois tomos da minha obra tinham de descrever a carta e os descobrimentos prehistoricos que conseguisse fazer, pela mesma razão não podiam ser preparados para a impressão antes de conhecidas as descobertas que iam ser empreendidas e finalmente de serem acompanhados das estampas respectivas ás plantas dos monumentos e dos critérios da industria antiga que estavam ainda por descobrir.

Houve portanto um superior motivo de força maior, mas altamente vantajoso, como em breve tempo se verá, que embargou a publicação, tanto da carta como logo do primeiro livro; e esta falta que não é minha, mas que V. Ex.^a tem ligado os seus reparos a ponto de hesitar na expedição da ordem de pagamento dos subsídios que me pertencem, affirmo eu estar plenamente justificada e constituir um factio proveitosissimo da maior importância, para quem entende a necessidade e a obrigação de aproveitar até á ultima hora todos os possíveis recursos, afim de que uma obra mandada publicar pelo Governo e que deve ser assignada por quem alguma competência, á força de muitos annos de estudo, conseguiu adquirir na opinião da sabedoria estrangeira, saia o mais enriquecida e depurada que possa ser, porque assim é honroso para o paiz e obrigatório para o auctor, embora este auctor receba como recompensa dos seus serviços a desconsideração e a duvida de não merecer os subsídios consignados por um contracto que o absolve de todas as faltas causadas por motivos de força maior!

(falta texto [pelo menos uma página]) em 15 de Maio do anno passado, durando até 15 de Novembro, pelos motivos expendidos e por outros a que tenho ainda de referir-me; 4^o porque, tendo a ordenada exploração complementar sido altamente compensada com descobrimentos importantissimos e numerosos, já em typicos monumentos de que não havia noticia alguma no reino, já em critérios archeologicos da mais depurada significação scientifica, como se póde conceber que se devessem desprezar as plantas e os cortes de tão famosos monumentos e o desenho de tantos e tão concluentes provas da industria prehistorica nesta zona geographica do paiz, já tudo desenhado em bellissimas estampas sem serem estes novos descobrimentos representados e descriptos nos dois primeiros livros, destinados exclusivamente á prehistoria do Algarve? 5^o, finalmente, porque, devendo a carta prehistorica ser descripta nos ditos dois primeiros volumes da minha obra, com quanto desde o principio de Maio do corrente anno esteja completamente prompta em poder do empresario das estampas, com todas as ampliações e reformas vantajosissimas porque passou á custa de muitas jornadas, de um assiduo trabalho, de numerosas noites perdidas e com o sacrificio da própria saúde, devendo serem-me remetidas as suas provas em 15 daquelle mez para uma dellas acompanhar o meu relatório ao Governo, até á presente data, não obstante haver empregado todos os esforços ao meu alcance, ainda não chegaram e só me são prometidas por todo este mez, se mais uma vez o referido empresario não quizer faltar, obrigando-me a adiar por mais tempo a remessa do dito relatório.

Ora, uma só das circunstancias, que ficam enumeradas, seria sufficiente para justificar, como motivo de força maior, a falta da publicação da carta e da obra; mas quando tantas concorrem simultaneamente para esta plena justificação, nenhuma arguição sensata e justa me pertence e muito menos a suspensão dos subsídios garantidos pelo meu contracto. Falta, porém, que V. Ex.^a tenha agora conhecimento dos motivos, também de força maior, que obstaram á publicação da carta e do primeiro livro da obra, desde 15 de Maio de 1882 até á presente data.

V. Ex.^a vai já saber tudo; vai ter noticia da negligencia que parece attribuir-me e do perdimento de tempo com que pareço ter sophismado o prazo das publicações a que sou obrigado pelo meu contracto, se primeiro que tudo o não fora,

pelo meu próprio pundonor e por muitas e diversas conveniências.

Em 15 de Maio de 1882 teve principio como disse, o trabalho da exploração complementar de que fui encarregado, tendo 40 dias concedidos e subsidiados para principalmente acabar de reconhecer em Alcalá, distante 6 k. da aldeia da Mexilhoeira Grande, um único tumulus que fora começado a descobrir pelo sábio prior daquella freguezia, para explorar a estação neolithica de Aljezur, e para por meio de porfiadas tentativas descobrir no vasto sitio da Torre dos Frades, distante poucos kilometros do rio Guadiana, os monumentos cuja existência ousei afirmar, embora nenhum se manifestasse com vestígios apparentes nas propriedades rústicas do seu terreno, fundando-me em critérios meus conhecidos, que em geral escapam sempre desapercibidamente á perspicácia e altos talentos dos sábios nossos concidadãos.

Quando no dia 13 de Maio de 82 fui inspecionar o pedregoso escampado de Alcalá, onde me cumpria acabar de explorar o monumento já mencionado, notei immediatamente que todo o relevo orographico daquelle grande campo era artificial, ou devido a um immenso esforço humano em eras remotíssimas. Vi n'uma linha de 300 metros de extensão sete outeiros principaes, semelhantes na configuração estructura áquelle que continha o tumulus que ia acabar de descobrir, e não me foi mister ver mais nada para concluir, que cada outeiro encerrava um monumento! Reflecti então, que, se o Governo se interessava em que fosse estudado naquelle campo um monumento isolado, muito maior interesse teria, em beneficio da sciencia e da riqueza archeologica do paiz, em que ficassem conhecidas as antiguidades alli existentes. Mandei logo fazer maior alistamento de trabalhadores, e ordenei que cada outeiro fosse pela sua maior elevação central atravessado por um largo corte; e não me enganei, porque em vez de um monumento descobri sete, constituído a mais apparatusa e significativa necrópole tumular do nosso paiz. Foram todos postos á vista, minuciosamente explorados, de quasi todos obtive excellentes critérios para uma classificação rigorosa; de todo o campo foi levantada a planta geral, de cada monumento uma planta e um corte vertical, e dos artefactos mais typicos, que nelles havia, se fizeram estampas primorosamente desenhadas á penna pelo prior da Mexilhoeira Grande, o mais insigne desenhador desta provincia. Consegui que os proprietários do terreno me permitissem não só conservar abertos aquelles sete famosos monumentos, como se prestassem a velar pela sua conservação; e lá estão patentes ao visitante instruído e sábio e ao povo que alli vai de grandes distancias, como em agradável romaria; mas como os nossos sábios curam mais de abater o mérito alheio do que em louval-o, os tumuli ou galerias cobertas de Alcalá, jazem no mais profundo silencio! Este trabalho que fora calculado para cinco dias, quando se julgava limitado a um só monumento, levou 31 no campo e mais alguns para o levantamento das plantas e composição das estampas cujos desenhos vou remetter ao Governo, bem como para o concerto e acondicionamento dos objectos descobertos.

Ficando Alcalá a uns 6 k. de distancia da Mexilhoeira Grande, onde fixei a minha residência durante a exploração obriguei-me a percorrer 370 k. para assistir diariamente aos trabalhos que me cumpria dirigir.

Vendo porém quasi acabado o prazo de 40 dias, que me fora concedido, em meu officio n.º 20 de 13 de Junho, communiquei os meus descobrimentos á Dir.^{ão}. G.^{al}. da I. P.^a, rogando fossem levados ao conhecimento do Exmo. Ministro; e propondo mais 50 dias para o desempenho da restante exploração complementar, tão auspiciosamente começada, annunciei que ainda teria alli demora superior a oito dias para receber qualquer ordem em contrario, porque neste caso, apesar de já ter em Aljezur um deposito de ferramentas, aquella estação, a da Torre dos Frades e outras intermédias ficariam por explorar e não se chegaria a realisar o estudo complementar de que fora incumbido. Não recebendo porem ordem alguma, passados aquelles dias, segui para Aljezur, acompanhado do prior da Mexilhoeira Grande, António José Nunes da Gloria, actual prior de Bensafirim, que se incumbiu mui generosamente das plantas e desenhos, que fosse mister fazerem-se.

Em Aljezur desobstrui a mais singular mansão mortuária, da ultima idade da pedra, de quantas tenho noticia. Já está marcada na carta como ponto de partida, em sentidos diversos, e cabe-lhe o primeiro lugar, no primeiro tomo da obra, agora indispensavelmente reformado no seu plano geral e muito ampliado, devendo mui brevemente chegar á Dir.^{ão}. G.^{al}. da I. P.^a a planta, os cortes e estampas da estação e dos objectos que continha para serem incluídas no dito livro.

O descobrimento da estação de Aljezur é da maior importância e significação, porque liga todas as outras estações synchronicas do Algarve ás das outras províncias do reino. Ora só esta circunstância vale todo o custo da exploração! E direi a V. Ex.^a, que n'outro qualquer paiz aquelles em que há muita gente apta para avaliar taes serviços feitos á sciencia, seria altamente apreciado e considerado todo o tempo preciso para se realizar como bem empregado, porque quando se apresentam cousas destas festejam-se com (???) e considerações respeitosas muito honrosas. Levou, é verdade, aquella exploração mais tempo do que vagamente se tinha calculado, porque em trabalhos desta ordem ninguém sabe calcular o tempo que devem levar. Quando em breve tempo, o Governo tiver á vista as estampas respectivas á estação de Aljezur, melhor se compreenderá nesse Ministério que tanto a carta prehistorica, como a obra das Antiguidades Monumentaes do Algarve, não deveria abandonar a uma precipitada publicidade, sem o immediato aproveitamento destes interessantes descobrimentos. (Vide o verso)

Faltava, emfim, para complemento definitivo, uma aventureira exploração no complicado e vasto sitio da Torre dos Frades, distante poucos kilometros do rio Guadiana, onde nenhum vestígio aparente denunciava a existência de monumentos prehistoricos. Muitas foram as tentativas, e mui diversos os resultados. Achavam-se alli antiguidades romanas e arabigas e só vagamente se apontava um ou outro ponto onde se tinham, havia annos, achado artefactos de pedra polida, cerâmica da mais rudimentar, e outros isolados objectos, que só eu possuía, até que em três propriedades diversas começaram a manifestar-se os monumentos procurados. (Vide verso)

A Torre dos Frades correspondeu pois cabalmente ás presumpções que havia suscitado, e ao synchronismo da sua remota habitação com as novas estações de Alcalá e Aljezur, e com aquellas já descobertas na primeira exploração, ordenadas e descriptas no texto do livro



Cliché N.º 1962; 1 - Pedra rectangular de schisto com 0,51m de compr., 0,14m de largura e 0,04m de espessura. Alcalá, mon. N.º5; 2 - Alcaria (Torre dos Frades) - Idade do cobre - urna de barro grosseiro, contendo fragmentos de craneos não queimados, mede no diametro da bocca 0,17m e de altura 0,10m; 3 - Alcaria (Torre dos Frades) - com fragmentos de craneos - Diam. da bocca 0,14m e alt. 0,085m; 4 - Alcaria (Torre dos Frades) - com fragmentos de craneos - Diam. da bocca 0,11m e de alt. 0,055m; 5 - Alcaria (Torre dos Frades) - I. do cobre - D. da bocca 0,0155m de alt. 0,06m; 6 - Alcalá - Transição - mon. n.º 5 - Vasia - D. da bocca 0,110m; 7 - Alcalá - Transição - Fragmento de craneos - Diam. 0,095m, alt. 0,085m; 8 - Alcalá - Transição - D. 0,10m, alt. 0,14m; 9 - Alcalá - Transição N.º 6 - Vasio, D. 0,065m, alt. 0,085m; 10 - Alcalá - Transição N.º 5 - fragmentos de craneos, D. bocca 0,135m e alt. 0,10m; 11 - Alcalá - Transição N.º 5, com fragmentos de craneos. Diam. da bocca 0,18m, alt. 0,11m. A urna que cobre mede boca 0,145m altura 0,06m; 12 - M. N.º 5 - Vasia - boca 0,080m, alt. 0,085m.

Fig. 99 - Conjunto de recipientes da necrópole de Alcaria, do Bronze do Sudoeste, e de Alcalar, escavadas por Estácio da Veiga, conforme se encontravam organizados no Museu Arqueológico do Algarve. Notas a lápis de Estácio da Veiga no verso da foto.

que foi preciso inteiramente reformar (Fig. 99). Durante, pois, os difíceis estudos feitos na grande área denominada Torre dos Frades, de vários pontos me chegavam notícias de antiguidades, a que era preciso acudir para se poderem imediatamente aproveitar as prehistoricas e serem reservadas as de épocas posteriores para o seguimento da obra, pertencentes a nacionalidades históricas anteriores á conquista deste território; e tantos logares reclamaram pesquisas, que a exploração complementar chegou até 15 de Novembro de 1882, dando em resultado uma tal copia de assumptos, que, estando as antiguidades prehistoricas descriptas e representadas por estampas n'um só livro, foi mister refundil-o inteiramente para ser a prehistoria algarviense repartida por dois! Ora o prazo de 40 dias logo subsidiados, que me foi concedido para este estudo complementar, findou em 25 de Junho de 1882, e o de mais 50 dias que me vi obrigado a pedir no meu citado officio n.º 20 de 13 daquelle mez, findava a 14 de Agosto; mas a necessidade de acudir com ligeiros reconhecimentos a tantos pontos diversos crescia de modo, que ainda um logar não estava acabado de observar e já havia noticia de outros muitos em circumstancias semelhantes e em distancias diversas. Resolvi, neste caso, não pedir mais prazo algum e dispuz-me a trabalhar e a transportar-me á minha custa durante os 93 dias que decorreram de 14 de Agosto até 15 de Novembro, aproveitando o mais economicamente possível o resto da verba que fora pedida, pela direcção das obras publicas e concedida para estes trabalhos.

Toda esta narração que dirijo a V. Ex.^a estava reservada para o relatório respectivo a esta ultima commissão, e por isso não solicitei o subsidio correspondente aos 50 dias de prorrogação que no meu mencionado officio n.º 20 de 13 de Junho de 1882 mostrei mui justificadamente ser indispensável para preencher os fins principaes do estudo de que fui encarregado.

Mas agora perguntará V. Ex.^a onde está esse relatório, que ainda em tão adiantada data não appareceu?

O meu relatório tinha, como tem, de ser extenso e acompanhado, primeiro que tudo da minha obra principal – a Carta Prehistorica do Algarve, ampliada e corrigida sobre o plano da que já estava prompta a ponto de ter em meu poder duas provas impressas para fazer as correcções, e além disto carecia de ser igualmente acompanhado de 39 estampas, representando os monumentos e artefactos mais typicos descobertos na exploração complementar.

Não obstante haverem durado até 15 de Novembro de 1882 os trabalhos de campo; de me ser preciso logo em seguida tratar da recomposição da carta prehistorica, da composição das estampas, de metter em escala e passar a limpo os croquis cotados das plantas e cortes que tinha levantado á vista dos monumentos, seria ainda assim possível estar já em estado de se começar a compor o texto do primeiro livro da minha obra, se já estivessem promptas as respectivas estampas; mas aquellas mesmo que foram contractadas pelo Governo com o empresario Francisco Justiniano de Sousa Pavia, ainda nesta data não estão acabadas, e com relação ás provenientes da exploração complementar, informarei a V. Ex.^a, que só em Abril deste anno recebi 22 de que mui generosamente quis encarregar-se o insigne desenhador José António Nunes da Gloria, actual prior de Bensafim, estando já acabadas havia muito tempo as restantes dezesete que deixei a meu cargo. Todos estes desenhos no principio de Maio ficaram reunidos e ordenados por períodos, esperando que o gravador no dia 15 daquelle mez concluísse a reformação que teve a carta prehistorica e mandasse as provas impressas, para tudo isto acompanhar o meu relatório e a proposta para serem impressas as novas estampas; com maior economia do que as antecedentes, por não carecerem de auxilio photographico; mas o gravador, que prometteu não faltar naquelle prazo com a carta prehistorica e com as poucas estampas antigas que faltavam, segundo me constou, achou-se implicado n'um processo criminal, que o levou á cadeia e aos tribunaes, e por isso não tratou de responder ás minhas instancias mui repetidas, e só agora, depois de lhe ter enviado muitas cartas, e recados, de que tem sido portador Joaquim dos Reis Netto, servente do museu, promette mandar tudo no dia 15 deste mez, como já referi. (108)

Por esta narrativa tão extensa, a que V. Ex.^a me obrigou para saber as causas porque não está já começada a impressão da minha obra e bem assim para conhecer o andamento em que se acham os meus serviços, comprehenderá V. Ex.^a, que só agora, acabados que sejam as poucas estampas contractadas que ainda não recebi, e cheguem as provas da carta prehistorica, apenas faltam as novas estampas, que mui bem podem ser incumbidas a outro artista, ou com maior segurança de brevidade ás officinas da Imprensa Nacional pois deste modo, o texto não se fará esperar e ficarão

removidas todos os actuaes embarços.

Parece-me ter expedido a V. Ex.^a os vários motivos de força maior, estranhos á minha vontade e obrigações, que se tem apresentado desde a data de 27 de Agosto de 1881, em que o trabalho das estampas foi acabado de contractar pelo Governo, e consequentemente demonstrado ter sido impossível publicar-se, em taes circumstancias, livro algum da minha obra, além daquella das Antiguidades de Mértola, que o Governo mandou imprimir e estava prompto em Setembro de 1880.

Finalmente, como V. Ex.^a pretende saber em que andamento estão os meus trabalhos, limitar-me-hei ás seguintes noticias para não fazer muito mais extensa esta justificação. (109)

A carta prehistorica, de que já havia provas impressas, sendo-me preciso para a reformar com um avultado enriquecimento por correr grande parte desta privincia, ficou completamente prompta e entregue ao empzeario Francisco Pavia, com officina lithographica na rua do Moinho de Vento n.º 60, no principio de Maio do corrente anno. As provas impressas devem chegar-me por todo este mez. Esta carta vai agora acompanhada de um repertório remissivo, dividido em épocas, para facilitar a sua interpretação até ás pessoas não entendidas em assumptos prehistoricos, e por isso tenciono, logo que me cheguem as provas, propor ao governo uma tiragem para se vender avulso e offerecer-se ás academias e institutos que se occupam dos altos estudos de anthropologia e de archeologia prehistorica, independentemente dos exemplares que competem ao primeiro volume da obra. (110)

Os critérios do período neolithico, da idade do bronze e da idade do ferro, que illustravam o primeiro livro da minha obra em relação aos descobrimentos feitos na primeira exploração, pelo immenso accrescimo que tiveram na exploração complementar, finda em 15 de Novembro de 1882, são divididos por dois livros, tratando o primeiro exclusivamente dos monumentos e critérios da idade da pedra polida, com plantas dos monumentos, e estampas dos productos da industria neolithica encontrardos no Algarve, e o segundo, muito mais rico, mais interessante, e abundante de novidades para todos os paizes em que se estuda esta sciencia, abrangendo a época de transição do período neolithico para a primeira idade dos metaes, a plena idade do bronze, e a primeira idade do ferro, tudo representado com plantas dos novos monumentos, que ficarão sendo typicos para a classificação, e com suas mui variadas e bellissimas estampas. Estão promptos os desenhos de todas as estampas; não há mais do que reproduzil-os. Os summarios dos livros estão (111) coordenados geographicamente por assumptos. Os dois livros descrevem a carta prehistorica, o museu e as collecções particulares de antiguidades do Algarve, e assim as plantas e cortes dos monumentos, os productos industriaes nelles encontrados e avulsos, as reliquias anthropologicas com as condições do seu jazigo e deducções craneometricas e completam do modo mais perfeito possível a inteira revelação da feição prehistorica desta zona territorial do paiz em relação aos descobrimentos feitos até o fim do anno de 1882.

Desta maneira terá V. Ex.^a comprehendido que foi absoluta e vantajosamente preciso refundir todo o trabalho que estava preparado para a impressão, e que tanto a minha obra, como a sciencia, o credito do paiz e o meu, lucraram incalculavelmente com todos os precedentes embarços, que até hoje impediram, mui felizmente, que taes publicações se tivessem feito. (Verso)

Bem hade V. Ex.^a entender que este género de trabalhos, inteiramente novo no nosso paiz, porque fui eu somente eu o instaurador, das cartas archeologicas e do systema de estudos que vou seguindo, deveria encontrar não poucos tropeços, por isso que o paiz não estava preparado como não está, nem estará tão cedo, com os elementos de que dispõe a sabedoria estrangeira para o auxiliar e socorrer nas suas inevitáveis difficuldades, o que comtudo se tem ido conseguindo á custa de tempo, de dispêndios de muita perseverança, e de um estudo dilatado e permanente.

Quando chegar, pois, o convencimento destas verdades, que mui erradamente julguei ao alcance de toda a gente, em vez de me argüirem por não estarem já os prelos a gemerem sob as antiguidades monumentaes do Algarve, me dispensarão, creio eu, senão a consideração que estes serviços estão merecendo aos governos dos paizes mais civilisados, ao menos a faculdade de me deixarem trabalhar com socego e acerto e com os meios que me são devidos.

Logo que o gravador me remetta as provas da carta prehistorica, ao menos, terei a honra de enviar ao senhor Ministro

do Reino o meu relatório respectivo á exploração complementar de que se dignou encarregar-me e com elle irão as novas estampas que hão de juntar-se ás anteriores, quasi concluídas, a fim de que sejam mandadas desenhar e imprimir com a máxima brevidade para entrarem nos dois primeiros tomos, da obra que contractei e devo concluir, se a vida não me faltar; e em vista de tudo quanto hei expendido, solicito a V. Ex.^a queira expedir a ordem respectiva ás gratificações que devo receber durante este anno económico.

D.^s G.^e a V. Ex.^a - Tavira, 10 de Agosto de 1883

Sr. Chefe da Rep.^{ão}. de Contabilidade do Ministério do Reino.

Notas

102 – À data da redacção deste documento, a 10 de Agosto de 1883, já deveriam estar impressos três volumes das “Antiguidades” e entregue para impressão o quarto volume, com base no contrato de 29 de Maio de 1879. Contudo, nenhum volume ainda se encontrava concluído. As razões para tal situação são exaustivamente apresentadas nesta missiva.

103 – A Francisco Pavia, a quem foi adjudicada a execução das estampas litográficas que ilustrariam as “Antiguidades”, são atribuídos pelo Autor os atrasos verificados na sua execução.

104 – Os atrasos verificados na saída dos dois primeiros volumes das “Antiguidades” devem em parte ser imputados ao próprio Autor, ao requerer e obter autorização para proceder a trabalhos de campo complementares que provocariam necessariamente alterações na execução tipográfica da obra, de sua inteira responsabilidade. Embora implicitamente, Estácio nunca mencionar esta realidade.

É também elucidativa a informação de que a Carta Arqueológica do Algarve se encontrava, em Novembro de 1881, não só concluída, mas também gravada (trata-se da versão que foi apresentada ao Congresso de Lisboa, em 1880, cf. Fig. 71), mas que todo esse investimento ficou prejudicado pelos novos descobrimentos efectuados em Aljezur e em outros locais do Algarve (Alcalar, Torre dos Frades), que o obrigaram a profundas alterações na organização do trabalho e à inutilização da pedra litográfica. Louva-se a probidade de Estácio, ao querer realizar a obra de que foi incumbido o melhor possível; mas não se pode deixar de concluir que esse desejo, ao introduzir profundas alterações no trabalho, iria forçosamente provocar custos acrescidos e atrasos de execução tipográfica, que só a muito boa vontade do Governo, através do seu amigo e protector, o Director Geral da Instrução Pública, acabaria por dar anuência.

Compreende-se, pois, a perplexidade de um funcionário habituado a lidar com prazos e orçamentos, como era o caso do destinatário desta missiva, perante o verdadeiro desgoverno da execução da obra. As longas e exaustivas explicações apresentadas no documento, só reforçam a dificuldade de explicar a situação criada.

105 – Após o descobrimento da necrópole pré-histórica de Aljezur, comunicada a Estácio em Novembro de 1881 pelo administrador do Concelho de Aljezur, e que obrigou a profunda reformulação do plano das “Antiguidades”, outra descoberta, esta de muito maior vulto, conduziu a mais profundas mudanças: trata-se da identificação da notável necrópole calcolítica de Alcalar, a 13 de Maio de 1882, descrita nesta missiva de forma tão sugestiva por Estácio da Veiga. Uma vez mais, foi a ânsia de nada deixar por explorar, registar e publicar na sua obra, que ditou nova e importante dilacção na sua execução, como se o Autor não estivesse obrigado a cumprir prazos contratuais: “Reflecti então, que, se o Governo se interessava em que fosse estudado naquelle campo um monumento isolado, muito maior interesse teria, em beneficio da sciencia e da riqueza archeologica do paiz, em que ficassem conhecidas as antiguidades alli existentes”. A mais de 120 anos de distância, só pode agradecer-se a Estácio o ter assim pensado, explorando e publicando a notável necrópole que, de outro modo, teria talvez sido ingloriamente destruída; mas, repete-se, atendendo à letra do contrato

estabelecido com o Governo, trata-se de situação dificilmente explicável a quem tinha responsabilidades pela boa administração do erário público, como era o caso do Chefe da Contabilidade do Ministério do Reino.

106 – A exploração da necrópole de Alcalar testemunha o génio arqueológico de Estácio da Veiga, coadjuvado por bons amigos, como o Prior de Mexilhoeira Grande, Padre Nunes da Glória, descobridor e primeiro explorador de um dos monumentos (o n.º 1) da necrópole, em 1880 nas condições descritas por Estácio da Veiga (VEIGA, 1886, p. 215). Ver Notas 26, 35 e 79.

107 – O primeiro volume das “Antiguidades”, consagra, com efeito, ao estudo da necrópole de Aljezur, as páginas 145 a 204, incluindo a planta da estação, mencionada nesta missiva.

108 – A reformulação da obra, que se apresentava complexa, ainda seria dificultada pelo facto de Estácio residir então no Algarve e todas as indicações deverem ser efectuadas por escrito e por via postal. Note-se que, à data da redacção desta missiva, 10 de Agosto de 1883, o servente do antigo Museu Arqueológico do Algarve, encerrado em 1881, ainda prestava serviços a Estácio da Veiga, apesar de desempenhar serviço na Academia de Belas Artes.

Importa sublinhar que a execução tipográfica desta obra se revestiu de evidente complexidade, dada a existência de inúmeras figuras desdobráveis, e de diferentes formatos, as quais teriam de ser incluídas manualmente, como de facto foram, no miolo de cada volume. Perante todas estas dificuldades, o aludido precalço ocorrido a Francisco Pavia teve, seguramente, impacto menor no âmbito da execução tipográfica da obra. Ver Nota 100.

109 – O Chefe da Contabilidade do Ministério do Reino, enquanto responsável pelos pagamentos, teria, naturalmente, o direito e até o dever de se manter informado sobre o andamento dos trabalhos. Ver Nota 105.

110 – A Carta Arqueológica do Algarve, que se saiba, não chegou a vender-se avulso, integrando pequeno opúsculo, como era manifesta intenção de Estácio da Veiga.

111 – Compulsando esta descrição, sobre o modo como se previa a organização sequencial dos volumes, com os próprios volumes publicados anos depois, verifica-se que os critérios enunciados, embora cumpridos em traços gerais, sofreram um desenvolvimento muito superior, dado que, em vez de dois volumes, as matérias enunciadas se estendem por quatro, tantos quantos os publicados em vida do Autor.

Documento n.º 26 (Fig. 100)

Lista de materiais arqueológicos (apontamento manuscrito com a letra de José Leite de Vasconcellos, não datado)

Lista que eu trouxe da casa de campo do Estacio

Placas de schisto – 14 inteiras

Placas de schisto – 2 partidas

Um rosário = 2 contas

Facas – onze grandes

Ponta de seta – seis pequenas e uma grande

Mais facas grandes – duas

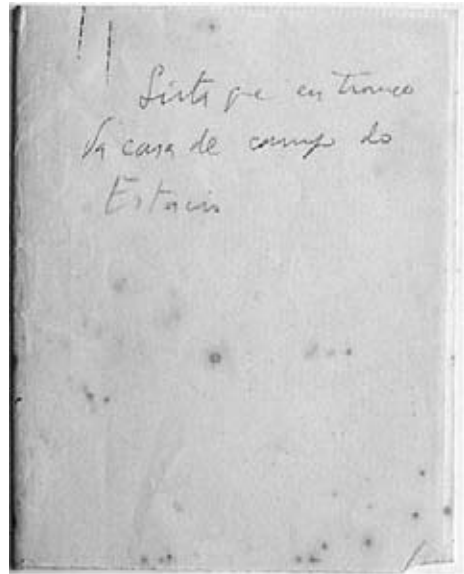
Mais facas partidas – duas

Pontas de setas pequenas – 14

Uma maior

grande - uma
 Fragmentos diversos de sílex - 13 frag
 Fragmentos de faquinhas de sílex - cinco
 Fusaiola de barro - uma
 Instrumento pequeno de pedra - 8
 Martello de pedra redondo - 30 + 20 (com fragm)
 Mais martello - 17 + 1
 Machados de pedra - 19 + 31 + 10
 Um machado com ponta aguçada
 Cutelo - 2 (pedra)
 Fragmento de machado de pedra etc. - 5
 Seixinho rolado - 7
 Graes de pedra bons - 2
 Um grande
 Um partido
 Machado - 3

(112)



Notas

112 - Trata-se breve apontamento em pedaço de papel, elaborado por Leite de Vasconcelos no âmbito do processo de aquisição pelo Estado à viúva da colecção arqueológica que Estácio da Veiga possuía na sua casa de Cabanas da Conceição, Tavira. Este processo foi concluído em 18 de Dezembro de 1893 (L. C. C., 2004), cerca de dois anos depois do falecimento do arqueólogo, ocorrida a 7 de Dezembro de 1891.

Documento n.º 27 (Fig. 101)

Museu Arqueológico do Algarve - necessidade da sua instituição.
 Carta ao Director Geral da Instrução Pública - 14-10-1878
 (minuta de carta)

N.º 113

Ill^{mo}. Ex^{mo}. Sr.

Estando quasi concluídos os estudos respectivos ás antiguidades desta provincia, permitta-me V. Ex.^a a liberdade de me ingerir n'um assumpto, que póde á primeira vista parecer estranho ás minhas attribuições, mas que, de feito, julgo essencialmente ligado ao trabalho, que o Governo se dignou incumbir-me.

Não basta, a meu ver, a apresentação da Carta Archeologica do Algarve, ainda mesmo patrocinada pelas plantas dos edificios explorados, pela importante collecção, que estou deduzindo dos calcos das inscrições prehistoricas, romanas, wisigothicas, árabes e portuguezas, que descobri e já achei visiveis em quasi trezentos

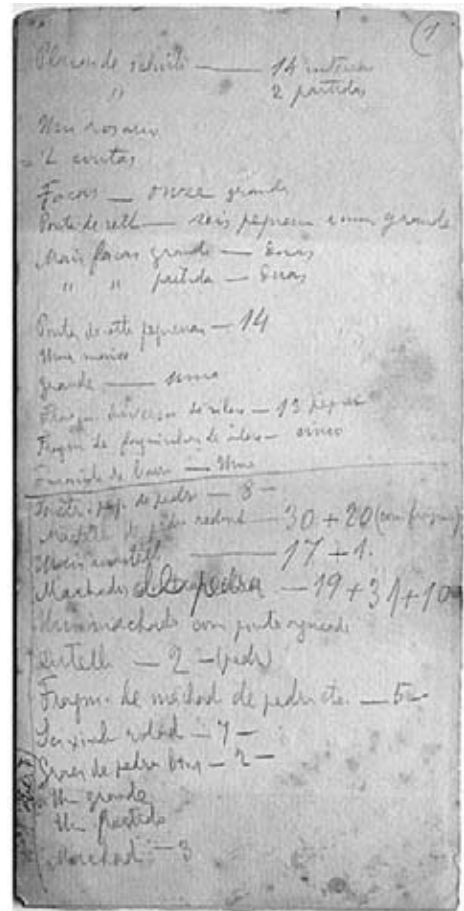


Fig. 100 - Documento n.º 26.

logares com vestígios de habitação antiga, alguns dos quaes me obrigaram a detidas investigações, para assim chegarem fielmente a ser classificados, exigindo por isso indispensáveis demoras, que só poderão afigurar-se excessivas aos entendedores pouco práticos neste género de trabalhos.

Se a publicidade da Carta, acompanhada das plantas, que parcialmente a comprovam, é uma necessidade para se justificarem os sacrificios que custou, outra necessidade maior vejo eu em se porem ao alcance de todas as intelligencias a idéa e o systema que presidiram á sua organização, e que ao mesmo tempo sejam exhibidos os factos que representa, a fim de que pessoa alguma sinta duvidas, que não ache logo fundamento para destruir, e sobretudo para que possa produzir fé no conceito dos sábios que hão de julga-la.

A Carta Archeologica do Algarve tem por fim especial designar todos os pontos, que desde épocas remotas até á instituição da monarchia portugueza foram averiguadamente habitadas por diversas nacionalidades; quaes foram os povos que nesta zona topographica deixaram comprovada a sua existência, e quaes os pontos que cada um delles demonstradamente occupou; e eu presumo haver conseguido este resultado.

Para que a Carta possa pois adquirir todo o valor histórico-geographico, que lhe compete, tornando-se assim digna de corresponder aos generosos intuitos do Governo e aos incalculáveis trabalhos que exigiu, é mister submeter ao exame de nacionaes e estrangeiros os factos, em que me fundei, para a classificação das épocas que ella indica por signaes de convenção, e que esses factos sejam coordenados com a maior publicidade, para que nos seus mui variados assumptos se tornem proveitosos ás intelligencias mais dedicadas ao estudo da archeologia monumental.

Há uma famosa série de monumentos epigraphicos, uns descobertos nos campos de exploração, outros que me foram pessoalmente offerecidos pelos seus proprietários, e alguns que somente pude obter por meio de gratificações pagas á minha custa, accrescendo ainda outros, de que apenas extrai copia authentica, por serem monumentos propriamente locaes, que entendi dever conservar nos seus respectivos pontos. A fora esta collecção, ainda susceptível de muito engrandecimento, há oitenta e oito caixas, depositadas no governo civil de Faro e nas administrações de Lagos e Tavira, contendo os productos mais característicos dos reconhecimentos a que procedi por meio de excavações em cada concelho deste districto (Fig. 102 a 108).

Há uma collecção de plantas das ruínas dos edificios principaes, parcialmente descobertas neste território, bem como algumas estampas photographicas e a reprodução, com as próprias cores dos melhores revestimentos de mosaico, encontrados nos pavimentos de construcção romana, os quaes estão nesta data começados a desenhar.

(113)

Há uma excellente collecção de inscripções de diversas épocas, e finalmente um núcleo

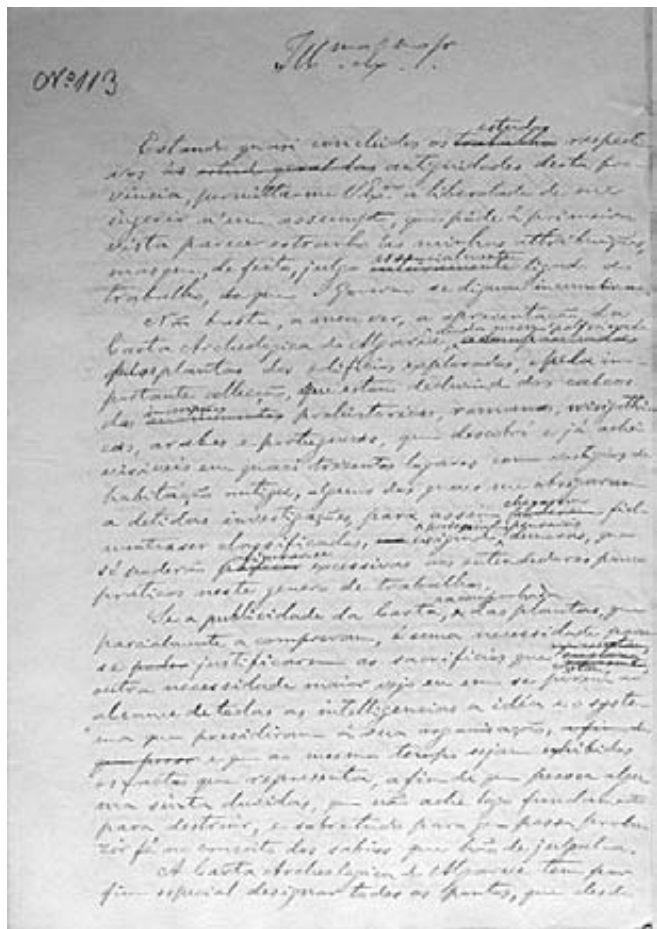


Fig. 101 - Documento n.º 27 (1.ª página).

numismático, que successivamente se póde desenvolver, cujo estudo e classificação só poderei fazer nessa capital.

Existem portanto todos os elementos necessários para desde já se poder afoitamente organizar um museu archeologico, muito mais rico e complexo do que qualquer dos que assim mui impropriamente se denominam nessa cidade e n'outras terras do reino; e em meu entender há poderosas razões que aconselham esta deliberação. (114)

Primeiro que tudo, o museu do Algarve, organizado geographically e por épocas ordinaes, serviria para deixar perceber, e comprovar a Carta Archeologica; serviria, instituído por este systema, para incitar o gosto publico e convidar as aptidões mais delicadas ao estudo pratico da arte antiga e da archeologia em geral, e serviria, emfim, para que ficassem bem conhecidos os illustrados intuitos que o Governo teve em vista para emprehender obra tão nova e tão útil no paiz.

Não se instituindo porém este museu, ficariam lamentosamente inutilizadas tantas cousas dignas de estudo e talvez de admiração.

Sem que o museu exista com todos os objectos adquiridos nesta província devidamente collocados para se poderem estudar nos seus diversos grupos, não poderei conscienciosamente escrever o relatório, que me compete, das antiguidades do Algarve, e muito menos a obra, que de há muito está começada pela compilação das noticias históricas concernentes a esta região, e que deve terminar, pelo estudo e classificação de todos os monumentos e objectos de arte antiga, que possam filiar-se em cada uma das épocas indicadas na Carta Archeologica.

Confiando na vasta sabedoria e na particular competência de V. Ex.^a neste assumpto, para julgar que não póde deixar de reconhecer a instante necessidade de se dar a devida collocação a tantos e tão preciosos monumentos, tenho a honra de solicitar a intervenção de V. Ex.^a para propor a Sua Excellencia o Senhor Ministro do Reino a provisória instituição do Museu Archeologico do Algarve, emquanto uma lei especial não ordena a definitiva criação de um museu central, em que sejam representadas as antiguidades de todo o paiz e organisa as escolas respectivas ao estudo da archeologia monumental. (115)

Ao mesmo tempo preciso saber, antes da minha retirada desta província, se V. Ex.^a se digna enviar-me algumas ordens relativas aos monumentos ainda existentes nas quintas da Torre d'Ares e de Marim, e se devo deixar os outros acima referidos nas repartições em que se acham depositados. (116)

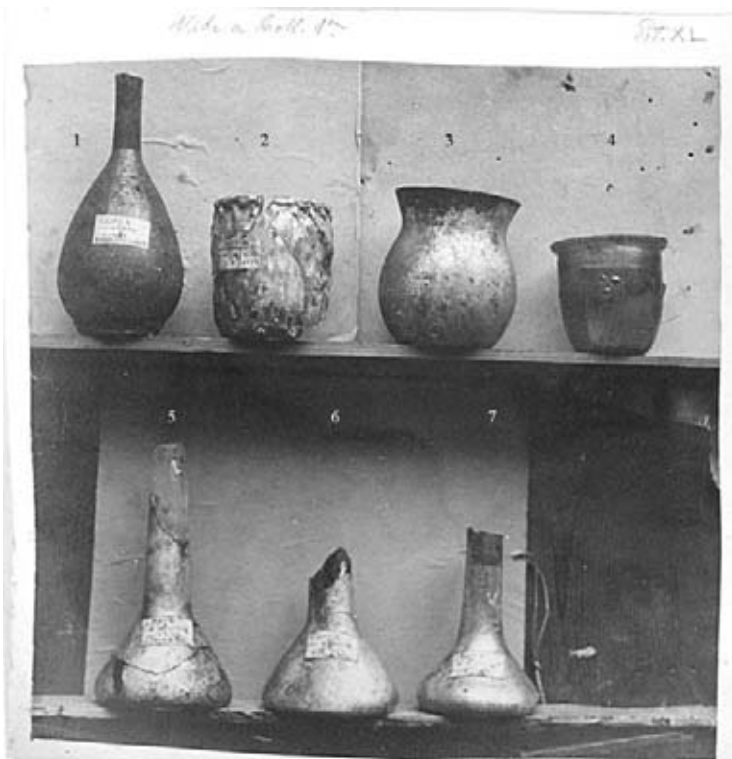
D.s G.e a V. Ex.^a

Tavira, 14 de Outubro de 1878.

Illmo. Exmo. Sr. Conselheiro Director Geral da Dirão. de Instrucção Publica.

Notas

113 – À data da redacção deste Officio



Est. XL. Vide a Coll. 1.^a; 1 - Faro, Campo da Trindade, frasco de vidro branco nas sepulturas romanas; 2 - Mesquita, fr. da Mex.^a, Portimão, copo de vidro branco com lavor em losangos, romano; 3 e 4 - Torre d'Ares, copos de vidro, o 1.^o branco e o 2.^o esverdeado; 5, 6 e 7 - Torre d'Ares, frascos de vidro branco, incinerações.

Fig. 102 – Conjunto de recipientes romanos, de vidro, de diversas necrópoles escavadas por Estácio da Veiga. Notas a lápiz de Estácio da Veiga à margem e no verso da foto.

(14 de Outubro de 1878), ter-se-ia já dado início à passagem a limpo de algumas das numerosas plantas das estações arqueológicas exploradas, bem como dos mosaicos policromos romanos registados em algumas delas, como a Boca do Rio e a Senhora da Luz, executados pela Esposa do Autor, Amélia de Claranges Lucotte Estácio da Veiga, os quais foram recentemente publicados, em fac-símile a cores (VEIGA, 2006). A passagem a limpo de plantas de edifícios e de mosaicos foi entregue a dois desenhadores, J. F. Tavares Bello e João Gomes Arouca, como se comprova pelos pagamentos a ambos efectuados na segunda quinzena deste mês de Outubro de 1878 (ver penúltimo documento transcrito).

Tais trabalhos foram acompanhados do desenho da Carta Arqueológica do Algarve, concluída no final desse ano e logo gravada, no ano seguinte. Note-se que esta carta integrava todos os vestígios arqueológicos identificados desde a época pré-histórica à época medieval, encontrando-se subordinada ao seguinte título: “Carta Archeologica do Algarve/com a designação das épocas anteriores á instituição da monarquia portugueza, em que vários povos deixaram comprovados/ vestígios monumentaes da sua existência/por S. P. M. Estacio da Veiga/1878. Esta carta foi a apresentada ao Congresso de 1880 e, na sequência de indicações de dever respeitar a simbologia internacional já então em vigor, foi a mesma introduzida na segunda edição do documento, impresso em 1883 e inserido no início do primeiro volume das “Antiguidades”, só publicado em 1886.

114 - A proposta de Estácio para a organização de um Museu Arqueológico do Algarve, apresentada neste documento de 1878, teve antecedentes, em 1877, quando se admitiu a possibilidade de organizar um Museu Arqueológico na Academia das Ciências de Lisboa, conforme correspondência de Estácio conservada no seu processo



Est. XLIII. Torre d'Ares - Prato fundo de vidro com gravura ponteadada figurando uma caçada em que parece serem representados dois lobos, uma lebre e um cão. Em sepultura rectangular de 1,20m de compr., 1,10m de larg. e 0,85m de prof. Continha ossos, contas, lampada de barro e em uma uma de barro com um fragmento de dado de jogar (n.º 375).

Fig. 103 - Prato de vidro gravado, com motivos zoomórficos, de sepultura de Torre d'Ares. Notas à lápis de Estácio da Veiga à margem e no verso da foto.

académico, recentemente publicada (CARDOSO, 2006). Porém, tal proposta só foi concretizada em 1880, em instalações da Academia de Belas Artes, na sequência da iniciativa governamental, do ano anterior, de criar um museu central de Antiguidades, intenção contida em requerimento de Estácio endereçado a El-Rei, de 29 de Dezembro de 1879 (Documento n.º 18). Não há dúvida, contudo, que pertence a Estácio a primazia da iniciativa, como a presente passagem do presente documento cabalmente indica. Ver Nota 87.

115 – Nesta passagem, Estácio da Veiga propõe formalmente a instituição do Museu Arqueológico do Algarve, ainda que sem local definido e sem prejuízo do projectado Museu Central de Antiguidades, citado na Nota 87. Este Museu serviria de comprovativo à Carta Arqueológica do Algarve, ao mesmo tempo que daria utilidade prática aos inúmeros materiais arqueológicos – alguns de inegável interesse artístico – coligidos por Estácio da Veiga. Note-se que o Museu de Belas Artes e Arqueologia deu resposta àquela intenção, no concernente aos materiais arqueológicos com valor artístico, o qual porém só foi fundado em 1884, no palácio das Janelas Verdes, depois da Exposição de Artes Decorativas, ali organizada no ano anterior. A parcial identidade de objectivos entre o Museu Arqueológico do Algarve e a instituição museológica que então se pretendia criar, poderá em parte explicar as situações conflituosas que, a partir de determinada época caracterizaram a relação de Estácio da Veiga com os responsáveis da Academia de Belas Artes, em parte os mesmos que promoveram ulteriormente a constituição do Museu de Belas Artes e Arqueologia. Ver Notas 28 e 87.



Est. LIII. 1 a 14 - Torre d'Ares; 15 - Paul (Tavira); 16 - Torre d'Ares.

Fig. 104 – Conjunto de recipientes romanos recolhidos em diversas necrópoles algarvias por Estácio da Veiga. Notas a lápis de Estácio da Veiga à margem e no verso da foto.



As primeiras 7 - Torre d'Ares e a 8 - Mt. Molilo.

Fig. 105 – Conjunto de recipientes romanos recolhidos em diversas necrópoles algarvias por Estácio da Veiga. Notas a lápis de Estácio da Veiga à margem da foto.

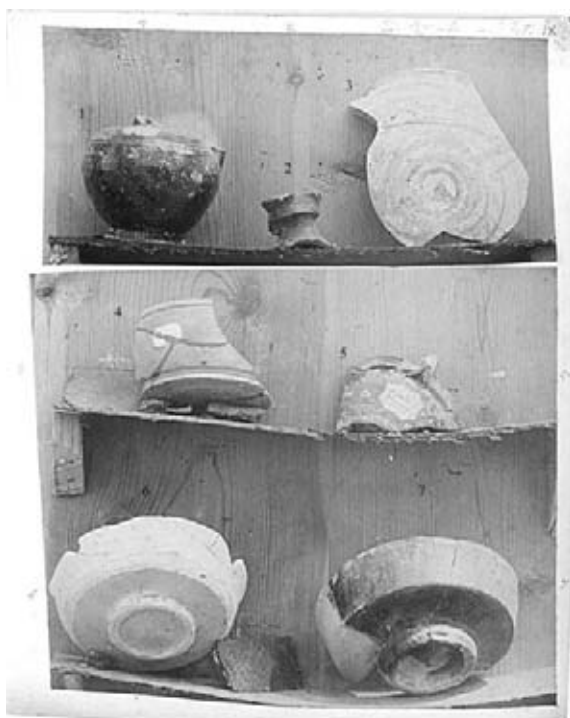
116 – Trata-se de monumentos que foram obtidos no decurso das explorações arqueológicas realizadas por Estácio da Veiga, ou a este oferecidos, no âmbito da execução da Carta Arqueológica do Algarve a qual, depois de sucessivos adiamentos, se concluiu em Outubro de 1878. Tais monumentos foram enviados para Lisboa, vindo a constituir o espólio do Museu Arqueológico do Algarve. Ver Notas 95 e 96.

Documento n.º 28 (Fig. 109)

“Museu Archeologico do Algarve” – Reservado (minuta de carta não datada nem endereçada mas destinada ao Director-Geral da Instrução Pública, e redigido nos primeiros meses de 1881)

Illmo. Exmo. Sr.

Quando em 1877 tive a honra de ser oficialmente encarregado do levantamento da Carta Archeologica do Algarve, entendi eu que este trabalho, já esboçado havia mais de dez annos, sendo inteiramente novo no nosso paiz e ainda então pouco conhecido na Europa, carecia de ser comprovado de modo tal, que inspirasse a mais plena confiança, não somente em Portugal, onde os estudos da archeologia monumental ainda estavam fora do quadro geral da instrcção publica, mas ás nações estrangeiras que larga e ostentosamente patrocinam esta sciencia, que a moderna sabedoria tem desenvolvido em todos os seus ramos, como única que póde ministrar os elementos fundamentaes para a solução dos grandes problemas, que a inquirição critica dos factos esta há muitos annos preparando com o mais admirável êxito em toda a parte onde há sciencia, protecção para a sciencia e honroso acolhimento para os devotados obreiros deste progresso.



Est. IX. E. arabe. 1 - Bias (Ollhão), vidrado cor de mel; 2 - Bensafim, silos, vidrado cor de mel, boca de galbeta; 3 e 4 - Bensafim, silos; 5 - S. Francisco, Portimão, a 1,40m de prof.; 6 - Bensafim, silos, barro branco e vidrado branco; 7 - Mesquita, freg. da Mexilhoeira, cone.º de Portimão, barro branco com vidrado meio branco e meio verde.

Fig. 106 – Conjunto de recipientes de época islâmica recolhidos em diversas localidades algarvias por Estácio da Veiga. . Notas a lápis de Estácio da Veiga à margem e no verso da foto.



Est. VIII. Epoca arabe. 1 e 2 - Silos da Maritenda, cone.º de Loulé (pint. branco); 3 a 7, 10 e 13 - Silves, castello (pintura branca); 8 - Amendoual (Faro); 9 e 11 - Sítio do Castello, Carrapateira, Aljezur; 12, 14 a 16 - Silves, pintura escura.

Fig. 107 – Conjunto de recipientes de época islâmica recolhidos em diversas localidades algarvias por Estácio da Veiga. . Notas a lápis de Estácio da Veiga à margem e no verso da foto.



Monumento epigraphico árabe, cinzelado n'um grosso rectangulo de marmore branco, emoldurado n'uma tarja lavrada em relevo. E rematado por uma cornija, que parece ter-se prolongado lateralmente para outras peças, que ladeavam o monumento. Existe (1890) arrecadado na câmara de Silves e foi achado no desaterro que se fez junto à porta lateral.



Cliché n.º 1961. Monumento mozarabe de marmore branco, achado na quinta do Muro em Cacella, e possuído em Tavira por José Francisco Marques Freire.

Fig. 108 – Em cima: monumento epigráfico em cúfico, fotografado ao baixo, pertencente ao Museu Arqueológico e Lapidar Infante D. Henrique (Faro), comemorativo da construção de uma torre da cidade, datada de 624 H. (1227 d.C.). Trata-se de exemplar que então se guardava na Câmara Municipal de Silves, onde foi visto por Estácio da Veiga. Notas a lápis de Estácio da Veiga no verso da foto. Em baixo: lápide funerária moçarabe do Bispo Juliano, datada de 21 de Março de 987 da nossa Era. Notas a lápis de Estácio da Veiga no verso da foto.

Reconheci, pois, como reconheço hoje, sem o receio de ser contestado, que a comprovação da Carta Archeologica do Algarve, com relação a cada uma das épocas e a cada um dos logares que me ministraram os característicos que nella indiquei por signaes de convenção, só podéra conseguir-se de um modo superior a todas as duvidas com os respectivos monumentos á vista, e desta convicção, que a experiênciã já mostrou ser verdadeira, resultou a imperiosa necessidade de colligir esses monumentos, embora verba alguma especial me fosse abonada para taes aquisições.

Nos logares, onde os benévolo proprietários daquella provincia me permittiram abrir trabalhos, e mui generosamente me concederam os objectos descobertos nas explorações, tomei eu posse desses objectos para a transmittir ao Estado, por isso que os trabalhos eram pagos por conta do thesouro publico; mas como logo comecei a informar-me da existência de numerosos monumentos achados em trabalhos ruraes dentro de propriedades particulares, onde não houve exploração alguma, e era indispensável marcar na carta a situação dessas propriedades, esta necessidade me obrigou a procurar o meio de comprovar os signaes de época concernentes a todos esses logares, e este meio não podéra ser outro senão adquirir os característicos dispersos, que fui encontrando em toda a provincia. Muitos offerecimentos pessoases me foram então feitos por parentes, amigos muito antigos e por diversos comprovincianos, que quizeram aproveitar uma tão opportuna occasião para me honrarem com generosos testemunhos da sua dedicação e apreço, e numerosas aquisições consegui também fazer á custa de gratificações que dei e de compras que fiz a minhas expensas. A tudo isto reuni quantos objectos já tinha adquirido desde 1856, e tive ainda de recorrer a collectores muito distinctos da provincia, solicitando-lhes me confiassem as suas collecções logo que tive ordem do Governo para organizar o Museu Archeologico do Algarve na Academia Real de Bellas Artes, a cujo convite acudiu immediatamente com muitos e preciosos monumentos o mui conhecido amador de antiguidades Joaquim José Júdice dos Santos, proprietário domiciliado no concelho de Lagôa. (117)

Já se vê, pois, que todas estas collecções tinham de ser organisadas systematicamente para poderem satisfazer ao fim com que haviam sido obtidas; porque de outro modo todos tinham o direito de pôr em duvida a authenticidade da Carta Archeologica, que o Governo havia mandado elaborar, e conseguintemente este grande trabalho ficaria sem o mínimo valor scientifico, e por isso logo que terminaram os reconhecimentos geraes solicitei ao Governo logar sufficientemente espaçoso e apropriado para a instituição do Museu Archeologico do Algarve, o qual que devera marcar as bases fundamentaes do Museu Archeologico Nacional, em que fossem, pelo mesmo systema, representadas as antiguidades monumentaes pré-historicas e históricas do riquíssimo continente portuguez.

Direi a V. Ex.^a, sem a mínima dissimulação, que o meu primitivo projecto, tendo adquirido uma tão

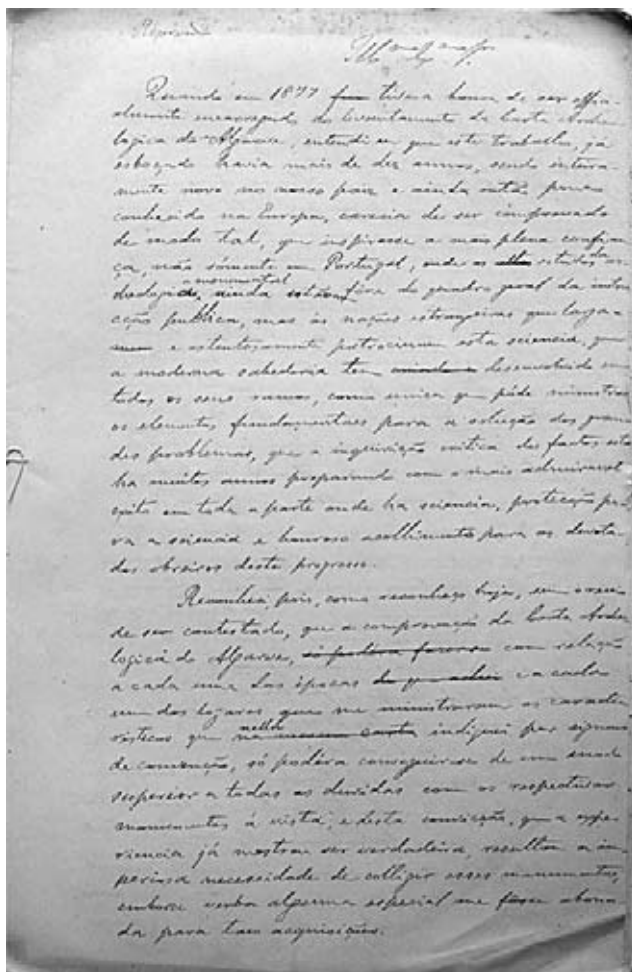


Fig. 109 – Documento n.º 28 (1.ª página).

importante copia de monumentos, foi instituir com elles e com os que o futuro me fosse fornecendo um museu provincial no extincto convento de Santo António dos Capuchos na cidade de Faro, porque entendia então, como ainda hoje entendo e sustento, que a capital do reino não deve usurpar ás províncias a sua riqueza, a sua feição e significação geographica, porque as apparentes vantagens da centralisação immoderada, em certos ramos da administração publica, serão sempre triumphantemente combatidas por outros princípios mais úteis, verdadeiros e sensatos. Quando porém reconheci que o Governo não estava disposto a fazer esta útil e honrosa concessão no Algarve, voltei as minhas vistas para a Academia Real das Sciencias de Lisboa, por isso que alli havia uma Secção de historia e antiguidades, á qual competia a inquirição e estudo scientifico das antiguidades monumentaes do reino, se porventura os serviços concernentes á índole da sua instituição estivessem regular e regulamentarmente organisados e bem cumpridos.

Appellando pois para a Academia, officiei em Junho de 1877 ao presidente da segunda classe, suscitando este pensamento, narrando vagamente os descobrimentos que havia feito e o muito que devera esperar-se de uma tão opulenta região, e terminava por lembrar a conveniência de ser solicitada ao Governo a instituição, naquella Academia, do museu archeologico do Algarve, por mim unicamente colligido, porque alli depositaria eu com grande satisfação todos os objectos que havia adquirido em mais de vinte annos de estudo, e me compromettia a fazer figurar importantes monumentos pertencentes a outras collecções particulares; porque deste modo ficariam estabelecidas as bases de um futuro museu archeologico nacional, em que fossem representadas, mediante o systema que havia adoptado e seguido, todas as antiguidades de Portugal. (118)

Não me respondeu o presidente da segunda classe, mas é certo que o meu pensamento foi acolhido, chegando-se a converter n'um único e amplo salão todo o espaço que anteriormente era tomado pela bibliotheca académica, e pelos gabinetes da secretaria, custando essa obra preparatória não minguado dispêndio; e segundo se diz estava até já indigitado o académico a quem havia de ser conferida a direcção e conservação desse museu, não se contando, mui incautamente, com a minha formal recusa e com os protestos que desse modo seria forçado a levar á presença do Governo, logo que não fosse eu o encarregado da organização de um museu, que tudo me devia, que em grande parte era propriamente meu, e que só eu tinha os precisos elementos para o organizar em conformidade do pensamento com que o havia colligido e com que o devera manter; mas todos esses reservados intuitos foram como repentinamente destruidos, determinando o Governo, por proposta do Marquez de Sousa Holstein, então vice-presidente da Academia Real de Bellas Artes, que as antiguidades por mim colligidas em Mértola e no Algarve dessem entrada naquella academia, sem comtudo ter havido para commigo a mínima attenção, por se ignorar que todos os monumentos epigraphicos de Mértola tinham sido comprados á minha custa, e que uma grande copia dos mais importantes do Algarve também me pertencia. Entretanto não me oppuz nem alleguei então os direitos que me assistiam, porque bem sabia eu que o Marquez de Sousa Holstein era altamente intelligente e illustrado para reconhecer que não podia em caso algum prescindir da minha directa intervenção logo que tivesse espaço preparado para a instituição de um grande museu que projectava organizar antes de ter conhecimento do systema que eu havia estabelecido para a criação do museu archeologico nacional, onde não podia haver cabimento para uma infinidade de objectos, inteiramente estranhos á índole e significação de um tal museu, que havia adquirido, fazendo compras e contractos um tanto prejudiciaes, ou pelo menos apenas úteis para outro género de museu; pois no nosso paiz, direi francamente a V. Ex.^a, que o estudo das antiguidades monumentaes e artísticas jaz em tão deplorável atrazamento, e é tão crassa a ignorância de certos individuos, que imaginam grandiosas criações de museus com a indistincta acquisição de todas as cousas de feição mais ou menos antiga e obtidas seja onde fôr e como fôr, que ainda não mostraram saber distinguir as raias que scientificamente separam o museu archeologico propriamente dito, de um museu misto de antiguidades, e de um museu essencialmente artístico. Tudo tem até hoje andado confundido, misturado, mal collocado, sem subordinação a um pensamento fundamental, sem a mínima ordenação systematica, ou methodica, e por isso, forçoso é confessar, para que não nos illudâmos por mais tempo com enganosas apparencias, que o único museu archeologico systematicamente começado a organizar com a sua competente carta archeologica á vista, a que serve de authentica comprovação, é o do (119)

Algarve, que o Governo me mandou, instituir na Academia Real de Bellas Artes de Lisboa, por ter o vice-inspector deste estabelecimento publico informado que tinha espaço disponível para a organização do museu, e creio que até chegou a propor-me, ou lembrar-me para ser eu incumbido desse serviço, como se tal proposta fosse precisa, sendo já tão conhecidos por V. Ex.^a e pelo Governo os trabalhos que consubstancialmente apresentei representados n'um volumoso atlas, e descriptos nas minhas numerosas communições, trabalhos, que mostro agora com o próprio museu, e que irei muito mais ampla e cathegoricamente manifestando com a obra, que estou escrevendo, das Antiguidades Monumentaes do Algarve, contractada em 29 de Maio de 1879. Essa lembrança, que partiu da Academia de Bellas Artes, usurpou a V. Ex.^a a faculdade, que unicamente lhe competia pela sua superior auctoridade e pelo consciencioso conhecimento official e particular que já tinha dos meus trabalhos, de tomar essa iniciativa, e digo que esta iniciativa competia unicamente a V. Ex.^a, quando não occorresse ao Ex.^{mo}. Ministro, porque desde o começo desses trabalhos nunca recebi ordens de outras auctoridades, nem reconheci outras que não fossem a do Governo e a do digno Director Geral de Instrucção Publica. Aceitei porém com grande satisfação o gratuito encargo, porque no officio que V. Ex.^a se dignou dirigir-me em (espaço em branco) de Abril de 1880 sob n.º (espaço em branco), a ordem partia do Ministro, e o signatário do officio era V. Ex.^a; pois só por uma grande condescendência de delicadeza pessoal, e quando não suppunha que a lembrança do vice-inspector da Academia de Bellas Artes em me indicar poderia converter-me em subordinado seu, é que tolerei que tal alvitre saísse de tão incompetente repartição e de tão incompetente auctoridade. (120)

Nunca suppuz eu que o Governo quizesse sujeitar uma instituição nascente e promettedora de um futuro opulento, como era o museu archeologico do Algarve, á inspecção dos funcionários de uma Academia de Bellas Artes, onde não havia competência scientifica nem moral para exercer acção de qualquer género na organização, conservação e destinos de um tal espaço disponível no extincto convento de S. Francisco da Cidade, onde também se acha independente da Academia de Bellas Artes a Bibliotheca Nacional, quizesse aproveitar-se desse espaço, como era razoável, para dar logar a um museu, que nada tem de congruente e de commum na sua índole intuitiva, senão nas suas mais remotas relações, com uma academia de bellas artes; e deste modo muito longe estava eu de presumir que (...)

Os museus propriamente archeologicos nacionaes são instituições independentes e subsistem sob a immediata inspecção do ministério de instrucção publica. Os seus directores, ou conservadores, são sempre homens, que pelos seus escriptos e serviços de reconhecido valor scientifico inspiram plena confiança aos governos. (121)

Nunca nenhuma academia de bellas artes foi incumbida da inspecção de museus archeologicos, mas simplesmente daquelles que criou, essencialmente artisticos, para o estudo pratico da arte antiga e moderna. Não tem direito moral para mais nada, porque a sua competência não é abonada fora dos limites da sua especial instituição.

Os museus archeologicos, embora n'um ou n'outro ramo da sua complexa congregação sejam mui proveitosos principalmente ao estudo da arte antiga, não podem ser organizados para fins meramente artisticos, porque outros mil diversos serviços lhes exige a solução dos importantes problemas que a sciencia moderna só chegará a resolver, quando cada região geographica poder patentear por meio das suas cartas archeologicas, dos monumentos comprovativos dessas cartas, e por suas respectivas obras demonstrativas, os característicos ethnographicos e ethnologicos das civilizações que a occuparam, deixando vestígios da sua existência. Quando cada paiz tiver assim organizados os seus museus scientificos, dará inteiro testemunho de haver comprehendido a sua missão e contribuirá com as affirmações da sua expressão archeologica para que a sabedoria humana possam fundamentalmente aproveitá-lo e registral-o entre os mais cultos e adiantados nas sendas do progresso scientifico. (122)

A importância dos fins a que têm de corresponder os modernos museus archeologicos; a liberdade e independência com que essas instituições devem ser entregues tão somente á gerência de quem tenha scientifica e praticamente mostrado saber o que fez e o que deve fazer, repelle toda e qualquer estranha intervenção, sujeição, ou tutela, que não dimanhe directamente da direcção superior de instrucção publica.

É unicamente com o ministério de instrucção publica que se correspondem em todos os paizes da Europa os individuos que esses ministerios reconheceram ser competentes, pelo simples facto de os encarregarem de altas

missões archeologicas e da fundação de museus. Ora se estas honrosas nomeações são directas para o desempenho dos serviços mais importantes e de mais subida responsabilidade, com que fundamento, ou com que vantagem scientifica podem posteriormente ser estes serviços cometidos á inspecção de uma repartição sem competência especial?

Não se podem momentaneamente calcular os inconvenientes que resultariam de uma tal resolução; mas podem prever-se alguns, que é mister mui prudentemente evitar, e manifestam-se outros que já começam a revelar a origem de que partem, tendendo a perturbar a ordem dos meus serviços e a captivarem o tempo que me é indispensável para satisfazer as exigências das obrigações que contraí com o Governo; e é o que hade sempre succeder, em quanto não forem definidas com a precisa claresa as possiveis relações que possam vantajosamente estabelecer-se entre o museu archeologico do Algarve e a academia de bellas artes, instituições de todo o ponto heterogenias, por suas diversas competências, existentes para fins inteiramente diversos, e geridas por individuos, cada um em sua especialidade, que de modo algum podem alterar os programmas dos trabalhos que o Governo lhes confiou.

De toda esta exposição, de todo este conjuncto de fundadas ponderações já V. Ex.^a terá deduzido as consequências mais legitimas e concebido as deliberações que um assumpto tão importante reclama com a maior urgência, devendo entender-se, que a nenhuma acção de fiscalisação technica, nenhuma ingerência, a nenhum género de auctoridade póde ficar sujeito o Museu Archeologico do Algarve e mais tarde o Museu Archeologico Nacional, que não seja a que é necessário estabelecer, unicamente, entre esta instituição scientifica e a Direcção Geral de Instrucção Publica do Reino, por ser de todo o ponto incompetente, inconveniente e absurda qualquer intervenção exercida pela Academia de Bellas Artes n'um museu, ou outra repartição igualmente leiga, que não póde soffrer a mínima alteração na sua índole e organismo por conveniências meramente artisticas, nem ser guiado ou governado por quem não tiver dado provas publicas de especial entendimento em assumptos exclusivamente archeologicos.

E não direi somente que as academias ou institutos de bellas artes são repartições reconhecidamente incompetentes para fiscalisarem museus archeologicos, porque nem mesmo os próprios museus de mistas antiguidades nunca em paiz algum lhes foram subordinados. A essas academias apenas competem collecções de objectos de arte antiga e moderna, nacionaes e estrangeiros, que abranjam todos os ramos do seu ensino escolar, organizados com o máximo desenvolvimento e selecção, rigorosamente classificados e descriptas em catálogos methodicos, elaborados com perfeito conhecimento da historia da arte, que cada escola mais amplamente deve ministrar aos seus alumnos por compêndios especiaes e obrigatórias prelecções. Por em quanto, no nosso paiz, não podem as academias de bellas artes ultrapassar estes limites, que ainda assim mui difficilmente poderão attingir, por absoluta carência de bases fundamentaes no organismo das suas pouco auspiciosas reformas, em que ainda ninguem viu consignados os principios preparatórios mais indispensáveis para a proveitosa frequência dos matriculados desde a primeira até á ultima instancia escolar, deixando-se assim ao talento individual o condão de advinhar, ou a mingoada condição de ignorar as regras e preceitos mais essenciaes, com que a arithmetica, a geometria analítica e descriptiva, a trigonometria, a geodesia, a óptica, a acústica, a anatomia descriptiva e comparada, assim como outras sciencias, embora elementares, só poderão preparar e guiar as aptidões mais distinctas no tirocínio das profissões artisticas a que se dedicarem. (123)

Muito teria que fazer em Portugal a academia de bellas artes em todos os ramos do seu ensino escolar antes de se propor sujeitar á sua ingerência e captivar nos seus apertados horisontes uma instituição archeologica, que é livre e independente em todas as nações civilisadas, como succede na Allemanha, na Áustria, na Bélgica, na Dinamarca... Nacções em que abundam os museus archeologicos nacionaes e universaes, organizados e geridos para o serviço da sciencia moderna, como V. Ex.^a muito bem sabe, e como eu ousou recordar com a inclusa lista, embora assas incompleta, de alguns de que tenho noticia, cujos directores ou conservadores constituem uma parte integrante do pessoal dos congressos anthropologicos e archeologicos da Europa, em que não há ver representados uma única academia meramente artística.

É certo que a Academia de Bellas Artes, quando teve noticia dos numerosos monumentos que eu havia colligido no reconhecimento geral das antiguidades do Algarve, solicitou ao Governo que o museu alli fosse organizado, declarando

ter sufficiente espaço disponível para esta organização; e porque assim parecia vencida uma das maiores dificuldades, como era achar-se espaço n'um edificio do estado para a fundação de uma nova e útil instituição, o Governo annuiu a esta solicitação, dando as suas ordens ao governador civil do districto de Faro para que enviasse com direcção á Academia de Bellas Artes os monumentos que eu indiquei ter deixado depositados em varias repartições e em propriedades particulares, e consequentemente incumbiu-me da organização do museu como já anteriormente me havia incumbido de coordenar os monumentos por mim colligidos em Mértola.

Não me tendo sido possível conseguir a organização do museu do Algarve na sede do districto, nem na Academia Real das Sciencias, acceitei com particular satisfação o logar designado pelo Governo, como muito conveniente por ter espaço e por ser central a um bairro importante da capital, afigurando-se-me que nenhuma dificuldade pratica alli acharia logo que, dias depois, estivessem concluidos os reparos que o ministério das obras publicas mandara fazer naquelle edificio. Chegadas porém os monumentos, começaram a apparecer duvidas, hesitações e restricções quanto ao espaço que o museu poderia occupar, e á medida que a organização preparatória se ía desenvolvendo, e mostrando as suas indispensáveis necessidades, as restricções do espaço, sempre lembradas e mantidas pelo director interino da academia de bellas artes, foram muitas vezes discutidas um tanto extemporaneamente, contrariando a declaração de poder organizar naquella secção do edificio o museu do Algarve.

Mostrando porém da maneira mais convincente a impossibilidade de cumprir as ordens do Governo, recorrendo á intervenção do Vice-Inspector, que me pareceu sempre animado de melhor vontade, consegui mais alguns metros quadrados de superficie, allegando a imperiosa precisão de dar o mais rápido expediente á organização, principalmente dos monumentos prehistoricos e da secção epigraphica, para que estivesse em circumstancias de a submeter á apreciação do congresso de anthropologia e de archeologia prehistorica, que no mez de Setembro do anno passado havia de reunir-se nesta capital, os característicos mais antigos da região geographica do Algarve, e como ao mesmo tempo o Governo se dignou auxiliar-me com alguns meios para se conseguir este importante resultado, foi nessa conjunctura que obtive mais um gabinete para a secção prehistorica e parte de um corredor para arrecadar os fragmentos da cerâmica e dos mármoreos trabalhados de toda a região pela maior parte pertencentes á época romana. (124)

Depois disto, tendo o congresso honrado com a sua visita e com o mais notável acolhimento o primeiro museu que começava a instituir-se neste paiz por um novo systema scientifico e o único que era fundamentado na primeira Carta archeologica que entre nós se elaborou, apesar das minhas repetidas instancias, nunca mais obtive da Academia de Bellas Artes senão a promessa de que me seria recusado todo o espaço, a mais, que solicitasse para o museu; e porque eu havia por vezes indicado como indispensável para o acabamento da organização o resto do corredor, de que já tinha uma parte, tanto mais por ter porta independente para o pateo da entrada principal, mandou o director interino, na ausência do vice-inspector, lançar alli uma divisória envidraçada, não querendo assim attender á obrigação que me competia de cumprir as ordens do governo, e estabelecendo nesse espaço interceptado e por mim requisitado o deposito e venda dos modelos de gesso.

Lançados estes embaraços, que impossibilitam o acabamento da organização a meu cargo, pretende agora o inspector da academia augmental-os, querendo, como há poucos dias verbalmente me annunciou, um inventario, relação, ou catalogo de todos os objectos existentes no museu, mostrando assim desconhecer que só a mim compete dar official e directa relação ao Governo do que descobri e obtive no Algarve, como já fiz, sem admittir a intervenção da Academia de Bellas Artes, com relação aos monumentos de Mértola, cuja memoria foi mandada imprimir pelo Governo sem ouvir nem precisar ouvir tal Academia.

Nunca a minha pessoa esteve subordinada a auctoridades subalternas. Instaurando os meus trabalhos em 1877 por uma portaria assignada em conselho de Ministros, continuaram sempre directamente sujeitos a única repartição do Ministério do Reino que tinha competência legal, para os dirigir e reger, porque á Direcção Geral de Instrucção Publica ficaram sempre consequentemente sujeitos, e assim o estão e continuarão a estar em virtude da índole e da letra do contracto que celebrei com o Governo em 29 de Maio de 1879, contracto essencialmente bilateral, que não admitte em

nenhuma das suas relações a mínima intervenção de terceiro. E o que é o museu archeologico do Algarve, senão a base fundamental do cumprimento desse contracto?

Notas

117 – A afirmação de Estácio, nesta carta dirigida ao Director Geral da Instrução Pública, de ter sido ele a receber “ordem do Governo para organizar o Museu Archeologico do Algarve na Academia Real de Bellas Artes”, é verdadeira, mas omite o facto de tal ordem ter sido dada depois de ter sido a própria Academia a propor o seu nome ao Governo: com efeito, a nomeação de Estácio para desempenhar tais funções data de 1 de Abril de 1880, mas a proposta que lhe deu origem, data de 23 de Março do mesmo ano (PEREIRA, 1981, Documentos n.º. 16 e n.º. 17). Assim sendo, o ascendente da Academia sobre Estácio poderia fazer-se sentir também por via desta realidade, por muito que o arqueólogo Algarvio invocasse a sua nomeação ministerial. Esta passagem do documento tem também o interesse de informar que o Museu se constituiu também por via de depósitos de particulares, com destaque para os do coleccionador Júdice dos Santos. Este, depois de encerrado o Museu, depositou as suas colecções o Museu da Escola Politécnica, sob a direcção de Francisco Pereira da Costa.

118 – Ver Nota 114.

119 – Estas observações destinam-se a estabelecer as diferenças que, para Estácio da Veiga, deveriam balizar um museu arqueológico cientificamente organizado, como o Museu Arqueológico do Algarve, de um Museu de Belas Artes, no qual a Arte Antiga, desde a da antiguidade greco-romana, teria naturalmente lugar. Teria em vista, sobretudo, alertar o Director Geral para aqueles que, à época, já se movimentariam para a criação do futuro Museu de Belas Artes e Arqueologia, encarando o Museu criado por Estácio como uma inutilidade e um estorvo. Naturalmente, estas palavras também se aplicavam ao Museu da Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses, cuja orientação, distinguindo-se muito daquela que foi preconizada por Estácio, motivou a sua saída da agremiação em 1875. Ver Nota 2.

120 – Na verdade, Estácio não ignorava que a proposta da sua nomeação como responsável da organização da colecção arqueológica que recolhera no Algarve nas instalações da Academia de Belas Artes partira da própria Academia, o que lhe dava um inegável ascendente sobre a sua actuação; ao menosprezar esse facto, declarando vagamente que até talvez dele se lembrasse, pretendia, certamente, apagar esse facto, remetendo para o Governo toda a responsabilidade dessa nomeação. Ver Nota 117.

121 – Pretendia Estácio justificar a separação física das instalações do Museu Arqueológico do Algarve das ocupadas pela Academia de Belas Artes, com o argumento de que, no mesmo edifício, já funcionavam duas instituições, esta última e a Biblioteca Nacional. Contudo, havia nesta justificação um facto incontornável, que a invalidava à partida e que consistia em ter sido a própria Academia a ter providenciado parte das suas próprias instalações: querê-la desapossar daquilo que lhe pertencia, em processo litigioso, patrocinado pelo Governo, seria algo impensável, excepto para Estácio, tal era o seu apego ao Museu, que tudo lhe devia.

122 – Estácio reforça deste modo os argumentos anteriormente apresentados, definindo claramente a linha separadora entre um museu arqueológico, organizado segundo método científico, em que os espólios valem, não pela estética, mas por aquilo que representam, e um Museu de Arte Antiga, em que é sobretudo a beleza, valor e raridade das peças que mais conta. Ver Notas 28 e 115.

123 – Nesta passagem reconheciam-se abertamente as deficientes bases científicas do ensino artístico em Portugal, que conduziriam, segundo Estácio, a uma formação sem conferir competências para a gestão de museus arqueológicos, mas tão-somente no âmbito da história da arte, na melhor das hipóteses, o que constituiria mais um argumento, desta vez de carácter científico, a favor da independência do Museu Arqueológico do Algarve, da Academia de Belas Artes.

124 – Estácio nunca deixa de invocar a sua nomeação pelo Governo, cumprindo, na qualidade de organizador do Museu Arqueológico do Algarve, as ordens recebidas superiormente. Esta passagem da missiva elucida que a sua redacção foi efectuada em 1881 (o ano seguinte ao da realização do Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-históricas reunido em Lisboa) e anteriormente ao fecho do Museu, por ordem da Academia, em Junho de 1881, decisão que viria a ser sancionada pelo Governo em Agosto do mesmo ano. Ver Nota 77.

Documento n.º 29 (Fig. 110)

Museu Archeológico do Algarve. Carta ao Director-Geral da Instrução Pública – 30-05-1881 (minuta)

Nota no topo superior esquerdo, à margem: Propor de que no Museu seja dado espaço independente na Academia de Bellas Artes.

Expedido

Ill^{mo}. Ex^{mo}. Sr.

Ha occorrencias notavelmente singulares, relativamente ao Museu archeologico do Algarve, que não posso deixar de levar ao conhecimento de V. Ex.^a e do Governo, solicitando para este assumpto, que nunca devêra ter laborado em ambiguidades, nem expor-se á intervenção de individuos incompetentes, uma explicita e decisiva resolução.

Estou verbalmente intimado pelo inspector e pelo director interino das escolas da academia de Bellas artes para lhes apresentar uma relação dos objectos existentes no museu e para transferir o museu com a máxima brevidade para uma outra secção do edificio, que já me foi indicada, mas com inaceitaveis restricções.

(125)

Estas duas intimações, precedidas de um chamamento ao gabinete do inspector da academia, vieram subitamente denunciar-me, causando-me o mais intimo dissabor, o estado precário e mesquinho do museu que estou instituindo, e a situação do nunca previsto rebaixamento a que poderá reduzir-se um individuo, que o Governo havia escolhido na primeira academia scientifica do paiz para mui honrosamente o encarregar dos trabalhos archeologicos de maior importância que teem sido

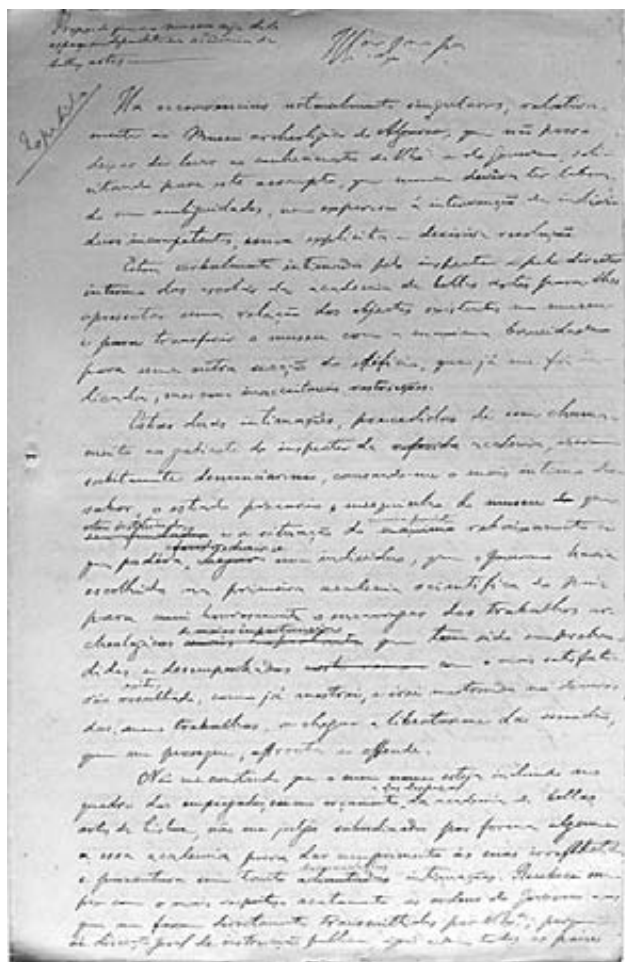


Fig. 110 – Documento n.º 29 (1.ª página).

emprehendedos e desempenhados com o mais satisfatório êxito, como já mostrei, e irei mostrando no decurso dos meus trabalhos, se chegar a libertar-me da escravidão, que me persegue, affronta e offende.

Não me constando que o meu nome esteja incluído no quadro dos empregados, ou no orçamento das despesas da academia de bellas artes de Lisboa, não me julgo dar cumprimento ás suas irreflectidas e porventura um tanto descomedidas intimações. Receberei sempre com o mais respeitoso acatamento as ordens do Governo e as que me forem directamente transmittidas por V. Ex.^a, porque à direcção geral de instrucção publica, aqui e em todos os paizes bem regidos, compete a ingerência nos destinos das instituições scientificas concernentes aos altos estudos da archeologia monumental, ingerência que não pôde ser delegada, ou conferida, sem gravíssimos inconvenientes, á academia de bellas artes de Lisboa, pela sua reconhecida incompetência em taes assumptos. Seria pois caso o novo e digno de (???) elevar-se a auctoridade do inspector e do director da mencionada academia até o ponto de atacar domínios inteiramente estranhos e alheios á esphera do seu presumptivo entendimento, sacrificando-lhes a independência e dignidade pessoal de um individuo que não pertencendo ao quadro dos empregados de tal academia, ficaria por este modo submisso e obediente a qualquer artista que exercesse o cargo de director, e ao primeiro petiz amator de bellas artes que com o simples desejo de alcançar auctoridade quizesse offerecer-se ao gratuito desempenho do logar de inspector, apesar de nada entendesse (*sic*) de assumptos archeologicos.

Haja muito embora toda a sorte de condescendência para com certas ambições desmesuradas e absurdas, mas nunca se sacrifiquem a essas ambições os presentes e futuros destinos de instituições, que em toda a parte são independentes, e só incumbidas a quem já mostrou ter competência especial para as dirigir e manter.

No momento em que o Governo decretasse a cedência do museu archeologico do Algarve á academia de bellas artes, atacaria desde logo o direito de propriedade dos generosos collectores que têm francamente depositado as suas collecções com o fim especial de preencherem lacunas, e de prestarem um serviço relevante á sciencia, e deste modo os obrigaria a reclamar, deixando assim o museu reduzido á impossibilidade de satisfazer aos fins principaes da sua fundação. Além disto, uma tal cedência, que de modo algum se pôde fazer, traria a immediata e constante perturbação em todos os trabalhos; porque a fundação do Museu está rigorosamente subordinada a um programma geral e systematico, que repelle toda a intervenção alheia que não admite alterações, que não pôde ser desviada do regular andamento dos seus serviços especiaes, não devendo por isso ser interrompida por intimações e ordens caridosas de auctoridades subalternas inscientes e impróprias.

O museu archeologico do Algarve é uma instituição inteiramente nova no paiz; não é um museu de varias antiguidades, onde sem nexo e sem ordem possam ter cabimento quaesquer curiosidades exquistas que cada individuo queira depositar, e muito menos pôde ser considerado como simplesmente artístico e adaptado ao ensino e estudo das bellas artes. É pois um museu essencialmente archeologico, colligido e fundado com previstos e determinados (127) intuitos; porque, dividido em épocas distinctas, tem de comprovar a carta archeologica respectiva a cada uma dessas épocas, e quando esteja completamente organizado por este systema, hade consequentemente servir para comprovação da carta archeologica geral da região geographica até esta data reconhecida e estudada. Ora, cada uma das épocas de que no museu há representantes, em virtude do contracto que abdicou o Governo em 29 de Maio de 1879, tem de ser (128) descripta n'uma obra em que devem ser estampados os monumentos mais característicos do museu, porque só assim poderão mostrar a sua legitima significação, não podendo em tempo algum ser alterada a ordem systematica do seu obrigatório logar, e porque só assim poderão também, quer pertençam ao estado, ou a collectores particulares, ficarem memorados e aproveitados como critérios das diversas civilisações que os produziram. Concluída finalmente a organização do museu por este systema inalterável, e mantido elle por um contracto, que não admite intervenção de terceiro, teremos assim ministrada uma grande e bem ordenada série de assumptos monographicos para estimular e attrair o gosto publico para estudos especiaes e desenvolvidos; o que bem sabido é não haver em nenhum outro museu do reino.

Não se tem ainda comprehendido, infelizmente, o grande alcance e significação da carta archeologica e do museu

archeologico do Algarve. O pensamento que presidiu a estes trabalhos, que uma obra especial hade descrever e demonstrar até ás suas mais apuradas conclusões, não se restringiu apenas a uma zona geographica do nosso território. Para estabelecer o systema da sua manifestação, e exemplificar a sua proficuidade, o methodo e a ordem que é mister empregar no reconhecimento e estudo das antiguidades nacionaes, limitou-se então á região mais meridional do paiz, e por este modo ficou instituído o proseguimento (*sic*) dos trabalhos para a continuação da carta archeologica do reino a qual só poderá ser similhantemente comprovada com os monumentos das consecutivas regiões septentrionaes. A carta e o museu archeologico do Algarve estabeleceram portanto a base fundamental e o systema que deve seguir-se para que a seu tempo nos seja possível apresentar a carta archeologica de Portugal e porventura o mais perfeito, o mais systematico e mais rico museu archeologico, representando as antiguidades prehistoricas e históricas do continente portuguez. Esta grande obra, que póde ir-se conseguindo sem pesados sacrificios, e com a qual o paiz irá acompanhando as nações mais adiantadas no progresso scientifico em que se acha empenhada a moderna sabedoria europêa, não poderá a nação visinha deixar de adoptar, empregando os seus mui notáveis archeologos no levantamento da sua carta archeologica, na criação e desenvolvimento dos seus museus; pois só quando a Península poder demonstrar as suas antiguidades territoriaes, poderão ser resolvidos os mais importantes problemas attinentes á paleontologia humana e á ethnographia. (129)

Só então haverá fundamentos certos e positivos para o reconhecimento das differentes raças que se criaram, ou vieram habitar no occidente europêo por migrações terrestres e marítimas, quaes foram os pontos de partida dessas migrações, qual foi o seu trajecto e qual o estado da sua civilização em cada período deduzido das manifestações da sua industria. Quando pois Portugal e a Hespanha poderem attestar de um modo irrecusável a existência de tantas provas exigidas pela sciencia, poderão os sábios da Europa escrever a historia da humanidade e conjuntamente a historia do trabalho.

A nossa muito excepcional e privilegiada situação geographica obriga os governos cultos e protectores da sciencia a proseguirem com os importantes trabalhos da carta archeologica nacional, ligando logo á carta do Algarve a da riquíssima zona do Alentejo, e assim seguidamente, até deixar-se ao norte e a leste o território hispanhol entregue ao estudo dos sábios dessa grande nação.

Não devemos sacrificar este pensamento, útil e generoso, a mesquinhas concessões, alimentando ambições ineptas e nocivas á ordem regular e á independência que é indispensável ao tranquillo exercicio de tão complicados trabalhos; quem tiver anciosas aspirações á auctoridade, que a adquira muito embora n'outros serviços em que todos saibam mandar; não venha atropellar justos e bem fundados direitos, pretendendo ter maior ingerência n'uma obra do que o auctor da mesma obra; não deve emfim querer governar no que não entende, porque lhe faltam trinta annos de estudo para poder justificar as deliberações do seu mando superior, trinta annos de convivência com os livros que ensinam a quem não sabe o que não se póde adquirir a troco dos mimos da fortuna.

Uma idéa ali corre como combinada entre vários individuos, que a pretexto de se proporem criar um grande museu nacional para ser alojado no palácio das Janellas Verdes, apenas nutrem o concentrado propósito de destruírem o museu archeologico do Algarve envolvendo-o n'uma rede em que também caiba o museu Maynense da academia real das sciencias juntamente com outras colleções, e com as próprias alfaias mais artísticas das igrejas. O que só poderia ser proposto, ou lembrado por homens, que não formam a mínima idéa da índole que compete a um museu archeologico geral, que tenha por fim representar as antiguidades do reino, antiguidades que nunca poderão ser de tal modo congregadas nem satisfazerem a uma qualquer conveniência scientifica, mas apenas servirem para deixar tirar do seu monstruoso conjunto a única conclusão, de que a ignorância e a audácia querem tomar a vanguarda do novo progresso, arrazando na sua nefanda passagem tudo que não seja obra do seu destruidor engenho. (130)

Eis aqui talvez uma das causas reservadas porque a academia de bellas artes pretende chamar seu ao museu archeologico do Algarve, fundando já a posse no facto de estar alojado no edificio que occupa e no de serem as contas do museu processadas com o visto da sua thesouraria; e com estes frívolos fundamentos tentou já fazer-me intimações

e dar-me ordens, suppondo, por não ter noticias mais averiguadas a meu respeito, que fosse eu susceptível de obedecer a quem não tem o direito de mandar.

Quando constou á academia de bellas artes que havia muitos mezes eu pedira ao Governo me mandasse dar espaço n'um edificio do estado para organizar o museu, logo tratou de ir officiosamente offerecer logar para eu levar a effeito a minha proposta organização; mas o seu fim reservado não era certamente este, porque sempre me negou o espaço preciso, e sim mui manifestamente capturar-me os monumentos que eu havia descoberto, colligido, comprado em grande parte á minha custa, ou recebido por generosissimo offerecimento pessoal de parentes, de amigos antigos e de outros mui obsequiosos conterrâneos, porque tudo isso lhe era necessário, e ainda pouco, para poder criar no palácio das Janelas Verdes o seu projectado museu, duas vezes mais exquisito do que o monstro de Horácio, por não ter pés nem cabeça... (131)

A academia de bellas artes, ignorando completamente quaes eram os monumentos por mim colligidos, qual devera ser a índole da sua organização e os fins especiaes a que essa organização tinha de sujeitar-se com um rigor inalterável; imaginando que desse conjuncto de significativos padrões monumentaes poderia surgir um museu á feição dos seus mal concertados sonhos, a que podessem ser aggregados qunatos objectos, sem procedencias conhecidas, improprios e inúteis, havia adquirido em parte por meio de contractos e preços altamente escandalosos, em que abundam as suas curiosas arrecadações; parecendo ignorar qual deve ser a índole dos museus, ou antes collecções respectivas aos institutos de bellas artes; não calculando pela quantidade dos monumentos, que não conhecia, nem pela natureza da sua organização, de quem não fazia a mínima idéa, que espaço reclamaria a instituição do museu archeologico de uma grandiosa região geographica; inspirada de intuitos impraticáveis, como agora está mostrando que o foram; incauta, imprevidente e mui imprudentemente, sem saber o que devia querer nem o que devera pedir, officiou ao Governo requisitando ser contemplada e preferida com a instituição do museu archeologico do Algarve, para cuja organização offerecia espaço na secção do edificio, que a direcção das obras publicas deste districto estava então acabando de restaurar. (132)

Enganou o Governo, e luctou constantemente comigo, recusando-me até hoje o espaço preciso, sendo eu o encarregado do trabalho, e com a mais reservada astúcia, para não me dar logo a perceber qual era o fundo da sua má fé, deixou á minha escolha na secção restaurada do edificio, dois retalhos desiguaes, um com porta para o pateo principal em que não podia caber metade do que havia a collocar, e outro com mais algum espaço, e dois pateos para os monumentos de pedra, mas sem porta independente e encravado n'uma extremidade do edificio, de modo que para se chegar á porta mysteriosa do museu eta mister emprehender uma jornada, percorrendo três extensos corredores! Esperando eu sempre chegar a adquirir o retallo com porta para o pateo principal, acceitei o maior por ter dois pateos, como se tinha previsto, e deste modo, negando-se sempre o outro, pouco mais tem de 20 metros de comprimento sobre 3 ½ de largura, estabeleceu-se ali a casa de venda dos modelos de gesso e lançou-se logo um tapume divisório! Os senhores das bellas artes não me deixaram pois de forma alguma proseguir (*sic*) a organização do museu, que há muitos mezes devera estar inteiramente concluída, talvez também para que ninguém podesse apreciar a grandeza e importância a que chegava, como repentinamente, uma instituição que acabava de nascer sem receiar confrontar-se com todos os museus ali existentes; pois que deste modo a opinião publica sensata nunca poderia approvar a desastrosa fusão deste museu com qualquer outra instituição de índole diversa. Em tudo, pois, houve reservada premeditação e má fé, e eu protesto mui respeitadamente perante V. Ex.^a e perante o Governo contra um tão insólito procedimento².

A academia de bellas artes não ignorava que eram meus muitos dos monumentos que haviam de vir do Algarve, assim como outros que de minha casa mandei, incluindo o meu medalheiro; não ignorava que o mui prestadio collector Joaquim José Júdice dos Santos com a mais decidida franqueza me havia remettido pelo vapor da carreira do Algarve e

² Devido ao seu interessante desenvolvimento, procedeu-se à inclusão deste parágrafo, cortado no original.

pelo vapor Luzitania varias caixas carregadas de importantes objectos da sua famosa collecção com o generoso intuito (133)
de acudir ao preenchimento de lacunas que havia na collecção geral, porque foi o próprio Fiel da academia quem se
encarregou de despachar na alfandega aquelles volumes; não ignorava que mais algumas caixas cheias de monumentos (134)
me haviam sido remetidas de Villa Nova de Portimão por offercimento do illustrado explorador do tumulus de Alcalá,
o prior da Mexilhoeira Grande, António José Nunes da Gloria, porque essas caixas também foram despachadas pelo Fiel
da academia; não ignorava que os monumentos epigraphicos de Mértola tinham sido comprados á minha custa, com
excepção de três, que me foram offercidos por Alonso Gomes, empresario da carreira de navegação entre os portos do
Algarve e Lisboa, e pelo abastado negociante Domingos Martins Peres, e que dois desses monumentos, meus, assim (135)
como alguns vasos cerâmicos que comprei no Barranco do Azeite, tendo vindo para a academia antes da minha chegada
a Lisboa, ali desapareceram (!) como relatei na minha memoria das Antiguidades de Mértola. Sabia pois tudo isto a
academia de bellas artes porque todos estes assumptos foram muito fallados nas nossas primeiras conferencias, e
todavia, não tratando de dar attenção ao que devera querer nem ao que podia pedir, officiou ao Governo, requisitando
ser contemplada com o museu do Algarve, para cuja organização declarou ter espaço disponível, que nunca cedeu, na (136)
secção do edificio que a direcção das obras publicas deste districto estava então acabando de restaurar.

Illudiu portanto o Governo, pedindo-lhe o que Governo não podia ceder, e luctou constantemente commigo,
recusando-me até hoje o espaço preciso que havia offercido, sendo eu o encarregado do trabalho!

Chegados pois os primeiros monumentos e vendo eu a necessidade de começar logo a organisal-os, começou-se então
a discutir o espaço, por me ser preciso saber por onde havia de principar e até onde me era licito chegar. Neste
assumpto, porém, devo dizer com inteira verdade, não tomou quaisi nenhuma ingerência o Vice-inspector; foi o director
interino quem se arrogou a iniciativa no assumpto e o planeou de modo, que os embaraços começaram a apparecer
imediatamente. Dividiu a secção restaurada do edificio em dois retalhos desiguaes, um com porta para a entrada
principal, em que não podia caber metade do que havia a collocar, e o outro com mais algum espaço e dois pateos (137)
independentes para os monumentos de pedra, mas encravado n'uma extremidade do edificio, de maneira que, para se
avistar a porta mysteriosa recôndita de um museu que devia estar patente ao publico, como me fora ordenado por officio
de 1 de Abril do anno próximo passado, que de V. Ex.^a tive a honra de receber, era mister empheender uma jornada
como ainda sucede, percorrendo três extensos corredores e mais metade de outro para (???) chegar até do meu
trabalho. Esperando porém que me seria posteriormente cedido o outro retalho, que apenas mede uns 20 metros de
comprimento, logo que se reconheceu ser-me verdadeiramente preciso, porque assim se abria entrada directa para o
publico e serviço do museu sem necessidade de rodeios e fadigas, optei pelo maior, como se tinha previsto, negando-se
me sempre o menor onde se estabeleceu casa de venda para modelos de gesso, e me foi lançado um tapume divisório
por ordem do referido director. Deste modo, faltando-me espaço, não pude proseguir a organização do museu, a qual há
muitos mezes devera estar concluída e com ella relativamente muito adiantados todos os mais trabalhos a meu cargo.
Ora talvez mesmo que mui intencionalmente assim se impedisse a organização geral, para que ninguem podesse
apreciar a grandeza e importancia a que chegava, como repentinamente, uma instituição que acabara de nascer sem
receiar confrontar-se com todos os museus de antiguidades existentes no paiz; pois que neste caso a opinião publica
sensata nunca poderia approvar a desastrosa fusão deste museu com qualquer outra criação original de índole diversa.
Em tudo pois parece ter havido reservada premeditação e má fé, e eu protesto mui respeitosa e perante V. Ex.^a e
perante o Governo contra um tão insólito procedimento, porque tem causado grave retardamento em todos os meus
trabalhos.

Agora pretende-se mais alguma cousa, pois parece que se argumentou com maior esperanza e com a coadjuvação de
individuos que aspiram talvez ao cargo de director do projectado museu das Janellas Verdes; e porque a idéa reservada
era ser eu excluído, quando não quizesse sujeitar-me á degradante condição de obedecer ao inspector e ao artista
director, já queria saber com antecedência por uma relação, por mim assignada quaes eram os objectos do museu, que
se (???) tinham de comum com os inventários propriamente da academia.

O espaço que me é indicado para a mudança do museu tem certamente maior superfície do que aquelle em que se acha encravado e sem desenvolvimento possível por não quererem ceder-me um corredor com 20 metros de comprimento; mas as condições com que me é offerecido, são apparentemente cavilosas e positivamente inaceitaveis. Para V. Ex.^a melhor perceber quaes são as intenções, principalmente do director interino, com quem este assumpto tem sido mais discutido, envio um esboço, que de memoria tracei, das casas e pateos que o museu iria occupar mediante os dictames, restrições e reservas que pretende impor-me aquella auctoridade artística, a quem os trabalhos do museu devem o forçado atrazamento em que se acham.

O quintal ou pateo n° 1, único lugar onde poderiam ser ordinalmente dispostos os monumentos epigraphados, tem as portas A e B para a rua nova dos Martyres. A porta A dá entrada para o quintal por uma rampa estreita e a porta B, que é a principal, pertence a um atelier de estatúaria, que também tem porta larga para o patim D, por onde a gente que alli raras vezes trabalha faz passagem para o interior do edificio pela porta C, atravessando o pateo. A casa F tem alguns objectos arrecadados no pavimento térreo; no segundo está despejada e no terceiro há o atelier de um pintor, que faz serviço pelo pateo N° 1 e pela porta C até á escada G, e não somente elle como os seus discípulos e toda a gente que o quer procurar. A pequena casa H é um chalet inutil, que está quasi sempre fechado por falta de applicação.

A porta A seria pois a única que poderia franquear ao publico a exposição do museu, e o pateo ou quintal N° 1 o único onde se poderiam dispor como disse, os monumentos epigraphicos préromanos, romanos, visigothicos, árabes e portuguezes já existentes e todos os mais que já tenho no Algarve, apesar da minha ausência, para tornarem ainda mais rica esta importante collecção, sem duvida alguma a primeira do reino. Mas poderei eu abandonar esta collecção, pondo-a n'um pateo que serve de passagem a tanta gente, sem poder ser fiscalizada nem resguardada dos estragos a que ficaria exposta? Ninguém o affirmará.

Havia porem um meio, que propuz, mas que não se quer aceitar, porque a idéa do director da academia é que o museu esteja sempre captivo e sujeito ás suas ordens e caprichos. O meio era mudar-se o atelier F para o interior do edificio, e levantando-se no alinhamento E um muro até á escada G, cortar-se a passagem do atelier B e do patim D pelo pateo para a porta C, por isso que tem porta independente para a rua nova dos Martyres; e prescindir a academia de fazer serviço pela porta A, a qual de facto raras vezes se abre, porque está como abandonada. No pavimento térreo da casa F collocaria o museu a sua collecção de duplicados para serem offerecidos ao estudo dos especialistas um numero maior de exemplares do que os que devem ser expostos nas collecções do museu para marcarem os caracteristicos de época de cada terra indicada na carta. No segundo pavimento seria collocada a secretaria, e mesas para a reprodução das inscrições que háde figurar em numerosos quadros epigraphicos pertencentes a monumentos que não podem ser tirados das obras em que se achem por serem documentos históricos locais. No terceiro seria collocado o gabinete de trabalho do director do museu, o archivo e livros de estudo. O chalet H é um pejamento no pateo que conviria arrazar (138) para não interromper o alinhamento ordinal e geographico dos monumentos epigraphicos, como no esboço vai indicado.

A casa N° 2 é uma aula que tem de passar para o pavimento mais alto da academia, assim como a outra N° 3, que era uma antiga sala de exposições, hoje dividida por um tabique, sendo a primeira parte occupada pela aula e a segunda por vários objectos arrecadados. A casa N° 4 é outra pequena arrecadação. O N° 5 é um estreito corredor que dá passagem da casa F para o pateo interno N° 6, único pateo onde poderão ser collocados os monumentos architectonicos e estatuas do museu, e os que em grande numero já tenho ultimamente adquirido e espero adquirir no Algarve para o enriquecimento desta importante secção. Com porta para este pateo há o corredor N° 7 que deveria ser fechado por tapume no ponto I, para casa de trabalhos rústicos ou de operários logo á entrada, e o resto para arrecadação de caixas, e materiaes que o museu tenha de comprar para as suas obras. Nem outra parte haveria no espaço offerecido para estes destinos.

Não cabem porem nas casas N°s. 2, 3 e 4 senão as secções das épocas prehistorica, préromana, romana e visigothica, e por isso as secções das épocas árabe e portugueza só podem ser alojadas na casa N° 8, que é uma aula de architectura, que a academia quer collocar com as outras onde agora está o museu, ficando por isso abandonada. Esta casa N° 8

acommodaria pois a secção árabe e portugueza na sua primeira metade e na outra a secção numismática e a série das cartas archeologicas da Europa, bem como as cartas da Europa, Ásia, Africa, América e Oceânia, as cartas geographica, corographica e geológica de Portugal, e a da península hispânica, porque tudo isto é indispensável no único museu que está scientificamente organizado para prestar alguns serviços á sciencia, como diz Mr. Cartailiac no seu notável Relatório dirigido ao Ministério de Instrução Publica da França, como igualmente o affirmou o mais sábio membro do congresso que se reuniu em Lisboa, Mr. Virchow, quando no seu Relatório apresentado á sociedade de anthropologia de Berlim fallou do Museu archeologico do Algarve, e como o estão repetindo mais alguns sábios estrangeiros, taes como Henri Martin e outros, embora a vasta sabedoria portugueza se mantenha na sua habitual reserva de não querer louvar cousa alguma de origem nacional. (139)

A casa N^o 8 não está porem comunicada com as de N^os. 2, 3 e 4 e é mister que o esteja para não haver interrupção no seguimento ordinal das secções de época. Para este fim bastaria abrir-se uma porta no patim superior da escada N^o 9, que tem porta para a casa N^o 3, e fecharem-se as outras duas portas do dito patim, por não serem precisas ao serviço da academia senão uma de fácil substituição e serem ambas nocivas ao museu.

A porta N^o 10 pertence a uma pequena casa de passagem, onde há torneira de agua, e que dá entrada para a casa N^o 8 e para o pateo N^o 6. Esta porta poderia deixar-se como para offerecer aos artistas a sua entrada no museu, e ao museu a passagem para a bibliotheca da academia e para o serviço da agua da cisterna, aproveitando-se assim um encanamento existente.

Já V. Ex.^a terá reconhecido que o espaço indicado não é demasiado para alojar o museu como hoje existe e para se lhe irem aggregando os numerosos monumentos de que já póde dispor, mandando-se vir do Algarve, onde ainda não está explorada uma única das inumeras cavernas que tem n'uma linha de 25 leguas de extensão, e onde muito há que explorar em vários pontos com o mais esperançoso resultado.

Tenho portanto a honra de propor a V. Ex.^a, um beneficio deste útil instituto, destinado á comparação da carta archeologica do Algarve, ás descripção e conclusões que dos seus monumentos se está occupando a obra determinada pelo contracto de 29 de Maio de 1879, á exposição e estudo publico, a servir de base fundamental ao prosequimento do futuro museu archeologico nacional e da carta archeologica geral do reino, que V. Ex.^a haja de approvar e submitter á resolução do nosso Ministro, a quem todos estes estudos já feitos devem a iniciativa e protecção mais decidida e illustrada: (140)

1^o Que a academia de bellas artes ceda os pateos e casas indicadas no esboço junto ao museu archeologico do Algarve com a mais inteira independência.

2^o Que transfira o atelier do 3^o pavimento da casa F para outro logar do edificio, entregando toda a casa ao museu.

3^o Que seja levantado um muro no alinhamento E, perpendicular á parede com frente para a rua nova dos Martyres e á escada G, para tornar incommunicavel o atelier B, com o pateo N^o 1, por isso que tem porta independente para a rua e raras vezes é utilizado.

4^o Que no patim superior ou inferior da porta C seja levantado um tapume, que impeça a comunicação do interior da academia com o pateo N^o 1, destinado á collocação e resguardo da grande e importante collecção epigraphica do museu (Fig. 57).

5^o Que a porta A seja exclusivamente utilizada pelo museu para os seus serviços quotidianos, para a recepção do publico nos dias de exposição e para dar entrada todos os dias ás pessoas de todas as condições sociaes que pretendam estudar alguma especialidade e pedir esclarecimentos, para que deste modo se torne útil á sciencia e aos estudiosos e digno de ser mantido pelo paiz, não se permittindo de modo algum a passagem pelo dito pateo aos indivíduos quem os empregados do museu nas suas horas de serviço obrigatório não possam acompanhar ou vigiar, a fim de não ficarem expostos a estragos e desastres inevitáveis os preciosos monumentos pertencentes a cinco épocas já ricamente representadas.

6^o Que as duas portas do patim superior N^o 9 sejam entaipadas, abrindo-se a passagem que a mais pequena dá para

dois ateliers n'um próximo tabique envidraçado.

7º Que o corredor N° 7 até o ponto I, onde deve ser levantado em tapume, e o pateo N° 6, cujos destinos ficam descriptos, sejam entregues ao museu.

8º Que não haja, emfim, de commum comunicação entre a academia e o museu, nos dias e durante as horas em que o museu esteja aberto, senão a porta N° 10, ficando também interceptada a porta N° 11 pertencente a uma casa onde há deposito de barro, por isso que tem outra porta independente.

Com estas pequenas concessões que apenas se reduzem á mudança de um atelier de mingoadas dimensões e á interceptação de algumas passagens, pela maior parte inúteis e desnecessárias a que se oppõe porém o director interino por nutrir a frívola pretensão de querer ter ingerência n'uma instituição estranha á profissão que exerce, poderá o museu ser em breve tempo perfeitamente organizado, ficando livre de tropeços e intervenções de todo o ponto absurdas e perniciosas, ficando-lhe aberto um largo horizonte para, passado pouco tempo, se apresentar afoitamente como modelo e base fundamental do único museu archeologico geral do reino, que a sciencia europêa reclama como elemento indispensável para a solução dos seus mais importantes problemas.

Cumpr-me agora prevenir V. Ex.^a de que os senhores da academia, julgando-se também senhores do convento de S. Francisco da Cidade, hão de impugnar a cedência do pateo N° 1 para exclusivo serviço do museu, allegando que a academia precisa e não pode prescindir da porta A, e deste pateo.

Saiba V. Ex.^a que se esta allegação apparecer, não é verdadeira, porque a porta A pouquíssimas vezes se abre, e o matagal que cobre o sórdido chão daquelle pateo, bem deixa logo perceber o abandono com que é desprezado. A academia, no alinhamento da sua fronteira tem maior e mais útil espaço, também desaproveitado, onde até poderia construir famosas galerias com mais vantagem e acerto do que dispendendo sommas consideráveis n'outras obras; este grande espaço perdido e sem applicação alguma está defendido por um muro, com vista para o Largo de S. Francisco, (???) o pórtico principal com uma ampla portada de madeira, por onde podem entrar carretas conduzindo os mais corpulentos monolithos. Este largo e extenso espaço será um dia utilizado, quando houver quem chegue a perceber a importância que o recomenda, tanto mais sendo elle contíguo ás repartições do edificio e tendo outra larga entrada interna para o pavimento médio da academia, onde há aulas, passagem para dois ateliers e escada que communica com o pavimento superior. Não é pois uma perda para a academia a estreita porta A e o pateo N° 1, porque tem outro espaço e outra porta, tudo muito maior, e em preferíveis condições, que também não aproveita.

Se disser que não tem casa propicia para mudar o atelier da casa F, póde V. Ex.^a acreditar que se tal mudança fosse reclamada por algum interesse interno, logo se lhe acharia remédio prompto e decisivo. A única condescendência que póde haver para com a academia é deixar-lhe o atelier B com o seu patim D, e larga porta para a rua Nova dos Martyres, embora a falta daquelle espaço e daquelle porta cause grande transtorno ao museu.

Todas as recusas e pretextos de que se sirva a academia de bellas artes para mostrar a inconveniência, ou mesmo impossibilidade de serem feitas ao museu as mencionadas concessões, serão sempre fundadas em argumentos frívolos e de intenção reservada, por não querer abstrair da insensata idéa, talvez influenciada por émulos do museu do Algarve, de se abalançar á monstruosa criação de um museu mixto no palácio das Janellas Verdes, onde o bom senso apenas aconselharia a organização methodica de collecções meramente artísticas concernentes aos diversos ramos de ensino escolar professado na mesma academia, com inteira abstenção de collecções anthropologicas, paleontologicas geológicas e archeologicas, em que a sua administração não tem voto nem competência, sendo por isso que taes collecções em todos os paizes do mundo constituem museus scientificos especiaes, independentes, e só entregues á gerência de pessoas de comprovados conhecimentos.

(141)

Devo portanto esperar que V. Ex.^a não admitta taes recursos e taes protestos, tanto mais nesta conjuntura em que o espaço da academia de bellas artes está sendo amplamente augmentado com um immenso palácio, onde há logar para todas as collecções artísticas e para arrecadar desde já quantos objectos estão occupando no edificio do extincto convento de S. Francisco as casas que o museu reclama e outras muitas casas dos pavimentos inferiores, e que deste

modo e contra o verdadeiro fundamento se sirva V. Ex.^a submeter este assumpto á sabia e prudente resolução do nosso illustradissimo ministro, a quem os estudos archeologicos já devem muito e esperam dever os seus consequentes complementos.

Espero que V. Ex.^a igualmente nunca auctorize a mudança do museu do Algarve para outra parte que fique distante das bibliothecas, por isso que neste museu há estudos obrigatórios que não se podem fazer senão tendo facilmente accessivel este indispensável auxilio.

Quando se haja reconhecido que os mencionados tropeços partem de uma obstinação inqualificável, talvez inspirada por émulos mal intencionados e insoffridos por verem que o único museu archeologico scientificamente organizado no paiz é obra exclusiva de um só individuo, então convirá lembrar á academia de bellas artes, que o edificio por ella occupado, não é propriedade sua mas do estado, e que assim como o Governo lhe addicionou um grande palácio para lhe promover os seus mais ambicionados desenvolvimentos, do mesmo modo tem o direito de lhe mandar separar um retalho relativamente pequeno para ali collocar uma outra instituição, que já está criada de facto, como em breve tempo o deve ser por lei especial, obrigada a um contracto celebrado com o mesmo Governo, reconhecidamente útil ao paiz e á sciencia, já festejada com o insuspeito louvor de grandes sábios estrangeiros, e que por todas estas razões não póde ser escrava de autoridades subalternas e incompetentes, mas livre e independente sob os salutaes auspícios dos Governos que presam a dignidade do paiz, tendo a peito a promoção do progresso scientifico, como em toda a parte se está hoje praticando, até nas mais pequenas nações, como para exemplo se poderia citar a Hungria, onde já estão instituidos uns vinte preciosos museus de archeologia monumental. E Portugal que é dez vezes mais rico em antiguidades prehistoricas e históricas do que a Hungria, possui apenas pequenas colleções mal organizadas e um celebre museu, que tomou o título de real associação dos architectos e archeologos portugueses, que nunca foi nem póde ser considerado como museu archeologico, porque não passa de ser um inextricável labyrintho, em que tudo se acha misturado e confundido, sem pensamento, sem systema, sem organização alguma, tendo alias alguns excellentes monumentos, mas que ninguém sabe pela maior parte de que pontos certos e determinados foram extraídos nem em que condições archeologicas descobertos! (142)

As únicas colleções que fazem honra ao paiz e são utilidade á sciencia, são as da secção geológica, dirigida pelos mui competentes académicos e geólogos distinctos Carlos Ribeiro e Nery Delgado: o que alli há em anthropologia, em paleontologia e archeologia prehistorica é excellente e bem organizado, como era de esperar de pessoas de tão especial merecimento; mas não obstante serem mui preciosas e bem dispostas, representam apenas na carta geographica de Portugal um limitadissimo numero de estações neolithicas, talvez alguns caracteristicos paleolithicos, e já algumas cavernas occupadas na idade do bronze; o que todavia é ainda muito pouco e incompleto para permittir conclusões ethnographicas, e ethnologicas; e em parte, confessarei ser também o caso em que se acha o museu do Algarve, por não me ter ainda sido permittida a exploração que promette exceder tudo quanto até agora se tem colligido no nosso território, e brindar este museu com uma feição de absoluta superioridade³. (143)

Limitto-me pois nesta occasião a solicitar as precisas ordens para que a academia de bellas artes ponha á minha disposição com a máxima brevidade todo o espaço indicado no esboço junto e permitta que sejam interceptadas todas as passagens para o pateo N^o 1 e pela porta A por meio de tapumes de alvenaria ou de madeira, ficando apenas subsistindo o atelier com a porta B para a rua nova dos Martyres, mas com a passagem interceptada para o pateo N^o 1 no alinhamento E por um muro de alvenaria, deixando-se apenas aberta a porta N^o 10 para a recíproca comunicação do museu com a academia, a qual deverá franquear a sua bibliotheca, e as obras, por meio de recibo, aos estudos precisos ao fundador do museu e encarregado de escrever a obra das Antiguidades Monumentaes do Algarve, abstendo-se a academia de querer exercer qualquer acto de ingerência no espaço que for cedido ao museu; e quando

³ Devido ao seu interessante desenvolvimento, procedeu-se à inclusão deste parágrafo, que se encontra eliminado no original.

repugne á academia que fique aberta a porta N° 10, que seja essa porta igualmente fechada por ambos os lados, embora o serviço para a bibliotheca da academia e para a bibliotheca nacional tenha de fazer-se pela rua corrente.

Tenho finalmente a honra de propor a V. Ex.^a, que do próximo futuro anno económico em diante as contas do museu sejam processadas pelo escripturario do museu, authenticadas com o meu visto, e directamente remetidas á Repartição de Contabilidade desse Ministério, sendo as verbas destinadas para o pagamento dos dois empregados e custeamento do museu pagas na thesouraria do ministério da fazenda, ou no mesmo museu, se assim mais fácil parecer e melhor convier, ficando eu nesta hyppothese com todos os meus bens havidos e por haver responsável pelas verbas que me forem enviadas, mediante requisições mensaes, ou bimensaes, mesmo porque não convem ao bom regime e segurança do museu ter um deposito senão pequenas quantias de consumo immediato precedentemente justificado nas requisições; e daqui resultará estar o museu sempre corrente com as suas contas, não se sujeitando ao habitual atrazamento da contabilidade da academia de bellas artes e a escusadas dependências. (144)

D.^s G.^e a V. Ex.^a – Museu Archeologico do Algarve em 30 de Maio de 1881

Ill^{mo}. Ex^{mo}. Sr. Con^o. Dir^{or}. G.^{al} da Direcção da Instrucção Publica

Notas

125 – Verifica-se que, em dia anterior a 30 de Maio de 1881, Estácio da Veiga tinha já sido “verbalmente intimado” pela Academia de Belas Artes a apresentar o inventário do Museu Arqueológico do Algarve e a proceder “com a máxima brevidade” à transferência do Museu para local que lhe fora indicado.

126 – Esta passagem da missiva, que importava contudo manter num tom contido, dado ser documento oficial enviado ao Director Geral da Instrução Pública, é bem elucidativa da revolta sentida por Estácio face ao tratamento de grande dureza que a Academia de Belas Artes adoptou para com quem, reafirma-se uma vez mais, “o Governo havia escolhido na primeira academia scientifica do paiz”, ou seja, a Academia Real das Ciências de Lisboa.

127 – Nesta passagem, Estácio reafirma as diferenças de método, de organização e de objectivos que separavam o Museu Arqueológico do Algarve, enquanto instituição de cunho marcadamente científico, de outras instituições museológicas existentes, como o Museu do Carmo, em Lisboa, aquele ou cuja criação pressentia, como o Museu de Arte Antiga e Arqueologia, fundado em 1884. Ver Notas 2, 28, 115 e 119.

128 – A linha de actuação pessoal de Estácio da Veiga pautou-se sempre por grande coerência, de quem sabia bem o que queria fazer e como proceder: assim, ao contrário dos seus contemporâneos, que descobriam, estudavam e publicavam monumentos e materiais arqueológicos ao sabor das circunstâncias e das ocasionais descobertas, Estácio foi o primeiro arqueólogo – e, por muitos anos, o único – que, em Portugal, teve a oportunidade de definir e concretizar um plano programado de actuação, visando a investigação, a publicação e a divulgação pelo grande público do património arqueológico de uma vasta área geográfica, o Algarve. Sem dúvida que conseguiu meios para levar a cabo tal tarefa, aproveitando ao máximo as oportunidades, bem como os recursos logísticos e financeiros, além da própria máquina administrativa do Estado, que lhe foram postos à disposição; mas tais meios de nada serviriam, se não fosse o seu pensamento estratégico, sem dúvida genial, por se encontrar muitas décadas avançado em relação à época em que vivia. Deste modo, após o levantamento da Carta Arqueológica do Algarve, cuja conclusão, incluindo a apresentação das peças desenhadas das estações mais relevantes, em resultado das extensas escavações que nelas realizou, se encontrava concluída no final do ano de 1878, impunha-se uma nova etapa: a publicação exaustiva dos resultados. Foi assim que surgiu o contrato assinado com o Governo, a 29 de Maio de 1879, para a redacção das Antiguidades Monumentais do Algarve, a que se faz alusão neste ponto da missiva. Tal obra serviria de demonstração da sequência de achados e

materiais (Estácio utiliza recorrentemente a palavra “característicos”) pertencentes às sucessivas épocas identificadas, bem como aos critérios que presidiram à sua ordenação, estudo e apresentação. Por último, a exposição pública destes materiais completaria este ambicioso mas exequível programa, o primeiro organizado no País e talvez na Europa, através da organização do Museu Arqueológico do Algarve, que lhe foi cometida pelo Governo. Subordinando a organização expositiva dos materiais, à própria lógica da sua apresentação nos sucessivos volumes das “Antiguidades”, ficava deste modo inviabilizada a intervenção de outros que não o próprio autor daquela obra, e é isso que Estácio procura demonstrar, por argumentos de carácter estritamente científico.

129 – O projecto de Estácio sobre a arqueologia do Algarve, apoiando-se em três elementos fundamentais: a carta arqueológica; a respectiva notícia explicativa, constituída pelos diversos volumes das “Antiguidades”; e, finalmente, o Museu arqueológico, que completava as duas peças anteriores e lhes dava consistência e visibilidade, deveria ser, ulteriormente, adoptado como modelo metodológico para a elaboração da carta arqueológica de Portugal, como transparece claramente desta passagem do documento. Estácio estaria, então, a ser influenciado pela situação que se verificava no domínio da geologia e da paleontologia: com efeito, a realização da carta geológica do País, de que já existia uma primeira edição, à escala de 1/500 000, desde 1876, foi acompanhada pela publicação regular de estudos monográficos, em boa parte resultantes dos trabalhos de terreno realizados no âmbito de execução daquela, nas Comunicações do serviço encarregue da mesma (cujo primeiro número saiu em 1885), e, enfim, pela existência de um Museu científico, expondo os materiais mais relevantes obtidos no decurso dos trabalhos, que foi organizado no local onde ainda hoje se encontra, o segundo andar do edifício da Academia das Ciências de Lisboa. Contudo, o que Estácio, de forma deliberada ou não, ignorou, é que este esforço do reconhecimento geológico do País foi obra de uma instituição pública, com a alocação de significativas verbas, servida por um quadro de pessoal estável e bem remunerado, e não o resultado do querer de um único indivíduo, para mais sem apoios políticos, bem pelo contrário, como era o caso de Estácio.

130 – Nesta passagem do documento voltam-se a repetir ideias já expostas e comentadas anteriormente, sobre as diferenças entre um Museu de arqueologia, cientificamente organizado, e um Museu artístico, como o que se encontraria projectado para o palácio das Janelas Verdes. Com efeito, à exposição sobre artes decorativas, incorporando muitos espólios religiosos ou provenientes dos antigos conventos, ali realizada em 1883, seguiu-se a inauguração do Museu de Arte Antiga e Arqueologia, logo no ano seguinte, incorporando parte dos objectos ali expostos no ano anterior. Contudo, o espólio do Museu Maynense, constituído em boa parte por espécimes reunidos pelo Padre José Mayne para as suas aulas no edifício onde hoje funciona a Academia das Ciências de Lisboa, que se juntaram a exemplares já ali existentes, oriundos da colecção do Museu Real da Ajuda, jamais saíram daquela Academia. Ver Notas 2, 28, 119, 119 e 127.

131 – Esta passagem é de evidente interesse para o conhecimento da história do Museu Arqueológico do Algarve e das fraquezas que determinaram o seu funcionamento. É provável que Estácio já tivesse solicitado, mesmo que informalmente, um edifício ao Estado para a instalação das colecções em 1879, como se verifica no requerimento dirigido a El-Rei a 27 de Dezembro desse ano, mas nada se conhece que confirme a afirmação de que foi a Academia de Belas Artes que, antecipando-se à discussão, se ofereceu, à revelia de Estácio da Veiga, para que a instalação do dito Museu se efectuasse nas suas instalações. Aliás, a primeira vez que Estácio menciona essa solução, no aludido documento, nada indica que estaria contra ela, bem pelo contrário. Ver Nota 86.

132 – A leitura que Estácio faz sobre os reservados intuitos da Academia de Belas Artes ao propor a organização do Museu Arqueológico do Algarve nas suas instalações é tortuosaa; infelizmente foi ditada pelos factos objectivamente

observados. Note-se, com efeito, que a Academia pretendeu, em determinada altura, já depois de fechado o Museu ao público, aproveitar-se de algumas peças de escultura romana obtidas por Estácio da Veiga para expor nas suas galerias, o que pressupunha o seu ulterior aproveitamento no projectado Museu. Note-se que os fragmentos de mosaicos romanos eram, então, verdadeiras raridades, em Portugal. Ver nota 130.

133 – À época, todos os artigos e bens que entravam na cidade de Lisboa, mesmo os provenientes de outras partes do Reino, tinham de ter despacho através da Alfândega de Lisboa. Note-se que a forma mais fácil de fazer chegar a Lisboa os inúmeros objectos recolhidos por Estácio no Algarve, a este oferecidos ou cedidos para exposição em Lisboa, era por via marítima, através da carreira do Algarve.

Estácio da Veiga tinha obviamente razão, ao invocar a sua ascendência sobre as colecções em apreço, face à Academia de Belas Artes, que nenhuma autoridade científica detinha sobre as mesmas.

134 – Os espólios arqueológicos recolhidos em Mértola foram efectivamente adquiridos particularmente por Estácio da Veiga, ou a este pessoalmente oferecidos, como teve o cuidado de deixar registado e publicado (VEIGA, 1880 a).

135 – Não só desapareceram alguns dos espécimes arqueológicos coligidos por Estácio em Mértola, mas algumas das lápides, chegaram muito fracturadas, não tendo a sua recuperação sido feita com os devidos cuidados, o mesmo se verificando com as porções de mosaico também dali trazidas, situação que ele próprio denunciou (VEIGA, 1880 a), ainda antes de se incompatibilizar com a direcção da Academia de Belas Artes.

136 – A Academia de Belas Artes estaria sempre em situação de vantagem, neste conflito de interesses que a opunha a Estácio, e não ao Governo, que o arqueólogo se esforçava por envolver no litígio, sabendo que só por via de uma posição oficial poderia resolver a situação a seu contento. Contudo, não deixa de ter interesse, na perspectiva de ter de facto existido má-fé por parte da Academia, como insistentemente é afirmado por Estácio da Veiga, a constatação da disponibilidade de um espaço no edifício, recuperado pela Direcção de Obras Públicas, que a Academia se teria comprometido a ceder para a instalação do Museu, o que jamais aconteceu.

137 – Data de 1 de Abril de 1880 o ofício do Ministério do Reino que atribuiu a Estácio da Veiga a organização do Museu Arqueológico do Algarve. Esta incumbência, contudo, jamais foi publicada oficialmente, no Diário do Governo, pelo que a sua validade legal era discutível, como aliás a própria existência do Museu. Ver Notas 86, 88 e 117.

138 – A opção de Estácio foi a de manter os documentos arqueológicos nos seus devidos lugares, sempre que se tratassem de “documentos históricos locais”.

139 – Note-se a minuciosa descrição dos espaços existentes e das soluções para o seu aproveitamento, propondo partilhas entre os que seriam ocupados pela Academia de Belas Artes e os a utilizar pelo Museu, tornando deste modo independente o seu acesso. Tem interesse notar a preocupação pela criação de uma “secção árabe” – época que, por vicissitudes várias, só cem anos depois começou a ter algum impacto na investigação arqueológica portuguesa, rapidamente se tornando, por via do interesse das descobertas efectuadas, uma das que mais interesse têm despertado, mesmo entre o público em geral.

A invocação dos testemunhos de eminentes especialistas, antropólogos e arqueólogos, que visitaram o Museu do Algarve, é de reter; mas, numa questão dominada por interesses políticos, onde a razão científica pouco valeria, tais testemunhos seriam irrelevantes. Constata que “a vasta sabedoria portuguesa se mantinha na sua habitual reserva de não querer louvar cousa alguma de origem nacional”, situação que só a internacionalização da investigação e da sua

própria avaliação – só agora plenamente aceite pela comunidade portuguesa, pela sua inevitabilidade – poderia, à época, obviar. Estácio teve a má fortuna de ter introduzido novas metodologias de trabalho cedo demais.

140 – O objectivo de o Museu Arqueológico do Algarve servir para modelo de futuros museus, designadamente do Museu Arqueológico Nacional, expressamente previsto neste documento, teria de passar pela sua efectiva salvaguarda e manutenção. Para tal, Estácio propõe, através do Director Geral da Instrução Pública, e seu protector (talvez o único governante a quem poderia nesta altura recorrer...), nesta altura de conflito aberto com a Academia de Belas Artes, que o Ministro do Reino, com jurisdição sobre o edifício ocupado por aquela Academia, aprovasse e fizesse cumprir um conjunto de medidas necessárias para aquele objectivo. Naturalmente, tais medidas jamais foram acolhidas pelo Ministro, tanto mais que obrigavam a litígio com uma Academia prestigiada e integrando membros politicamente influentes, independentemente da benevolência com que, a nível pessoal, encararia as pretensões do arqueólogo algarvio. Ver Notas 28 e 129.

141 – A intenção de que o Museu das Janelas Verdes, por várias vezes já mencionado nestas notas e comentários, integrasse também colecções de Arqueologia, ideia tão duramente combatida por Estácio da Veiga, encontra-se expressa pelo próprio nome dado à novel instituição, fundada em 1884: Museu de Arte Antiga e Arqueologia. Contudo, não se pode esquecer que, sob a designação genérica de “Arqueologia” cabia, à época, grande diversidade de estudos, incluindo as artes e arquitecturas medievais. Claro que jamais esteve na intenção dos responsáveis pela fundação deste museu que ele albergasse colecções antropológicas, paleontológicas ou geológicas, como supunha Estácio, elas mesmo já na época deslocadas de um museu estritamente arqueológico, como o do Algarve. Ver Nota 130.

142 – A clareza do pedido expresso por Estácio ao destinatário desta exposição, não poderia ser facilmente respondido a seu favor pelo Governo. Primeiro, porque a instalação da Academia de Belas Artes no antigo convento de S. Francisco era um dado adquirido, não fazendo sentido que, contra a vontade desta, o Governo lhe amputasse uma parte, tanto mais que essa parte era reputada como indispensável ao seu funcionamento. Depois, como é explicitamente declarado, porque o projecto do Museu Arqueológico do Algarve era obra de apenas um indivíduo – o principal, ou talvez único interessado na sua manutenção – nisso residindo uma das principais fraquezas da Instituição. Por fim, porque esta, na verdade, nunca existira legalmente, como é reconhecido pelo próprio Estácio, ao referir “que já está criada de facto, como em breve tempo o deve ser por lei especial (...)”, a qual, porém, jamais foi promulgada.

Estácio era um homem só na capital, onde não dispunha de conhecimentos políticos que lhe pudessem valer, a não ser a boa vontade que lhe dispensava, certamente pelo seu mérito próprio, o Director Geral da Instrução Pública, o Conselheiro António Maria de Amorim, o mesmo que esteve na origem, no já então longínquo mês de Janeiro de 1877, da Portaria governamental que atribuiu a Estácio a incumbência do levantamento da Carta Arqueológica do Algarve e margens do Guadiana. Ver Notas 19 e 86.

143 – A péssima opinião de Estácio da Veiga sobre o modo como se encontrava organizado o Museu da Real Associação dos Arquitectos Cívicos e Arqueólogos Portugueses foi por diversas vezes expressa na correspondência agora publicada. Ver Notas 2, 22 e 127.

144 – Além das fraquezas já apontadas anteriormente que impediam o normal funcionamento do Museu Arqueológico do Algarve da Academia de Belas Artes, também o facto de não ter autonomia financeira contribuiu para a sua dependência funcional da referida Academia, embora as verbas de funcionamento e investimento se encontrassem devidamente identificadas e autonomizadas nas folhas de pagamento da Academia, sendo garantidas pelo Ministério do Reino; contudo, os pagamentos eram efectuados na Tesouraria daquela Instituição. Ciente dessa

fraqueza, Estácio termina a sua extensa missiva apelando para que tal problema fosse resolvido, o que também não se verificou. Ver Nota 142.

Documento n.º 30 (Fig. 111)

Museu Archeologico do Algarve. Carta ao Director-Geral da Instrução Pública – 06-06-1881 (minuta)

Expedido

III^{mo}. e Ex^{mo}. Sr.

Acabo de ser informado pelo servente do museu archeologico do Algarve, de que n'um dia da semana passada, á hora em que eu e o escriptuario devêramos ser esperados, o director interino da academia de bellas artes mandou ordem ao dito servente para que fechasse o museu e fosse fazer serviço para a porta de entrada da academia!

O servente do museu não é empregado da academia, nem pago á custa do seu orçamento; sempre o seu nome foi inscripto nas folhas do museu e pago o seu vencimento pelas verbas que tenho directamente solicitado a V. Ex.^a desde o começo dos meus trabalhos. Estando portanto exclusivamente ás minhas ordens, nenhuma auctoridade na academia tem o direito de o desviar do seu posto e dos serviços que unicamente lhe competem; e por isso, desejando evitar discussões inconvenientes, que podem alterar o respeito que é mister manter em assumptos officiaes, com algum pesar me julgo obrigado a dar conhecimento deste caso a V. Ex.^a, rogando se digne dar as suas ordens para que a academia de bellas artes não torne a chamar em seu serviço nenhum empregado do museu a meu cargo. (145)

Dir^{tor}. G^{al}. da I. P.

6 de Junho de 81.

Notas

145 – A ordem para que o servente do Museu o fechasse e fosse fazer serviço para a porta da Academia, dada no final do mês de Maio de 1881, marca o início do processo irreversível de destruição da Instituição, fechada ao público na sequência daquela ordem, no decurso do mês de Junho. A forma como a missiva se encontra redigida por Estácio, declarando ao Director Geral da Instrução Pública de que acabava de ser informado de um facto ocorrido vagamente “n'um dia da semana passada”, mostra que não se encontrava nessa altura em Lisboa, o que, obviamente, facilitava as pressões sobre o Museu por parte da Academia.

Por outro lado, a rapidez com que se degradava a relação entre a direcção da Academia de Belas Artes e Estácio da Veiga, por iniciativa da primeira, que assim desejava

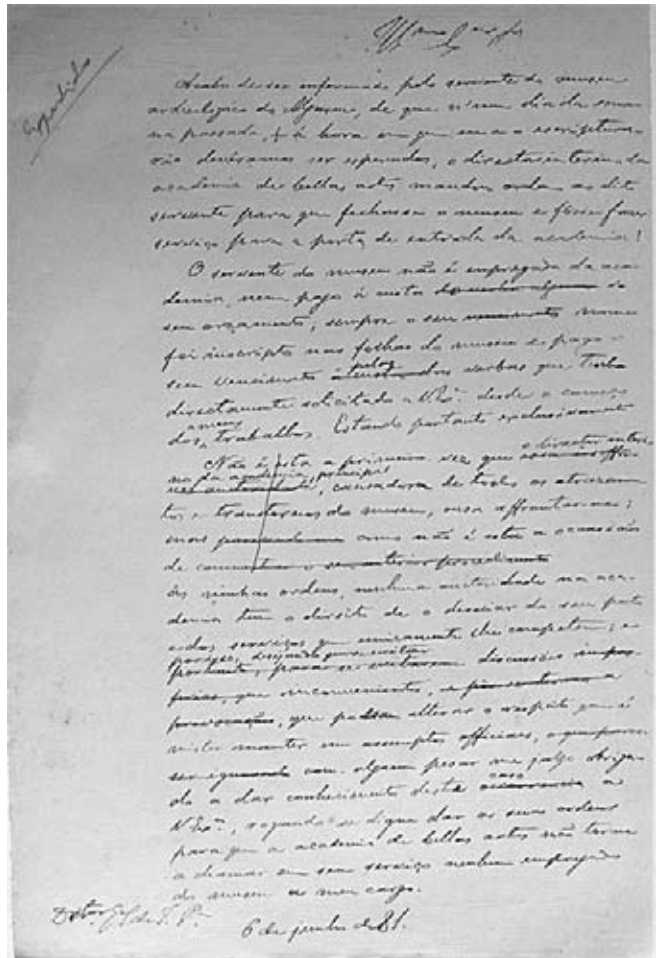


Fig. 111 – Documento n.º 30.

precipitar os acontecimentos, é notória. Note-se que, como se indica no início do documento anterior, em finais de Maio, foi Estácio da Veiga intimado a providenciar a transferência do Museu para dependências esconsas da Academia; sucede-se, logo no início do mês seguinte, o episódio relatado nesta missiva, que não seria o último. Na verdade, os empregados do Museu eram pagos com verbas directamente alocadas ao Museu, pelo Ministério do Reino, constando de folhas de vencimento próprias, embora tais montantes fossem recebidos através da Academia. Talvez o facto de o Museu não ter existência legal impedisse o processamento por este dos respectivos montantes. Ver Nota 144.

Documento n.º 31 (Fig. 112)

Museu Arqueológico do Algarve (minuta não datada nem endereçada, mas destinada provavelmente ao Director-Geral da Instrução Pública)

Museu Archeologico do Algarve na Academia Real de Bellas Artes Lisboa (carimbo servindo de timbre aposto no canto superior esquerdo da folha)

Não se expediu

Ill^{mo}. e Ex^{mo}. Sr.

Às três horas da tarde de hoje fui asperamente intimado pelo inspector da academia de bellas artes para imediatamente retirar todos os objectos pertencentes ao museu archeologico do Algarve, existentes n'um corredor que mede uns dezoito metros de comprimento, o qual se acha incluído no espaço, que o Governo determinou me fosse dispensado para a organização do museu, e onde com muitas mesas de trabalho, armarios e diferentes objectos, estão dispostos systematica e geographicamente os numerosíssimos critérios, que hão de servir para a comprovação da carta archeologica, pela maior parte na mui complexa época romana.

Foram severíssimas as expressões do referido funcionário, e sobremaneira insolentes, sendo dirigidas a um commissionado do Governo, que nunca foi, nem é seu subordinado.

Disse-me, pois: “Como inspector da academia de bellas artes, mando-lhe que immediatamente retire tudo quanto tem no corredor para esse espaço me ser entregue, e se reagir, darei ordem aos meus empregados para que o vão despejar.”

Respondi mui attentiosamente, ponderando não estar auctorizado a mudar cousa alguma do museu sem ordem directa de Sua Excellencia o Ministro do Reino, ou da Direcção Geral de Instrucção Publica e que se empregasse a violência, mandando os seus empregados vencer-me pela força, eu protestaria desde logo; porque, estando as colleções existentes no dito corredor scientificamente organisadas para comprovarem um trabalho importante que o Governo me mandou fazer, custando uma avultada somma ao paiz, não podem ser dalli removidas, sem grave confusão e prejuízo, não

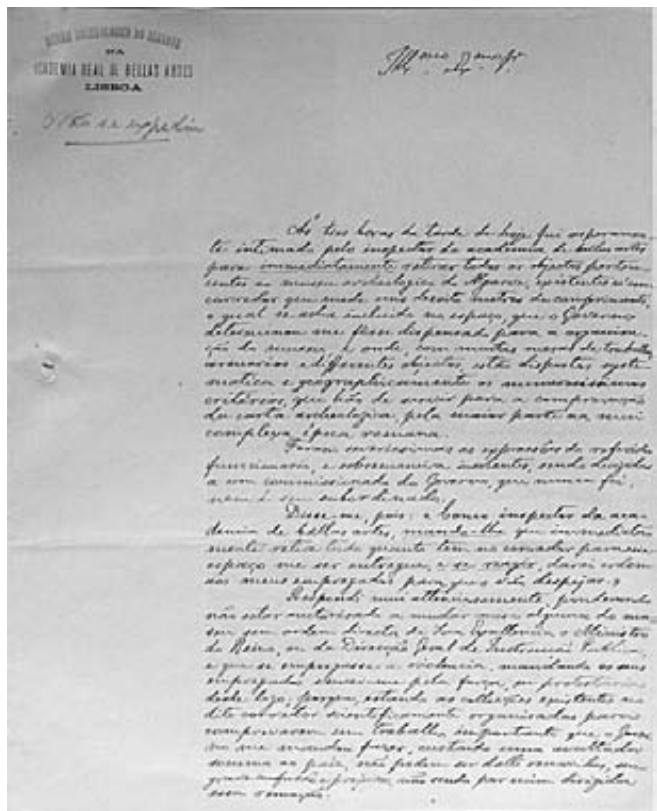


Fig. 112 – Documento n.º 31 (1.ª página).

sendo por mim dirigida essa remoção.

O ensoberbecido inspector renovou porém com maior vigor a intimação acompanhada da mencionada ameaça, acrecentando que queria também quanto antes despejado todo o outro espaço ocupado pelo museu, por terem de funcionar alli as aulas no mez de Outubro. (146)

Retirei-me, redarguindo primeiro, que me fizesse por escripto e officialmente aquellas intimações e ameaças, para que este assumpto podesse ser levado ao conhecimento do Governo, a quem unicamente compete resolvel-o.

Um dos especiosos fundamentos com que o inspector da academia entende dever negar espaço para o museu, é o haver no museu importantes collecções de particulares, que mui generosamente as quizeram depositar, sem o mínimo interesse, para terem apenas a satisfação de, com os seus monumentos, preencherem numerosas lacunas, prestando assim um relevante serviço á sciencia, que utiliza com o seu estudo, e ao paiz, porque deste modo póde melhor manifestar as riquezas archeologicas do seu território!

Aconselhou-me finalmente o dito inspector, que levasse o museu para a Academia das Sciencias, como se eu podesse dispor do espaço daquella academia e devesse commetter o inqualificável desacerto de assim proceder sem licença e ordem do Governo!

O arrebatamento das intimações e ameaças, que indevidamente me dirigiu o inspector da academia de bellas artes, o inepto fundamento, que allegou, de que o Governo não deve dar casa para ser alojado o primeiro museu rigorosamente archeologico que se organisa em Portugal pelo facto de nelle haver collecções particulares (!), e em ultimo apuramento, a leviandade do mencionado conselho, dando um radical testemunho do seu mingoado entendimento, da sua lamentosa ignorância, e não menos da sua arrogante soberba, habilital-o-iam, quando muito, a exercer uma outra occupação de nenhuma responsabilidade intellectual, mas nunca para, com tão negativos predicados, ficar dirigindo os destinos de um instituto de bellas artes, para cujo mister em todas as nações é procurando um sábio especialista de superior e comprovada competência.

Apresentadas estas informações a V. Ex.^a, por ser dever meu communicar todas as occorrencias succedidas no serviço a meu cargo, julgo ser urgente evitarem-se procedimentos imprudentes e tanto mais com o emprego da força no interior de uma repartição publica, que é mister respeitar, sendo para este fim avisado o inspector da academia de bellas artes para que se abstenha de tomar de assalto com os seus homens de guerra um espaço, que promptamente lhe será entregue, logo que o Governo se digne designar logar, naquelle ou n'outro edificio do estado, para eu poder fazer a transferencia do museu. (147)

De todas estas occorrencias e das que tive a honra de relatar nos meus três últimos officios, desde 6 deste mez, já V. Ex.^a terá concluído, que são de todo o ponto incompatíveis quaesquer relações de mutuo acordo entre a academia de bellas artes e o museu do Algarve, museu absolutamente necessário para a comprovação da primeira e única carta archeologica elaborada na Peninsula, para o cumprimento scientifico do meu contracto de 29 de Maio de 1879, e para instigar o gosto publico ao estudo das antiguidades monumentaes do nosso paiz. (148)

Com esta profunda convicção, que eu, constantemente contrariado e combatido na academia de bellas artes, pude formar desde que tive a desfortuna de alli entrar e pedir que entrassem os monumentos do Algarve, cheguei silenciosamente até á data de 6 deste mez, em que já não era possível deixar de invocar o auxilio de V. Ex.^a e do Governo para poder salvar um museu ricamente significativo e valioso, que a academia de bellas artes pretendia desfigurar e destruir com a sua audaciosa ignorância e fatal intervenção.

Pedi, fundamentando os meus pedidos, propuz, como consequência necessária de taes fundamentos, e submetti á superior decisão do Governo o que julguei e julgo urgente para ser definida e mantida a existência deste museu, que o Governo me mandou organizar, certamente com o intuito de não o destruir, ou escravisar.

Não foram porém ainda attendidas as minhas propostas, talvez porque a grande affluencia de outros serviços de mui exigente solução impedisse o seu exame, e por isso ousei renovar-as neste momento, esperando que V. Ex.^a as attenda e se digne leval-as á approvação e despacho do nosso Excellentissimo Ministro, dando-se com primasia andamento

áquellas que as ultimas occurrencias reclamam com maior urgência, a fim de se pôr termo a tantos embaraços, de se evitar a repetição de casos contrários á boa ordem e regular desempenho do serviço, a de novas intimações de auctoridades incompetentes, a de novas ameaças de entrada violenta no museu com o emprego da força, e outros conflitos, que a malevolência e soberba dos provocadores podem suscitar.

Notas

146 – Esta minuta, que não se expediu, não se encontra datada, mas é certamente ulterior à data aposta na que se acabou de transcrever, 6 de Junho de 1881; a violência verbal utilizada pelo interlocutor de Estácio, enquanto responsável da Academia de Belas Artes, é elucidativa do clima de tensão crescente. A totalidade do espaço ocupado pelo Museu, desde Setembro de 1880 deveria ser liberto até Outubro de 1881, por forma a garantir o funcionamento das aulas, para ali previstas. Também a observação à existência de colecções de particulares, entendida como um estorvo pelo responsável da Academia, pode ser interpretada no âmbito de a referida Instituição pretender apropriar-se das peças mais interessantes da colecção para o futuro Museu de Arte Antiga e Arqueologia.

As intimações feitas verbalmente a Estácio da Veiga pelo inspector da Academia e por este relatadas pormenorizadamente nesta missiva, foram de facto passadas a escrito, como era exigido por Estácio, em officio não datado que lhe foi dirigido, com cópia conservada no Arquivo da Academia de Belas Artes (PEREIRA, 1981, Documento n.º 27). Ver Nota 145.

147 – A sugestão apresentada por Estácio, para a troca do espaço ocupado pelo Museu do Algarve, por outro, naquele ou noutro edificio, a designar pelo Governo, não teve seguimento, o que prova bem o baixo interesse com que, a nível governamental, era visto a manutenção deste espaço cultural e científico. Em parte, compreendem-se as reservas da Academia de Belas Artes, e do próprio Governo; com efeito, qual o interesse que uma Academia Nacional, sedeada em Lisboa e não vocacionada para a área científica do Museu, poderia ter no acolhimento deste, para mais tratando-se de uma exposição permanente apenas dedicada ao Algarve, ocupando inutilmente espaço significativo na Instituição?

148 – Não é verdade que o contrato de 29 de Maio de 1879 relativo à redacção das “Antiguidades Monumentais do Algarve” obrigasse de algum modo à instituição do Museu Arqueológico do Algarve, que nele nem sequer se menciona: Naturalmente, a principal razão de ser deste Museu era, como acertadamente se declara neste documento, “instigar o gosto publico ao estudo das antiguidades monumentaes do nosso paiz”. Mas, para tal, já existia o Museu do Carmo, que cumpria exactamente essas funções, a curto prazo completado pelo Museu de Arte Antiga e Arqueologia. Neste quadro, qual a mais-valia que se poderia imputar a uma exposição de índole geográfica limitada, por melhor que tivessem sido os critérios científicos que presidiram à sua organização? Esta a questão essencial que, do ponto de vista estritamente político, não poderia encontrar eco favorável a nível governamental.

Documento n.º 32 (Fig. 113)

Museu Arqueológico do Algarve. Carta ao Director-Geral da Instrução Pública – 28-06-1881 (minuta)

Museu Archeologico do Algarve na Academia Real de Bellas Artes Lisboa

(falta o início do documento)

Julgo pois de grande urgência: **(149)**

(149)

1º Que ao inspector da academia de bellas artes se ordene, que dentro do espaço actualmente occupado pelo museu archeologico do Algarve não entre com auctoridade, ou mande entrar pessoa alguma, sem consentimento do encarregado dos trabalhos respectivos ao museu, nem impeça a entrada ás pessoas que declarem querer visitar o

museu, ou procurem os seus empregados.

2º Que allegando o inspector a necessidade de utilizar o espaço occupado pelo museu para ali collocar varias aulas existentes no pavimento inferior, mande immediatamente despejar e entregar ao encarregado do museu, sem a minima reserva nem objecções, todo o espaço da secção occidental do edificio, indicado no desenho que acompanhou o meu officio de 6 deste mez, excepto o atelier marcado com a letra B, a fim de ser conveniente preparado para se poder effectuar a mudança do museu, o qual espaço ficará isento, sendo interceptadas as passagens, menos a porta Nº 10, que poderá ficar aberta durante as horas de serviço para a neutra comunicação entre o museu e a academia, se o inspector não exigir o contrario. (150)

3º Que o museu archeologico, nos domingos e ás horas costumadas, continue a ser exposto ao publico, embora a academia por trabalhos que tenha de fazer nas galerias haja de suspender temporariamente a sua exposição, ficando por este modo obrigado o museu ao pagamento de mais um guarda de policia municipal para fiscalisar a passagem publica pelo corredor da entrada e pelo que dá caminho para o museu, se o inspector assim o exigir.

4º Que nenhum dos objectos cedidos ao museu seja reclamado pela academia em quanto o museu os precisar. (151)

5º Que a começar do novo anno económico em diante sejam feitas no museu as suas contas, mediante as instrucções da Repartição de Contabilidade do Ministério do Reino, da qual dimanarão as precisas ordens para os pagamentos serem feitos na Thesouraria do Ministério da Fazenda, sem dependência alguma da thesouraria da academia. (152)

6º Que cesse o inqualificável abuso de ser obrigado o continuo do museu do Algarve a fazer a limpeza dos gabinetes do inspector, ou qualquer outro serviço na academia, por ser empregado exclusivamente no museu, a quem o inspector não tem o direito de dar ordens.

Com as providencias que tenho a honra de solicitar nos seis antecedentes artigos, espero desde já prover de remédio aos principaes conflictos que podem occorrer, se este assumpto não for assim resolvido com urgência e firme deliberação.

Deus Guarde a V. Ex.^a – Museu Archeologico do Algarve, em 28 de Junho de 1881.

Ill^{mo}. e Ex^{mo}. S^r. Conselheiro Director Geral da Direcção de Instrucção Publica.

Sebastião Philippes Martins Estacio da Veiga

Notas

149 – Trata-se de documento incompleto, conservando-se apenas as conclusões de uma certamente longa exposição factuel, que não se conservou.

À data da redacção deste documento, a 28 de Junho de 1880, verifica-se que o Museu ainda não tinha sido transferido

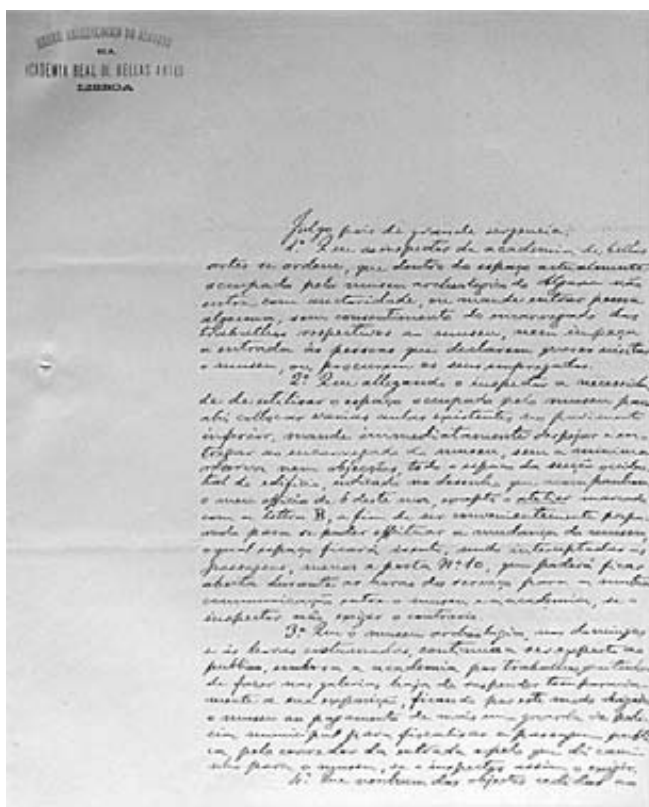


Fig. 113 – Documento n.º 32 (1.ª página).

para os esconsos da Academia, mas apenas encerrado ao público em geral. A transferência deu-se no decurso do mês de Agosto de 1881, como demonstram as ordens de pagamento de 30 e 31 de Agosto aos homens que efectuaram a referida mudança (PEREIRA, 1881, Documento n.º 24).

150 – Era ainda a tentativa de negociar com a Academia, com o apoio do Governo, a transferência para um outro local do mesmo edifício, conforme o estudo exaustivo sobre a repartição dos espaços apresentado anteriormente ao Director Geral da Instrução Pública. Ver Notas 139, 142 e 147.

151 – Esta cláusula acautelava o aproveitamento futuro de objectos de valor artístico, como mosaicos ou peças de escultura romana, no previsto Museu de Arte Antiga e Arqueologia. Ver Nota 141.

152 – Esta cláusula pretendia obviar à dependência já atrás aludida, a qual obrigava a que os pagamentos do pessoal ao serviço do Museu fosse feito através da Academia de Belas Artes, embora existissem folhas de vencimento independente do daquela Instituição. Ver Nota 145.

Documento n.º 33 (Fig. 114)

Museu Arqueológico do Algarve. Minuta de carta dirigida ao Director-Geral da Instrução Pública – 06-1881

Ao Dir^{tor}. G^{al}. da Instr. P^a

Propondo que sejam regulados por lei os trabalhos archeologicos da Carta e do Museu. (nota no canto superior da folha)

Ill^{mo}. e Ex^{mo}. S^r.

Ao judicioso exame de V. Ex.^a vou ter a honra de apresentar um assumpto, que há muito tempo devera ter saído da obscuridade em que jaz, libertando-se do jugo que o opprime e damnifica, para ter ingresso no campo da legalidade e assim adquirir os foros e isenções que lhe competem.

É neste assumpto o complemento necessário do que expendi a V. Ex.^a em meu officio de 6 do corrente mez, com o qual enviei o desenho do espaço de que o museu absolutamente carece na (153) secção occidental do edificio em que está a academia de bellas artes, para poder ser effectuada a mudança exigida pela mesma academia, se o Governo houver por bem acceitar as propostas que a este respeito formulei, isentando o museu de todas as servidões e alheias tutelas com que o inspector e director interino dessa academia pretendem escravisal-o á sua incompetente sujeição.

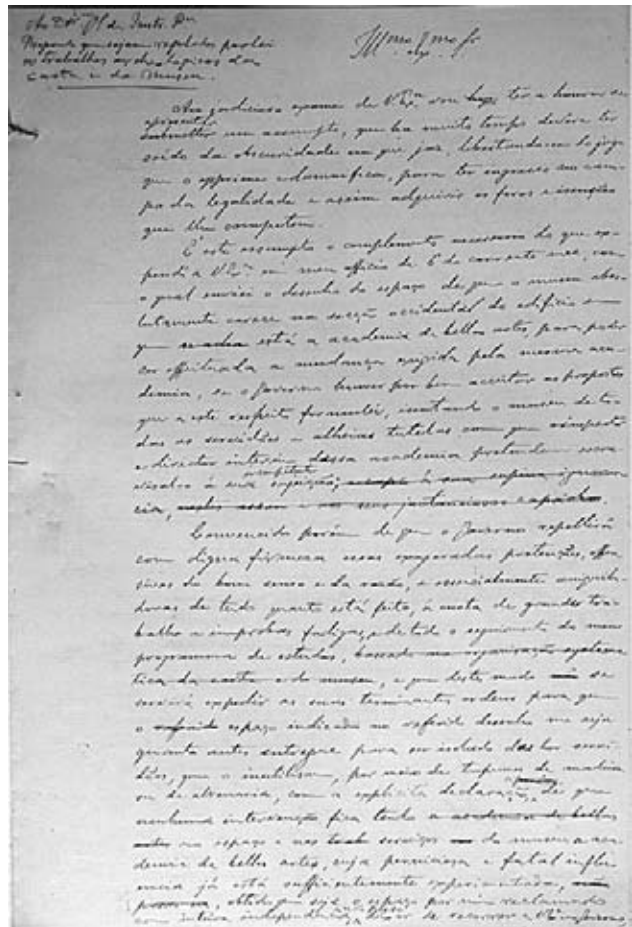


Fig. 114 – Documento n.º 33 (1.ª página).

Convencido porém de que o Governo repellirá com digna firmeza essas exageradas pretensões, offensivas do bom senso e da razão, e essencialmente aniquiladoras de tudo quanto está feito, á custa de grandes trabalhos e improbas fadigas, e de todo o seguimento do meu programma de estudos, e que deste modo se servirá expedir as suas terminantes ordens para que o espaço indicado no referido desenho me seja quanto antes entregue para ser isolado das servidões, que o inutilizam, por meio de tapumes de madeira ou de alvenaria, com a explicita declaração de que nenhuma intervenção fica tendo no espaço e nos serviços do museu a academia de bellas artes, cuja perniciosa e fatal influencia já está sufficientemente experimentada, obtido que seja o espaço por mim reclamado com inteira independência não posso deixar de recorrer a V. Ex.^a e ao Governo, pedindo a promulgação de uma lei, que reja o presente e o futuro do tão necessário museu archeologico geral do paiz, de que já é sem duvida alguma única base fundamental o museu archeologico do Algarve pela sua existência de facto, pela importância dos seus monumentos e pelo systema scientifico da sua organização, sem que numca o possa ser nenhum outro que se intente fundar no palácio das Janellas Verdes, ou em qualquer outra parte, seja qual for a sua grandeza, porque em presença das exigências da sciencia moderna e corrente na Europa como tal não será admittido museu algum, quando os seus monumentos característicos de época deixem de apresentar-se acompanhados de certidão de naturalidade e de registro das condições archeologicas do seu descobrimento. (154)

Confiando pois no elevado discernimento (*sic*) e sabedoria de V. Ex.^a e do Governo, e fazendo a devida justiça ao Governo de que não hade querer contrariar as exigências da sciencia, confundindo e misturando collecções de índole diversa, que mui proveitosamente podem constituir, um famoso museu artístico de bellas artes, e separadamente um opulento museu archeologico nacional, em que sejam representadas as antiguidades do reino, cabe-me a distincta honra de apresentar a V. Ex.^a as propostas que julgo deverem ser attendidas, para que sejam determinados por lei os serviços correspondentes á continuação da carta geral e do museu archeologico nacional, aproveitando-se já os estudos realizados na região do sul como fundamentos desse futuro prosequimento. (155)

1^a Que na secção occidental do edificio em que se acha a academia de bellas artes seja quanto antes despejado, para me ser entregue, todo o espaço indicado no desenho que acompanhou o meu officio de 6 do corrente, abstendo-se a academia de intervir com qualquer ingerência nesse espaço, que deve ficar immediatamente isolado, (???) nos trabalhos do museu.

2^a Que a carta archeologica do Algarve e o museu archeologico da mesma provincia se considerem para todos os effeitos como base fundamental da carta archeologica de Portugal e do futuro museu archeologico nacional. (156)

3^a Que o auctor da primeira carta archeologica elaborada neste paiz, descobridor e collector dos monumentos comprovativos da mesma carta e único fundador do museu, mostrando por este modo a precisa competência, tanto no desempenho destes serviços como com a publicação de varias obras de archeologia monumental, seja durante sua vida com a designação de director, encarregado da organização e conservação do actual museu e dos monumentos que se lhe possam ir aggrupando, ao passo que for progredindo o reconhecimento geral das antiguidades do reino.

4^a Que o referido museu conserve os empregados que provisoriamente foram chamados desde o começo dos trabalhos; 1^o o director e fundador do museu, a quem compete a organização e conservação do museu, a redacção das obras descriptivas com o titulo de Antiguidades Monumentaes do Algarve, sob as mesmas condições exaradas no contracto celebrado entre elle e o governo em 29 de Maio de 1879, ficando por isso esse contracto supprido por esta forma; a direcção de todos os trabalhos de exploração, ou de reconhecimento, que forem precisos para o andamento da carta archeologica geral e desenvolvimento do museu archeologico nacional; 2^o o official que tem sido encarregado da escripturação e contabilidade para continuar a desempenhar o mesmo serviço; 3^o o continuo, a quem pertencem como até o presente todos os trabalhos internos e externos, a fiscalisação e guarda do museu. Ao director será abonada, a titulo de gratificação, a verba de 600\$ reis annuaes, que já lhe competia em virtude do seu contracto com data de 29 de Maio de 1879, simplesmente para escrever as obras descriptivas concernentes ás differentes épocas em que se acha dividido o museu, ficando obrigado aos trabalhos de organização e conservação actuaes e subsequentes. O official (157)

vencerá annualmente 200\$ reis, e o continuo 180\$ reis.

5ª Que a direcção do museu se corresponda directamente com o Ministério do Reino pela Dirão. G. de I. P.^a e com todas as auctoridades que possam de algum modo ministrar esclarecimentos e auxílios a bem do serviço a seu cargo.

6ª Que as contas sejam processadas no museu sob as instrucções e fiscalisação da Rep. de Contab. do M. do Reino.

7ª Que com a máxima brevidade se faça a nomeação dos empregados acima indicados.

Nenhuma conjunctura podéra haver como a actual, sendo regida por um Ministro de superior illustração, a quem estes trabalhos, com a iniciativa de V. Ex.^a, devem a sua honrosa e memorável origem, para regular legalmente este assumpto, deixando-o definido e firmado como complemento de uma obra que sabiamente começara com os mais generosos intuitos; e por isso ousou invocar e pedir a resolução das minhas propostas, como consequência própria dos trabalhos instaurados, os quaes nenhum progresso seguro poderão ter em quanto não houver lei, que no futuro sobretudo os auctoris e proteja.

Não haja a mínima duvida de que possa ser affrontada a opinião publica, decretando-se a continuação da carta archeologica do reino e a consecutiva fundação do museu archeologico nacional, porque o systema scientifico que rege uma e outra cousa, hada necessariamente fornecer á sciencia europêa os mais averiguados e positivos elementos da feição archeologica do nosso território; pois em todos os paizes cultos se trabalha activamente hoje e há muito tempo na elaboração das cartas archeologicas e na fundação de museus.

Cabe á illustrada França a gloria da grande iniciativa nos maiores e mais apurados trabalhos que em cartas archeologicas tem visto a Europa. Já em 1859 Mr. Leroy de Cany foi altamente festejado e premiado com uma medalha de ouro pela sabia Sociedade dos Antiquários de Normandia por ter levantado a carta archeologica dessa provincia. Em 1864 o sábio abbade Mr. Cochet havia concluído a carta archeologica do Sena-Inferior. Em 1867, ao passo que Mr. Caraven publicava a carta archeologica do departamento do Tarn, a Commissão da Topographia das Gallias apresentava a carta archeologica da Gallia, indicando as antiguidades dos tempos mais remotos até á conquista romana. A mesma Commissão em 1878 publicava outra carta, mostrando a distribuição geographica dos dolmens, dos tumulus, das cavernas, dos caracteristicos da idade do bronze, e dos cemitérios merovingianos, a qual sendo apresentada na galeria da arte antiga da exposição universal e nas salas do ministério de instrucção publica, attraiu a admiração dos sábios de todas as nações. Na mesma exposição de 1878 figuraram mais 18 cartas archeologicas parciaes e geraes do território francez, incluindo a do Bas-Vivarais, publicada em 1860 por Ollier de Marechard, a do departamento do Var, publicada em 1872 pelo barão de Bonstetten, a dos dolmens do Lozère, publicada em 1873 pelo doutor Prunières e a de Aveyron, publicada por Mr. Cazalis de Fondouce, e agora mesmo está Mr. Ernest Chantre preparando varias cartas parciaes e uma carta geral do território da França.

As cartas archeologicas da Suécia e da Hungria já estavam promptas e foram apresentadas em 1874 e 1876 aos congressos de Stockolmo e de Budapest; as da Bélgica e Suissa já tinham figurado na exposição de geographia de Paris em 1875. A Finlândia, a Bulgária e até a própria Ilha de Minorca também apresentaram as suas cartas archeologicas no pavilhão das sciencias anthropologicas da exposição de Paris em 1878.

A carta prehistorica do S. O. da Allemanha e da Suissa foi levada ao congresso de Strasburgo em 1879 por M. Traltsch, o qual declarou no congresso de Berlim em 1880 ter para apresentar a carta prehistorica do Mecklemburgo, de Lauenburgo e Lubeck, baseadas nos descobrimentos de Lisch, Gross e Handelmann, estando já muito adiantada a carta prehistorica de todo o império, como declarou M. Fraas, relator da Commissão que prepara esta grandiosa obra, no ultimo congresso dos anthropologistas allemães em Berlim.

Não fallarei destes grandes trabalhos que occupam a attenção dos sábios italianos, austriacos, russos, inglezes e belgas, porque para se justificar a importância que merece a carta archeologica do Algarve e a sua continuação para o norte do reino, julgo sufficientes os citados exemplos. Também não fallarei dos museus archeologicos da Europa, porque só a sua enumeração seria um trabalho assas extenso.

Á opinião publica, pois, não cabe o direito de censurar, mas a obrigação de agradecer ao Governo, se com effeito

(158)

decretar que estes trabalhos sejam desde já regulados por lei, e aggregados ao quadro geral da instrucção publica do reino, para que este paiz se mostre digno de acompanhar as maiores e mais civilizadas nações nas sendas do progresso intellectual e scientifico.

Ao elevado cargo de V. Ex.^a e ao seu inexcedível zelo pelo desenvolvimento da instrucção nacional pertence a iniciativa da proposta, e ao sábio ministro, que sempre entendeu que a administração politica não era a única que reclamava a sua atenção e gerência, mas a de todos os ramos da administração geral, sendo tanto mais S. Ex.^a o instaurador destes estudos em Portugal, e seu até hoje maior protector, compete a consequente resolução complementar que os mesmos (159) estudos pedem á sua muito respeitada sabedoria, e, neste momento, á suprema auctoridade de que se acha mui dignamente revestido.

Deus Guarde a V. Ex.^a - Museu Archeologico do Algarve, em de Junho de 1881.

Ill^{mo}. e Ex^{mo}. S^r. Conselheiro Director Geral da Dir^{ção}. de Instrucção Publica.

Notas

153 – Neste novo documento, não datado, apenas com indicação do mês de Junho de 1881, procurou Estácio apoio do Governo para a clarificação dos objectivos, meios e competências de actuação do Museu que dirigia, ultrapassando as evidentes limitações decorrentes da ausência de documento que legalizasse a sua própria existência. Voltou, para tal, a mencionar o officio enviado a 6 de Junho desse ano, já atrás comentado, no qual propôs a separação de espaços, com base em análise aprofundada da planta do edificio, na sequência do que já tinha sido proposto em anterior documento, de 30 de Maio de 1880. Não se pode dizer que fosse a falta de informação detalhada, atempadamente fornecida por Estácio da Veiga, que impediu uma solução negociada com a Academia, arbitrada pelo Governo. Ver Notas 139, 142, 147 e 150.

154 – O diploma que regeria a actividade do Museu do Algarve, como se referiu anteriormente, jamais foi promulgado pelo Governo. A recorrente menção ao museu que se pretendia fundar, sob os auspícios da Academia, no palácio das Janelas Verdes, mostra que, a mais de três anos de distância da sua criação, que só viria a verificar-se em 1884, aquele constituía certamente um projecto já amplamente discutido no seio da Academia de Belas Artes, frequentada pelos principais promotores da iniciativa. Ver Nota 28.

155 – A estratégia de Estácio da Veiga era lógica: se a manutenção em Lisboa de um Museu arqueológico dedicado exclusivamente a uma região do Reino, e organizado fora da mesma, pareceria pouco defensável, tanto na óptica governamental, como na da própria Instituição de acolhimento, então que se criasse um Museu Arqueológico Nacional “em que sejam representadas as antiguidades do reino (...), aproveitando-se já os estudos realizados na região sul como fundamentos desse futuro proseguimento.”

Tal museu viria a fundar-se, com efeito, mas somente em 1893, por iniciativa do então ministro das Obras Públicas Bernardino Machado, sob proposta de J. Leite de Vasconcelos. Este Museu viria a aproveitar os espólios coligidos por Estácio da Veiga, que constituíram o seu núcleo inicial. A proposta de Estácio, apenas teve o inconveniente de surgir cedo de mais...Sem apoios políticos que lhe valessem, arrostando com a opposição e má vontade das influentes personalidades que pretendiam então a fundação de um Museu de Belas Artes e Arqueologia, isolado e hostilizado, a proposta do arqueólogo algarvio encontrava-se, à partida, votada ao fracasso. Ver Nota 140.

156 – Este preceito já tinha sido anteriormente proposto. Ver Notas 129 e 140.

157 – Com efeito, estipulava-se, no referido contrato, a gratificação de 50.000 réis mensais, o que perfazia os 600.000

réis anuais agora propostos. Note-se que Estácio tem o cuidado de declarar que a gratificação agora proposta não era acumulável com a que auferia anteriormente, enquanto autor das “Antiguidades”, que deveriam ser, em qualquer caso, continuadas pelo próprio.

158 – Estácio encontrava-se bem informado dos progressos dos estudos arqueológicos além-fronteiras. Contudo, como também certamente não ignoraria, tais estudos não conduziram necessariamente à criação de museus arqueológicos, nalguns casos porque já existiam museus nacionais, como aquele que, com fundadas razões, pretendia organizar em Lisboa.

159 – Alude-se à qualidade do Ministro do Reino em funções ser o instaurador dos estudos arqueológicos em Portugal “e seu até hoje maior protector”, visto ter sido o Conselheiro António Rodrigues Sampaio quem assinou a Portaria de nomeação de Estácio da Veiga como responsável pela carta arqueológica do Algarve e margens do Guadiana (VEIGA, 1880 a, p. 3).

Documento n.º 32 (Fig. 115)

Museu Arqueológico do Algarve (minuta não datada nem endereçada)

Projecto para a organização legal do Museu Archeologico do Algarve (a lápis) (160)

A Carta Archeologica do Algarve é considerada como primeira obra original, no seu género, elaborada no paiz.

Pela índole, e pelo systema empregado na sua elaboração, considera-se como base fundamental da futura Carta Archeologica de Portugal.

Representando na região geographica do Algarve os pontos onde têm sido descobertos vestígios característicos de diversas nacionalidades históricas e prehistoricas, estabelece assim a forma e o systema a seguir com relação ao reconhecimento geral das antiguidades monumentaes em cada uma das zonas geographicas do continente portuguez.

A authenticidade scientifica da Carta Archeologica do Algarve, para como tal poder ser admittida, carecia de comprovações directas, que todos podessem observar e examinar: estas comprovações consistem na apresentação dos monumentos locais de qualquer género, concernentes á época ou épocas que a carta indica por seus signaes de convenção.

A divisão dos monumentos comprovativos, feita por épocas, e em cada época os seus diversos grupos coordenados geographicamente por

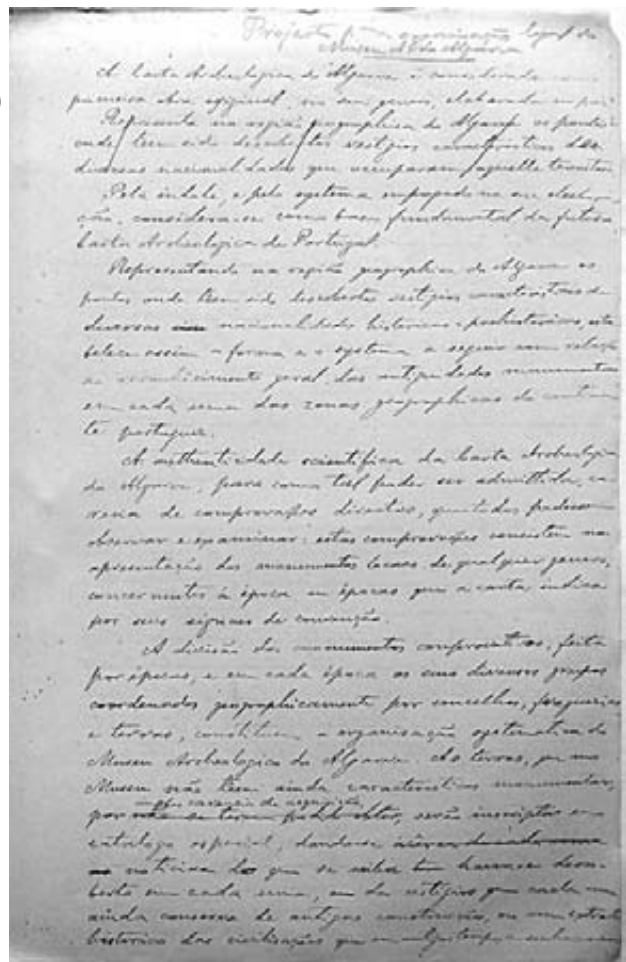


Fig. 115 – Documento n.º 34 (1.ª página).

concelhos, freguesias e terras, constituem a organização systematica do Museu Archeologico do Algarve. As terras, que no Museu não têm ainda característicos monumentos, por simples carência de aquisição, serão inscriptas em catalogo especial, dando-se noticia do que se saiba haver-se descoberto em cada uma, dos vestígios que cada uma ainda conserva de antigas construcções, ou em extracto histórico das civilisações que em antigos tempos as senhorearam.

Adoptando-se este systema para a continuação do reconhecimento geral das antiguidades nacionaes, obtem-se a dupla vantagem e o simultâneo desenvolvimento da Carta Archeologica de Portugal e do respectivo museu destinado á sua comprovação.

Tendo-se em vista a riqueza monumental do território portuguez e seguindo-se invariavelmente o systema estabelecido para as suas variadíssimas manifestações, nenhuma das actuaes cartas archeologicas estrangeiras mostrará maior authenticidade, nenhum outro museu maior verdade scientifica, nem organização mais congruente, racional, e facilmente accessivel a todos os entendimentos.

Divididos finalmente os grupos de cada época em géneros distinctos, cada género representa o apuramento das especies (*sic*) colligidas, offerecendo assim todos os seus elementos ao estudo monographico dos especialistas, ou ao gosto e aptidão dos amadores de cada um.

O Museu, além dos dias destinados á recepção publica, franqueia-se nos não feriados aos nacionaes e estrangeiros, que desejem visital-o, e permite a todas as pessoas o exame dos objectos que pretendam estudar, ou desenhar, acompanhados das noticias que estejam colligidas, a fim de facilitar aos estudiosos o útil emprehendimento das monographias especiaes, ou genéricas, excepto no caso em que estejam impedidos por estudo determinado pelo governo.

O Museu Archeologico do Algarve, como base fundamental do futuro Museu Archeologico de Portugal, fica por esta circumstancia directamente subordinado ao Ministério do Reino, e corresponde-se officialmente todas as suas dependências com a Direcção Geral da Instrucção Publica.

A escripturação e contabilidade do Museu ficarão a cargo de um empregado do mesmo museu sob instrucções e fiscalisação da Repartição de Contabilidade do Ministério do Reino.

O orçamento das despesas do Museu será todos os annos submettido ao exame e aprovação do competente Ministro pela Direcção Geral de Instrucção Publica, á qual devem ser solicitadas as respectivas ordens de pagamento. Estas ordens serão expeditas á Thesouraria do Ministério da Fazenda pela Repartição de Contabilidade do Ministerio do Reino.

O quadro dos empregados será o seguinte:

Director do Museu Archeologico Nacional – gratificação –	540\$000	(161)
Conservador e numismático do museu – vencimento –	300\$000	
Official, encarregado da escripturação e contabilidade – vencimento –	216\$000	
Fiel, encarregado das limpezas e mais serviços internos – vencimento –	<u>180\$000</u>	
	1: 236\$000	

O pagamento aos empregados será feito mensalmente na Thesouraria do Ministério da Fazenda.

Ao director compete a criação e distribuição dos trabalhos; a redacção da correspondência; a fiscalisação da escripturação e contabilidade; solicitar a conservação dos monumentos existentes, que estejam em suas respectivas localidades servindo de comprovação á Carta Archeologica, a dos que forem descobrindo, a sua aquisição, modelos, photographias, ou desenhos; a direcção das explorações que sejam superiormente auctorizadas com justificada necessidade e presumptiva utilidade; a faculdade de se corresponder officialmente com quaesquer auctoridades ácerca de assumptos archeologicos e de solicitar a sua intervenção, informações, esclarecimentos, ou auxilio; escrever as obras descriptivas das antiguidades monumentaes indicadas nas Cartas Archeologicas e representadas no Museu, sendo-lhe fornecida pelo governo a estampagem das referidas Cartas, das plantas, e dos característicos monumentaes, e a impressão das obras ficando só com direito á decima parte dos exemplares de cada edição; dar as instrucções para a elaboração dos catálogos; e representar finalmente o Museu, sempre que se trate das antiguidades a seu cargo.

O cargo de director do Museu Archeologico Nacional será conferido durante sua vida a F. por ter sido o descobridor

e collector de importantes monumentos, fundador do respectivo Museu e auctor da primeira carta archeologica elaborada neste paiz.

Ao conservador e numismático do museu compete a organização dos catálogos mediante as instruções que lhe forem subministradas pelo director, e bem assim a classificação e coordenação dos monumentos numismáticos, a sua collocação methodica, e a escripturação dos respectivos catálogos, em que sejam registradas todas as noticias relativas aos logares; supprir o director nos seus impedimentos; manter a ordem nas collecções; conferir os rótulos e a numeração dos objectos com os respectivos catálogos; escripturar o livro dos depósitos dos collectores particulares; tomar nota em livro especial de todas as aquisições feitas pelo museu, tanto por donativo como por compra, e illustrando cada uma dessas entradas com todas as noticias que possa obter relativamente ao logar e condições do descobrimento; extrair no fim de cada anno uma relação dos novos logares que se tenham adquirido monumentos para em conformidade das competentes classificações serem indicados n'uma carta suplementar que haverá de reserva para este fim; e empregar finalmente todos os esforços (*sic*) ao seu alcance para descobrir monumentos dispersos, ou arrecadados em collecções particulares, que possam contribuir pela sua significação e valor archeologico para o engrandecimentos e progresso do museu.

O cargo de conservador será conferido com preferêcia ao antiquário que offerecer em deposito ao museu a maior e mais valiosa collecção de monumentos e medalhas, e não havendo pessoa alguma nestas circunstancias, será dado a pessoa de notória aptidão em estudos archeologicos, que tenha conhecimento perfeito das línguas latina, franceza e ingleza, ou de qualquer outro idioma.

Notas

160 – Este documento deve ter sido enviado em Junho de 1881, já que nele se apresentam considerandos e propostas idênticas às contidas em documentos já anteriormente comentados, relativamente à instituição oficial e legal do Museu Arqueológico do Algarve.

161 – Pela mesma altura, em Junho de 1881, Estácio tinha proposto para si uma verba gratificação ligeiramente superior, de 600.000 réis. Desconhece-se, por ambos os documentos não se encontrarem datados, qual foi o primeiramente apresentado. Ver nota 157.

Documento n.º 35 (Fig. 116)

Museu Arqueológico do Algarve (minuta não datada)

Instrucções regulamentares (162)

1º O Museu Archeologico do Algarve estará aberto todos os dias, desde as dez horas da manhã até ás quatro da tarde, e a todas as

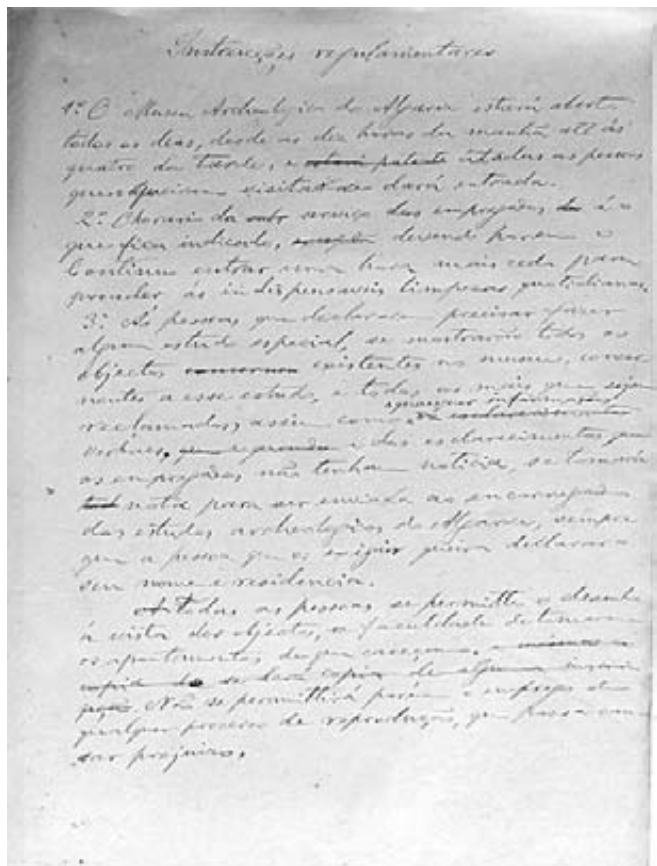


Fig. 116 – Documento n.º 35.

pessoas que o queiram visitar se dará entrada.

2º O horário do serviço dos empregados é o que fica indicado, devendo porem o Continuo entrar uma hora mais cedo para proceder ás indispensáveis limpezas quotidianas.

3º Ás pessoas que declararem precisar fazer algum estudo especial, se mostrarão todos os objectos existentes no museu, concernentes a esse estudo, e todos os mais que sejam reclamados, assim como quaesquer informações verbaes, e dos esclarecimentos que os empregados não tenham noticia, se tomará nota para ser enviada ao encarregado dos estudos archeologicos do Algarve, sempre que a pessoa que os exigir queira declarar o seu nome e residência.

A todas as pessoas se permite o desenho á vista dos objectos, a faculdade de tomarem os apontamentos de que careçam. Não se permitirá porém o emprego de qualquer processo de reprodução, que possa causar prejuízo.

Notas

162 – Estas “Intrucções Regulamentares” não estão datadas; é provável que acompanhassem o documento intitulado “Projecto para a organização legal do Museu Archeologico do Algarve”, a que se reporta a Nota 160.

Documento n.º 36 (Fig. 117)

Museu Arqueológico do Algarve - Encerramento do museu (minuta não datada, possivelmente de Agosto de 1882, de carta destinada possivelmente ao Director-Geral da Instrução Pública)

Ill^{mo}. e Ex^{mo}. Sr.

Acabo de ser particularmente informado de que o Senhor Ministro do Reino deliberou despedir os empregados no Museu archeologico do Algarve, por não haver verba designada no Orçamento do Estado para a manutenção do museu, não obstante o museu ter existido desde Abril de 1880 até esta data sem dependência de tal verba.

Sendo pois assim, cumprirei com o devido respeito as ordens do Senhor Ministro, logo que V. Ex.^a se digne communicar m'as, com quanto me pareça assas inconveniente o aniquilamento dessa instituição na própria occasião do seu maior progresso e quando a conclusão do primeiro volume da minha obra está somente dependente do acabamento das estampas, assim como a carta prehistorica que hade acompanhal-o, já gravada, apenas precisa as ampliações que lhe estou addicionando em consequência dos importantes descobrimentos que ultimamente fiz, como V. Ex.^a terá brevemente ensejo de observar pelas respectivas plantas cujos desenhos se estão

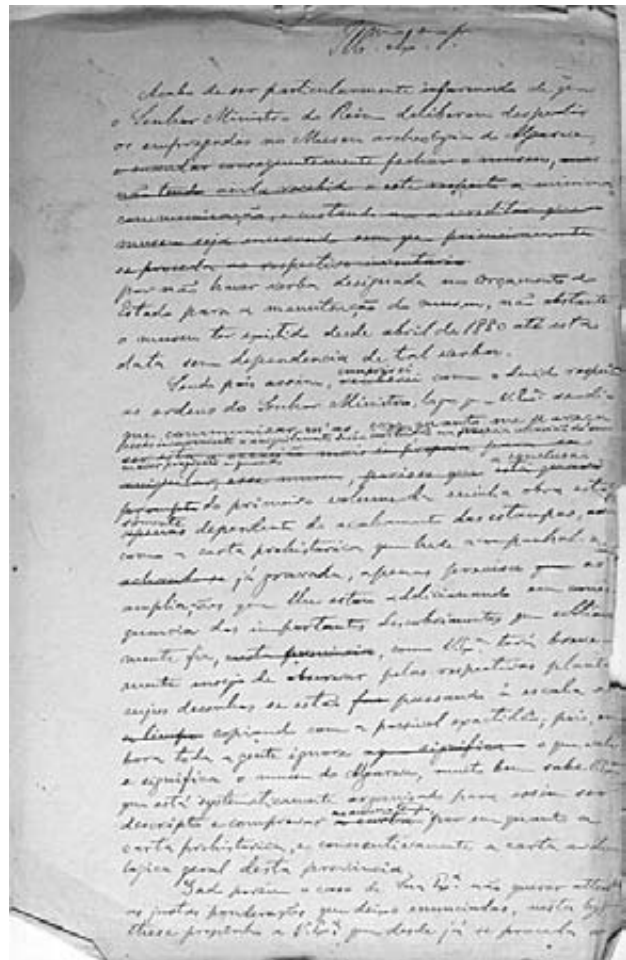


Fig. 117 – Documento n.º 36 (1.ª página).

passando á escala e copiando com a possível exactidão; pois, embora toda a gente ignore o que vale e significa o museu do Algarve, muito bem sabe V. Ex.^a que está systematicamente organizado para assim ser descripto e comprovar ao mesmo tempo, por enquanto a carta prehistorica, e consecutivamente a carta archeologica geral desta provincia. (163)

Dado porém o caso de Sua Ex.^a não querer attender as justas ponderações que deixo enunciadas, nesta hypothese proponho a V. Ex.^a que desde já se proceda ao inventario de tudo quanto se acha no museu, tanto pertencente ao Estado como a particulares, e que deste trabalho sejam encarregados até 31 de Janeiro os dois empregados do museu, como únicos que conhecem a procedência e ordem na collocação dos grupos pertencentes a cada época, e que concluído esse indispensável inventario eu saiba a quem devo mandar entregar, mediante as devidas formalidades, os objectos pertencentes ao Estado, para assim ficarem salvaguardadas as futuras responsabilidades. (164)

Notas

163 – A última ordem de pagamento de ordenados de funcionários do Museu Arqueológico do Algarve data de 13 de Outubro de 1882 e refere-se aos meses de Julho Agosto e Setembro. É, deste modo, provável, que este documento date do mês de Agosto de 1882.

Existe documento já publicado, do Arquivo da Academia Nacional de Belas Artes (PEREIRA, 1981, Documento n.º 32) que prova a decisão tomada pelo Governo para a entrega do ex-Museu Arqueológico do Algarve àquela Academia, a 3 de Outubro de 1885, bem como ao processamento dos ordenados dos funcionários pela mesma a partir de 1 de Outubro de 1882.

Note-se que Estácio passou grande parte do ano de 1882 no Algarve, explorando as necrópoles pré-históricas de Alcalar e de Aljezur e ainda a área de Torres dos Frades. O acompanhamento da evolução dos acontecimentos relativamente ao museu que dirigia ficaria obviamente prejudicada, por não ser possível a sua pronta e eficaz intervenção: ainda que com fundadas razões, era um Director ausente, facto que não poderá ter deixado de se ressentir nos próprios destinos da Instituição. A afirmação que a Carta Arqueológica do Algarve já se encontraria gravada e “apenas precisa as ampliações que lhe estou adicionando em consequência dos importantes descobrimentos que ultimamente fiz (...)” é verdadeira; mas o que Estácio não refere é que a anterior gravação litográfica, correspondendo à primeira versão da carta arqueológica, concluída em 1878 se encontrava inutilizada, devendo o trabalho de gravação ser completamente refeito. Esta carta só foi gravada em 1883, como se conclui do respectivo título, e incluída no primeiro volume das “Antiguidades”, só publicado em 1886. Ver Nota 45.

164 – O inventário das colecções do Museu Arqueológico do Algarve, considerado prioritário, deveria ser cometido aos dois empregados do Museu, justificando-se a sua contratação para o efeito até 31 de Janeiro de 1883. Tal inventário já tinha sido anteriormente solicitado pela direcção da Academia de Belas Artes, encontrando-se mencionado por Estácio da Veiga na carta enviada ao Director Geral da Instrução Pública em 31 de Maio de 1881. Note-se que, aquando da entrega ao Governo da Carta Arqueológica do Algarve, em finais de 1878, foi preparado um primeiro inventário das colecções então existentes, o qual se conserva no Arquivo de Estácio da Veiga no Museu Nacional de Arqueologia, cuja folha de rosto já se publicou (CARDOSO & GRADIM, 2004, Fig. 22), onde se lê, escrito por Estácio, o seguinte: “Catalogo dos monumentos e objectos de arte antiga descobertos e obtidos no reconhecimento das antiguidades do districto de Faro, feito desde Março de 1877 até Outubro de 1878, para o levantamento da Carta Archeologica do Algarve em virtude da portaria de 15 de Janeiro de 1877 por S. P. M. Estacio da Veiga” (Fig. 50).

Por proposta de Estácio, dado o litígio com a Academia de Belas Artes, era indispensável efectuar o levantamento actualizado dos depósitos pertencentes ao Estado e a particulares, por forma a ser possível efectuar a devolução dos espólios a estes pertencentes. Por officio dirigido pela Academia de Belas Artes ao Ministério da Instrução Pública, a 28 de Março de 1883 (PEREIRA, 1981, Documento n.º 30), solicitando o envio de cópia do referido inventário que sabia já

ter ali dado entrada, pode concluir-se que Estácio da Veiga, ou alguém por ele mandatado, já tinha enviado, antes dessa data, um exemplar do referido documento àquele Ministério, que teve vida fugaz. Trata-se sem dúvida do Inventário datado de 15 de Março de 1883, cuja letra não é a de Estácio, já parcialmente publicado em *fac-simile* (SANTOS, 1972, Anexo 2). Ver Notas 117 e 125 e actualmente pertencente ainda à família do malgrado arqueólogo.

Existe ainda um terceiro inventário das colecções, ordenado pelo Governo a Estácio da Veiga a 26 de Setembro de 1885, que o concluiu a 2 de Dezembro. Este inventário relaciona-se com a decisão governamental de 3 de Outubro de 1885, de entregar os espólios do ex-Museu Arqueológico do Algarve à Academia de Belas Artes, consumando-se assim a sua extinção. Este último inventário, intitulado “Inventário do Museu Archeologico do Algarve ordenado pelo Governo em 26 de Setembro de 1885”, do qual existe um exemplar completo no Arquivo da Academia de Belas Artes, foi já reproduzido em *fac-simile* (PEREIRA, 1981, Documento n.º 26).

Documento n.º 37 (Fig. 118)

Museu Arqueológico do Algarve. Guia de remessa, com letra de Estácio da Veiga – 18-06-1882

Museu Archeologico do Algarve na Academia Real de Bellas Artes Lisboa (carimbo servindo de timbre aposto no canto superior esquerdo da folha) (165)

Duplicado da Guia n.º 20

Ao Illmo. Exmo. Sr. Administrador do Concelho de Villa Nova de Portimão remette seis grades de madeira contendo pedras extraídas dos monumentos de Alcalá, afim de serem mandadas arrecadar por S. Ex.^a.

O Encarregado dos estudos archeologicos do Algarve.

Mexilhoeira Grande, 18 de Junho de 1882. (166)

Recebi

Portimão em supra

O adm.or do concelho

(assinatura ilegível)

Notas

165 – O Museu Arqueológico do Algarve dispôs de papel e envelopes timbrados, de carimbo, bem como de etiquetas próprias (Fig. 119).

166 – Este espólio resultou das explorações realizadas na necrópole calcolítica de Alcalar por Estácio da Veiga no decurso do ano de 1882, beneficiando de apoios logísticos e financeiros do Governo. Dado o encerramento do Museu Arqueológico do Algarve, os materiais recolhidos já não foram enviados para Lisboa, tendo sido depositados provisoriamente em dependências

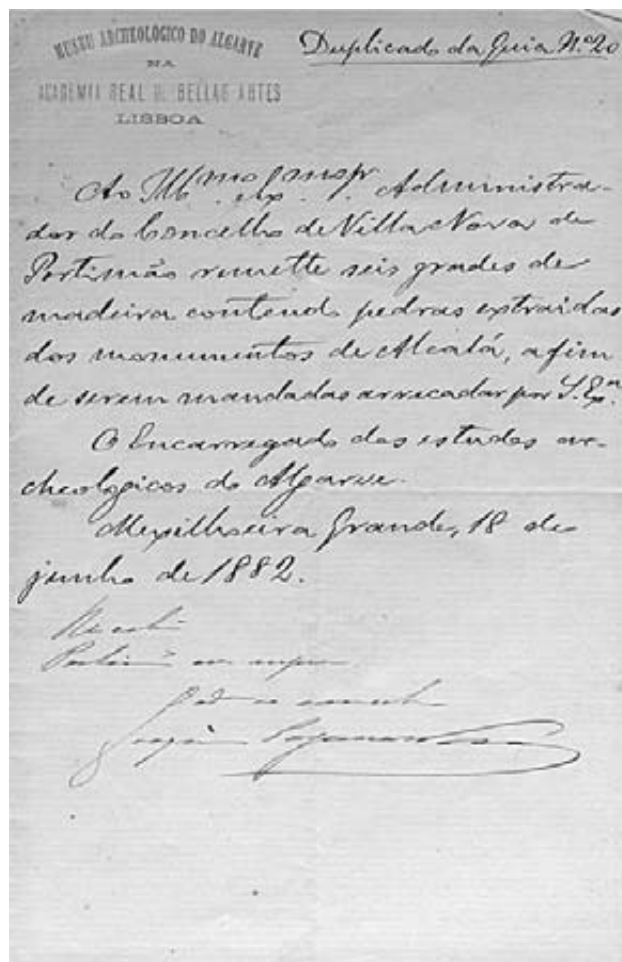


Fig. 118 – Documento n.º 37.

providenciadas pelo administrador do concelho de Vila Nova de Portimão; daqui seguiram, tal como os obtidos nas explorações de Aljezur e de Torre dos Frades, estações também exploradas em 1882, para a residência de campo de Estácio da Veiga, em Cabanas da Conceição, Tavira, local em que Leite de Vasconcelos as foi encontrar, em 1893, aquando da sua aquisição pelo Estado. Pode questionar-se, deste modo, a legitimidade de o Estado comprar uma coisa que já lhe pertencia. Mas, o modo como foi feita a aquisição da colecção, de uma só vez por um conto de réis (L. C. C., 2004), obviou a minudências de separar, peça a peça, o que era de facto de Estácio, do conjunto que pertencia ao Estado e ainda em posse do arqueólogo algarvio, à data da sua morte. Ver Nota 35.



Fig. 119 – Envelope timbrado e etiquetas do Museu Arqueológico do Algarve.

Documento n.º 38 (Fig. 120)

Museu Arqueológico do Algarve. Carta ao Director da Contabilidade do Ministério do Reino – 16-08-1882

N.º 29

Ao Dir.^{or}. da Contabilidade do Ministério do Reino

Ex.^{mo}. Sr.

Mui acertadamente se dignou Sua Excellencia o Ministro mandar-me communicar, em resposta ao meu anterior officio, que não havendo verba expressamente votada e inscripta no orçamento geral do Estado para a manutenção do Museu Archeologico do Algarve, não póde a Repartição de Contabilidade desse Ministério, em presença do regulamento da contabilidade publica, submeter á aprovação do Tribunal de Contas uma ordem, que estabeleça pagamentos permanentes aos dois empregados no referido museu; mas occorrendo ao mesmo tempo ao mui previdente Ministro, que acima de todas as prescripções exaradas naquelle regulamento, estão as do decoro regimen da dignidade natural, não escriptas, certamente, porém concebidas e seguidas por todos os Governos patrióticos e illustrados: considerando Sua Excellencia, porventura, que quando em 1 de Abril de 1880, por ordem desse Ministério, fui fundar n'um edificio do Estado o museu das antiguidades monumentaes que havia colligido para a comprovação da carta archeologica do Algarve, que nesta occasião já está sendo gravada para poder ser apresentada ao mundo scientifico como primeiro e único trabalho deste género até hoje emprehendido em Portugal, e que na mesma data foram approvados os dois empregados que propuz para o serviço do mencionado museu, não obstante desde então até agora não figurar no orçamento; considerando Sua Excellencia, mui provavelmente, que a reconhecida e já mui competentemente proclamada utilidade scientifica dessa instituição, impõe moralmente a todos os governos dignos e sábios a satisfatória obrigação, não só de empenharem os seus esforços para a manterem, como para lhe abrirem em maior escala os horisontes do seu progresso, por isso que este paiz, associando-se com o mais apparatuso espavento aos congressos europeós, já não póde dignamente retirar á sciencia os elementos comprovativos das antiguidades prehistoricas e históricas desta importantissima zona geographica do reino, sendo a única que possui a sua respectiva carta archeologica e um museu scientificamente organizado nas secções prehistorica e epigraphica para a comprovar; considerando Sua Ex.^a, que mandando fechar as portas do museu do Algarve com o despedimento dos dois únicos

homens que o estão tratando todos os dias e conservando com o mais acrisolado zelo, exporia famosos monumentos a serem extraviados como tem acontecido a muitos naquella academia, ou a ser alterada a ordem em que é mister mantel-os para poderem corresponder a um dos seus principaes destinos, e que em tal academia, ou n'outra parte ninguém há que perceba o systema e o methodo daquella organização, nova no paiz, para durante a minha necessária ausência poder ser responsável pela manutenção geographicamente ordinal de cada grupo das diversas collecções, e que ao par da collecção do Estado está uma propriamente minha, que confio á probidade de todos os governos, mas que nunca deixarei entregue a uma repartição, onde já me foram furtados dois monumentos epigraphicos e outros objectos; considerando Sua Excellencia, finalmente, que seria esta a mais imprópria e nociva occasião de despedir os empregados no museu do Algarve com manifesta destruição desse museu, que tantos sacrificios, despezas, trabalhos e fadigas tem custado, quando nesta occasião ainda estou descobrindo numerosos monumentos da maior importância scientifica, e colligindo como me foi ordenado, para o museu

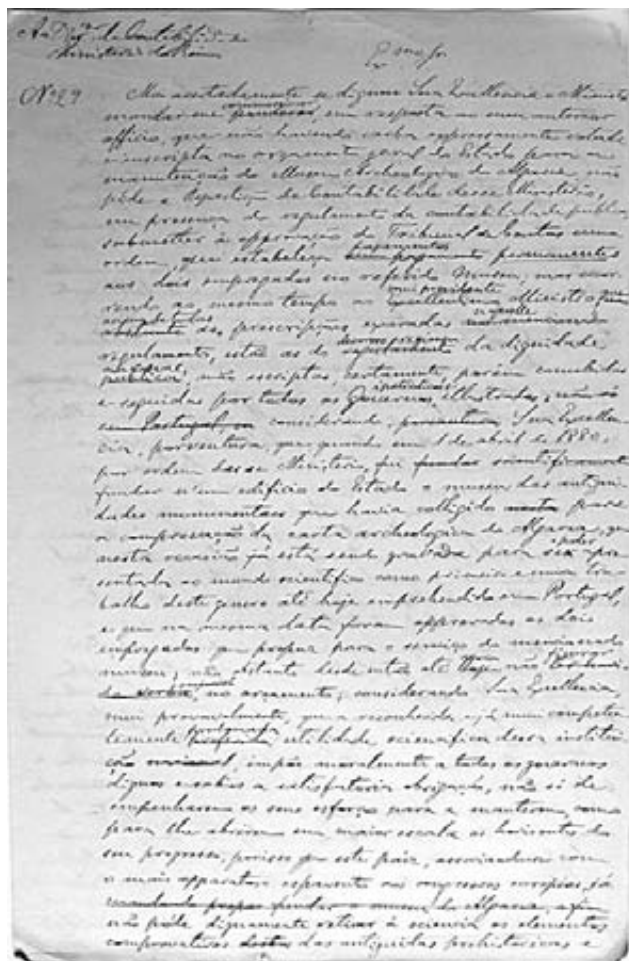


Fig. 120 – Documento n.º 38 (1.ª página).

archeologico do Algarve preciosas collecções da (169) industria prehistorica, que juntas ás já existentes irão preencher muitas lacunas, engrandecer essa instituição, e fornecer maior copia de mais significativos elementos para o reconhecimento das épocas e períodos em que foi habitada esta região sul-occidental da Europa, como dentro de poucos mezes mostrarei na obra que estou escrevendo, e a que o museu deve servir de comprovação, e que em consequência destes recentes descobrimentos tenho de manter activa correspondência com esses empregados.

Por todas as considerações expedidas, e mui principalmente por esta ultima, que seria mais que sufficiente, não posso, sem gravíssimo prejuizo, offerecer a minha annuencia á mais lamentável das desordens que promoveria o despedimento dos empregados no museu; não posso nem devo deixar morrer uma instituição que o meu assiduo e perseverante trabalho criou com o auxilio de todos os governos que tem havido no paiz desde 1877 e que com o mais honroso louvor está registada nos relatórios officiaes, nos annaes e já em muitas obras de sábios estrangeiros; não posso nem devo deixar de apresentar com a mais ampla franqueza a minha muito respeitosa, mas formal opposição á idéa de serem despedidos os empregados no museu e aniquilado consequentemente por este facto o próprio museu, pela simples circumstancia de não se ter ainda inscripto no orçamento uma insignificante verba para manter a sua útil e necessária existência, quando desde Abril de 1880, sempre foi mantido por esse Ministério pela sua verba especial, ainda mesmo na conjunctura politica que cortou largamente n'um grande numero de despezas publicas; não posso, nem devo deixar de acompanhar este assumpto até o seu ultimo recurso.

E porque no officio que V. Ex.^a me dirigiu com o n.º 311, datado de 9 do corrente mez, hoje recebido, determina Sua

(170)

(171)

Excellencia o Ministro que declare eu “porque espaço de tempo terá de ser despendida, com a remuneração aos empregados de que se trata, a quantia que solicitei no meu anterior officio”, tenho a honra de submeter á aprovação do mesmo Excellentissimo Senhor o orçamento, que nas actuaes circumstancias e temporariamente julgo indispensável: (172)

Por doze mezes até 30 de Junho de 1883 ao escripturario João Dionel da Franca Mattos, a 15\$ r^s. por mez, 180\$000 réis; ao servente e guarda do museu Joaquim dos Reis Netto, 14\$ r^s. por mez, 168\$ r^s., e mais uma verba de 45\$ r^s. para objectos de escripturação, lavagens, outras limpezas, despachos na alfandega, transportes, e despezas eventuaes, o que perfaz a somma de 393\$000 réis, que é tudo quanto solicito até á referida data, esperando que antes de findo o corrente anno económico Sua Excellencia acceite com particular satisfação as propostas que reservo para quando se ache aberto o parlamento, e que não posso deixar de levar ao seu illustrado acolhimento por honra do paiz e por utilidade da sciencia; e a V. Ex.^a rogo se digne dar a este assumpto o seu mais cordato andamento, fazendo tambem sua a minha assás fundamentada e mui respeitosa proposta.

Deus Guarde a V. Ex.^a - Tavira, 16 de Agosto de 1882.

Ex.^{mo}. Sr. Director da Repartição de Contabilidade do Ministério do Reino.

Notas

167 – O officio anterior de Estácio da Veiga, aludido nesta passagem, corresponde ao que foi comentado nas Notas 163 e 164. Conclui-se que a indicação transmitida informalmente do despedimento dos dois funcionários do Museu Arqueológico do Algarve – um escripturário e um servente – mencionada naquele officio, foi ulteriormente confirmada, por parte do Ministro do Reino, ao arqueólogo, por officio datado de 9 de Agosto de 1882 (ver Nota 172). Nesta missiva, endereçada ao Director da Contabilidade do referido Ministério, invocam-se, em defesa dos aludidos postos de trabalho, “acima de todas as prescripções exaradas naquelle regulamento, estão as do decoro regímen da dignidade natural, não escriptas (...)”. Apela-se, pois, para argumentos que, não se enquadrando nas apertadas baias legais da administração pública, não poderiam ser considerados como procedentes. Porém, os funcionários em causa não foram despedidos, como temia Estácio, mas antes integrados ao serviço da Academia de Belas Artes, a partir do dia 1 de Outubro de 1882, como se verifica de officio enviado a Estácio pelo Director da Academia (PEREIRA, 1981, Documento n.º. 32). Ver Nota 163.

168 – A Carta Arqueológica do Algarve a que se alude nesta passagem do documento, corresponde à segunda versão, actualizada, do documento concluído em 1882, e que nesta altura já se encontrava em processo de gravação litográfica. Note-se que a primeira versão, concluída em 1878 e gravada certamente no ano seguinte, ficou inutilizada pelos descobrimentos ulteriormente efectuados, em finais de 1881 e 1882, e também por não respeitar a simbologia internacional na parte tocante à Pré-História, já então em vigor. Ver Nota 113.

169 – A menção às escavações que no decurso de 1882 efectuou, com a recolha de “preciosas collecções da industria prehistorica” expressamente para o museu arqueológico do Algarve, como sublinha, obrigando-o a prolongadas ausências da capital, justificaria, a par de outros inúmeros argumentos, a manutenção dos dois funcionários do Museu. Contudo, as collecções referidas jamais deram entrada no Museu, em resultado do seu encerramento definitivo. Ver Nota 166.

170 – Os “poucos mezes” a que alude para a publicação da sua obra, haveriam de se tornar em anos: com efeito, tendo este documento a data de 16 de Agosto de 1882, o primeiro volume das “Antiguidades” só haveria de publicar-se em 1886. Ver notas 87, 100, 103 e 104.

171 – A menção às inúmeras opiniões favoráveis, publicadas por investigadores estrangeiros que visitaram o Museu

Arqueológico do Algarve em 1880, aquando da realização do Congresso Internacional em Lisboa, tinham já sido, em missiva anterior dirigida ao Director Geral da Instrução Pública, pormenorizadamente descritas. Ver Nota 139.

172 – Trata-se do documento mencionado na Nota 167.

Documento n.º 39 (Fig. 121)

Museu do Algarve – 22-09-1883 (minuta não endereçada mas provavelmente dirigida ao Reitor do Seminário de Faro)

Exmo. Am.º. e Sr.

Em qualquer paiz civilisado e honesto o facto de ter eu sido o iniciador e fundador do instituto archeologico de uma provincia mereceria o louvor e a consideração dos poderes públicos. Em Portugal foi este caso capitulado como affronta feita ao governo, cujos amigos já contavam com o museu archeologico do Algarve, uzurpando-o aos meus descobrimentos, aos meus assíduos trabalhos de muitos annos, á organização systematica com que o apresentei ao congresso em 1880, aos próprios sacrificios pecuniários, ás fadigas incalculáveis e ás perdas de saúde, que não poucas vezes causou, para chegar a ser o que foi e ganhar o conceito em que ficou tido pelos sábios que o examinaram. Queria o governo o meu museu para favorecer amigos e os amigos do governo, trataram de m'õ uzurpar para com elle figurarem perante o mundo scientifico! O governo viu-se porém apertado pelo simulado voto de uma provincia inteira que lh'o requereu, por ser seu e não dever estar n'outra parte. O antigo antagonismo dos meus sycophantas recrudescceu e transmittiu-se ao animo do governo. A vingança era de esperar, e não tardou.

O governo, devendo por obrigação de um contracto fornecer-me as estampas que deviam acompanhar os livros da minha obra e não tendo promptas até esta data nem as do primeiro volume, perguntou-me quantos livros tinha já publicado? Respondi que estavam tantos, quantas tinham sido as colleções de estampas que me havia fornecido; toda a falta era sua, por não cumprir as condições do contracto, deixando de contribuir com as indispensáveis estampas; e mostrei, ou antes demonstrei não estar em divida, e não haver mesmo tempo perdido a lamentar, mas um prodigioso augmento de riqueza archeologica, devido á exploração do anno antecedente, que obrigara mui vantajosamente a ampliar o plano de cada livro. A isto não respondeu o governo; limitou-se a suspender os meus subsídios! Com o mais

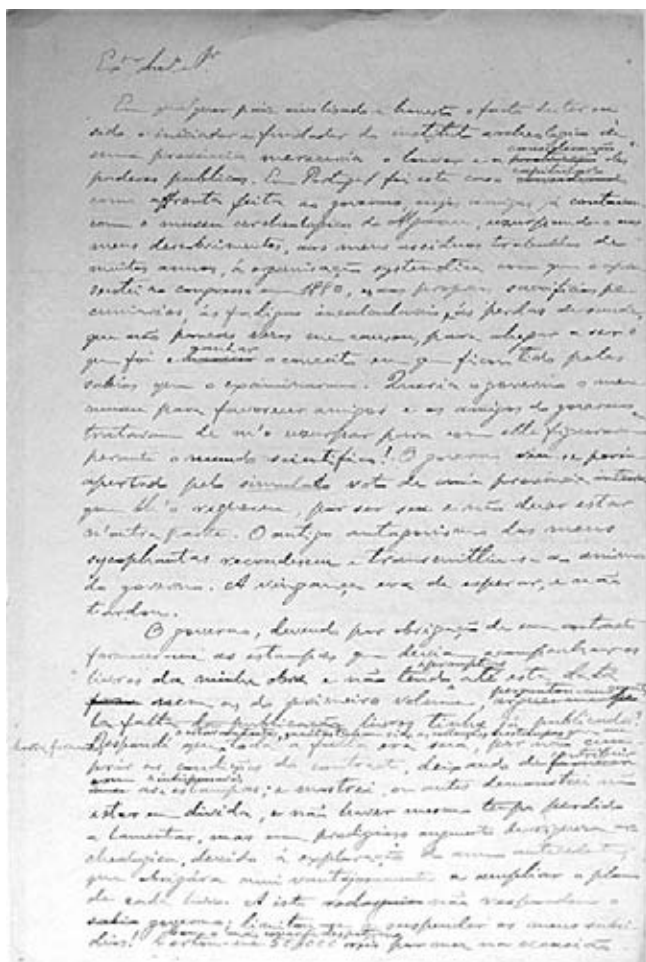


Fig. 121 – Documento n.º 39 (1.ª página).

covarde despotismo cortou-me 50\$000 réis por mez na occasião em que tratava de preparar as minhas fazendas para no futuro os meus filhos ficarem remediados, e cortou-me a possibilidade, por em quanto, de aproveitar a entrada, que o meu amigo tão obsequiosamente havia facilitado no seminário ao meu filho Carlos! A mim causou-me pois estes graves embaraços a vingança, por ter tirado ao grande conde de Almedina, amigo intimo de Thomaz Ribeiro e do segundo António que neste paiz quis ser rei absoluto, um museu que elle mui caprichosamente queria para as Janellas Verdes, e a V. Ex.^a também os causou retardando esta decisão, a ponto de não me permittir que lh'a podesse communicar com a devida antecedência! (175)

Peço-lhe me absolva desta involuntária falta, a que me levou o despotismo de dois ministros que privam na intimidade dos meus inimigos, e fogem indecorosamente ao cumprimento das condições de um contracto, como não o faria o mais miserável vivente. (176)

V. Ex.^a tratará de preencher o lugar, que a sua generosa amisade havia reservado para o meu filho. Creia que não era possível communicar-lhe isto mais cedo, porque só hontem, já tarde, me trouxe o correio a noticia da famosa decisão tomada pelos amigos dos meus antagonistas. (177)

Cumprirei porém a todo o transe a obrigação, que me arroguei, de ir organizar em devida regra o museu do Instituto Archeologico do Algarve, logo que seja remetido para o seminário. Quando o museu estiver organizado, mostrarei ao paiz como são tratados os homens que trabalham em sua honra e pelo progresso da sciencia. (178)

Espero que V. Ex.^a reconheça a impossibilidade que me impede de acceitar nesta occasião as suas benevolências e o distincto favor que me reservava, e que por este motivo não deixe de continuar a considerar-me enquanto De V. Ex.^a

Am^o. dedicado e obrig^o.

Tavira – Cabanas da Conceição

Em 22 de Setembro de 83.

Notas

173 – A alusão à unanimidade dos algarvios requererem para o Algarve as colecções reunidas por Estácio da Veiga e expostas em Lisboa no designado Museu Arqueológico do Algarve funda-se num movimento cívico animado pelo arqueólogo algarvio após o definitivo encerramento, encaixotamento e acondicionamento daqueles espólios num esconso da Academia de Belas Artes, em Agosto de 1881, que conduziu à criação do Instituto Arqueológico do Algarve, na capital do distrito em 1882. A criação deste Instituto tinha fundamentos expressos anteriormente pelo próprio Estácio. Com efeito, a organização da arqueologia em Portugal passaria pela criação, nas principais cidades do País, de instituições análogas, que integrassem os mais destacados cultores da arqueologia das respectivas regiões. Tais institutos promoveriam a investigação arqueológica, que conduziria, por um lado, à carta arqueológica e, por outro, às correspondentes publicações e constituição de museus arqueológicos regionais. Tal concepção não invalidaria a criação de um Museu Arqueológico Nacional, na capital do Reino, cuja organização ele próprio se propôs levar a cabo.

No caso em apreço, sabe-se que o Instituto Arqueológico do Algarve, fundado oficialmente em Faro em 1882, contava com a colaboração de personalidades notáveis do distrito, devidamente mencionadas, na qualidade de subscritoras de um documento preparado a 1 de Dezembro de 1885, na sequência de outro, já apresentado ao Governo em 1883, destinado a solicitar ao Governo a transferência dos espólios do antigo Museu Arqueológico do Algarve para Faro (PEREIRA, 1981, Documento n.º 33). Esta diligência, efectuada mais de quatro anos depois do Museu ter sido remetido para os esconsos da Academia de Belas Artes, sucedia-se a anteriores tentativas.

Com efeito, logo após a criação do Instituto, recebeu o Ministério do Reino um documento nesse sentido, que deu origem ao ofício de 21 de Junho de 1883 solicitando informação sobre a pretendida transferência. Em resposta, a Academia nomeou uma comissão, convidando cinco individualidades para informar “se haverá inconveniente em

efectuarse a mudança dos monumentos e mais objectos existentes no museu archeologico do Algarve adjunto actualmente no edificio desta Academia para o Instituto Archeologico do Algarve há pouco estabelecido na cidade de Faro (...)” (PEREIRA, 1981, Documentos 28 e 29). Escusado será dizer qual foi a conclusão da dita comissão...

A fundação do Instituto foi precedida da impressão de um folheto de duas páginas, definindo a natureza orgânica, constituição e os fins da instituição, as categorias de sócios e a respectiva quotização. Este documento foi amplamente distribuído pelo correio, servindo como convite individualmente apresentado: para o efeito, encontravam-se reservados espaços em branco destinados a serem preenchidos com a categoria proposta para cada um dos sócios destinatários (Fig. 122).

Além da criação formal, o novel instituto carecia de espaço para albergar os espólios arqueológicos reclamados à Academia de Belas Artes. Tal problema não teve resposta satisfatória, apesar dos esforços efectuados, estando certamente na origem do desmembramento daquela agremiação. A conveniência de se estabelecer em edificio público era reconhecida como evidente, à semelhança do verificado em outros museus da mesma índole, entretanto fundados em Évora, Elvas, Santarém, Lisboa, Coimbra, Porto e Braga. No caso presente, os responsáveis consideraram, depois de gorada a tentativa de instalação no Seminário de Faro, que só a Câmara Municipal poderia resolver o problema, com duas alternativas: ou o edificio dos Paços do Concelho, ou o extinto Convento dos Capuchos. O assunto foi discutido em reunião de câmara, a 3 de Fevereiro de 1886, concluindo-se que nenhuma das alternativas era viável (PEREIRA, 1981, Documento n.º 34).

174 – Os atrasos verificados na execução da publicação das “Antiguidades”, conforme o plano definido no respectivo contrato, eram notórios e, para qualquer observador externo, dificilmente explicáveis. Já anteriormente Estácio se tinha esforçado por fazer compreender ao Director da Contabilidade do Ministério do Reino, a quem incumbia dar ordem de pagamento da sua gratificação mensal, acordada no contrato de 29 de Maio de 1879 para a redacção da referida obra, que a culpa não tinha sido dele, mas sim de uma conjugação de circunstâncias como as novas descobertas arqueológicas efectuadas em 1881 e 1882. Tais descobertas obrigavam à execução de muitas novas estampas e à reformulação completa do próprio plano da obra, a que se somavam ainda vicissitudes ocorridas na vida particular do responsável pela execução das estampas, Francisco Pavia, a quem as mesmas foram adjudicadas pelo Governo. Sobre estes atrasos, apresentou Estácio uma longa carta de explicações, dirigida ao Chefe da Contabilidade do Ministério do Reino, a 10 de Agosto de 1883. Ver Notas 100, 103 e 108.



Fig. 122 – Primeira página da circular distribuída no Algarve em 1882/83 para a divulgação do recém-fundado Instituto Arqueológico do Algarve.

175 – A suspensão da gratificação mensal auferida por Estácio foi determinada superiormente, depois de consideradas insatisfatórias as explicações apresentada em missiva ao Director (ou Chefe) da Contabilidade do Ministério do Reino de 10 de Agosto de 1883. Note-se que, então, ainda nenhum volume das “Antiguidades” se encontrava publicado. Ver Notas 100, 103, 108 e 174.

176 – A situação financeira de Estácio era prejudicada pela falta dos 50.000 réis mensais que o Governo tinha com ele acordado a troco da redacção das “Antiguidades”. Esta verba equivaleria hoje a cerca de 1500 euros mensais, o suficiente para que tivesse possibilidades de enviar o seu filho Carlos para o Seminário, como era sua intenção, o que mais tarde veio a acontecer. A referência ao Seminário – presume-se que de Faro – é importante para se poder concluir que a missiva era destinada a qualquer dirigente do mesmo, talvez o Reitor, ou o Cónego Joaquim Pereira Botto, seu Amigo e Vice-reitor do mesmo. A referência explícita ao conde de Almedina, inspector da Academia de Belas Artes e a Tomaz Ribeiro, que então desempenhava as funções de Ministro do Reino, é significativa, atribuindo-lhes a responsabilidade pelo triste desfecho que teve o Museu do Algarve. A menção ao “segundo António que neste paiz quis ser rei absoluto”, refere-se, talvez, ao anterior Ministro do Reino, António Rodrigues Sampaio, que depois de ter sido o responsável pela assinatura da Portaria de 15 de Janeiro de 1877, que encarregou Estácio da Veiga do reconhecimento arqueológico do Algarve, acabou por não dispensar a este os apoios necessários. Note-se o facto de, em missiva anterior, o considerar “o seu maior protector” (cf. Nota 159). Em alternativa, poderia referir-se ao próprio Primeiro Ministro, António Maria de Fontes Pereira de Mello. Ver Notas 28 e 159.

177 – Ver Notas 174 a 176.

178 – A hipótese de o Museu Arqueológico do Algarve ser organizado no Seminário de Faro, à data da redacção desta missiva, 29 de Setembro de 1883 gorou-se ulteriormente, como se conclui da proposta, efectuada em 1885, enviada Direcção do Instituto à Câmara Municipal de Faro para que aquele fosse instalado no Convento dos Capuchos ou nos próprios Paços do Concelho. Ver Nota 173.

Documento n.º 40 (Fig. 123)

Museu Archeologico do Algarve (documento não datado, correspondendo a esboço de decreto jamais publicado)

Apontamentos particulares (nota escrita à margem da página)

Tendo S. M. El Rei, por portaria de 11 de Janeiro de 1877 mandado fazer o reconhecimento geral das antiguidades do Algarve, bem como de uma secção da margem direita do rio Guadiana ao sul e ao norte da villa de Mértola, e incumbido estes importantes

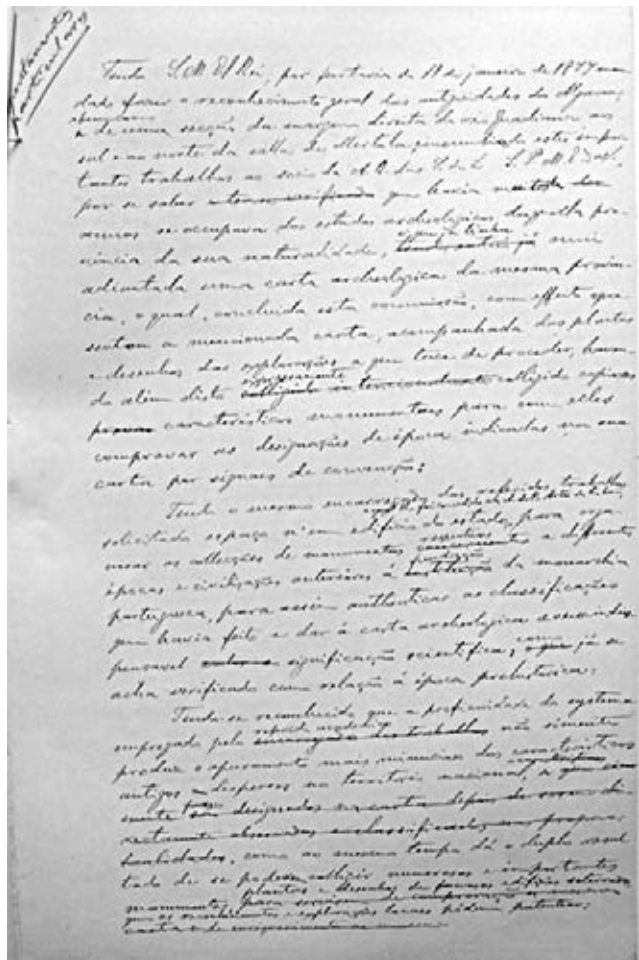


Fig. 123 – Documento n.º 40 (1.ª página).

trabalhos ao sócio da A. R. das S. de L. S. P. M. E. da V., por se saber que havia muitos annos se occupava dos estudos archeologicos daquelle provincia da sua naturalidade, e que já tinha mui adiantada uma carta archeologica da mesma provincia, o qual, concluída esta commissão, com effeito apresentou a mencionada carta, acompanhada das plantas e desenhos das explorações a que teve de proceder, havendo além disto expressamente colligido copiosos característicos monumentaes para com elles comprovar as designações de época indicadas na sua carta por signaes de convenção; (179)

Tendo o mesmo encarregado dos referidos trabalhos solicitado espaço n'um edificio do estado, o qual lhe foi concedido na A. de B. Artes de Lisboa, para organizar as collecções de monumentos respectivos a differentes épocas e civilizações anteriores á fundação da monarchia portugueza, para assim authenticar as classificações que havia feito e dar á carta archeologica a indispensavel significação scientifica, como já se acha verificado com relação á época prehistorica;

Tendo-se reconhecido que a proficuidade do systema empregado pelo referido académico não somente produz o apuramento mais minucioso dos característicos antigos dispersos no território nacional, como ao mesmo tempo dá o duplo resultado de se poderem colligir numerosos e importantes monumentos, plantas e desenhos de famosos edificios soterrados, que os reconhecimentos e esplorações locais podem patentear;

Tendo-se em vista a riqueza archeologica do território portuguez, a necessidade do seu reconhecimento scientifico pelo systema empregado na zona geographica do Algarve, a da continuação da carta archeologica do paiz e consequentemente a do progressivo desenvolvimento do museu archeologico nacional, de que tanto se há mister, para a consecutiva comprovação da mesma carta e para outros importantes estudos, que possam ministrar a nacionaes e estrangeiros os elementos mais seguros e positivos para a solução dos grandes problemas em que se acha empenhada a sabedoria européa;

Tendo-se em vista que não só é importantíssima a riqueza archeologica do paiz, como primeiro que tudo é a situação geographica em que se acha esta extrema parte sul-occidental da Europa, onde já estão verificados, com relação á época prehistorica, muitos factos do mais subido interesse scientifico, factos todavia não ainda sufficientemente numerosos para se poderem coordenar em cada um dos períodos que representam e que por isso convem que o sejam, para assim a seu tempo se verificarem os preciosos elementos fundamentaes e comprovativos da existência humana nos diversos tempos de habitação neste território, o estado de civilização de cada nacionalidade pelas manifestações da sua industria, a sua antiguidade relativa, o tracto e limites da sua occupação, assim como se as migrações que vieram estanciar neste solo, atravessaram o continente peninsular, ou se directamente, sulcando os mares, aportaram á costa marítima occidental, vindo do norte, ou á costa meridional, saindo do Mediterrâneo;

Tendo-se em vista que estes estudos concernentes á paleontologia humana, á ethnographia e á archeologia monumental estão sendo amplamente emprehendidos e desenvolvidos em todas as nações cultas da Europa, as quaes este paiz tem de acompanhar na carreira do seu progresso, tanto mais que as antiguidades do território portuguez não só podem entrar como elemento, mas ainda como complemento nos estudos geraes pela significação especial que lhes dá a privilegiada situação dos seus jazigos;

Considerando ser primeiro que tudo preciso designar espaço independente, n'um edificio do estado, que desde já permita o proseguimento (*sic*) da organização systematica dos monumentos existentes e que poderem ir sendo obtidos por aquisição directa, ou por apresentação de collectores illustrados, que hajam comprehendido o serviço que prestam ao paiz e á sciencia offerecendo, ou simplesmente depositando no museu os seus monumentos;

Considerando que a carta archeologica de Portugal, não póde deixar de ser continuada, e que este assumpto tem de ser especialmente tratado com a possível brevidade para que possa ir produzindo os resultados que se devem esperar da sua reconhecida importância, e que a carta do Algarve com o seu systema de elaboração estabeleceu a base fundamental desses subsequentes trabalhos; (180)

Considerando que o museu archeologico do Algarve também é base fundamental do futuro museu archeologico nacional e que o seu progressivo desenvolvimento está simplesmente dependendo das auctorisações que a seu tempo (181)

hãode ser expedidas para a continuação da carta geral, por isso que ao passo que a carta se for adiantado, serão ao mesmo tempo adquiridos os monumentos essencialmente precisos para a sua comprovação e enriquecimento do museu;

Considerando ser indispensável que desde já fique admittido o pessoal que até esta data tem provisoriamente sido empregado nos trabalhos de organização e manutenção do peculio archeologico existente, pessoal que se limita a um director, a um official encarregado da escripturação e contabilidade e a um continuo encarregado de todos os trabalhos rústicos internos e externos e de fiscalisar a entrada e saída dos visitantes;

Considerando que o mencionado sócio da A. R. das S. de L., S. P. M. E. da V., é o auctor da primeira carta archeologica provincial elaborada no paiz, descobridor e collecter da maioria dos monumentos do museu archeologico do Algarve, fundador do mesmo museu, assim como auctor dos systemas empregados para o levantamento da dita carta e para a organização do museu, e ainda auctor de varias obras de archeologia monumental;

Manda o mesmo augusto senhor:

1º Que o inspector da academia de bellas artes de Lisboa faça quanto antes despejar na secção occidental do edificio da academia todo o espaço indicado no desenho que nesta data lhe é remetido, a fim de ser isolado e preparada para a transferênciã do museu do pavimento superior em que se acha, e logo entregue ao actual encarregado dos trabalhos do museu. (182)

2º Que a carta archeologica do Algarve e o museu archeologico da mesma provincia se considerem para todos os effeitos como base fundamental da carta archeologica de Portugal e do futuro museu archeologico nacional.

3º Que o auctor da carta archeologica, fundador do museu, em attenção aos seus serviços e á competência que tem mostrado não só no seu desempenho, seja durante sua vida encarregado da organização e conservação do actual museu do Algarve e dos descobrimentos que se lhe possam ir aggregando, ao passo que for progredindo o reconhecimento geral das antiguidades do paiz.

4º Que o museu archeologico do Algarve, considerado como base fundamental do futuro museu archeologico nacional, conserve os empregados que provisoriamente tem tido desde o começo dos seus trabalhos.

Que o director e fundador do museu, a quem já competia a gratificação annual de 600\$000 réis para escrever a obra das Antiguidades Monumentaes do Algarve em vários volumes, em virtude de um contracto celebrado com o Governo, seja abonada a mesma gratificação mediante as condições exaradas no dito contracto, ficando alem disto a seu cargo a consecutiva organização e conservação do actual museu e do museu archeologico nacional, ao passo que forem sendo adquiridos os seus respectivos elementos constitutivos.

Que ao official encarregado da escripturação e contabilidade tenha o vencimento annual de 200\$ r.ª e o continuo de 180\$ r.ª.

5º Que a direcção do museu se corresponda directamente com o Ministério do Reino pela Direcção Geral de Instrucção Publica e com todas as auctoridades que possam de algum modo ministrar esclarecimentos e auxílios a bem do serviço a seu cargo. (183)

6º Que as contas sejam processadas no museu sob as instrucções, e fiscalisação da Rep. de C. do M. do Reino. (184)
Seguem-se os decretos nomeando o pessoal.

Notas

179 – Neste documento, muito ponderado e amadurecido, Estácio mencionada a data de 11 de Janeiro de 1877 como sendo a da Portaria pela qual foi encarregado do reconhecimento arqueológico do Algarve; contudo, como anteriormente se referiu, a data de 15 de Janeiro parece ser a mais fiável, por figurar no Requerimento de 27 de Dezembro de 1879, dirigido a El-Rei, cuidadosamente por si copiado. Ver Notas 5 e 84.

180 – A referência à Carta Arqueológica de Portugal e à necessidade do seu prosseguimento a partir dos critérios definidos e aplicados na carta arqueológica do Algarve era preocupação de Estácio, já por mais de uma vez explicitada; porém, seria necessário esperar cerca de 100 anos para que tal projecto fosse retomado, então sob o patrocínio da Fundação Calouste Gulbenkian, no final da década de 1970 e ainda assim com grandes dificuldades, o que determinou, uma vez mais, o seu abandono. Actualmente, a execução da Carta Arqueológica de Portugal, em moldes informatizados, em permanente actualização e coordenada pelo órgão de tutela, decorre dos trabalhos arqueológicos que, por motivos diversos e promovidos por numerosas entidades, se vão realizando pelo País, depois de se terem publicado diversas folhas relativas ao Algarve, sob a égide do IPPAR. Ver Nota 129.

181 – A carta arqueológica do Algarve estava para o Museu Arqueológico do Algarve, como a Carta Arqueológica de Portugal estava para o futuro Museu Arqueológico Nacional. A sua criação era uma das preocupações de Estácio. Ver Notas 140, 145 e 173.

182 – A redacção deste documento, que não chegou a promulgar-se, deve ter sido efectuada em Junho de 1881, no seguimento da apresentação ao Director Geral da Instrução Pública da proposta para a separação física dos espaços da Academia e dos que Estácio pretendia fossem ocupados pelo Museu Arqueológico do Algarve, cuja minuta se encontra datada de 30 de Maio de 1881, nela se mencionando o Museu Arqueológico do Algarve: “que já está criado de facto, como em breve tempo o deve ser por lei especial (...)”. Ver notas 121, 142 e 153.

183 – Pretendia-se a criação oficial da Instituição, a qual só veio a ser conseguida por José Leite de Vasconcelos, após a fundação, em 1893, do Museu Etnográfico Português.

184 – O diploma aludia a outra das limitações que Estácio jamais conseguiu eliminar: a falta de autonomia financeira do Museu Arqueológico do Algarve; com efeito, existiam verbas alocadas aos gastos do Museu e aos ordenados dos seus funcionários, mas os pagamentos e as contas eram processados na tesouraria da Academia de Belas Artes. Ver Notas 142, 144 e 182.

Documento nº. 41 (Fig. 124)

Museu Archeologico do Algarve – Carta ao Ministro do Reino (minuta não datada)

Ao sr. ministro do reino. – Constou hoje nesta cidade, que a academia de bellas artes de Lisboa requerera vários (185) objectos de arte antiga, pertencentes ás collecções já organisadas e catalogadas do museu archeologico do Algarve, pretextando serem precisos para as suas galerias!

Esta petição, se com effeito se fez, é assaz insólita, porque é publico e notório que o instituto archeologico do Algarve, fundado na capital deste districto, baseando-se em princípios da maior conveniência scientifica e em razões de superior prioridade, já havia requerido a transferênciã, para a cidade de Faro, do museu do Algarve organizado naquella academia em 1880 para ser exposto ao exame do congresso, então reunido em Lisboa. A junta geral deste districto também endereçou ao governo uma representação no mesmo sentido, e o governo, tendo em muita attenção a verdade das conveniências e razões expendidas nas duas mencionadas representações, dispôz-se logo a deferil-as, mandando immediatamente orçar as despezas do acondicionamento. Ora, a academia de bellas artes sabe tudo isto e contudo (186) ousou vir atravessar-se no nosso caminho, disputando-nos a posse das antiguidades deste solo na propira occasião em que uma sociedade scientifica, representada pelas pessoas mais illustradas e notáveis desta provincia, tomara a deliberação de pôr termo á desregrada dispersão que estava tendo a nossa riqueza archeologica, que, só reunida n’um único centro e devidamente organisada, como vai ser póde tornar-se utilíssima na sua vasta significação com referencia

às nacionalidades que estanciam nesta zona geographica desde os tempos mais remotos, ao gráo de civilisação que cada uma attingiu á evolução intellectual, ás tendências e ao progresso que foram desenvolvendo as raças humanas, autoctones ou emigradas, que neste território se deixaram caracterizadas pela sua ethnologia, pelos seus monumentos e pelos productos da sua industria, e ás suas relações de pátria, de raça e de trajecto ethnographico com os povos que occuparam, nos mesmos períodos e épocas, as actuaes nações da Europa. Mas não são só estes os intuitos que levam o instituto ácerca da arte antiga, mande-os moldar ou photographar, com a devida licença do governo, mas não venha causar-nos embaraços impróprios de uma instituição que em todos os seus actos tem obrigação de proceder com decência e dignidade.

O museu do Algarve deve vir todo inteiro para ser reorganizado com grandes ampliações no edificio do seminário episcopal, e devem além disso acompanhá-lo todos os objectos antigos do Algarve que estiverem dispersos por outros estabelecimentos públicos subsidiados pelo estado.

Quem quizer estudar as antiguidades do Algarve, venha a esta cidade, ou aguarde pela mui próxima publicação das cartas archeologicas, que as representam e das obras que as descrevem, cujos dois primeiros tomos vão ser impressos com muita brevidade. Além disto, o instituto vai publicar o seu Boletim trimensal, onde serão registrados todos os futuros descobrimentos.

Com a devida vénia prevenimos pois o digno sr. ministro do reino, lembrando que de modo algum deve ser attendida a petição de academia de bellas artes; mas pelo contrario ordenada a prompta remessa do nosso museu a sua excellencia reverendíssima, o sr. vigário capitular desta diocese, actual presidente do instituto archeologico do Algarve.

(187)

Notas

185 – Refere-se à cidade de Faro.

186 – A preocupação para que, definitivamente encerrado o Museu Arqueológico do Algarve, as peças de maior valor artístico do seu espólio não fossem subtraídas ao conjunto laboriosamente recolhido, é patente nesta missiva, e tinha

Ao sr. ministro do reino. — Consta
 hoje nesta cidade, que a academia
 de bellas artes de Lisboa requere
 vários objectos de arte
 antiga, pertencentes ás colle-
 cções já organisadas e cata-
 logadas do museu archeologico
 do Algarve, pretextando serem
 precisos para as suas galerias!
 Esta petição, se com effeito se
 fez, é assaz insólita, porque é
 publico e notorio que o insti-
 tuto archeologico do Algarve,
 fundada na capital deste
 districto, ~~fundada~~ ^{passando-se} em prin-
 cipios da maior communição
 scientifica e em razões de
 superior prioridade, já havia
 requerido a transferencia para
 a cidade de Faro, do museu
 do Algarve organizado na
 quella academia em 1880 pa-
 ra ser ^{apresentada} ~~submettida~~ ao exame
 do congresso, então reunido
 em Lisboa. A junta geral
 deste districto tambem enla-
 çou ao governo uma repre-
 sentação no mesmo sentido,
 e o governo, tendo em muita
 attenção a verdade das conven-
 niencias e razões expendidas
 nas duas mencionadas repa-
 sentações, dispôr-se logo a de-
 feril-as, mandando immédia-
 tamente orçar as despesas do
~~condicionamento~~. Ora, a
 academia de bellas artes sube

Fig. 124 – Documento n.º 41 (1.ª página).

inteira razão de ser.

Por outro lado, a judiciosa a afirmação de Estácio da Veiga, sugerindo que a fundação do Museu Arqueológico do Algarve se deveu à realização do Congresso de 1880 é discutível. Na verdade, o Museu foi apressadamente inaugurado ainda no decurso daquela reunião científica, mas a prova de que a sua fundação não se deveu exclusivamente ao referido evento pode ser facilmente demonstrada. Já anteriormente, desde 1877, Estácio vinha referindo na correspondência ora publicada, o interesse de Lisboa dispor de um Museu Arqueológico; e a colecção do Algarve serviria de embrião à fundação, na Academia das Ciências, dessa Instituição. Por outro lado, o Museu organizado na Academia de Belas Artes manteve-se aberto ao público até Junho do ano seguinte. Além disso, todas as iniciativas de Estácio junto do Director Geral da Instrução Pública, desde a preocupação com limitação dos espaços, até às propostas de autonomia funcional, administrativa e financeira, mostram que o que se pretendia era não só a manutenção da Instituição, à frente da qual se manteria, mas a sua própria afirmação, tornando-se progressivamente um Museu Arqueológico Nacional.

Residindo então no Algarve, compreende-se a dificuldade de intervenção directa de Estácio da Veiga sobre as matérias relativas ao Museu que fundara, chegando-lhe as informações em segunda mão e em diferido, como é o caso da que motivou a presente missiva, redigida provavelmente em 1883, na sequência do pedido que o Instituto Arqueológico do Algarve fizera por essa altura, para que se efectivasse a transferência do referido Museu para Faro. Esse pedido voltou a ser apresentado ao Governo em 1885, dado se referir, na notícia que dá conta do documento, publicada no jornal “Commercio de Portugal, a 2 de Dezembro de 1885, que se tratava “de uma antiga petição”. Ver Nota 173.

187 – Por esta indicação fica-se a saber que o então Presidente do Instituto Arqueológico do Algarve era o Bispo do Algarve. Estácio procurou, e conseguiu, a adesão das personalidades mais notáveis do Algarve para uma causa que era, obviamente mobilizadora dos naturais ou residentes, sem embargo do prestígio familiar e pessoal do animador deste verdadeiro movimento cívico: a refundação em Faro do Museu Arqueológico do Algarve, votada porém ao fracasso. Ver Nota 173.

Documento n.º 42 (Fig. 125)
Museu Archeologico do Algarve – Transferência para Faro (minuta de carta) – 05-07-1883

Exmo. Sr.

Constando-me que Sua Magestade El Rei houve por bem ordenar que o Museu Archeologico do Algarve, existente nas arrecadações da Academia Real de Bellas Artes, seja transferido para a cidade de Faro e entregue (188) ao Instituto Archeologico que fundei na mesma cidade, a fim de ser agora reorganizado no edifício do Seminário Episcopal com o máximo (189)

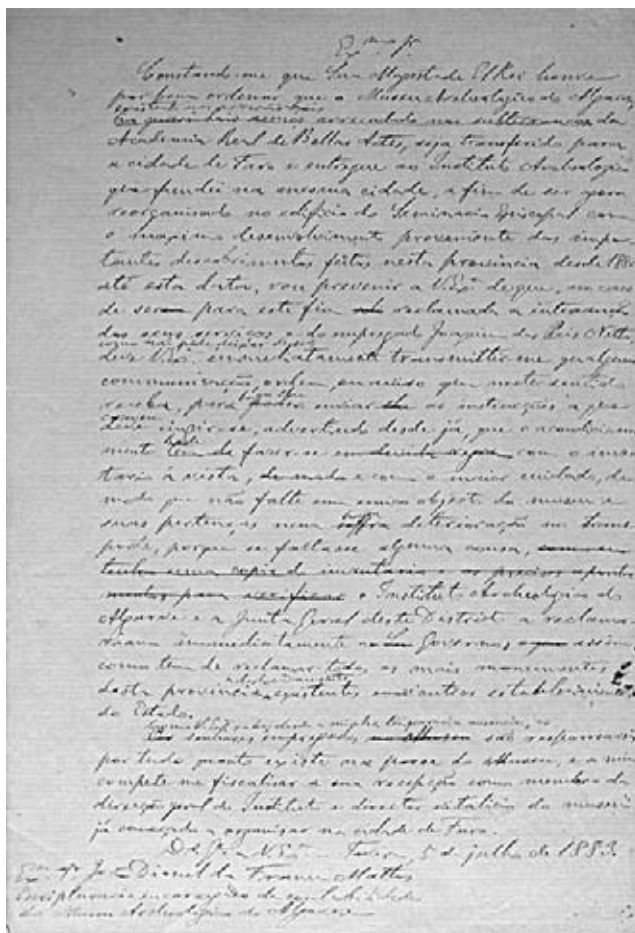


Fig. 125 – Documento n.º 42.

desenvolvimento proveniente dos importantes descobrimentos feitos nesta província desde 1880 até esta data, vou prevenir a V. Ex.^a de que, no caso de ser para este fim reclamada a intervenção dos seus serviços e do empregado Joaquim dos Reis Netto, como não póde deixar de ser, deve V. Ex.^a immediatamente transmittir-me qualquer comunicação, ordem, ou aviso que neste sentido receba, para logo lhe enviar as instrucções a que convem cingir-se, advertindo desde já, que o acondicionamento hade fazer-se com o inventario á vista, e com o maior cuidado, de modo que não falte um único objecto do museu e suas pertenças nem haja deterioração no transporte, porque se faltasse alguma cousa, o Instituto Archeologico do Algarve e a Junta Geral deste Districto a reclamariam immediatamente ao Governo, assim como tem de reclamar todos os mais monumentos desta província deslocadamente existentes em outros estabelecimentos do Estado. (190) (191) (192)

Como V. Ex.^a sabe desde a minha temporária ausência, os senhores empregados são responsáveis por tudo quanto existe na posse do Museu, e a mim compete-me fiscalisar a sua recepção como membro da direcção geral do Instituto e director vitalício do museu já começado a organizar na cidade de Faro. (193) (194)

Ds. Ge. a V. Ex.^a – Tavira, 5 de Julho de 1883.

Exmo. Sr. João Dionel da Franca Mattos

Escriturario encarregado da contabilidade do Museu Archeologico do Algarve.

Notas

188 – Tal como se verificou em missiva anterior, a Estácio, então residindo no Algarve, chegavam apenas informações verbais, e em segunda mão, dos acontecimentos que se desenrolavam em Lisboa, dando origem a distorções e imprecisões, como se verifica no caso presente. Com efeito, El-Rei jamais chegou a ordenar em 1883, ano da redacção do presente documento, o envio dos espólios do Museu Arqueológico do Algarve para Faro. O que se sabe é que, na sequência de um pedido do Instituto Arqueológico do Algarve nesse sentido, o Ministério do Reino solicitou informação sobre tal pretensão à Academia de Belas Artes a qual, a 16 de Julho de 1883 nomeou uma comissão para elaborar parecer, naturalmente desfavorável ao pretendido, mantendo-se o Museu encaixotado nos esconsos da Academia de Belas Artes. Ver Nota 173.

189 – A hipótese de o Museu vir a ser organizado no Seminário Episcopal tinha, por certo, o apoio das autoridades eclesiásticas, a começar pelas que compunham a direcção do Seminário, que aliás se encontrava bem representado nos corpos directivos do Instituto Arqueológico do Algarve (ver PEREIRA, 1981, Documento n.º 33). Tal hipótese, porém, não vingou; em 1886 foram apreciadas pela Câmara Municipal de Faro outras alternativas, também respondidas negativamente. Ver Nota 173.

190 – Trata-se das explorações das necrópoles de Aljezur e de Alcalar e da estação de Torre dos Frades, que lhe proporcionaram notáveis descobertas e espólios copiosos, recorrentemente referidos em notas anteriores.

191 – O destinatário desta missiva, João Dionel da Franca Mattos era o escriturário do Museu, sendo servente do mesmo, o individuo citado nesta passagem, Joaquim dos Reis Netto. Ambos ingressaram como funcionários da Academia de Belas Artes, depois de definitivamente encerrado o Museu do Algarve nos esconsos daquela Academia em Agosto de 1881. A última folha de pagamento do Museu respeita ao mês de Setembro de 1881, passando, a partir de 1 de Outubro, a serem ambos pagos com verbas alocadas à Academia. Não foram, pois, atingidos pelo desemprego, que a Estácio tanto repugnou. Ver Nota 167.

192 – O inventário que Estácio refere é o que se encontra em parte publicado em fac-simile, intitulado “Inventario do

Museu Archeologico do Algarve e suas pertenças incluindo as collecções depositadas pelo seu fundador Sebastião Phillipés Martins Estacio da Veiga em 15 de Março de 1883”. A letra do documento não é a do arqueólogo algarvio, o que se explica, porque nessa altura ele residia largas temporadas no Algarve. Certamente que foi o antigo escriturário, auxiliado pelo antigo servente do Museu, a elaborarem o dito inventário, como aliás era desejo, tanto da direcção da Academia de Belas Artes, como do arqueólogo algarvio. Ver Nota 164.

193 – A referência à sua “temporária ausência” diz muito do ânimo Estácio, nunca dando a imagem do derrotado na questão que o opôs à Academia de Belas Artes, a quem fora entregue oficialmente pelo Governo o Museu Archeológico do Algarve, em Outubro de 1882 (PEREIRA, 1981, Documento n.º 32). A partir desta data, Estácio passou a residir largas temporadas no Algarve.

194 – A alusão “a director vitalício do museu já começado a organizar na cidade de Faro” não era uma fantasia, como à primeira vista poderia parecer: trata-se de uma afirmação de autoridade e de certeza num projecto que, como sabemos, não vingou, mas que tinha o objectivo de intimidar os seus antigos empregados, no sentido de levarem muito a sério as instruções contidas na presente missiva.

Documento n.º 43 (Fig. 126)

Museu Archeologico do Algarve. Pedido de devolução de espólios. Minuta de carta redigida por Estácio da Veiga em nome de J. J. Júdice dos Santos – 03-1884

Carta do Sr. Juidice dos Santos ao Dr. Pereira da Costa – Lisboa (nota manuscrita no canto superior esquerdo da folha)

Ill^{mo}. e Ex^{mo}. S^r.

Fundou-se na cidade de Faro o Instituto A. do Algarve e a direcção geral, determinando estabelecer o seu museu no edificio do seminário episcopal, convocou para este fim todos os collectores de antiguidades desta provincia, solicitando-lhes o deposito das suas collecções. (195)

Reconhecendo a conveniência de se aproveitarem os numerosos objectos de diversas épocas encontrados no Algarve para a organização do museu provincial, que havia alguns annos estava projectado, sendo eu um dos mais decididos amadores desta idéa, julgo-me duplamente obrigado a contribuir com os meus esforços para a sua realisação.

Tendo-me pois pronunciado por este pensamento, sympathico para toda a provincia, e recebendo agora a solicitação constante do officio que remetto a V. Ex.^a, julgo-me obrigado

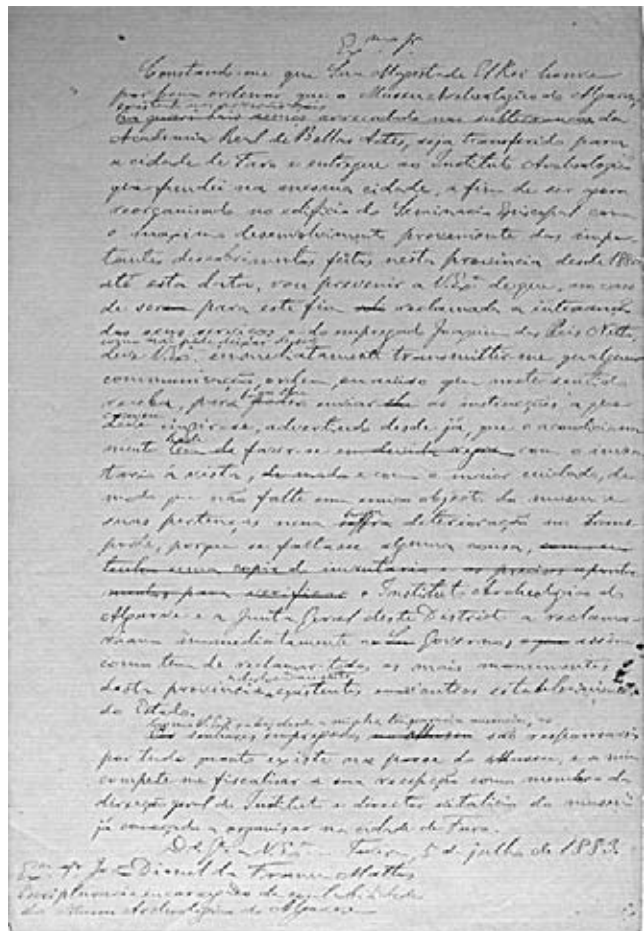


Fig. 126 – Documento n.º 43 (1.ª página).

por circunstancias da maior ponderação a annuir ao pedido que me faz a direcção geral do instituto, composta de respeitáveis comprovincianos, e amigos pela maior parte antigos, a quem sou devedor de muita consideração, ao passo que também sinto o maior desejo de poder contribuir para que o museu archeologico do Algarve corresponda aos fins da sua instituição.

Bem pode o judicioso discernimento de V. Ex.^a comprehender a obrigação em que me vejo de concorrer promptamente com as minhas collecções para que os homens que estão gerindo o mencionado instituto e a provincia inteira não me irroguem a censura, a que não poderia escapar, se não annuisse ao fraternal apoio que me reclamam, animados de intuitos os mais generosos e patrióticos; e por isso espero merecer a V. Ex.^a as suas costumadas benevolências, dispensando-me os objectos, que mui gostosamente depositei no museu que V. Ex.^a tem a seu cargo. (196)

Por não poder nesta occasião ir a Lisboa para pessoalmente me occupar deste assumpto, vou rogar a V. Ex.^a se digne ordenar o acondicionamento em caixas pregadas de todos os meus objectos, os quaes serão procurados com uma auctorisação minha por escripto por Joaquim dos Reis Netto, empregado na academia de bellas artes, ao qual nesta data (197) encarrego de me indicar o numero e medida dos volumes para poder contractar em Faro ou Tavira o seu transporte.

O mencionado individuo irá brevemente apresentar-se a V. Ex.^a para saber quando poderá ir tomar as notas de que o encarrego, e voltará para receber os referidos volumes, e entregar para este fim a minha auctorisação por escripto, logo que esteja de partida o barco do transporte. (198)

Creia V. Ex.^a que se não fossem os motivos acima expendidos, a mais ninguém nessa cidade confiaria os objectos da minha collecção de antiguidades, ainda mesmo que o governo, ou qualquer sociedade scientifica, estranha ao Algarve, m'os solicitasse, por isso que sempre julguei, que só em poder de V. Ex.^a os podia ahi ter com a maior segurança. (199)

Espero portanto que V. Ex.^a queira considerar como bem justificada esta deliberação, a que me vi obrigado, continuando a honrar-me com a sua consideração e a receber os protestos do meu respeito.

Com todas as atenções devidas ás nobilissimas qualidades de V. Ex.^a, tenho a distincta honra de subscrever-me

De V. Ex.^a

rev.^{te}. Adm.^{or.}, servo obd.^{te}. e am.^o obriga.^{mo}.

Mexilhoeira de Carregação, de Março de 1884.

J. J. J. dos Santos

Notas

195 – Trata-se de uma minuta escrita em Março de 1884, por Estácio da Veiga, mas destinada a ser assinada por Joaquim Júdice dos Santos, proprietário dos espólios archeológicos que se pretendiam agora reaver para o Museu do Instituto Archeológico do Algarve. Tais materiais foram retirados pelo coleccionador algarvio, na altura do encerramento do Museu Archeológico do Algarve, e remetidos pelo próprio para o Museu instalado na Escola Politécnica, dirigido pelo antigo membro co-director da Segunda Comissão Geológica, Francisco Pereira da Costa, a quem a missiva seria dirigida. Estácio da Veiga explica as razões que levaram o coleccionador algarvio, em seu nome, a retirar os seus espólios da Academia de Belas Artes (VEIGA, 1887, p. 358), certamente depois da realização do inventário de 15 de Março de 1883 (menos provavelmente depois da realização do inventário de 2 de Dezembro de 1885). Ver Nota 164.

196 – Francisco Pereira da Costa notabilizou-se pela publicação de uma série de estudos archeológicos, na década de 1860, alguns dos quais deixou infelizmente incompletos. Há muito desligado da archeologia, o museu de que era responsável continha as preciosas colecções archeológicas oriundas da Segunda Comissão Geológica, em resultado da sua extinção, em finais de 1868, as quais nunca foram devolvidas à instituição, quando esta se reorganizou, em 1869, a par de outras, obtidas por oferta ou por trabalhos de campo efectuados por colectores da instituição. Ver Nota 37.

197 – Trata-se do antigo servente do Museu Arqueológico do Algarve, que transitou, a partir de 1 de Outubro de 1882, para o serviço da Academia de Belas Artes. Ver Notas 167 e 191.

198 – A colaboração deste antigo funcionário do Museu Arqueológico do Algarve com o seu antigo director, ou pelo menos com os seus colaboradores e amigos, mostra que, embora tenha sido doloroso para Estácio da Veiga o encerramento do Museu por iniciativa dos seus inimigos, nestes não se incluía, naturalmente, este simples servente, apesar de ter passado a trabalhar para aqueles. As suas relações, bem como as do antigo escriturário do Museu, com o arqueólogo algarvio mantinham-se, como é indicado pela entrega ao ministério, e não na Academia de Belas Artes, do inventário por ambos concluído em Março de 1883. Ver Notas 164 e 192.

199 – Este parágrafo encontra-se cortado na minuta transcrita.

Documento n.º 44 (Fig. 127)

Museu Archeologico do Algarve – Apontamento de J. L. de Vasconcellos (não datado nem assinado)

Museu do Algarve

A conveniência que houve em 1880 para se ordenar a fundação do “Museu do Algarve”, Estácio. Antig. I, 16. Virá na Legislação de 1880? (200)

O Ministro do Reino incumbiu Estacio em 1880 de fundar o Museu do Algarve t. I, p. IX do prologo. Exploração no Algarve em 1882: p. IX “... em q.to não fui compelido a transferir o museu archeologico do Alg. q. na apertada e sombria arrecadação da Academia de Belas Artes”, ib. P. VII “enquanto o Museu esteve aberto ao publico”, ib. P. XII. “Estava na Academia em 1880. Ms. do ME. No mesmo ms. se diz que o Museu foi fundado “na parte do edificio em q. se acha Ac. Real de Belas Artes de Lisboa, em virtude de ordem do Ministério do Reino em 1 de Abril de 1880”. Foi aberto em 26 de Setembro de 1880, e mandado fechar em Junho de 1881, com ordem de ser transferido para outro lugar do mesmo edificio. (201)

Notas

200 – Trata-se de um conjunto de perguntas, escritas num pequeno pedaço de papel, com a letra inconfundível de J. Leite de Vasconcelos, que assim se questionava sobre certos fundamentos legais do Museu Arqueológico do Algarve, ou sobre as vicissitudes por este conhecidas, no decurso da sua curta existência. Compreende-se esta preocupação do fundador do Museu Etnográfico Português, já que viria a receber, por compra efectuada em Dezembro de 1893, a colecção particular de Estácio da Veiga, (L. C. C., 2004) e, em 1897 a colecção que constituiu o Museu

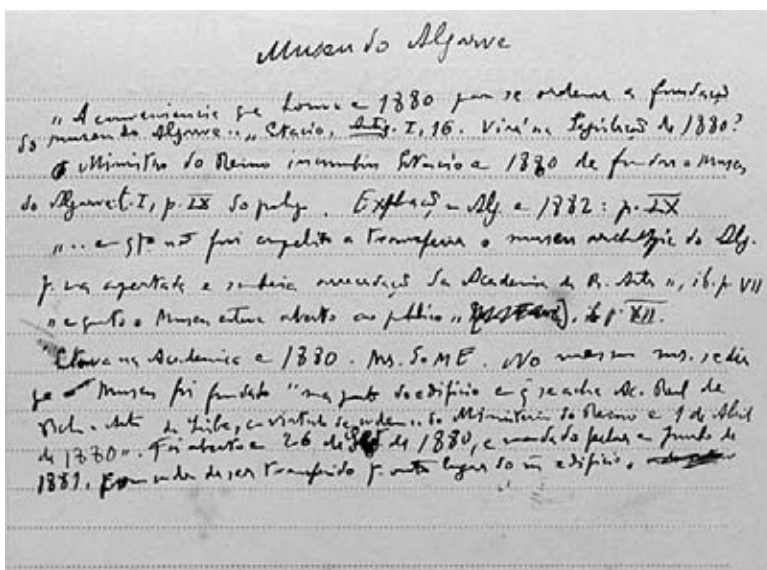


Fig. 127 – Documento n.º 44.

Arqueológico do Algarve, por superior determinação governamental. Pelo seu interesse, transcreve-se o ofício enviado a 10 de Março de 1897 à Academia de Belas Artes oriundo da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, assinado pelo Director Geral José Azevedo Castelo Branco:

“Comunico a V. Exa. que o Exmo. Ministro do Reino autorizou que fosse dada posse do Museu do Algarve, incluindo a collecção que pertenceu a Estácio da Veiga, ao Director do Museu Etnographico Portuguez José Leite de Vasconcellos, a fim de ser tudo incorporado neste museu onde já se acha também a outra parte da collecção algarvia que foi comprada pelo Governo aos herdeiros de Estácio da Veiga.

Deus guarde V. Exa.

Secretaria d'Estado dos Negócios do Reino em 10 de Março de 1897

O Director Geral

José Azevedo de Castelo Branco”

Assim terminava a existência obscura do opulento recheio do extinto Museu Arqueológico do Algarve nos esconsos da Academia de Belas Artes, desde a data da sua inauguração, sem pompa nem circunstância, a 26 de Setembro de 1880, passando pelo encerramento ao público, em Junho de 1881, até à sua definitiva entrega à referida Academia, em Outubro de 1885, depois da transferência para as instalações sombrias e húmidas dos baixos do edifício, em Agosto de 1881.

Importa, no entanto, referir, que, em 1892, já portanto depois do falecimento de Estácio, os referidos espaços se encontravam em recuperação, mas as obras foram suspensas quando estavam próximo do seu término, impedindo a instalação da colecção arqueológica, como era pretendido pela Academia de Belas Artes, em ofício assinado pelo seu Inspector, o conde de Almedina, ao Ministro do Reino, datado de 31 de Março de 1892 (PEREIRA, 1991, Documento n.º 39).

O envio em 1897 dos espólios arqueológicos da Academia de Belas Artes para o Museu Etnográfico Português, então alojado no edifício da Academia das Ciências de Lisboa, em espaços cedidos pela Direcção dos Trabalhos Geológicos de Portugal, junto da qual havia sido oficialmente criado (VASCONCELOS, 1915) foi antecedido da remessa dos “manuscritos acompanhados d'estampas que pertencem á obra de Estacio da Veiga”, como se lê no ofício dirigido a Leite de Vasconcelos que acompanhou o dito envio, assinado pelo mesmo Director Geral, a 15 de Fevereiro de 1897, recentemente publicado (CARDOSO, in VEIGA, 2006).

Da leitura daquele ofício, sabe-se que Leite de Vasconcelos já tinha solicitado, a 4 de Fevereiro desse ano, envio dos referidos documentos, o que conseguiu prontamente, depois de ter tido êxito na aquisição, em 1893, da colecção particular de Estácio, conservada na sua casa de campo em Cabanas da Conceição, Tavira (L. C. C., 2004), mercê do apoio político que obteve – certamente graças ao seu mérito científico e talento pessoal – junto de Bernardino Machado, então Ministro das Obras Públicas.

Nesse ano, afirmado já plenamente o seu prestígio, Leite de Vasconcelos conseguiu resolver eficientemente uma questão que, penosamente, ocupou os últimos dez anos de vida de Estácio, angustiando-lhe a existência: a criação oficial de um verdadeiro museu – o Museu Etnográfico Português – onde a arqueologia estava representada de pleno direito.

As dificuldades sentidas por Estácio até ao fim da vida encontram-se bem expressas na sujeição a que teve de submeter-se para a recuperação da pasta das plantas e desenhos de arqueologia algarvia, elaborados por si ou sob sua iniciativa, com o argumento óbvio que eram necessários à ilustração dos 3.º e 4.º Volumes das “Antiguidades”. A solicitação, dirigida ao Ministério do Reino em 1888 (os dois volumes em causa viriam, de facto, a ser publicados em 1889 e 1891), foi remetida para parecer à Academia e Belas Artes (PEREIRA, 1981, Documento n.º 38) pelo Director Geral da Instrução Pública, o antigo amigo e protector de Estácio, António Maria de Amorim, que assim outorgava àquela Instituição o direito de deliberar sobre o que não lhe pertencia...

Contudo, a preciosa pasta, encadernada com o título “Collecção de plantas e desenhos dos campos explorados para o reconhecimento das antiguidades monumentaes do Districto de Faro e para a comprovação parcial da Carta

Archeologica do Algarve organizada em virtude da ordem do Governo por S. P. M. Estácio da Veiga 1877-1878” (Capa e folha de rosto reproduzidos em PEREIRA, 1981, Fig. 12 e 13) não parece ter sido remetida ao arqueólogo algarvio. Com efeito, ela não é mencionada no processo de aquisição dos espólios arqueológicos que estavam em seu poder, avaliados em um conto de réis (L. C. C., 2004). Um artigo, apresentando o inventário das plantas e desenhos de mosaicos foi publicado por J. L. Saavedra Machado, em 1970 (MACHADO, 1970), mas o pleno aproveitamento desta preciosa fonte de informações, que Estácio não utilizou, só foi concretizado depois, por Maria Luísa Estácio da Veiga Affonso dos Santos (SANTOS, 1971, 1972).

Quanto à interrogação de Leite de Vasconcelos, sobre fundação do Museu vir “na Legislação de 1880”, sabe-se que a indigitação de Estácio da Veiga para “classificar e catalogar os Monumentos Archeologicos do Algarve” foi feita por simples despacho ministerial, a 1 de Abril de 1880, comunicado ao interessado e à Academia de Belas Artes, não se mencionando em nenhum de tais documentos a palavra “Museu” (PEREIRA, 1981, Documentos n.º 16 e 17). Como se disse anteriormente, o Museu Arqueológico do Algarve jamais teve existência legal. Ver Notas 86, 88, 117, 137, 142, 145, 153, 160 e 162.

201 – Estas observações de Leite de Vasconcelos, obtidas a partir da documentação deixada por Estácio da Veiga estão correctas e resumem a existência atribulada do Museu Arqueológico do Algarve.

Documento n.º 45 (Fig. 128)

Pagamento dirigido ao Director-Geral da Instrução Pública – 3 de Abril

N.º 10

Ill^{mo}. Ex^{mo}. Sr.

Precisando nesta villa receber com brevidade o subsidio correspondente aos primeiros 15 dias do corrente mez, e o restante na cidade de Tavira, mas só do dia 15 em diante, rogo a V. Ex.^a se digne dar a este respeito as competentes providencias, a fim de me serem remetidas as respectivas quantias por vales do correio e bem assim os recibos que devo devolver com a minha assignatura.

Conselh.^o Amorim em 3 de Abril.

Documento n.º 46 (Fig. 129)

Pagamento – 15-12-1877

N.º 74

Ao Cons.^o Amorim

Ministério do Reino, em 15 de Dez^{bro}. de 77 (nota manuscrita no canto superior esquerdo da folha)

Ill^{mo}. Ex^{mo}. Sr.

Em meu off.^o n.º 63 de 19 de Novembro ultimo participei a V. Ex.^a achar-se extincta a verba destinada ao pagamento dos meus subsídios, a qual chegou até 30 daquelle mez; e por isso ousou de novo rogar a V. Ex.^a se digne dar as precisas ordens para que o

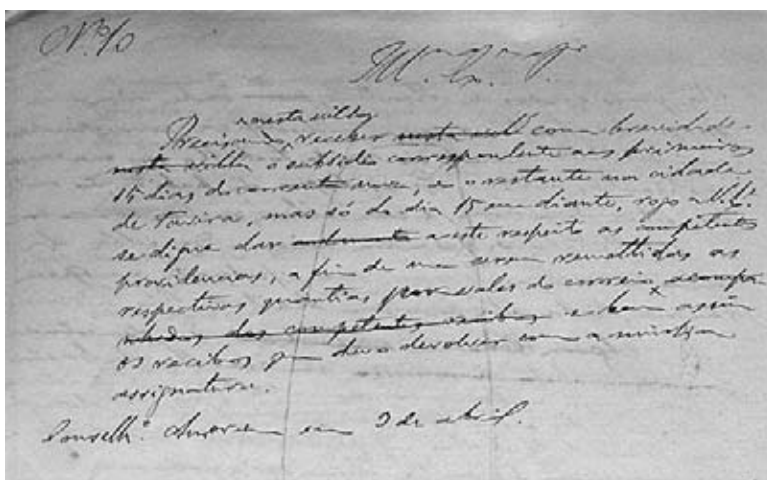


Fig. 128 – Documento n.º 45.

delegado do thesouro do districto de Faro seja com urgência authorisado a mandar-me pagar este mez, o de Janeiro e Fevereiro na recebedoria da comarca que por mim lhe for indicada, a fim de poder dar aos meus trabalhos a possível actividade.

Espero pois ter a honra de receber as ordens de V. Ex.^a no concelho de Lagoa, para onde tenciono partir no dia 17, por não ter mais que fazer no concelho de Loulé, e dever terminar nestes dois dias mais próximos o meu exame no de Albufeira. Em Lagoa mesmo pouca demora me parece poder ter, porque, feito o reconhecimento na secção marítima entre o Cabo do Carvoeiro e a Ponta do Altar, em Ferragudo, Estombar, Mexilhoerinha, Quintão, Loubite e Porches, devo logo seguir para Silves. (202)

D^s. G^c. Albufeira, 15 de dez^{bro}. de 77.

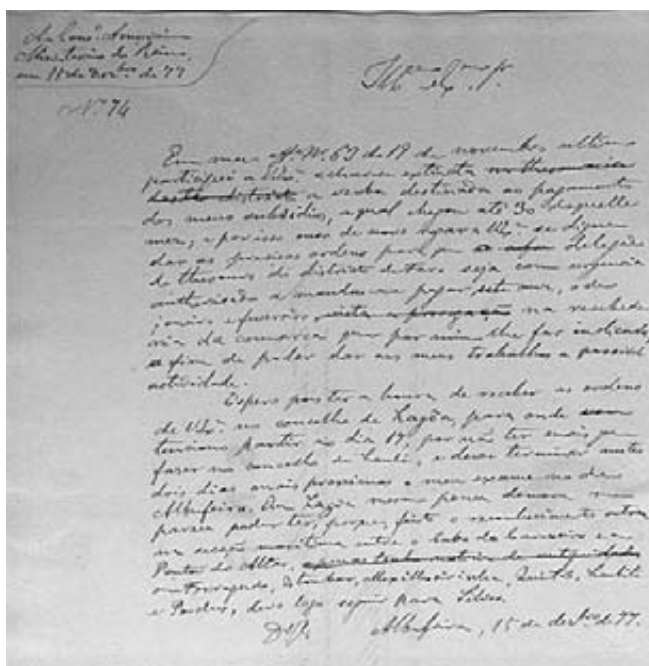


Fig. 129 – Documento n.º 46.

Notas

202 – Trata-se de pagamentos que deveriam ser satisfeitos no âmbito do contrato assinado por Estácio com o Governo a 15 de Janeiro de 1877, segundo critérios definidos nesse documento, que não se localizou, para a execução da carta arqueológica do Algarve. As indicações das localidades permitem seguir a progressão do reconhecimento de terreno, feito de Este para Oeste, percorrendo os sucessivos concelhos algarvios. Ver-se-á que a prevista rapidez na realização do trabalho nos concelhos mencionados não se confirmou.

Documento n.º 47 (Fig. 130)

Pedido de pagamento – 28-01-1878

N.º 82

Delegado do Thesouro – Faro

Em 28 de Janeiro de 78.

Ill^{mo}. Ex^{mo}. Sr.

Vou rogar a V. Ex.^a se digne transmittir as suas ordens ao recebedor da comarca da Villa Nova de Portimão para que me pague em 1 de Fevereiro, ou quando me apresentar, os meus subsídios pertencentes áquelle e a este mez, na importância de 270\$000 réis. (203)

D^s. G^c. a V. Ex.^a - Silves, 28 de Janeiro de 78. (204)

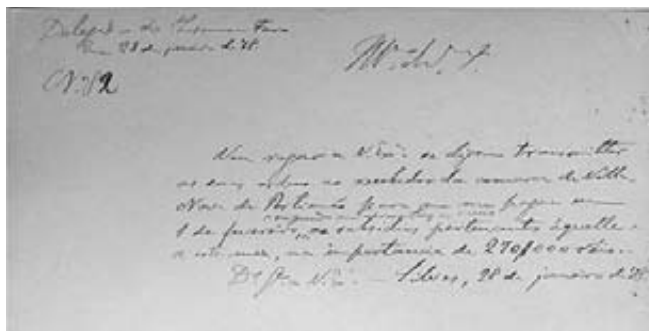


Fig. 130 – Documento n.º 47.

Notas

203 – Já na missiva anterior, redigida em Albufeira, Estácio solicitava ao Director Geral da Instrução Pública que lhe fossem pagos antecipadamente os meses de Janeiro e de Fevereiro de 1878, agora com a indicação de que o pagamento deveria ser efectuado em Portimão. Os 270.000 réis respeitantes a dois meses de trabalho eram soma importante para a época, correspondendo em moeda actual a cerca de 8100 euros.

204 – Verifica-se que Estácio, no seu reconhecimento do Algarve, caminhando de oriente para ocidente, tinha chegado ao concelho de Silves a 28 de Janeiro de 1878, faltando-lhe ainda o levantamento da parte mais ocidental do Algarve.

Documento n.º 48 (Fig. 131)

Pagamento – 17/07/1878

Copia de telegramma (letra de Estácio da Veiga, no canto superior esquerdo da folha)

17 de Julho de 1878

Recebedor de Tavira – Queira pagar a Sebastião Philippes Martins Estacio da Veiga 207000 reis gratificação de 16 a 21 de Maio e mez Junho ultimo, como encarregado indagação e reconhecimento dos monumentos archeologicos nas proximidades de Tavira e margens do Guadiana passando recibo modelo 14 e ordem do Ministério do Reino n.º 773. (205)
L. S. Pelo Delegado do Thesouro, o official – António Avelino.

Notas

205 – A avultada quantia de 207.000 réis (cerca de 6200 euros) paga a Estácio da Veiga respeitante a um mês e uma semana de trabalhos de campo, confirmam pagamentos certamente acima do praticado na época para uma actividade técnica de exigência semelhante à desenvolvida por Estácio, o que terá certamente agravado a inveja de outros, que julgavam poder substituir com vantagem o arqueólogo algarvio ou, simplesmente, admitiam ter havido favorecimento na sua nomeação. Em Julho de 1878 verifica-se que Estácio já se encontrava outra vez no sotavento algarvio, certamente em trabalhos complementares para a sua carta arqueológica.

Documento n.º 49 (Fig. 132)

Projecto de inquérito arqueológico – 05/02/1877

Districto de Faro

Concelho de

Sebastião Philippes Martins Estacio da Veiga, Moço Fidalgo com exercício no Paço, Commendador da Real Ordem de Isabel a Catholica, Sócio Correspondente da Academia Real da Sciencias, da Sociedade de Geographia de Lisboa, etc. estando encarregado por

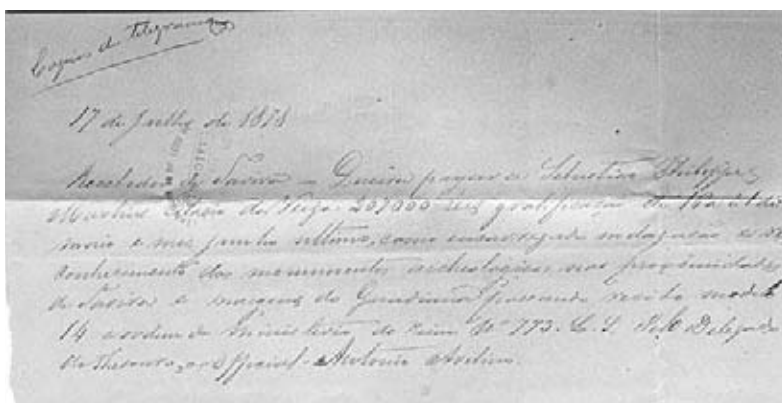


Fig. 131 – Documento n.º 48.

Portaria do Ministério do reino de 11 de Janeiro de 1877 de proceder ao reconhecimento directo de varias antiguidades monumentaes nos districtos de Beja e de Faro, e bem assim da revisão da Carta Archeologica do Algarve, pede os esclarecimentos seguintes:

1º Consta terem sido descobertos, em determinadas condições geológicas, alguns vestígios humanos, ou artefactos, que possam referir-se á época da formação dos respectivos depósitos?

2º Há no concelho algumas grutas, cavernas ou furnas?

3º Pode indicar-se algum logar em que haja Antas inteiras ou em ruínas, ou quaesquer outros monumentos de pedra tosca isolados, grupados em alinhamentos, ou formando circuitos?

4º Podem ser nomeados alguns sítios em que se tenham achado instrumentos de pedra lascada, e de pedra polida aquelles vulgarmente denominados pedras de raio, indicando-se ao mesmo tempo os individuos que os possuem?

5º Há noticia de sítios em que se tenham encontrado instrumentos ou utensílios antigos de cobre, bronze ou de qualquer outro metal?

6º Há no concelho algum campo metallifero, ou mina com indícios de trabalho antigo, onde conste haverem-se achado diversos artefactos?

7º Há noticia de logares, onde se tenham verificado vestígios de edificios antigos arrazados, signaes de canalização antiga, de arruamentos calçados, de estradas desconhecidas, de marcos milliarios, de bases, fustes e capiteis de columnas, de cornijas ornamentadas, de estatuas, de fontes, etc.?

8º Em que sítios têm apparecido sepulturas antigas, isoladas ou formando campos mortuários, com ossos humanos ou sem elles, e contendo objectos de louça, de vidro, metaes, de âmbar etc.?

9º Em que logares há pedras com letreiros antigos e quem são os seus possuidores?

10º Em que sítios consta terem apparecido moedas antigas, e quem as tem colligido?

11º Há edificios públicos ou particulares, que no seu revestimento externo manifestem fragmentos de monumentos architectonicos?

12º Podem ser designados alguns logares em que se tenham descoberto construcções subterrâneas, das vulgarmente chamadas talhas ou celleiros mouriscos, cisternas, ou quaesquer outras?

13º Há alguma fortificação antiga ou vestígios della dentro dos limites do concelho?

14º Entre os monumentos posteriores à fundação da monarchia quaes são considerados como mais antigos e notáveis, e quaes aquelles em que se observam inscrições abertas em caracteres menos conhecidos?

(207)

15º Pode ser designado algum amator de antiguidades, que se saiba ou conste ter feito estudos respectivos aos campos do concelho e colligido objectos archeologicos?

Obs. = cada logar, dos que forem designados como sedes de antiguidades de qualquer época,

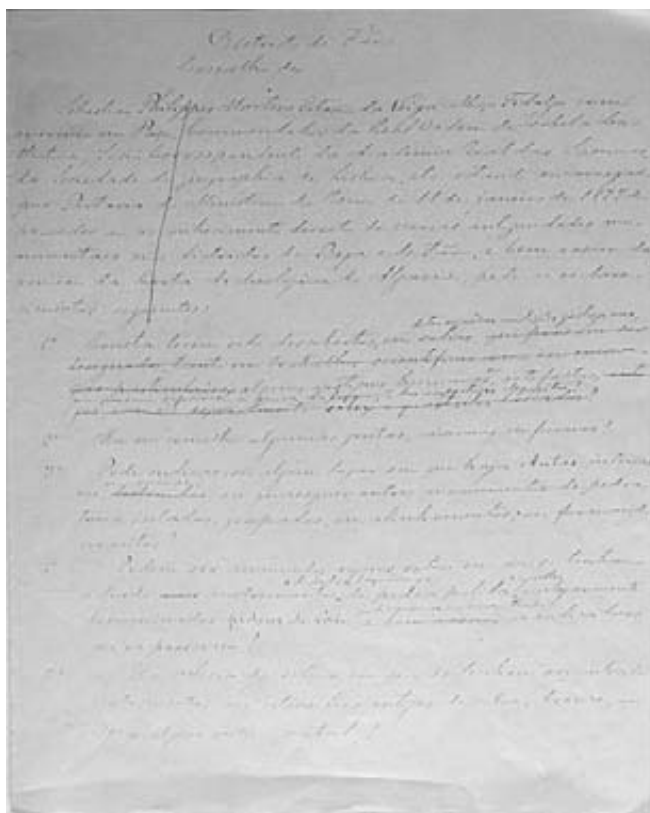


Fig. 132 – Documento n.º 49 (1.ª página).

convem que seja indicado com o seu nome local, com o nome do proprietário, e com a orientação geographica e distancia em referencia á sede do concelho.

Lisboa, 5 de Fevereiro de 1877.

Notas

206 – Este projecto de inquérito arqueológico elaborado para o Algarve, foi preparado, tal como o dedicado a Mértola, atrás transcrito, antes de Estácio iniciar os trabalhos de campo: com efeito, o documento está datado de 5 de Fevereiro de 1877, quando se sabe que os trabalhos de campo só se iniciaram, em Mértola, a 3 de Março. A estratégia de Estácio era clara: dispondo de pouco tempo para a realização dos trabalhos de campo, pois que inicialmente se previam apenas quatro ou cinco meses para tal, com término no mês de Junho ou Julho de 1877, havia que aproveitar bem o tempo. Assim, antecedendo a sua presença no terreno, Estácio pretendia recolher e seleccionar previamente, com base neste inquérito, as informações arqueológicas mais relevantes de cada um dos concelhos que sucessivamente deveria visitar. Tal inquérito destinava-se às pessoas mais esclarecidas, designadamente amadores de antiguidades, coleccionadores, simples curiosos, incluindo párocos e autoridades locais. Munido assim de um programa previamente delineado, poderia pô-lo em prática logo que chegado a cada um dos terrenos de estudo. Por outro lado, teve sempre o cuidado de preparar, caso a caso, a componente logística das estadas, prevenindo, para o efeito, em caso de necessidade, os administradores dos concelhos visitados, para que lhe providenciassem alojamento e outros apoios. Por último, o apoio técnico às suas pesquisas de terreno era fornecido pela direcção das obras públicas do distrito de Faro, a quem Estácio recorria para a obtenção de condutores, como Francisco de Paula Serpa, que muito o ajudou na parte do sotavento algarvio e a quem, como a João Nunes Faria, seu “fiel apontador em todos os trabalhos de reconhecimento geral do Algarve” (VEIGA, 1891, p. 101), Estácio jamais se esqueceu de agradecer, nas páginas das “Antiguidades”.

Estas colaborações preciosas estendiam-se à disponibilização de trabalhadores para as escavações, no caso cantoneiros das obras públicas, também fornecidos por aquela Direcção, os quais chegaram a ultrapassar a centena aquando das vastas escavações efectuadas em 1877 na notável *villa* romana de Milreu, freguesia de Estói, as quais foram noticiadas na imprensa da época. Note-se que, enquanto delegado do Governo, Estácio recorria frequentemente, como interlocutor e intermediário nas pretensões junto das autoridades locais, ao representante do mesmo no distrito, o Governador Civil, que, com a sua autoridade, aplanava potenciais dificuldades. Em resumo, verifica-se que a estratégia de Estácio para levar a bom termo o seu trabalho foi cuidadosamente concebida, sempre com os ajustamentos que cada caso particular requeria (CARDOSO & GRADIM, 2004). Ver Nota 8.

207 – Verifica-se que o conceito que Estácio detinha do limite cronológico das ocorrências que deveriam ser consideradas em termos de carta arqueológica não se esgotava no final da antiguidade clássica, atingindo o estabelecimento da monarquia portuguesa no Algarve: com efeito, Estácio foi o pioneiro da arqueologia islâmica em Portugal, mercê dos seus trabalhos e descobertas, que porém, com excepção de Mértola, não teve tempo de publicar; destinava-os, provavelmente ao VI e último volume das “Antiguidades”, depois do estudo dos vestígios do período visigótico. Chegou a preparar estampas, fotografando os exemplares considerados mais representativos. Ver Nota 7.

Documento n.º 50 (Fig. 133)

Progresso dos trabalhos de campo da Carta Arqueológica do Algarve (minuta da Carta dirigida ao Director-Geral de Instrução Pública) - 25-06-1877

Conselheiro Amorim em 25/6-77.

Ill^{mo}. Ex^{mo}. Sr.

Não me foi possível responder immediatamente á honrosa carta de V. Ex.^a, porque o grande trabalho que tive até o dia 23 nas famosas quintas da Torre d'Ares, das Antas e do Arrôio, e d'outros logares da mesma região balsense, tanto de exploração como de levantamento de plantas de vários edificios e de um vasto cemitério romano até então (208)

desconhecido, chegou a impedir-me não poucas vezes, o próprio descanso de que carecia em meio de tão aturadas fadigas. Hoje porém, que acabo de regressar a Tavira para começar a encaixotar os numerosos objectos que obtive, entre os quaes há cousas dignas do maior apreço e do nosso futuro museu académico, vou cumprir o meu dever, aproveitando (209)

alguns momentos deste dia para escrever a V. Ex.^a, por isso que amanhã de madrugada tenciono partir para Santa Luzia e correr o resto desta riquíssima região archeologica examinando as quintas do coronel Freire, do Trindade, e a das Pedras, para em seguida passar á freguesia de Sto. Estêvão, onde me indicam haver muitas antiguidades em vários sitios próximos, como são o Paul, S. Govito, Pés da Serra, Manjovos (Mons-Jovis), Poço do Valle, Mont'água, Thesouro, Quintão, Sinagoga, Igreja, Asseca, Malhão, Marco, Alcarias, Torre, Casas Juntas e Boa Vista.

Direi pois a V. Ex.^a, que até o fim de Julho não é possível examinar todo o resto do Algarve, para assim ficar completa a Carta Archeologica desta provincia, mas sim adiantar-se muitíssimo, porque logo que me veja livre da extensa região (210)

balsense, passarei ao concelho de Olhão para estudar o grande cemitério romano de Marim, e verificar as antiguidades que me consta haver nos Serros de S. Miguel e da Cabeça, o sitio de Bias, a Torre Velha, de que Resende cita uma inscrição romana, e dahi seguir logo para a sede do districto, onde há estudos de muita importância a fazer, tanto em Faro como em Estói e Milreu, onde há pouco tempo foram descobertas algumas estatuas, certamente pertencentes a Ossonoba, e as quaes presumo poderem ser adquiridas pelo Estado. (211)

Finalmente, quando o Exmo. Ministro entenda não poder mandar acabar tudo na presente conjunctura (que seria a melhor, por estar a terra inteiramente liberta), convem todavia que haja agora mais alguma prorogação de prazo, ao menos para se deixar n'um estado tal de adiantamento, que com um pequeno sacrificio depois se consiga acabar o mais bello e grandioso trabalho que deste género se tem officialmente emprehendido em Portugal.

Eu não ousou calcular o tempo que seria absolutamente preciso para eu ter a satisfação de poder levar á presença do Governo a minha Carta Archeologica conscienciosamente organizada, revista, e documentada, com os

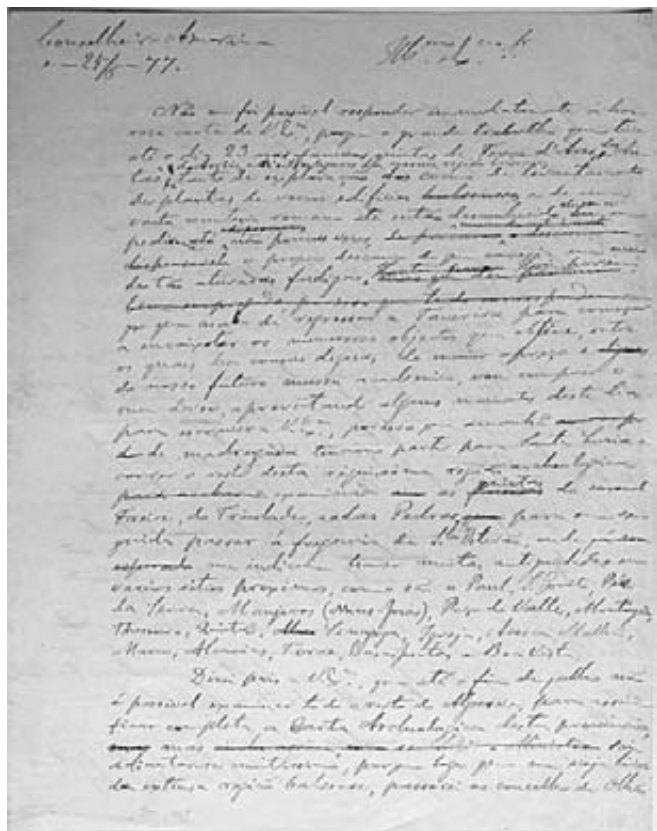


Fig. 133 - Documento n.º 50 (1.ª página).

monumentos que devem ser os primordiais fundamentos de um museu archeologico nacional constituído em devida regra e por sua rigorosa ordem geographica; mas quero persuadir-me que com pouco mais de dois mezes seria possível chegar-se a conseguir o fim desejado. (212)

Se o illustradissimo Ministro, porém, deliberar que não haja mais prorrogação alguma, rogo a V. Ex.^a que por um telegramma se digne assim participar-m'o, ficando eu entendendo que o trabalho prosegue, se até o dia 30 do corrente não receber esta comunicação.

Apresento a V. Ex.^a o meu mais particular agradecimento pela obsequiosa remessa dos cinco exemplares do opúsculo respectivo á Tabela de Aljustrel. (213)

25 de Junho de 77.

Notas

208 – Verifica-se que, na segunda metade do mês de Junho de 1877 Estácio ainda permanecia no sotavento algarvio, quando era suposto ter o seu trabalho praticamente terminado, dado o prazo ajustado com Governo terminar no final desse mês, ou em Julho. Contudo, tal situação era claramente justificada, dado o grande volume de trabalho que o esperava na área de Tavira.

209 – A expressão “nosso futuro museu académico” referia-se à criação de um Museu Arqueológico na Academia Real das Ciências de Lisboa, na qual, à época (Junho de 1877), Estácio se encontrava muito empenhado, e não ao que viria a ser organizado ulteriormente na Academia de Belas Artes. Ver Notas 21 e 72.

210 – A menção ao facto “que até ao fim de Julho não é possível examinar todo o resto do Algarve, para assim ficar completa a Carta Archeologica desta provincia (...)”, é importante, por indicar qual o limite temporal previsto para a realização do estudo de que fora incumbido pelo Governo, na falta do documento contratual respectivo, que não se conhece.

211 – As estatuas a que se refere, descobertas em Milreu, não são romanas, mas muito posteriores, tendo sido ulteriormente leiloadas e adquiridas por Estácio. Ver Nota 91.

212 – O “museu archeologico nacional” a que se refere Estácio, é o que pretendia ver constituído na Academia Real das Ciências de Lisboa, como se indica na Nota 209. Nesta passagem da missiva, Estácio já não se compromete a indicar ao Director Geral da Instrução Pública qualquer prazo para a conclusão da carta arqueológica do Algarve. Houve claramente um erro de cálculo na previsão de o trabalho, que jamais poderia estar concluído até final Junho ou Julho. A partir desta data, Estácio, que optou por não aligeirar os seus trabalhos de campo, sabendo que a oportunidade de realizar extensas escavações não se repetiria, recorreu sistematicamente a pedidos de prorrogação dos prazos, sucessivamente dilatados, até finais de 1878.

213 – Refere-se ao opúsculo publicado nesse ano por Augusto Soromenho (SOROMENHO, 1877), com quem Estácio teve grave litígio a propósito do estudo do notável monumento epigráfico romano que é a tábula romana de bronze achada e 1876 nos escoriais da mina dos Algarves, em Aljustrel, minuciosamente descrito no trabalho que ulteriormente publicou (VEIGA, 1880 b). Ver Notas 21 e 25.

Documento n.º 51 (Fig. 134)

Progresso dos trabalhos de campo da Carta Arqueológica do Algarve (minuta de carta dirigida ao Director-Geral de Instrução Pública) - 19-11-1877

N.º 62

III^{mo}. Ex^{mo}. Sr.

Os productivos trabalhos do concelho de Faro, foram terminados com a aquisição de dois monumentos romanos, que mandei extrair da ermida de S. Romão, pertencente á freguesia de S. Braz; e os do concelho de Loulé devem também terminar esta semana, tendo estes custado pouquíssima despeza. (214)

Vou por isso brevemente partir para o próximo concelho de Albufeira, onde julgo haver mui pouca demora; dali seguirei logo para o concelho de Silves, e com este andamento, agora muito mais rápido, chegarei ao fim da provincia passado pouco tempo. (215)

Parece-me que muito convem não interromper agora uma obra que tanto trabalho e sacrificios tem custado, porque as grandes dificuldades podem considerar-se vencidas.

Tenho portanto a honra de propor a V. Ex.^a a continuação deste serviço, superior a tudo quanto neste ramo de estudos se tem officialmente emprehendido, a fim de que V. Ex.^a se digne submitter esta proposta á sabia decisão do nosso illustradissimo ministro, cujas ordens anciosamente espero.

As febres intermitentes que soffri em Estói, e as muitas fadigas a que estes trabalhos me obrigam noite e dia, não me permittiram ainda redigir uma noticia circunstanciada dos importantes descobrimentos do Milreu, de que se tem occupado uma parte da imprensa (Fig. 135 e 136). Melhor será talvez envia-la a V. Ex.^a quando poder ser acompanhada da planta do largo campo em que ficaram á vista nobilissimos edificios, sob a vigilância e guarda dos cantoneiros da estrada districtal desde a minha ausência.

Na data de hoje estão entregues na Adm.^{ão} do Concelho de Tavira e no Governo Civil de Faro 65 caixotes com monumentos e outros objectos archeologicos e vários monumentos avulso, além dos que estão reservados na quinta da Torre d'Ares, perto de Tavira e na quinta de Marim, próxima de Olhão.

O que já temos e o que espero ainda adquirir, sobretudo na região comprehendida entre Lagos e Silves, deve constituir o mais rico museu archeologico do paiz.

D^s. G^c. A V. Ex.^a - Loulé, 19 de Novembro de 1877

III^{mo}. Ex^{mo}. Sr. Conselheiro Dir^{or}. G^c. da Dir^{ção}. de Instrução Publica.

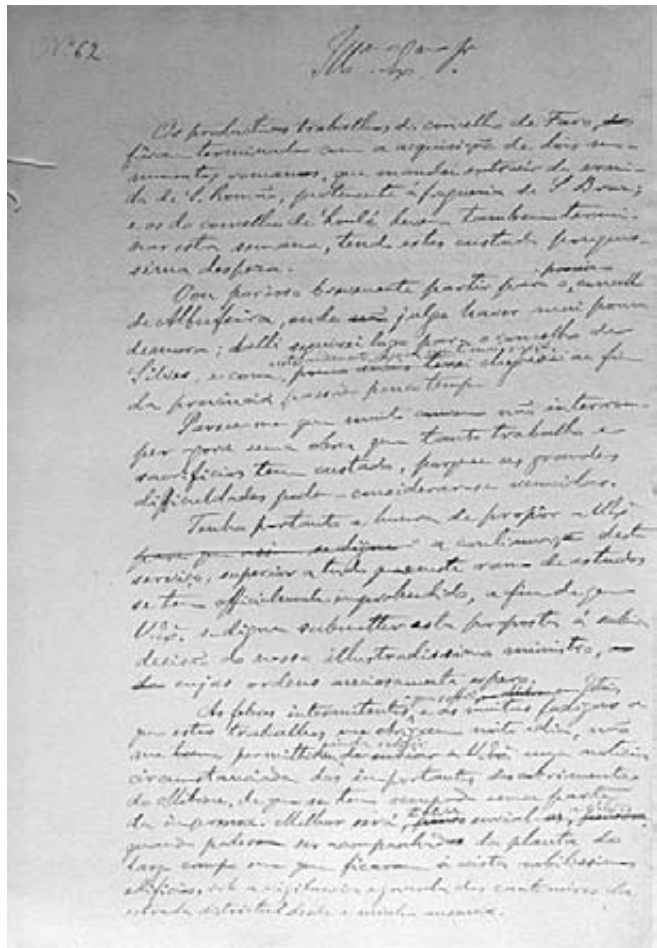


Fig. 134 - Documento n.º 51 (1.ª página).

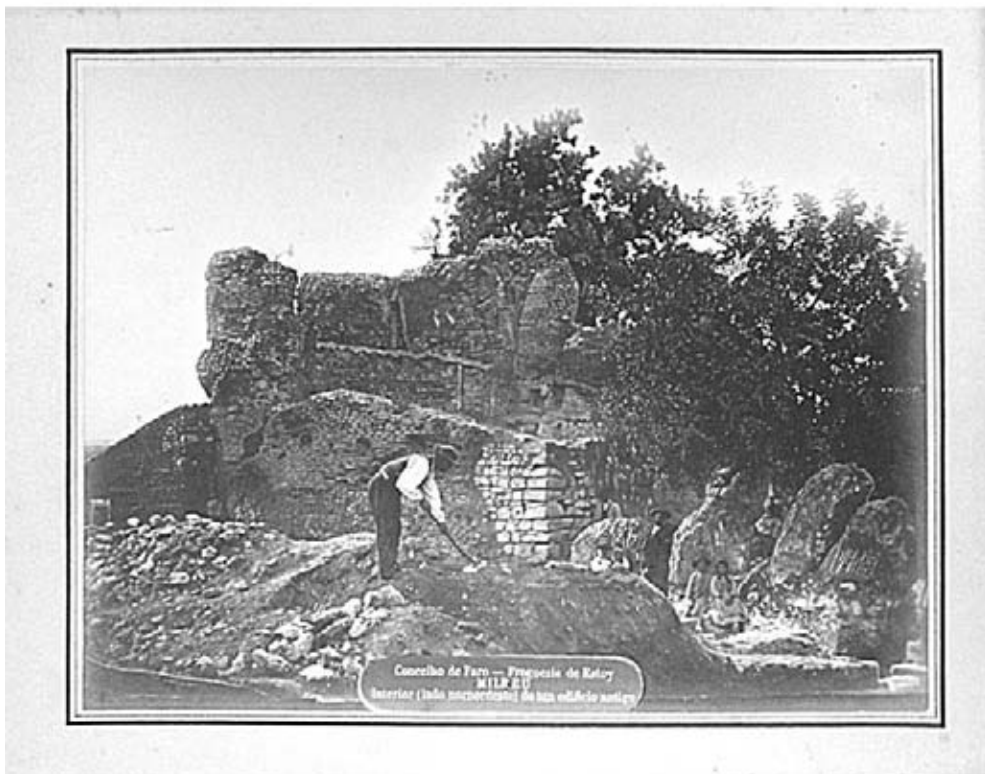


Fig. 135 – Fotografias das explorações de Estácio da Veiga na *villa* romana de Milreu.

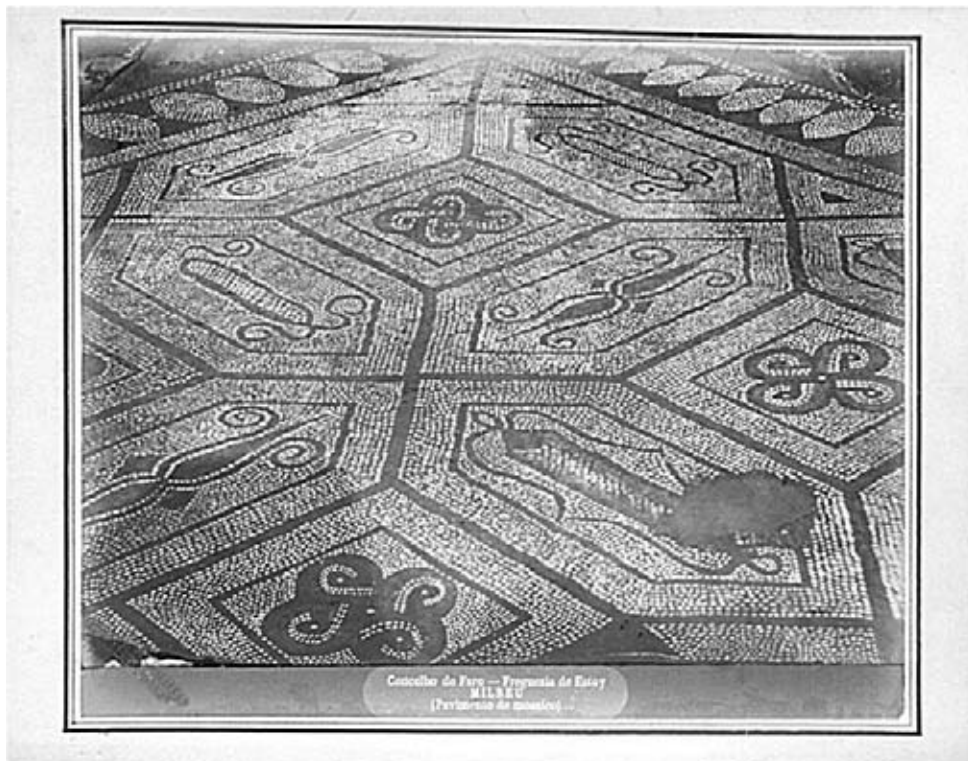
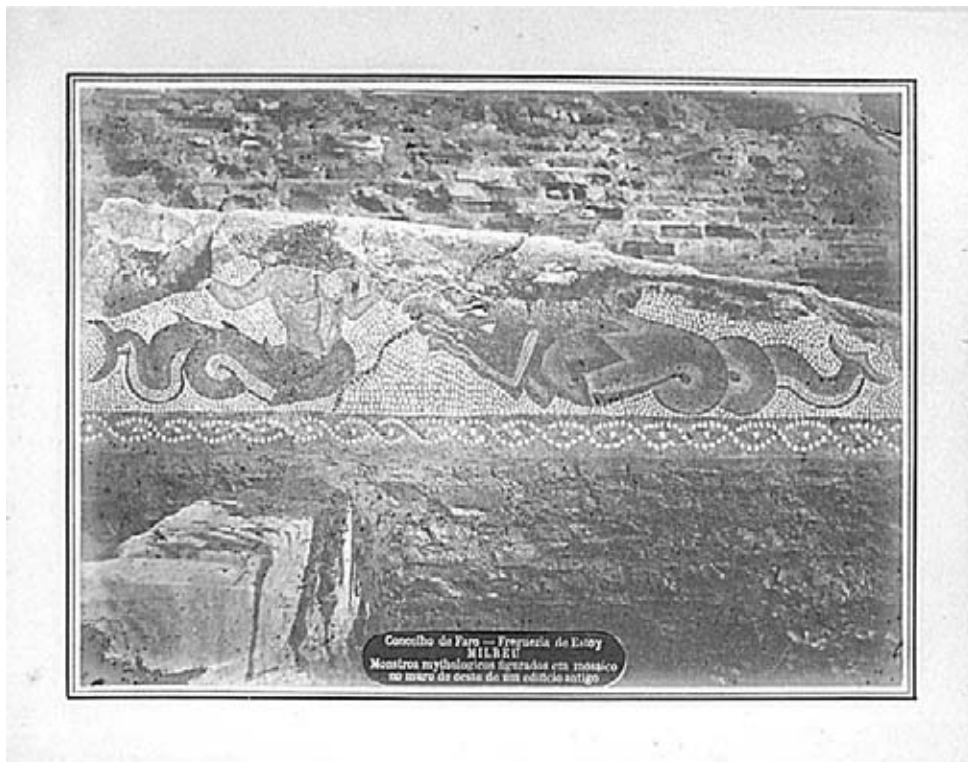


Fig. 136 – Fotografias de mosaicos da *villa* romana de Milreu, postas a descoberto no decurso das extensas escavações ali realizadas em 1878 por Estácio da Veiga.

Notas

214 – Apesar de existirem diversas lápides romanas no Museu Nacional de Arqueologia provenientes de Faro, estudadas e publicadas em diversas épocas, algumas delas anteriormente à fundação do referido Museu, integrando certamente a coleção de Estácio, nenhuma se encontra referida como proveniente da ermida de S. Romão (ENCARNAÇÃO, 1984, p. 39 e seg.).

215 – Na segunda metade do mês de Novembro de 1877, Estácio já tinha feito o reconhecimento de todo o sotavento algarvio, esperando que o seu trabalho se concluísse no barlavento em pouco tempo. Assim não aconteceu, como se verá.

Documento n.º 52 (Fig. 137)

Prorrogação dos trabalhos – 19-02-1878

N.º 84

Ao Conselheiro Amorim.

Alvor, 19 de Fevereiro de 1878.

N.º 84

Ill^{mo}. e Ex^{mo}. Sr.

A recommendação, que V. Ex.^a me endereçou no seu ultimo officio, para que até o fim do corrente mez estivesse concluída a Carta Archeologica do Algarve, teria activado o meu serviço, se fora humanamente possível fazer-se com maior diligencia e promptidão. (216)

Em todo o seguimento deste trabalho diz-me a consciêcia que não tem havido um dia perdido, ou mal aproveitado; e por isso é que nesta data restam apenas por examinar os concelhos de Aljezur, de Villa do Bispo, e o de Lagos, para onde vou partir no dia 23 a fim de começar o reconhecimento dessa riquíssima região, e esperar que V. Ex.^a possa transmittirme as ordens do Governo.

Falta pois muito pouco em relação ao muito que está feito; e deste modo julgo não convir inutilisarem-se tantas fadigas e sacrificios, parando quando é preciso vencerem-se as ultimas difficuldades.

Sei que o concelho de Lagos é grande e trabalhoso; mas não presumo que exijam muita demora os outros dois, não obstante as asperezas do transito para o seu estudo.

Sinto intima satisfação de poder afiançar a V.

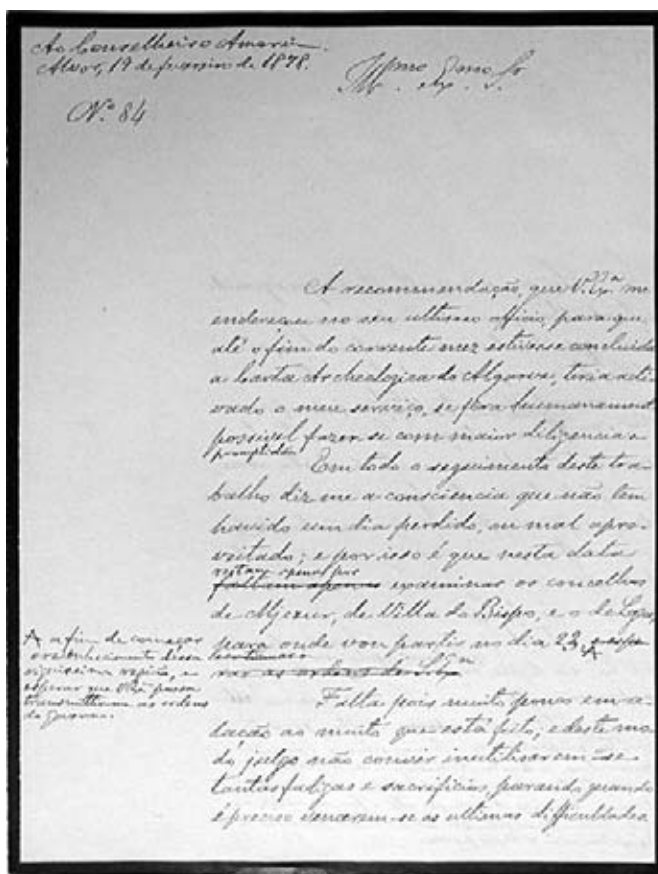


Fig. 137 – Documento n.º 52 (1.ª página).

Ex.^a, que por muito que o Governo tenha em vista a breve conclusão desta obra, não póde de modo algum exceder os meus desejos; porque para mim não há somente obrigações officiaes a cumprir; a responsabilidade, que commigo mesmo contraí, vai muito mais longe.

Tenho portanto a honra de rogar a V. Ex.^a se digne apresentar estas submissas ponderações ao nosso illustradissimo Ministro, juntamente com a respeitosa proposta, de que sejam empenhados os últimos esforços para que se conclua a Carta Archeologica do Algarve, e que para este fim haja S. Ex.^a de ordenar a prorogação do meu serviço de campo até o fim de Abril, ou 15 de Maio, por não ser absolutamente possível conseguir-se em menor prazo.

(217)

Notas

216 – A preocupação do Governo para que a Carta Arqueológica do Algarve estivesse concluída até ao final do mês de Fevereiro de 1878, constituía imposição que Estácio não poderia humanamente cumprir, dado o pendor exaustivo e aprofundado que quis conferir ao seu trabalho. Poderia, se quisesse, ter optado por indagações sucintas e rápidas, evitando escavações, que obrigavam, naturalmente, a grandes dispêndios de tempo e de dinheiros públicos. Mas Estácio sabia que esta era uma oportunidade que não poderia desperdiçar, depois de, desde há mais de vinte anos, a ter acalentado. Claro que esta situação exasperava o Governo que, por uma vez, decidiu conferir ao património arqueológico a importância que circunstancialmente este parecia, de repente, assumir na opinião pública. Note-se que a missão de que Estácio estava incumbido resultou do impacto que teve na comunicação social da época (Diário de Notícias em particular), e, por conseguinte, na opinião pública, das descobertas ocasionais resultantes das cheias do Guadiana de Dezembro de 1876. Caídas tais descobertas rapidamente no esquecimento do público, já pouco justificava que o Governo mantivesse o interesse na questão. Mas o contrato com Estácio estava assinado e haveria que cumpri-lo, no mais curto espaço de tempo possível, que o mesmo é dizer, a custos mínimos. Daí a pressa do Governo, aliás formalmente legítima, em dar a comissão de Estácio por terminada, ultrapassado há muito o tempo acordado para a realização do trabalho remunerado de que estava incumbido.

A verdade é que a Carta Arqueológica do Algarve foi levada a bom termo, nos moldes pretendidos por Estácio, muito mais ambiciosos e exigentes que os previstos inicialmente unicamente pelo empenho, teimosia e vontade do seu executor; deste modo, de uma iniciativa que se afigurava de início limitada na extensão e profundidade, evoluiu-se para uma portentosa obra de Arqueologia Regional, ainda hoje sem paralelo em Portugal. Estácio teve o mérito de levar até ao limite a sua relação de cooperação com o Governo, em benefício da arqueologia; a obra daí resultante bastaria para lhe conferir lugar ímpar na arqueologia europeia.

217 – À indicação governamental para que o trabalho da carta arqueológica estivesse concluído até ao fim de Fevereiro, Estácio contrapôs que lhe fosse dada prorrogação até 15 de Maio. Ver-se-á que, também esta segunda prorrogação não foi cumprida, nem poderia sê-lo, não pela falta de interesse ou de trabalho por parte de Estácio, mas porque, no quadro metodológico por este definido, tal seria objectivamente impossível.

Documento n.º 53 (Fig. 138)

Prorrogação da data da conclusão dos trabalhos de campo da Carta Arqueológica do Algarve - 22/05/1878

Ministerio do Reino
Direcção Geral de Instrucção Publica
1.ª Repartição
£. / N.º 1

Illm Snr.

Sua Excellencia o Ministro do Reino a quem apresentei o officio de V. Ex.ª de 15 do corrente mez resolveu por despacho de hoje que fosse prorogado por mais sessenta dias o prazo que a V. Ex.ª fora concedido para a conclusão dos seus trabalhos archeologicos.

O que me cumpre participar a V. Ex.ª para seu conhecimento.

Deus guarde a V. Ex.ª

Secretario de Estado dos Negócijs do Reino em 22 de Maio de 1878.

Illm Snr. Sebastião Philippes Martins Estacio da Veiga (Tavira)

Jayme Constantino de Freitas Moniz

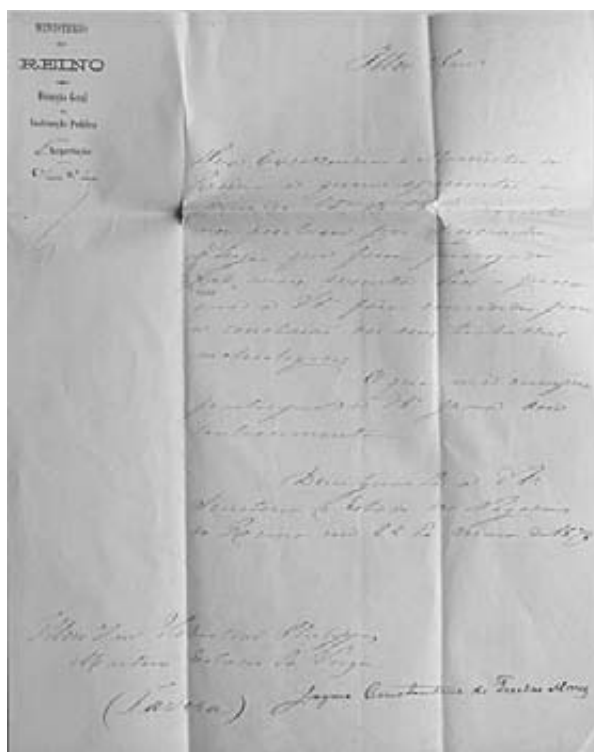


Fig. 138 – Documento n.º 53.

Documento n.º 54 (Fig. 139)

Prorrogação da data de conclusão dos trabalhos de campo da Carta Arqueológica do Algarve (folha timbrada no canto superior esquerdo) - 30/07/1878

Ministerio do Reino
Direcção Geral de Instrucção Publica
1.ª Repartição
£ 8 n.º 22

Illm Snr.

Sua Excellencia o Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado interino dos Negócijs do Reino, a quem apresentei o officio de V. Ex.ª, de 17 do corrente mez resolveo, por despacho de hontem, conceder a prorrogação do prazo, que V. Ex.ª pede para a conclusão dos seus trabalhos até ao dia 31 de Agosto próximo futuro.

Deus guarde a V. Ex.ª - Secretario de Estado dos Negócijs do Reino em 30 de Julho de 1878.

Ill.º Sr. Sebastião Philippes Martins Estacio da Veiga (Tavira)

Jayme Constantino de Freitas Moniz

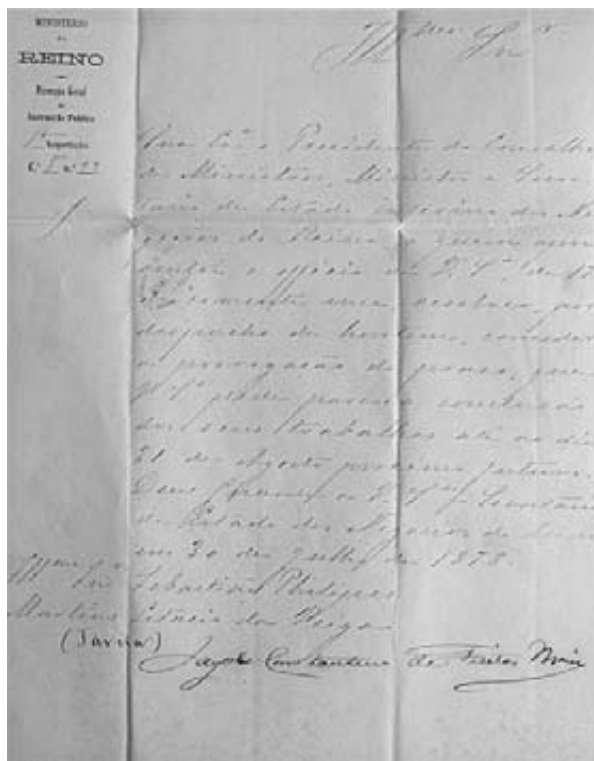


Fig. 139 – Documento n.º 54.

Documento n.º 55 (Fig. 140)

Prorrogação da data da conclusão dos trabalhos de campo da Carta Arqueológica do Algarve - 17-09-1878

N.º 112

Ao Dir.^{or}. G.^{al}. da Dir.^{ção}. de Instr. P.^a.

em 17 de Setembro de 1878 (nota aposta no canto superior direito da folha).

Pedindo prorrogação até 31 de Outubro.

(218)

Ill.^{mo}. Ex.^{mo}. Sr.

As grandes difficuldades estão vencidas, para podermos julgar o nosso trabalho acabado dentro de um pequeno prazo, que nesta conjuntura já se póde aproximadamente avaliar.

Além da Carta Archeologica, inteiramente concluída, passada a limpo e com uma copia separada para ser presente ao Governo, há perto de cincoenta plantas das antiguidades architectonicas, descobertas no decurso do estudo geral que fiz no território de toda esta provincia até o dia 15 de Maio do corrente anno; e sobre estas numerosas plantas, já muito adiantadas, começa-se uma preciosa collecção de desenhos dos mosaicos mais artísticos que appareceram nos pavimentos e muros de vários edificios romanos, e que entendi dever mandar desenhar e copiar, para que não se perdesse a memoria de tantos primores da arte antiga e servissem estes bellissimos padrões de utilidade aos que se dedicam ao progresso da arte moderna. (219) (220)

Para estes incessantes trabalhos, que me tomam o dia inteiro até alta noite muitas vezes, estou apenas auxiliado por um desenhador, nomeado pelo director das obras publicas deste districto; e poderia talvez aventurar-me a pensar, que se a collecção, que me proponho apresentar ao Governo, fosse commettida aos cuidados de uma repartição publica, não se daria concluída, em menos de oito a dez mezes; o que não acontecerá, certamente, porque, como disse, no meu gabinete trabalha-se dia e noite. (221)

Ainda assim, empregando as mais activas diligencias com o próprio sacrificio da saúde, não poucas vezes resentida e molestada por este excesso de fadigas, olhando para o estado em que se acham os desenhos, e copias que hão de constituir a collecção geral, os referidos, sou levado a julgar que antes de 31 de Outubro será pouco provável acabarem-se, visto haver para tantos tão variados, e difficeis serviços um só desenhador. (222)

Entendendo, pois, ser mui útil e preciso que taes trabalhos se levem á sua completa conclusão, a fim de que possam servir de comprovação á Carta Archeologica, de que são inherentes consócios; e contando com a mui subida illustração do Governo e de V. Ex.^a, que tudo isto

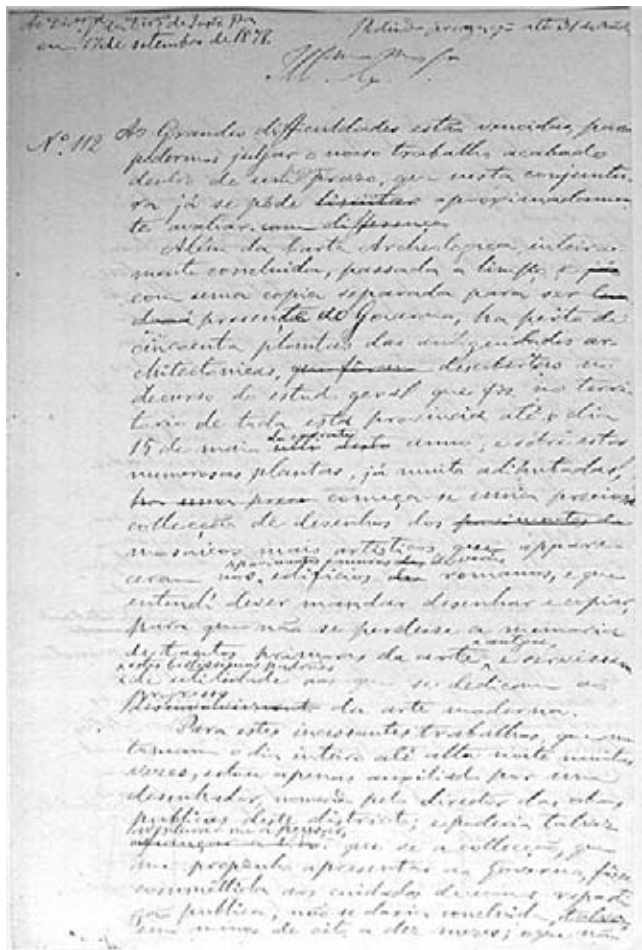


Fig. 140 - Documento n.º 55 (1.ª página).

sabem com o mais acertado entendimento reconhecer, vou rogar a V. Ex.^a se digne apresentar ao Excellentissimo Senhor Ministro do Reino a narrativa do estado em que se acham os meus encargos; as ponderações que ácerca delles tenho a honra de endereçar a V. Ex.^a, e finalmente propor a Sua Excellencia, se sirva prorogar o prazo findo em 31 de mez passado até 31 de Outubro; pois conto concluir tudo até áquella data.

(223)

Notas

218 – A situação em Maio de 1878 era a seguinte: o trabalho da carta arqueológica do Algarve deveria estar concluído até Junho ou Julho de 1877; em carta de 26 de Junho de 1877, depois de descrever os trabalhos já realizados, Estácio solicita a prorrogação do prazo, sem data definida, prosseguindo o trabalho até ao final do ano de 1877. A 19 de Novembro de 1877, Estácio apresenta descrição dos trabalhos efectuados, prevendo que a conclusão dos trabalhos se verifique em muito pouco tempo. Em resposta, o Governo, através do Director Geral da Administração Pública recomenda que tudo esteja terminado até final do mês de Fevereiro de 1878, prazo que pareceria razoável, dada a anterior informação de Estácio. Contudo, este replica, solicitando, a 19 de Fevereiro de 1878 que o prazo se estendesse até 15 de Maio, “por não ser absolutamente possível conseguir-se em menor prazo”. Nesse último dia do prazo-limite proposto pelo próprio Estácio, este oficia o Ministro do Reino, solicitando nova prorrogação, pretensão que foi deferida, por officio assinado pelo Secretário de Estado dos Negócios do Reino a 22 de Maio de 1878, concedendo a Estácio mais sessenta dias para a conclusão dos trabalhos, o que equivaleria a finais de Julho de 1878. Mas nem esse novo limite foi cumprido: não se sentindo com poderes ou vontade suficientes para deferir outro pedido que nessa altura foi apresentado pelo arqueólogo algarvio, para a conclusão dos trabalhos até 31 de Agosto, o Ministro do Reino levou o caso ao Presidente do Ministério, que o despachou favoravelmente. Esta já penosa questão, tanto para Estácio, como para os responsáveis políticos, ainda não tinha chegado ao fim. Com efeito, um último pedido é apresentado ao Director Geral da Instrução Pública, a 17 de Setembro de 1878, para que o limite de entrega do trabalho fosse de novo adiado, desta vez até 31 de Outubro, o qual foi aceite.

219 – A justificação apresentada é a de que, embora a carta arqueológica já estivesse concluída, importava agora garantir a execução ou a passagem a limpo de cerca de cinquenta plantas das estruturas arquitectónicas (na quase totalidade romanas) postas a descoberto, bem como dos desenhos dos mosaicos que algumas delas continham.

220 – A “preciosa collecção de desenhos dos mosaicos (...)” foram, essencialmente, obra de sua Mulher, Amélia de Claranges Lucotte Estácio da Veiga, cujos originais se encontram conservados no Museu Nacional de Arqueologia. Alguns deles, relativos à Boca do Rio a às ruínas da Senhora da Luz, foram recentemente reproduzidos, pela primeira vez a cores (VEIGA, 2006).

221 – O desenhador mencionado deverá corresponder a J. F. Tavares Bello, cujo nome aparece à margem de algumas plantas originais do arquivo de Estácio da Veiga, recentemente publicadas, como as relativas às ruínas romanas da Senhora da Luz e às do sítio do Vau, entre muitas outras (VEIGA, 2006, Figs. 8 e 10).

222 – Não restam dúvidas que este excesso de trabalho, acompanhado da pressão pelos inúmeros pedidos de prorrogação que tinha obtido, causaram complicações de saúde a Estácio, que bem poderiam ter sido evitadas se este encarasse de forma mais ligeira o trabalho de que estava cometido. Nada o obrigava aos detalhes das plantas dos edifícios dos mosaicos postos a descoberto no decurso das escavações por si realizadas as quais não eram obrigatórias para a conclusão do trabalho – e sobretudo dentro dos prazos previstos – que oficialmente lhe fora cometido. Mas Estácio era um perfeccionista, desejoso de aproveitar esta oportunidade, sabendo que ela não se repetiria, tendo a plena

convicção de que a sua obra não seria apreciada pelos seus contemporâneos, mas julgada pelos vindouros, a quem era principalmente dirigida. Ver notas 128 e 212.

223 – Pedia a prorrogação de dois meses para a entrega de todo o trabalho, de 31 de Agosto para 31 de Outubro de 1878, comprometendo-se agora a “concluir tudo até áquella data”. Tal pedido foi deferido, e o trabalho entregue ao Governo, talvez ainda em Outubro de 1878, conforme as ordens de pagamento aos desenhadores encarregados de passarem a limpo as plantas e os desenhos, que se transcrevem no penúltimo documento da correspondência agora publicada.

A entrega ao Governo, em Outubro de 1878, dos resultados dos trabalhos adjudicados a Estácio da Veiga pela Portaria de 15 de Janeiro de 1877, terão consistido nos seguintes elementos:

1 – Carta Arqueológica do Algarve na escala de 1/200.000, passada a limpo por J. F. Tavares Bello (reprodução apresentada em PEREIRA, 1984);

2 – Coleção de plantas e desenhos, arquivadas no Museu Nacional de Arqueologia. Ver Nota 200;

3 – Inventário dos materiais recolhidos até Outubro de 1878, cuja cópia, com letra de Estácio, se conserva no seu Arquivo do Museu Nacional de Arqueologia. Ver Nota 164.

Verifica-se, em conclusão, que, iniciados os trabalhos de campo em Março de 1877, com um prazo previsto de conclusão em Junho ou Julho de 1877, estes só foram dados por terminados em finais de Outubro do ano seguinte, ou seja, dos 4 ou 5 meses previstos, passou-se para 20 meses, o que corresponde a um acréscimo de 200% de trabalho e, na óptica governamental, também do orçamentado inicialmente previsto.

Verifica-se que a entrega dos elementos acima referidos não foi acompanhada de nenhuma memória descritiva; daí a justificação apresentada por Estácio para que o Governo suportasse financeiramente a execução de tal obra, o que conseguiu, através do contrato celebrado a 29 de Maio do ano seguinte, para a redacção das “Antiguidades Monumentaes do Algarve”, em cinco ou seis volumes. Ver Nota 218.

Documento n.º 56 (Fig. 141)

Prorrogação da data de conclusão dos trabalhos de campo da Carta Arqueológica do Algarve. Descoberta das sepulturas de Aljezur e outras – 23-11-1881

N.º 1

Illmo. e Exmo. Sr.

A obra das Antiguidades do Algarve, que estou escrevendo, ao passo que vou também preparando as estampas do 1.º e 2.º volumes, lucrou muitíssimo,

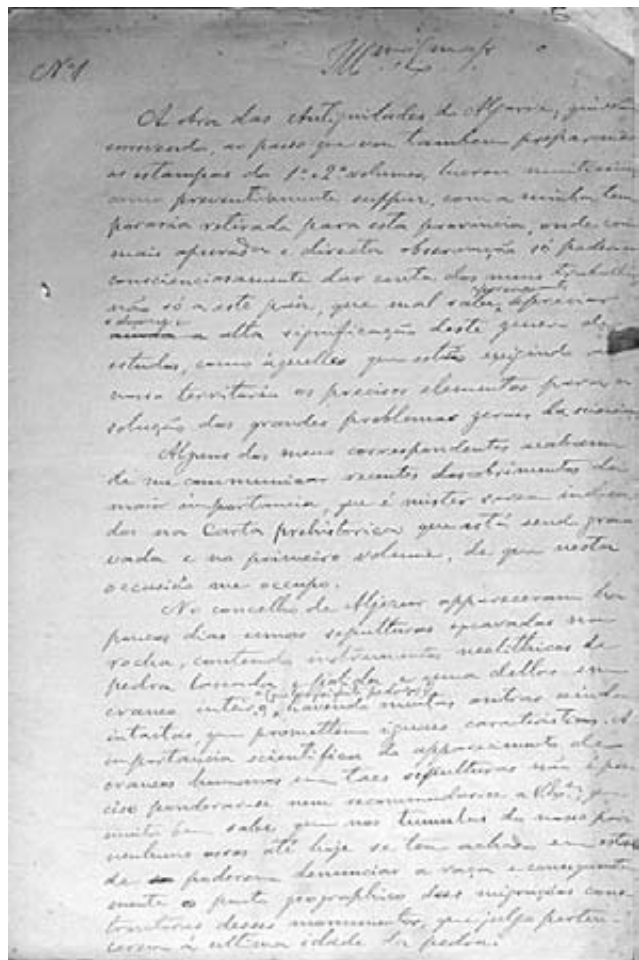


Fig. 141 – Documento n.º 56 (1.ª página).

como preventivamente suppuz, com a minha temporária retirada para esta província, onde com mais apurada e directa observação só poderia conscienciosamente dar conta dos meus trabalhos, não só a este paiz, que mal sabe por enquanto apreciar o alcance e alta significação deste género de estudos, como áquelles que estão exigindo ao nosso território os precisos elementos para a solução dos grandes problemas geraes da sciencia. (224)

Alguns dos meus correspondentes acabam de me communicar recentes descobrimentos da maior importância, que é mister serem indicados na Carta prehistorica que está sendo gravada e no primeiro volume, de que nesta occasião me occupo. (225)

No concelho de Aljezur appareceram há poucos dias umas sepulturas excavadas na rocha, contendo instrumentos neolithicos de pedra lascada e polida e uma dellas um craneo inteiro (que logo foi feito pedaços!) havendo muitas outras ainda intactas, que promettem iguaes características. A importância scientifica do apparecimento de craneos humanos em taes sepulturas não é preciso ponderar-se nem recommendar-se a V. Ex.^a, que muito bem sabe que nos tumulus do nosso paiz nenhuns ossos até hoje se tem achado em estado de poderem denunciar a raça e consequentemente o ponto geographico das migrações constructoras desses monumentos, que julgo pertencerem á ultima idade da pedra.

Se, abrindo-se mais alguns desses depósitos mortuários, tivermos a fortuna de achar craneos em circunstancias de se poderem estudar e medir com os instrumentos que deixei no museu, pelos seus índices chegaremos a reconhecer donde partiu a raça emigrante que na ultima idade da pedra veiu (*sic*) estanciar neste território, e reconhecido este elemento ethnologico, uma série de famosas conclusões se poderá desde logo fixar. (226)

Entendo, pois, que é urgente correr áquelle sitio, excavar (*sic*) o plano dos depósitos mortuários, colligir cuidadosamente tudo quanto nelles se ache, levantar a planta do campo, e incluir este valioso thesouro no museu, e nas paginas do primeiro volume da minha obra, por ser o ponto de Aljezur o que a carta archeologica geral do Algarve marca como extremidade norte-occidental, e donde se derivam as linhas do trajecto de occupação para diversas orientações. (227)

Em distancia de alguns kilometros ao poente de Lagos appareceram mais alguns monumentos com inscrições de caracteres desconhecidos, pertencentes á primeira idade do ferro, e que de modo algum se devem deixar perder, porque elles com os que existem no museu poderão, senão completar, ao menos adiantar muitissimo o alphabeto correspondente, não ainda apurado por falta de elementos complementares. Entre os poucos monumentos epigraphicos pré-romanos de Portugal nenhuns há mais interessantes do que estes, a que vários sábios do Congresso de Lisboa ligaram a maior importância. (228)

Nos concelhos de Portimão e Villa Real há novos tumulus a reconhecer e explorar, além dos quatro, da Luz de Lagos, Alcalá, Nora e Marcella, que explorei em 1878. A exploração dos que são agora indicados augmentaria prodigiosamente a secção neolithica do museu e viria porventura ministrar novas revelações. Ainda hontem recebi uma caixa com abundantes instrumentos de pedra, de vários sitios da região tumular que hão de ainda ser indicados na carta, se me for dada a faculdade de os ir inspecionar, e reservo-os para com elles abrir novos logares na secção do museu, se V. Ex.^a o for conservando não permittindo intervenções ambiciosas no seu organismo. (230)

Finalmente, sem fallar, nesta occasião n'outros muitos descobrimentos posteriores aos meus trabalhos nem dos objectos que já tendo adquirido espero receber, limito-me a communicar a V. Ex.^a. de que no concelho de Loulé há cavernas em vários sitios, entre os quaes já me são nomeadas a dos Mattos da Nora, do Barrocalinho e da Espraguina da Lapa, cujas orientações e distancias, referidas a pontos conhecidos, é preciso ir observar, a fim de se poderem indicar na carta prehistorica. (231)

A situação destas cavernas prolonga sobremaneira a linha que já deixei marcada no esboço que confiei ao gravador. A falta das taes indicações n'uma carta que vai brevemente ser oficialmente publicada, seria de todo o ponto lamentosa.

O conhecimento directo indicado a V. Ex.^a é pois da maior importância para os trabalhos que estão em adiantado andamento; mas sobretudo julgo urgente acudir-se já ao estudo dos jazigos prehistoricos de Aljezur e á prompta aquisição dos monumentos epigraphicos da idade do ferro; e com esta convicção, não obstante as muitas fadigas a que estes trabalhos me obrigam, não posso deixar de rogar a V. Ex.^a se digne levar ao conhecimento do nosso

illustradissimo Ministro estes recentes descobrimentos e a proposta de me serem concedidos 40 dias improrogáveis para poder ir aos referidos sítios investigar e colligir tudo quanto seja possível. Para me acompanhar e auxiliar nestes trabalhos proponho João Nunes Faria, cuja aptidão já muito experimentada, merece a minha inteira confiança, e para se levarem a effeito as pesquisas de rápidas explorações locais, bastará que o director das obras publicas deste districto seja prevenido para pôr á minha disposição os operários que eu lhe requisitar, por isso que todos os objectos encontrados no exercício do trabalho ficam sendo propriedade do Estado, riqueza archeologica do paiz e engrandecimento do museu do Algarve, onde unicamente terão logar certo e competente. (232)

Rogo portanto a V. Ex.^a, a quem está incumbido o progresso da instrucção publica, se digne adoptar como sua a minha proposta e submettel-a ao despacho de S. Ex.^a o Ministro. (233)

Mando a V. Ex.^a a copia do imperfeito esboço que me remetteram dos jazigos prehistoricos de Aljezur. A ser exacta a forma do tumulus n.º 1 e 2, é inteiramente nova nas construcções deste género, porque apparecem com duas câmaras circulares, ligadas por um hemicyclo, em torno do qual estavam regularmente collocados os craneos em admiravel estado de conservação. Esta novidade merece todos os sacrificios para se poder estudar e transmittir a todas as sociedades scientificas de anthropologia e de archeologia prehistorica. V. Ex.^a a este respeito fará o que tiver por mais acertado. (234)

D.^s G.^c. a V. Ex.^a - Tavira, 23 de Novembro de 1881.

Ill.^{mo}. e Ex.^{mo}. Sr. Conselheiro Dir.^{or}. G.^{al}. da Direcção de Instrucção Publica.

Notas

224 – Às sucessivas prorrogações obtidas por Estácio da Veiga para a conclusão, em 1878, da sua Carta Arqueológica do Algarve, a qual chegou a ser impressa, sucederam-se outras, já no decurso da redacção das “Antiguidades”, obra que lhe foi encomendada pelo Governo e com ele contratualizada a 29 de Maio de 1879, destinando-se a descrever e caracterizar os materiais e sítios arqueológicos encontrados, importantes descobertas que o obrigaram a novas intervenções de campo. Tais intervenções introduziram profundas alterações no plano da obra, já então em curso de redacção, bem como na execução gráfica da mesma, com os inerentes atrasos. Porém, ainda antes dos prolongados trabalhos de campo que ocuparam Estácio durante boa parte do ano de 1882, verifica-se que este decidiu deslocar-se ao Algarve “onde, com mais apurada e directa observação só poderia conscienciosamente dar conta dos meus trabalhos (...)”. Claro que, com tal procedimento, não comunicado previamente ao Governo, só terá contribuído para o atraso da redacção da obra. Mas esse era, sem dúvida, um pormenor que o não preocupava, unicamente obcecado com o perfeccionismo do seu trabalho.

225 – Trata-se sobretudo do Administrador do concelho de Aljezur, Costa Serrão, e do padre Nunes da Glória, que, respectivamente, comunicou a Estácio as descobertas em Aljezur e motivou a ida do arqueólogo a Alcalar, onde Nunes da Glória já tinha descoberto e explorado um dos túmulos da necrópole, Alcalar 1 (o único dólmen que a integra). Ver Notas 35 e 105.

226 – Conclui-se que o Museu Arqueológico do Algarve se encontrava fornecido de instrumentos científicos, como o conjunto de instrumentos de medidas craniométricas. Sabemos que possuía também um laboratório fotográfico e uma área de conservação e restauro de materiais arqueológicos, o que se conclui pelos fornecimentos que lhe foram remetidos (PEREIRA, 1981).

227 – De facto, a necrópole de Aljezur foi integralmente escavada po Estácio, depois da exploração efectuada quando da sua circunstancial descoberta, por Costa Serrão, tendo a planta e os materiais exumados sido publicados nas páginas das “Antiguidades”.

228 – É a notável necrópole de Fonte Velha, perto de Bensafirim, a qual se encontra publicada no volume IV das “Antiguidades (VEIGA, 1891, p. 250 e seg.). Verifica-se, pelo exposto, que aos monumentos epigráficos já conhecidos e apresentados aos visitantes estrangeiros do Museu Arqueológico do Algarve, em 1880, aquando do Congresso Internacional então realizado, como o de Comoros da Portela, Silves (Fig. 142) outros se lhes juntaram, no ano seguinte.

229 – No concelho de Portimão, refere-se à necrópole de Alcalar. No de Vila Real de Santo António, trata-se da estação de Torre dos Frades, correspondente a uma necrópole calcolítica, constituída por várias *tholoi* já muito destruídas (VEIGA, 1886, p. 277 e seg.), a qual foi explorada em época ulterior às descobertas de Aljezur. Tendo estas sido comunicadas a Estácio em Novembro de 1881, é certo que as indagações feitas no sítio de Torre dos Frades se efectuaram no ano seguinte ao da redacção da presente missiva, como aliás aconteceu com as explorações feitas em Alcalar.

230 – É estranha esta passagem da missiva: com efeito, tendo o Museu Arqueológico do Algarve sido encerrado ao público em Julho de 1811, e depois, em Agosto de 1881, encaixotado e transferido para os esconso da Academia de Belas Artes, como poderia Estácio declarar ao destinatário desta carta – certamente o Director Geral da Instrução Pública – em Novembro de 1881 de que pretendia com os novos objectos encontrados nas explorações agora propostas “abrir novos logares na secção do museu, se V. Ex^a. o for conservando não permitindo intervenções ambiciosas no seu organismo” ? Ou seria apenas uma maneira de informar o governante que os espólios reverteriam, tal como os anteriores, para as colecções do Estado (o que na prática, não veio a acontecer) ? Ver Nota 166.

231 – As cavernas foram locais que o Governo interditou Estácio da Veiga de explorar, limitando a sua actuação à observação dos sítios onde os testemunhos arqueológicos se evidenciassem por simples observação visual. Com efeito, é o próprio que declara, a tal propósito, o seguinte, referindo-se a potenciais descobertas que, em 1877 poderiam ter sido efectuadas em Torre dos Frades, caso tivesse escavado os terrenos onde apareciam, à superfície, materiais arqueológicos: “Tendo porém em vista as instruções que me tinham sido dadas pelo governo, de me limitar ao exame das antiguidades locais assinaladas por vestígios apparentes, não ousei emprender pesquisa alguma” (VEIGA, 1886, p. 279). No que se refere às cavernas, no mesmo volume, lamenta-se das ordens que teve para as não explorar, contrariando as suas intenções de ali procurar as provas mais recuadas da existência do Homem em solo algarvio, aliás na sequência dos trabalhos que, poucos anos antes, os membros da Comissão Geológica haviam realizado em cavernas da Estremadura. E acrescenta: “Formulei n’este sentido a minha proposta; propuz que fossem primeiro que tudo exploradas as cavernas; mas o governo, temendo a demora e os dispêndios que poderiam custar aqui os trabalhos idênticos aos que tinham sido feitos na Bélgica por Schmerling e Dupont, rejeitou-a, limitando o seu encargo ao exame das antiguidades indicadas no solo por vestígios apparentes.

O exame das antiguidades do Algarve soffreu assim um profundo corte fundamental”. (VEIGA, 1886, p. 53, 54). Compreendem-se os lamentos do arqueólogo algarvio; mas aceita-se a fundamentação das determinações governamentais, que, a não terem sido cumpridas, conduziriam Estácio para uma situação que não lhe possibilitaria a realização do trabalho de que estava incumbido em tempo útil, o que, aliás, não aconteceu; acresce que – sabemo-lo agora – as cavernas algarvias não encerravam quaisquer elementos de interesse para o conhecimento do povoamento paleolítico do Algarve, exceptuando-se até ao presente apenas a gruta de Ibne-Amar, sobre a margem esquerda do rio Arade, que forneceu, muito recentemente, materiais do Paleolítico Médio (BICHO, 2004). Ver Nota 14.

232 – Este pedido foi deferido superiormente, prolongando-se, porém, os trabalhos de campo, realizados em 1882, muito para além dos 40 dias concedidos pelo Governo a Estácio.



Concelho de Silves; Freg. de S. Bartholomeu; Cômoros da Portella. Fragmento de inscripção prehistorica, gravada em pedra de grés vermelho, extraido de sepultura nos Cômoros da Portella. 1878. E. da V.

Fig. 142 – Decalque de inscripção da Idade do Ferro em escrita do Sudoeste, recolhida em Comoros da Portella, actualmente no Museu Municipal de Arqueologia de Silves, efectuada por Estácio da Veiga. Legenda manuscrita autografa do próprio.

233 – Note-se que, para a realização destes trabalhos, Estácio solicitou, além de apoio financeiro, a que se refere o documento seguinte, o apoio de um condutor, João Nunes Faria, bem como a cedência de operários/cantoneiros, a serem disponibilizados, como em anteriores casos, pela direcção de obras públicas do distrito de Faro. O cumprimento de tais condições legitimaria a posse dos materiais encontrados pelo Estado, como declara Estácio, enquanto “riqueza archeologica do paiz e engrandecimento do Museu do Algarve, onde unicamente terão logar certo e competente.” Contudo, tais materiais jamais chegaram a ser entregues ao Estado, porque, entretanto, o Museu Arqueológico do Algarve já tinha sido encerrado e transferido para os esconsos da Academia de Belas Artes, antes mesmo de ter sido dada a sua posse a esta última. Assim, compreende-se mal a intenção de Estácio engrandecer um Museu de cuja direcção havia sido afastado, o qual, na prática, já não existia, a não ser que, para atingir os seus fins, promettesse o que não tinha intenção de cumprir...Ver Notas 35, 149, 166 e 230.

234 – A planta dos sepulcros de Aljezur foi certamente elaborada pelo seu primeiro explorador, o próprio administrador do concelho, José da Costa Serrão, descoberta que foi depois comunicada a Estácio. Tem interesse mencionar esta primeira planta da necrópole, depois publicada no volume I das “Antiguidades”, em 1886, e sobretudo a referência à posição dos crâneos, ao longo do perímetro dos recintos circulares, em admirável estado de conservação; contudo, nada deste precioso espólio antropológico se conservou.

Documento n.º 57 (Fig. 143)

Pagamento - 19-08-1882

Direcção das Obras Públicas do Districto de Faro (carimbo aposto no centro superior esquerdo da folha)

N.º 183

Ill.º. Ex.º. Snr.

Em resposta ao officio de V.ª. Ex.ª., com o N.º 30 de 16 do corrente, cumpre-me informar a V.ª. Ex.ª. que no Cofre Central d'este districto existem 200\$000 rs. com applicação a estudos archeologicos, importância que foi requisitada para despesas com esse serviço no mez de Julho ultimo.

(235)

Alem d'essa quantia serão porem requisitadas, para o mez corrente e seguintes, as que V.ª. Ex.ª. julgar indispensáveis para acorrer ás necessidades do serviço a seu cargo em cada um d'esses meses, e que se dignar indicar-me.

Deus guarde a V.ª. Ex.ª.

Direcção das Obras Publicas do Districto de Faro 19 d'Agosto de 1882.

Illmo. Exmo. Snr. Director do Museu Archeologico do Algarve.

O director

Alexandre Maria (???) de Carvalho

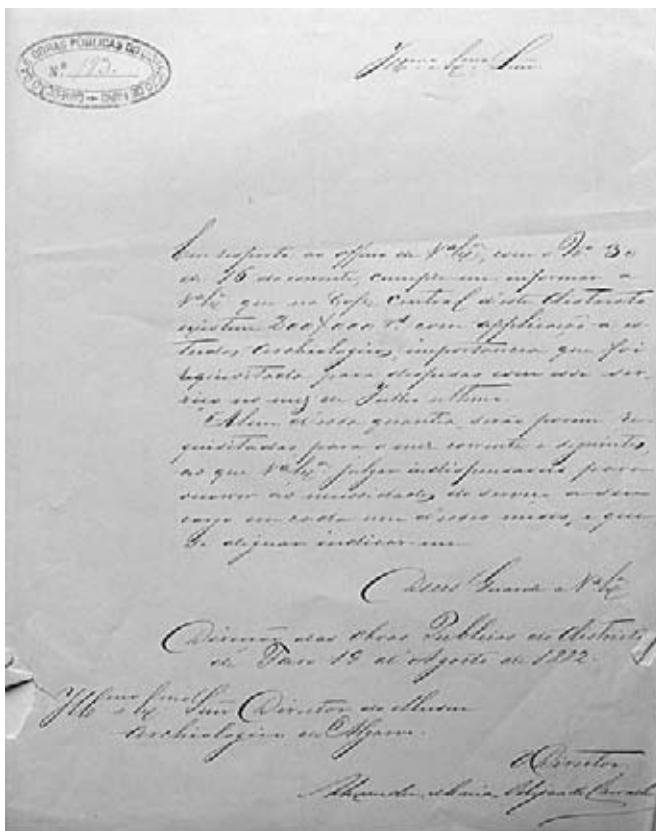


Fig. 143 – Documento n.º 57.

Notas

235 – A prorrogação do prazo de 40 dias para trabalhos de campo, solicitado no documento anterior, datado de 23 de Novembro de 1881 foi concedido pelo Governo, que também colocou à disposição de Estácio uma verba de 200.000 réis para acudir às despesas dos trabalhos de campo; mas a inusitada prodigalidade do Governo ia mais longe, através do director das obras públicas do distrito de Faro, nesta missiva de 19 de Agosto de 1882 ao informar que, futuramente, seriam requisitadas as quantias consideradas necessárias para o referido efeito. Note-se que as despesas com o pagamento de cantoneiros, que eram da referida direcção de obras públicas estavam asseguradas, pelo que esta verba seria sobretudo destinada ao pagamento do trabalho pessoal de Estácio, acumulando-a, mensalmente, com os 50.000 réis pagos pelo Governo para a redacção das “Antiguidades” (cerca de 1500 euros), que correspondiam a uma quantia média mensal de remunerações muito significativa, enquanto duraram estes trabalhos de campo.

Documento n.º 58 (Fig. 144)

Sociedade de Geografia de Lisboa - 11/02/1877

À Sociedade de Geographia de Lisboa

Ill^{mo}. Exm^o. Sr.

Com data de 30 de Dezembro ultimo recebi hontem um officio dessa illustrada Direcção communicando-me ter sido eleito sócio da Sociedade de Geographia de Lisboa.

Lendo porém os estatutos, que acompanharam o referido officio, e vendo que o art^o. 6 § 1^o não me permite ser sócio ordinário, por isso que residio constantemente fora da sede dessa Sociedade, peço ser inscripto na classe dos correspondentes.

Aproveito esta occasião para endereçar a V. Ex.^a o cordial agradecimento a que me obriga a honra, não merecida, de que fico devedor a essa benemerita Sociedade, rogando-lhe se digne registral-o e transmittir-lh'o. (236)

Com a maior consideração tenho a honra de assignar-me.

De V. Ex.^a

M.^{to} attenc.^o e rev.^{te} v.^{or}

Palhavã, em 11 de Janeiro de 1877.

Sebastião Philippes Martins Estacio da Veiga

Notas

236 – Em Janeiro de 1877, Estácio já era sócio correspondente da Academia Real das Ciências de Lisboa e apresentava-se como autor de trabalhos científicos, tanto no campo da Arqueologia, como no da Botânica, além de

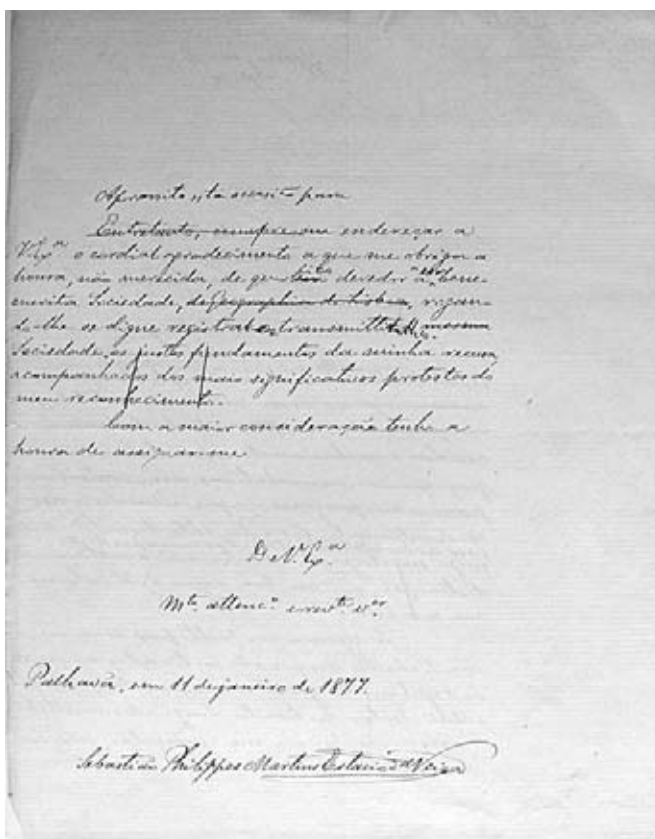


Fig. 144 – Documento n.º 58 (2.ª página).

opúsculos literários ou de contornos políticos, tendo-se também notabilizado na Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portuguezes (da qual viria a pedir a demissão em 1875). Foram tais antecedentes que justificaram esta eleição, para uma das mais prestigiadas agremiações científicas do País, e com poderes efectivos em diversas áreas da governação. A qualidade de sócio correspondente da SGL foi sempre invocada por Estácio, figurando nos quatro volumes das “Antiguidades”, embora, que se saiba, jamais tenha apresentado à Sociedade qualquer comunicação ou trabalho científico.

Documento n.º 59 (Fig. 145)

Tábula de Bronze – Aljustrel (minuta não datada nem endereçada, mas redigida na segunda metade do ano de 1876 e provavelmente destinada ao presidente da segunda classe da Academia Real das Ciências de Lisboa)

Ill^{mo}. Ex^{mo}. Snr.

Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Ex.^a, para que se digne communicar á Classe, a que mui distinctamente preside, que n'uma sala da extincta commissão geológica do reino mandou a direcção da companhia de mineração transtagana expor ao publico, ha feitos três meses, um monumento epigraphico descoberto nos escoriaes antigos da mina dos algares ao sul e a curta distancia da villa de Aljustrel.

O monumento é uma tabula de bronze, que mede 78 ½ centímetros de comprimento, 52 de largura, e 8 a 13 millímetros de espessura. Contém duas inscrições, uma com 52 linhas e a outra com 53, divididas em epigraphes e paragraphos. Estas inscrições, gravadas em sentido inverso nas duas faces da lamina, têm todas as suas linhas mutiladas, por se haver destacado e perdido do corpo principal uma secção vertical, em que deveriam proseguir e terminar.

Representa este padrão epigraphico um fragmento de jurisprudência romana, ou parte de uma lei, que bem é de crer tivesse sido outorgada, há talvez mil e oitocentos annos, a uma cidade da Lusitânia, que se me afigura poder ter sido situada na região mineira, onde ao mesmo tempo, havia banhos públicos, e o exercicio de diversos misteres industriaes; o que, com as devidas reservas, julgo achar exemplificado no próprio campo dos afloramentos pyritosos de Aljustrel, sobretudo conhecido e nomeado em todo o reino desde tempos remotos pela tradicional excellencia das suas aguas medicinaes.

O simples facto, porém, de ter sido descoberto em território portuguez um padrão de tal antiguidade e de tal género, ligado á grande importância archeologica da região geographica em que se manifestou, parece-me ser a sua melhor

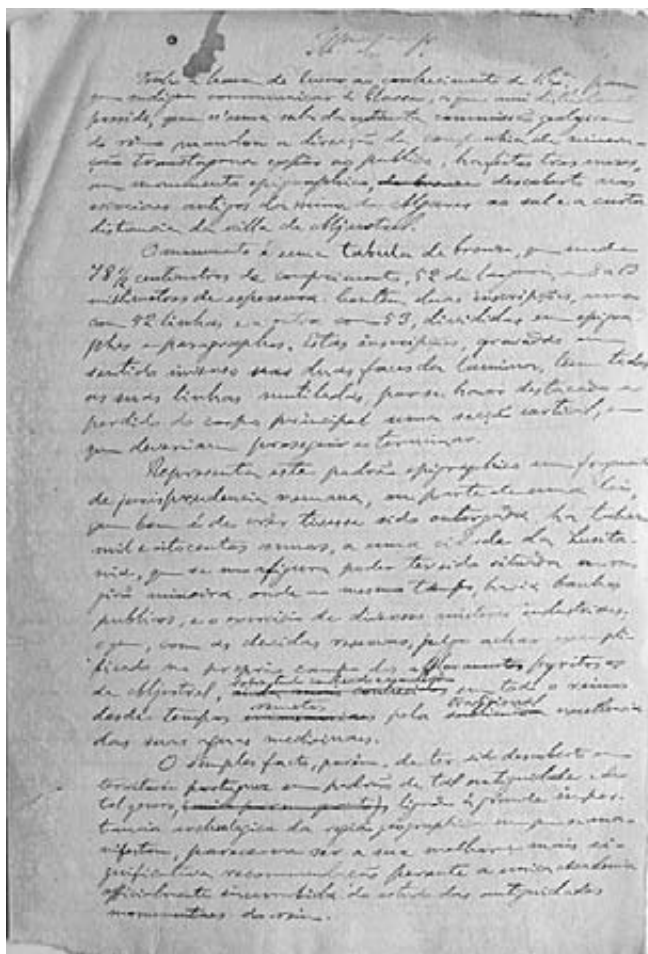


Fig. 145 – Documento n.º 59 (1.ª página).

e mais significativa recommendação perante a única Academia oficialmente incumbida do estudo das antiguidades monumentaes do reino.

Competindo portanto a esta Academia o estudo do referido monumento, muito lhe conviria ao mesmo tempo empenhar-se em promover a sua aquisição antes que algum instituto estrangeiro lhe ganhe a primasia; porquanto, os seus possuidores, vendo que os sábios da nação sequer procuraram observá-lo, podem com este fundamento querer contractar a sua venda com a primeira Academia que o pretenda obter. (237)

Esta importante aquisição poderia marcar o começo de um museu archeologico, como hemos de mister instituir e systematicamente ordenar, para com elle abrimos mais longinquos horisontes á geographia antiga e á historia do nosso território. (238)

A nossa Secção de Antiguidades, hoje felizmente composta de tão illustradas intelligencias, se bem interpreto as suas generosas intenções, acha-se disposta a emprehender o estudo geral das antiguidades monumentaes do reino. Para este fim vai elaborar o programma dos seus trabalhos, e seguindo á risca o pensamento que a inspira, a Academia, pedindo aos poderes públicos a sua directa coadjuvação, poderá dentro de poucos annos encetar a publicação de uma carta archeologica do paiz, onde sejam geographically representados todos os pontos do território nacional, que desde os tempos mais remotos manifestaram caracterisado testemunho dos povos, que em épocas successivas occuparam este derradeiro retalho do occidente europeu até á definitiva instituição da monarchia portugueza. (239)

O projectado museu, a que acima me refiro, subordinando a sua organização e disposição ordinal ao mesmo pensamento, deverá ter por fim a comprovação da carta archeologica, manifestando rigorosamente classificados os monumentos, ou os seus modelos, quando não possam obter-se os originaes, encontrados em cada um dos pontos marcados na referida carta, sendo o respectivo catalogo coordenado pelo mesmo systema geographico, e de modo que por elle conste em que ponto e em que condições fora descoberto cada monumento.

Encaminhados assim os nossos estudos archeologicos; formando-se um archivo especial de todos os trabalhos elaborados pela secção competente, e uma bibliotheca especial, em que sejam reunidos e methodicamente catalogadas todas as obras de antiguidades existentes na Academia e as que successivamente se forem adquirindo teremos assim os principaes elementos, de que absolutamente carecemos para se emprehender a resolução dos mais importantes problemas, que a geographia antiga e a historia estão em extremo recurso reclamando á critica archeologica. (240)

Notas

237 – O conteúdo desta carta, até este parágrafo, só pode ser considerado como falacioso, no sentido de conduzir as autoridades da Academia Real das Ciências de Lisboa, na qual Estácio tinha acabado de ingressar como sócio correspondente – categoria que manteria até à morte, ocorrida quinze anos depois – a adquirir o precioso monumento epigráfico em causa.

Com efeito, alusão à “extincta comissão geológica” só pode ser considerada como mistificadora porque, embora a Segunda Comissão Geológica tenha sido extinta em Dezembro de 1868, ela foi reorganizada, no mesmo edifício e com idênticas atribuições, logo no ano seguinte, com a designação de Secção dos Trabalhos Geológicos de Portugal. Obviamente tal facto era do conhecimento da Academia, que ocupava o mesmo edifício. Por outro lado, a afirmação de ser aquela “a única Academia oficialmente incumbida do estudo das antiguidades monumentaes do reino” é igualmente dúbia, porque a Academia de Belas Artes poderia invocar, e até com maior fundamento, tal prioridade, não sendo, em qualquer caso, verdade que, por existir uma secção onde caberiam estudos daquela índole, estivesse, por esse facto, oficial e exclusivamente incumbida de todos os trabalhos daquela índole: a prova de que tal incumbência era fictícia, é fornecida pelo próprio Estácio, que foi incumbido pelo Governo, em Janeiro de 1877, do reconhecimento arqueológico do Algarve, por via da indicação do seu nome pela Academia de Belas Artes – e não pela Academia das Ciências – como seria normal se tal instituição estivesse para tal efeito oficialmente investida (CARDOSO & GRADIM, 2004, p. 71, 72).

Enfim, é de salientar o facto de a Companhia Mineira Transtagana ter entre os seus dirigentes o próprio Carlos Ribeiro, Director da Secção dos Trabalhos Geológicos, e sócio efectivo da Academia das Ciências. Note-se, a terminar, que este organismo detinha, ao contrário da Academia, competências específicas para efectuar investigações arqueológicas, as quais se encontram expressas pelas notáveis obras nessa época por si publicadas.

238 – A argumentação, sempre distorcida, prossegue: com efeito, caso a Companhia Mineira Transtagana quisesse vender o monumento, não o colocava em exposição pública, num organismo oficial, nem tão-pouco publicaria notícia nos jornais, convidando os especialistas ao seu estudo. Foi, aliás, por esta via que o próprio Estácio da Veiga teve dele conhecimento e se dispôs a estudá-lo, em Maio de 1876 como o próprio declara (VEIGA, 1880 b). Tendo sido admitido em Junho de 1876 como sócio correspondente da Academia Real das Ciências de Lisboa, esta carta foi escrita logo após a sua entrada, quando o estudo da tábula ainda provavelmente se encontrava em curso.

239 – Percebe-se, agora, o ponto essencial desta missiva e a razão de ser da anterior argumentação: Estácio pretendia que a Academia Real das Ciências de Lisboa adquirisse à Companhia Mineira Transtagana, o monumento epigráfico em questão, com a qual se “poderia marcar o começo de um museu archeologico (...)”, a organizar (subentenda-se, sob a égide do próprio), na referida Academia. Viu-se já que, em meados do ano seguinte, em pleno levantamento da Carta Arqueológica do Algarve, Estácio mantinha a mesma ideia, socorrendo-se então dos monumentos epigráficos romanos algarvios que pretendia fossem depositados na dita Academia. Mas, a tal acontecer, já outros académicos mais categorizados haviam gizado tomar-lhe o lugar, o que o levou a abandonar a ideia, que não teve seguimento. Com efeito, é o próprio que declara, em documento não datado nem endereçado, a que se reporta a Nota 118, o seguinte: “(...) segundo se diz estava já indigitado o académico a quem havia de ser conferida a direcção e conservação desse museu, não se contando, mui incautamente, com a minha formal recusa e com os protestos que desse modo seria forçado a levar á presença do Governo, logo que não fosse eu o encarregado da organização de um museu, que tudo me devia, que em grande parte era propriamente meu, (...)”. Ver Notas 72 e 118.

240 – A ideia de organizar um verdadeiro Museu Arqueológico Nacional acompanhado do levantamento da carta arqueológica do país, germinou muito precocemente no espírito de Estácio, logo em 1876, e acompanhou as sucessivas vicissitudes conhecidas, ao longo do levantamento da carta arqueológica do Algarve, em 1877 e, depois, aquando da constituição do Museu Arqueológico do Algarve. Todas abortaram. Ainda em 30 de Maio de 1881, menos de um mês antes de este ter sido encerrado definitivamente ao público, esta ideia foi apresentada ao Director Geral da Instrução Pública, sendo recorrente em outros documentos daquela época. Ver, por todas a Nota 140.

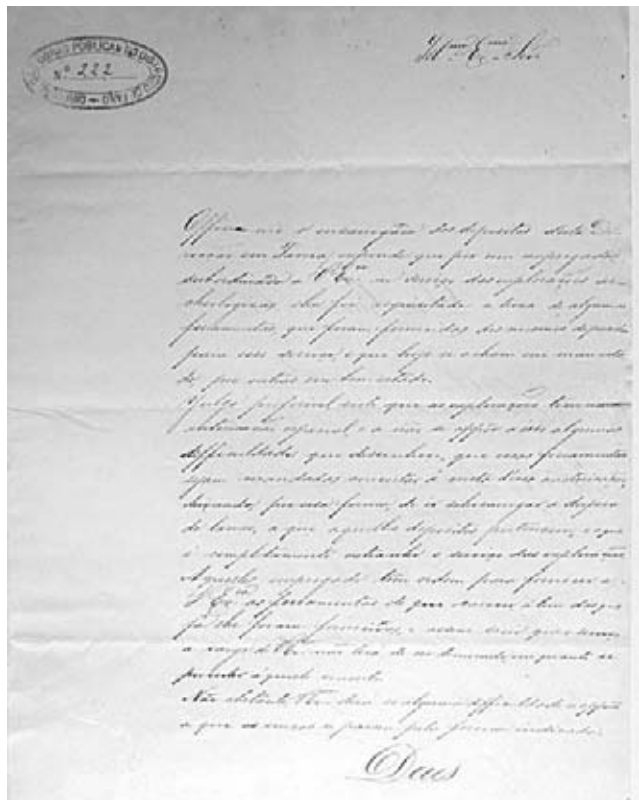


Fig. 146 – Documento n.º 60 (1.ª página).

Documento n.º 60 (Fig. 146)

Troca de ferramentas estragadas - 14-10-1882

Carimbo da Direcção das Obras Públicas do Districto de Faro - N.º 222

Illmo. Exmo. Sr.

Officia-me o encarregado dos depósitos d'esta Direcção em Tavira repondo que por um empregado subordinado a V. Ex.^a no serviço das explorações archeologicas lhe foi requisitada a troca de algumas ferramentas, que foram fornecidas dos mesmos depósitos para esse serviço, e que hoje se acham em mau estado, por outras em bom estado.

Julgo preferível visto que as explorações tem uma auctorisação especial, e a não se oppôr a isso algumas difficuldades que desconheço, que essas ferramentas sejam mandadas concertar á custa d'essa auctorisação, deixando, por essa forma, de ir sobrecarregar a despesa do lanço, a que aquelles depósitos pertencem, e a que é completamente extranho o serviço das explorações. Aquelle empregado tem ordem para fornecer a V. Ex.^a as ferramentas de que carecer, alem das que já lhe foram fornecidas, e assim creio que o serviço a cargo de V. Ex.^a não terá de ser demorado, em quanto se proceder áquelle concerto.

Não obstante, V. Ex.^a dirá se alguma difficuldade se oppõe a que as cousas se passem pela forma indicada. (241)

Deus Guarde a V. Ex.^a

Direcção das Obras Publicas do Districto de Faro 14 d'Outubro de 1882

Illmo. Exmo. Sr. Director do Museu Archeologico do Algarve

O Director

Alexandre Maria (???) de Carvalho

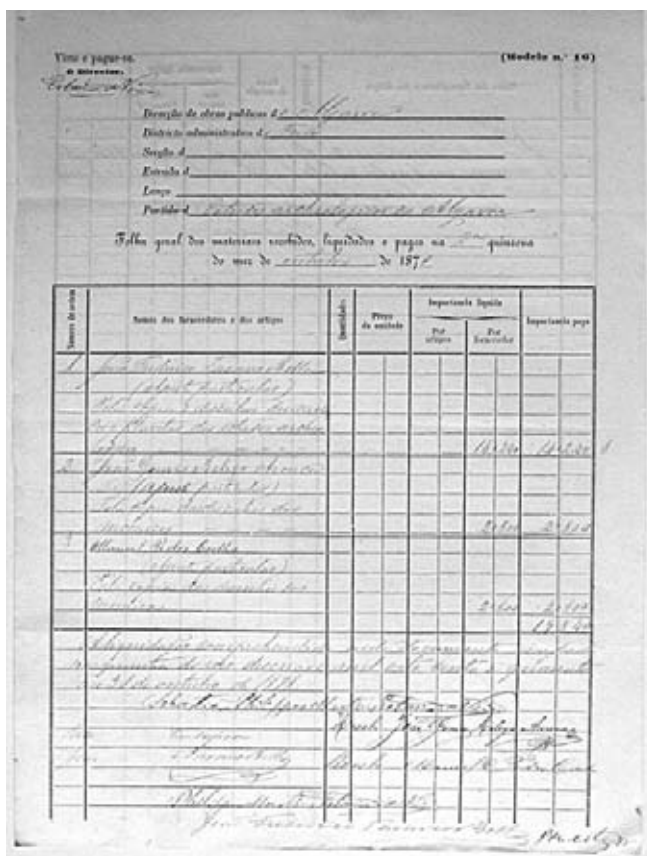


Fig. 147 - Documento n.º 61 (1.ª página).

Numero de ordem	Nomes dos fornecedores e dos artigos	Quantidades	Preço da unidade	Importancia liquida		Importancia paga
				Por artigos	Por fornecedor	
1	João Frederico Tavares Bello (Ajuste particular) Pela copia e desenho dos mosaicos e plantas dos estudos archeologicos				14\$240	14\$240
2	João Gomes Relega Arouca (Ajuste particular) Pela copia dos desenhos dos mosaicos				2\$800	2\$800
3	Manuel Pedro Coelho (Ajuste particular) Pela copia dos desenhos dos mosaicos				2\$800	2\$800
						19\$840
A liquidação comprehendida n' este documento importa na quantia de reis dezenove mil oito centos e quarenta						
Faro 31 de Outubro de 1878.						
Sebastião Philippes Martins Estacio da Veiga (assinatura)						
Recebi João Gomes Relega Arouca (assinatura)						
Recebi Manoel Pedro Coelho (assinatura)						
Philippes Martins Estacio da Veiga (assinatura)						
João Frederico Tavares Bello (assinatura)						
Por este documento foi paga a quantia de dezenove mil oito centos e quarenta reis como se vê dos recibos juntos						
Faro 4 de Novembro de 1878						
O Pagador						

Notas

241 – Este singelo documento tem o interesse de demonstrar que, mesmo os aspectos menos relevantes do desempenho oficial de Estácio, como a troca de ferramentas estragadas, eram atentamente considerados e prontamente resolvidos pelas autoridades locais, de quem Estácio em parte dependia para a realização do seu trabalho.

Documento n.º 61 (Fig. 147)

Folha de pagamento - 04-11-1878

Direcção de obras públicas do *Algarve*

Districto administrativo de *Faro*

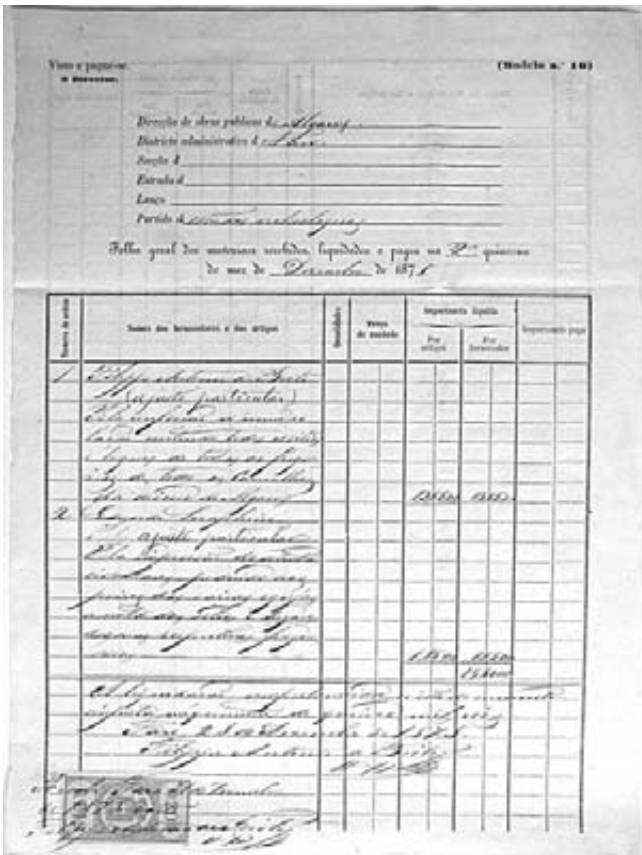
Secção d

Estrada d

Lanço

~~Partido d~~ *Estudos archeologicos do Algarve*

Folha geral dos materiaes recebidos, liquidados e pagos na 2ª quinzena do mez de Outubro de 1878



Numero de ordem	Nomes dos fornecedores e dos artigos	Quantidades	Preço da unidade	Importancia liquida		Importancia paga
				Por artigos	Por fornecedor	
1	Filipe Antonio de Brito (ajuste particular) Pela confecção d'uma relação contendo todos os sitios e lugares de todas as freguesias de todos os Concelhos da diocese do Algarve.			13\$500	13\$500	
2	Eduardo Seraphim Pelo ajuste particular. Pela impressão de ??? circulars, ??? aos priores das varias igrejas a nota dos sitios e lugares das suas respectivas freguesias.			1\$500	1\$500	
	A liquidação comprehendida n'este documento importa na quantia de quinze mil reis. Faro, 28 de Dezembro de 1878. Filippe Antonio de Brito (assinatura)				15\$000	
	Recebi Faro 31 de Dezembro de 1878 (???) Filippe Antonio de Brito (assinatura)					

Fig. 148 – Documento n.º 62.

Documento n.º 62 (Fig. 148)

Folha de pagamento – 31-12-1878 (242)

Direcção de obras públicas do *Algarve*

Distrito administrativo de *Faro*

Secção d

Estrada d

Laço

Partido de *estudos archeologicos*

Folha geral dos materiaes recebidos, liquidados e pagos na 2ª quinzena do mez de Dezembro de 1878

Notas

242 – Esta folha de pagamento e a anterior, relativas às segundas quinzenas dos meses de Outubro e Dezembro de 1878 têm o interesse de, por um lado, provar que o pagamento de despesas por parte do Governo se prolongou até ao final do ano de 1878, e não apenas até ao fim do mês de Outubro limite que Estácio se comprometera a cumprir. Por outro lado, dão conta dos nomes dos colaboradores a que Estácio recorreu para a ultimização dos desenhos e plantas que haveriam de acompanhar a carta arqueológica do Algarve.

É o caso de J. F. Tavares Bello, que assina as cópias de muitas das plantas e de desenhos de mosaicos e de J. G. R. Arouca. Já a última folha de pagamento tem a ver com levantamentos de lugares, aparentemente destinados a utilização para o envio de uma circular, a distribuir pelos correspondentes priores, tendo em vista a obtenção de informação. É estranho que esta iniciativa só tenha sido tomada aquando da finalização do trabalho e não no seu início, como seria mais lógico. Ver Notas 221 e 223.

Agradecimentos

O Autor deseja agradecer:

Ao Dr. Luís Raposo, Director do Museu Nacional de Arqueologia, que autorizou, em Março de 2005, o estudo integral do Arquivo de Estácio da Veiga, depois de lhe ter permitido o acesso, anos antes, à documentação do mesmo Arquivo relativa ao concelho de Alcoutim, publicada em 2003 nas páginas de “O Arqueólogo Português”, em co-autoria com Alexandra Gradim.

À Dr.ª Lúcia Cristina Coito, responsável pelo Arquivo do referido Museu, pela amabilidade do seu acolhimento e pelos apoios prestados no decurso dos trabalhos.

A Henrique de Jesus António, pela eficácia e qualidade com que informatizou todos os textos agora publicados, a partir dos respectivos originais manuscritos e pelas prontas emendas que nos mesmos introduziu, após revisão do signatário.

A Bernardo Lam B. Ferreira que, em sucessivas maratonas, fotografou digitalmente as centenas de páginas manuscritas por Estácio da Veiga e de fotografias do seu espólio, que estiveram na origem deste estudo.

Finalmente, à Câmara Municipal de Oeiras, na pessoa do seu Ilustre Presidente, o Dr. Isaltino Afonso Morais, pelo incentivo que ao longo dos últimos vinte anos, tem transmitido ao signatário, sempre indispensável para quem mete ombros à realização de tão extensos, prolongados e exigentes trabalhos, tanto de campo como de gabinete, como este, o que agora se publica.

BIBLIOGRAFIA

- A.G.M.B. (1998) – 317. Pia de abluções. In S. MACIAS & C. TORRES, (coord.), *Portugal islâmico. Os últimos sinais do Mediterrâneo*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 265.
- ALARCÃO, J. de (1988) – *Roman Portugal. Vol. II, Fasc. 3 Évora, Faro & Lagos*. Warminster: Aris & Phillips Ltd.
- ALMEIDA, J. Mendes de (1994) – *Páginas de cultura portuguesa*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa.
- ALMEIDA, J. Mendes de & MOSER, I. P. de Mello (1993) – Inscrições lusitano-romanas do Museu do Carmo (Associação dos Arqueólogos Portugueses). *Arqueologia e História*. Lisboa. Série X, 3, p. 69-93.
- AMZALAK, M. Bensabat (1924) – *Indículo dos trabalhos literários de J. Leite de Vasconcellos. 1879-1923*. Lisboa: Museu Comercial.
- ARAGÃO, A. C. Teixeira de (1896) – Antiguidades de Balsa. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 2, p. 55-57.
- BENSAÚDE, A. (1884) – Note sur la nature minéralogique de quelques instruments de pierre trouvés en Portugal. *Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistoriques. IX Session (Lisboa, 1880)*. Compte-Rendu. Lisboa : Typographie de l'Académie Royale des Sciences, p. 682-697.
- BICHO, N. (2004): “The Middle Paleolithic occupation of southern Portugal”. In CONNARD, N. J. (ed.): *Settlement dynamics of the Middle Paleolithic and Middle Stone Age, 2*. Tübingen: Kerns Verlag, pp. 513-531.
- CARDOSO, J. L. (2004) – Correspondência anotada de David Lopes a José Leite de Vasconcelos. *Colectânea de estudos em Homenagem ao Académico de Mérito José Pedro Machado no seu 90º Aniversário*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, p. 451-504.
- CARDOSO, J. L. (2006) – Apresentação. In S. P. M. Estácio da VEIGA, *Antiguidades Monumentais do Algarve. Tempos Históricos*. 5. Silves: Câmara Municipal de Silves/Museu Nacional de Arqueologia.
- CARDOSO, J. L. & GRADIM, A. (2004) – Estácio da Veiga e o reconhecimento arqueológico do Algarve: o concelho de Alcoutim. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 22, p. 67-112.
- CARDOSO, J. L. & MELO, A. Ávila de (2001) – Correspondência anotada de Carlos Ribeiro e de Nery Delgado: contribuição para a história da arqueologia em Portugal. *Comunicações do Instituto Geológico e Mineiro*. Lisboa. 88, p. 309-346.
- CARDOSO, J. L. & MELO, A.Ávila de (2005) – Correspondência de Joaquim Fontes (1892-1960). Contributos para a história da arqueologia peninsular. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 13, p. 195-321.
- CARDOSO, J. L.; CARDOSO, G. & GUERRA, M, F. (1995) – A necrópole tardo-romana e medieval de Talaide (Cascais). Caracterização e integração cultural. Análises não destrutivas do espólio metálico. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 5, p. 315-339.
- CARREIRA, J. R. (1995/1996) – Escavações de Leite de Vasconcelos e Júlio César Garcia em dolmens de S. Geraldo, Montemor-o-Novo (1898-1900). *Almansor*. Montemor-o-Novo. 13, p. 5-60.
- CARREIRA, J. R. & CARDOSO, J. L. (1996) – Um conjunto de litografias arqueológicas inéditas da Comissão Geológica de Portugal. *Comunicações do Instituto Geológico e Mineiro*. Lisboa. 82, p. 145-168.
- CARTAILHAC, É. (1896) – *Les Ages Préhistoriques de l'Espagne et du Portugal*. Paris : C. Reinwald.
- COITO, L. C. (1999, coord.) – *Epistolário de José Leite de Vasconcelos*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia (O Arqueólogo Português, suplemento n.º 1).
- COSTA, F. A. Pereira da (1868) – *Descrição de alguns dolmens ou antas de Portugal*. Lisboa: Comissão Geológica de Portugal.
- DELGADO, J. F. N. (1867) – *Notícia acerca das grutas de Cesareda*. Lisboa: Comissão Geológica de Portugal.
- DELGADO, J. F. N. (1884) – La grotte de Furninha a Peniche. *Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistoriques. IX Session (Lisboa, 1880)*. Compte-Rendu. Lisboa : Typographie de l'Académie Royale des Sciences, p. 207-278.

- DIAS, M. M. Alves (1993) – Epigrafia, in C. TORRES & S. MACIAS, *Museu de Mértola. Basílica paleocristã*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, p. 103-138.
- DOMÍNGUEZ-BELLA, S.; CALADO, D.; CARDOSO, J. L.; CLOP, X. & TARRIÑO, A. (2004) – Raw materials in the Neolithic Aeneolithic of the Iberian Peninsula. *Slovak Geological Magazine*. 10 (1/2), p. 17-42.
- EDO, M.; VILLALBA, M. J. & BLASCO, A. (1995) – La calaíta en la Península Ibérica. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 35 (2), p. 127-167.
- ENCARNAÇÃO, J. d' (1984) – *Inscrições romanas do Conventus Pacensis. Subsídios para o estudo da romanização*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras.
- EVANS, J. (1878) – *Les Ages de la Pierre. Instruments, armes et ornements de la Grande-Bretagne*. Paris : G. Bailliére & Cie.
- GARCÍA Y BELLIDO, A. (1949) – *Esculturas romanas de España y Portugal*. 1 (texto). 2 (láminas). Madrid. CSIC.
- FERREIRA, F. Bandeira (1965) – Uma planta arqueológica do Rossio do Carmo em Mértola. *Revista de Gvimarães*. Guimarães. 75 (1/4), p. 59-72.
- FIGUEIREDO, Borges de (1887) – Inscrição cristã descoberta em Mértola. *Revista Arqueológica e Histórica*. Lisboa. 1, p. 64.
- GOMES, J. P. (1903/1904) – Notice biographique sur Francisco Antonio Pereira da Costa. In G. F. DOLLFUS; J. C. BERKELEY COTTER & J. P. GOMES, *Mollusques tertiaires du Portugal. Planches de Céphalopodes, Gastéropodes et Pélécypodes laissées par F. A. Pereira da Costa accompagnées d'une explication sommaire et d'une esquisse géologique*. Lisbonne : Imprimerie de l'Académie Royale des Sciences, p. VII-IX.
- GONÇALVES, V. S. (1979) – A carta arqueológica do Algarve. Estratégias e perspectivas. *Clio- Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*. Lisboa. 1, p. 99-115.
- GONÇALVES, V. S. (1980) – *Estácio da Veiga: um programa para a instituição dos estudos arqueológicos em Portugal (1880-1891)*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa (Clássicos da Historiografia Portuguesa/Opúsculos/3).
- GONÇALVES, V. S. (2004) – As placas de xisto gravadas dos sepulcros colectivos de Aljezur (3º. milénio a.n.e.). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 22, p. 163-318.
- HÜBNER, E. (1895) – *Inscriptiones Lusitanae aevi christiani ineditae*. Edidit Aemilius Hübner Berolinensis. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 1, p. 177-182.
- L. C. C. (Lívia Cristina Coito) (2004) – Documentos para a história do MNA. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 22, p. 491-513.
- LEISNER, G. & LEISNER, V. (1959) – *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel. Der Westen*. Berlin Walter de Gruyter (Madrider Forschungen Band 1/2).
- LEISNER, V. (1965) – *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel. Der Westen*. Tafeln. Berlin Walter de Gruyter (Madrider Forschungen Band 1/3).
- LOPES, V. A. M. (1999) – A necrópole da Achada de S. Sebastião. In J. BOIÇA & V. Lopes, coord., *A necrópole e a ermida da Achada de S. Sebastião*. Mértola: Escola Profissional Bento de Jesus Caraça/Campo Arqueológico de Mértola, p. 81-99.
- LOPES, V. (2003) – *Mértola na Antiguidade Tardia. A topografia histórica da cidade e do seu território nos alvares do Cristianismo*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.
- MACHADO, L. Saavedra (1920) – Aquisições do Museu Etnológico Português. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 24, p. 241-270.
- MACHADO, J. L. Saavedra (1970) – Documentos de Estácio da Veiga para o estudo da arqueologia do Algarve. I – Catálogo de plantas, desenhos e mosaicos. *I Jornadas Arqueológicas d Associação dos Arqueólogos Portugueses* (Lisboa, 1969). Lisboa. 1, p. 335-385.

- MACIAS, S. (1993) – Um espaço funerário, in C. TORRES & S. Macias, *Museu de Mértola. Basílica paleocristã*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, p. 31-57.
- MEIRELES, C. ; FERREIRA, N. & REIS, M. L. (1987) – Variscite occurrence in silurian formations from northern Portugal. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 75 (1/2), p. 21-27.
- OLIVEIRA, E. Pires de (1993) – *Bibliografia arqueológica portuguesa (séc. XVI – 1934)*. Lisboa: IPPAR/Departamento de Arqueologia.
- PARREIRA, R. (1984) – Intervenção de emergência no povoado mineiro de Vipasca-Aljustrel. *Informação Arqueológica*. Lisboa. 4, p. 135-144.
- PEREIRA, M. L. E. V. A. dos S. Silva (1981) – O Museu Archeologico do Algarve (1880-1881). Subsídios para o estudo da Museologia em Portugal no Séc. XIX. Faro: *Anais do Município de Faro*, 219 p. (separata).
- PEREIRA, M. L. E. da V. Silva (1984) – *Estácio da Veiga cientista algarvio pioneiro da Arqueologia em Portugal*. Lisboa: Casa do Algarve (Estudos Algarvios, 17).
- PEREIRA, M. L. E. V. Silva (1993) – Prefácio, in C. TORRES & S. MACIAS, *Museu de Mértola. Basílica paleocristã*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, p. 7-22.
- RIBEIRO, C. (1880) – *Notícia de algumas estações e monumentos prehistoricos. II – Monumentos megalithicos das visinhanças de Bellas*. Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias de Lisboa.
- RIOS, R. Amador de los (1877) – Fragmento de lápida sepulcral arábica descubierto em Mértola. Carta al Exmo. Sr. Joaquim P. Narciso da Silva. *Boletim Architectonico e de Archeologia*. Lisboa. Série II, 2 (4), p. 58-60.
- SANTOS, M. L. E. V. A. dos (1971, 1972) – *Arqueologia Romana do Algarve (subsídios)*. Vols. 1 e 2. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- SILVA, J. da (1876) – Inscricção antiga arabe. *Boletim Architectonico e de Archeologia*. Lisboa. Série II, 1 (11), p.174.
- SIMÕES, A. F.(1878) – *Introduccção á Archeologia da Península Ibérica*. Lisboa: Livraria Ferreira.
- SOROMENHO, A. (1977) – *La table de bronze d'Aljustrel. Rapport adressé a Monsieur le Ministre de l'Intérieur*. Lisbonne: Imprimerie Nationale.
- SOUZA, V. de (1990) – *Corpus Signorum Imperii Romani*. Portugal. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra.
- SOUZA-HOLSTEIN, Marquês de (1875) – *Observações sobre o actual estado do ensino das artes em Portugal a organização dos museus e o serviço dos monumentos históricos e da Arqueologia*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- VASCONCELLOS, J. Leite de (1895 a) – Inscricção christã de Mértola. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 1, p. 7-9.
- VASCONCELLOS, J. Leite de (1895 b) – Nota a uma inscricção christã de Mértola. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 1, p. 311.
- VASCONCELLOS, J. Leite de (1897) – Fasciculus inscriptionum Myrtilensium nuper repertarum (Epistola ad Aemilium Hübnér). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 3, p. 289-293.
- VASCONCELLOS, J. Leite de (1900) – Da lusitânia á Betica. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 5, p. 225-249.
- VASCONCELLOS, J. Leite de (1901) – Les monnaies de la Lusitanie portugaise. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 6, p. 81-89.
- VASCONCELLOS, J. Leite de (1903) – Inscricção christã de Mértola do seculo VI. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 7, p. 144-145.
- VASCONCELLOS, J. Leite de, in VEIGA, S. P. M. Estácio da (1904) – Antiquidades Monumentaes do Algarve (elementos para o volume V da obra que com este título começou a ser publicada por Estacio da Viga, - por elle deixados em manuscrito). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 9, p. 200-210.
- VASCONCELLOS, J. Leite de (1908) – Chronica. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 13, p.380-381.
- VASCONCELLOS, J. Leite de (1913) – *Religiões da Lusitânia*. Volume 3. Lisboa: Imprensa Nacional.
- VASCONCELLOS, J. Leite de (1915) – *História do Museu Etnológico Português (1893-1914)*. Lisboa: Imprensa Nacional.

VEIGA, S. P. M. Estácio da (1866) – *Povos Balsenses. Sua situação geographico-physica indicada por dous monumentos romanos recentemente descobertos na Quinta da Torre d’Ares distante seis kilometros da cidade de Tavira*. Lisboa: Livraria Catholica.

VEIGA, S. P. M. Estácio da (1875) – Duas palavras sobre o príncipe dos archeologos A. de Caumont (elogio lido em sessão publica e solemne de 6 de Maio de 1875, pelo antigo sócio S. P. M. Estacio da Veiga). *Boletim Architectonico e de Archeologia*. Lisboa. 7, p. 96-100.

VEIGA, S. P. M. Estacio da (1879) – *Antiguidades de Mafra. Memoria apresentada à Academia Real das Sciencias de Lisboa*. Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias de Lisboa.

VEIGA, S. P. M. Estacio da (1880 a) – Memoria das antiguidades de Mértola observadas em 1877 e relatadas por... Lisboa: Imprensa Nacional.

VEIGA, S. P. M. Estácio da (1880 b) – *A tabula de bronze de Aljustrel lida, deduzida e commentada em 1876*. Memorias da 2ª. Classe da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Lisboa. 5 (2), 61 p. (separata).

VEIGA, S. P. M. Estacio da (1886) – *Antiguidades Monumentaes do Algarve. Tempos prehistoricos*. 1. Lisboa: Imprensa Nacional.

VEIGA, S. P. M. Estacio da (1887) – Projecto de legenda symbolica para a elaboração e interpretação da Carta de Archeologia Historica do Algarve. *Jornal de Sciencias Mathematicas Physicas e Naturaes*. Lisboa. 11, p. 3-7.

VEIGA, S. P. M. Estacio da (1891) – *Antiguidades Monumentaes do Algarve*. Tempos prehistoricos. 4. Lisboa: Imprensa Nacional.

VEIGA, S. P. M. Estácio da (2005) – *Antiguidades Monumentais do Algarve*. 5 volumes. Faro: Universidade do Algarve/Faro - Capital Nacional da Cultura.

VEIGA, S. P. M. Estácio da (2006) – *Antiguidades Monumentais do Algarve. Tempos Históricos*. 5. Silves: Câmara Municipal de Silves/Museu Nacional de Arqueologia.

VEIGA, S.P. M. Estácio da (1879) – *Antiguidades de Mafra*. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa.

ZBYSZEWSKI, G. (1957) – Comparaison entre une plaque de schiste gravée de Lisbonne et une autre de la province de Huelva. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 38 (2), p. 459-463.